FRONTEIRAS NA HISTÓRIA

ATORES SOCIAIS E HISTORICIDADE NA FORMAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL (SÉCULOS XVIII-XX)

Ânderson M. Schmitt
Murillo Dias Winter
(Organizadores)

FRONTEIRAS NA HISTÓRIA

ATORES SOCIAIS E HISTORICIDADE NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL (Séculos XVIII-XX)

Ânderson M. Schmitt
Murillo Dias Winter
(Organizadores)

2021

UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

Revisão dos textos	Autores
Preparação e revisão final	Marlei Maria Diedrich
Projeto gráfico e capa	Paolo Malorgio Studio
Diagramação	Paolo Malorgio Studio
Divulgação	Diretoria de Comunicação Social
Formatos	e-Pub, Mobi, PDF e Impresso

Livro produzido com apoio da Fundação Araucária, através do Programa de apoio a publicações científicas – fortalecimento de editoras (Chamada pública 23/2018).

Coordenador do projeto **Valdir Prigol**

F935 Fronteiras na história: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX) / Ânderson M. Schimitt, Murillo Dias Winter (Org.). -- Chapecó, Ed. UFFS, 2021.

ISBN: 978-65-86545-63-0 (PDF)
978-65-86545-62-3 (e-pub)
978-65-86545-65-4 (Mobi)

1. História. 2. Fronteiras 3. Escravidão. 4. Imigração. 5. Brasil Meridional. I. Schimitt, Ânderson M. (Org.). II. Winter, Murillo Dias (Org.)

CDD:981

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Rafael P. de Almeida – CRB-14/1703
Campus Chapecó/SC
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

APRESENTAÇÃO

Em tempos de crise sanitária global, de ondas de refugiados, da Venezuela ao Afeganistão, de presidentes que constroem muros de separação entre nações e de outros que cancelam acordos de cooperação internacional, de quebra de pactos ambientais globais, de rupturas dos limites da cidadania, de retorno de manifestações de "eu" e os "outros", sobretudo, na sua versão mais perigosa de "nós" contra "eles" (típica de períodos, como o atual, de criação retórica de inimigos externos para justificar empreendimentos internos), as fronteiras são assunto e tema de preocupação cotidiana. É difícil pensar uma área do conhecimento dentro das Ciências Humanas que tenha produção tão antiga e frequente quanto as reflexões sobre as fronteiras e os limites territoriais. Pensar os limites, as fronteiras, discutindo sobre o que aproxima ou afasta, as identidades e as alteridades, a dimensão comum e os compartilhamentos, é tarefa fundamental para compreendermos o mundo que nos cerca.

Na historiografia, a reflexão sobre a fronteira nasce junto com a própria escrita da história e tem sido um dos seus temas prediletos desde então. Frequentemente, para sua melhor compreensão, o vocábulo e seu universo de sentidos, seja como palavra, conceito ou metáfora, necessitam de complementos. Nessa tarefa, os historiadores criam separações arbitrárias, ainda que necessárias metodologicamente dentro da produção do conhecimento, definindo grupos ou linhas de investigação e se dedicando ao estudo das fronteiras políticas, sociais, culturais, étnicas, agrícolas, simbólicas, etc. Em suma, fonte inesgotável e polissêmica, as fronteiras apenas podem ser compreendidas no plural e na sua justa complexidade. Empreendimento que compreendemos mais rico quando realizado coletivamente.

Diante destes três elementos – atualidade, complexidade e necessidade de um esforço coletivo –, esta publicação propõe pensar a fronteira e os limites não como linha a ser meramente ultrapassada, mas como espaços que produzem sentido e que merecem reflexão atenta para produção de conhecimento cada vez mais plural, complexo e abrangente. Portanto, a tarefa fundamental desta publicação é alimentar, redobrar e aprofundar os estudos sobre as fronteiras.

Assim, nesta obra, renomados historiadores, com destaque no Brasil e no exterior, apresentam resultados de anos de investigações, de um sem-número de trabalhos nos mais diferentes formatos, do diálogo estreito com as mais diversas

linhas de pesquisa em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior e através de projetos financiados por governos estaduais, nacionais e instituições internacionais, os quais convergem seus esforços em um ponto central: demonstrar a profundidade e a riqueza analítica dos estudos sobre a formação da Fronteira Sul, do final do século XVIII até o século XX. Um mesmo recorte espacial, distintas territorialidades, temporalidades dessemelhantes, com diferentes pessoas e paisagens, espaços que são compartilhados, disputados, medidos, visitados por estrangeiros, utilizados como ferramenta retórica, modificados em razão de interesses econômicos, ocupados por colonos, indígenas, quilombolas, militares. Ou seja, espaços que são produtos de uma historicidade, na mesma medida em que são agentes transformadores dessa mesma dinâmica histórica multifacetada.

Este livro está organizado em quatro partes. Na primeira delas, "Discutir, viajar e medir: a Fronteira Sul definida pelos conceitos e pelos viajantes", os quatro textos compõem parte das definições sobre a Fronteira Sul, seja em termos metodológicos, teóricos ou pela maneira em que ela era medida, desenhada e descrita por viajantes. No capítulo que abre esta coletânea, Adriano Comissoli se encarrega de apresentar uma importante reflexão conceitual, teórica e metodológica sobre o entendimento das fronteiras e o métier do historiador, indicando limites, caminhos e possibilidades. No texto seguinte, Murillo Dias Winter demonstra, a partir da linguagem política, especialmente por meio das metáforas dos impressos da província Cisplatina, como a geografia da Fronteira Sul foi usada como forma de construção de diferenças entre aqueles que deveriam ou não pertencer a um projeto nacional em construção. Na sequência, David da Silva Carvalho e Tiago Luís Gil, através dos diários do demarcador de limites José Maria Cabrer – um dos responsáveis pelas medições que dariam contornos às demarcações estabelecidas do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – apresentam a fronteira em uma perspectiva dupla, a partir dos relatos de alguém que cruzou este espaço e na mesma medida era responsável por criar os limites fronteiriços. A atuação dos viajantes naturalistas sobre o território também é objeto de estudo do capítulo de Samira Peruchi Moretto, que utiliza estes relatos para analisar, pelo viés da História Ambiental, as transformações nas demarcações dos limites do Estado de Santa Catarina, revelando uma dinâmica espacial, especialmente a partir das florestas, e contradições que para os locais não eram aparentes.

Na segunda parte, "Grupos, indivíduos e interesses: a dimensão social da Fronteira Sul", as pessoas, os grupos sociais e as suas relações (conflituosas ou não) que, em diferentes épocas e por diferentes meios e interesses, ocuparam a Fronteira Sul ganham carne, destaque e um olhar específico. As relações entre senhores e os seus cativos no espaço fronteiriço são objeto de estudo de Marcelo Santos Matheus. As fugas, a recuperação de escravos, as alforrias, todas as relações de dominação e resistência tinham na fronteira um elemento estratégico fundamental, que também dependia da posição social destes indivíduos inseri-

dos neste espaço específico. A escravidão continua sendo tema no capítulo de Rafael da Cunha Scheffer, que analisa o comércio interno de escravos e a composição da sociedade da Fronteira Sul através da presença dos cativos, dialogando especialmente com os discursos que apresentavam uma ausência de escravizados em quantidades significativas neste espaço, quando na realidade esse tipo de comércio poderia resultar nesse enganoso vazio demográfico. Ainda observando estes grupos subalternos e as tramas sociais em que estão inseridos, os caboclos e camponeses de Ijuí, antes da ocupação da Fronteira Sul pelos imigrantes, são estudados no capítulo produzido por Paulo A. Zarth e Marcos Gerhardt. Já os grandes proprietários da Fronteira Sul, suas estratégias de manutenção e ampliação do poder econômico através das ligações com a elite política do Rio Grande do Sul, durante os anos de 1845 até 1866, são o foco de estudo de Jonas Moreira Vargas. Ele demonstra as frequentes convergências de interesses entre as elites econômicas e políticas do Estado e a forma de reprodução e a origem de seu poder e prestígio. A Fronteira Sul e as suas possibilidades de aumento do poder político e da riqueza material igualmente fazem parte da análise de Carla Menegat. Os agentes de fronteira, os indivíduos e os limites da presença do Estado presentes neste espaço e seus interesses e objetivos são demonstrados a partir da trajetória do Barão do Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, e suas ligações com o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai. O mesmo agente – homem de fronteira e figura emblemática de seu tempo – também é objeto do texto de José Iran Ribeiro. O capítulo aborda como Chico Pedro logrou utilizar-se do prestígio construído em situações de guerra em busca de reconhecimento social e de crescimento econômico fora da esfera beligerante em que foi formado.

Na parte "Ocupar e migrar: a ocupação da Fronteira Sul e as dinâmicas territoriais", a trajetória de ocupação da região é abordada de diferentes maneiras, com uma prerrogativa bastante clara: os empreendimentos respondiam a uma lógica diversificada, de iniciativa individual, coletiva e estatal, não seguindo um padrão linear e foi fragmentada no tempo e no espaço. Frederico Santos Soares Freitas explora a pouco visitada história da criação do Parque Nacional do Iguaçu entre os anos de 1880 até 1940, ou seja, desde as primeiras iniciativas até a sua inauguração. O que levaria este projeto a finalmente ser executado era justamente a política do regime Vargas de ocupação do interior dentro do discurso do progresso e de integração nacional. As iniciativas militares são abordadas em dois estudos. No primeiro, Ânderson M. Schmitt analisa os esforços do recém-fundado Império do Brasil para a ocupação da província de Santa Catarina, espaço estratégico para a manutenção da soberania nacional em uma conjuntura de debilidade e de conflitos armados durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Se, por um lado, a militarização foi o mecanismo central para assentar o poder e exercer a soberania imperial neste espaço, os interesses do Estado foram executados e modificados por indivíduos e suas ações e interesses particulares. Avan-

çando no século XIX, Antonio Marcos Myskiw e Leticia Maria Venson abordam como, a partir de 1850, com a Lei de Terras, as terras devolutas do Estado foram ocupadas na Fronteira Sul com a criação de Colônias Militares. Agindo sobre tais espaços, esta iniciativa garantiu a presença brasileira em regiões sensíveis e mobilizou diferentes grupos sociais, oferecendo, ainda, importantes subsídios sobre a maneira mais produtiva de ocupar estes territórios. A ocupação em razão dos interesses econômicos, especialmente agrícolas, também é objeto de dois estudos. José Carlos Radin demonstra, ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX, como a imigração europeia para o Brasil compõe parte importante do processo de construção da Fronteira Sul, especialmente, nos casos estudados, como a ocupação de áreas agrícolas, antes consideradas vazias, colaborou para o avanço do capitalismo sob o discurso da civilização e do progresso. Por seu turno, Henrique Manoel da Silva e Alexandre Luís Ponce Martins argumentam como as fronteiras agrícolas, nesse caso da produção de soja, superam e redefinem os limites dos Estados Nacionais, ao estudar a atuação dos produtores brasileiros na região transfronteiriça com o Paraguai, criando um espaço comum, culturalmente, politicamente e até na exploração das formas de trabalho.

Por fim, a dimensão (ainda mais) conflituosa desse processo de ocupação é analisada em "Disputar e contestar: os conflitos pela terra na Fronteira Sul". Dois trabalhos chamam atenção para as dinâmicas que envolvem os povos indígenas e os conflitos de terra na Fronteira Sul. No primeiro deles, João Carlos Tedesco reconstrói o longo e complexo processo de disputas, avanços e recuos, os embates jurídicos, sociais e culturais e as mediações envolvidas nas disputas pela posse da terra envolvendo diversos grupos sociais, entre eles os indígenas e grandes proprietários no Rio Grande do Sul. Os grupos Kaingang, as dinâmicas territoriais e as relações entre os indivíduos e o Estado são abordadas por Almir Antonio de Souza, a partir da figura do Cacique Doble entre os anos de 1852 e 1864. A trajetória do líder Kaingang serve como pano de fundo para demonstrar a luta desses povos na manutenção de suas terras ancestrais frente ao avanço do Estado e de iniciativas privadas. A presença do Estado, a política sobre os territórios e os conflitos subjacentes a essas práticas aparecem em três trabalhos. Francimar Ilha da Silva Petroli analisa a disputa diplomática entre Brasil e Argentina pelo território da região de Palmas, na Fronteira Sul, entre os anos de 1870 e 1895, ano do arbitramento internacional. O texto vale-se da questão para refletir sobre as relações de interesses e de poder desenvolvidas no processo de formação das fronteiras e dos territórios. O conflito do Contestado (1912-1916) é objeto de estudo dos dois trabalhos que finalizam esta coletânea. Paulo Pinheiro Machado demonstra como o movimento do Contestado tem raízes no conjunto de transformações no meio agrário da Fronteira Sul, somadas ao advento da República, à introdução da ferrovia e à intensificação dos conflitos políticos e fundiários naquele território, criando um jogo de tensões entre relações tradicionais e

transformações do período. Se os problemas internos eram a questão do primeiro texto, o segundo, de Viviani Poyer, olha para além dos limites do Estado Nacional e analisa como a política internacional brasileira e a imigração europeia repercutiram no conflito do Contestado. O texto reconstrói a cadeia de relações desde a Fronteira Sul, passando pelas esferas do poder público brasileiro até os países dos imigrantes e como as disputas eram vivenciadas e acompanhadas em diversos níveis políticos e sociais.

Trabalhos de qualidade, com temas plurais e que contribuem para o entendimento de um espaço rico e diverso como é a Fronteira Sul. Desejamos que seja um ponto de partida para se pensar a história e a historiografia em tempos de reflexão cada vez mais necessária.

Boa leitura!

Ânderson M. Schmitt
Murillo Dias Winter

SUMÁRIO

PARTE I

DISCUTIR, VIAJAR E MEDIR: A FRONTEIRA SUL DEFINIDA PELOS CONCEITOS E PELOS VIAJANTES

REFLEXÕES EM TORNO DE FRONTEIRAS E ALTERIDADES VOLTADAS À INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

Adriano Comissoli[1]

INTRODUÇÃO

Este capítulo dedica-se a pensar e discutir a construção histórica da atual região sul do Brasil, com ênfase do fim do século XVIII ao XX, valorizando o fenômeno de fronteiras em diversas abordagens. No que tange ao recorte temporal, a opção é sensata, visto que a entidade política denominada Brasil não apresentou referenciais de nacionalidade antes do início do oitocentos, quando este nome começou a designar um tipo de unidade atada pelo pertencimento comum e expresso na forma de uma constituição escrita[2]. Antes disso, o que observamos na mesma territorialidade são possessões portuguesas na América, componentes de um império ultramarino muito mais vasto e detentoras de laços com um centro comum, determinado pela submissão ao monarca português. Embora tenhamos consagrado a fórmula de um Brasil colonial, definido por um sentido de exploração, ele não deve ser entendido enquanto a semente nacionalista que amadurece ao longo dos séculos XVI a XVIII para desabrochar em 1822 como realidade[3]. Não obstante os esforços de sucessivas gerações em estabelecer essa narrativa, apresentada muitas vezes sob o rótulo de nativismo, a história não

1 Doutor em História Social pela UFRJ. Professor do Departamento de História e PPG em História/UFSM.

2 JANCSÓ, István. *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí, 2003.

3 JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *In:* MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

deve atender ao interesse de compor uma biografia da nação, sendo mais interessante compreender como ela foi inventada, o que inevitavelmente desafia os mitos de origem sobre o passado e sobre o território[4].

É preciso admitir que a ideia de continuidade ao longo dos séculos encontra respaldo no fato do nome Brasil gozar de sucesso incomum dentre as nações americanas atuais (e mesmo quando comparado com casos ao redor do globo). Ao dispensar os qualificativos atribuídos a este vocábulo, ocultamos as diferenças sociais e políticas que ele abriga, supondo um desenvolvimento harmônico, que não condiz com a realidade. É necessário, portanto, diferenciar o Estado do Brasil (1549-1815), o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), o Império do Brasil (1822-1889), os Estados Unidos do Brasil (1889-1967) e a República Federativa do Brasil (1967-atual), pois diferentes temporalidades abrigam realidades sociais diversas, organizadas por formas de pertencimento singulares. Dito de forma simples, não são o mesmo Brasil. Este substantivo mudou seu significado ao longo do tempo, modificando seu conteúdo social, identitário e territorial. A versão nacional da entidade brasileira, aquela que contém em si os elementos de uma identidade nacional pautada pela soberania popular que confere ao Estado a legitimidade de sua existência e atividade, teve início nas primeiras décadas do século XIX, desenvolvendo-se durante ele e o próximo, o que incidiu na gradual mudança de significado do próprio nacionalismo. Nesse sentido, a dedicação deste capítulo à região sul do Brasil nos séculos XIX e XX se justifica por ser o intervalo no qual a nação e o Estado definir-se-ão, o que permitirá articular os diversos capítulos em torno de um processo comum. A ideia ou metáfora de fronteira, por sua vez, desempenhará o papel de laboratório, pelo qual se remete ao processo mais amplo aqui destacado e às suas variáveis. É para a última que oferecemos algumas reflexões.

A mudança das características dos diferentes Brasis fez-se acompanhar de composições territoriais singulares a cada etapa, assim como de interpretações sobre o que são e de que são compostos os limites brasileiros. Não obstante as mudanças, os trabalhos de história redigidos entre a metade do século XIX e a metade do XX dedicaram-se a narrar uma história de predestinação territorial, argumentando em favor da constante evolução desses limites em direção aos atuais. Nesse sentido, a análise das fronteiras do Brasil foi longamente influenciada por uma ideia teleológica, isto é, explicar e justificar que o desenho territorial da atual versão de Brasil foi sempre o destino a ser cumprido[5]. Este livro

---

4 SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*: a história como "biografia da nação". São Paulo: Hucitec. 1997; SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006; PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*, 1808-1828. São Paulo: Hucitec, 2002.

5 Essa narrativa certamente ecoa as intenções de outras produções históricas do período, dentre a qual destacamos a obra de Frederick Jackson Turner. A crítica a tal perspectiva é exemplarmente elaborada pelos trabalhos de Pimenta, em nível nacional, e de Gutfreind e de Flores, para o caso do Rio Grande do Sul.

discorda de tal perspectiva e procura explicar como o resultado atualmente em vigor é transitório e produto do embate de forças sociais que sustentam projetos, mas não inevitabilidades. Nesse sentido, da mesma forma como a palavra Brasil congregou diferentes ideias em torno de si, a palavra fronteira também apresenta variações no tempo, no espaço e de acordo com o referencial selecionado.

A confiar em Bernard Vincent, o interesse da História pelo tema das fronteiras é inesgotável[6]. Sua assertiva se fundamenta por divisarmos a temática dentre os horizontes historiográficos mais antigos, notadamente o de Tucídides de Atenas, cuja obra foi redigida no século V antes da Era Cristã. Em sua História da Guerra do Peloponeso, o vocábulo já assumia duplo significado, o de limite territorial e o de circunscrição cultural, ou seja, de identidade de grupo. Esta preocupação em catalogar os vários "nós" e "outros" possíveis reaparece em diferentes obras desde a Antiguidade até a Modernidade, com não raras manifestações no Medievo. Incluem-se obviamente as digressões de Heródoto sobre os costumes de diferentes populações, bem como os esforços intelectuais de Políbio e de Sima Qian, no século II a. C., em conjugar a existência do outro, do diverso, com a de suas próprias comunidades, em meio aos quais e ao redor dos quais se perceberia uma proposta de universalidade[7]. Para Subrahmanyam, a tentativa de praticar uma xenologia, um entendimento da cultura alheia por suas próprias proposições, lança os alicerces de uma história de pretensão global, expressando-se de forma particularmente articulada na obra do português João de Barros (1496-1570), "Da Ásia". A "abertura em relação a fontes históricas não europeias", o "desejo de se afastar de uma história universal e simétrica em sua forma" e a intenção de formular "sínteses em larga escala" fazem de Barros contribuição indispensável na direção de uma história que compreenda o diferente sem necessariamente julgá-lo[8].

Se saltamos dos escritos de Heródoto e Tucídides à profissionalização da História no XIX, observamos a forte recorrência à preocupação em definir o pertencimento a um grupo frente a outros. Não terá sido essa a motivação de redigir uma história que justificasse limites territoriais e projetasse aos mais distantes passados uma identidade nacional pura e indissolúvel: definir o grupamento de quem somos? "A história é, inicialmente, uma narrativa autocentrada. O "auto" da história é a família, o clã, o grupo étnico, depois a cidade, a pátria ou a região de origem, por fim – especialmente a partir de fins do XVIII –, o Estado nação"[9]. No século XIX, esse "auto", esse nós, concretiza-se na busca das identidades de pertencimento, enquanto "centrada" se refere ao espaço no qual o grupo habita,

---

6 VINCENT, Bernard. Prólogo. *In:* TRUCHUELO, Susana; REITANO, Emir (ed.). *Las fronteras en el mundo atlántico* (siglos XVI-XIX). La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017, p. 13-16.

7 HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudios Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, jan.-abr., 2017, p. 219-240.

8 SUBRAHMANYAM, Sanjay. [...] *Estudios Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, jan.-abr., 2017, p. 231.

9 SUBRAHMANYAM, Sanjay. [...] *Estudios Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, jan.-abr., 2017, p. 223.

o território. Tal postura terá deixado forte influência sobre a narrativa histórica, que no século XXI ainda ensaia formulações transnacionais, articulados por espaços que transcendam os das nações atuais[10].

O tema das fronteiras, por conseguinte, atrela-se ao das identidades por indicar até onde elas se estendem e quando começam a conviver com outras. É possível adicionar, por extensão, que a História terá algo de intrínseco às fronteiras enquanto razão de ser. Os historiadores estão frequentemente – senão sempre – traçando fronteiras, definindo grupos (culturais, econômicos, sociais), identificando sistemas de inclusão e exclusão que terminam por selecionar quem faz parte de uma comunidade e quem lhe é estranho, ainda que próximo. É nesse sentido que devemos ter em mente o tema das fronteiras enquanto inesgotável e permanente: ele retoma o interesse da História pelo estudo do particular, que, por sua vez, atende à função terapêutica de reconstruir as identidades humanas no tempo[11]. Entretanto, a ideia de fronteira também obriga a de contato e convivência, ainda que não necessariamente harmoniosa. Ao nos dedicarmos a compreender grupos, também nos responsabilizamos por considerar como se relacionavam com outras comunidades, o que implica que se identificassem pelas distinções e complementariedades que estabelecem[12].

Sem abandonar a estimulante ideia de uma história total, é preciso admitir que um estudo cientificamente conduzido tenderá a abordar os objetos seccionando-os em suas diferentes dimensões. Trata-se de considerar a realidade social enquanto um poliedro, com inúmeros lados e ângulos, do qual só conseguimos encarar algumas faces de cada vez. De uma determinada perspectiva, a dimensão econômica da sociedade sobressai; de outra, a política; a partir de uma terceira, a cultural e assim sucessivamente. A totalidade não será possível de observar em um único golpe de vista, sendo necessário rotacionar nosso diamante social a fim de perceber-lhe os diferentes componentes, o que inevitavelmente acarreta não ser possível compreender ou analisar todas as dimensões a um só tempo. De fato, a própria ideia de análise implica desmontar algo para entender seu funcionamento e composição. Portanto, a História tenderá a investigar aspectos selecionados a cada etapa de investigação. Algo semelhante se dá com as fronteiras, que podem ser territoriais, políticas, agrárias, culturais, sociais e, não raro, um misto de diferentes condições. A avaliação dependerá do referencial elencado para examinar um conjunto de relações estabelecidas no tempo, tendo para isso o cuidado de considerar elementos passíveis de comparação.

---

10 ELLIOTT, John H. National and transnational history. *In:* ELLIOTT, John H. *History in the making*. New Haven and London: Yale University Press, 2012; GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic history*: a critical appraisal. New York: Oxford University Press, 2009.

11 CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Teoria e prática da metodologia da pesquisa histórica: reflexões sobre uma experiência didática. *Revista de Teoria da História*, ano 1, nº 3, jun 2010, p. 7-19.

12 BARTH, Fredrik, Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 34-35.

A polissemia do vocábulo fronteira torna-se ainda mais evidente em sua conversão ao inglês, para o qual pode ser traduzido de diferentes maneiras: frontier, border, borderland, wilderness, limit, boundary. As palavras inglesas terão significados diferentes, demonstrando o quão abrangente a expressão pode ser, uma realidade que oferece ambiguidade[13]. Independente do referencial adotado para analisar uma fronteira, ela será mais bem compreendida na medida em que pensamos sua manifestação física (contato) enquanto resultante das relações sociais que a determinam, valorizando, portanto, sua dimensão humana. Mesmo as fronteiras territoriais são produtos de conflitos e disputas, do jogo de força entre contestadores, o qual se modifica no decurso do tempo, não sendo predeterminadas por forças extra-humanas. A fronteira manifesta-se espacialmente, mas não será resultado do território em si, estabelecendo-se a partir dos relacionamentos entre os atores sociais que o habitam. A questão das fronteiras territoriais reside, portanto, na identificação dos atores envolvidos, do tipo de convivência e disputa que realizam e dos instrumentos por eles utilizados, os quais se desdobram sobre um ambiente específico[14].

É seguro tomar por ponto pacífico que, a partir dos anos 1980, a ideia de fronteira, em estudos sobre a América Ibérica, passou por uma reformulação que dispensou a narrativa teleológica nacionalista e a justificativa de ações imperialistas sobre grupos étnicos indígenas. E, assim, passou a pautar-se pela evidência de diversidade cultural e política, bem como pela conexão com processos amplos em curso no mundo atlântico[15]. Na altura de 2018, com cerca de quarenta anos de produção, a inovação tornou-se uma posição consolidada, não sendo mais necessário apontar as diferenças historiográficas em relação a trabalhos anteriores. Dado o desgaste de historiografias fundadoras dos nacionalismos e legitimadoras da ação do Estado, não será um atraso pensarmos as fronteiras em suas manifestações territoriais? A resposta é negativa se nos dirigirmos a compreender as forças envolvidas. Oferecendo explicações sobre o que está em jogo na relação de fronteira, obteremos conhecimento para além do casuístico, especialmente nas situações de contestação, nas quais se cria a oportunidade de perceber a escala de valores dos atores sociais, bem como seu repertório de discursos e práticas na tentativa de perpetrar ganhos e proteger-se de perdas.

---

13 PRADO, Fabrício. The fringes of empires: recent scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. *History Compass*, 10/4, 2012. p. 318-333.

14 Um rico e bem redigido exemplo consta na obra de HERZOG, Tamar. Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

15 PRADO, Fabrício. The fringes of empires: recent scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. *History Compass*, 10/4, 2012. p. 318-333.

POR UM MAR INÚMERAS VEZES NAVEGADO

Revisitar regiões de fronteiras na Era Moderna (entre os séculos XV e XIX) nos auxilia a perceber a multiplicidade de atores sociais envolvidos, o contato de longa data entre populações que respondem a centros de legitimidade distintos e a evidenciar um laboratório para o elemento da soberania, isto é, a quem se destina a fidelidade política. A comparação entre diferentes regiões habilita a desmistificação de falsas especificidades, o que contribui para compreender a formação e funcionamento de construtos políticos em grandes espacialidades, os quais devem sua unidade a fluxos comerciais, migratórios, postais, dentre outros. A despeito das divergências em torno do termo, nós os chamaremos impérios, com plena consciência de que a terminologia não sugere unidade em termos políticos ou jurídicos e muito menos territorial, sendo antes um projeto capaz de lidar com a extrema diversidade de seus habitantes[16]. Império, portanto, designa formações amarradas por laços políticos e culturais, cujas bases materiais (economia e divisão social) são por demais diversificadas para oferecer uma ideia de pertencimento e de coesão.

Um mar pode ser uma fronteira e, no caso do Mediterrâneo, esta fronteira coloca em contato inúmeras entidades políticas e culturais dispostas por três continentes. Na proposta de Fernand Braudel, este espaço é compreendido ao tempo do reinado de Felipe II, Habsburgo, rei católico de Castela e Aragão. A despeito de sua proposta de longa duração, Braudel dedicará a segunda e terceira partes de sua obra ao grande embate entre Habsburgos e Otomanos no mar interior e nos territórios em torno dele, selecionando os impérios enquanto atores sociais protagonistas na articulação dos espaços e de suas populações. “El drama del Mediterráneo, en el siglo XVI, es, ante todo, un drama de crecimiento, que brota de los esfuerzos de los colosos políticos de la época por acomodarse”[17]. A valorização das grandes unidades políticas, contudo, é aparente, visto que nelas se entende a existência de civilizações: construtos culturais com referenciais de comportamentos próprios ainda que dotados de heterogeneidade. Sob a aparente unidade do governo de um único soberano encontramos mosaicos religiosos, jurídicos, linguísticos e sociais.

---

16 HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com palavras. *In:* XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016; ELLIOT, J. H. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, nº 137, 1992. p. 48-71; BENTON, Lauren. Empires of exception: history, law and the problem of imperial sovereignty. *Quaderni di Relazioni Internazionali*, n. 6, dez 2007. p. 54-67; MALCOM, Noel. *Agents of empire: knigths, corsairs, jesuits and spies in the Sixteenth-Century Mediterranean world*. New York: Oxford University Press, 2015; VIVO, Filippo de. *Information & communication in Venice*: rethinking early modern politics. New York: Oxford University Press, 2007.

17 BRAUDEL. Fernand. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo em la época de Felipe II*. Tomo segundo. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 12.

O entendimento do Mediterrâneo enquanto fronteira não é propriamente uma leitura de Braudel, tendo sido proposto por Emilio Sola Castaño, o qual se fez acompanhar de Gennaro Varriale e Emrah Safa Gürkan[18]. Detém-se sobre o confronto secular entre as duas potências imperiais – um embate de pretensões unificadoras, respaldado na pretensão universalista das religiões envolvidas – e nos convencem de que o Mediterrâneo é melhor compreendido se sua temporalidade inclui tanto o reinado de Felipe II quanto o de Suleiman I. Gürkan e Varriale, cada um a seu tempo, nos apresentam o sultão menos como um antagonista e mais como portador de um projeto político próprio, o qual, em dado momento, teve possibilidades de impor-se enquanto modelo dominante, inclusive sobre ampla área na Europa.

No sentido de privilegiar os encontros, as interações culturais e os confrontos, estes trabalhos deslocam o cenário de análise da totalidade mediterrânica para seus setores específicos, como a costa da Berberia, o mar Adriático e os Balcãs, regiões tradicionalmente desprezadas pelos grandes modelos históricos (mas abordadas na obra braudeliana). Ao fazê-lo nos advertem de que as regiões de estudo a que se dedicam os historiadores não precisam e não devem responder à hierarquia política e econômica do presente, antes sim avaliar a importância de cada região em temporalidades específicas, segundo padrões da época estudada. Esta atitude equivale a exercer a alteridade do investigador em relação ao passado, ele mesmo uma terra estrangeira. Nas regiões enfocadas desenvolveram-se enredos de aventuras quase literárias, os quais foram possíveis justamente pela interação constante entre pessoas de lealdades políticas diversas, portadoras de códigos culturais próprios. É possível afirmar que não se resumem a esquemas simplistas nos quais os cristãos respondem a Felipe II e ao papa, enquanto os muçulmanos atenderam ao sultão e seus vizires. Outras possibilidades são apresentadas, de maneira que os atores em destaque são os híbridos e os capazes de se mover em meio às ambiguidades dos territórios em disputa, transportando mensagens e conectando a espaços e subsistemas. É pelo embate entre impérios que Gürkan explica, por exemplo, como as províncias otomanas imediatamente fronteiriças foram dotadas de maior autonomia administrativa e militar. Devido à imensidão dos domínios do sultão foi necessário conferir liberdade militar aos governadores para que pudessem prontamente reagir às ameaças ou aproveitar as oportunidades de conquista, o que terminou por gerar exércitos particulares,

---

18 SOLA CASTAÑO, Emilio. Los que van y vienen. Marinos, espías y rescatadores de cautivos em la frontera mediterránea. *In:* GARCÍA MARTÍN, Pedro; SOLA CASTAÑO, Emilio; VÁZQUEZ CHAMORRO, Germán. *Reegados, viajeros y tránsfugas.* Comportamientos heterodoxos y de frontera en el siglo XVI. Madrid: Fugaz ediciones, 2000, p. 63-69; GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th Century Mediterrean*: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry. Washington: PhD dissertation, Georgetown University, 2012; VARRIALE, Gennaro. El espionaje hispánico después de Lepanto: el proyecto de fray Diego de Mallorca. *Studia Historica: Historia Moderna*, vol. 34, 2014. p. 147-174. A proposta do Mediterrâneo moderno enquanto fronteira deu origem ao portal Archivo de la Frontera, que concentra iniciativas de valorização da história mediterrânica para o século XVI, com valorização para os encontros culturais. Para saber mais, acesse: http://www.archivodelafrontera.com/.

mantidos às custas dos subordinados dos sultões[19]. Na mesma medida, eram mantidos nessas províncias serviços de informação e espionagem dependentes primeiramente dos governadores, que dispunham da autoridade para manter os informes para si ou enviá-los ao sultão. Tal poder era fomentado pela condição desafiante dos Habsburgos e que distribuía a soberania da Sublime Porta de forma desigual ao longo do império[20].

Se o Mediterrâneo em si pode ser considerado uma fronteira no século XVI, certas cidades eram palcos privilegiados para os paradoxos e mundos sobrepostos dessa condição. Grandes centros, a exemplo de Veneza e cidades mais modestas como Dubrovnik (na atual Croácia) e Ulcinj (no atual Montenegro), eram espaços multiétnicos, multiconfessionais e de múltiplas lealdades políticas. Talvez seja melhor descrevê-las enquanto encruzilhadas dos impérios. Dubrovnik e a pequena Ulcinj distam apenas 150 quilômetros uma da outra, seus promontórios e baías ofereciam atracadouros seguros nas viagens marítimas entre Istambul e Veneza, além das ligações terrestres de longa distância se espalharem pelas Balcãs, chegando à Grécia, ao sul, e à Áustria, à Romênia, e no extremo, à Polônia, ao norte[21]. Por tal motivo, circulavam pelas cidades muçulmanos de diversos fenótipos, eslavos católicos de quem Roma suspeitava de paganismo, cristãos ortodoxos gregos e judeus fixos ou nômades nascidos em diferentes territórios. No campo das ocupações, contavam-se mercadores, soldados, diplomatas, marinheiros e piratas, muitas vezes atuando de forma ambivalente. Os piratas eram saqueadores e, em certa medida, soldados, da mesma forma que eram comerciantes, vendendo suas mercadorias pilhadas e traficando escravos. Para sobreviver e prosperar faziam as vezes de advogados, manipulando os códigos legais e suas brechas para evitar a perseguição das marinhas imperiais[22]. E o que dizer dos comerciantes? Em suas viagens marítimas, mantinham-se atentos a tudo o que se passava, conversavam com diferentes pessoas e recolhiam informes sobre lugares distantes, convergindo as diferentes versões em relatos apresentados aos governadores otomonos, aos doges de Veneza, aos núncios papais ou aos secretários do rei papeleiro Habsburgo[23]. Traficavam conhecimento na mesma proporção de tecidos, especiarias e metais.

---

19 GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th Century Mediterrean*: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry. Washington: PhD dissertation, Georgetown University, 2012. p. 348-350.

20 A expressão designa o Império Otomano.

21 Uma menção especial deve ser feita à Polônia, cujo território na era Medieval e Moderna encarna perfeitamente a ideia de encruzilhada entre Europa e Ásia. A cultura e população polonesa devem ser compreendidas como originais em grande medida por realizarem trocas culturais com tradições a leste e a oeste na mesma intensidade. Ver: ZAMOYSKI, Adam. *Poland*: a history. London: Harper Collins, 2009.

22 MALCOM, Noel. *Agents of empire: knigths, corsairs, jesuits and spies in the Sixteenth-Century Mediterranean world*. New York: Oxford University Press, 2015; BENTON, Lauren. Legal spaces of empire: piracy and the origins of ocean regionalism. *Comparative Studies in society and History*, vol. 47, n. 4, oct. 2005, p. 700-724.

23 GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th Century Mediterrean*: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry. Washington: PhD dissertation, Georgetown University, 2012.

Antes de multiplicar exemplos, podemos perguntar: onde exatamente se concretizava a fronteira? Seria de modo amplo e fluido nas ondas do Mediterrâneo? Nos muros das cidades, formando um limite bastante concreto? Ou singularmente nas pessoas que iam e vinham por tais espaços? Cremos que a resposta mais adequada é em nenhum deles. A fronteira era o conjunto de relações sociais atravessadas pelas ideias de pertencimento, de modo que os espaços – marítimos ou terrestres – eram oportunidades para que se dessem os contatos entre agentes, marcados por estranhamento e aproximação. E, nestes espaços de grande trânsito, em posições próximas dos limites de cada império, em zonas de contato de tradições culturais diversas, há oportunidades para que os historiadores possam, em sua obsessão milenar (mas salutar) pelas identidades, perceber a manifestação de contatos fronteiriços, que, por definição, serão sempre transimperiais, transculturais e transnacionais. O exemplo brindado pelos impérios no Mediterrâneo aponta para o fato de que muitas vezes uma realidade de fronteira mescla elementos em disputa. No caso, são mais propriamente políticos e religiosos, mas os estudos citados nos dirigem ao campo da ação social ao dedicarem-se ao tema da comunicação política e da espionagem, que adicionará também a importância da linguagem e do discurso à análise. Não obstante, de modo algum a questão do espaço e do território deve ser desprezada, na medida em que oferece o palco sobre o qual os atores perpetram ações.

Quando dirigimos nossa atenção à atividade espiã, por exemplo, as condições de manifestação de fronteiras e das soberanias que as sustentam tornam-se particularmente desafiadoras. Afinal, espiões são agentes subordinados ou fiéis a um soberano que se destinam a recolher informações em espaços controlados por outro. São especialistas em atravessar os limites formais dos impérios e adentrar, por vezes sob disfarce, em domínios alheios. No caso mediterrânico, eram espiões otomanos infiltrados no império habsburgo e vice-versa, com grande abertura para agentes duplos, trocas de lealdades e disfarce de identidades culturais e devocionais, além de casos de subordinações totalmente mescladas. A investigação sobre a espionagem adquire a condição de estudo de história total, quando consideramos que envolve ação social, identidade dos sujeitos envolvidos (bem como formas de manipulá-las), linguagem e discurso para transmissão de resultados.

Em algumas ocasiões, as peripécias de agentes nas periferias imperiais e entre possessões abriam oportunidades para que estes trânsfugas apresentassem algo da fronteira aos principais atores políticos em questão. Foi assim com o frade franciscano Diego de Mallorca, originário da ilha de Maiorca, que, ao ser nomeado Vigário Geral do Santo Ofício em Túnis, viu-se responsabilizado por professar o cristianismo em meio à população predominantemente muçulmana. Quando do cerco de La Goleta, ele foi visto exortando os defensores da praça, carregando uma cruz em uma mão e uma espada em outra. Sua fé deve ter fraquejado diante da tensão do momento, pois foi ferido por uma flecha e escravizado pelos inimigos.

Enviado para Istambul, o frade serviu nos banhos turcos por um mês, sendo resgatado graças à intervenção de outro franciscano. Diego permaneceu mais alguns meses na cidade, visitando prisioneiros cristãos com frequência. Em paralelo, travou contato com a elite otomana graças ao auxílio de seus próprios familiares que viviam nas terras do sultão, dentre eles, uma tia casada com um pashá e um primo, tesoureiro há vários anos do Grão Vizir. "Así el fraile conoció a Leonora Spalletta, una italiana casada com Piali Bajá, que más tarde iba a escribir una carta a Ana de Austria, esposa de Felipe II, donde aseguraba devoción y lealtad de Diego".[24] Quando finalmente partiu em direção a Nápoles levava diversas cartas redigidas pelos escravos direcionadas a seus parentes, pedindo intercessão de Felipe II em seu favor. Encurtando a narrativa, em dezembro de 1575, Diego encontrava-se em Madri, sendo recebido no Escorial pelo próprio rei católico, para quem narrou as notícias que pudera apreender. A diversidade de temas e de espaços mencionados (apoio francês aos otomanos após a batalha de Lepanto, manobras gálatas na Polônia e confabulações rebeldes genovesas) só não são mais surpreendentes do que o fato de que já eram conhecidas na Corte espanhola, por meio de outros canais. De todo o modo, na pessoa do frade Diego, em sua circulação e agência os contatos se realizavam demonstrando as aproximações e afastamentos da multifacetada realidade do Mediterrâneo quinhentista, uma fronteira de diversas naturezas que se movia de modo tão surpreendente quanto o mar.

Episódios como o de Diego de Mallorca são tão apaixonantes quanto curiosos porque mostram a capacidade de sujeitos adaptarem-se às circunstâncias e remodelarem os recursos disponíveis, valendo-se para tanto dos relacionamentos cultivados e do conjunto de estímulos e constrangimentos que os levaram a agir de determinada forma. Também demonstram as subdivisões dentro de modelos de grande porte, pois debaixo dos guarda-chuvas identitários habsburgo e otomano encontramos categorias que oferecem outras identificações, possíveis de diversos cruzamentos: maiorquino, veneziano, bérbere, grego, turco, muçulmano, católico, ortodoxo, cripto-cristão, frade, inquisidor, escravo, resgatado, espião, fiel vassalo. As identidades adquirem sentido de acordo com os relacionamentos acionados em cada situação. Por exemplo, ao ajudarem Diego a ultrapassar o cativeiro e obter informação de utilidade ao rei espanhol, seus dois parentes eram vistos como fiéis vassalos e agentes valiosos por Felipe II, enquanto que, se fossem descobertos por Suleiman I, seriam julgados como traidores infiéis que simulavam a fé muçulmana. A mesma situação, duas leituras diferentes e, exatamente por esse motivo, a necessidade de dissimular e enviar códigos enganosos aos agentes da Sublime Porta. A realidade mediterrânea quinhentista sugere que a fronteira enquanto linha divisória não é capaz de explicar a realidade, sendo melhor optarmos pela ideia de interpenetração, imaginando um degradê entre identidades e soberanias estabelecidas composto de diversos matizes.

24 VARRIALE, Gennaro. El espionaje hispánico después de Lepanto: el proyecto de fray Diego de Mallorca. *Studia Historica: Historia Moderna*, vol. 34, 2014, p. 161.

UM MUNDO NOVO E ADMIRÁVEL

O desvio ao Mediterrâneo pode parecer fora de propósito, mas não o é. A visita apresentou a realidade fluída e multifacetada de uma fronteira, bem como as formas de agentes imperiais lidarem com a mesma. Certamente não falta literatura sobre o tema para a América, mas é importante termos em mente que a realidade de encontros e o desafio da alteridade são fenômenos difundidos em escala global[25]. Abandonando a contenda entre Felipe II e Suleiman I e dirigindo-nos ao "novo mundo" americano, devemos nos recordar que este foi progressivamente conquistado pelos espanhóis em paralelo a suas refregas mediterrâneas, além da convivência de vários séculos com muçulmanos e judeus na Península Ibérica. Ou seja, a experiência de contato com outras culturas e de fluidez em tais relações estava disponível no repertório dos conquistadores da América há várias gerações.

Para Schaub, o repertório cristão-católico oriundo da vivência com grupos de outras crenças foi fundamental para a elaboração de categorias e discursos raciais, que conduziram a políticas de segregação. A motivação, curiosamente, foi o progressivo estabelecimento de comunidades moçárabes, fenômeno que tendia à eliminação da distinção entre o ethos cristão e a alteridade muçulmana. Tratava-se de "criar uma nova forma de alteridade que respondesse à diluição da diferença de certas minorias na ordem sociopolítica", isto é, quando a diferença se fazia cada vez menos perceptível articularam-se discursos que defendiam a impossibilidade de integração, o que reforçava posições sociopolíticas de grupos reduzidos e privilegiados[26]. Tal experiência adquiriu corpo especialmente frente à comunidade judaica, cuja diferença passou a ser espacialmente demarcada por bairros especiais e por um processo de racialização. Obviamente, tal delimitação de grupo foi reprisada com sucesso frente aos africanos quando de sua sistematização enquanto mão de obra escrava na América, o que torna a produção da fronteira étnica judaica uma experiência matricial do império português.

O continente americano era uma fronteira aos europeus em todos os sentidos. Os inúmeros povos que nela viviam há milênios demonstravam consciência dessa condição, dividindo-se em tribos, nações, sociedades urbanas e definindo-se enquanto comunidades que conviviam com outras, explicitamente diferentes.

---

25 Um balanço apurado consta em PRADO, Fabrício. É recomendável a leitura de BARR, Juliana; COUNTRYMAN, Edward (ed.). *Contested spaces of Early America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014. A coletânea "O governo dos outros" dedica-se totalmente ao tema para o império português, em diferentes continentes, partindo das experiências medievais e alcançando o fim do domínio do imperialismo luso na África. XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

26 SCHAUB, Jean-Frèderic. Reflexões para uma história política das categorias raciais no Ocidente. *In:* XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 115.

Tais diferenciações eram definidas por uma conjugação do comportamento coletivo dos grupos com entendimento próprio de seus pertencimentos[27]. Portanto, quando agregamos arauaques, caigangues, mexicas, powhatans e shoshones (dentre inúmeros) sob o rótulo "indígenas" terminamos por supor-lhes uma unidade que não possuíam, um denominador comum capaz de operar somente em termos espaciais amplos (continentais), mas não sociais. Não havia unidade ou uniformidade cultural, econômica, política ou social na América do século XVI, assim como não as havia na Europa, na África ou na Ásia.

Os exemplos mexica e inca – ambos de sociedades de tipo complexo – descrevem construtos políticos, nos quais uma etnia governante se sobrepunha a inúmeras outras, extraindo tributos e mobilizando trabalho compulsório. A vitória dos espanhóis sobre adversários tão articulados, por sua vez, foi possível ao explorar as divergências entre os vários grupos e as insatisfações dos dominados. Quando os habitantes da cidade de Tlaxcala se uniram aos espanhóis contra os mexica de Tenochtitlán eles não se viram rompendo com iguais (e muito menos traindo-os), mas revidando a inimigos contra os quais competiam por gerações[28]. Tal perspectiva não minimiza a violência da conquista espanhola, nem o fato de que as sociedades americanas originárias enfrentaram significativas transformações, mas torna mais compreensível o seu sucesso e nos alerta para o fato de que muitas dessas culturas não desapareceram, antes sim compuseram novos mosaicos territoriais e identitários.

Os europeus que chegavam à América, entretanto, não aplicavam o raciocínio uniformizante a si mesmos, diferenciando-se de diversas formas: em relação ao monarca a que se submetiam, em relação aos hábitos que praticavam e, sobretudo, pela fé que professavam. A religião cristã demonstrou ser um alicerce da diferenciação frente aos grupos nativos americanos, muito provavelmente replicando as alteridades frente aos judeus e cristãos-novos na Península Ibérica, aos muçulmanos no Mediterrâneo e às variadas culturas africanas. Conforme Cañizares-Esguerra, tanto conquistadores espanhóis quanto peregrinos puritanos aplicaram discursos demonizantes em relação ao continente recém-descoberto, descrevendo-o ora como inferno, ora como purgatório. Embora ibéricos e anglos fizessem questão de explicitar sua simultânea diferença em relação aos ameríndios e aos demais europeus eles terminavam por aproximar-se em termos de estrutura discursiva de afirmação da diferença. Católicos e protestantes apontavam a si mesmos como soldados ou heróis de Cristo conduzindo uma batalha na América pela alma dos nativos em um território no qual o diabo demonstrava uma

---

27 A ideia de cultura e de sociedade aqui defendida é oriunda de Fredrik Barth, que defende que devemos "pensar na sociedade como o contexto de ações e de resultados de ações". BARTH. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. *In:* BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 186.

28 BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: A América Latina Colonial I, volume 1. São Paulo, Brasília: Universidade de São Paulo, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

forte influência. As similitudes transbordam da estrutura narrativa, passando às metáforas utilizadas, às formas de descrição de diferentes populações e ao julgamento da própria natureza, dado que os autores dos relatos sobre a conquista e conversão eram agentes que compartilhavam tradições teológicas similares[29].

A apreciação de Cañizares-Esguerra conduz a provocativo paradoxo. De um lado, os europeus procuravam diferenciar-se dos indígenas, descrevendo a si como combatentes contra o demônio, o que os equipara a arautos de uma civilização. De outro, eles buscavam explicitar sua diferença uns frente aos outros – no exemplo, entre ibéricos católicos e ingleses puritanos – mas, em sentido geral, suas práticas discursivas eram estruturalmente semelhantes. Ou seja, os grupos europeus buscavam diferenciar-se agindo de forma assemelhada, o que postula desafios à identificação dos grupos e de suas alteridades. Nem Cañizares-Esguerra afirma que inexistiam diferenças entre os dois grupos analisados, nem a aproximação discursiva é suficiente para que os europeus se entendessem enquanto um bloco único frente às sociedades seculares da América. Outros elementos atravessam a constituição da identidade europeia, tais como a subordinação a um rei ou entidade política soberana, a língua, a lei, os costumes. Entrementes, em impérios tão acostumados à diversidade e que conscientemente procuravam atrair súditos que ostentavam diferenças em diversos níveis – como na cristianização de muçulmanos em Túnis pelo frei Diego de Maiorca – achar denominadores comuns internos era tarefa tão difícil quanto considerar-se igual aos integrantes de outro desses impérios.

Essa contradição, entrementes, compõe o duplo sentido que a ideia de fronteira adquiriu na América. Em cada império europeu atuante no continente havia um esforço em diferir dos indígenas tanto quanto de outros grupos europeus[30]. De um lado, as fronteiras na América indicavam o contato com as comunidades ameríndias, que por não serem cristãs eram consideradas à margem da civilização (frontier). De outro, disputava-se a possessão da terra com outros europeus, identificados como concorrentes, quando não como inimigos (borderland). Em ambos os casos se estabeleciam ambiguidades e porosidades, que apontam para limites não só nas soberanias imperiais, mas na própria ideia de soberania.

Nessa linha de raciocínio, Tamar Herzog articulou a realidade americana com a da Península Ibérica ao examinar formas de disputa por territórios e comunidades, questionando a ideia de que no "Novo Mundo" a posse da terra seria disputada devido a imperfeições legais ou ausência de instrumentos da autoridade central. Padrões semelhantes são visitados nas disputas entre portugueses

29 CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y puritanos em la colonización de América*. Madrid: Fundación Jorge Juan, Marcia Pons, 2008.

30 ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American history. *The American Historical Review*, 104/3, 1999, p. 814-841; PRADO, Fabrício. The fringes of empires: recent scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. History Compass, 10/4, 2012, p. 318-333.

e espanhóis na Península Ibérica, o que permite pensarmos em uma cultura jurídica comum, mais do que na ausência de regramento[31]. O tempo e as distâncias não escapavam às preocupações quando da emissão de novas regras e leis, conduzindo a um progressivo aprendizado sobre como lidar com elas, não somente para o ultramar, mas igualmente para o reino de Portugal[32]. Obviamente, devemos atentar aos específicos de cada situação, mas exercícios como o de Herzog nos auxiliam a perceber o quanto situações particulares são peças em mosaicos muito mais amplos. Não será fora de propósito, considerar que as fronteiras de possessão se delimitavam menos por limites diplomáticos do que pelas práticas dos atores envolvidos local ou centralmente, de forma que um dos instrumentos mais evocados na disputa por território era a contestação. Quando um dos lados envolvidos realizava ações em território visado ou controlado pelo vizinho, este tinha necessariamente de contestar a iniciativa, sob pena de seu silêncio ser interpretado como consentimento. Por tal motivo, pequenas ações podiam dar início a uma monstruosa produção de papéis, que buscava registrar e oficializar a objeção. Sobretudo a omissão e o silêncio deveriam ser evitados, mesmo quando o controle sobre uma área fosse mais fictício do que real. Nesse sentido, o atrito e a concorrência eram elementos estruturantes na delimitação dos impérios ibéricos na América, em consonância com a experiência mediterrânea.

Não obstante as disputas frente aos portugueses, Herzog propõe que mesmo a soberania real pode não ter sido o principal elemento de unidade a uma identificação espanhola ao longo da Era Moderna. A autora declara-se simpática à interpretação de que foram o contato e convivência com o mundo ameríndio e a concorrência com outros europeus os responsáveis por forjar uma "espanholidade" (spanishness), pautada na ortodoxia religiosa enquanto elemento civilizacional. Definir o que era um espanhol, portanto, esteve intimamente relacionado com definir o que era um estrangeiro ou um indígena e tais categorias passavam menos pelo local de origem ou pela ascendência familiar do que pela performance dos atores sociais, em especial a religiosa. Para superar a divisão entre aragoneses, asturianos, catalães e castelhanos optou-se – não de forma consciente – por uma unidade religiosa pautada pela missionação, que já se manifestara na guerra contra os muçulmanos na Península Ibérica e no Mediterrâneo e que seria reprisada na América pela conversão de seus povos nativos e na Europa ao repelir os cultos protestantes. Talvez por isso a fronteira hispano-americana apresentava-se porosa e receptiva à miscigenação com povos ancestrais americanos, eles podiam ser convertidos e tornados bons cristãos, adentrando o mundo civilizado e aproximan-

---

31HERZOG, Tamar. Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*.* Cambridge: Harvard University Press, 2015.

32 CARDIM, Pedro; BALTAZAR, Miguel. A difusão da legislação régia (1621-1808). In. FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 161-207.

do-se dos espanhóis. A identidade podia ser aprendida e a fronteira transposta[33].

O desafio não era exclusivo às conquistas ultramarinas, pois na Península se fazia necessário civilizar incontáveis camponeses e rústicos, corrigindo desvios religiosos – o que certamente auxilia a entender a força disciplinadora da Inquisição espanhola. Finalmente, há que se considerar que nem todos os territórios europeus dos Habsburgos assumiram uma identidade espanhola, o que implica que somente a soberania de um mesmo monarca não era elemento suficiente para fomentar o despertar da nacionalidade espanhola. Na Espanha peninsular, subdividida em reinos com leis e tradições distintas, além de línguas próprias, não era possível identificar-se enquanto espanhol; isso ocorreu primeiramente na América, diante de grupos com os quais sustentava-se uma diferença religiosa e civilizacional fundamental.

É necessário considerar que os espanhóis – católicos e ibéricos – apresentavam uma condição de aproximação e afastamento tanto de ameríndios quanto dos europeus. Eles eram civilizados, diferentes dos americanos originários, mas podiam fazer estes adentrar seu universo. Eram católicos cavaleiros de Cristo, diferentes dos pregadores puritanos (hereges aos olhos hispânicos), mas igualmente lutavam contra o demônio na ofensiva de conquista da América em nome de Deus. Essa dupla diferenciação aproximava os espanhóis aos portugueses, mas a concorrência por territórios e súditos conduziu ambos a um jogo retórico em torno de quem chegou primeiro a qual espaço ou de quem efetivamente o ocupava ou de quem havia cristianizado quais populações nativas que impedia a aproximação entre os ibéricos, conduzindo-os não raro ao confronto bélico. Portanto, é seguro concluirmos que os impérios ultramarinos europeus se desenvolveram não a partir de uma homogeneidade que foi transportada para outros continentes, mas, a partir de uma diversidade revisada na medida em que se travou contato com novas alteridades, convertendo-se em identidades então inéditas.

O crescimento da presença europeia na América e a construção de sociedades híbridas ao longo de séculos foram acompanhados da transformação no significado dos limites das mesmas. Adelman e Aron propuseram-se a pensar a mudança de situações de fronteiras disputadas (borderlands) para a de fronteiras delimitadas (borders). Na primeira situação localizamos áreas de limites incertos ou não demarcados, de intensa rivalidade imperial e relações fluídas entre populações ameríndias e de ascendência europeia. Na segunda situação, as fronteiras enrijecem, tal qual as relações entre os grupos étnicos, diminuindo o grau de mestiçagem e aumentando o nível de exigência no reconhecimento de "outros" enquanto portadores de direitos semelhantes aos "nossos". Em certo

33 HERZOG, Tamar. "És capaz de reconhecer um espanhol quando vês um?". "Nós" e "eles" no Atlântico ibérico da época moderna. *In:* XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 619-636.

nível, há um paralelo com a situação descrita por Schaub para a criação de categorias raciais, isto é, conforme algumas marcas de distinção tornam-se difusas e imperceptíveis, outras são elencadas para identificar os grupos. Pensando a passagem do século XVIII para o XIX na zona dos Grandes Lagos, do vale do Missouri e do rio Grande, na América do Norte, os autores advogam que o endurecimento se liga à afirmação do Estado-nacional identificado como Estados Unidos da América, mas não consideram o processo exclusivo, reconhecendo semelhanças para a Florida, a América Central, a bacia do rio da Prata e o nordeste brasileiro. Entretanto, defendem que nos três primeiros exemplos os nativos americanos não dispunham do mesmo nível de oportunidades para negociar termos mais favoráveis ou inclusivos, ocorrendo o endurecimento na fronteira. Surgidas como porosas e estimulando a mestiçagem cultural e biológica, estas áreas foram se alterando, revelando uma mudança mais ampla. Conforme os custos oferecidos pelas alianças interétnicas superaram os benefícios, fronteiras abertas se tornaram limites[34]. E no que diz respeito à incorporação de sociedades indígenas tal fenômeno não se limitou ao período colonial americano, projetando-se aos Estados-nacionais e mantendo-se um assunto pendente em diversos países até a atualidade, quando indígenas ainda são tratados como cidadãos de segunda classe[35].

A sugestão de Adelman e Aron talvez seja mais universal do que suas conclusões sugerem, dependendo de estudos de casos para ampliar sua validade. No território da atual Argentina a progressão rumo ao sul, a partir de Buenos Aires, deslocou populações milenares levando a confrontos e expedições militares a fim de disponibilizar áreas agriculturáveis a proprietários descendentes de espanhóis[36]. Tais esforços na direção meridional adquiriram consistência a partir de 1810, sendo, portanto, parte da própria afirmação do Estado, do território e da nacionalidade argentina, o que é defendido por Reguera como uma preocupação consciente dos dirigentes da nova república: "el tema de la frontera desde el punto de vista de la documentación oficial fue un tema de seguridad para el nuevo estado independiente"[37]. A fronteira oscilava entre os significados da paz e da guerra, o que torna profícuo pensá-la como "sistema de relações sociais", elas mesmas transitórias. Contudo, tais relações compuseram, no longo prazo, o processo de incorporação de territórios indígenas ao Estado-nação argentino, significando a supressão de modus vivendi anteriores e a subordinação de identidades a uma nacionalidade com pretensão homogeneizadora.

---

34 ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American history. *The American Historical Review*, 104/3, 1999, p. 839.

35 PRADO, Fabrício. The fringes of empires: recent scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. *History Compass*, 10/4, 2012, p. 329.

36 REGUERA, Andréa. "Conocer para gobernar". Exploración, reconocimiento y ocupación del teritorio em la frontera sur de Buenos Aires (primera mitad dels siglo XIX). *In:* VARGAS, Jonas. *Belicosas Fronteiras*: contribuições recentes sobre política, economia, escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Fi, 2017.

37 REGUERA, Andréa. *In:* VARGAS, Jonas. *Belicosas Fronteiras*: contribuições recentes sobre política, economia, escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Fi, 2017, p. 132.

Experiências como essa são visíveis na capitania da Paraíba, na área do sertão do Piancó, na segunda metade do XVIII. Descontando o elemento de nacionalidade, encontraremos os índios panati, já aldeados pelos portugueses, tendo suas exigências civilizacionais atualizadas. A criação de uma nova vila na área do antigo aldeamento tinha por intenção não apenas modificar o grau de inserção desses indígenas na sociedade lusa, mas o próprio significado do que era ser português. "Com efeito, após a promulgação do Diretório, o antigo aldeamento dos Panati foi desfeito e toda a sua população desceu em direção à zona da mata paraibana para habitar, juntamente com Canindés, Sucurus e Cavalcantes, a recém-criada vila"[38]. Como resultado, terras reservadas aos aldeamentos abriam-se à solicitação de concessão, além de estabelecer-se uma sobreposição entre o reconhecimento como vassalo luso com a habitação nas vilas, símbolos da civilização, da ordem e da fonte unívoca da lei. A investida sinaliza o fortalecimento de um corredor de soberania, o qual projetava a autoridade monárquica e sua lei sobre populações e espaços que as reconheciam somente parcialmente ou de acordo com as circunstâncias[39]. Nesse sentido, quando Chaves identifica o sertão enquanto "fronteira interna" ele remete à luta de um poder soberano (a Coroa lusa) para tornar-se o referencial das populações envolvidas, o que implica a homogenização dos súditos e o rompimento de padrões culturais indígenas, i. e., um enrijecimento da fronteira civilizacional e territorial.

Se a dimensão factual da proposta de Adelman e Aron deve ser discutida para cada cenário é porque traz um elemento provocativo. A ideia é a de que a fronteira se altera na medida em que as identidades por trás dela se modificam, isto é, os referenciais de identificação e de alteridade transformam-se. Essa metamorfose faz com que a diferença religiosa deixe de ser o elemento preponderante, embora se mantenha no conjunto definidor, abrindo vaga para o pertencimento político e para a fidelidade a um príncipe soberano e seu império. O fim do século XVIII e os primeiros anos do XIX ofereceram mais referenciais a serem agregados, de modo que as regiões americanas puderam desligar-se dos antigos impérios e articular-se enquanto entidades políticas organizadas sobre novos preceitos: a soberania popular, a legitimidade não sagrada do poder, a ideia de representatividade e a de nação[40]. Percebe-se que os atores sociais das unidades políticas americanas autônomas definiam a si mesmos enquanto algo diferente dos antigos súditos dos impérios, motivo pelo qual passaram a ver as alteridades que os rodeavam de forma

---

38 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. História de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799). *In:* CHAVES JUNIOR, José Inaldo *et al*. (org.). *Colonialidades*: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX). Curitiba: Prismas, 2016. p. 325.

39 BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty*: Law and Geography in European Empires, 1400-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

40 ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006; PIMENTA, João Paulo Garrido. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana* (1808-1822). São Paulo: Hucitec, 2015.

diversa das que eram praticadas. O que está em jogo é o reacomodamento espacial e a ressignificação do sentido das fronteiras. Isto ocorre não apenas porque os territórios se reorganizam, mas porque o conteúdo delimitado se modifica. O nacionalismo e nacionalidade não significam apenas uma identificação com territórios menores e mais imediatos do que os grandes impérios ultramarinos, mas diziam respeito a outras categorias de soberania e de legitimidade.

Em "Nosotros y ellos", Herzog aponta para a dificuldade das autoridades de Buenos Aires em definir quem eram de fato os habitantes da cidade e quem eram os estrangeiros, em diferentes temporalidades. Os critérios, em múltiplas ocasiões, afastavam-se da naturalidade para adentrar categorias como a utilidade econômica, a existência de laços familiares, o reconhecimento da categoria de vecino e a fé católica. Esses critérios flutuantes e a ausência de necessidade de acúmulo das características fizeram com que muitos portugueses, franceses, ingleses e holandeses fossem defendidos enquanto verdadeiros vecinos totalmente integrados[41]. A noção se alteraria com a eclosão dos eventos revolucionários de 1810 e 1811, quando se levantaram argumentos de que nem todos os vecinos eram ciudadanos. O ponto de discordância, entretanto, residia mais na oposição entre americanos e peninsulares do que entre espanhóis e naturais de outros impérios. A definição de quem era o quê, novamente, não estava automaticamente relacionada à naturalidade, sendo contemplado o direcionamento da lealdade política. "Era necesario [à permanência na cidade] verificar si los peninsulares estaban em 'unión y conformidad de ideas' con los americanos"[42]. O sentido da divisão, expressa também no território, se alterava na medida em que os referenciais se transformavam; a fronteira se alterava na medida em que a identidade e a identificação se transformavam. "En 1811, por lo tanto, la división entre "nosotros" y "ellos", siempre dependiente del avencindamiento (y del matrimonio como expresión máxima de él), pasó a depender también de la convincción política de las personas"[43].

Referenciais como a lealdade e o reconhecimento do grupo – como explica Herzog – são observáveis também na imposição de uma identidade "indígena", coletiva e homogeneizadora, pelos europeus. As divisões entre os nativos americanos interessavam quando nos jogavam uns contra os outros, mas desapareciam quando eram contrapostos à civilização cristã (católica ou protestante). Os indígenas se tornavam especificamente guarani, panati ou outra condição espe-

---

41 HERZOG, Tamar. Nosotros y ellos: españoles, americanos y extranjeros em Buenos Aires a finales de la época colonial. *In:* FORTEA, José I.; GELABERT, Juan E. *Ciudades em conflicto* (siglos XVI-XVIII). Madrid: Marcial Pons, 2008. p. 241-257. Ver também: CEBALLOS, Rodrigo. Arribadas portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

42 HERZOG, Tamar. Nosotros y ellos: españoles, americanos y extranjeros em Buenos Aires a finales de la época colonial. *In:* FORTEA, José I.; GELABERT, Juan E. *Ciudades em conflicto* (siglos XVI-XVIII). Madrid: Marcial Pons, 2008. p. 252.

43 HERZOG, Tamar. Nosotros y ellos: españoles, americanos y extranjeros em Buenos Aires a finales de la época colonial. *In:* FORTEA, José I.; GELABERT, Juan E. *Ciudades em conflicto* (siglos XVI-XVIII). Madrid: Marcial Pons, 2008. p. 253.

cífica na medida em que adentravam os impérios e posteriormente as nações, subordinando suas identidades de grupo a outras mais abrangentes[44].

Os indígenas, por sua vez, eram capazes de agir de forma semelhante frente aos europeus. Guaranis catequizados e reunidos em reduções jesuítas no rio da Prata souberam recorrer ao auxílio de outras nações como os charruas e os minuanos quando se rebelaram contra a demarcação do tratado de Madri entre 1753 e 1756[45]. Mas outros arranjos também eram possíveis, dependendo das circunstâncias. Em 1805, o governador da capitania portuguesa do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, soube incluir os minuanos no rol de nações civilizadas, censurando o convite espanhol para unir forças e destruir a população de "índios infiéis". Na recusa ele equiparava os minuanos à condição de qualquer nação, respaldando-se na ideia de Direito Natural e de igualdade universal que questionava a desigualdade intrínseca do mundo, defendida pela segunda escolástica[46].

> Jamais a diferença de religião produziu direito para se atacar a qualquer nação, e repugna as Leis da razão e do Direito Natural que se conspire a extingui-la e aniquilá-la meramente pelo frívolo pretexto de não gozarem de representação política entre as mais nações, daqui se segue que seria vergonhoso e até um crime aos olhos do Soberano e do mundo inteiro que no meio da mais amigável correspondência e boa fé se desse aleivosamente auxílios para o destroço geral de indivíduos que continuamente nos estão prestando bons ofícios; semelhante procedimento se contraporia à conservação desta mesma Fronteira, pois sendo máxima constante das Potências secundárias ganharem aliados com que na Balança do Poder equilibrem as Nações de primeira ordem, na extinção total dos Índios não faríamos mais que aplainar esses fracos estorvos que mediam entre nós, e um confinante altivo e poderoso que pela sua posição geográfica há de ser necessariamente em todos os tempos nosso inimigo natural na América, e na Europa.[47]

O governador Silva Gama abdicava da aproximação religiosa existente entre ibéricos, pois percebia um distanciamento dos espanhóis em relação a essa: "os meios de persuasão e não a espada é que se conformam aos ditames sagrados

---

44 NEUMANN, Eduardo dos S. Fronteira e identidades: confrontos luso-guarani na Banda Oriental, 1680-1757. *Revista Complutense de Historia de América*, n. 26, 2000, p. 73-92.

45 NEUMANN, Eduardo dos S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande, século XVIII. *In:* GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; KÜHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 44.

46 Para a visão de mundo desigual da escolástica, ver: HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

47 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, maço 8, documento 50C.

de nossa Fé". Sua análise fundava-se em elementos políticos, julgando os minuanos: "como inimigos são os Índios muito pouco temíveis [...]; como amigos nos podem ser úteis em algumas conjunturas". O governador não fazia um julgamento de todo positivo, atribuindo aos ameríndios "malignidade" e "inconstância natural de seu caráter", mas considerou o longo atrito euro-americano entre os ibéricos um perigo mais real, responsável por definir ambos os impérios e afastá-los, a despeito de sua convergência religiosa.

> Não nos deve engodar e iludir a ideia e a esperança de que estes serviços e socorros estreitarão mais os vínculos de paz e amizade; nada parece mais sagrado que as relações de consanguinidade e os Tratados solenes entre os Monarcas firmados e garantidos tão eficazmente, contudo infelizmente os vemos todos os dias violados.[48]

No início do oitocentos, a delimitação religiosa não superava os interesses imediatos de cada monarquia e sua concorrência frente às demais. Nesta temporalidade, a animosidade também superava os binômios França-Inglaterra e Espanha-Portugal, que dominaram o setecentos, envolvendo múltiplas oposições e dispondo um cenário de concorrência de todos contra todos, a despeito dos tratados solenes firmados e garantidos. Tal condição adquire visibilidade durante os ataques ingleses ao rio da Prata (1806 e 1807) e no evidente desconforto causado aos portugueses, pela alteração da vizinhança. Se eles disputavam com os espanhóis na bacia do rio Prata também o faziam com os franceses em Caiena, enquanto os ingleses haviam se atritado com os dos últimos na Florida, nos Grandes Lagos e no Caribe.

A confiar na apreciação de Silva Gama, a disputa por territórios ajudou a definir os impérios ao opor-lhes algum tipo de limitação, quais sejam as possessões de outros impérios. Nesse sentido, o fato de ingleses e portugueses não ostentarem possessões adjacentes na América ou em outros continentes não pode ser subestimado para explicar a ampla duração de sua aliança no século XVIII. Não havia concorrência direta em seus interesses territoriais, o que impedia que os anglos se tornassem "outros" indesejáveis frente ao "nós" lusitano. A dominação britânica sobre Buenos Aires, em 1806, embora breve, sugere como essa situação poderia ter se alterado.

A desconfiança dos portugueses frente aos britânicos veio à tona na pena do magistrado Luís Beltrão de Gouveia Almeida, que redigiu a "Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos", no mesmo ano da

48 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, maço 8, documento 50C.

invasão[49]. Embora a ocupação inglesa no rio da Prata tenha durado cerca de um mês e meio, ela foi percebida na época como definitiva. O balanço de Almeida sobre a situação era bastante negativo, classificando a conquista como "desgraçado sucesso" diante do qual Portugal não podia ficar indiferente: "ele pode influir na massa geral das Colônias portuguesas e espanholas; ser fatal a toda a América"[50]. Listou ameaças advindas da mudança de controle no extremo sul da América, geradas pelas distinções culturais de anglos em relação aos portugueses. A religião, que era incapaz de conciliar portugueses e espanhóis, era apontada como incontornável, pois o protestantismo britânico e o governo monárquico seriam diametralmente opostos. Nesse sentido, também a constituição política inglesa, classificada de mista, dada a divisão de poderes entre o rei e o parlamento, era considerada um exemplo nefasto. Advogou que tais diferenças consistiam numa forma de contaminação ideológica que poderia levar a "cortar o nexo que une as Colônias à Metrópole". Seu maior receio, entretanto, era de ordem comercial. Reconhecia que um intenso comércio envolvendo as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco era praticado com Buenos Aires em troca de prata e que ele não dispensava a prática do contrabando, sendo, todavia, vantajoso a Portugal. Contudo, os ingleses, que discutiam no parlamento o fim do comércio escravo africano, não teriam o mesmo interesse nos produtos oferecidos pelos lusos, em particular os braços africanos cativos, e seriam capazes de estabelecer um monopólio sobre a prata sul-americana. Finalmente, afiançava sem subterfúgios que "a Capitania do Rio Grande, mudando de vizinhos, mudou de inimigos".[51]

As invasões inglesas não iniciaram a vizinhança americana para britânicos e lusos, mas a reação de Buenos Aires deu origem a uma consciência de participação política e pertencimento para sua população que era inédita.[52] Esse episódio abasteceria uma ideia de grupo, uma identificação entre os habitantes da cidade e sua capacidade de ação coletiva, que se manteria sólida quando no final de 1807 o rei de Espanha fosse deposto e a legitimidade do império entrasse em crise irreversível, fomentando novos pertencimentos e identidades. Não será desacertado considerar este um episódio que sintetiza o elemento de fronteira, alteridade e identidade em relação às concorrências imperiais, acenando para a etapa seguinte de identificação, a das nações.

---

49 ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806. *Oficina da Inconfidência: revista de trabalho*, Ano 6, n. 5, dez. 2009, p. 149-177.

50 ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806. *Oficina da Inconfidência: revista de trabalho*, Ano 6, n. 5, dez. 2009, p. 151.

51 ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806. *Oficina da Inconfidência: revista de trabalho*, Ano 6, n. 5, dez. 2009, p. 161.

52 JOHNSON, Lyman L. *Workshop of Revolution*: Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776-1810. Durham: Duke University Press, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui estamos retornando ao nosso ponto de partida. De forma um pouco desonesta iludimos ao leitor e entregamos nada sobre os Brasis dos séculos XIX e XX, nada sobre sua região sul, mas esperamos ter dito algo sobre o fenômeno de fronteiras. Em nosso entendimento, as fronteiras são situações que possibilitam observar e testar os elementos de identidade e identificação, tornando mais claros quais características são consideradas relevantes para as mesmas e em que escala. Se articulamos corretamente nosso raciocínio, a partir da proposta de Adelman e Aron, o significado da fronteira e das identidades imperiais alterou-se a partir da desagregação das entidades políticas ultramarinas, havendo, como quer Herzog, uma alteração dos referenciais que organizaram o pertencimento a um grupo. Quando os impérios se fragmentaram em nações, as fronteiras modificaram-se. Não apenas territorialmente, pela fragmentação de antigos vice-reinos hispânicos, mas porque o conteúdo de cada unidade se alterara. As identificações e seus referenciais modificaram-se e com elas os sentidos das fronteiras: os vários grupos contidos em uma nação deviam ser apresentados enquanto homogêneos. O costume e as práticas cederam espaço à lei oriunda de novas soberanias, cuja legitimidade não se encontrava nas cabeças Coroadas de monarcas, mas na ficção jurídica do pacto nacional, expresso na constituição. A lealdade a um rei e à sua dinastia foi sobrepujada pela identificação a uma comunidade abstrata e por um sentimento de identificação nacional. Nesse sentido, abriu-se uma nova temporalidade, dentro da qual a nação brasileira e dentro dela sua região sul desenvolveram-se, criando identidades, identificações e por consequência alteridades que definiam novas fronteiras, com suas próprias dinâmicas, fluidez e atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American history. *The American Historical Review*, 104/3, 1999, p. 814-841.

ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806. *Oficina da Inconfidência: revista de trabalho*, Ano 6, n. 5, dez. 2009, p. 149-177.

BARTH, Fredrik, Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. *In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 167-186.

BENTON, Lauren. Empires of exception: history, law and the problem of imperial sovereignty. *Quaderni di Relazioni Internazionali*, n. 6, dez 2007, p. 54-67.

BENTON, Lauren. Legal spaces of empire: piracy and the origins of ocean regionalism. *Comparative Studies in society and History*, vol. 47, n. 4, oct. 2005, p. 700-724.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latin*a: A América Latina Colonial I, volume 1. São Paulo, Brasília: Universidade de São Paulo, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo em la época de Felipe II*. Tomo segundo. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Teoria e prática da metodologia da pesquisa histórica: reflexões sobre uma experiencia didática. *Revista de Teoria da História*, ano 1, n. 3, jun 2010, p. 7-19.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y puritanos em la colonización de América*. Madrid: Fundación Jorge Juan, Marcia Pons, 2008.

CARDIM, Pedro; BALTAZAR, Miguel. A difusão da legislação régia (1621-1808). In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 161-207.

CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas portuguesas*: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CHAVES JUNIOR, José Inaldo. História de índios e vidas na fronteira: o enfrentamento do sertão na Capitania da Paraíba (1755-1799). In: CHAVES JUNIOR, José Inaldo et alii (org.) *Colonialidades*: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX). Curitiba: Prismas, 2016. p. 319-334.

COUNTRYMAN, Edward (ed.). *Contested spaces of Early America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

ELLIOT, John. H. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, n 137, 1992, p. 48-71.

ELLIOTT, John H. National and transnational history. In: ELLIOTT, John H. *History in the making*. New Haven and London: Yale University Press, 2012.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira*: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic history*: a critical appraisal. New York: Oxford University Press, 2009.

GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th Century Mediterrean*: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry. Washignton: PhD dissertation, Georgetown University, 2012.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HERZOG, Tamar. “És capaz de reconhecer um espanhil quando vês um?”. “Nós” e “eles” no Atlântico ibérico da época moderna. *In*: XAVIER, Angela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 619-636.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HERZOG, Tamar. Nosotros y ellos: españoles, americanos y extranjeros em Buenos Aires a finales de la época colonial. In: FORTEA, José I.; GELABERT, Juan E. *Ciudades em conflicto* (siglos XVI-XVIII). Madrid: Marcial Pons, 2008. p. 241-257.

HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com palavras. In: XAVIER, Angela Barreto e SILVA, Cristina Nogueira da (org.). *O governo dos outros*: poder e diferença no império português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 67-100.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

JANCSÓ, István. *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003.

JOHNSON, Lyman L. *Workshop of Revolution*: Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776-1810. Durham: Duke University Press, 2011.

MALCOM, Noel. *Agents of empire*: knigths, corsairs, jesuits and spies in the Sixteenth-Century Mediterranean world. New York: Oxford University Press, 2015.

NEUMANN, Eduardo dos S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande, Século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; KÜHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 25-47.

NEUMANN, Eduardo dos S. Fronteira e identidades: confrontos luso-guarani na Banda Oriental, 1680-1757. *Revista Complutense de Historia de América*, n. 26, 2000. p. 73-92.

PIMENTA, João Paulo G. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana* (1808-1822). São Paulo: Hucitec, 2015.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*, 1808-1828. São Paulo: Hucitec, 2002.

PRADO, Fabrício. The fringes of empires: recent scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. *History Compass*, 10/4, 2012, p. 318-333.

REGUERA, Andrea. “Conocer para gobernar”. Exploración, reconocimiento y ocupación del teritorio em la frontera sur de Buenos Aires (primera mitad dels siglo XIX). In: VARGAS, Jonas. *Belicosas Fronteiras*: contribuições recentes sobre política, economia, escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Fi, 2017. p. 129-151.

SCHAUB, Jean-Frèderic. Reflexões para uma história política das categorias raciais no Ocidente. *In*: XAVIER, Angela Barreto e SILVA, Cristina Nogueira da (org.). O governo dos outros: poder e diferença no império português Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 101-124.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*: a história como "biografia da nação". São Paulo: Hucitec. 1997.

SOLA CASTAÑO, Emilio. Los que van y vienen. Marinos, espías y rescatadores de cautivos em la frontera mediterránea. In: GARCÍA MARTÍN, Pedro; SOLA CASTAÑO, Emilio; VÁZQUEZ CHAMORRO, Germán. *Reegados, viajeros y tránsfugas*. Comportamientos heterodoxos y de frontera en el siglo XVI. Madrid: Fugaz Ediciones, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudios Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 60, jan-abr 2017, p. 219-240.

VARRIALE, Gennaro. El espionaje hispánico después de Lepanto: el proyecto de fray Diego de Mallorca. *Studia Historica: Historia Moderna*, vol. 34, 2014, p. 147-174.

VINCENT, Bernard. Prólogo. In: TRUCHUELO, Susana; REITANO, Emir (eds.). *Las fronteras en el mundo atlántico* (siglos XVI-XIX). La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

VIVO, Filippo de. *Information & communication in Venice*: rethinking early modern politics. New York: Oxford University Press, 2007.

ZAMOYSKI, Adam. *Poland*: a history. London: Harper Collins, 2009.

O TEMPO, OS VENTOS E A LINGUAGEM: AS METÁFORAS E A CONSTRUÇÃO DE DIFERENÇAS NA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA SUL (SÉC. XIX)

Murillo Dias Winter[1]

INTRODUÇÃO (DA SEGUNDA INVASÃO LUSITANA ATÉ A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA CISPLATINA)

Em agosto de 1816, sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor, cerca de 4.380 soldados da Divisão de Voluntários Reais do Rei adentraram no território da Banda Oriental. Foi a segunda intervenção militar de Portugal na região em um intervalo de cinco anos[2]. Em 20 de janeiro de 1817, por meio de acordos secretos, a cidade de Montevidéu capitulava sem a necessidade de batalha. A ação lusitana se baseou em dois argumentos: a conformação de suas possessões americanas a partir do pressuposto das "fronteiras naturais" – demarcando os seus limites do Rio Amazonas até o Rio da Prata – e a necessidade de pacificação da região.[3] A intervenção seria necessária para acabar com os perigos oferecidos à província de São Pedro do Rio Grande do Sul por meio de ataques de tropas artiguistas.

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim. Essa pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 A primeira deu-se entre julho de 1811 e setembro de 1812. Ver: COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos da intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1811 e 1816).* Dissertação de mestrado. UNESP – Assis, 2008. (Em especial capítulo 03, p. 117-156); PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 103-160.

3 ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1993. p 234-261.

Essa ação também facilitaria o acesso aos rebanhos orientais pelos rio-grandenses e o monopólio do comércio de charque barraria a cooptação de escravos para lutar ao lado de Artigas, impedindo, simultaneamente, o avanço ainda mais ameaçador das ideias emancipatórias vindas do Rio da Prata.[4] A proposta de pacificação era igualmente interessante, neste momento, para a classe dirigente de Montevidéu, que desde a fundação da cidade, mantinha sólidas ligações mercantis com o Rio de Janeiro, bloqueadas durante o conflito.[5]

Nos anos seguintes, Lecor, estabelecido em Montevidéu, buscaria consolidar a dominação lusitana e ampliar a sua rede de relações. Entre as estratégias do plenipotenciário português na região estavam a realização de festas e saraus, a nomeação de lideranças locais para cargos públicos (com excelentes remunerações), a distribuição de títulos nobiliárquicos, a concessão de favores, a partilha das terras pertencentes aos peninsulares e o casamento de oficiais lusitanos, inclusive ele próprio, em 1818, com mulheres de famílias proeminentes da sociedade montevideana.

Além dessas medidas de caráter político-sentimental, uma série de instituições e novos cargos burocráticos foram criados para abrigar os aliados locais. Coube também a Lecor (e à ocupação portuguesa), a difícil tarefa de recuperar a economia, revigorando o comércio e trabalhando na política de terras. Essas medidas deram novo fôlego aos comerciantes luso-americanos e suas redes mercantis platinas, como também permitiriam aos interesses de Portugal adentrar a década de 1820 com uma ampla base de apoio na região.

A situação política da Banda Oriental foi alterada em 1820. Em primeiro lugar, no âmbito militar, em 22 de janeiro de 1820, a resistência na campanha sucumbiu e Artigas foi derrotado definitivamente pelas forças lusitanas na Batalha de Tacuarembó. Outro revés decisivo foi imposto por Fructuoso Rivera (1784-1854), um dos mais importantes articuladores do artiguismo no interior da Banda Oriental e habilidoso militar, ao abandonar as fileiras orientais e se incorporar ao exército português.[6] Em segundo lugar, politicamente Artigas perdeu o apoio

---

4 Sobre as articulações da política artiguista com o Rio Grande de São Pedro, ver: ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados:* escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835*)*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012, p. 253-301; MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império*. p. 134; OSÓRIO, Helen. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. *Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e documentação Diplomática*, Brasília, número especial, 2007. p. 3-32; PICCOLO, Helga. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. *In:* JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 571-613.

5 OLIVEIRA, C. H. L. S. *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999. p. 87-88; PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires.* Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata. Ph. D Dissertation – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009. p. 83-164.

6 Quando ainda negociava a adesão de Fructuoso Rivera, Lecor já descrevia para D. João VI as suas grandes capacidades militares, destacando a facilidade de Rivera para arregimentar tropas na campanha. Assim, sublinhava a grande vantagem que Portugal teria sobre Artigas caso Rivera realmente se incorporasse à ocupação. Ver: Carta de Lecor para D. João VI, 30 de março de 1820. *Anais*... p.126-127.

das províncias do Litoral, antigas aliadas na Liga Federal, que se aproximaram de Buenos Aires e assinaram o Tratado de Pilar, em fevereiro de 1820. O descontentamento de Artigas com a atitude de Francisco Ramirez (1786-1821), líder de Entre-Ríos, levou a novos embates. Após semanas de conflito, na batalha de Las Piedras, travada em 24 de junho, Artigas foi vencido novamente.[7] O mesmo ano também marcou as adesões a Portugal dos Cabildos de Maldonado (em 1º de fevereiro), e de São José (em 30 de abril), seguindo Canelones que tinha reconhecido a dominação em 30 de dezembro de 1819.[8]

Em terceiro lugar, a eclosão do movimento Vintista em Portugal. Com a convocação das Cortes de Lisboa para o retorno da Corte Bragantina a Europa, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, em abril de 1821, antes de regressar para Portugal, orientou Carlos Frederico Lecor a organizar um congresso soberano no qual a população oriental decidiria sobre o seu futuro. Ficaria a cargo dos representantes locais, livremente e sob a proteção das armas lusitanas, decidir por se ligar em definitivo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aderir a alguma das províncias vizinhas ou constituir-se como um Estado independente. Silvestre Pinheiro acreditava que a alternativa escolhida era a da independência. Por conseguinte, gradualmente as tropas lusitanas se retirariam da região, os Voluntários Reais retornariam à Europa e os limites do novo Estado com os territórios portugueses na América seriam desenhados. Nessa perspectiva, toda a transição seria monitorada pelo governo de D. João, que também arcaria com os custos do processo.

A indicação para a definição dos representantes no congresso era de seguir as diretrizes que pautaram a escolha de deputados luso-americanos e peninsulares para as Cortes, ou seja, em proporção ao número de habitantes. Entretanto, Lecor, já nomeado Barão de Laguna, demonstrava ao governo no Rio de Janeiro que era amplamente favorável à oficialização da ocupação portuguesa. Assim sendo, interpretou e executou à sua maneira as instruções. Ignorando as orientações de Silvestre Pinheiro em relação à eleição direta dos representantes e à proporcionalidade do número de escolhidos, foram eleitos dezoito representantes. Destes, apenas cinco por voto, ainda assim, indireto. Os outros treze eleitos eram “alcaides ordinários” no interior ou síndicos procuradores dos “Cabildos” da província Oriental.

O Congresso Cisplatino se reuniu entre os dias 15 de julho e 8 de agosto de 1821. Como principal resolução, definiu-se que a região passaria a ser oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de

---

7 Com seu protetorado desfeito e a impossibilidade de retornar para a Banda Oriental, José Gervásio Artigas, se exilou no Paraguai, onde permaneceu até a sua morte em 1850.

8 PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congresso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis.* Montevidéu: El siglo ilustrado, 1937. p. 117-138.

Estado Cisplatino[9]. Entre os argumentos favoráveis à anexação estava a crença na incapacidade da região em se estabelecer como um Estado independente e os conflitos intermitentes em todo antigo Vice-Reino.

Ao longo dos debates foi decidido também que a incorporação teria algumas regras a serem respeitadas: o idioma espanhol, além de leis e costumes em prática, desde que compatíveis com a Constituição lusitana, seriam mantidos. Assim como a posse de boa parte dos cargos burocráticos permaneceria com os habitantes locais e os homens recrutados na província Cisplatina apenas poderiam prestar serviços militares na própria região. O segundo item votado referia-se aos limites do novo território: o Rio Quaraí ao norte e a Lagoa Mirim e o Chuí ao sul. Deliberou-se, igualmente, que Lecor permaneceria como principal comandante da província, enquanto Tómas García de Zuñiga seria o síndico procurador do Estado Cisplatino. No dia 31 de julho, foi celebrado oficialmente o pacto de anexação. No dia 5 de agosto, todos os integrantes do Congresso prestaram os juramentos oficiais e religiosos restantes.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A MUDANÇA DE CONJUNTURA

A partir de março de 1822, as notícias sobre uma possível ruptura entre o Reino do Brasil e Portugal chegavam à província Cisplatina. Os movimentos de D. Pedro e o fortalecimento do projeto de um partido brasileiro eram analisados pelas lideranças da região e amplamente debatidos na imprensa local. As agitações inicialmente se dão no comando dos Voluntários Reais com divergências internas sobre os rumos do exército e reclamações sobre as condições dos praças, chegam às ruas com questionamentos sobre o Congresso Cisplatino e a política de favorecimentos dos produtores sul-rio-grandenses e culminam com a guerra entre as tropas brasileiras, lideradas por Lecor e as tropas leais a Portugal, sob o comando de Álvaro da Costa.

Desde 1818, um ano depois da entrada das tropas portuguesas em Montevidéu, desacordos e conflitos no interior do exército português de ocupação eram relatados. O primeiro deles tinha relação a textos políticos que circulavam na cidade de autoria do Capitão Antônio Duarte Pimenta. O militar, acusado de ser um "Cidadão perverso, revolucionário, discursista perigoso de lojas, esquinas, e Cafés", mantinha contatos com redatores portugueses na Inglaterra e seria responsável por textos distribuídos na província Cisplatina que criticavam a postura e a disciplina dos militares lusitanos. Entre os anos de 1821 e 1822, aparecem novas distensões entre as lideranças militares. Dessa vez o alvo era o movimento Vintista em Portugal e o reconhecimento da constituição lusitana na

9 A nomenclatura gerou debate. A proposta inicial era de que a região fosse denominada "Estado Oriental del Rio de la Plata". Devido à extensão, optou-se por Estado Cisplatino Oriental e posteriormente Estado Cisplatino.

província Cisplatina. Depois de duros debates, a constituição foi reconhecida e foi criado o Conselho Militar para julgar crimes e a conduta do Voluntários Reais estacionados na província Cisplatina. Entretanto, a situação mais grave deu-se em setembro de 1822. O General Carlos Frederico Lecor deixou Montevidéu e firmou sua aliança com D. Pedro I. Na cidade permaneceram as tropas leais a D. João VI, o ano seguinte foi de conflitos abertos e cerco da capital cisplatina. Situação resolvida apenas em fevereiro de 1824 com o reconhecimento da independência do Brasil pelo *Cabildo* de Montevidéu e a retirada das tropas lusitanas. Estes embates foram acompanhados pela crescente imprensa local, que também se tornou uma importante arma dos militares ao longo de todo o período analisado.

Os redatores de jornais e panfletos questionavam qual seria o futuro da população local se confirmada a independência já que, como afirmava o jornal *El Pacífico Oriental de Montevideo*, "encendieron en el ánimo de los brasileiros el amortiguado fuego de la libertad".[10] Afinal, fora assinado um pacto político com os lusitanos, nessas circunstâncias, qual deveria ser o posicionamento da população: manter-se fiel a Portugal ou aliar-se ao Brasil? Buenos Aires poderia intervir e se aproximar de um projeto unitário platino? Quais as possibilidades de uma independência total da cisplatina? Todas estas questões foram, por exemplo, pauta do panfleto *El Conciliador o El amigo de la paz a los nuevos publicistas,* que pedia o final das ofensas pessoais nas publicações e o debate sério em torno do futuro e da felicidade da região:

> Primera. – *Utrum* si el gobierno del Janeiro, habiéndose declarado independiente del reino de Portugal, tiene derecho a continuar la ocupación de esta provincia, o a su agregación al nuevo imperio del Brasil con arreglo a los artículos de la incorporación.
> Segunda. – *Utrum* si esta provincia podrá ser más feliz estando incorporada al gobierno del Janeiro, que quedando independiente de aquel y gobernándose por sí misma.
> Tercera. - *Utrum* si esta provincia puede ser más feliz constituyéndose en estado particular é independiente de las demás provincias del Rio de la Plata, que entrado en la alianza de Buenos Aires y las demás provincias.[11]

Outra das principais apreensões era em relação ao pacto político que deu origem à província Cisplatina. O Congresso Cisplatino ainda teria validade após confirmada a ruptura entre Brasil e Portugal? Elaborado em desacordo com as orientações de D. João VI, o pacto poderia ser invalidado? A questão era determinante, pois para a população marcaria se a dominação brasileira era legítima e se a continuidade de uma ligação direta com Portugal era possível.

---

10 *Pacífico Oriental de Montevidéu*. Montevidéu, n. 06, 26 de janeiro de 1822.

11 *El conciliador o El amigo de la paz a los nuevos publicistas.* Montevidéu, 4 de novembro de 1822.

As reclamações acerca da administração do plenipotenciário da província Cisplatina, Carlos Frederico Lecor, também pautaram o período de incertezas e rápidas movimentações em Lisboa, Rio de Janeiro e Montevidéu. Se anteriormente, na década de 1810, Lecor trabalhava em conjunto com parte da elite dirigente local para assentar as bases da dominação portuguesa, o mesmo não ocorria nesta nova conjuntura. De acordo com Rosa Alonso, a prática de cooptação e favorecimento dos proprietários locais deu lugar a uma política agressiva de distribuição de terras para militares aliados ao comandante e a ocupação da região norte da província Cisplatina pelos pecuaristas sul-rio-grandenses. A região próxima ao Rio Negro foi transformada praticamente em uma extensão da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e as transferências de milhares de cabeças de gado para os rebanhos destes proprietários se tornou uma prática frequente. As reclamações eram mal-recebidas e repreendidas por Lecor. Desse modo, paulatinamente o apoio local fora trocado por duras queixas e o afastamento entre os interesses dos dirigentes locais e o seu principal comandante, próximo do Império brasileiro em formação.[12]

Nesse sentido, a dominação portuguesa, geralmente interpretada como positiva e temporária, fora substituída pela brasileira, considerada como despótica e ilegal. A imprensa da província Cisplatina, em rápido crescimento desde a liberdade promovida pelas Cortes de Lisboa, no contexto das disputas políticas do Vintismo, que no seu primeiro ano trabalhava para legitimar a ocupação portuguesa, ampliando também o número de jornais, especialmente os ligados ao grupo *Cabelleros Orientales*, constituiu-se como um espaço de contestação ao Império do Brasil. Nos textos veiculados nos periódicos eram utilizados conceitos, figuras de linguagem e metáforas que constituíam um amplo aparato retórico na construção dos argumentos contrários ao Brasil. Exaltava-se especialmente a impossibilidade de união entre os orientais, habitantes da Banda Oriental – no momento chamada de Província Cisplatina – e os brasileiros. As diferenças de regime político e social, de projetos para o futuro da região, igualmente eram enfatizadas nas publicações como será analisado adiante.[13]

OS CABALLEROS ORIENTALES E A IMPRENSA DE OPOSIÇÃO

Em razão dos sucessos do processo de independência do Brasil, em 1822, e os conflitos entre brasileiros e portugueses na província Cisplatina, um grupo de distintos membros da sociedade montevideana, inclusive políticos ligados

12 ALONSO, Rosa *et al. La oligarquía Oriental en la Cisplatina.* Montevidéu: Pueblos Unidos, 1970. p. 163-182.

13 DEMURO GONZÁLEZ, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825).* Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013.

ao *Cabildo* da cidade, viram na oportunidade o momento para buscar a própria independência. Para tanto, foram retomadas as reuniões de uma sociedade secreta, possivelmente fundada em 1819: *La Sociedad de Caballeros Orientales*. Antes preocupados com a pacificação e a ameaça de uma excursão recolonizadora espanhola, neste contexto, o principal objetivo do grupo era claro: trabalhar pela separação da região do Império do Brasil. Em reuniões reservadas, os membros projetavam alternativas para se aproximar de Buenos Aires, arregimentar o restante da população local e, por meio de órgãos políticos oficiais, influenciar as decisões do governo. De acordo com Martha Garabelli, o grupo se dividia em três gradações: os anciões, os conselheiros e, por último na hierarquia, os cavaleiros orientais. Além da organização e das reuniões secretas, os integrantes seguiam uma série de liturgias próximas às das lojas maçônicas, o que, segundo a autora, demonstra a proximidade de seus integrantes de outros movimentos semelhantes, a exemplo da Logia Lautaro de Buenos Aires. [14]

Não obstante o caráter simbólico e litúrgico da associação, fora de nosso alcance nesse momento, é interessante destacar as reuniões como espaço de sociabilidade, um ambiente de debates intelectuais e construção de projetos políticos. Em seu diário, Tomás de Iriate, membro da sociedade, narra parte destes encontros:

> La Sociedad de Caballeros Orientales, alquilaron una casa para reunirse y se estableció en ella una mesa de billar, mesas, sillas, y en fin todos los utensilios necesarios. [...] Todos los socios contribuimos con nuestros libros para formar una biblioteca, y nos suscribimos a un crecido número de periódicos americanos y europeos. No tenían entrada más que los subscritores, que como he dicho todos pertenecían a la SOCIEDAD SECRETA. Esta celebrada allí sus sesiones algunos días; y cuando no trabajábamos en cuerpo, podían ser introducidos algunos amigos, por éstos necesitaban una expresa invitación, y ser acompañados por uno de los socios.[15]

Com o intuito de contestar publicamente o domínio brasileiro e angariar adeptos ao seu projeto independentista, os "*Caballeros Orientales*" tiveram importante influência nas publicações de folhetos e jornais entre 1822 e 1823. Além de inúmeros folhetos, o historiador uruguaio Wilson González Demuro aponta que, ao menos cinco dos sete periódicos que circularam na província Cisplatina, nesse biênio, tinham ligações com a sociedade. Entre eles, o *La Aurora*, o *El Pampero* e o *El Aguacero*. Ainda que os objetivos de se aproximar de Buenos Aires e lutar con-

---

14 THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis.* Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978. p. 5-64.

15 THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis.* Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978. p. 21.

tra o Brasil tenham fracassado, a sociedade instaurou uma imprensa de oposição, inaugurando uma nova fase de contestação ao regime político imperial do Brasil. Sua ação foi elemento importante de identificação mútua entre os locais e nos posteriores movimentos que culminariam na Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Em conjunto ou individualmente três indivíduos foram responsáveis pelas publicações aqui analisadas: Antonio Felipe Díaz (1789-?), Santiago Vázquez (1787-1847) e Juan Francisco Giró (1791-1863). O primeiro dos periódicos, o *La Aurora*, era de responsabilidade de Díaz. Nascido na Espanha, mudou-se para o Prata juntamente com a família aos treze anos. Na região, se tornou um destacado militar e político. Quando das invasões inglesas, aos quinzes anos, trabalhou como alferes no Batalhão de Infantaria do Comércio e, durante a primeira década revolucionária, se incorporou às tropas artiguistas, quando estas lutavam ao lado das Províncias Unidas do Rio da Prata, chegando à patente de tenente coronel. Durante a Guerra da Cisplatina, combateu ao lado das tropas de Buenos Aires, onde acabou se estabelecendo e iniciando carreira. Nas outras duas publicações, *El Aguacero* e *El Pampero*, juntaram-se a ele Vázquez e Giró.[16]

Santiago Vázquez era montevideano, filho de abastada família, que teve grande formação intelectual desde a infância, tendo especial predileção pelos filósofos franceses e o estudo de idiomas. Foi grande entusiasta da revolução de Maio em 1810, inclusive trocou correspondências com Mariano Moreno e outras lideranças buenairenses. A partir de 1811, se incorporou às tropas do exército das Províncias Unidas do Rio da Prata. Após a intervenção portuguesa, em 1817, opta por regressar a Montevidéu. Julgado pelo governo de Lecor como um dos principais conspiradores contra a ocupação, acabou obrigado a abandonar a Província Cisplatina. Trabalhou a favor de Buenos Aires nos conflitos com o Brasil e foi importante político na constituinte uruguaia em 1830.

Mas foi Giró quem teve mais evidência e influência posterior. Nascido em Montevidéu, teve sua formação no exterior, estudando em Buenos Aires, na Europa e nos Estados Unidos. Foi um destacado político durante o período revolucionário, na segunda década do século XIX, e posteriormente a 1828, na República Oriental do Uruguai. Cabildante de Montevidéu nos anos de 1816 e 1823, ainda durante os conflitos com o Brasil, faz parte do governo provisório da Província Oriental até 1827. No ano seguinte, compôs a Assembleia Legislativa e Constituinte do Estado independente, do qual foi presidente entre 1852 e 1853. Estes três redatores foram responsáveis pelos textos de combate ao Brasil e de exaltação local, utilizando a geografia como metáfora para o movimento e a mudança.

16 DEMURO GONZÁLEZ, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825).* Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013 p. 357.

METÁFORAS E A LINGUAGEM POLÍTICA

O historiador Elías Palti frisa a importância do estudo da linguagem e dos conceitos no período das revoluções de independência na América Latina, nas transformações liberais ibéricas e nas decorrentes discussões sobre a formação dos Estados nacionais modernos. Para Palti, o século XIX é um momento de incertezas e transformações, havia muito que ser feito e poucas convicções de como fazê-lo. Nessa conjuntura, a política toma parte de todos os elementos da vida cotidiana e social. Para compreender estes fundamentos políticos latentes em todos os âmbitos da sociedade, expressados por meio de discursos, analisar a linguagem política pode dar notórias contribuições:

> Para descubrir las claves particulares que lo animan es necesario, sin embargo, desprendernos de nuestras certidumbres presentes, poner entre paréntesis nuestras ideas y valores y penetrar el universo conceptual en que la crisis de independencia y el posterior proceso de construcción de nuevos Estados nacionales tuvo lugar. El análisis de los modos en que habrá de definirse y redefinirse a lo largo de éste el sentido de las categorías políticas fundamentales – como representación, soberanía, etc. –, la serie de debates que en torno de ellas se produjeron en esos años, nos introducirá en ese rico y complejo entramado de problemáticas que subyace a su caos manifiesto.[17]

Nesta mesma temporalidade e neste mesmo espaço, o mundo ibero-americano, não obstante as particularidades de cada região, Javier Fernandez Sebastián destaca igualmente a importância do estudo dos significados e das utilizações da linguagem política. Em diversos trabalhos o historiador espanhol defende a hipótese de que nas últimas décadas do século XVIII e no início do século XIX, no bojo das reformas ilustradas e, sobretudo, nas revoluções liberais e de independência, se produziu no espaço ibérico uma profunda mutação léxica e semântica na linguagem política. Os discursos políticos denotavam percepções e representações do processo de mudança em acontecimento na mesma medida que influenciavam estas alterações. O advento de neologismos e a proliferação de debates sobre o "verdadeiro" sentido de certos vocábulos são uma boa amostra dessa renovação.

O historiador argumenta que a crise ibérica, que resultou na fuga da família real lusitana e na prisão de parte da monarquia hispânica, desencadeou em todo mundo ibero-americano uma multiplicidade de experiências que desembocaram a médio prazo em um novo conjunto de práticas políticas e instituições que podem ser abrigadas sob o abstrato termo de "modernidade". No desenvolvimento

---

17 PALTI, Elías J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: siglo XXI Editores, 2007, p. 14.

do quadrante específico ibero-americano da modernidade, a linguagem, que sofreu várias alterações com surpreendente similitude nestes espaços, contribuiu de maneira decisiva para a formação de uma cultura política compartilhada.[18]

Para Fernández Sebastían, a linguagem é o ponto de partida para "una historia que tome en cuenta el utillaje conceptual de los agentes –individuales y colectivos– para lograr así una mejor comprensión de sus motivaciones y del sentido de su acción política, con vistas a un acercamiento más satisfactorio a la dinámica de los procesos históricos". Assim, por intermédio destas ferramentas, a História dos conceitos não se volta apenas ao estudo do significado ou das alterações semânticas de determinadas palavras ou conceitos, e sim da compreensão de como os próprios atores estruturaram seu pensamento e das alterações políticas e sociais em curso.

Portanto, metodologicamente, não se trata apenas de uma análise dos sentidos das palavras, mas, sobretudo, da aplicação e compreensão que os atores locais, vivenciando e reconhecendo esse processo de rápidas mudanças, davam a cada conceito-chave de seu pensamento político, sendo necessário associar às práticas sociais com a linguagem em uso desses atores. Elementos sintetizados de forma precisa por Fernández Sebastían ao afirmar que ter em conta a perspectiva histórico-conceitual facilita o estudo integrado do pensamento e das práticas políticas, rompendo, assim, com as dicotomias da história social e de uma história das ideias mais tradicional. Afinal, como mais uma vez ressaltado pelo historiador espanhol, longe de serem entidades opostas, linguagem e realidade são faces da mesma moeda: "el lenguaje es parte –y parte sustancial– de 'la realidad", y 'la realidad' sólo puede ser construida, aprehendida y articulada a través del lenguaje".[19]

Embora os conceitos sejam parte fundamental dos estudos da linguagem, outra contribuição metodológica relevante de Fernández Sebastían é ampliar as possibilidades de análise. No texto *Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual*, o historiador argumenta que valorizar outros elementos do discurso como metáforas, símbolos e mitos é uma eficiente maneira de abarcar mais elementos da linguagem e, assim, se aproximar melhor da forma que os atores do passado enxergavam e representavam a sua realidade. Para Fernández Sebastían, estes artifícios tiveram especial proeminência durante o período das revoluções liberais e das independências, pois, nos momentos de crise e de mudanças rápidas muitas palavras já não tinham a inteligibilidade anterior e figuras de linguagem se constituíam em uma importante ferramenta para ser compreendido:

---

18 FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. "La crisis de 1808 y el advenimiento de un nuevo lenguaje político. ¿Una revolución conceptual?", *In:* Alfredo Ávila y Pedro Pérez Herrero (eds.), *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica.* México: UNAM/Universidad de Alcalá, 2008. p. 105-131.

19 FERNÁNDEZ SEBASTÍAN, Javier. "Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual". *In:* CANAL, Jordi; LUZÓN, Javier Moreno (ed.). *Historia cultural de la política contemporánea.* Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 27.

> Si aceptamos, pues, la historicidad de las metáforas y su importante función cognitiva –dada su capacidad de moldear la percepción y orientar el conocimiento y la acción–, podemos preguntarnos por qué las metáforas, lejos de difuminarse o perder importancia con la modernidad, parecen haber cobrado un especial protagonismo en el discurso político de los dos o tres últimos siglos, particularmente en los momentos de crisis y cambio acelerado.[20]

Nesse processo, as metáforas tiveram papel fundamental. Baseadas em analogias são uma estratégia de aproximar semanticamente palavras e termos de difícil definição, especialmente em momentos de transição. Desse modo, a aproximação neste trabalho é de "Historia política e intelectual más comprensiva, en el doble sentido de más abarcadora (es decir, atenta a un abanico más amplio de realidades), y también de más próxima a la visión que los actores del pasado tenían de las cosas".

A GEOGRAFIA COMO METÁFORA

Na conjuntura das lutas políticas e incertezas do porvir, entre 1822 e 1823, em que surgiram os três periódicos, o *La Aurora* foi o primeiro a surgir. Publicado semanalmente, até a edição de número quatorze aos sábados, e posteriormente todas as quartas-feiras, pela *Imprenta de Torres*, o periódico teve dezessete edições em numeração contínua, vendidas por um real. O prospecto da publicação foi distribuído no dia 14 de dezembro de 1822. No texto, Antonio Felipe Díaz, destaca a ausência momentânea de jornais locais na província Cisplatina e determina o principal objetivo ao publicar o jornal: defender a causa revolucionária na região. Em relação à estrutura, a publicação alterna artigos autorais sobre a política local e a política brasileira, com trechos de periódicos da Europa e América do Sul:

> Siendo uno de los principales objetos de la prensa comunicar al público, por medio de ella, todas las noticias que merezcan su atencion, y hallándose el de esta capital y su campaña sin un periódico que haga uso de aquel recurso, precisamente en una época en que los extraordinarios sucesos políticos del interior del país deben interesar la curiosidad, no solo de sus habitantes, sino de los de una gran parte de la América del Sud, y aun de la misma Europa. nos hemos propuesto escribir un papel semanal, que saldrá todos los sábados

20 FERNÁNDEZ SEBASTÍAN, Javier. "Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual". *In:* CANAL, Jordi; LUZÓN, Javier Moreno (ed.). *Historia cultural de la política contemporánea.* Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 23.

> dividido en dos secciones: en la primera, se tratarà de política relativamente á esta Provincia y las del Brasil y en la segunda extractarán las mejores noticias de los diarios de Europa y America, que los Editores puedan adquirir, y crean dignas del conocimiento público.[21]

As páginas do *La Aurora* são críticas ao período de governo de José Gervásio Artigas. Os anos de atuação do caudilho são considerados como de anarquia, guerra civil e imensos prejuízos para o desenvolvimento da região, “hablamos de los años 15 y 16 en que el reino de la anarquia há dejado com sus atrocidades matéria para manchar tantas páginas de nuestros anales.” Situação crítica que poderia ser alterada com a intervenção portuguesa, considerada no momento benéfica a todos os amantes da liberdade e efetivada por meio dos bons sentimentos de D. João. Contudo, a ajuda se tornou ocupação e piorou uma conjuntura já crítica pela ação artiguista, para o redator:

> Esta confianza fundaba en los derechos incuestionables de los pueblos, y en las reconocidas virtudes del mejor de los monarcas no tubo motivo alguno de debilitarse en tanto que la conducta del comandante de las fuerzas pacificadoras procedió con arreglo al real animo de S. M. Mas por desgracia, esta conducta no tardó en desmentirse por el general Lecor, y a proporcion que se iba acercando la época (estudiosamente retardada) de la pacificacion general de la provincia, dejó translucir algunos hechos ulteriores que precipitaron nuestras esperanzas, y hicieron comprender la necesidad de resignarse con el sufrimiento.[22]

Contra essa dominação e buscando cessar os abusos cometidos pelo general Carlos Frederico Lecor, o *La Aurora* aponta o seu principal desejo:

> El de la independencia es el único que aníma á todo el vecindario de la provincia. En esta capital y sus imediaciones, á donde no alcanza el influjo del despostimo imperial, se ha pronunciado con una rapidez y generalidad asombrosa, ya la multitud de impresos que han circulado sin contradicción es una de las pruebas de aquel aserto. Todos los habitantes aman la libertad, la desean y aparecen dispuestos á consagrarle los sacrificios que ella exija.[23]

---

21 *La Aurora.* Montevidéu, prospecto, 14 de dezembro de 1822.

22 *La Aurora.* Montevidéu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

23 *La Aurora.* Montevidéu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

Finalizando o mesmo texto, ainda é destacada a força do anseio de liberdade desejada por toda a população, visto que ela:

> Es un fuego que virtualmente alimentavan en el seno mismo de la opresion dispuesto a inflamarse con el menor soplo que lo agitarse. Que este fuego se concentre en un solo cuerpo que presida á sus destinos es el objeto de sus anhelos. Este astro luminoso aparecerá sin duda, orientales. La aurora le precede y el sol se levantará sobre un horizonte que nunca mas vuelva á obscurecerse. [24]

A metáfora da aurora, do amanhecer, relacionada à independência é uma das mais frequentes no mundo ibero-americano. Porém, tem uma tradição que remonta a períodos anteriores. Como destaca Javier Fernández Sebastián, as alegorias solares e de iluminação são comuns na tradição cristã e na Monarquia Católica, característica do mundo ibérico, também foram comuns, como pode se supor, durante o período do Iluminismo, ainda que recebido de maneira circunspecta em Portugal e na Espanha. O discurso da razão, a luz da aurora brilhante da filosofia e das ciências eram abundantes durante o século XVIII. Para a elite conservadora e os governantes que não gostariam de ter o mesmo fim de Luís XVI, nas revoluções do final do século, o imaginário da luz, da aurora e da iluminação foi acrescentado e politizado, refiara-se também ao advento de uma nova era que poria fim no despotismo, na ignorância e na opressão. Raiava no horizonte, a aurora de novos tempos.[25]

Nas primeiras décadas do Oitocentos, existiam, por exemplo, periódicos que tinham em seu título Aurora, sendo a Peruana, a Fluminense e a do Chile, todos publicanos dentro do contexto das independências. A sua principal utilização é para a demonstração do nascimento de uma nova era, um recomeço para determinado país ou região. O passado geralmente é associado a um período sombrio, de escuridão que, a partir da ação e do trabalho no presente, poderia ser modificado e, no futuro, substituído por um período de avanço, iluminação e liberdade. A partir do ano de 1808, em Portugal e Espanha, na luta contra a invasão napoleônica, diversos periódicos e panfletos condenavam a presença francesa e defendiam a liberdade, o renascimento político e social de seus países por meio dessa metáfora. Nesse sentido, por exemplo, a constituição de Cádiz era um sol que iluminaria os tempos nebulosos do absolutismo, o passado monárquico também. Associação que permaneceu na América Ibérica na luta de independência ao longo de toda a década posterior. Neste contexto, eram Portugal e Espanha antigas metrópoles que eclipsavam a liberdade e o desenvolvimento das colônias americanas em luta por sua

---

24 *La Aurora.* Montevidéu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

25 FERNÁNDEZ SEBASTÍAN, Javier. *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano.* Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 21.

independência. Na Cisplatina, a luta já não era contra o domínio colonial espanhol e, sim, contra a posse imperial brasileira. Contudo, a analogia era a mesma, um renascimento, a luz do futuro em oposição à escuridão do passado.

Portanto, quando Antonio Díaz funda o *La Aurora* é inserido dentro deste contexto e nesse imaginário. O que significa que não existiam algumas particularidades no discurso do *Cabellero Oriental*. O período de escuridão, de noite, não é exclusivo em relação aos brasileiros, mas também em relação a quem lutava pela independência da Banda Oriental. O período de atuação de José Gervásio Artigas também é marcado pela obscuridade e opressão. Foi nesse momento e, em consequência da guerra civil que havia sido necessária a internação armada lusitana. Com a independência do Brasil, o que deveria ser o momento de transição, igualmente se torna nocivo, na intepretação do redator, para a população. Mais uma vez seria necessário o renascimento, a luz, a aurora, que faria o sol se colocar na região e não mais sair. Este acontecimento, no entanto, só seria possível com a ajuda de Buenos Aires. Os portenhos seriam os responsáveis pela iluminação dos Orientais. Assim, não bastava acabar com o período de dominação do Império brasileiro, mas também saber de onde viria e por que viria o recomeço com auxílio dos vizinhos buenairenses.

No dia 19 de dezembro de 1822 é publicado, pela *Imprenta de Torrez*, o periódico *El Pampero*. Vendidas a um real e meio, as quatorze edições do jornal, incluindo a extraordinária *Ráfaga del Pampero*, circularam todas as quartas-feiras entre dezembro de 1822 e maio de 1823, dividindo suas páginas entre notícias locais, textos analíticos e políticos e reproduções de jornais europeus e buenairenses. Na primeira edição, os redatores utilizam a analogia entre o vento e o nome do periódico para definir as vinculações políticas e os objetivos da publicação:

> EL PAMPERO es el viento favorito del Rio de la Plata: tras un tiempo turbulento y pesado él nos trae la serenidad y la bonanza. A su aspecto huyen aterrados los vientos calientes del norte que abrasan nuestras mieses, que esterilizan nuestros campos, que aniquilan nuestras haciendas; y si alguna vez osados se atreven á disputarle el puesto, sañudo y terrible como la ira de Júpiter, los arrastra en su furia hasta el Trópico, y van á ocultarse en sus montañas. Enseñoreándose entonces en la vasta superficie de su imperio, su soplo vivificante reanima la naturaleza lánguida y marchita con el aliento abrazador de la zona tórrida, disipa los densos nubarrones que cubrían el sol, despeja el horizonte, y haciendo sentir su influjo aun en el corazón del hombre, el ama se despliega a ideas grandes, el espíritu se ensancha, y la razón antes aletargada recobra su primer vigor. ¿Habrá alguno que desconozca las virtudes del pampero? ¿Hay alguno que no le dese? Creemos que no. En estos últimos días particularmente en que la lluvia, la cerrazón, y pesadez han sido tan constantes como poco comunes, todos han manifestado su ansiedad por un pampero,

> y no se oía decir sino, *ya aclarada, ya tenemos pampero.*[26]

Influenciados por estas características, os redatores determinam a postura do jornal e seu horizonte político, que é a libertação da Província Cisplatina e a ligação com o governo de Buenos Aires:

> Pues bien Montevideanos, y vosotros habitantes todos de la margen izquierda del rio, no desmayéis. Los editores del pampero os anuncian uno fuerte, impetuoso. Irresistible: desde la elevación de nuestro observatorio vemos hacia la parte occidental irse ya levantando los negros celajes, que ofuscaban el horizonte, y por entre la claridad que dejan descubrimos en la orilla opuesta un pueblo moderno, sin duda entre los otros pueblos, pero antiguo y grande por la importancia y solidez de sus instituciones, gozando ya de un cielo puro, respirando un aire saludable, y robusteciéndose bajo los benignos influjos de un pampero. Ya lo sentimos acercarse llegando hacia nuestras palayas, y cuando haya llegado, la espesa niebla que pesa sobre nuestras cabezas se dispersará como el humo. El sol radiante del Rio de la Plata brillará entonces en toda su magnificencia, y restablecido el tono en nuestras fibras relajadas, entonaremos himnos al pampero.[27]

Assim, inspirados pela geografia local e em busca da transformação da região oriental, são anunciados no periódico as formas de debate que serão vistas nas publicações, o conteúdo dos ensaios dos redatores e a origem da inserção de notícias de jornais estrangeiros:

> Los editores creemos que con tales recomendaciones, nuestro papel no necesita de otra que su solo titulo para que sea bien acogido. Sin entrar con el público en compromisos que tal vez no podríamos cumplir, nos esmeraremos sin embargo en darle todo el interés posible para que sea leído con gusto, sin prescribirnos término ni detallar las materias que deberemos tratar. El estado de la atmósfera reglará la elección y orden de los artículos del pampero: segun el nos ocuparemos indistintamente de política, de crítica, de variedades &: trataremos de procuramos por nuestras numerosas relaciones todas las piezas oficiales de que sea conveniente instruir al público, é inseriaremos los mejores artículos de los papeles de Buenos Aires y Europa. Y como nos fiamos de nuestras salas luces invitamos á que nos comuniquen las suyas todos lo as amantes del bien de nuestra patria, que este es el término de las aspiraciones del pampero.[28]

---

26 *El Pampero*. Montevidéu, n.1, 19 de dezembro de 1823.

27 *El Pampero*. Montevidéu, n.1, 19 de dezembro de 1823.

28 *El Pampero*. Montevidéu, n.1, 19 de dezembro de 1823.

Objetivando demonstrar aos leitores as agruras da dominação lusitana e posteriormente brasileira, considerada despótica e anárquica, os textos orientavam a população da região para a criação de um espírito revolucionário com vistas à liberdade da província, com participação de Buenos Aires. Os redatores utilizaram distintas ferramentas, dentre elas, estão o humor e a sátira, como destacam na edição de número quatorze: “La sátira y el ridículo son sin duda el mejor medio de corregir á los hombres, pero si no está sazonada por la prudencia y la delicadeza, indigesta el estómago mas fuerte, y en vez de persuadir irrita y obstina.” (El *Pamper*o. Montevidéu, n.14, 2 de maio de 1823). Outra estratégia utilizada era a de composição de poemas e hinos que conclamavam pela liberdade e abominaval administração de Lecor, como visto na edição de número oito, quando o hino intitulado *Letrilla* anunciava na sua terceira estrofe:

Si algun brasilero
Pretendiese ufano
Lograr veustra mano
Asi contestad
Mi afecto amoroso
“Está prometido”
“Ai mas decidido”
“Por la LIBERTAD” [29]

Como já observado, os redatores transferiram características da geografia local, do clima platino, para a moral e os hábitos dos orientais. A população deveria ser forte e obstinada para varrer, assim como os fortes ventos fazem, os invasores da região. É significativo notar que a metáfora do vento é relacionada ao movimento, eles alteram a situação e transformam a paisagem do local em que passam. Neste sentido, os ventos vindos do Norte, mesmo local do Brasil, acabaram com as plantações, devastaram as fazendas e provocaram a ira dos habitantes locais. Efeitos que destacam as principais reclamações do governo de Carlos Frederico Lecor, desde que a posse da região havia se transferido de Portugal para o Brasil, o chefe militar era acusado de permitir grandes transferências de cabeças de gado dos campos cisplatinos para as propriedades dos rio-grandenses, também a guerra provocada havia destruído toda a base produtiva local, as fazendas, base da economia desde o período colonial.

Em contraponto aos ventos vindos do Norte, estava o pampeiro, característico da região. Mais uma vez é enfatizada a ideia de movimento, entretanto, este é positivo. Depois de um período turbulento e pesado, o pampeiro é responsável por trazer a bonança e a serenidade. Desse modo, o movimento, vindo do Norte, que acabou com a liberdade da região, poderia ser ultrapassado por um

29 *El Pampero.* Montevidéu, nº08, 05 de fevereiro de 1823.

mais forte, natural da região, e que traria de volta o desenvolvimento. No Rio de Prata, além dos orientais, Buenos Aires poderia ser essa força possível. Essa transformação levaria mais uma vez o sol e a luz para a região. Mais uma vez, em outro periódico, embora tenha o mesmo redator, a aurora, o conhecimento e a razão são chaves para a independência da Cisplatina. Para os redatores do *El Pampero*, os movimentos que alçavam a região tinham duas origens, os ventos do norte, que solapavam a economia e geravam a desgraça local e os ventos característicos do clima platino, o pampeiro, que depois de um período conturbado, oferecia a possibilidade de progresso e liberdade. Os brasileiros eram descartados e se trabalhava na possibilidade de uma independência, contudo, ela não seria total e, sim, parcial. Separa-se do Império, para ligar-se às Províncias Unidas do Rio da Prata, que após os anos de guerras internas, consagradas na historiografia como "la anarquia del año 20", se reorganizavam e poderiam ser o horizonte de transformação dos orientais.

No mês de abril de 1823, é publicado o prospecto de um novo periódico, o *El Aguacero*. Sem data fixa para serem impressas e vendidas, as oito edições circularam entre abril e outubro de 1823, inicialmente sob a responsabilidade da *Imprenta de Torres*, o último número, no entanto, foi impresso e vendido sob a responsabilidade da *Imprenta de los Ayllones y Compañia257*. A partir da venda da tipografia, que pertencia a Francisco de Paula Pérez, aos irmãos Valentín e Rosendo Ayllones, sua capacidade foi aumentada com a fabricação de tipos novos pelos proprietários e funcionou de julho de 1823 até março de 1824. Redigido, também, por Santiago Vázquez, Antonio Felipe Díaz e Juan Francisco Giró, o jornal difere das publicações anteriores, justamente, por utilizar-se de muito humor para atacar frontalmente as publicações periódicas cisplatinas e os antagonistas de seu projeto independente e republicano para a região. Para os redatores, esse recurso é utilizado para chamar a atenção dos leitores e facilitar a compreensão de discursos políticos considerados mais rígidos:

> Queremos divertir para atraer; mesclamos en nuestros escritos la sátira y el estilo jocoso, porque sabemos que estos coloridos que entretienen y divierten son un atractivo para dulcificar y hacer insensiblemente provechosas las doctrinas y discursos áridos, fríos y secos. [30]

Utilizando mais uma vez o clima como metáfora para definir os objetivos da publicação de seu periódico, Santiago Vázquez, Antonio Felipe Díaz e Juan Francisco Giró apontam a chuva como a força que poderá limpar a província Cisplatina dos antigos vícios e ajudar a florescer um novo momento político:

30 *El Aguacero*. Montevidéu, n. 3, 08 de maio de 1823.

> No es nuevo que los *Aguaceros* sean acompañados de truenos, relámpagos, rayos y alguna vez fenómenos que la próvida naturaleza encierra en su hondo seno: pero la lluvia benéfica humedecerá la agostada tierra, y la preparará á producir sazonados frutos, mientras que el filósofo ni se asustara del estrépito de la tormenta, ni será alcanzado por los rayos que observe desde su defendido gabinete: la electricidad de las luces que le cercan contendrá su fuego abrasador. Tal es nuestro destino.[31]

A ferramenta empregada pelo *El Aguacero* para ajudar a desenvolver essa nova etapa é a crítica. Postura enfatizada, estrategicamente, em resposta a um suposto ataque do jornal *El Pampero*, também de autoria de Vázquez, Díaz e Giró. No texto, os autores afirmam que:

> Colocados, pues, nosotros por carácter y sistema en la clase de los [que] corrigen, no de los que corrompen, de los que reparan, no de los que destruyen, de los que critícan los *vicios* en las *personas*, no las personas en los vicios, bastaría la distincion explicada para justificar nuestro objeto y hacernos conocer; sin que nos quedase que decir respecto á nuestro lenguaje: este podrá alguna vez ser Hano y humilde, podrá carecer siempre de la fluidez, gracia y elegancia característica del *Pampero*; mas nunca pasar los límites que ha señalado la decencia á los que antes de ser *Aguacero* fueron civilizados, y que antes y después tributan al público un respeto profundo.[32]

Em síntese, o objetivo inicial da publicação do jornal é "Acostumbrar pues el pueblo á meditar con exatitud y justicia sobre los negocios públicos", já que, na concepção dos redatores, "es el mas digno y honroso empeño de los escritores verdaderamente patriotas", assim é o "que el Aguacero se propone fomentar.", pois a reflexão e o desenvolvimento de um pensamento crítico levariam a população local a perceber os supostos malefícios da dominação estrangeira. O *El Aguacero* trabalha para a criação de uma consciência revolucionária e de uma posição de participação popular e intelectual na criação coletiva de uma república independente, haja vista que

> tan pronto como el pueblo despierta desaparece el despotismo; pero queda el fatal hábito de encerrarse cada uno en la esfera de si mismo, y ese aistamiento, ese olvido de la *causa pública*, es el que deja descubierta la gran plaza de la revolución donde se reunen los corrompidos y compran y corrompen à otros con los cuales

31 *El Aguacero*. Montevidéu, n. 3, 08 de maio de 1823.

32 *El Aguacero*. Montevidéu, n.3, 08 de maio de 1823.

> se forman las facciones: despedazan al pueblo, producen la discordia, encienden la guerra civil, atraen la anarquía, el despotismo, el yugo extrangero y todos los males de que por desgracia tenemos terribles ejemplos: resulta pues que si los ominosos triunfos de la corrupcion y la ignorancia son debidos al aislamento ó letargo de los individuos de que se compone el pueblo, la falta de *Espíritu Pubbico*, la falta de opinion pública es el verdadero origen de todos los males, el único remedio para alejarlos, la base que estriba la existencia de una república.[33]

Assim como os ventos, a chuva e o aguaceiro são associados à ideia de movimento. Se em um primeiro momento os raios e os trovões podem atrapalhar, eles são seguidos de um solo irrigado e fértil que pode dar frutos à população local. A fórmula é a mesma das publicações anteriores: o Império do Brasil é considerado, negativamente, um tormento para a população local, mas também sempre é retratado de maneira passageira. Em seu lugar, surgiria um novo período, de luz, sol e fertilidade, a província Cisplatina seguiria o seu curso natural, assim como os ventos e a água da chuva. Nesse sentindo, geralmente aparece Buenos Aires, seja como força possível de auxiliar no processo de independência ou como horizonte de expectativa dos redatores. A geografia platina, marcada por fortes ventos e chuvas intensas, especialmente durante os invernos, servia como metáfora para trabalhar as motivações do *Cabelleros Orientais* em busca da independência e, na mesma medida, marcava a diferença entre os locais e os brasileiros. Vindo do Norte e na região tropical, não estavam destinados, na visão dos redatores, a ocuparem aquele território. O governo despótico de D. Pedro também não combinaria com as pretensões republicanas da região e só traria desolação, obscuridade e tormentas.

Em 8 de maio, sob nova formatação, é publicada a última edição do *El Aguacero*. Com menos páginas do que o de costume, embora se indicasse a continuidade das publicações, algumas mostras do encerramento do jornal eram visualizadas, dentre elas, o aviso na página final: "El Aguacero ofrece salir todas las semanas bajo las seguridades que tiene de costumbre. Si alguna vez ha dejado de ser ecsacto en cumplir lo que ha ofrecido, no se le culpe á el por esto." Embora não seja possível averiguar os motivos – muito provavelmente a referência à suposta idade avançada e aos problemas decorrentes dela que eram frequentes nos comentários acerca do conteúdo publicado no periódico, como também a forma áspera como as cartas dos leitores eram respondidas em algumas edições - os redatores colocam ironicamente a culpa na idade avançada do suposto redator, quando na realidade os três estavam na casa dos trinta anos: "sino á la poltronería de su autor y á los muchos achaques que en su edad secsajenaria lo imposibilitan mui amenudo."

33 *El Aguacero*. Montevidéu, n. 8, 04 de outubro de 1823.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sucessos consecutivos de Carlos Frederico Lecor na região da campanha e a desmobilização dos movimentos do *cabildo* montevideano apontam igualmente para uma mudança dos objetivos dos redatores e assim, propriamente, questionam a validade da continuação da publicação e da existência da sociedade secreta. O apoio de Buenos Aires na empreitada para liberar a Cisplatina do jugo brasileiro, não foi recebido, visto que os vizinhos platinos evitavam, neste momento, um confronto bélico com o Império brasileiro. Contudo, a construção de diferenças, a criação de uma imprensa de oposição que foi constante e efetiva nesse biênio, possibilitando à população se reconhecer mutuamente e visualizar a independência. Menos de dois anos após a última publicação, tem início a Guerra da Cisplatina, com as Províncias Unidas do Rio da Prata travando duros embates contra o Império do Brasil pela posse da região, onde essas construções retóricas e as diferenças reais ou não encontraram maior reverberação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados*: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Afrontamento, 1993.

ALONSO, Rosa *et al. La oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevidéu: Pueblos Unidos, 1970.

COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos da intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1811 e 1816)*. Dissertação de mestrado. UNESP – Assis, 2008.

DEMURO GONZÁLEZ, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. "La crisis de 1808 y el advenimiento de un nuevo lenguaje político. ¿Una revolución conceptual?" *In*: ÁVILA, Alfredo; HERRERO, Pedro Pérez (ed.). *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México: UNAM/Universidad de Alcalá, 2008.

FERNÁNDEZ SEBASTÍAN, Javier. "Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual". *In*: CANAL, Jordi; LUZÓN, Javier Moreno. (ed.). *Historia cultural de la política contemporánea*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

FERNÁNDEZ SEBASTÍAN, Javier. *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

GARABELLI, Martha Campos Thevenin de. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis*. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1972/23; Tomo II. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.

GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. 2ª reipression. México: FCE/MAPFRE, 2010.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Revolução e guerra. Formação de uma elite dirigente na Argentina criolla*. São Paulo: Hucitec, 2015.

JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império*. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831). São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

PALTI, Elías J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: siglo XXI Editores, 2007. p. 14.

OSÓRIO, Helen. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. *Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e documentação Diplomática*, Brasília, número especial, 2007. p. 3-32.

PALTI, Elías José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata*: 1808-1828. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congresso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis*. Montevidéu: El Siglo Ilustrado, 1937.

Piccolo, Helga. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 571-613.

PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires*. Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata. Ph.D Dissertation – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009.

PRADEIRO, Antonio. *Índice cronológico de la prensa periódica del Uruguay 1807-1852.* Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y ciencias, 1962.

FONTES

JORNAL EL AGUACERO. Montevidéu, 1822-1823.

JORNAL EL PAMPERO. Montevidéu, 1822-1823.

JORNAL LA AURORA. Montevidéu, 1822-1823.

MENSURANDO A NARRATIVA NO ESPAÇO: A FRONTEIRA POR MEIO DOS DIÁRIOS DE JOSÉ MARIA CABRER

David da Silva Carvalho[1]
Tiago Luís Gil[2]

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é observar como a fronteira foi retratada na pena de alguém responsável por criá-la, no caso, o demarcador de limites José Maria Cabrer. Ele nos deixou um detalhado diário sobre suas expedições entre os domínios portugueses e espanhóis, em meados dos anos 1780, nas operações que deram contorno ao Tratado de Santo Ildefonso. Começaremos abordando os territórios por ele cruzados, observando seu ritmo e velocidade, em paralelo à descrição das paisagens dos atuais territórios do Uruguay e Rio Grande do Sul, este último no Brasil. Analisaremos alguns objetos definidos pelo autor, que iam muito além das esperadas anotações do trabalho de reconhecer os terrenos fronteiriços e assentar marcos divisórios de pedra. Cabrer se interessou por descrever a paisagem, os grupos nativos, as povoações mais expressivas e os principais portos, além de dissertar com muita atenção sobre o comércio local e o contrabando.

Ao longo da primeira parte, a narração fornecida perpassa vários "arroyos", fortes e cidades, como Montevideu, San Borja, Pueblo de San Miguel, Candelaria, Santo Tomé e San Joseph. Como se vê no tomo I, as notícias das andanças entre uma localidade e outra são cheias de informes e muitas adversidades: dentre estas, podemos destacar a observação de planetas para a localização de lugares, além de infortúnios com animais. Estas narrativas permeiam o texto e servem

---

1 Bacharel em História pela Universidade de Brasília.

2 Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

bem para que entendamos o que, por vezes, se apresentou como o "clima" dos trabalhos ambientados em terras que guardavam um tanto de fantástico a todo o contingente demarcador.

Após muitos anos de conflitos, Portugal e Espanha haviam finalmente se decidido por uma trégua e um novo acordo de paz em 1777. Poucos meses antes as forças lusas haviam recuperado os terrenos obtidos pelos avanços espanhóis dos anos 1760, nos quais as tropas locais tiveram um peso expressivo. O novo Tratado, agora chamado de Santo Ildefonso, estabelecia um novo contorno para as bordas daqueles impérios e trazia uma novidade: os chamados "Campos Neutrais". Seria uma zona proibida para ambos os súditos e garantia de preservação dos esforços realizados até aquele momento. De algum modo, a definição dos terrenos neutrais jogava para o futuro a demanda de estabelecer uma fronteira "colada", como tradicionalmente se fazia, e reconhecia, ao mesmo tempo, a "alta temperatura" envolvida nas disputas por aquela região.

Portugal e Espanha enviaram vasto número de tropas e equipamentos para a demarcação dos terrenos. Somente no lado espanhol estavam indicados mais de cinco dezenas de encarregados, entre oficiais, soldados e *vaqueanos*. Dentre estes todos, estava o jovem engenheiro, com 22 anos completos, que havia pouco tempo estava atuando no *Real Cuerpo de Ingenieros* no Rio da Prata. Ele seria o que chamaríamos hoje de um polímata, pois, além dos conhecimentos em engenharia, ainda tratou de história natural, etnografia e geografia. O demarcador espanhol, que nasceu em Barcelona em 1761[3], foi nomeado tenente-coronel no ano de 1801, ao final dos trabalhos.

Os Diários de Cabrer receberam diversos tratamentos metodológicos em nossa pesquisa, entre o geoprocessamento, a "desmontagem" do texto em um banco de dados e a análise qualitativa. Em primeiro lugar, a narrativa foi transformada em um mapa digital, de tal maneira que o percurso feito pelas expedições demarcatórias foi identificado com detalhe. Com isso foi possível, dentre outras coisas, identificar a localização dos marcos de fronteira instalados pelas equipes portuguesa e espanhola, além da posição de diversas outras feições geográficas descritas pelo autor. Com isso, também foi possível saber a velocidade das tropas, dado que pudemos comparar com o volume de texto utilizado para descrever a paisagem e as efemérides narradas. Deste modo, pudemos ver o quanto Cabrer escrevia, sobre o que, quando e como andava a comitiva. Estas informações foram interessantes para comparar com os próprios objetos da narrativa, identificados por meio da análise qualitativa. Antes de apresentar nossos resultados, importa conhecer um pouco da experiência de "campo" de nosso herói.

---

3 ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Rio de la Plata; ilustrados con notas y disertaciones*. Buenos Aires: Imprensa del Estado, 1836.

O PERCURSO: ENTRE BUENOS AIRES E AS MISSÕES

"A las tres y quarenta y siete minutos de la tarde del dia 29 de Diciembre de 1783", as equipes espanholas responsáveis pela demarcação embarcaram em um Bergantim com destino a Montevideo. A embarcação ia conduzida por um vento "alegre", o "pampeiro" e fora essa justamente a causa da mudança de rumos: foram levados à Colônia do Sacramento e ali desembarcaram. Em Sacramento, os contingentes passaram apenas um dia, mas a descrição da praça fora a primeira a receber atenção de Cabrer, que dedicou mais de 10 páginas para sua apresentação, com destaque para a história da localidade desde o século XVI. A viagem continuou por terra na direção de Montevideo, passando por diversos arroyos, onde Cabrer descreveu, com algum espanto, as capivaras e os pequenos agrupamentos de casas. Foram fazer pouso, ou "mansión", em Rosário, uma estância Real – essa também – alvo de uma minuciosa narrativa.

De Rosário as equipes partiram para San José, indo dormir em Santa Lúcia. Neste momento, os diários deixam de contar a rotina da viagem para uma longa pausa descritiva dos povoados de San José, Santa Lúcia, Nossa Senhora de Guadalupe – ou Canelones – e das campanhas de Montevideo. O foco sai da caravana e mira nos espaços por ela cruzados, dando ênfase aos povoados e suas histórias locais. A descrição das campanhas é um perfeito exemplo de corografia colonial: os espaços são listados como se o autor estivesse consultando um mapa e indicando as principais feições, umas em relação às outras, com destaque para rios e povoações. A produção do gado é objeto de várias páginas, assim como o trabalho da coirama.

Figura 1: Percurso utilizado pelas Partidas demarcatórias espanholas em 1783-1784 para chegar em Montevideo

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

O grupo chegou a Montevideo na tarde do dia 1º de janeiro de 1784, encerrando o primeiro capítulo da obra. Haviam percorrido quase 300 quilômetros, entre mar e terra, ao longo de três dias, indicando uma velocidade incrível para as condições então disponíveis. Cabrer passa, então, a descrever a cidade, seu porto e as principais "derrotas" do litoral, quase como um guia de navegação, tendo, inclusive, tomado informações com os marinheiros sobre esses assuntos. A permanência na cidade é objeto exclusivo do segundo capítulo.

Saindo de Montevideo, os demarcadores passaram pelo Arroio de Pando para, logo adiante, avistar um cometa, devidamente descrito por Cabrer. A pressa, contudo, os fez continuar sem paradas para Maldonado, onde deveriam descansar. O caminho restante alterna a história local do Arroio de Solis, o avistamento e captura de "avestruzes" (emas, provavelmente), entremeadas com a descrição do relevo e anedotas particulares, como a descoberta de ouro por um *vecino*. Causou espanto ao narrador a existência de cavalos selvagens naquelas campanhas, que foram objeto de análise. A chegada a Maldonado ocorreu no dia 17, onde restaram por alguns dias para descanso e recuperação de carretas. Cabrer manteve seu modelo e dedicou algumas páginas à história e geografia da povoação, fazendo o mesmo, logo depois, para o povoado de San Carlos. Estamos no meio do terceiro capítulo.

Figura 2: Percurso utilizado pelas Partidas demarcatórias espanholas em 1783-1784 para chegar em San Carlos

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

No caminho entre San Carlos e Santa Teresa a expedição se entreteve com diversas observações, especialmente arroios, montes e propriedades produtivas. Mas nenhuma delas foi mais chamativa do que a descoberta de um marco divisório do Tratado de Madrid, localizado no monte Buenavista, junto da praia. A descrição deste marco foi feita com cuidado, destacando as inscrições na pedra.

O alvo seguinte foi o forte de Santa Teresa, também objeto de uma minuciosa narrativa, dando ênfase especial à história do local. Em seus entornos, os demarcadores encontraram algumas plantas medicinais e tomaram nota disso. A chegada a Santa Teresa marca o périplo de deslocamento até o início da expedição demarcatória. Ali era apenas o começo. E ali também começa o quarto capítulo.

No dia 4 de fevereiro, os espanhóis se encontraram com os portugueses pela primeira vez. Logo do contato, Cabrer aponta alguns "escorregões" de polidez por parte dos espanhóis, não apenas por andarem sem boa aparência, mas por não oferecerem sopa aos convidados lusitanos, não sendo estas as únicas faltas ao longo do trajeto. Cabrer também relata que os portugueses iam com quase duzentos efetivos, além de mais de mil animais (entre montaria e alimentação). Fora neste momento, também, que começaram as diferenças.

Os portugueses logo indicaram suas incertezas sobre uma das linhas previstas no Tratado, que sairia das "origens" da Lagoa Mirim e correria pelas cabeceiras do Rio Negro. Os espanhóis, "fundados en el literal, y más genuino sentido", entendiam que o texto do Tratado incluiria áreas mais ao norte do que os portugueses indicavam. De resto, ali já se iniciou a polêmica sobre um certo "arroyo" que serviria de divisa, no qual estaria instalado o Forte português de São Gonçalo. O mesmo Cabrer informa que o suposto arroio só poderia ser o "Rio" Piratini, que não tinha caudal para ser chamado de arroio. Esta polêmica continuou por muito tempo e gerou muitas dúvidas entre as duas comissões.

As divergências entre as duas equipes foram discutidas no acampamento do Chuy durante vários dias, até que um caminho foi encontrado, tendo por princípio a ideia de que convinha investigar as áreas em disputa. A demarcação propriamente dita começou em 24 de fevereiro. O arroio Chuy foi reconhecido e os primeiros marcos foram colocados. Um mapa de José Correia Rangel de Bulhões indicava a localização daqueles marcos e a posição dos acampamentos ibéricos. Até aí não havia polêmica, pois os marcos do lado oriental da Lagoa Mirim não eram questionáveis. O capítulo quatro acaba com a descrição do Forte de São Miguel, nas bordas da Lagoa.

Figura 3: Plano Topográfico

Fonte: Bulhões (1797).
* A linha de fronteira foi reforçada pelos autores, que também marcaram com quadrados os acampamentos.

No quinto capítulo, Cabrer continua sua narrativa dos esforços de reconhecimento dos terrenos entre a Lagoa Mirim e o Oceano. O alvo seguinte eram os "albardões" de Luis Silveira e Joana Maria, este último junto ao Taim. O autor descreve a paisagem em meio aos relatos de preparação e uso dos instrumentos astronômicos e de medição local. Ele também se entretém narrando os problemas causados pelos cavalos selvagens, os baguais, que poderiam atacar os animais mansos durante a madrugada, causando problemas. O passo seguinte fora devassar o Taim, onde novamente os conflitos entre os dois impérios atrasaram a expedição. Para tanto, até casas de palha foram construídas para melhorar as condições das equipes. Os marcos, ainda assim, foram estabelecidos nos locais acordados e as tropas continuaram seu movimento.

Figura 4: Percurso utilizado pelas Partidas demarcatórias espanholas em 1783-1784 para chegar na Lagoa Mirim e voltar ao Piratini

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

O restante do quinto capítulo constitui-se de descrições minuciosas da paisagem local, uma alargada história dos estabelecimentos lusitanos na região e um título inteiro dedicado à Vila do Rio Grande, sua história e seu governo. Novamente os espaços são descritos como em uma corografia, um mapa na forma de texto, destacando as feições geográficas mais importantes e os laços comerciais das localidades entre si e com o exterior. O tema do contrabando reaparece e a Vila é descrita como um empório entre o comércio legal e o ilegal. A viagem continua no capítulo seis, agora embarcada. As duas comissões tomaram canoas para o reconhecimento do "Sangradouro" da Lagoa Mirim, o arroio do Pavão, o rio (ou seria um arroio?) Piratini, a própria Mirim e seus afluentes.

O começo da viagem se dá pelo "Sangradouro", canal que liga a Mirim com a dos Patos. Os primeiros reconhecimentos se dão junto ao arroio do Pavão, onde as comissões ganharam alguma "carne fresca" de Rafael Pinto Bandeira, potentado local. Cabrer identificou alguns lugares e contou suas histórias, como foi o caso do "famoso" Passo do Beca, um simples posto militar. O arroio é descrito com detalhe, assim como a entrada do rio Piratini, igualmente devassado pela expedição e alvo de grande atenção narrativa de Cabrer por conta dos problemas já comentados. O

grupo avançou somente até o chamado “Cerro Pelado”, não muito distante da foz do rio-arroio. Cabrer deu alguma atenção especial às propriedades que ficavam nas margens daquele curso, indicando, especificamente, que muitas das estâncias ficavam na margem sul. Ele não faz uma relação direta, mas sabendo da polêmica, estas estâncias estariam nos campos neutrais e não deveriam permanecer, na opinião da partida espanhola. Não sem motivação, ele completa seu argumento afirmando que o volume de gado presente naquelas propriedades lusas tinha relação direta com os roubos de gados dos domínios espanhóis.

A narrativa segue dando detalhes dos rios, arroios e outras formações naturais da paisagem, reconhecidas e mapeadas com os constantes recursos tecnológicos de observação dos satélites de Vênus e o cálculo das coordenadas. Em meio a estas observações e levantamentos, as partidas encontraram canoas de contrabando abandonadas, sendo depois surpreendidos pelo avistamento de oito “tigres”, dos quais cinco foram caçados com grande velocidade. As expedições tomaram a direção sul na Lagoa, devassando suas origens e ingressando no rio Cebollatí e seus afluentes, percurso no qual Cabrer tomou a maior parte de sua escrita. O foco principal é no trabalho de reconhecimento, mas ele não deixa de descrever o encontro e perseguição de uma canoa de contrabando pelas tropas ibéricas, que conseguiu, apesar de tudo, desaparecer.

Figura 5: Percurso utilizado pelas Partidas demarcatórias espanholas em 1783-1784 para chegar em Minas

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

Mantendo o rumo sul, Cabrer e os demarcadores atingiram o povoado espanhol de Minas, que é também identificada, tendo sua história local apresentada pelo nosso autor. As antigas minas da região são descritas minuciosamente. O processo de reconhecimento segue por outros arroios, como o importante Olimar. A viagem fez seu retorno à Lagoa e ao já conhecido posto do Taim, onde as canoas fizeram uma parada para imediatamente seguir pelo rio-arroio Piratini, na direção de Santa Tecla, um dos pontos centrais da fronteira. Cabrer fez um longo arrazoado sobre a região e seu sistema defensivo, falando das necessárias ações para a contenção do contrabando.

Figura 6: Percurso utilizado pelas Partidas demarcatórias espanholas em 1783-1784 para chegar em Santa Tecla

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

Em Santa Tecla, a expedição aguardou uns bons 15 dias. O percurso para chegar lá teve como contrapartida textual a tradicional descrição corográfica da paisagem, em meio ao processo de identificação das nascentes do Rio Negro, ponto essencial da polêmica entre os dois impérios. Eles se retiraram daquela fortaleza no dia 4 de maio para seguir a viagem na direção das Missões. No meio do caminho, encontraram as tolderias dos indígenas minuanos, que os aconselharam a esperar pelo fim das chuvas para seguir viagem, o que fora executado. O grupo seguiu na direção de São Borja, aonde chegaram em 28 de junho. Ali novamente embarcaram em canoas para devassar o Rio Uruguay e fazer o reconhecimento

das Missões. É por aqui que paramos nossa apresentação da viagem. Vamos partir, agora, para outra experiência, com uma leitura diversa daquele texto.

MENSURANDO OS DIÁRIOS E SEU CAMINHO

A obra de Cabrer tem ritmos diferentes de narrativa. Se tomarmos a quantidade de texto (em páginas escritas), os capítulos são distribuídos de modo muito desigual. Vejamos o trecho entre Buenos Aires e as Missões. Ele ocupa sete dos nove capítulos do primeiro tomo, e a Figura 7 apresenta sua distribuição.

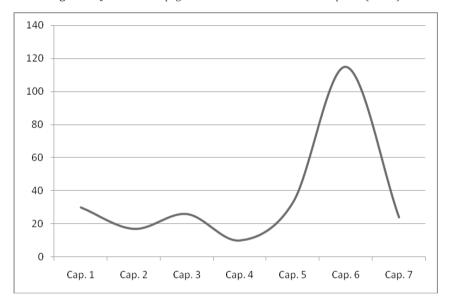



Figura 7: Quantidade de páginas da obra de Cabrer em cada capítulo (1 ao 7)

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

O capítulo 6 narra os avanços das tropas pelo desconhecido universo da Lagoa Mirim, período que tomou a maior parte do tempo dos grupos demarcatórios. Este capítulo é bem maior do que os demais. Até aí, tudo absolutamente normal, pois criar capítulos extensos não é nenhum pecado. A obra de Cabrer é um diário do processo de demarcação, focada na circulação das tropas ocupadas no delineamento da fronteira. E o texto dá especial atenção ao movimento, falando das paisagens observadas ao longo do caminho. Um cenário absolutamente normal, tendo em conta apenas estes recortes. Contudo, tomando o conjunto da obra, o cenário é um tanto quanto diferente. Se considerarmos que, além de des-

crever seu movimento, Cabrer também falava de lugares estáticos (como vilas, aldeias e cidades), que vamos chamar de "pontos", então poderemos mensurar estas narrativas. Comparando os trechos dedicados ao movimento com aqueles que tratam de lugares, como as histórias das cidades, encontramos outro "Diário".

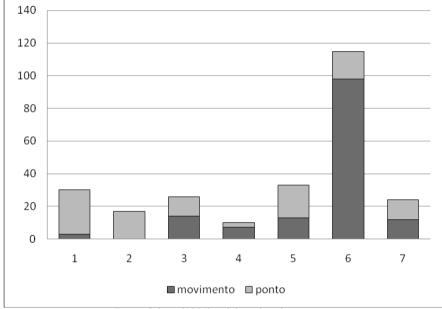



Figura 8: Comparação entre o movimento e o estático na obra de Cabrer (Cap. 1 ao 7)

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.

A história do texto de Cabrer não é a do movimento, ainda que o texto tenha este efeito: é a da parada, da descrição do lugar "pontual". Em parte expressiva do texto (42%), ele comenta de pontos, como vilas, povoações e outras feições geográficas - e nisso as narrativas históricas locais têm peso significativo. Os primeiros capítulos são crônicas do estático. As tropas estão em movimento e, como vimos, em alta velocidade até Montevideo, pelo menos, com mais de 90 quilômetros por dia. E, neste momento, ele está gastando, em média, uma página para cada duas horas e meia.[4] O motivo disso são as longas descrições dos povoados do caminho, onde também fizeram suas paradas. No capítulo dois, estacionado em Montevideo, Cabrer produziu uma página para cada 12 horas de

4 Não sabemos até que ponto ele escreveu durante a viagem, mas estamos apenas avaliando o quanto se dedicou a cada espaço.

permanência, bem inferior ao marco anterior, mas ainda assim muito exaustivo em suas apreciações sobre a cidade e porto platinos. No capítulo três, o diário volta para a estrada, registrando agora um dia por página.

No capítulo quatro, os ritmos mudam bastante. Uma página é dedicada para cada sete dias de jornada. A velocidade do deslocamento também caiu e vertiginosamente, de 14 quilômetros por dia para 1,6. Menos páginas, apesar de mais tempo parado. E já estamos bem no início do processo demarcatório. No capítulo cinco, a estrutura se mantém. Uma página para cada seis dias e oito horas de viagem. A velocidade do grupo fica na média de 1,6 quilômetro por dia. É claro, estão se deslocando lentamente por conta das medições e reconhecimentos do campo a ser demarcado, mas isso não se reflete na escrita, que é pouca sobre o terreno. No capítulo seis, o maior de todos, a estrutura é muito semelhante ao anterior. São quase cinco dias descritos em cada página. A velocidade do grupo aumentou um tanto em relação ao capítulo anterior, registrando 2,5 quilômetros por dia. A etapa final de nossa amostra, no capítulo sete, indica uma mudança brutal, a descrição aumentou consideravelmente: agora uma página registra cada dois dias e oito horas, o dobro da marca anterior. A velocidade disparou para quase 13 quilômetros por dia.

Quadro 1: Métricas comparativas dos capítulos de Cabrer

Capítulo	Trecho	Dias vividos nos capítulos	Páginas dos capítulos	Quilômetros “percorridos” no capítulo
Capítulo 1	Buenos Aires para Montevideo	3	30	280
Capítulo 2	Montevideo	9	17	0
Capítulo 3	Montevideo para Santa Teresa	24	26	350
Capítulo 4	Demarcação do Chuy	71	10	118
Capítulo 5	Chuy para Rio Grande	210	33	350
Capítulo 6	Demarcação da Lagoa Mirim	541	115	1376
Capítulo 7	Santa Teresa para São Borja	55	24	700

Fonte: Cabrer (1801) – elaborado pelos autores.

Em termos visuais, poderíamos traduzir os dados do Quadro 1 na forma de um cartograma com as diferentes intensidades da viagem e do texto de Cabrer.

Figura 9: Mapa das métricas comparativas dos capítulos de Cabrer

Fonte: Cabrer (1801) – elaborada pelos autores.
* A intensidade da variável (páginas por dia, km por página ou por dia) é visível na espessura da linha.

É notório como Cabrer escreveu mais no primeiro trecho de sua viagem, aquele ainda nos terrenos espanhóis. Mais tarde, novamente em terras outrora castelhanas, ele retomou sua prolixidade. As áreas menos descritas, por dia de viagem, são exatamente aquelas do movimento de demarcação, nos arredores da Lagoa Mirim. O mapa seguinte, de quilômetros por página, indica que ele foi exaustivo nos primeiros dias, se tornando lento com o tempo, especialmente na região missioneira. O último mapa mostra a velocidade do autor, que efetivamente foi muito veloz nos primeiros dias, adotando, com o tempo, um ritmo bem inferior, ainda que ao final do recorte, já nas Missões, tenha melhorado um pouco seu ritmo, o que não quer dizer que tenha escrito mais neste período.

Tudo isso significa que o interesse de Cabrer pelos assuntos ou regiões não era fruto das condições objetivas da viagem: ele escreveu muito quando o grupo corria e dispunha de pouco tempo para os diários. Ele escreveu pouco quando esperava por novos avanços, mas também em outros momentos de velocidade ligeiramente maior. Não há uma correlação clara entre estas variáveis. Mas há um elemento muito interessante: ele foi seletivo em relação aos relatos, dando maior ênfase para uns na sua relação com os outros. Algumas regiões foram mais descritas do que outras, especialmente em termos proporcionais, algo quase impossível de se perceber ao fazer a leitura. E talvez essa seja a grande vantagem do geoprocessamento.

Diante desta irregularidade do ritmo, restaria perguntar quais são os pontos que mais tomam a atenção do autor em sua escrita. Sendo o relato de um agente colonizador, um representante imperial, seria de se esperar que seus olhos estivessem focados no controle e assimilação dos novos espaços[5]. E estão, evidentemente, como de fato nos mostra o capítulo seis, que se aprofunda pelo mundo da Lagoa Mirim, o coração dos espaços em disputa, já bem conhecidos,

5 PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

mas não tanto controlados. O fato de toda aquela área ser definida como terreno neutral era um indício disso. As paisagens menos controladas foram minuciosamente descritas na pena de Cabrer, arroio por arroio, rio por rio, o que incluía a flora e a fauna locais, como já vimos.

A antítese deste olhar colonizador, entretanto, tem uma outra manifestação. Se a narrativa de Cabrer dedicou parte expressiva de sua atenção aos lugares de parada, a pontos e não ao movimento, o fez de modo seletivo e com alguma hierarquia. Nem todos os pontos de parada foram igualmente descritos. O campeão de todos fora a Vila de Rio Grande, com 15 páginas exclusivas, mais do que Montevideo, a quem, por sua vez, foi dedicado um capítulo. Mas esta última não fora nem a segunda mais descrita, posição que toca à Colônia de Sacramento, com 11 páginas, contra 10 de Montevideo. A campanha oriental ficou em quarto lugar, com nove laudas. Não vou me alongar aqui. O leitor já deve ter criado sua suspeita sobre os possíveis interesses de Cabrer ao preferir a Vila lusitana de Rio Grande, talvez por astúcia. Pode ser, mas o conjunto dos "pontos" descritos mostra outro cenário. Pensamos em outra classificação possível para aqueles locais, se eram espanhóis, lusos ou pontos na fronteira. As localidades espanholas foram muito mais descritas por Cabrer do que as lusitanas e ainda mais que as de fronteira. O autor dedicou 65 páginas para comentar sobre lugares do mundo espanhol, contra 30 portugueses e 13 da fronteira.

Observando estes dados, uma conclusão possível seria a de que ele deu maior atenção para o já conhecido do que para os novos territórios. Mas não achamos que seja assim. Na verdade, quando observamos com atenção o que Cabrer fala sobre os "pontos", as localidades às quais se dedica na escrita, percebemos que parte muito grande desta fala é sobre a história local, desde os primeiros avistamentos até os últimos incidentes. Foi assim com Montevideo, quando fala de Solís. Quando entra em Rio Grande, sua história começa nos descobrimentos do século XVI, afirmando que seria já tácito que quem descobrira o Brasil foram os espanhóis. Essas histórias parecem ocupar um papel importante em Cabrer. Elas parecem ser elementos de medida de domesticação dos espaços na escrita, ou melhor, indicadores de europeidade, em contraste com as áreas ainda pouco controladas que estavam para ser demarcadas. Neste sentido, temos de volta nosso autor na posição de agente colonizador, um agente que vinha com a missão de definir a propriedade de vastas regiões. As histórias indígenas mais remotas eram apresentadas tal como quando descrevia um arroio menor.

Franco Moretti, em seu "Atlas do Romance Europeu", nos fala da literatura do universo colonial do século XIX e da forma como ela enfatizava, na ficção, os antagonistas dos europeus nas perigosas aventuras de viagem daquele gênero. Eram diversos os potenciais inimigos dos colonizadores em meio ao seu deslocamento para destinos muito profundos na floresta africana. Não acreditamos que sejam estilos comparáveis os romances com os diários de demarcação. Mas, em

certo sentido, a oposição entre os lugares "profundos" da literatura e os espaços menos controlados parece semelhante. Não nos parece, contudo, que o papel dos antagonistas seja o mesmo. Estes últimos, no romance europeu, eram agentes que comprometiam o avanço dos colonizadores. Contratempos indesejados e perigosos - no quadro do que Pratt chamou de "anticonquista".[6]

Na obra de Cabrer, os animais selvagens, por exemplo, aparecem como destinados ao controle, como ocorre quando da caçada na Lagoa Mirim. O mesmo acontece com os indígenas minuanos, por exemplo. Ainda que apresentados como hostis, eles não apenas aparecem — numa bela coexistência — como dão conselhos adequados aos europeus. Por fim, a expedição também buscou controlar os contrabandos, tanto na forma como perseguiu a uma canoa de comércio ilegal quanto no modo como o próprio Cabrer aponta soluções para aquele mercado. A expedição não apenas demarcava os territórios. Ela também dava ordem para os habitantes aquele mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma crítica quantificada de um texto, com o uso da cartografia digital, nos permitiu observar a ambivalência do discurso colonizador. Ele não precisa se aprofundar na história natural para cumprir seu papel, como sugere Pratt. Ele não precisa encontrar adversários ou desafios naturais para realizar sua "anticonquista". Ele não precisa fazer um levantamento de todos os potenciais econômicos para calcular a empresa colonial. Ele pode fazer isso tudo ignorando a historicidade de certos lugares em certas épocas. Os pontos mais tratados no diário eram também aqueles que mais tinham uma história europeia para ser contada. A presença indígena regional não fora contabilizada nestas histórias e mesmo a experiência recente europeia, no que estava sendo definido como "zona neutral", não era interessante, ainda menos quando o argumento reivindicado era o do Uti possidetis. Mas isso é outra história.

6 PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999; MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel*, 1800-1900. New York: Verso, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Rio de la Plata; ilustrados con notas y disertaciones*. Buenos Aires: Imprensa del Estado, 1836.

ARNAUD, Jean-Luc. Nouvelles méthodes, nouveaux usages de la cartographie et de l'analyse spatiale en histoire. *In*: GENET, Jean-Philippe; ZORZI, Andrea. *Les historiens et l'informatique*: un métier à réinventer. Roma: École Française de Rome, 2011, p. 199-220.

AZZARI, Margherita. Geographic information systems and science. Stato dell'arte, sfide future. *In*: ZORZI, Andrea. *Les historiens et l'informatique*: un métier à réinventer. Roma: École Française de Rome, 2011, p. 221-234.

GREGORY, Ian N.; ELL, Paul S. *Historical GIS: Technologies, Methodologies, and Scholarship*. Cambridge Studies in Historical Geography. Cambridge University Press, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KÜHN, Fabio. *Gente da fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Tese (Doutorado em História) – PPGHIS/UFF, Niterói, 2006.

MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel*, 1800-1900. New York: Verso, 1988.

NOIZET, Hélène. Méthodologie des SIG appliqués à l'histoire urbaine. *Le Médiéviste et l'ordinateur*, n. 44 (2006).

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1975.

FONTES

CABRER, José Maria. *Diario de la Segunda Subdivicion Española*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, 1801.

PLANO Topográfico e individual que comprehende os Arroyos de Chuy, de S. Miguel, de Itaym, e do Baeta: as lagoas da Mangueira e Merim, e Lingoas de Terra que medeiao entre ellas e Costa do Mar, e seus orredores... 1784. De José Correia Rangel de Bulhões. Arquivo Histórico do Exército. AHEX. 07.02.1434

AMPLIANDO FRONTEIRAS: VIAJANTES E AS FLORESTAS CATARINENSES NO SÉCULO XIX

Samira Peruchi Moretto[1]

INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, passou por um processo de demarcação bastante tardio comparado com os outros estados da mesma região. As demarcações geopolíticas se estabeleceram, tais quais as conhecemos atualmente, somente próximo ao segundo quartel do século XX. Um dos fatores que impediu a ocupação e a pretensa demarcação territorial foi a presença de uma densa floresta. O objetivo deste capítulo é descrever a floresta para analisar as transposições das áreas demarcadas do estado de Santa Catarina, no século XIX, por meio das incursões de viajantes naturalistas.

A História Ambiental instrumentaliza esta análise e a percepção de como a presença destes viajantes no estado possibilitou o alargamento das fronteiras já estabelecidas. Levando em consideração que inserir o meio ambiente na análise histórica é uma das propostas da História Ambiental, pois

> pode adicionar bases e perspectivas a conceitos tradicionais dos historiadores: guerra, diplomacia, política e economia, revelando relações entre esses conceitos e o mundo físico. A natureza não se encaixa suavemente na economia humana, a natureza é a economia que envolve todos os esforços humanos e que sem ela, os esforços humanos seriam impotentes[2].

O meio ambiente foi fator preponderante na ocupação do território. Mesmo quando não relatado, foi impactante na fixação ou demarcação. Pensando

---

1 Doutora em História. Professora do Curso de História e do PPGH da Univesidade Federal da Fronteira Sul. Apoio financeiro: UFFS e CNPq.

2 HUGHES, Donald. Environmental History and Older History. *In:* GANDARA, Gercinair Silvério (orgs). *Natureza e Cidades:* viver entre águas doces e salgadas. Goiânia: PUC/UNIEVANGÉLICA Goiás, 2012, p. 25.

desta forma, para a História Ambiental, os relatos de viajantes estrangeiros servem muitas vezes como única fonte, uma vez que foram poucos os relatos registrados pelos habitantes locais, como foi o caso em Santa Catarina, na região do planalto, no século XIX. A falta de relatos sobre o meio ambiental por moradores muitas vezes está conectada ao fato do meio natural ser considerado algo do pragmatismo cotidiano. Na descrição das paisagens pelos viajantes estrangeiros percebe-se a ancoragem do olhar observador em sua própria cultura, como veremos neste capítulo.

O MEIO NATURAL CATARINENSE

O bioma Mata Atlântica possui em torno de 20.000 espécies vegetais das quais ao redor de 8.000 são endêmicas, isto é, grupos taxonômicos que se desenvolveram numa região restrita[3]. Em Santa Catarina predomina a presença de Floresta de Araucária e Campos do Planalto (Figura 1). A Floresta de Araucária, denominada pelo IBGE de Floresta Ombrófila, faz parte do mosaico de formações florestais da Mata Atlântica.[4]

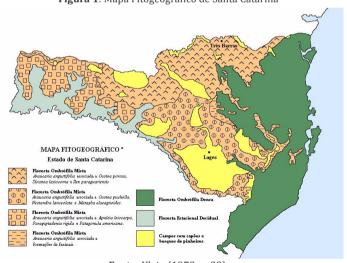



Figura 1: Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina

Fonte: Klein (1978, p. 22).

---

3 GIULIETTI; HARLEY; QUEIROZ; WANDERLEY; BERG. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. Agroecologia,* v.2, n.1, fev. 2007, p. 53.

4 MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. A Introdução e os Usos da Feijoa ou Goiabeira Serrana (Acca sellowiana): A perspectiva da história ambiental. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Sciencev.*3, n.2, jul.-dez. 2014, p.69.

A Floresta Ombrófila Mista (FOM) estende-se pelos três Estados do Sul do País, numa superfície de aproximadamente 175 000 km2, ocupando os mais diferentes tipos de relevos, solos e formações litológicas, geralmente em latitudes maiores que 23º, altitudes superiores a 500m e em situações afastadas das influências marítimas[5]. Sua área se concentra basicamente no sul do país e era, inicialmente, distribuída nos Estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%), Rio Grande do Sul (25%) e algumas zonas esparsas no sul de São Paulo, Rio de Janeiro (nas áreas elevadas) e em Minas Gerais, que juntas somam 4% da área total de extensão no Brasil[6].

A origem do termo Floresta Ombrófila Mista está associada, em parte, à mistura de duas floras distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira, cada qual com elementos característicos. Essa mistura ocorre devido a condições peculiares observadas no planalto Meridional Brasileiro, onde fatores associados à latitude e às altitudes planálticas criam uma situação única na região Neotropical[7]. O gênero araucária possui 16 espécies, com distribuição geográfica na Oceania, com exceção de apenas duas espécies que se encontram no sul da América: *Araucaria angustifolia*, espécie predominante no Brasil e a *Araucaria araucana*, que se encontra no Chile e na Argentina[8].

É importante perceber que a vegetação da floresta com araucária não constitui formação homogênea, é composta por diversas associações e agrupamentos de espécies, que se encontram permanentemente em variados estágios de sucessão, sendo as árvores interrompidas pelos campos. A FOM é portadora de pinheiro (*Araucaria angustifolia*), o cedro (*Cedrela*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e erva mate (*Ilex paraguariensis*)[9]. Os Campos do Planalto surgiram há cerca de 60 milhões de anos, anteriormente ao surgimento da Floresta Ombrófila Mista, e são uma vegetação de altitudes, podendo ser encontrados a mais de 1.200m acima do nível do mar. A característica principal dos campos é seu relevo suavemente ondulado, em áreas de fratura, onde surgem vales mais intensos por onde cortam rios com trechos subterrâneos[10]. Essa mistura de campos e florestas foi um denominador importante para as ocupações humanas antes do século XX.

5 LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. "Vegetação". In *Geografia do Brasil – Região Sul.* Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 123.

6 LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. "Vegetação". In *Geografia do Brasil – Região Sul.* Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 123.

7 GUERRA, M. P.; SILVEIRA, V., REIS; M. S.; SCHNEIDER, L. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). *In:* SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. (org.). *Sustentável Mata Atlântica:* a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: SENAC, 2002. p. 85-102.

8 MATTOS, Joao Rodrigues de. *O pinheiro brasileiro.* Florianópolis: UFSC, 2011. p. 07.

9 A erva mate (*Ilex paraguariensis)* é uma das muitas espécies da biodiversidade da Mata Atlântica, encontrada no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, numa área total de aproximadamente 540 mil km², no Brasil - principalmente nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e ainda um pouco em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para mais informações, ver: GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços* (UFSC), v. 18, 2011, p. 74.

10 MEDEIROS, João de Deus. Introdução. *Revista Floresta com Araucárias:* um símbolo da mata a ser salvo da extinção. APREMAVI, 2004, p. 18.

Segundo Nodari, a região do oeste catarinense, antes do século XX, era ocupada por caboclos e indígenas, numa densidade demográfica rarefeita[11]. Os grupos sociais que habitavam a região da FOM, antes da chegada dos europeus, se posicionavam em locais estratégicos, em função do meio natural:

> A demarcação de fronteiras bem definidas entre os grandes ecossistemas (chamados de ecótomos) ou forte concentração em alguma área de espécies úteis da flora (como a *araucária* ou o açaí) podem ter sido auxiliadas pela continuidade, na longa duração de práticas como o uso do fogo e o transporte e difusão de espécies valorizadas pelas comunidades locais[12].

A presença da densa floresta no planalto e oeste de Santa Catarina foi um impeditivo para ocupação de imigrantes e migrantes que já habitavam o estado no século XIX. Como se observa na Figura 2, os núcleos populacionais estavam posicionados em locais estratégicos para pouso de tropeiros e em regiões onde era predominantemente ocupada pelos Campos.

Figura 2: Povoamento no planalto catarinense, século XIX

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004, 2005). Elaborada por Marlon Brandt (2012).

11 NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. *In:* NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 39.

12 PÁDUA, José Augusto V. (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte (MG): Ed. UFMG, São Paulo (SP): Petrópolis, 2009. p. 120.

Segundo Brandt, enquanto nos Campos dominava uma economia de caráter pastoril, a floresta, por outro lado, representava um espaço marginal para a economia. Esse fluxo de povoamento rumo aos espaços marginais das formações campestres está diretamente ligado com o povoamento empreendido nos Campos. A ocupação estava ligada à expansão das atividades da pecuária, se dispersando para os campos e sobre a floresta, pela ação do machado e do fogo — para a criação de gado bovino ou para a formação de lavouras[13].

As áreas ocupadas pelas florestas eram habitadas, muitas vezes, por indígenas nômades e seminômades, que buscavam a semente da araucária, o pinhão, como fonte de alimento[14]. Outros grupos raramente se arriscavam a adentrar a mata e limitavam suas experiências às bordas da floresta. Desta forma, os relatos dos viajantes nos elucidam como eram esses ambientes e mostram que as fronteiras naturais, que por muitas vezes coincidiam com as fronteiras geopolíticas, poderiam ser transpostas e exploradas.

A FLORESTA DESCRITA NO SÉCULO XIX: VIAJANTES EM SANTA CATARINA

Pesquisadores, técnicos, cientistas, botânicos, entre outros profissionais fizeram viagens e relatos sobre o Brasil. Foram muitas as viagens e nelas estavam embutidos diferentes propósitos; nem todas tinham viés científico ou estavam ligadas a descobertas botânicas. Tais relatos são promissores e de grande valia para a história, não apenas pelo fato de serem considerados fontes primárias, mas também por descreverem fatos, muitas vezes não relatados em outros documentos. O cotidiano muitas vezes passa despercebido ou até mesmo é pouco relatado.

O interesse a respeito da flora do Brasil fez com que numerosos botânicos europeus visitassem o país para estudar suas paisagens e a flora. Segundo Regina Horta[15], após a abertura dos portos brasileiros, em 1808, inaugurou-se a possibilidade para viajantes europeus de diversas nacionalidades percorrerem áreas até então dificilmente acessíveis à sua curiosidade. A corte Portuguesa oferecia aos viajantes passaportes, recomendações e subvenções pecuniárias, e em troca exigia como retribuição o depósito de um exemplar de cada objeto colecionado, que ficava armazenado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro[16].

---

13 BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Florianópolis, 2012. 332 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, p. 25.

14 PERES, Jackson Alexsandro. *Entre as matas de araucárias*: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914). Recife: UFPE, 2014.

15 DUARTE, R. H. Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288, 2002, p. 267.

16 HERTER, W. G.; RAMBO, B. S. J. Nas pegadas dos naturalistas Sellow e Saint-Hilaire. *Revista Sudamericana de Botânica*. Suiça, n. 03, volume X, enero de 1953, p. 61.

A maioria dos relatos feitos sobre a flora e a fauna eram referentes a fatores e a costumes do cotidiano que chamavam a atenção dos viajantes. Os viajantes relatavam não apenas o que os atraía, como o que lhes causava repulsa. Apesar do original desprezo ou diferença frente a certos alimentos indígenas, com o tempo estas percepções foram mudando. As crônicas abordavam desde as descrições iniciais, acerca da fertilidade das terras descobertas, como também o clima, se era apto ao bom desenvolvimento da vida humana, animal e vegetal, assim como também, relatavam espécies nunca vistas.

A decisão dos naturalistas, cronistas e pesquisadores, de fazerem suas constatações *in loco*, era ponderada levando em conta diversas questões. O primeiro fator que incidia nesta decisão era segurança, em função da periculosidade apresentada nas expedições. O segundo, que a comunidade científica não era unânime quanto à valorização dos trabalhos dos naturalistas viajantes. Muitos naturalistas renomados nunca realizaram expedições; tais tarefas eram, normalmente, incumbidas aos jovens. Muitos viajantes desempenhavam a missão de visitar regiões pouco conhecidas e documentavam o clima, sobre a possibilidade de estabelecimento de colônias, empresas e construtoras de estradas, ou simplesmente anotavam e catalogavam as espécies da flora e da fauna. Os cientistas mostravam interesse em conhecer de perto o que lhes fora mostrado ou despertasse avidez por novas descobertas. Desta forma, as viagens às longínquas terras desconhecidas vinham a calhar com esta necessidade de conhecer o novo:

> Os viajantes-naturalistas que vieram ao Brasil e reivindicavam a influência de Humboldt, tais como von Martius ou Auguste de Saint-Hilaire, optaram pela viagem: queriam "ver com os próprios olhos". Porém, cabia a eles transformar sensações, experiências e seres vivos em novas espécies de animais e plantas que se encaixassem na ordem natural das famílias, em herbários, animais empalhados, bichinhos imersos em álcool, descrições detalhadas escritas de modo inteligível em cadernos de viagens etc[17].

Muitas vezes, o coletor e o sistematizador não eram a mesma pessoa. Ou seja, para a história natural realizada nas instituições europeias, ver com os próprios olhos não era necessário. Foi desta forma que se deu a importância nas instruções para as viagens científicas e iniciou-se a formação de profissionais de diversos tipos: "jardineiros coletores, desenhistas e pintores especializados em história natural, preparadores de animais (que conheciam os procedimentos de conservação e empalhamento), que acompanhavam ou algumas vezes substituíam os próprios naturalistas"[18].

---

17 KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. cienc. saúde* [online]. 2001, vol.8, suppl. [cited 2013-12-19], p. 864.

18 KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. cienc. saúde* [online]. 2001, vol.8, suppl. [cited 2013-12-19], p. 864.

Tem-se em mente que o viajante trazia consigo seus elementos culturais, portadores de uma visão diferenciada, junto das demais informações e observações que podem construir uma maneira diferenciada de visualizar o cotidiano. No entanto, não se pode generalizar, afinal não foram todos os viajantes capazes de fazer tamanhas visualizações. Deve-se ressaltar que a maioria deles estavam imbuídos por uma visão europeia e buscavam no Brasil elementos semelhantes aos da cultura do "Velho Mundo".

A acidentada topografia do planalto catarinense e a falta de vias de comunicação eram um obstáculo para ligar o litoral ao planalto e oeste catarinense. Alguns viajantes europeus visitaram as terras consideradas inóspitas desta região e deixaram registrados em seu caderno de viagens, detalhes sobre essas visitas.

Debruçaremos os olhares e narrativas de dois viajantes europeus que estiveram no planalto catarinense no século XIX e deixaram seus registros, o médico Robert Ave-Lallemant e o botânico Auguste Saint-Hilaire.

Augustin François Saint-Hilaire passou parte de sua vida fazendo coletas e descrições sobre a flora, fauna e cotidianos do sul do Brasil. O botânico esteve no Brasil de 1816 a 1822, visitando diversas regiões, incluindo Santa Catarina[19]. Veio para o país acompanhando a missão extraordinária do Duque de Luxemburgo, cujo principal objetivo da viagem era resolver o conflito de Portugal e França quanto à posse da Guiana. Saint-Hilaire obteve a aprovação do Museu de História Natural de Paris e financiamento do Ministério do Interior para além de servir como companhia, fazer pesquisas, o que resultou em suas publicações. O francês foi responsável pela coleta de mais de 15 mil espécimes de plantas e animais, somente no Brasil. Saint-Hilaire, a partir de seus diários, publicou, quando voltou à França, cerca de quatorze diários, com detalhadas descrições sobre o Brasil.

A partir da leitura dos relatos de Saint-Hilaire, pode-se fazer uma interpretação de como era a floresta antes das grandes derrubadas do século XX, assim como avaliar a extensão da Mata de Araucária. O autor elenca uma série de elogios e destaca a singularidade da Floresta de Araucária:

> É a Araucária Brasiliense que por sua altura, pela imponência e elegância de suas formas, por sua imobilidade e pelo verde escuro de suas folhas contribui, mais do que qualquer outra coisa, para dar uma fisionomia característica aos Campos Gerais. Em alguns trechos essa pitoresca árvore, elevando-se isolada nos meios das pastagens, expõe à admiração toda a beleza do seu talhe e faz ressaltar, pelos matizes sóbrios de suas folhas, o verde tenro da relva que cresce sob ela. Em outros lugares ela forma pequenos e densos bosques; mas, ao passo que os nossos pinheiros mal permitem que algumas plantas raquíticas cresçam em seu meio,

---

19 HERTER, W. G.; RAMBO, B. S. J. *Nas pegadas dos naturalistas Sellow e Saint-Hilaire.* Revista Sudamericana de Botânica. Suíça, n. 03, volume X, janeiro de 1953. p.12.

> ao redor do pinheiro-do-paraná nascem numerosas e subarbustos, cuja folhagem variada e delicada ramagem contrastam com a rigidez de suas formas[20].

O parágrafo anterior é apenas uma demonstração da descrição feita por Saint-Hilaire, que dedica um subcapítulo de sua obra à araucária. Assim como a maioria dos moradores veem muitas vezes a floresta de uma forma utilitária, esse viajante fez também uma descrição dos usos dessa espécie. Comparou a araucária ao pinho da Rússia e Noruega, exaltando a qualidade da madeira brasileira, por ela ser mais resistente. Espanta-se que em pleno século XIX os habitantes ainda consumiam a semente da planta, achando este ato primitivo. Por fim, analisa a relação dos habitantes dos Campos Gerais com a mata:

> Sabedores da enorme utilidade desta árvore, eles a respeitam e não a abatem a não ser em caso de necessidade, o que constitui talvez um caso único em todo o Brasil, que menciono aqui com prazer. De resto, forçoso é admitir, há menos mérito na preservação da araucária do que na de outras espécies mais valiosas, que diariamente tombam sob o machado do colono imprevidente[21].

Saint-Hilaire afirma também que "como nossos pinheiros e abetos, a araucária gosta de solo arenoso"[22], sendo considerado por ele, onde tem esta espécie, pouco apropriado para a cultura. As derrubadas e a introdução de uma rendável agricultura em Santa Catarina, ocorridas no século seguinte, mostram que a constatação de Saint-Hilaire estava equivocada. Porém, pode ter sido um fator responsável pela manutenção das áreas de florestas nessa região do estado, até o início do século XX.

O médico alemão Robert Avé-Lallemant realizou viagens pelo interior do Brasil, a fim de conhecer as províncias do Sudeste e do Sul. Suas descrições eram detalhadas e transcendiam o caráter médico, pois descreviam o meio natural, a sociedade, a economia e os mais diferentes aspectos das regiões visitadas. O domínio da língua portuguesa favoreceu suas viagens, que resultaram em uma coletânea de textos publicados em 1858. A obra foi traduzida para o português, já que originalmente fora escrita em alemão e levava o título de Reise Durch Sü-

---

20 SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Trad. de Regina Regis Junqueira.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 16.

21 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Trad. de Regina Regis Junqueira.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 18

22 SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Trad. de Regina Regis Junqueira.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978. p. 16.

d-Brasilien[23]. Nesta obra, Avé-Lallemant dedica um capítulo para relatar o planalto catarinense. Assim, descreveu Lages e fez reflexões sobre a floresta e os habitantes do planalto.

No capítulo dedicado ao planalto da então província de Santa Catarina, Avé-Lallemant faz sua narrativa, desde a saída de Tijucas até o retorno à mesma cidade. O mapa da Figura 3 demonstra o trajeto percorrido pelo médico alemão.

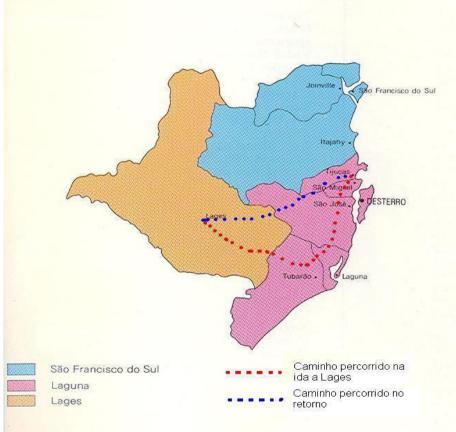



Figura 3: Caminho percorrido por Avé-Lallemant (1858)

Fonte: Atlas de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento (1991, p. 11). Adaptado pela autora.

23 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).* Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 17.

Durante o percurso o viajante fez descrições meticulosas que permitiram avaliar a dimensão e as dificuldades de transposição da Floresta de Araucária. Narra como foi complexa a chegada em Lages por causa das estradas de acesso, elencando uma série de reclamações irônicas, elogiando os "cavalos e burros que conseguem se desviar das raízes das árvores vencendo os obstáculos da mata com habilidade". Em diversas passagens escreveu sobre o relevo e a presença dos campos entre a floresta:

> Colinas sucedem-se a colinas, uma encosta relvada segue a outra; tudo é uma confusa terra de pasto, cuja as íngremes vertentes ressaltam inúmera massa de pedra de área coberta de liquens, ou tudo é coberto dessas matas de Araucária. Neste planalto, essas vigorosas colunas vegetais sobem, aos milhões, de profundos desfiladeiros e trepam as mais íngremes encostas até os pícaros das empinadas coxilhas – floresta escura, silenciosa, grave, que eu poderia chamar de floresta negra.[24]

Ao subir em direção ao planalto, lamenta não poder observar melhor a paisagem, constatando a necessidade de concentração dos homens que sobem a serra, pois "qualquer deslize e o cavaleiro desligado pode ficar no chão, e será feliz se não ficar metido na lama ou rolar para os imensuráveis abismos"[25]. A floresta foi vista e interpretada de maneira distinta, afinal diferentes grupos humanos escolhem formas diferentes de interagir com o ambiente biótico e abiótico, e suas escolhas acabam se estendendo não somente pela comunidade humana, mas também pelo ecossistema maior. Escrever uma história de tais relações traz, inevitavelmente, um conjunto de personagens tanto humanos, por meio de suas práticas cotidianas, como não humanos. As interpretações, neste caso da Floresta Ombrófila Mista, foram as mais diferenciadas, principalmente pelo narrador ter como referenciais a sociedade e a paisagem europeia, assim como os outros viajantes aqui citados. Avé-Lallemant conseguia enxergar a floresta além das práticas utilitaristas vinculadas à agregação de valores, via a floresta com exuberância.

No entanto, não deixa de perceber a importância material e o valor comercial da flora da região. Na obra *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* descreve a serventia da madeira para a utilidade das árvores na construção das casas e mobílias. Ao visitar a casa do Coronel Sousa fez um detalhamento de como foi utilizada a araucária e a qualidade da madeira:

---

24 AVÈ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).* Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.p. 58.

25 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).* Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980, p. 111.

> Aqui encontrei a expressão do planalto de Santa Catarina. A construção da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, teto, mesas bancos, tudo, asseado e variadamente ornado, feitos de tábuas e traves de pinho. A madeira é mais dura e mais amarelo-escura do que o pinheiro nórdico e, simplesmente polida, dá impressão excepcionalmente boa, sobretudo quando, antes de ser trabalhada, foi guardada bastante tempo e está bem seca.[26]

Nesse trecho o autor faz uma rica descrição dos artefatos que eram fabricados a partir da manufatura da araucária. As casas eram construídas de madeira desta mesma espécie em função da sua durabilidade e resistência. Avé-Lallemant nomeia a casa como “genuinamente nacional”, mesmo a araucária sendo espécie nativa preponderante no sul do país.

As descrições dos autores ultrapassam o ambiente natural e tangenciam os costumes dos moradores da região visitada. Todas as observações, tanto de Avé-Lallemant, como de qualquer outro viajante, têm sua importância, mas deve-se considerar o fato de que eles interpretavam os moradores locais como sendo o outro. O outro (*the other*) é visto por Peter Burke[27] como um “reflexo do eu”, em que em grupos confrontados com outras culturas ocorrem reações opostas. Inicialmente esta reação ocorreu por parte dos viajantes que estiveram no estado de Santa Catarina, e pudemos ver aqui como eles avaliaram os moradores da região. Por outro lado, fica difícil avaliar como os viajantes foram vistos, já que são raros os relatos deixados pelos moradores locais. Durante passagens do livro de Avé-Lallemant o eurocentrismo aparece frente às interpretações do autor, principalmente quando menciona os moradores locais de ascendência não europeia. “O encontro com novas espécies e espaços americanos, completa esse universo de percepções de superioridade europeia frente aos considerados mais exótico e menos civilizados”[28].

Saint-Hilaire chama os camponeses de Lages de indolentes: “se, aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação, com a qual não ficariam satisfeitos os grandes estancieiros e ainda muito menos os pequenos cultivadores”[29]. Exaltando, assim, o europeu, comprovando os parâmetros eurocêntricos em suas descrições.

---

26 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).* Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p. 63.

27 BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. São Paulo; Bauru: EDUSC, 2004. p.153.

28 SANFUENTES ECHEVERRIA, Olaya. Europa y su percepción del nuevo mundo a través de las especies comestibles y los espacios americanos en el siglo XVI. *Historia* (Santiago), dic. 2006, v. 39, n. 2, p. 531.

29 SANFUENTES ECHEVERRIA, Olaya. Europa y su percepción del nuevo mundo a través de las especies comestibles y los espacios americanos en el siglo XVI. *Historia* (Santiago), dic. 2006, v. 39, n. 2, p. 531.

As projeções feitas por Avé-Lallemant, visando ao progresso da região não contavam com um elemento fundamental: a falta de estradas para escoarem os gêneros produzidos no planalto. Cultivar, fabricar ou manufaturar, até aquele momento, poderia ser um grande prejuízo, considerando que não havia estradas para o transporte, como já foi citado. No entender do viajante, o fato de não haver produção em Lages estava ligado à "indolência" e não a dificuldades impostas pelo meio natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador Warren Dean pondera se é diligente fazer uma História da Floresta, uma vez que a história tradicionalmente trata de ambições, satisfações e frustrações humanas. As narrativas em torno da floresta, normalmente, estão ligadas à exploração. Segundo Dean,

> a floresta é uma reserva viva de madeira. Esses relatos estão repletos de intencionalidade humana, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua enteléquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. Essas histórias de um breve momento na passagem das nações pela experiência da "fronteira" não narram o encontro com o mundo natural, mas a representação de uma fase na evolução de suas atividades e organizações técnicas[30].

Em Santa Catarina, assim como afirmou Dean, ocorreu a transposição da dita fronteira natural. Ocupada por uma cobertura florestal original, no início do século XX, que representava 81,5%, assim como no restante do Brasil, foi perdendo a identidade original. A intervenção humana fragmentou e degradou os ecossistemas do estado. Diversos trabalhos, como o de Eunice Sueli Nodari, mostram como ocorreu o processo de ocupação e desmatamento dessas áreas. No entanto, no século XIX, a floresta e o meio natural foram pouco relatados, dificultando estudos sobre essas áreas. Os relatos de viajantes suprem parte dessas carências e permitem que se entenda a dinâmica espacial das florestas. Registros desses viajantes servem como auxílio e complemento de informações de uma região, pois em razão dos difíceis acessos, muitos dos presidentes de província e governantes não chegavam a conhecer o interior das províncias/Estado e alguns municípios.

Tais estrangeiros visitavam cidades, vilas, fazendas e áreas rurais, mas também chegavam a lugares ainda sem ocupação: matas, rios de curso não deli-

30 DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 151.

mitados e grandes extensões não mapeadas até então. Por não estarem envolvidos com o cotidiano local, alguns dos autores viajantes conseguiram uma lucidez na penetração das relações sociais capaz de fazer aflorar as contradições do sistema social, que se diluem para quase todos os habitantes integrados nele.

Os relatos dos viajantes puderam contribuir como fontes para a descrição da natureza, que passou por muito tempo despercebida ou como plano de fundo. No caso do planalto catarinense a floresta narrada pelos estrangeiros por sua exuberância, hoje se encontra restrita em pequenas ilhas, certificando, assim, como a extração madeireira foi responsável pela modificação da paisagem local e a presença da floresta foi uma fronteira, transposta no século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Florianópolis, Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2012.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. São Paulo; Bauru: EDUSC, 2004.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288, 2002.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços* (UFSC), v. 18, p. 73-95, 2011.

BRACK, Paulo; KINUPP, Valdely Ferreira; SOBRAL, Marcos Eduardo Guerra. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. Agroecologia*, v. 2, n. 1, fev. 2007.

GUERRA, Miguel Pedro; SILVEIRA, Vanildo; REIS, Maurício Sedrez dos; SCHNEIDER, Lineu. Exploração, manejo e conservação da araucária (Araucaria angustifolia). In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. (org.). *Sustentável Mata Atlântica*: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: SENAC, 2002. p. 85-102.

HERTER, W. G.; RAMBO, B. S. J. Nas pegadas dos naturalistas Sellow e Saint-Hilaire. *Revista Sudamericana de Botânica*. Suíça, n. 3, volume X, janeiro de 1953.

HUGHES, Donald. Environmental History and Older History. In: GANDARA, Gercinair Silvério (orgs). *Natureza e Cidades*: viver entre águas doces e salgadas. Goiânia: PUC/UNIEVANGÉLICA Goiás, 2012.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. cienc. saude* [online]. 2001, vol.8, suppl. [cited 2013-12-19].

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira; MOTT, Maria Lucia de Barros. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1993.

LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. "*Vegetação*". In Geografia do Brasil – Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MATTOS, João Rodrigues de. *O pinheiro brasileiro*. Florianópolis: UFSC, 2011.

MEDEIROS, João de Deus Introdução. *Revista Floresta com Araucárias*: um símbolo da mata a ser salvo da extinção. APREMAVI, 2004.

MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta*: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi. NODARI, Eunice Sueli. NODARI, Rubens Onofre. A Introdução e os Usos da Feijoa ou Goiabeira Serrana (Acca sellowiana): Aperspectiva da história ambiental. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Sciencev*.3, n.2, jul.-dez. 2014, p. 67-79.

NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PÁDUA, José Augusto V (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte (MG): UFMG, São Paulo (SP): Petrópolis, 2009.

PERES, Jackson Alexsandro. *Entre as matas de araucárias*: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914). Recife: UFPE, 2014.

SANFUENTES Echeverria, Olaya. Europa y su percepción del nuevo mundo a través de las especies comestibles y los espacios americanos en el siglo XVI. *Historia (Santiago)*, Santiago, v. 39, n. 2, dic. 2006. Acesso em: 23 set. 2012. DOI: 10.4067/S0717-71942006000200006. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-71942006000200006&lng=es&nrm=iso

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Paisagem e Identidade. A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período Joanino. Arquivo Nacional. *Revista Acervo*. O Império dos Trópicos, v. 22, n. 01 (jan. /jun.) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

FONTES

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

SAINT-HILAIRE, Augusto de, 1779-1853. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Trad. de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SUBSECRETARIA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS. *Atlas de Santa Catarina*. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

PARTE II

GRUPOS, INDIVÍDUOS E INTERESSES: A DIMENSÃO SOCIAL DA FRONTEIRA SUL

ESCRAVIDÃO NO BRASIL MERIDIONAL: CATIVOS E SENHORES NA FRONTEIRA COM O URUGUAI[1]

Marcelo Santos Matheus[2]

INTRODUÇÃO

No final da década de 1860, os escravos africanos José e Joaquim entraram com uma ação de liberdade contra seu senhor, por meio de seu curador Mathias Teixeira de Almeida, o capitão João Xavier de Azambuja. Nela, os cativos argumentavam que em razão de terem atravessado a fronteira entre o Brasil e a Banda Oriental (doravante Uruguai), com consentimento do seu senhor, eram por direito livres[3].

Na peça, os africanos alegavam que "tendo sido comprados como escravos por João Xavier Azambuja Vilanova", este "os conduziu para a República do Uruguai na Província das Três Cruzes onde residiu pelo espaço de oito anos". Da mesma forma, informavam que João Xavier "os empregou numa tropa de charqueadas de Paissandu, na dita República, estando os mesmos oito dias na sua estância de Palmaço, lá onde arregimentaram essa tropa". Por isso, argumentavam terem "adquirido direito à sua liberdade pelas disposições do artigo 1° da lei de 7 de novembro de 1831"[4].

---

1 Este texto é uma versão alterada e adaptada do 4º capítulo de minha dissertação de mestrado: MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade*: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012. Uma parte da reflexão foi apresentada no Seminário "Escravidão, fronteiras e relações internacionais no Império do Brasil", do qual redundou o livro "As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América", publicado em 2013, ambos organizados por Keila Grinberg.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

3 Arquivo Nacional (doravante AN). Apelação de Ação de Liberdade. Caixa 3690, número (doravante nº) 13794, 1869. Todas as demais informações citadas a seguir são provenientes deste processo, salvo nova referência.

4 A lei citada, de 7 de novembro de 1831, determinava que: "*Art. 1º*. Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: *1º*) Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações; *2º*) Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil. Para os casos da exceção nº. 1, na visita da entrada se lavrará termo do número de escravos, com as declarações necessárias para verificar a identidade deles, e fiscalizar-se na visita da saída se a embarcação leva aqueles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da saída da embarcação, serão apreendidos, e retidos até serem reexportados". Informação em: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil, 1830/1831, códice 050.

Por outro lado, João Xavier afirmou que os autores eram seus "legítimos escravos", pois "*falsamente* alegaram que passaram e residiram no Estado Oriental"[5]. Ele admitia que era proprietário de duas fazendas, uma no Estado Oriental e outra no Rincão do Itapororó, em Alegrete, mas que sempre conservou os dois escravos nessa última. Também alegou que libertou outros escravos que atravessaram a fronteira, com seu consentimento, para ir trabalhar na sua propriedade no Uruguai, e que fez isso sem se opor ao legítimo direito dos cativos. De fato, no dia 6 de abril de 1868, o Capitão João Xavier registrou as manumissões dos crioulos José (provavelmente *outro* José) e Estevão, "por saber e conhecer que segundo decisão última do Governo devem eles gozar de sua dita liberdade, visto havê-los empregado em seu serviço no Estado Oriental"[6].

A contenda entre o capitão e os africanos José e Joaquim ilustra as mudanças pelas quais passavam as relações escravistas no Brasil, de maneira geral, e na fronteira sul, de modo específico, a partir da segunda metade da década de 1860. No caso específico do Brasil meridional, a massa crítica[7] acumulada já permite uma série de ponderações que elucidam como se processava a dinâmica das relações escravistas naquele contexto. A principal delas, talvez, como postula Luís A. Farinatti, que "a análise dos processos históricos ocorridos nas terras meridionais do Império não podem prescindir da percepção de que aquele espaço estava inserido em uma ampla região de fronteira", sendo muito influenciada por essa condição[8]. Logo, este espaço fronteiriço dotava os sujeitos históricos de recursos (materiais e simbólicos), e não levá-los em conta podia fazer com que indivíduos situados em diferentes posições sociais sofressem as consequências.

---

5 Grifos meus.

6 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Livros Notariais de Transmissão e Notas doravante LNTN), 1º Tabelionato, Fundo Uruguaiana (doravante FU), livro 6, p. 141r.

7 ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno.* Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002; OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2008; PETIZ. Silmei de S. *Buscando a Liberdade*: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851). Passo Fundo: UPF, 2006; FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. [publicada em livro em 2010]; ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008; CARATTI, Jônatas M. *O Solo da Liberdade:* as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2010; LIMA, Rafael P. de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana:* escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2010; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Manejando soberanias: o espaço de fronteira como elemento na estratégia de fuga e liberdade (relativa) de escravos no Brasil meridional na segunda metade do século XIX. *In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, Porto Alegre. V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011; ALADRÉN, Gabriel. "*Sem respeitar nem tratados":* escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835). Tese (Doutorado em História) - PPGH/UFF, Niterói, 2012.

8 FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 67-68.

É nesse contexto historiográfico que se insere o presente capítulo. Nele, trato como a fronteira moldava diferentes estratégias, seja de senhores, seja de escravos, bem como a relação entre ambos. Para tanto, foram exploradas diferentes fontes, dentre elas processos-crime e cartas de alforria. O argumento central é de que a fronteira podia ser acionada de diferentes maneiras, dependendo da posição social (que englobava não apenas a condição jurídica, mas também, e tão ou mais importante, a rede de relações que podia ser acionada em um momento crítico/contenda) em que determinada pessoa se encontrava. O recorte espacial que serve para análise dos temas propostos é o município de Alegrete (Figura 1), localizado na região Campanha, no sudoeste da província do Rio Grande do Sul e fronteira com o Uruguai e com a Confederação Argentina.

Figura 1: Mapa – Limites do município de Alegrete, até 1845

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1872; 1981) – elaborado por Costa e Mugge.

O CONTEXTO

De acordo com Eduardo Neumann, em meados do século XVIII e início do século XIX, toda a fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul estava dividida “entre os interesses das duas Coroas ibéricas e a luta guarani pela autodeterminação”, com “a fronteira da América meridional” apresentando-se *tripartida*. Logo, estas três partes tencionavam e influenciavam os rumos que tomariam as relações sociais estabelecidas naquela região[9].

Por sua vez, no século XIX, teve início o processo de construção dos Estados nacionais independentes, com a questão ganhando novos contornos. Com isso, “os limites entre” Brasil e o Uruguai “durante os três primeiros quartos do século XIX não haviam sido definidos”[10].

Neste contexto, mesmo antes da independência política do Brasil, as autoridades portuguesas já se preocupavam com a fuga de escravos da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1813 foi expedida uma reclamação contra um decreto das Províncias Unidas do Rio da Prata, o qual tornava livre todo cativo de país estrangeiro que conseguisse atravessar a fronteira[11].

Depois de 1822, ainda em uma conjuntura de indefinições de limites nacionais, muitos senhores de escravos rio-grandenses eram proprietários de terras para além do rio Quaraí (o qual, futuramente, iria demarcar os limites entre Brasil e Uruguai). Segundo Susana B. de Souza e Fabrício Prado, em meados do século XIX, a maior parte das terras ao norte do rio Negro pertencia a pecuaristas brasileiros[12]. Com isso, um senhor que não soubesse negociar certas condições com seus escravos podia vê-lo fugir para o Uruguai (ou lá permanecer, pois alguns cativos já trabalhavam para seus proprietários no Estado vizinho), onde a

---

9 NEUMANN, Eduardo Santos. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 46.

10 SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 121-122.

11 GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. *In:* CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 274.

12 De acordo com os autores, “em 1857 estimava-se que os rio-grandenses possuíssem cerca de 30% do território oriental”. Informações em: SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 122 e 133.

escravidão havia sido abolida em 1842[13]. Assim, se para os senhores a fronteira podia ser uma oportunidade para negócios (ou contrabando), os escravos, por sua vez, podiam ter uma outra interpretação acerca desta condição geográfica[14].

Quando a Revolução Farroupilha terminou, em 1845, a República do Uruguai estava em guerra civil. A Guerra Grande opunha os *blancos* de Manoel Oribe e os *colorados* de Fructuoso Rivera. Mesmo assim, durante os últimos anos da década de 1840 e na década de 1850, os senhores brasileiros seguiam levando seus cativos para suas propriedades no Uruguai, disfarçando a escravidão com contratos de trabalhos[15]. Oribe, que comandava o interior – especialmente o norte do Uruguai, começou, em 1848, a criar impedimentos para o livre trânsito de gado do Uruguai para o Brasil, da mesma forma que recebia em suas tropas os cativos de brasileiros que conseguiam escapar. Em meio a todas estas contendas, seguidamente os rio-grandenses solicitavam ajuda ao governo imperial para proteger seus bens no país vizinho[16].

A própria câmara de vereadores de Alegrete, em 24 de julho de 1845, encaminhou um abaixo-assinado, contendo 138 assinaturas, ao presidente da província, o então Conde de Caxias. Nele, os "indivíduos moradores entre o Arapey e o Quarai" (em terras uruguaias, portanto) reclamavam que os "destacamentos orientais que guarnecem o Quarai têm intimado os súditos do Império", não permitindo que estes beneficiem "suas criações, e tão somente capar touros e domar potros". Continuam argumentando que "os brasileiros, que têm a infelicidade de terem propriedades nessas paragens", não podiam nem trazer "algumas reses gordas" para alimentar suas famílias. Depois de várias outras queixas, terminam

13 FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 87. Quando iniciou o movimento pela independência das áreas do Império espanhol no rio da Prata, o Cabildo de Buenos Aires decretou o fim do tráfico de cativos e a liberdade do ventre escravo, nos anos de 1812 e 1813, respectivamente, ficando estes obrigados a trabalhar de graça até os 15 anos de idade. Em 1825, na Banda Oriental, estes decretos foram promulgados em lei. Informações em: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Revista Anos 90 (PPGH-UFRGS)*, Porto Alegre, v. 6, n. 9, 1998, p. 127; FREGA, Ana. Caminos de libertad em tiempos de revolución: Los esclavos em la Província Oriental Artiguista, 1815-1820. *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 4, n. 2, 2000, p. 4; GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. *In:* CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 283.

14 Sobre contrabando na fronteira no século XIX, ver: THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

15 FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.p. 87; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. Amos y esclavos en las fronteras del espacio rioplatense (1835-1862). CD-ROM [dos] *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Florianópolis, 2007, p. 13.

16 SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.p. 128; FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 193.

pedindo "uma medida enérgica" para que as propriedades dos brasileiros fossem "garantidas e respeitadas"[17].

Neste contexto, com receio do aumento do poder e da influência de Juan M. Rosas na região, o Império brasileiro entrou no conflito ao lado dos colorados, ajudando-os a vencer Manuel Oribe e o caudilho argentino, assinando em 1851 alguns tratados com o Uruguai que salvaguardavam os interesses dos rio-grandenses[18]. Com essa segurança jurídica assegurada, os rio-grandenses continuaram levando seus cativos para trabalharem no Uruguai, o que, por sua vez, também causava a indignação dos uruguaios. Conforme Eduardo Palermo, um periódico da vila de San Fructuoso de Taquarembó escreveu:

> *Anteayer fue conducido a la cárcel de esta villa un pardo brasilero de nombre Sergio, peón contratado al estilo del Imperio, es decir para pagar su libertad, del estanciero Fermiano Cardozo. A propósito del contrato de ese peón, se nos viene a la mente la idea de cuando desaparecerá de nuestros protocolos internacionales ese infamante tratado que nos obliga a devolver los esclavos al Brasil, sino también admitir esos contratos en que aquellos infelices se obligan servir un largo número de años bajo el falso nombre de peones por un mísero salario que deben dejar en manos del señor para amortizar la cantidad en que se ha convenido la manumisión.*[19]

---

17 AHRS. Documentação da Câmara de Vereadores. Alegrete. Maço (doravante M.). 3. "Representação", 1845.

18 Foram assinados, em 12 de outubro de 1851, cinco tratados: 1º Tratado da Perpétua Aliança; 2º Tratado de Extradição (criminosos e escravos fugidos); 3º Tratado de Comércio e navegação; 4º Tratado de Socorro; 5º Tratado de Limites. SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 131-132; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. Amos y esclavos en las fronteras del espacio rioplatense (1835-1862). CD-ROM [dos] *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Florianópolis, 2007, p. 13. Conforme o segundo artigo deste acordo, o senhor reclamante tinha que comprovar a posse e a propriedade do escravo, além de ficar proibido de castigar o cativo. Em 1857 o Brasil também assinou um tratado de devolução de escravos fugidos com a Confederação Argentina, onde a escravidão havia sido abolida em 1853. GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. *In:* CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 275 e 284; ZUBARAN, Maria A. Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da lei de 1831. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXII, n. 2, dezembro 2006, p. 125. Uma retificação do Tratado de Devolução de Escravos de 1851 obrigava os senhores que quisessem levar seus cativos para trabalhar no Uruguai a alforriá-los previamente. CARATTI, Jônatas Marques. Alforrias e contratos de trabalho: escravos rio-grandenses em estâncias uruguaias (meados do século XIX). *Revista Aedos (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, 2009, p. 206.

19 PALERMO, Eduardo. Secuestros y tráfico de esclavos em la frontera uruguaya: estúdios de casos posteriores a 1850. *Revista Eletrônica Tema Livre*. 13. ed. Disponível em: http://revistatemalivre.com/palermo13-html. Acesso em: 10 nov. 2018.

Por seu turno, um cronista, depois de ter viajado pela fronteira de seu país, relatou, em 1852, em um jornal de Montevidéu:

> *Entre varias cosas que han llamado mi atención me he fijado con especialidad en la desventaja en que se encuentran nuestros compatriotas dedicados a la cría de ganado, respecto de los hacendados Brasileros en la República. Mientras que uno de nuestros estancieros se ve obligado a pagar 10 o 12 pesos mensuales por el salario de un peón, los Brasileros tienen ese peón por el insignificante de 5 pesos; pues que traen sus negros contratados desde el Brasil, donde aprovechándose del ascendiente de amos, obligan a los infelices esclavos a celebrar un contrato en que carecen absolutamente de libertad.*[20]

Contudo, as reclamações não vinham apenas de um lado. Apesar dos tratados arrancados pela diplomacia imperial, os protestos dos rio-grandenses contra o desrespeito a eles e à propriedade de forma geral continuaram, sendo que "entre 1852 e 1864 o governo brasileiro encaminhou 56 reclamações oficiais ao governo uruguaio"[21]. Esta situação piorou quando da nova ascensão dos *blancos* ao poder, que pôs em perigo os tratados que o Brasil havia conseguido arrancar do Uruguai e que beneficiavam os rio-grandenses[22].

Em 1861, o governo uruguaio, na presidência de Bernardo Berro, anunciou o encerramento dos tratados de 1851, encerrando o trânsito livre de gado na fronteira e na extradição de escravos oriundos do Brasil", além de decretar que os contratos entre *cidadãos de cor* e brasileiros não poderiam exceder seis anos[23]. Após anos de conflitos, reclamações e negociações, em 1864, o governo imperial, novamente, decidiu intervir na política uruguaia, auxiliando o levante do colorado Venâncio Flores, que derrubou o sucessor de B. Berro, o também blanco Atanásio C. Aguirre[24]. Com a volta dos colorados ao poder, os tratados foram mantidos/retomados. Assim, é sobre este contexto que as relações entre senhores e escravos serão agora analisadas, a partir da perspectiva de cada um deles.

---

20 PALERMO, Eduardo. Secuestros y tráfico de esclavos em la frontera uruguaya: estúdios de casos posteriores a 1850. *Revista Eletrônica Tema Livre*. 13. ed. Disponível em: http://revistatemalivre.com/palermo13-html. Acesso em: 10 nov. 2018.

21 SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. p. 132.

22 LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 173.

23 FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. p. 78.

24 SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al*. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 136; LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 173.

Como é conhecido, a partir de 1871, com a interferência do Estado na relação senhor-escravo (com a Lei do Ventre Livre), os cativos passaram a ter algumas ferramentas a mais para alcançar a liberdade – e uma delas foi acessar a justiça, mas agora amparados em uma lei específica. Como será possível notar, em Alegrete, por situar-se em uma região de fronteira, uma das principais justificativas que os escravos utilizaram foi a de ter ido à *Banda Oriental*, acompanhados de seus senhores (ou com seu consentimento), e de lá retornarem – como fizeram Joaquim e José.

Pensar esta zona de fronteira como uma ferramenta de possível utilização também pelos subalternos, no caso os escravos, não é um paradoxo. Conforme Fredrik Barth, "pessoas situadas em posições diferentes podem acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação".[25] Consequentemente, compreender como os cativos "manejaram"[26] a fronteira, a partir de sua posição social, ou seja, dentro de suas possibilidades e de sua lógica, torna-se fundamental para entender as relações sociais ali construídas, bem como as estratégias que estes indivíduos elaboraram para chegar à liberdade. Mais especificamente, no que se refere aos escravos, foi possível notar que, em um contexto em que a escravidão perdia sua legitimidade, a fronteira serviu como argumento para conquista da manumissão. Ao mesmo tempo, observou-se que a participação de outras pessoas, como aquelas que os representavam perante a justiça e os parentes dos cativos, também foi decisiva neste processo.

Nos próximos tópicos será realizada uma análise a partir de três perspectivas. Primeiro, e mais importante, analisarei como alguns cativos chegaram à liberdade por meio da alforria, em razão de terem atravessado a fronteira. Para isto, foi preciso contar com outras pessoas, as quais, possivelmente, faziam parte do grupo social – em um sentido mais amplo e fluído – do cativo, ou seja, foi necessário acionar relações (sociais) previamente construídas. Depois, ponderarei como a fronteira podia servir, também, para forjar acordos entre senhores e escravos. Por fim, pretendo verificar como os limites nacionais serviram, do mesmo modo, a uma retórica senhorial, quando da necessidade de utilizarem seus cativos livremente. O que liga os três tópicos é a metodologia empregada: em todos eles, na medida do possível, cruzei diferentes fontes na tentativa de tentar compreender as experiências dos diferentes indivíduos naquele espaço fronteiriço. Finalmente, em meio a estas três questões, pretendo discutir rapidamente um último aspecto – a dificuldade que alguns senhores encontravam frente à utilização, por parte dos escravos, da justiça para alcançar a liberdade.

---

25 BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 176.

26 FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. p. 82.

A FRONTEIRA ESCRAVA

Em 13 de maio de 1868, foi registrada em cartório, em Alegrete, a manumissão da parda Maria Estácia. Maria requisitou na justiça sua liberdade, provando

> [...] com testemunhas e com a assistência de seu curador, o Dr. Franklin Gomes Souto, acerca da liberdade que tem direito visto ter por diversas vezes ido ao Estado Oriental do Uruguai em companhia de sua ex-senhora Dona Mariana Romana Jacques, casada com Sebastião Molina do Nascimento por seu livre consentimento, em virtude da Lei de 07-11-31 e Aviso de 20-05-56.[27]

Com efeito, segundo Keila Grinberg, a lei de 1831 só passou a ser utilizada como argumento para se chegar à liberdade, de maneira mais frequente e incisiva, a partir de meados da década de 1860[28]. Entretanto, a condição de fronteira e a ambiguidade da lei brasileira já preocupavam as autoridades de Alegrete antes disso. No final do mês de agosto de 1856, Venâncio José Pereira, delegado de polícia suplente em exercício do município, enviou ao presidente da província algumas questões, devido a uma representação que o subdelegado de polícia da freguesia de Santana do Livramento, 4º distrito de Alegrete, lhe fez. As perguntas versavam sobre a inviabilidade de aplicação de uma circular imperial[29] (baseada em parecer de 1856 do Conselho de Estado) naquela localidade, que se situava "sobre a linha divisória com o Estado Oriental, cuja divisão de uma estrada de carretas em distância de uma quadra, pouco mais ou menos, das últimas casas da mesma freguesia". As questões foram as seguintes:

---

27 APERS. Livros Notariais de Registros Diversos (doravante LNRD), 2º Tabelionato de Alegrete, livro 1, p. 24r.

28 GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 26. No Dossiê "*Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831*" organizado por Keila Grinberg e Beatriz Mamigonian, as autoras, na Apresentação do mesmo, colocam que foi em fins "da década de 1860 e início da de 1870" que "advogados como Luiz Gama passaram a invocar, em favor de africanos importados após a proibição do tráfico, o direito à liberdade baseado na Lei de 1831". Com efeito, no mesmo Dossiê, alguns artigos tratam da condição dos "africanos livres" (desembarcados após 1831). Ver, por exemplo: SILVA, Maciel Henrique. Uma africana 'livre' e a corrupção dos costumes: Pernambuco (1830-1844); MOREIRA, Alinnie Silvestre. Os africanos livres, sua prole e as discussões emancipacionistas: as famílias e a administração dos descendentes de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela (Rio de Janeiro, 1830-1860); OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. 'Africanos livres' no Rio Grande do Sul*:* escravização e tutela. O Dossiê está disponível em:http://bgmamigo.paginas.ufsc.br/2011/05/25/dossie-para-ingles-ver-revisitando-a-lei-de-1831/. Acesso em: 15 out. 2018.

29 Publicada em 2 de julho de 1856, "decretava que todos os escravos residentes em países estrangeiros, ou vindos do exterior, que entrassem no território do Império deveriam ser colocados em liberdade não podendo serem entregues aos seus antigos senhores". THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Manejando soberanias: o espaço de fronteira como elemento na estratégia de fuga e liberdade (relativa) de escravos no Brasil meridional na segunda metade do século XIX. *In*: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, Porto Alegre. São Leopoldo: Oikos, 2011. p.17. Sobre o princípio de "solo livre", ver: GRINBERG, Keila. Escravidão e Relações Diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX. *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: 2009.

> 1ª - Se devem ser postos em liberdade quaisquer escravos que, por qualquer circunstância, passem além da mesma linha divisória, mesmo atrás de animais que sucedem disparar e passar para o Estado vizinho?
> 2ª – Se está no mesmo caso qualquer escravo de proprietários cujas fazendas estão parte no Brasil e parte no referido Estado Oriental?
> 3ª - E, finalmente, se estão no mesmo gozo os escravos que estando ali contratados, voltem, ou passem para o Brasil?
> Rogo, pois, a V. Excelência se digne solvê-las, visto como esta delegacia, pela transcendência do assunto, não se crê autorizada para o fazer.[30]

Ressalte-se que o delegado Venâncio em nenhum momento questionou sobre a liberdade de escravos que fugissem para o outro lado da fronteira. Suas perguntas diziam respeito apenas àqueles cativos que atravessassem a fronteira prestando serviços ao seu senhor. De fato, o Aviso de 1856, citado pelo curador de Maria Estácia, salienta que seria livre somente o escravo que, "com o consentimento de seu senhor", tivesse "passado a país estrangeiro e daí reentrado no império"[31].

Rafael Peter de Lima lembra que o receio dos senhores rio-grandenses "ecoou" inclusive no legislativo provincial. O autor destaca que "em contundentes discursos durante as legislaturas de 1858 e 1859, o deputado [...] Silvestre Nunes Gonçalves Vieira protestou contra o Aviso de 1856, assinalando que este 'estabelece uma doutrina da qual resultam constantes vexames contra a propriedade dos escravos'"[32]. Conforme Thiago Araújo, a demanda alcançou um nível superior, com o presidente da província reclamando ao governo central, fazendo com que, em 1858, se revertesse a questão do escravo que "fortuitamente e com permissão do seu senhor" e "em serviço ocasional" atravessasse a fronteira, isto é, ele permaneceria cativo[33].

Por sua vez, não deixa de ser curiosa a forma (e a velocidade) com que as informações circulavam pela fronteira. O aviso, assim como a circular, é de 1856 (maio e julho, respectivamente), mesmo ano em que, de acordo com Karla Chagas e Natalia Stalla, os contratos "de peonagem" celebrados no lado uruguaio da fronteira – mais precisamente no departamento de Cerro Largo –, entre "*amos y esclavos*" brasileiros, atingiram seu índice mais alto. Isso demonstra que, talvez,

---

30 AHRS. Delegacia de Polícia. Alegrete. M. 1, 1856.

31 GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. *In:* CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 276.

32 LIMA, Rafael P. de. A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2010. p. 73.

33 ARAÚJO, Thiago L. de. Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 178.

os senhores rio-grandenses estivessem tentando se precaver[34].

Um dos exemplos destes acordos foi o "contrato de aluguel de serviços celebrado neste Império do Brasil para ser verificado no Estado Oriental", firmado em agosto de 1856, entre Manoel José de Marafiga e seu escravo crioulo Manoel. Nele, Manoel José nos brinda com um breve, mas rico depoimento sobre a dificuldade que os proprietários rio-grandenses estavam enfrentando naquela conjuntura. Diz ele que tendo uma "fazenda de criar no Estado Oriental onde também é residente", necessariamente precisa

> de pessoas que o coadjuvem em seus serviços indispensáveis, os próprios de Estância, não sendo possível estar ali só sujeito a peões, que mais tarde ou mais cedo sejam tirados pelas forças para o serviço daquele Estado, receando ficar assim com seus interesses entregues ao abandono por falta de pessoas que emprestem seus serviços; por isso que tinha convencionado com o mencionado locador Manoel, o qual sendo seu escravo lhe deu a liberdade, para este naquele Estado lhe emprestar seus serviços [...] por seis anos a razão de cento e trinta e três mil réis anuais que nos seis anos perfazem a quantia de oitocentos mil réis, cuja quantia já os adiantou afim de com ele liberto poder realizar este contrato.[35]

O agora ex-senhor de Manoel ficava obrigado somente a prover "todo o necessário para subsistência, vestuário, medicamentos e o mais que necessário for a sua custa", podendo, todavia, descontar os dias que Manoel não trabalhasse "por motivo de moléstia". Por fim, o "locador" só seria obrigado a realizar serviços compatíveis "com suas forças", "menos o de domar animais". Caso Manoel se "afastasse do contrato estipulado sem motivo justo, será preso enquanto não pagar tudo o que deve". Como é possível perceber, este "contrato" era uma espécie de alforria condicional, em que o cativo (avaliado em 800 mil réis pelo seu senhor, ou por ambos) ficava obrigado a servi-lo por mais seis anos[36].

---

34 As autoras analisaram estes contratos entre 1846 e 1860. CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. Amos y esclavos en las fronteras del espacio rioplatense (1835-1862). CD-ROM [dos] *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Florianópolis, 2007, p. 15.

35 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 102v.

36 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 102v. Encontrei outros contratos de "locação de serviços", da mesma natureza que este. Em fevereiro de 1858, Antônio Soares Leães, "Proprietário e Fazendeiro no Estado Oriental", libertou Mariano com a condição de este servi-lo por dez anos no Estado Oriental, realizando tarefas como "costear animais, conduzir tropas e todos os serviços próprios de costeio de Estância". APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 205r. Em agosto de 1856, Inocêncio Rodrigues Santana e as libertas Silvana e Leonida (que também eram escravas de Inocêncio) celebraram um "acordo" em que o locatário ficava obrigado a tratá-las "com toda urbanidade possível, e distribuir-lhes os serviços próprios de seu sexo e que for compatível com suas forças". Ou seja, não eram apenas escravos ligados à pecuária que eram levados sob contrato (ou alforrias condicionais) para a Banda Oriental. APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 106r.

Contudo, voltando à alforria de Maria Estácia, fica uma dúvida: quem eram as "testemunhas" que provaram ter ela ido ao Estado Oriental com consentimento de seu senhor? Difícil saber, mas certamente escravos não eram, já que estes só podiam servir com "informantes" em questões judiciais[37]. Todavia, outra manumissão, a do crioulo Maurício, campeiro com cerca de 26 anos, é mais esclarecedora sobre este aspecto[38]. Na sua alforria, registrada em 1875, é descrito que o juiz municipal concedeu a liberdade a Maurício "mediante uma ação movida pelo *pai, irmã e sobrinhos do escravo*, em razão deste ser reconhecido liberto sobre o fundamento de ter sua finada mãe residido algum tempo na República Oriental em companhia de seus senhores, muito depois do ano de 1831"[39]. Na manumissão também consta que ele era filho da preta Rosa, já falecida e que havia sido cativa de Eufrásia Dorotéia da Silveira.

Analisando os registros de batismos de Alegrete, foi possível observar que em nenhum deles (seja no de Maurício, seja nos de seus três irmãos, Manoel, Maria e Damásia) consta o nome do pai. De outro modo, os padrinhos de Manoel e Damásia eram livres, e os de Maria, escravos. No entanto, é interessante ressaltar que todos eles foram pessoas diferentes, ou seja, Rosa e o *pai incógnito* de seus filhos ampliaram consideravelmente seu leque de relações quando do batismo das crianças[40]. Não quero aqui adentrar na discussão sobre qual o grau de interferência dos pais dos escravos na hora da escolha dos padrinhos, porém, acredito que quando do batismo de cativos *crioulos*, em muitos casos a mãe (e o pai) dos mesmos, dependendo da relação com seus senhores e do nível de agregação da comunidade escrava (da mesma senzala ou de um mesmo perímetro geográfico) tinham certa margem de autonomia para realizá-la ao seu contento.

Tomando como base estes oito padrinhos diferentes, bem como outras prováveis relações produzidas pelo "pai" (incógnito?), "irmã e sobrinhos" ao longo da vida desta família, começa a ficar mais claro que os escravos residentes na fronteira sul do império brasileiro, quando de uma circunstância que lhes fosse favorável, como ter atravessado a fronteira após 1831, tinham recursos (materiais e simbólicos) para acionar suas redes de relacionamentos. Isto, por sua vez, podia fazer com que a tarefa de arranjar um curador que lhes ajudasse na sua causa ficasse menos difícil.

Por outro lado, alguns escravos alcançaram a alforria sob o argumento de terem ido ao Uruguai, sem precisar apresentar testemunhas, embora irritassem seus

---

37 GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 19.

38 A ocupação e a idade de Maurício constam na lista de classificação de Alegrete, nos escravos classificados em 1874. Na Lista consta ser ele "preto". Já na alforria, "pardo". Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (doravante CEPAL): Lista de Classificação de Escravo (doravante LC), Alegrete, 1874-1875.

39 APERS. LNRD, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete (doravante FA), livro 7, p. 27r. (grifos meus)

40 Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registros de Batismo da Igreja de Alegrete. Livro 2, pp. 132v, 204v e 398v e Livro 3, p. 44.

senhores com o atrevimento ou com sua (suposta) má fé (caso isto seja possível em um cativo tentando chegar à liberdade, especialmente depois das leis de 1831 e 1850). Em março de 1870 foi registrada a manumissão do crioulo Pedro. Nela, seu (ex-)senhor, Leonardo Dias Ferreira, escreve que lhe concedeu a liberdade:

> Em razão de ter sido citado para em juízo passá-la, ou discutir a ação que por parte do referido escravo lhe fosse proposta pelo fundamentado de haver o mesmo passado com consentimento seu ao Estado Oriental, como em juízo declarou o mesmo escravo; declaração essa puramente *cavilosa* por ser certo não haver seu dito escravo passado em época alguma com consentimento seu aquele Estado.[41]

Desnecessário dizer que o mais interessante nesta alforria é a acusação do senhor de que Pedro está mentindo, já que nunca teria ido ao Uruguai. Como vimos anteriormente, esta foi uma situação não muito rara nesta região – o próprio advogado de João Xavier argumentou neste mesmo sentido: primeiro falou em "sonhadas idas e estadas ao Estado Oriental" e, depois, disse que, sim, o escravo José poderia ter atravessado a fronteira, mas que teria agido "maliciosamente"[42].

Se Pedro mentiu ou não, nunca saberemos, mas o fato é que Leonardo Dias preferiu passar a manumissão ao invés de ir à justiça lutar pela posse do cativo – como outros senhores o fizeram[43]. Antes de analisarmos esta questão, vejamos outros casos. Em abril de 1879, Antônio Silveira Gomes registrou a alforria do pardo Emeliano, justificando que assim procedia, pois desejava livrar-se "*dos incômodos e despesas de uma questão judicial*, que o referido Emeliano provoca no juízo desta cidade, a pretexto de ter sua mãe estado no Estado Oriental, segundo alega, e ser-lhe aplicável à Lei de 07-11-1831"[44]. Mas o que temia Antônio Silveira em enfrentar seu cativo na justiça? Talvez o "incômodo" que ele mencionou estivesse até certo ponto ligado a uma questão mais prática: o gasto que a contenda judicial provocaria. Não vou me alongar nessa questão, pois já o fiz em outro momento[45], mas talvez esse seja um ponto que deva ser mais bem apreciado – em especial para a segunda metade do século XIX, já que a pequena propriedade escravista era o que predominava no Brasil oitocentista.

---

41 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 7, p. 91v. (grifos meus).

42 AN. Ação de Liberdade. Caixa nº 3690, Processo (doravante Pr.) nº 13794, 1869.

43 Outros casos em que o escravo entra com uma ação pedindo sua liberdade por ter ido ao Estado Oriental e o seu senhor contesta afirmando que seu cativo nunca atravessou a fronteira com seu consentimento, com a contenda indo parar no Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, são: AN. Ação de Liberdade. Caixa nº 3685, Pr. nº 13196, 1870; AN. Ação de Liberdade. Caixa nº 3221, M. 216, 1872.

44 APERS. LNRD, 1º Tabelionato, FA, livro 9, p. 8r. (grifos meus)

45 MATHEUS, Marcelo S. Litigando pela liberdade no Brasil oitocentista: relações escravistas em um contexto fronteiriço (Alegrete, província do Rio Grande do Sul). *Saeculum (UFPB)*, v. 2, p. 281-297, 2015.

Terminada essa rápida digressão, é importante salientar que não quero com isso afirmar que foi o medo de gastar que fez com que, por exemplo, Antônio Silveira não tentasse vencer Emiliano na justiça. Pelo contrário. Acredito que ele tinha consciência de quão bem amparado (em outros indivíduos) estava Emiliano, além de saber que o contexto (perda da legitimidade da escravidão) lhe era desfavorável, afinal outros escravos já tinham conseguido a liberdade da mesma forma e, por isso, não levou adiante a ação judicial. Por outro lado, da mesma maneira que seu cativo, Antônio Silveira também precisava ter entre seu leque de relações pessoas que lhe facilitassem o acesso a um advogado e mesmo à justiça, de forma mais ampla, já que estamos falando de um período em que a impessoalidade não era uma das características do sistema judiciário brasileiro. No cálculo senhorial, a melhor decisão foi passar a alforria a Emiliano, mesmo que a contragosto[46].

Nesta conjuntura, alguns senhores antecipavam-se a qualquer problema que poderia advir do fato de seus escravos terem atravessado a fronteira com sua permissão. Quando redigiu seu testamento, em 1871, Ana Maria do Nascimento Rosa legou "um quarto de légua de campo" para ser repartido em igualdade entre a parda Maria Libânia, a parda Rita e o pardo Bento, "escravo de meu casal, *mas que por direito é livre, por que por nosso consentimento tem estado diversas vezes no Estado Oriental*"[47]. Já a viúva Claudina Joaquina, inventariante de seu finado marido, Joaquim Rodrigues Jaques, informou ao juiz que o escravo Jerônimo era, na verdade, liberto, "por estar em poder do co-herdeiro Anacleto Rodrigues Jaques em sua fazenda no Estado Oriental", ficando o dito Anacleto "responsável pelo valor do escravo em razão de tê-lo conduzido a país estrangeiro"[48].

Um detalhe deve ser salientado: assim como Maurício, o pardo Emeliano era campeiro e jovem, tendo por volta de 22 anos quando do registro de sua manumissão. Portanto, parece bastante claro que duas especificidades da região da Campanha, o espaço fronteiriço e a produção pecuária, coadunadas, compuseram um contexto peculiar em que, junto com a perda da legitimidade da escravidão, serviram para que alguns cativos alcançassem à liberdade. O que se torna ainda mais interessante se levarmos em conta a conclusão a que chegou Luís A. Farinatti, em seu estudo acerca da escravaria do Marechal Bento Manoel Ribeiro, a maior de Alegrete ao longo de todo o século XIX. O autor percebeu que os campeiros não estavam entre aqueles mais bem situados socialmente, em relação aos seus colegas de cativeiro. Com efeito, os oficiais (carpinteiros, pedreiros, ferreiros) concentravam a formação de família, as alforrias, assim como eram os que mais chegavam à liberdade. Isto para a primeira metade do século XIX[49].

---

46 Não deixa de ser curioso verificar que Antônio Silveira alforriou, "sem ônus algum", a mãe de Emiliano, a crioula Maria Rita, de 36 anos, cerca de um ano e meio antes de sua contenda com Emiliano. Mas a análise desse pormenor fica para outra oportunidade. APERS. LNRD, 1º Tabelionato, FA, livro 8, p. 33r.

47 APERS. RT, FA, Estante (doravante E.). 67, M. 5, N. 149, Ana Maria do Nascimento Rosa, 1871.

48 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, nº 336, E. 11, 1872.

49 FARINATTI, Luís A. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). *Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011_2_.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

Paro por aqui nos exemplos[50], embora seja importante retomar a ideia defendida até o momento. O que venho argumentando é que o acesso destes cativos às informações (como a de que os que tivessem ido ao Estado Oriental com seus senhores eram livres ou ao menos tinham o direito à liberdade) e o acesso aos curadores dependiam das relações sociais produzidas por eles (e pela sua família e/ou pelo seu grupo social) ao longo de sua vida. Como bem ressaltou Keila Grinberg, "o acesso à estrutura jurídica e ao judiciário dependia, e muito, das relações pessoais que os escravos mantivessem com homens livres e poderosos do local"[51]. Acrescentaria apenas: das relações pessoais que o escravo *e seus parentes ou amigos* mantivessem com homens livres em geral.

Todavia, a vivência em uma região fronteiriça não produzia apenas conflitos entre senhores e escravos. Ao que parece, ela podia servir para forjar acordos entre eles, como tentaremos argumentar a seguir.

A FRONTEIRA NEGOCIADA

Anteriormente, destacou-se que o senhor Manoel José de Marafiga concedeu alforria ao seu escravo Manoel, para ele trabalhar em sua fazenda no Uruguai. Contudo, em meio ao acordo, o agora liberto conseguiu limitar o tipo de trabalho que teria que realizar para Marafiga, não tendo, por exemplo, que "domar animais".

Em Alegrete, entre 1851 e 1871, a única forma de liberdade em que os homens foram maioria foi nas alforrias condicionais[52]. Talvez uma das razões para isto esteja na condição fronteiriça da região, atrelada às mudanças que se processavam, especialmente na década de 1860. Em janeiro de 1868, o procurador de Duarte Silveira Gomes, José Veloso Pacheco, compareceu ao cartório em Alegrete para registrar uma carta de alforria. Nela ficou estabelecido que os crioulos Bonifácio, Ângelo, Inocêncio e Antonio, além do africano Pedro, representados pelo curador José Veloso Souto, seriam alforriados com a obrigação de "servir no Estado Oriental por dez anos"[53]. A situação de Duarte Silveira era parecida com a daqueles muitos escravistas que tinham propriedades dos dois lados da fronteira, os quais tinham que lidar com as diferentes trocas de governo no Uruguai, bem como com a indefinição da lei imperial. No entanto, a intenção de Duarte parecia ser outra. Na manumissão ele narra:

---

50 Outras nove alforrias foram concedidas em Alegrete tendo como justificativa o cativo ter "ido ao Estado Oriental". Três delas, em razão de sua peculiaridade, serão abordadas no próximo tópico.

51 GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 67.

52 MATHEUS, Marcelo S. Litigando pela liberdade no Brasil oitocentista: relações escravistas em um contexto fronteiriço (Alegrete, província do Rio Grande do Sul). *Saeculum (UFPB)*, v. 2, p. 281-297, 2015, capítulo 5.

53 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FA, livro 13, p. 9v.

> Sendo senhor e legítimo possuidor dos referidos cinco escravos [e não podendo levá-los] para o Estado Oriental, *para onde definitivamente vai mudar sua residência, pretendia vendê-lo*s, mas não querendo os mesmos escravos deixarem a sua companhia para passarem como escravos ao poder de outros, *desejando acompanhá-lo para o Estado Oriental, com estes contratou conceder-lhes a liberdade* sob condição de o servirem no Estado Oriental por tempo de dez anos, pelo que desde já concede plena liberdade aos referidos cinco [...] como se de ventre livre tivessem nascido, não podendo jamais por forma alguma serem chamados ao cativeiro [...] dando-lhes durante esse tempo este outorgante unicamente comedoria e vestuário.[54]

Como já expus em estudo anterior[55], o documento descreve agora que "o curador dos escravos outorgados, José Veloso Souto [...] por parte dos seus curatelados, *aceita a liberdade que lhes é concedida* com a condição estipulada"[56]. Após tomar conhecimento deste caso de alforria, a questão que permanece é: os cativos tinham conhecimento acerca das leis do Uruguai e do Brasil e agiram em busca de sua liberdade ou o curador seguia o interesse de Duarte Silveira?

Em fevereiro de 1872, foi aberto o inventário de Francisco Vieira Brito, tendo como inventariante sua segunda esposa, Balbina Vieira. No levantamento dos bens, à primeira vista, consta que o casal não tinha nenhum escravo. Contudo, Manoel da Luz Fonseca, casado com a co-herdeira Crescência Vieira, escreve ao juiz, no dia 9 de maio, reclamando do andamento do processo do inventário. Manoel da Luz alega que o casal tinha três escravos, os quais não foram arrolados entre os bens a serem inventariados e partilhados. Mais precisamente, ele afirma que "a inventariante, que, aliás, se conserva em silêncio, deu a liberdade a duas escravas [Isabel e Sebastiana] da herança *sob pretexto de que elas passaram ao Estado Oriental*"[57]. Ele pede ao juiz que Balbina apresente provas de que as escravas atravessaram a fronteira, argumentando que a inventariante não é "proprietária exclusiva de tais bens"[58]. Ele reclama também que o escravo André "foi liberto só pela vontade da inventariante". A princípio, Manoel não reclama que o argumento para libertação de André foi o mesmo das duas escravas, mas foi o que aconteceu.

---

54 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FA, livro 13, p. 9v (Grifos meus).

55 MATHEUS, Marcelo S. Litigando pela liberdade no Brasil oitocentista: relações escravistas em um contexto fronteiriço (Alegrete, província do Rio Grande do Sul). *Saeculum (UFPB)*, v. 2, p. 281-297, 2015, p. 162.

56 MATHEUS, Marcelo S. Litigando pela liberdade no Brasil oitocentista: relações escravistas em um contexto fronteiriço (Alegrete, província do Rio Grande do Sul). *Saeculum (UFPB)*, v. 2, p. 281-297, 2015. (Grifos meus).

57 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, n. 331, E. 65, 1872. (Grifos meus).

58 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, n. 331, E. 65, 1872. (Grifos meus).

No dia 4 de maio de 1872, André foi alforriado com a seguinte justificativa:

> [Tem] direito a sua liberdade por ter, por diversas vezes, ido ao Estado Oriental do Uruguai na companhia do mesmo finado nosso marido pai e sogro, pela presente o declaramos por isso livre, sendo que não o temos feito a mais tempo por ignorarmos o direito que a sua liberdade tinha o mesmo escravo pelo fato de ter ido aquele Estado por consentimento e na companhia de seu Senhor.[59]

Na resposta a Manoel da Luz, a inventariante alega que em função de André ter o direito à liberdade em razão da lei de 1831 e de tratados com o Uruguai, ela passou a alforria ao mesmo "para livrar a herança de uma ação de liberdade". Para Balbina argumentar neste sentido, sua alegação tinha que ser minimamente plausível. Aqui lembro de Leonardo Dias Ferreira acusando Pedro de uma declaração "puramente cavilosa", mas, mesmo assim, não indo à justiça contra seu escravo. Além disso, Balbina explica que, "na hipótese de que não tivesse direito à liberdade o dito escravo para que serviria septuagenário, reumático e fistuloso"?[60] Termina afirmando que se o "veste e alimenta" é em comiseração ao "pobre e infeliz", ou seja, André ainda vivia com Balbina (e, provavelmente, a servia).

Não vou aqui descrever as cartas de Isabel e Sebastiana (registradas no dia 5 de maio), que são um tanto diferentes da de André, embora tenham como argumento central elas também terem ido ao Estado Oriental (sobre Isabel alega-se que ela lá residiu durante algum tempo com sua ex-senhora; Sebastiana teria, por isso, nascido no Uruguai). Também não vou aqui narrar a longuíssima discussão e troca de acusações entre os advogados de Balbina Vieira e Manoel da Luz. O que interessa é que, na teoria, essas alforrias deviam ter sido anuladas, já que foram passadas enquanto o inventário estava em andamento. Foi o que aconteceu durante o processo de inventário do falecido Joaquim de Ávila da Rosa, também aberto em 1872. Nele, o inventariante discute com alguns herdeiros se os escravos Manoel e Ana deveriam ser alforriados ou não, já que, segundo o inventariante, eles teriam atravessado a fronteira com o conhecimento do seu senhor. Neste caso, o juiz indefere, mandando que os escravos sejam avaliados e partilhados[61].

Portanto, em tese, as alforrias de André, Isabel e Sebastiana também deveriam ter sido impugnadas. Todavia, o argumento foi tão bem construído – além de outras pessoas terem atuado ao lado da inventariante, que o juiz deferiu as li-

---

59 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, n. 331, E. 65, 1872. Além de Balbina, genros e filhos de Francisco concordaram em passar a liberdade a André. José Veloso Souto assinou a rogo para Balbina e o capitão Querino de Lara Ribas fez o mesmo para Bento Vieira, o que mostra que diversas pessoas estavam participando deste processo.

60 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, n. 331, E. 65, 1872.

61 APERS. Alegrete. Ac. 009.0189. Pr. n.335, 1872.

berdades, mesmo com o advogado de Balbina admitindo que Isabel e Sebastiana, do mesmo modo que André, ainda viviam "em companhia da inventariante, como é da maior notoriedade"[62].

Assim, da mesma forma que no caso da negociação de Duarte Silveira com seus cinco escravos, da mesma maneira que no acordo entre Manoel e seu senhor Manoel Marafiga, parece-me que Balbina Vieira entrou em acordo com André, Isabel e Sebastiana para que estes continuassem morando e, mais importante, servindo a sua agora ex-senhora. Caso tivessem entrado no inventário, os três podiam ter sido herdados por outro senhor, como desejava Manoel da Luz.

Se Duarte Silveira mudou-se "definitivamente" para o Estado Oriental no ano de 1868, como ele afirmou que faria, nunca saberemos. Entretanto, ele comprou o escravo Vítor, do espólio de João Pedro Nagel em 1871[63]. O preto Vítor, campeiro de 20 e tantos anos, aparece classificado na Lista nos anos de 1874 e 1875 como escravo de Duarte Silveira, ou seja, sua mudança não foi tão *definitiva* assim, pois algum tipo de negócio ele continuou mantendo em Alegrete[64]. O que me interessa aqui, tanto no seu caso quanto nos casos de Balbina Vieira e Manoel Marafiga, é que a situação de fronteira condicionou o tipo de acordo que ambos fizeram com seus escravos. Se no primeiro episódio ela serviu para que Bonifácio, Pedro, Antônio, Ângelo e Inocêncio tivessem que "aceitar" aquele tipo de liberdade, no segundo ela foi utilizada como argumento para que os cativos não fossem herdados por diferentes senhores e, com isso, separados. André, Isabel e Sebastiana alcançaram a liberdade, mas continuaram vivendo com sua ex-senhora. Já Manoel, ex-cativo de Marafiga, conseguiu limitar o tipo de trabalho que precisaria realizar. Em todas as situações a fronteira teve um papel central, sendo alvo de diferentes significados e servindo a diferentes propósitos, dependendo da posição social daqueles que passaram pela experiência de viver sobre os limites de dois Estado que tinham legislações diferentes sobre a questão escravista[65].

A FRONTEIRA SENHORIAL

Trabalhos recentes vêm demonstrando que, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, isto é, depois do fechamento do tráfico atlântico, não foram poucos os casos de (re)escravização de pessoas livres na província do Rio Grande do Sul, particularmente de *negros orientais*, mas também de livres de

62 APERS. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, n. 331, E. 65, 1872.

63 APERS. Inventários *post mortem.* Alegrete. Ac. 009.0189, Pr. n. 317, 1871.

64 CEPAL: LC, Alegrete.

65 Poderíamos agregar aqui os contratos (ou alforrias condicionais) celebrados entre alguns senhores e seus escravos (seja para o serviço de peão, seja para o serviço doméstico) trabalhados no tópico anterior. Todos eles foram necessários em razão dos proprietários estarem levando seus (ex-)cativos para o Estado Oriental, onde não havia mais escravidão.

cor naturais da própria província[66]. Nesse sentido, como tentarei argumentar, a fronteira sul do império brasileiro serviu, também, aos interesses senhoriais no que diz respeito às relações escravistas, fosse para adquirir novos cativos via este novo "tráfico ilegal"[67], ou mesmo como argumento para se utilizarem, da maneira que desejassem, da sua posse cativa.

Firmino d'Ávila Rodrigues faleceu em 24 de julho de 1856, tendo seu inventário sido aberto no ano seguinte, em 1857, pela viúva (e inventariante) Maria Inácia da Fonseca.[68] Além de duas partes de campo (onde havia uma chácara e uma "morada de casas de parede de pedra"), uma centena de cavalos, mais de 800 reses, 300 ovelhas, alguns bois, novilhos e burros, Firmino deixou cinco escravos para Maria Inácia e seus cinco filhos (todos menores), totalizando 15 contos de réis o monte-mor.

Em 19 de janeiro de 1863, o tutor nomeado das crianças, João Pereira Soares (com quem a viúva viria a casar-se), solicitou ao juiz que as 563 reses que ficaram para seus tutelados fossem arrendadas, assim como demandou que os demais bens fossem vendidos em praça pública. Apesar de o juiz deferir o pedido, não apareceram compradores. João Pereira justificou que o valor dos bens foi superestimado e "acresce a circunstância da crise atual". Por isso, o tutor pediu nova avaliação dos animais, "ficando só reservado de arrendamento ou venda uma diminuta parte de campo, um escravo de nome Dionísio e uma pequena crioula de 8 ou 9 anos", os quais, entendia João Pereira, não deviam ser vendidos para, futuramente, "servirem aos órfãos, e mesmo como compensação de todas as despesas que o suplicante tem feito com a educação e sustento dos ditos órfãos"[69].

Contudo, pouco mais de um mês depois, mais precisamente em 24 de fevereiro, João Pereira enviou outra petição ao juiz, demandando algo um tanto diferente. Disse ele, desta vez:

> Tendo tocado em partilha aos seus tutelados o escravo pardo de nome José Dionísio, de 16 anos de idade, mais ou menos, por determinação deste juízo, em virtude de requisição do suplicante, deixou este escravo de ser vendido em hasta pública ou arrendado [...] cujo escravo ficou para servir aos mesmos órfãos [...]. *Como porém*

---

66 BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo:* un estudio sobre los afrodescendientes en la frotera uruguaya (1835-1845). Montevidéu: Pulmón Ediciones, 2004; LIMA, Rafael P. de. A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2010.; CARATTI, *op. cit.*, 2010.

67 BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo:* un estudio sobre los afrodescendientes en la frotera uruguaya (1835-1845). Montevidéu: Pulmón Ediciones, 2004, p. 136-147.

68 Inventários *post-mortem*. Uruguaiana. I Vara Cível e Crime, M. 5, nº 101, E. 78, 1857. APERS. Todas as próximas informações serão retiradas deste inventário, salvo nova citação. Agradeço a Paulo Moreira pela indicação e fotos do mesmo.

69 Caso não tenha me enganado, o escravo em pauta é chamado ora de "Dionísio", ora de "José Dionísio".

> *tenha o suplicante justos e fundados motivos para desconfiar que o mesmo escravo trate de se evadir, e não querendo o suplicante por modo algum correr com o risco dessa evasão que se pode tornar de fácil execução pela posição deste município vizinho de Repúblicas estrangeiras*, vem requerer a Vossa Excelência [...] que seja vendido o mesmo escravo (grifos meus).

Novamente o juiz de órfãos, Tenente-coronel Feliciano Ribeiro de Almeida, acolheu o pedido do tutor, mandando proceder a avaliação do cativo. Aos 7 de maio, na casa de Feliciano Ribeiro, "Dionísio, pardo de 16 anos, campeiro" foi avaliado em um conto e 600 mil réis. No final do mesmo mês, o cativo foi a leilão junto com outros bens. Se Dionísio planejava fugir ou não, dificilmente saberemos, todavia, que ele era um escravo que causava problemas aos seus senhores, isto é fato.

Depois que o primeiro dos órfãos, Zeferino d'Ávila Rodrigues, atingiu a maioridade, em 1866, pedindo para ser emancipado (adquirindo "o direito de dirigir livre a sua pessoa e bens, deixando a tutela sobre a qual tem estado"), João Pereira teve que prestar contas. Além de lamentar o prejuízo advindo da invasão do exército paraguaio, em 1865, o tutor declarou que teve "despesas avultadas", não só com os órfãos, mas "inclusive com os escravos". Entre os gastos desta última natureza, ele destacou o que teve com "o escravo Dionísio":

> Tendo sido processado por crime de furto, esteve preso e foi afinal condenado, estando ainda cumprindo sentença. Com o processo desse escravo fizemos despesas não pequenas, inclusive as de advogado. Enquanto esteve preso concorremos com a despesa de alimentação e outras: nada porém, reclamamos. Nesse processo-crime pagamos a quantia de 60 mil e 829 réis de custas como se vê do Documento adjunto; não englobando por enquanto a quantia por que pelo mesmo escravo no mesmo processo prestamos fiança, e que foi depositada.

Não obstante ter ido a leilão, como ficou claro na prestação de contas do tutor dos órfãos, Dionísio não foi vendido – talvez em razão do alto valor pedido por ele. Porém, isto não anula o fato de que, em tese, a alegação de João Pereira tivesse sido minimamente plausível, já que o juiz aceitou seu argumento.

Quase que concomitante ao caso recém-analisado, aconteceu outro longo e curioso episódio, o qual também nos ajuda a compreender como a fronteira podia convir aos interesses senhoriais quando do conflito destes com seus cativos (ou ex-cativos). Na verdade, provavelmente tudo começou na virada da década de 1840 para a de 1850, mas seus desdobramentos se radicalizaram em meados desta última década.

No final do ano de 1854, Helena Florentina da Costa, uma liberta, foi presa acusada de tentar roubar sua filha, que ainda seria cativa, bem como outros escravos de sua ex-senhora, Maria Amália da Silva Borges, e levá-los para o outro lado da fronteira. A primeira denúncia foi feita em 19 de novembro de 1854, por Maria Amália, viúva de Antônio Albano de Oliveira, que escreveu ao delegado de polícia de Uruguaiana delatando o seguinte acontecimento. Disse ela que há três anos procedia ao inventário de seu finado marido. Entretanto,

> constando a maior parte de sua fortuna em escravatura, acontece que entre estes escravos tem uma negra de nome Helena, a qual [a viúva] por falta de experiência deu papel de liberdade sem o dever ter feito, motivo por que tem herdeiros, e acontece que esta negra exaltada por dito papel, e talvez mal aconselhada, entende que sua filha por nome Agostinha [...] deve também ser livre, *e tem prometido passar para o outro lado do [rio] Uruguai, levando consigo não só a dita filha como os mais escravos que puder*. [...]. Vem por isso a suplicante requerer a Vossa Excelência sirva mandar conservar a dita negra na cadeia [...] até que se ultime o inventário.[70]

Um dia depois do envio desta carta ao delegado, Maria Amália entra com um processo contra Helena (que agora é Helena Florentina da Costa). Nele, o discurso da viúva muda consideravelmente. Agora ela diz que tendo "a preta Helena [...] dado um Moleque de 7 anos de idade" ao seu marido, quando este ainda era vivo, em troca de sua liberdade, "entendeu a predita preta que sua filha Agostinha [também] era livre"[71]. Como Maria Amália contestou a liberdade de Agostinha, Helena teria ficado "insubordinada, desacatando, faltando com o respeito a suplicante" e ameaçando levar para Corrientes não só Agostinha, mas também alguns outros cativos (filhos da própria Helena, inclusive). E como este ato era "criminoso e punível", vinha por isso "a suplicante dar sua queixa contra a dita preta Helena, calculando o valor provável do dano [...] na quantia de 3:000$000". Ou seja, agora Helena era, de fato, liberta, mas seu senhor não havia passado a carta de alforria antes de morrer, confirmando a hipótese de Roberto Guedes em relação ao sub-registro das alforrias. Para o autor, este fenômeno "deriva simplesmente de o reconhecimento social da liberdade poder prescindir de documentos oficiais ou os papéis eram particulares"[72].

---

70 AHRS. Delegacia de polícia. Uruguaiana. M. 43. Correspondência Recebida, 1854.

71 APERS. Processos-crime, Uruguaiana, I Vara do Cível e Crime, M. 62, nº 2396, E. 81, 1856.

72 GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador. n. 35, p. 83-141, jan.-jun., 2007, p. 91-92 e 95. Com efeito, Hebe Mattos há bastante tempo enfatizou a importância do reconhecimento social da liberdade valer tanto ou mais que o próprio registro da alforria. Conforme a autora, "na ausência de uma fronteira racial absoluta entre escravidão e liberdade, os fatos jurídicos, que conformavam a condição livre ou cativa, decorriam de relações costumeiras, as quais eram sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio". MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In:* ALENCASTRO, Luiz F. de. *História da vida privada no Brasil – Império*: a corte e a modernidade nacional. Companhia das Letras: São Paulo, 1997, p. 343.

Junto à acusação, Maria Amália apresentou três testemunhas. Depois de ouvi-las e de inquirir a própria Helena, o juiz julgou procedente a queixa, indiciando a liberta e a mandando prender. Contudo, as coisas não aconteceram bem desta forma.

Na verdade, Helena Florentina havia entrado em acordo com seu senhor, comprando sua liberdade em troca de outro cativo, José Maria, o qual Helena havia comprado de Cipriana Maria do Nascimento, moradora do município de Camaquã. Sabemos disso, pois o representante da escrava também escreveu ao delegado, denunciando a injustiça que estava acontecendo com Helena. Nesse escrito, ele explica que depois de negociar sua liberdade (a qual não foi registrada em cartório, sendo apenas apalavrada entre Antônio Albano e Helena), a agora liberta "saiu da casa de seus senhores e, sem oposição alguma, fez arranchamento à parte, para onde mudou-se".

Oito meses depois, teria nascido Agostinha – livre, portanto. Relata também que enquanto Antônio Albano era vivo, nunca contestou a liberdade de ambas. Tendo, porém, falecido, sua viúva "concebeu a ideia de cativar não só Helena, como também a filha"[73]. Maliciosamente, a viúva passou uma carta de alforria, para a já forra Helena, registrada em cartório em 31 de outubro de 1854 (a data da concessão era de 16 de janeiro de 1852)[74]. Certamente, Agostinha havia nascido *antes* da data registrada na manumissão.

Depois de denunciar Helena, que foi presa, Maria Amália depositou Agostinha em casa de Antônio José Soares Braga e, enquanto corria o processo contra Helena, a viúva terminou de proceder ao inventário de seu marido, no qual Agostinha constava como escrava[75], vendendo-a para o mesmo Antônio Soares pela quantia de 400 mil réis. Este último, passados alguns dias, vendeu novamente Agostinha, agora para Manoel da Rosa Nery por 600 mil réis. Por fim, o representante de Helena elenca uma série de testemunhas que poderiam provar a liberdade de ambas, dentre elas o Capitão Hipólito Giro Cardoso[76].

O processo contra Helena Florentina correu até o ano de 1856. Em meio a ele, em 22 de agosto 1856, Maria Amália tentou desistir "de toda a ação e direito que sobre a referida Helena pudesse ter". Porém, o processo de roubo de Agostinha continuou a tramitar na justiça. Quando chamada a depor, Helena Florentina disse que era liberta, viúva, natural do município de Piratini e que vivia "há muito tempo" nos subúrbios de Uruguaiana, "na chácara de sua *comadre* Maria Amália Borges"[77]. Disse também que "vivia de lavar roupa e costurar", afirmou que Agostinha nasceu depois que ela já era forra e que foi presa quando tinha ido à Vila "comprar carne".

73 AHRS. Delegacia de polícia. Uruguaiana. M. 43. 1854.

74 APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 6r.

75 APERS. Inventários *post-mortem*. Uruguaiana. Ac. 009.0323. Pr. nº 59, 1851.

76 AHRS. Delegacia de polícia. Uruguaiana. M. 43. Correspondência Recebida, 1854.

77 (Grifos meus).

Nesta ocasião foi avisada por outra filha sua (Rita, também escrava de Maria Amália) que Agostinha tinha sido levada na "garupa de um soldado".

Sem entrar em maiores detalhes, em 25 de agosto de 1856, o júri popular a que foi submetida absolveu Helena, mandando passar alvará de soltura e determinando que Maria Amália e a municipalidade pagassem as custas do processo. No entanto, a história não termina aí. Em 1857, Helena Florentina da Costa, com ajuda do promotor público de Alegrete, Manoel Joaquim de Almeida, processa sua ex-senhora por tentar reduzir à escravidão pessoa livre[78]. Depois de quase um ano e meio presa[79], Helena ainda tentava retirar Agostinha do cativeiro e tampouco havia esquecido o esquema que sua ex-senhora armou contra ela. Desta vez, Helena Florentina era representada por Mathias Teixeira de Almeida, um dos rábulas mais atuantes da Comarca de Alegrete na segunda metade do século XIX e que, além disso, ao longo de sua carreira, também foi deputado provincial[80]. Ademais, todas as testemunhas que seu defensor elencou tempos atrás ainda estavam dispostas a depor a seu favor, o que vem ao encontro do argumentado nos tópicos anteriores.

Não querendo me alongar nos pormenores deste caso, que são muitos, deixo o resto desta história para outra oportunidade. Antes de finalizar o assunto deste tópico (a utilização da fronteira por parte dos senhores de escravos), quero explorar mais uma informação existente no inventário de Antônio Albano de Oliveira. Como havia menores entre os herdeiros do finado, Maria Amália devia prestar contas de como estava administrando os bens de seus filhos. Dentre eles, estava o escravo Bento, o qual ficou como herança para o menor Galdino.

Em 21 de junho de 1858, Maria Amália escreveu ao juiz de órfãos relatando que o "mulatinho de nome Bento", referido anteriormente, "o qual com o andar dos tempos se tornou vadio, de péssimos hábitos e fugitivo, sendo por isso eminente o *perigo de fugir para as repúblicas limítrofes, e então será sua perda infalível"*. Por isso, a viúva pede ao juiz para que mande "vender em hasta pública o dito escravo Bento". O juiz aceitou o pedido, mandando proceder a avaliação para que ele fosse vendido, como de fato foi[81].

Resumindo, João Pereira desejava vender (José) Dionísio; já Maria Amália queria incluir Agostinha entres os bens do inventário de seu finado marido para,

---

78 APERS. Processos-crime, Uruguaiana, I Vara do Cível e Crime, nº 2399, 1857.

79 Houve algumas tentativas de arbitramento de fiança, mas Helena Florentina teve dificuldades de conseguir um fiador.

80 Já em 07 de agosto de 1855, Helena havia passado procuração a Mathias Teixeira para representá-la em Alegrete e a Francisco José da Cruz para representá-la em Uruguaiana, no que diz respeito "a liberdade de sua dita filha". APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 58r. Talvez em retaliação a este processo, ou mesmo em razão da necessidade de arcar com os custos que ele lhe trouxe, Maria Amália hipotecou dois escravos, no ano de 1858, em favor dos sócios "Oliveira e Irmão", que haviam lhe emprestado 350 mil réis. Dos dois escravos hipotecados, os crioulos Clara e Eugênio, sabemos (em função dos depoimentos presentes nos processos-crime citados anteriormente) que Eugênio era neto de Helena. APERS. LNTN, 1º Tabelionato, FU, livro 2, p. 234r.

81 APERS. Inventários *post-mortem*. Uruguaiana. Ac. 009.0323. Pr. nº 59, 1851.

depois, vendê-la (o que ficaria mais fácil com Helena presa), além de ter se valido do mesmo expediente de João Pereira para vender o mulato Bento, isto é, ambos utilizaram a fronteira como um dos eixos centrais da sua retórica. Em ambos os episódios os juízes aceitaram os argumentos dos senhores, os liberando para procederem da forma que reivindicavam.

Portanto, se a fronteira podia servir aos escravos para que alcançassem a liberdade (de diversas formas), ela, da mesma maneira, podia convir aos interesses dos senhores, como vimos nos dois casos analisados anteriormente. Neste sentido, como destacou Paulo Moreira, "a fronteira era uma área percebida de forma diferente pelos diversos grupos sociais, de acordo com suas expectativas e desejos"[82].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar esta zona de fronteira como uma ferramenta de possível utilização também pelos subalternos, no caso os escravos, não é um paradoxo. De acordo com Luis Farinatti e Mariana Thompson Flores, "os atores e grupos socialmente posicionados tinham vivências, produziam significados e estratégias" *diferentes* "para viver com/na fronteira"[83]. Consequentemente, compreender como os cativos manejaram a fronteira, a partir de sua posição social, ou seja, dentro de suas possibilidades e de sua lógica, torna-se fundamental para entender as relações sociais ali construídas, bem como as estratégias que estes indivíduos elaboraram para chegar à liberdade e, de outra parte, dos senhores para manter sua posse (os cativos) ou, ao menos, manter seus trabalhadores sob contrato.

Neste contexto, a contínua perda da legitimidade da escravidão ao longo da década de 1860, mas principalmente a partir da lei de 1871 (a maior interferência do Estado imperial na relação senhor-escravo até então), dotou os cativos de algumas ferramentas a mais para conquistar a alforria. Talvez o maior exemplo desse fenômeno foi a maior procura dos escravos pela justiça.

Não à toa, Gemeniano A. Vital de Oliveira, advogado de um dos tantos senhores que tiveram que enfrentar seus escravos nas barras justiciais, bradava que "o delírio da época é promover a liberdade de quantos a reclamam". Talvez estivesse certo Gemeniano. A escravidão, mesmo que a passos lentos, definhava e, embora apenas no final da década de 1880 tenha sido colocado um ponto final nesta instituição, muitos cativos estavam conquistando a liberdade na justiça. Como vimos, os que moravam em regiões fronteiriças baseavam-se em leis e decretos

---

82 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Revista Anos 90 (PPGH-UFRGS)*, Porto Alegre, v. 6, n. 9, 1998, p. 143.

83 FARINATTI, Luis A.; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). *In:* HEINZ, Flávio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais:* subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 174.

que forneciam recursos para lutarem pela liberdade, principalmente a partir de meados da década de 1860, o que demonstra uma clara ruptura na legitimidade social na qual a escravidão se assentava[84]. Entretanto, este caminho foi complexo e eivado de contradições. O mesmo advogado continua sua ironia, declarando:

> Não temos visto que esses humaníssimos [...] principiem a dar por si os exemplos de sua encarecida filantropia: sirva a liberdade dizem eles; mas somente a dos escravos alheios, nenhum liberta os próprios, pelo contrário, esses pomposos liberalões de grande marca são às vezes ou quase sempre, os medíocres tiranos domésticos. É que hipócritas, como as abelhas, têm mel nos lábios e ocultos os aguilhões [...]. Diremos como o notável estadista Marquês de Olinda, a pouco finado: o juiz não é legislador: só a este cabe acabar com a escravidão que o mundo inteiro reputa um escandaloso vício no seio da sociedade cristã e civilizada. Àquele incumbe guardar e observar com religioso respeito as prescrições da lei, se ainda infelizmente no nosso país legitimam a escravidão, [...] o juiz deva aplicá-la sempre sem escrúpulo.[85]

Em certa medida, tinha razão o nobre advogado. Na lista de classificação de Alegrete não são poucos os juízes, advogados e solicitadores que aparecem como proprietários de escravos – alguns dos quais citados aqui nos conflitos que foram parar nos tribunais. Por exemplo, Mathias Teixeira de Almeida tinha três escravos listados; já o Doutor Francisco da Silva Moraes (que julgou em primeira instância o caso que abre este trabalho, deferindo a liberdade de José) era senhor de nove cativos[86]. Portanto, da mesma maneira que a "condição de fronteira dotava-lhe [a elite rio-grandense] de recursos que outras elites periféricas não tinham"[87], os escravos também podiam utilizá-la em benefício próprio, conforme suas possibilidades.

Enfim, as formas de utilização da fronteira apresentadas aqui não foram as únicas possíveis, pelo contrário. A intenção foi demonstrar como esta região podia ter múltiplas interpretações e aplicações, dependendo do interesse de quem estava envolvido. Por fim, uma última questão, de ordem mais prática. Como supunha Keila Grinberg, ao que parece, depois da lei de 1871, algumas ações de

---

84 AN. Ação de Liberdade. Caixa nº 3221, M. 216, 1872.

85 AN. Ação de Liberdade. Caixa nº 3221, M. 216, 1872.

86 CEPAL: LC, Alegrete, pp. 28, 31 e 42 e 1, 45, 49 e 76.

87 Tal processo foi sabiamente denominado por Luís Farinatti e Mariana Thompson Flores de "produção social da fronteira". FARINATTI, Luis A.; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). *In:* HEINZ, Flávio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais:* subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 159.

liberdade estavam sendo decididas em primeira instância[88]. Em Alegrete e Uruguaiana nada menos do que dez alforrias, contendo treze liberdades, foram lavradas tendo a fronteira como argumento[89]. É possível que muitas outras contendas tenham sido resolvidas em uma negociação entre senhores e escravos, não chegando ao conhecimento público.

88 GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 98. A autora cita sete apelações provenientes da província do Rio Grande que tinham como argumento os escravos terem passado a fronteira com o Uruguai. (p. 88).

89 Na verdade, em Uruguaiana há outras 44 liberdades neste mesmo sentido antes de 1871, porém, algumas delas especificam que os escravos atravessaram a fronteira com seus senhores durante o período que o exército paraguaio ocupou a cidade. Tais liberdades estão sendo alvo de um estudo específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. "*Sem respeitar nem tratados*": escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835). Tese (Doutorado em História) - PPGH/UFF, Niterói, 2012.

ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2008.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo*: un estudio sobre los afrodescendientes en la frotera uruguaya (1835-1845). Montevidéu: Pulmón Ediciones, 2004.

CARATTI, Jônatas M. Alforrias e contratos de trabalho: escravos rio-grandenses em estâncias uruguaias (meados do século XIX). *Revista Aedos (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, 2009.

CARATTI, Jônatas M. *O Solo da Liberdade*: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. Amos y esclavos en las fronteras del espacio rioplatense (1835-1862). CD-ROM [dos] *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*: Florianópolis: 2007.

FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

FARINATTI, Luis A. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). *Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011_2_.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

FARINATTI, Luis A.; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais*: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FREGA, Ana. Caminos de libertad em tiempos de revolución: Los esclavos em la Província Oriental Artiguista, 1815-1820. *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 4, n. 2, 2000.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador. n. 35, pp. 83-141, jan.-jun., 2007.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LIMA, Rafael P. de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana*: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade*: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

MATHEUS, Marcelo S. Litigando pela liberdade no Brasil oitocentista: relações escravistas em um contexto fronteiriço (Alegrete, província do Rio Grande do Sul). *Saeculum* (UFPB), v. 2, p. 281-297, 2015.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz F. de. *História da vida privada no Brasil – Império*: a corte e a modernidade nacional. Companhia das Letras: São Paulo, 1997.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. Os africanos livres, sua prole e as discussões emancipacionistas: as famílias e a administração dos descendentes de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela (Rio de Janeiro, 1830-1860). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nos 1/2/3, Jan-Dez 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre Fronteira e Liberdade: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Revista Anos 90 (PPGH-UFRGS)*, Porto Alegre, v. 6, n. 9, 1998.

NEUMANN, Eduardo Santos. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: KÜHN, Fábio et al. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. "Africanos livres" no Rio Grande do Sul: escravização e tutela. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nos 1/2/3, jan.-dez. 2007.

OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PALERMO, Eduardo. Secuestros y tráfico de esclavos em la frontera uruguaya: estúdios de casos posteriores a 1850. *Revista Eletrônica Tema Livre*. 13. ed. Disponível em: http://revistatemalivre.com/palermo13-html. Acesso em: 20 nov. 2018.

PETIZ, Silmei de S. *Buscando a Liberdade*: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851). Passo Fundo: UPF, 2006.

SILVA, Maciel Henrique. Uma africana "livre" e a corrupção dos costumes: Pernambuco (1830-1844). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nos 1/2/3, jan.-dez. 2007.

SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KÜHN, Fábio et al. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Manejando soberanias: o espaço de fronteira como elemento na estratégia de fuga e liberdade (relativa) de escravos no Brasil meridional na segunda metade do século XIX. *In:V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, Porto Alegre. V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2011.

ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZUBARAN, Maria A. Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da lei de 1831. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXII, n. 2, dezembro 2006.

FONTES

REGISTROS de Batismo da Igreja de Alegrete. Arquivo da Diocese de Uruguaiana, Livro 2 e 3.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil*, 1830/1831, códice 050.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Delegacia de Polícia*. Alegrete; Uruguaiana. M. 1; 43, 1856; 1854.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentação da Câmara de Vereadores. Alegrete. Maço 3. *Representação*, 1845.

ARQUIVO NACIONAL. *Apelação de Ação de Liberdade*. Caixa 3690, número 13794, 1869.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 25, 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Livros Notariais de Transmissão e Notas* (LNTN), 1º Tabelionato, Fundo Uruguaiana; Alegrete, livro 6, 7, 8 e 13.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Livros Notariais de Registros Diversos* (LNRD). 2º Tabelionato de Alegrete, Livro 1.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Processos-crime, Uruguaiana, I Vara do Cível e Crime, M. 62, nº 2396; 2399, 1856, 1857.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). RT, FA, Estante 67, M. 5, N. 149, Ana Maria do Nascimento Rosa, 1871.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE ALEGRETE (CEPAL). Lista de Classificação de Escravo (LC), Alegrete, 1874-1875.

REGISTROS de Batismo da Igreja de Alegrete. Arquivo da Diocese de Uruguaiana, Livro 2 e 3.

O COMÉRCIO INTERNO DE ESCRAVOS E A SOCIEDADE NA FRONTEIRA SUL (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

Rafael da Cunha Scheffer[1]

INTRODUÇÃO

Em geral a história oficial dos estados do Sul indica como diferencial de sua trajetória a diminuta presença negra no conjunto das suas populações. Mesmo reconhecendo a existência de populações escravizadas em sua trajetória histórica, essas experiências são minimizadas na narrativa histórica, sendo apontadas como não significativas para a região. Nesse aspecto, o comércio interno de escravos é visto como uma chave explicativa importante para o "desaparecimento" dessa população. O declínio da economia pecuário-charqueadora e a maior valorização dos cativos no Sudeste, a partir de fins da década de 1860, teria levado senhores em dificuldades econômicas a vender milhares de escravos para os cafeicultores do Sudeste brasileiro[2].

No restante da região Sul, a economia de subsistência, baseada na produção de alimentos e venda de excedentes ao mercado, era em geral pobre em dividendos e rica em concorrência dentro do próprio Império, sem dinamismo, sendo também apontada como uma área de exportação de trabalhadores por não poder fazer concorrência aos preços da mão de obra praticados no Sudeste. A perda de escravos para o mercado interno passou então a ser uma explicação recorrente para a queda no número desses em diversas localidades, tornando-se

1 Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); A presente discussão é fruto de uma pesquisa anteriormente financiada pela FAPESP. As reflexões postas também se conectam com um projeto de pesquisa atualmente financiado pelo CNPq: "O comércio de escravos no Ceará, 1850-1888: atuação de negociantes, direções de comércio e perfil de negociados".

2 Ideia defendida, por exemplo, nas seguintes obras: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p. 351.

quase um modelo explicativo para justificar esse declínio nas províncias de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tanto nas charqueadas, quanto nas regiões de pecuária, nos centros urbanos ou áreas de produção de alimentos[3].

Nesse ponto, apesar de não podermos negar a atração de cativos para a cafeicultura do Sudeste, seus efeitos nas províncias de saída e os próprios meios e situações em que essa atração ocorreu não são bem definidos. Preocupados em entender melhor esse fenômeno e seu significado, no presente capítulo discutiremos o comércio interno e seus significados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, percebendo a relação dessa narrativa com a experiência local.

Para problematizar essas questões, faremos uma discussão rápida da historiografia e analisaremos fontes que nos permitem acessar práticas e discussões do período sobre essas transferências e o seu significado. Para isso, utilizaremos escrituras e procurações que autorizavam a compra e venda de escravos, registradas nos cartórios de diversas cidades da região, assim como registros de impostos sobre a exportação de cativos e comentários de contemporâneos sobre o significado desse comércio. Jornais e relatórios de presidentes de província serão analisados nessa perspectiva, permitindo que percebamos de maneira mais clara como representantes do período viam esse comércio e a própria escravidão na região de forma mais clara.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O COMÉRCIO INTERNO

Antes de iniciarmos a discussão local, contudo, cabe rememorar o debate sobre o comércio interno de escravos. Os historiadores concordam que a ampliação desse mercado ocorre quando o comércio atlântico de escravos foi finalmente encerrado. Após a proibição da importação de escravos africanos em 1831, um processo de combate ao tráfico se iniciou, mas a burla dessa medida foi amplamente praticada. A dinâmica desse período e suas idas e vindas são bem discutidas por Leslie Bethell, Manolo Florentino e Jaime Rodrigues, que apontam claramente como, apesar da proibição oficial, esse foi um período de intenso contrabando e da maior entrada de africanos escravizados no país[4]. No entanto, por pressões internas e externas, o quadro se modificou em 1850, e, por meio da Lei Eusébio de Queirós, a repressão ao tráfico recrudesceu, contando com o empe-

---

3 FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho* – 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 156.

4 BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil.* Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Cia das Letras, 2005.

nho das autoridades para encerrar de fato o tráfico atlântico[5]. A partir daí os trabalhadores escravizados teriam de ser buscados somente no mercado nacional.

Nesse ponto, Robert Slenes, Herbert Klein, Robert Conrad e José Flávio Motta, entre outros, defendem que a partir de 1850 o centro econômico mais dinâmico do país, a lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passou a importar cativos de outras regiões[6]. A decadência da produção de açúcar, com a queda dos preços internacionais, somada à expansão da lavoura de café, teriam incentivado a transferência de milhares de escravos para a região Sudeste[7]. Fazendo uma estimativa dessas transferências entre 1850 e 1881, Robert Slenes calculou o volume deste comércio entre as regiões em cerca de 222.500 escravos, ressaltando que esse número não inclui os cativos transportados intrarregionalmente, o que resultaria em um número muito maior[8]. O volume dessa transferência e sua importância podem ser melhor entendidos se pensarmos que a população do império somava em 1872 um total de 9.834.000 habitantes, sendo que desses, 1.510.806 (ou 15,36% do total) eram escravos[9].

Acompanhando os preços dos escravos e das principais mercadorias de exportação do Nordeste (açúcar e algodão), Sul (charque) e Sudeste (café), Robert Slenes traça uma importante relação entre a variação desses preços e o comércio de cativos, o que também nos fornece pistas sobre a origem dos trabalhadores negociados. Segundo este autor, os preços dos escravos em cada região estavam intimamente relacionados ao valor do principal produto de exportação. Deste modo, quando ocorreu uma valorização no café, o preço dos cativos no Sudeste foi ampliado, o que não ocorreu em outras regiões. Isso criou um desequilíbrio no valor desses trabalhadores, tornando atrativa a venda de escravos por parte de economias menos valorizadas, especialmente aquelas ligadas à produção de alimentos. O preço mais baixo em regiões com produção desvalorizada, como foi o caso do algodão e do açúcar na década de 1870, e da produção de subsistência em geral,

---

5 BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil.* Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e cultura/Edusp, 1976; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 309, 322-324, 333, 354.

6 SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery*: 1850-1888. Tese (Doutorado em História) - Stanford University, Stanford, 1976; KLEIN, Herbert S. The internal slave trade in nineteeth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4, (nov. 1971); CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975; MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além*: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887). São Paulo: Alameda, 2012. Sobre essa temática, ver ainda: GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 121-160.

7 SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery,* 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, Stanford, 1976, p. 120.

8 SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. *In:* JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 331, 358-359.

9 Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 maio 2018.

teve como consequência um esvaziamento da mão de obra escrava, transferida para economias mais dinâmicas[10]. Ou seja, esses trabalhadores não saíam apenas da grande lavoura, mas de diversas ocupações profissionais, sendo vendidos por pequenos e médios proprietários para áreas onde eram mais valorizados[11].

A concentração de cativos na região Sudeste não passou despercebida aos contemporâneos, gerando impactos na política local. O desequilíbrio da posse escrava, o esvaziamento de determinadas províncias desde o início causou preocupações aos parlamentares. Em diversas províncias, os deputados aprovaram, já no início da década de 1850, impostos sobre a saída de escravos, tentando dificultar essa transferência. Contudo, estes impostos não foram entraves ao desenvolvimento do comércio interno. Seu valor não significava um grande obstáculo às transações, pelo menos até o final dos anos 1870, e mesmo assim os comerciantes logo desenvolveram estratégias para burlar o pagamento de tais taxas.

Somente a partir dos anos 1880 é que o comércio interno começou a ser firmemente freado, com a criação de pesados impostos sobre a importação de cativos nas províncias do Sudeste. Com essa ação legislativa, as transferências caíram drasticamente, e foram finalmente proibidas em 1885. Mas não sem antes ter promovido o suprimento de mão de obra que a cafeicultura necessitou durante boa parte da segunda metade do século XIX[12].

Os impactos desse comércio, como pode ser percebido, foram sentidos também na fronteira Sul do Império. Em Santa Catarina, por exemplo, a historiografia aponta que tendo atingido seu número máximo em 1856, o número de cativos decaiu até que não existissem mais escravos na cidade de Desterro no início de 1888. Nas palavras de Oswaldo Cabral:

> Desse ano em diante, inicia-se o decrescimento, devido, principalmente, à venda de cativos para fora da província, consequência não só da extinção do tráfico, inicialmente burlada mas depois energicamente fiscalizada e mantida pelos navios ingleses, como da maior procura de peças, no mercado interno, para suprir as necessidades da lavoura, em expansão, nas grandes Províncias, como para os trabalhos domésticos nas grandes cidades. Os pequenos centros foram sendo paulatinamente esvaziados [...].[13]

---

10 SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery,* 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, 1976, p. 179-181.

11 Em seu estudo de 1971, Klein aponta que muitos dos escravizados que estavam sendo mandados para o Sudeste não eram provenientes de regiões de grande lavoura, mas sim de pequenos proprietários urbanos e rurais. KLEIN, Herbert S. The internal slave trade in nineteeth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4, (nov. 1971).

12 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p. 189.

13 CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 383.

Fernando Henrique Cardoso também corrobora essa ideia, colocando que há um incremento no número de escravos até a década de 1850, sendo que a partir de 1872 começa o decréscimo dos escravos, devido principalmente à venda para os centros mais dinâmicos do país, ocorrendo uma rápida desagregação do regime servil[14]. O mesmo é apontado para o Rio Grande do Sul, para o qual Mário Maestri comenta:

> O "Mapa do Movimento da Barra do Rio Grande de São Pedro do Sul" de janeiro de 1847 a junho de 1858, do "Quadro Estatístico" de Eleutério Camargo (1868), aponta-nos, também, um saldo positivo, até 1850. Depois deste ano, com o fim do tráfico internacional, o Rio Grande do Sul transforma-se em um "exportador" de escravos.[15]

De forma semelhante, em seu estudo sobre essa província, Fernando Henrique Cardoso indica que "de forma aguda, a crise de mão de obra impôs-se à preocupação dos produtores e do Governo depois de 1865 (particularmente entre 1875-1888), quando a expansão da lavoura cafeeira provocou enorme evasão de escravos do sul para o 'norte'"[16]. Com isso, criou-se uma crise de mão de obra na economia local, o que, segundo o autor, manteve a preocupação dos contemporâneos nessa instituição, foco que ele acreditava ser problemático: "Foi, portanto, sob a forma de 'problema de mão de obra', que a questão servil se colocou, inicialmente, nas cogitações dos gaúchos"[17].

Adotando uma análise focada na ineficiência e nos problemas derivados da escravidão em si, como bem aponta Thiago Araújo[18], essa análise vai embasar diversas outras leituras sobre a escravidão na região. Aqui, o comércio entra como um elemento entre outros que mostrariam a inviabilidade econômica da escravidão, mas não temos uma discussão sobre o seu significado e impacto. A percepção de que as duas províncias se tornaram exportadoras no mercado interno de escravos, correta de modo geral, como será verificado mais adiante, deixa de lado aspectos relevantes de sua relação com a sociedade, e como a sociedade via esse contexto.

---

14 CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Nacional, 1960.

15 MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: EDUCS, 1984, p. 99.

16 CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 85.

17 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243.

18 ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 26, nota 26.

Na historiografia tradicional, essa questão é tratada de forma muito leviana. Como coloca Erivaldo Neves, "o tráfico interno de escravos no Brasil, ainda pouco estudado, é apresentado com estimativas globais e genéricas, que não refletem peculiaridades regionais e locais desse comércio. Faltam dados e comparações entre mercados exportadores e regiões importadoras"[19]. Assim, perceber a participação deste comércio na evolução da presença escrava na região, seus efeitos na economia e população local, é importante tanto para entender a questão local quanto fornecer pontos de apoio e comparação para o estudo de outras regiões.

Felizmente uma historiografia mais recente vem problematizando essas percepções e pensando uma nova abordagem mais complexa para esse contexto. No Rio Grande do Sul, Jonas Vargas, Thiago Araújo e Gabriel Berute problematizaram diferentes facetas desse comércio e de seus impactos e significados na sociedade local, em diferentes contextos.[20] Berute, especialmente, desenvolveu uma pesquisa fundamental para entender a entrada de escravizados na província na primeira metade do século XIX.

Em um plano mais nacional, além dos trabalhos já citados, temos a discussão realizada por José Flávio Motta a respeito desse comércio na província de São Paulo, entendendo os diversos momentos desse comércio e de sua dinâmica[21]. Nessa perspectiva, mas buscando compreender a experiência dos escravizados nesse contexto, Joice Oliveira desenvolveu pesquisa analisando as estruturas do comércio, a atuação de negociantes e as reações e agência dos escravizados envolvidos por esse processo[22]. A respeito do comércio interno do Sul com o Sudeste, neste período, o presente autor defendeu uma tese de doutorado discutindo a atuação de comerciantes e os volumes e direções desse comércio, reflexões que serviram de base para a discussão realizada na sequência[23].

Buscando entender a relação entre essa percepção e reflexões da historiografia e o processo histórico, no presente capítulo partimos da análise realizada com os dados de seis cidades catarinenses e gaúchas sobre as transferências de

---

19 NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 124.

20 VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. *In:* XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e Liberdade*: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012: ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2008; BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul*: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

21 MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887). São Paulo: Alameda, 2012..

22 OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Forasteiros no Oeste paulista*: escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em campinas,1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2013.

23 SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888*: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2012.

cativos, buscando verificar a relação entre comércio local, regional e nacional, além dos perfis de trabalhadores atingidos por essas transações. Nossa análise desse comércio é desenvolvida a partir das cidades gaúchas de Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, além de Desterro (atual Florianópolis), em Santa Catarina. Além delas, são discutidos os dados da população escravizada natural dessas duas províncias que foram negociados em Campinas, no interior de São Paulo. Isso porque essa cidade foi um importante polo de aquisição de escravos no período.

Inicialmente, cabe destacar o universo dessas transferências analisadas frente à população cativa dos municípios selecionados. Em uma população total de 31.940 escravizados nas seis localidades, segundo a matrícula de 1872-73 (e sua atualização de 1877, para Desterro), 3.374 indivíduos foram negociados por intermédio de notas de compra e venda, segundo os livros de notas de cartórios desses municípios, disponíveis para a segunda metade do século XIX[24]. Somam-se a esses parte dos 892 cativos que tiveram suas vendas autorizadas por meio de procurações (pois a venda de muitos desses foi concretizada fora da região).

Os dados levantados reforçam a importância do comércio desses trabalhadores como um fator que desestabilizou a escravidão nessas províncias, apontando para a saída de centenas de escravizados no período estudado. Apesar disso, nos cartórios locais temos o registro de poucos escravos sendo vendidos para fora das províncias. Isso se dava, em parte, devido à natureza da fonte. As escrituras eram geralmente lavradas pelos senhores compradores na localidade de sua residência, ou seja, o ponto de destino desses trabalhadores e não a sua origem. Em Campinas, por exemplo, temos o registro de compra de 452 trabalhadores vendidos a partir dessas províncias para o interior paulista[25]. Mas as procurações e negociações pontuais registradas indicam a saída de cativos rumo a portos do Sul e localidades no Sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro.

A maior parte dos registros encontrados no Sul faz referência a transações locais e dentro das próprias províncias. Isso nos mostra certo dinamismo da escravidão local, ao mesmo tempo em que explicita como a compra e venda de cativos parece ter sido mais corrente do que imaginamos a princípio. De toda forma, fica claro como esse comércio atingiu a sociedade local, em seus mais diversos setores que foram afetados pela transferência de pessoal.

---

24 SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888*: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2012. O acervo pesquisado foi encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do SUL (APERS), em fundos cartoriais. Para Florianópolis foi utilizada a digitalização e o fichamento dos Tabelionatos locais construídos no projeto "Arranjos de liberdade e de trabalho entre a escravidão e o pós-emancipação: um estudo sobre os fundos cartoriais em Santa Catarina no século XIX", coordenado pelo professor Dr. Henrique Espada e desenvolvido junto ao Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

25 SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888*: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2012,p. 218. Em Campinas, as informações foram exploradas consultando os livros de notas dos tabelionatos de 1º e 2º Ofício dessa cidade, Cartórios Campagnone e Paula Leite.

Contudo, esse impacto não parece ter atingido todos os indivíduos da região da mesma forma. Segundo os dados de matrículas dos escravos do Sul negociados em Campinas, grande parte dos atingidos por esse comércio pertencia, aparentemente, a pequenos ou médios proprietários de escravos. Dos cativos anteriormente matriculados no Sul, para os quais temos informações, 20,5% deles foram apontados como o escravo número 1 na relação de seus senhores (ou talvez o único dessa). Cativos matriculados entre o número 2 e 5 da relação de um dado senhor representaram 49,9% de todos os anteriormente registrados no Sul vendidos em Campinas. Apesar da recorrência de pequenos grupos de cativos na maior parte do Sul, o fato de 70,4% dos negociados em Campinas serem matriculados como os cinco únicos ou primeiros da relação de seus senhores pode indicar a preponderância da venda de escravos de pequenos plantéis para outras regiões[26]. Dessa forma, fica também reforçada a ideia de que os grandes proprietários de cativos do Sul do Brasil poderiam ter mantido suas posses de maneira mais intensa que os pequenos possuidores, devido a uma opção consciente dos senhores.

Além disso, é preciso que estejamos atentos para a diversidade regional. Até a década de 1860, alguns dos municípios gaúchos ainda ganharam escravos por meio do comércio, principalmente o intraprovincial, mas também de outras províncias brasileiras. A década de 1860 aparece como um momento de aquecimento nesse mercado, com a ocorrência de muitas compras e vendas no Rio Grande do Sul. Somente na década de 1870, e principalmente na segunda metade dela, é que podemos observar um movimento mais robusto de venda (ou perda) de escravos para outras províncias brasileiras, especialmente para as lavouras cafeeiras do Sudeste. Mesmo assim sua intensidade parece ser diferenciada, dependendo da região. E não atingiu todos os senhores de um mesmo município de forma idêntica.

Em todas as localidades selecionadas, a década de 1860 mostrou-se um período de grande atividade de compra e venda de cativos, especialmente em sua primeira metade. Esse pico de atividade poderia ser lido como uma fase de venda de escravos por parte de seus senhores, ou seja, uma fase de decadência da escravidão na região. Entretanto, as notas de compra e venda de cativos, principais fontes consultadas, são melhores para detectar vendas locais ou a entrada de cativos do que a saída deles, como apontado anteriormente. Uma região em declínio tenderia a vender para outras localidades, e não entre senhores da mesma região, o que resultaria em registros das vendas em outras áreas. Além disso, um sinal evidente do aquecimento do mercado de cativos no Rio Grande do Sul na década de 1860 foi o elevado preço então obtido (quando pensamos em termos regionais), em contraste com os demais períodos.

Em quase todas as localidades estudadas, os preços pagos pelos escravos na década de 1860 estavam entre os mais elevados, com uma única exceção. Em

26 Completando essa discussão: 17,3% dos escravos foram matriculados entre o 6º e 10º cativo da relação de seus senhores; e 4,3% deles matriculados com números acima do 10º; não temos essa informação para 7,4% dos indivíduos.

Cruz Alta, o preço médio pago por escravos de 15 a 29 anos foi superior na década de 1850. Nas demais localidades, para quase todos os grupos etários, os preços médios pagos pelos cativos entre 1860 e 1869 não foram igualados. Como tendência geral, esse preço entrou em queda na década de 1860, tendo se recuperado no seu decurso ou mesmo nos anos 1870 em algumas localidades, mas sem alcançar o mesmo nível médio de antes.

O preço médio pago pelos cativos variou de cidade em cidade e ao longo do tempo por motivações que ainda não compreendemos completamente. Influências comuns, como o bom estado da economia pecuarista/charqueadora no início dos anos 1860 e a Guerra do Paraguai, atingiram todas as localidades, mas de modo diferenciado, assim como outras flutuações de contexto mais ligadas a cada localidade. Quando comparados com os preços praticados em outras regiões brasileiras, especialmente São Paulo, observamos que o valor médio do escravo no Rio Grande do Sul estava bastante desvalorizado. Na década de 1870, na região de Campinas (onde a cultura cafeeira estava em expansão), senhores pagaram um preço médio de 1:776$000 réis por cativos entre 15 e 29 anos[27], enquanto os maiores preços não passaram da casa do 1:200$000 réis em Rio Grande, maior média encontrada entre as localidades estudadas. Compreendemos, desta forma, o interesse de comerciantes e firmas estabelecidas na província e em outras praças (especialmente no Rio de Janeiro) em tratarem da transferência desses cativos para outras regiões.

Aliás, a questão do preço pago pelos escravos nessas seis localidades tem outra característica ímpar. Em Rio Grande, contradizendo uma característica bastante repetitiva no universo escravista das Américas, o preço médio pago pelas mulheres escravizadas na década de 1860 (1:247$000 réis), foi um pouco superior à média paga pelos homens (1:228$000) da mesma faixa etária (15 a 29 anos). Em outras faixas etárias e outros períodos, contudo, manteve-se a tendência a um valor mais elevado dos cativos do sexo masculino.

A partir da análise das notas e especialmente das procurações, observamos diferentes mecanismos de seleção dos cativos que eram transferidos no comércio interprovincial, intraprovincial e local. As transferências para fora da província visaram muito mais uma população masculina jovem, enquanto o comércio dentro da província e aquele feito nas próprias localidades esteve mais próximo do perfil observado para a população escrava encontrada em cada localidade. O comércio local e com cidades próximas esteve presente em todas as regiões, com intensidades variadas, inclusive com as trabalhadoras sendo os indivíduos mais negociados em algumas localidades.

Outro ponto a ser destacado, especialmente quando pensamos além do comércio local de cativos, é a importância de entrepostos comerciais como Porto Alegre, para a província, e o Rio de Janeiro. Em todas as localidades pesquisadas

27 2º Tabelionato de Campinas, Livros de notas n. 15-20.

encontramos cativos que foram comprados de ou suas vendas foram autorizadas para um desses entrepostos. Especialmente quando tratamos das entradas e saídas de cativos por meio do comércio interprovincial, o Rio de Janeiro se mostrou a praça preferencial para a negociação desses, e o local de residência de muitos dos procuradores, pessoas físicas ou firmas, encarregados das vendas. Em especial as cidades mais próximas do litoral, Desterro, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, apresentaram fortes ligações com comerciantes radicados na Corte.

Por outro lado, Alegrete e Cruz Alta, no interior da província, construíram suas ligações de forma diferenciada. Alegrete, devido a suas ligações diretas com as charqueadas, apresentou forte ligação com Pelotas, mas também com a capital da província. Por outro lado, Cruz Alta destacou-se por sua conexão direta com a província de São Paulo, o que fortalece a ideia da transferência por terra de cativos, combinado ao transporte de tropas.

A atuação de comerciantes, pessoas ou firmas que foram responsáveis pela transferência de cativos, pode ser observada no período em praticamente todas as localidades. Em sua maioria, eram eles residentes em outros pontos do país, especialmente no Rio de Janeiro e, sem dúvida, as procurações mostraram-se ferramentas-chave para a atuação desses comerciantes, por permitir menores custos de aquisição dos cativos. Muitos desses documentos arrolam uma série de comerciantes, residentes em diferentes praças, o que nos leva a pensar em redes comerciais desenvolvidas para facilitar a transferência desses cativos em diversos pontos do país.

A partir desses apontamentos, entendemos que a afirmação isolada de que o comércio de escravos drenou braços dessas províncias é insuficiente. Isso devido à falta de mais estudos que quantifiquem essas saídas e demonstrem seu real impacto no número de cativos na província, visto que essa afirmação é muitas vezes baseada em impressões de contemporâneos ou em número de “perdas” (que podem incluir falecimentos e alforrias). Além disso, para qualificar o impacto dessas saídas sobre essa população escrava, também é necessário perceber de que localidades e de quais ocupações saíram esses escravos, visto que o comércio de cativos atingiu diferentes áreas, tipos de produção e tamanhos de propriedades com intensidades variáveis, como indicam as pesquisas de Herbert Klein, Robert Slenes e as de Jonas Vargas e Thiago Araújo para o próprio Rio Grande do Sul[28].

Compreendido o comércio e, parcialmente, seu impacto para a região, cabe agora discutirmos como os contemporâneos perceberam esse processo e seus significados para a sociedade local. Isso nos ajuda a entender a dimensão que esse tema ganhará, influenciando inclusive a historiografia. Além disso, nos

---

28 KLEIN, Herbert S. The internal slave trade in nineteeth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. The Hispanic American Historical Review, vol. 51, n. 4, (nov. 1971). SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência?* O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In:* COSTA, Iraci (org.) *Brasil:* história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986.

ajuda a compreender como a escravidão e esse processo eram vistos pelos contemporâneos. Para isso, analisaremos alguns dados oficiais, relatórios de autoridades e discursos de parlamentares do período.

PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O PROCESSO

Ainda na década de 1850, com a ampliação das transferências interprovinciais e a ameaça de "perda de braços" para setores mais dinâmicos da economia, iniciaram-se medidas que buscavam dificultar esse comércio, ou pelo menos taxá-lo para proveito público. Uma proposta de proibição do comércio interprovincial de cativos chegou a ser posta em discussão no parlamento por João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, em 1854, sendo seguida em 1858 pela proposta de "localização do escravo, de outro parlamentar baiano, José Augusto Chaves, que pretendia prender o escravo aos municípios nos quais residiam. Nenhuma das duas propostas prosperou"[29]. Nas províncias do Sul, medidas a respeito da saída de escravos também foram conhecidas.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, taxas que anteriormente recaíam sobre a importação de cativos para as províncias foram revertidas ao longo da década de 1850 ou passaram a ser complementadas por taxações também das chamadas exportações. A Assembleia Provincial de Santa Catarina reverteu seu imposto sobre a entrada de cativos na província em uma taxação sobre a saída/exportação dos mesmos, ainda no início da década de 1850[30]. E entender os motivos dessa taxação nos ajuda a perceber melhor as visões sobre o papel da escravidão na sociedade local, como veremos.

A leitura das falas e relatórios dos presidentes da província de Santa Catarina nos indica que essa taxação foi uma resposta à percepção de que a direção do comércio de escravos havia sido modificada, com a diminuição progressiva da entrada dos mesmos e a perspectiva de que o movimento de saída deles deveria ser ampliado nos anos seguintes. Temos, assim, a intenção de "proteger" os senhores de escravos da província dessa possível drenagem de mão de obra que se vislumbrava, mas também aproveitar esse movimento como uma nova fonte de renda para as províncias. Aliás, a natureza dessa taxação, dividida entre esses dois polos, parece ter sido uma constante, como veremos mais adiante.

Um reflexo das preocupações com o movimento da população escrava pode ser observado também na fala de um presidente da província do Rio Grande do Sul. Em 1853, o presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, ao tratar da renda

---

29 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império.* 1871-1889. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 38.

30 Fala que o presidente da província de Santa Catarina, o Exm. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigiu á Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinária em o 1º de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 22.

da província, teceu comentários sobre a taxa de 32$000 réis sobre cada escravo que se introduzisse na província. Segundo ele, criada em 1851, essa taxa havia rendido 4:608$000 nesse primeiro ano e decrescido para 704$000 réis em 1852. A explicação sugerida por ele para a diminuição na importação de escravos se dava pelo seu elevado valor nos mercados do norte, com a cessação do tráfico[31]. Segundo essa cobrança (e podemos sempre desconfiar de sonegação, apesar de não termos como mensurá-lo), em 1851 teriam entrado 144 cativos na província, sendo que nos dois anos seguintes essa importação foi reduzida a 22 escravos por ano[32]. Um ponto interessante, que esboça a preocupação com o futuro da mão de obra na província, é a afirmação de Jerônymo Francisco Coelho, presidente da província em 1856, de que essa taxa tinha como finalidade levantar recursos para uso em projetos de colonização[33]. Isso mostraria uma preocupação com o futuro do trabalho e da sociedade local que não fica claro nas falas de outros políticos.

O imposto sobre a introdução de escravos no Rio Grande do Sul parece ter sido mantido por boa parte da segunda metade do século XIX, apesar de suas baixas por longo tempo[34]. Isso mostra a contínua busca por escravos, mesmo em uma província que não vivia um momento econômico significativamente positivo. Como vimos por meio das escrituras, até a década de 1860 ainda ocorreu a introdução de escravos de outras províncias no Rio Grande do Sul.

Também em Santa Catarina a mão de obra escrava foi tema de debates políticos no início dos anos 1850. O presidente da província João José Coutinho, em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa no início de 1853, declarou que apesar de ter crescido em área ocupada, a lavoura catarinense continuava presa aos mesmos métodos de cultivo, sem levar em conta os aperfeiçoamentos de técnicas e tecnologias que auxiliariam os braços humanos na produção. Segundo ele, “os nossos lavradores não se querem apartar da prática de seus maiores [antecessores], e com

---

31 Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 49.

32 Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854, p. 60.

33 Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, p. 115.

34 No exercício 1859-1860, por exemplo, foram arrecadados pouco mais de 400 mil réis, o equivalente à entrada de 13 ou 14 escravos O número de escravos é baseado no valor cobrado por escravo importado, que era fixado por lei. Ao longo da década de 1850, o valor arrecadado pelo imposto explicitou a entrada na província de aproximadamente 235 escravos. Os números de arrecadação foram apresentados nos seguintes relatórios: Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 49; Documentos annexos ao relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, Mapa SN; Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863, Mapa SN.

indiferença olham paras as máquinas e novos inventos [...]”[35]. Relata que foram desenvolvidas máquinas de fornear farinha, que era o principal produto de exportação da província (para o restante do Império), mas que até aquele momento só duas dessas máquinas haviam sido estabelecidas na região. E acrescentou:

> Não é o custo dessa máquina a causa de sua não vulgarização, por que importando ela de 400$ a 500$ réis, e suprindo o trabalho de quatro homens preferem alguns lavradores comprarem escravos a 700$ e a 800$ réis não obstante o risco de moléstias, fugas, e mortes e outros que a prudência manda calar. Tanto neles podem os antigos hábitos.[36]

Essa percepção do presidente da província, em 1853, reforça a presença de elementos que consideramos fundamentais para entendermos a opção pela aquisição de cativos, mesmo em um momento no qual a compra desses passaria a ser vista como antieconômica. Os “antigos hábitos”, costumes, modos de agir e pensar dos proprietários catarinenses é que informariam a sua opção pela compra de escravos, mesmo quando essa escolha poderia ser vista como desvantajosa.

O interesse nos trabalhadores escravos logo deu origem a uma tentativa de proteger o “estoque” de mão de obra cativa catarinense. A implantação do imposto de exportação de escravos em Santa Catarina deu-se também na década de 1850, sendo que em 1855 essa taxa havia sido ampliada para 120 mil réis[37]. Segundo o discurso do presidente da província em 1853, João José Coutinho, esse aumento seria necessário para acompanhar a elevação que se observava no preço dos cativos, se a intenção, por trás da taxa, fosse a de deter ou diminuir, por meio de sua cobrança, o fluxo de saída de escravos da província. Mesmo com finalidade apenas fiscal (de arrecadação), outra utilidade apontada pelo presidente, esse aumento já seria possível. E esse é um ponto fundamental: para os próprios políticos que governavam a província, a finalidade dessa taxação era questionável; seus efeitos para diminuir a saída de cativos foram sempre duvidosos ou insuficientes e ela foi completamente aceita somente como forma de aumentar a arrecadação provincial.

---

35 Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 25.

36 Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853, p. 25.

37 Comparativo de arrecadação de impostos (Mappa D) anexado à Falla que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de março de 1859.

A dúvida sobre o uso e a finalidade do recurso ainda estava presente em 1877. Nesse ano, o parecer da comissão de fazenda e orçamento da Assembleia Provincial questionava se a própria "saída dos escravos da província é um mal ou um bem", mas, mesmo assim, decidia aumentar o imposto devido à situação "pouco próspera" que as finanças provinciais atravessavam[38]. É interessante notar a indefinição da comissão da Assembleia quanto ao significado da saída de escravos, se era benéfica ou prejudicial à província, ao afirmar que a discussão sobre a necessidade da mão de obra escrava e sua importância para a economia catarinense ainda não estavam definidas entre os deputados provinciais nos anos finais da década de 1870.

Com o objetivo de obter mais dados sobre esse movimento de saída de cativos das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos debruçamos sobre os números obtidos a partir dos impostos de exportação de escravos praticados nessas duas províncias. Ampliamos o nosso foco das seis localidades selecionadas para o campo provincial, pois não temos dados recorrentes sobre números locais desse imposto. Nosso objetivo nesse momento foi compreender as tendências observadas nesses impostos e de que maneira relacioná-las com o que observamos nos municípios em foco[39].

Em seu relatório de 1861, o presidente da província de Santa Catarina, Francisco de Araújo Brusque, afirmava que "continua a diminuir a população escrava em consequência de sua remessa para fora da província", apresentando em seguida os dados da Secretaria de Polícia sobre essas saídas, que informavam o despacho para fora da província de 37 cativos no ano de 1860[40]. No mesmo relatório, o presidente observou que o comércio da província teve um bom rendimento naquele ano, com as exportações sendo mais valiosas que as importações por 364 contos de réis, devido principalmente ao alto preço pago naquele ano pelos gêneros produzidos em Santa Catarina[41]. Ou seja, segundo o presidente, mesmo em um ano bom para o comércio (e logo para a produção) catarinense, houve diminuição no número de escravos pela exportação desses para outras províncias. Mais do que os números apresentados, contudo, o relatório do presidente da província de Santa Catarina é importante pelo enfoque que apresenta sobre a questão da conservação de escravos na província.

38 O Conservador, n. 418, 21 de abril de 1877.

39 A obtenção e montagem desses dados foi focada nos relatórios de presidentes de província, que muitas vezes traziam resumos de arrecadações e orçamentos dos últimos anos. Essa foi a fonte mais prática para a realização da pesquisa desses dados, visto que muitas vezes a informação da própria fonte (Fazendas Provinciais) encontra-se dispersa ou pouco organizada em arquivos (especialmente no caso de Santa Catarina). A partir dos fragmentos de informação encontrados nos relatórios, construímos séries de cobranças e calculamos o volume de escravos que tiveram suas vendas para outras províncias registradas por meio desse imposto de exportação.

40 Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861, p. 4.

41 Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861, p. 14.

Observamos que o número de escravos saídos da província não foi tão elevado. Mesmo assim, o presidente Brusque teve atenção aos mesmos e julgou que essas saídas eram a razão da diminuição da escravidão na região. Em nenhum momento ele indicou os números de importação de cativos, ou se essas ocorreram, e nem mesmo a relação dos escravos nascidos e outros perdidos por morte ou alforria. Temos, assim, a associação da queda no número de cativos (não comprovada por fontes como censos ou mapas de população, diga-se de passagem) a um fator pré-determinado, que detinha a atenção do governo desde o estabelecimento da taxa de exportação desses cativos. E talvez seja essa percepção que explique a elevação desse mesmo imposto, observada no relatório 1861, passando a ser cobrada a taxa de 200 mil réis por cativo exportado da província[42].

Em discursos ao longo da década de 1870, diversos presidentes apontaram os valores desse imposto, constatando a saída de dezenas de trabalhadores mesmo nas fases de melhora da economia local (por ocasião da seca no Nordeste, por exemplo)[43]. Já no início da década de 1880 temos indicações de que o comércio de cativos entre as províncias estava decaindo, como no discurso do presidente Antônio Gonçalves Chaves, em 1882, até um esvaziamento completo dessas transações na metade da década[44].

A partir da análise do imposto sobre a exportação de escravos para fora da província, conseguimos comprovar o registro do envio de 143 cativos para fora de Santa Catarina durante o período estudado[45]. A excessiva fragmentação das fontes, especialmente na década de 1870, quando esse comércio se intensificava, prejudicou o melhor entendimento desse fluxo. Além disso, optamos por contabilizar esses registros a partir de seu número mínimo, quando havia divergências entre valores cobrados por cativos de sexos diferentes. Mesmo assim, o número de registros encontrados está bastante abaixo da diminuição da população escrava verificada nos censos e matrícula, o que sugere que houve a contribuição da exportação de cativos para a redução da escravidão em Santa Catarina, mas que ela não deve ser vista como predominante.

42 Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp., 1861, Mapa SN (informações relativas ao primeiro semestre de 1861).

43 Relatório apresentado ao exm. Sr. 3º Vice-presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Ignácio Accioli de Almeida, pelo 1º Vice-presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra no ato de passar-lhe a administração da mesma província, em 15 de junho de 1872. Tipografia Dr J. J. Lopes, Rua da Trindade n. 2. 1872, p. 14; p. 25-26; Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J. J. Lopes, 1875, p. 110.

44 Falla com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882. Cidade do Desterro, Typ. de José J. Lopes, 1882, Mapa SN. Relatorio com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º vice presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do "Jornal do Commercio," 1885, Mapa 12.

45 Nesse ponto, cabe observar que essas 143 exportações foram um número mínimo, visto via indícios bastante esparsos.

A análise dos registros do imposto de exportação de escravos em vigor na província do Rio Grande do Sul traz problemas semelhantes aos encontrados em Santa Catarina, especialmente quanto à fragmentação das fontes. Nos documentos anexos ao relatório do presidente Ângelo Moniz da Silva Ferraz, de 1858, encontramos uma primeira série de dados sobre o imposto de exportação de cativos que já vigorava naquele momento. Segundo o que foi apresentado neste relatório, percebemos como esse imposto de 50 mil réis sobre escravos exportados da província, por mar ou terra, não teve valores arrecadados entre 1852 e 1856, mas foram recolhidos 16 contos e 100 mil réis no exercício de 1857, o que equivaleria ao envio de 322 cativos para fora da província, apenas nesse exercício[46]. A percepção desse fluxo de saída de escravos, por meio desse registro, deve ter alertado ainda mais as autoridades que já observavam esse movimento (o que justificou a criação do imposto). E essa percepção da saída de escravos e sua importância é significante na medida em que se conecta a outras discussões sobre a economia provincial, seu estado, problemas e perspectivas futuras.

É interessante como o discurso de falta de braços nas charqueadas já aparecia na segunda metade da década de 1850. O Presidente Ângelo Moniz da Silva Ferraz, em seu relatório do ano de 1858, ao tratar do estado da indústria do charque, descreve que "a falta de braços tende a quebrantar as forças desta indústria"[47]. Ele ainda se refere a outros motivos para essa crise. Segundo ele, a concorrência estrangeira também foi fatal para essa indústria. As charqueadas dos municípios do Triunfo e capital esmoreceram em seus trabalhos pela concorrência com as de Pelotas, e, além disso, "pessoas entendidas opinavam acerca de um decênio que esta indústria decaía a olhos vistos, e pressagiavam seu [declínio] logo que a paz e a tranquilidade reinassem por 6 anos no Estado vizinho".[48] Continua ainda argumentando que "não se realizaram todavia estes cálculos; nem se pode ainda ao presente garanti-los; o que me parece porém incontestável é que pelos altos preços por que se compram os gados, o charqueador que tentar ou seguir esta indústria não poderá prosperar". Vê assim um alto preço nas reses e uma valorização nos campos, fazendo com que o gado seja comprado a altos preços (especialmente devido à concorrência com os charqueadores/saladeros uruguaios), o que diminui o lucro ou impõe prejuízo aos produtores brasileiros. Ressalte-se que nessa perspectiva o custo dos animais, e não dos trabalhadores, é que seria o problema das charqueadas.

---

46 Documentos annexos ao relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, Mapa SN.

47 Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 39-40.

48 Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 39-40.

O problema da falta de mão de obra cativa foi novamente levantado no relatório do presidente Joaquim Antão Fernandes Leão, de 1859. Falando das potencialidades da agricultura em uma província fértil, o presidente declarou a necessidade de máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho humano, visto que na província faltam braços escravos[49]. Esse tema foi minimizado no relatório de 1860, pois o presidente da província via a recuperação econômica da mesma pela elevação do preço dos bens produzidos. Acompanhando os valores arrecadados, observamos uma diminuição dessas saídas de 322 cativos, no primeiro ano, para 253 e somente 48 nos exercícios seguintes. A elevada saída de trabalhadores escravizados ocorrida nos primeiros anos parecia assim minimizada pela boa condição econômica da província[50].

A reduzida saída de escravos se manteve nos anos seguintes, e a partir de 1863, temos uma quebra na sequência dessa informação[51]. A organização militar da província e sua ordem social passaram a ser os temas principais de diversos relatórios, devido ao desenvolvimento da Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870. Sobre a saída de escravos, voltamos a ter algumas informações somente na década de 1870. Em sua Fala à Assembleia de 1872, o presidente da província, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, afirmou que entre os impostos que tiveram queda na arrecadação, em comparação a exercícios anteriores, estaria o imposto de 200$000 réis sobre a exportação de escravos[52]. Somente em 1879, voltamos a encontrar informações sobre a saída de cativos. Em um quadro de demonstração da receita da província do ano anterior, exercício 1878-1879, observamos uma arrecadação correspondente à saída de 157 escravizados no ano fiscal de julho de 1878 a junho de 1879[53].

No fim da década de 1870 e início da seguinte, os legisladores provinciais aumentaram o valor do imposto, o que junto com a mudança no contexto nacional levou a uma diminuição das saídas, decrescendo a poucas dezenas de cativos

---

49 Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859, p. 75.

50 Cabe aqui salientar que podemos estar observando outra ocorrência além da diminuição na saída de cativos. Como já destacamos, esse registro nos mostra apenas as saídas para as quais foram pagos os direitos de exportação dos cativos. Podemos imaginar que havia muitos comerciantes que tentaram a evasão dessas taxas, e que isso colocaria muitas exportações de cativos no terreno da ilegalidade e fora das fontes oficiais. Entretanto, não temos nenhuma discussão oficial ou denúncia a esse respeito, o que nos faz entender que se isso ocorreu foi para uma parcela menor desse movimento de saída, que não chegou a atrair uma grande atenção dos órgãos oficiais.

51 Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864, Mapa SN.

52 Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14ª legislatura. Porto-Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1872, p. 59.

53 Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores no dia 19 de julho de 1879. Typ. da Livraria Americana. Pelotas, 1880, Mapa 1.

já no início da década de 1880[54]. O imposto sobre a exportação de escravos teve suas últimas arrecadações nos anos iniciais da década de 1880[55]. O fim desse imposto, na prática, foi confirmado com a não arrecadação dessa taxa nos primeiros semestres dos anos fiscais de 1884-1885 e 1885-1886[56], constituindo um período de mais de três anos sem o registro de pagamento.

Como já apontamos para o caso catarinense, as lacunas na documentação causam uma série de problemas para nossa análise da situação. Apesar disso, quanto ao imposto de exportação de escravos na província do Rio Grande do Sul, podemos relacionar uma série de informações apesar da fragmentação dos registros dessa fonte. Somando-se todos os registros ou possíveis registros[57] para a exportação de escravos apresentados nos relatórios de presidentes de província gaúcha, temos um número de saídas de 929 cativos exportados em todo o período estudado. Algo que chama a atenção nesse imposto, especialmente quando comparado ao que foi analisado em Santa Catarina, diz respeito ao grande volume de cativos exportados em alguns anos. Quantidades superiores a cem escravos exportados foram encontradas em três momentos segundo nosso registro fragmentado, tendo seu momento de maior importância em 1857-1858. Não podemos descartar a possibilidade de encontrarmos valores semelhantes ou mesmo superiores na década de 1870, pois o único registro dessa década, de 1878-1879, mostra a saída de 157 cativos. Assim, observamos uma saída bastante volumosa de escravos em diversos anos, o que destaca a inserção desses cativos gaúchos no mercado nacional e reforça a ideia de perda dessa mão de obra para outras regiões, podendo esta ser bem maior do que a declarada nesses registros, tanto pelas lacunas quanto pelo próprio sub-registro ou burla do imposto.

Na construção do nosso argumento, chama a atenção que os representantes eleitos no período não tinham clareza quanto às ações a serem tomadas para evitar a falta de mão de obra que percebiam. Na perspectiva de diversas das falas

---

54 Relatório 1881, Mapa SN. Relatório 1881, p. 71.

55 Relatório apresentado por Exmo. Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração dessa província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 9 de setembro de 1882 ao Exmo. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º Vice-presidente. Porto Alegre, Typ. do Mercante, rua General Camara, 19. 1882, Mapa 1. Falla dirigida a Assembléa Legislativa pelo presidente, conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1a sessão da 21a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio [sic] 1883, Mapa SN.

56 Falla apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da provincia, o exm. sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao installar-se a 2a sessão da 21a legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887, Mapa 1.

57 Os “possíveis registros” são apontados dessa forma, pois a partir do ano fiscal de 1879-1880, o registro do total arrecadado pelo imposto passa a incluir entradas e saídas de escravos (taxas de 500 mil para importação e 250 mil para exportação). Não temos como separá-las e procuramos destacar o número de escravos que poderiam estar sendo exportados (no caso de 1881-1882 e 1882-1883, a arrecadação de apenas 250$000 réis em cada exercício prova que houve apenas taxas de exportação de cativos). No total, a exportação de parte dos 85 escravos registrados como saídos entre 1879-1880 e 1880-1881 poderia ser questionada. Entretanto, o grande número de lacunas nos registros nos permite acreditar que mesmo com essas saídas “possíveis”, o número de 929 escravos exportados que apresentamos foi bastante inferior aos cativos realmente enviados para fora da província.

observadas, a manutenção dos trabalhadores escravizados nas províncias aparecia como um fim significativo para as ações encaminhadas. Isso fica ainda mais claro na argumentação exposta para um projeto que pretendia proibir a exportação de escravos por Santa Catarina. Em 1876, o deputado Pinheiro defendeu seu projeto de proibição baseado em dois problemas fundamentais: a falta de trabalhadores rurais na província, que estaria causando a "prostração" da agricultura catarinense; e os "distúrbios" que esse comércio estaria causando à ordem pública e disciplinar dos cativos da província[58].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a pesquisa reforça a importância do comércio desses trabalhadores para a decadência da escravidão nessas províncias, apesar de relativizar seu papel como força preponderante para a diminuição no número de cativos. Por meio da análise das notas e procurações, percebemos um número significativo de saídas de trabalhadores escravizados, o que impactou a região. A própria reação dos contemporâneos a essas saídas demonstra claramente isso. Entretanto, os números levantados mostram também que o comércio interno não explica completamente a decadência da escravidão local e, principalmente, o destino da sua população escravizada. Os efeitos desse comércio, uma preocupação local, acabaram sendo adotados pela historiografia em um determinado período como explicação mais abrangente do que poderia ter sido, o que ainda precisa ser melhor problematizado.

Apesar disso, o efeito desse comércio nos contemporâneos não pode ser negado. A sua reação a ele, por sua vez, explicita como a questão da escravidão e a manutenção de trabalhadores escravizados estava longe de ser homogênea. As discussões sobre o interesse ou não de manter essa relação de trabalho, suas alternativas e seus significados para a economia, indicados em algumas das falas analisadas, apontam para divisões e variados entendimentos sobre a questão. Esse é um ponto que gostaria de destacar: os proprietários de escravos e seus representantes buscaram manter essas relações da maneira como acreditaram possível. E apesar disso a história oficial destaca o pequeno interesse da região na escravidão. Essa contradição visível entre as atitudes e sua interpretação posterior mostra como a escravidão teve um papel significativo na região e na maneira como seus políticos pensavam o futuro dela.

58 Buscamos as atas dos debates da Assembleia diretamente nessa instituição, por intermédio do seu Centro de Memória, mas fomos informados que na instituição não haviam restado registros das atas de sessões do ano em questão, assim como de muitos outros anos. Dessa forma, nossa cobertura da questão ficou limitada ao registro nos jornais. O Conservador, n. 321, de 12/04/1876 (BPE/SC). A sessão em questão foi realizada no dia 28 de março de 1876.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (província de São Pedro, segunda metade do século XIX). *In*: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e Liberdade:* temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 229-253.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul*: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e cultura; Edusp, 1976.

CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972.

CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão*: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 121-160.

KLEIN, Herbert S. The internal slave trade in nineteeth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4, nov. 1971.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúch*o: resistência e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*. 1871-1889. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTTA, José Flavio. *Escravos daqui, dali e de mais além*: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista". *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 97-128.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Forasteiros no Oeste paulista*: escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas,1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2013.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa:* escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Cia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888*: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2012.

SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle*: internal slave trade in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery*: 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, Sanford, 1976.

SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In*: COSTA, Iraci (org.) *Brasil*: história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986.

VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. *In*: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e Liberdade*: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 275-302.

XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional*: guia bibliográfico. Porto Alegre: a UFRGS, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho* – 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

FONTES

LIVROS DE NOTAS

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAMPINAS. Cartório Campagnone. *Livros de Notas nº 55-81.*

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CAMPINAS. Cartório Paula Leite. *Livros de Notas nº 1-22.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Fundos: Tabelionatos de Alegrete, Tabelionato de Cruz Alta, Tabelionatos Pelotas, Tabelionatos Porto Alegre, Tabelionatos de Rio Grande.[59]

TABELIONATO DE DESTERRO. Florianópolis: digitalização realizada pelo projeto *Arranjos de liberdade e de trabalho entre a escravidão e o pós-emancipação: um estudo sobre os fundos cartoriais em Santa Catarina no século XIX.*[60]

59 Para o Rio Grande do Sul, partimos do levantamento de escrituras realizadas no projeto “Documentos da escravidão”, realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e disponível no seguinte endereço: http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=119, Acesso em: 1º jun. 2018.

60 Agradecemos mais uma vez ao Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a seus professores (em especial ao Prof. Dr. Henrique Espada, coordenador do projeto) e bolsistas, pelo acesso ao material da pesquisa e aquele desenvolvido no projeto.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA[61]

FALA que o presidente da província de Santa Catarina, o Exm. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigiu á Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinária em o 1º de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853.

FALLA que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1859.

RELATORIO do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861.

RELATÓRIO apresentado ao exm. Sr. 3º Vice-presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Ignácio Accioli de Almeida, pelo 1º Vice-presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra no ato de passar-lhe a administração da mesma província, em 15 de junho de 1872. Tipografia Dr J. J. Lopes, Rua da Trindade n. 2. 1872.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J. J. Lopes, 1875.

FALLA com que o exm. sñr. doutor Antonio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 6 de outubro de 1882. Cidade do Desterro, Typ. de José J. Lopes, 1882.

RELATORIO com que ao exm. sr. coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º vice presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Typ. do Jornal do Commercio, 1885.

RELATÓRIO do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

RELATÓRIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856.

---

61 Os relatórios de presidentes de província podem ser encontrados no seguinte endereço: http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports&ref=www-apps. Acesso em: 1º jun. 2018.

RELATÓRIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858.

RELATÓRIO apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859.

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863.

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1872.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores no dia 19 de julho de 1879. Typ. da Livraria Americana. Pelotas, 1880.

RELATÓRIO 1881, Mapa SN. Relatório 1881.

RELATÓRIO apresentado por Exmo. Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração dessa província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 9 de setembro de 1882 ao Exmo. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º Vice-presidente. Porto Alegre, Typ. do Mercante, rua General Camara, 19. 1882.

FALLA dirigida a Assembléa Legislativa pelo presidente, conselheiro José Antonio de Souza Lima, na 1a sessão da 21ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio [sic] 1883.

FALLA apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da provincia, o exm. sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao installar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887.

PERIÓDICOS[62]

O CONSERVADOR, n. 321, de 12/04/1876.

O CONSERVADOR, n. 418, de 21/04/1877.

62 Os periódicos podem ser consultados no seguinte endereço: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 1º jun. 2018.

CAMPONESES TRADICIONAIS DOS ERVAIS DE IJUÍ DO SÉCULO XIX

Paulo A. Zarth[1]
Marcos Gerhardt[2]

INTRODUÇÃO

Na história das nações, é comum a busca de datas fundadoras, o dia em que tudo começa. Todos aprendem na escola que o Brasil foi descoberto pelos portugueses em 22 de abril de 1500 e ficou independente em 7 de setembro de 1822. São datas colonizadoras. Não foram escolhidas pelos diversos povos indígenas que habitavam esta parte da terra muito antes do aporte de exploradores europeus, como todos sabem. A informação sobre milhões de pessoas vivendo no território antes de 1500 também se aprende na escola, mas sem datas precisas e com muito menos detalhes do que a história narrada do ponto de vista europeu. Tais datas também não representam a história dos povos de origem africana que vieram ao Brasil de forma involuntária e submetidos ao trabalho escravo.

As interpretações sobre a história dos municípios originados do processo de colonização do Sul do Brasil, com imigrantes europeus, incorrem no mesmo problema. Na historiografia tradicional dominada pelos colonizadores, prevalece a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador no sentido analisado por Marilena Chauí[3]. As histórias locais, invariavelmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e camponeses tradicionais sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo.

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Foi professor visitante Sênior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR – UPF).

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA UFSC) e do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR UPF).

3 CHAUÍ, Marilene. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Neste texto, analisamos o caso do município de Ijuí, o qual, é plausível afirmar, alcança um elevado grau de generalização para as áreas de colonização do Brasil meridional, ou seja, a história contada sobre esse município e outros é muito semelhante. Todos os anos, no dia 19 de outubro, é feriado no município e festas animadas são realizadas para comemorar a data oficial de chegada dos colonos imigrantes. A data fundadora oficial é 19 de outubro de 1890 e remete à colonização do território por imigrantes de diversos países da Europa. O principal monumento público da cidade chama-se "o imigrante", está situado na praça dos imigrantes e representa um agricultor arando o solo. A data está associada à colonização e, portanto, é uma escolha dos colonizadores que dominaram econômica e culturalmente o atual território municipal. O diretor Augusto Pestana registrou no relatório da Comissão de Terras de Ijuhy a data fundadora: "esta colonia foi fundada em 19 de outubro de 1890 pelo sr. engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, que era então chefe da colônia Silveira Martins"[4]. Na época da fundação, a colônia fazia parte do município de Cruz Alta, um dos mais antigos do Rio Grande do Sul. A emancipação de Ijuí ocorreu em janeiro de 1912, mas a data comemorativa adotada é 1890, confirmando a ideia de marco inicial.

A organização da colônia, por iniciativa do governo da província, impactou o local de diversas formas. Aumento demográfico, ampliação da agricultura, instalação de pequenas indústrias, casas comerciais, instituições públicas, igrejas, escolas e um núcleo urbano com a oferta dos serviços inerentes. Mas, certamente, o maior impacto foi ambiental e social, conforme trataremos no decorrer do texto. Entendemos que os antigos moradores foram atingidos gravemente com a alteração do meio ambiente e com a forma de ocupação da terra.

A bibliografia apologética sobre a colonização europeia com base em pequenas propriedades é amplamente conhecida, assim como é grande o número de publicações críticas desenvolvidas pela historiografia recente. Por isso, o texto que apresentamos aqui tem o propósito de dar visibilidade à população camponesa tradicional, que ocupou o território da colônia Ijuhy antes do início da colonização oficial. O lugar foi habitado pelos povos Kaingang e Guarani, mas no século XIX estavam expulsos e, por isso, não os consideramos neste texto. Da mesma forma, africanos escravizados também estavam presentes em grandes estabelecimentos pastoris das proximidades. Embora não abordemos esses grupos, de certa forma eles estão presentes entre os camponeses tradicionais, foco do texto, na medida em que são constituintes da formação da população cabocla.

Os camponeses aos quais nos propomos dar visibilidade são reconhecidos na história do Brasil sob diversas denominações com base em critérios étnicos e culturais ou condições sociais: caboclo, caipira, pequeno lavrador, homem livre pobre, sitiante, pequeno posseiro, entre outros. Na região de Ijuí, as fontes relativas ao século XIX e início do XX mencionam os seguintes termos para iden-

---

4 RELATÓRIO da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1899, p. 55.

tificá-los: nacional, lavrador, missioneiro, erveiro, ervateiro, carijeiro, sertanejo, intruso, posseiro, agregado e, eventualmente, caboclo. Lavrador nacional parece ser a expressão que melhor os define nos registros oficiais daquele período, pois se refere à condição de agricultores e de não-imigrantes[5]. No entanto, o termo *caboclo*, mais abrangente, tem se firmado como recorrente na literatura acadêmica do Sul do Brasil. Marcio Both da Silva, em publicação recente, produziu um denso artigo no qual revisa e aprofunda o conceito concluindo que:

> No Rio Grande do Sul, a palavra "caboclo" passou a ser usada mais constantemente nas pesquisas produzidas nos últimos anos, pois tem maior precisão em estabelecer as fronteiras entre os modos de vida, de trabalho e de sociabilidade existentes entre os diferentes grupos sociais e étnicos que, de alguma forma, atuaram no processo de ocupação, reocupação e povoamento do território do estado.[6]

Uma das principais características dessa população, do ponto de vista historiográfico, é que sua existência está balizada em oposição aos colonizadores imigrantes. Esta questão pode ser analisada a partir dos debates da sociologia rural contemporânea em torno do suposto isolamento do camponês tradicional, que dominaria conhecimentos transmitidos de geração a geração e viveria em isolamento da sociedade globalizante. De outro lado, o agricultor moderno dependeria do conhecimento e da assistência técnica produzida fora do mundo camponês, gerada em instituições científicas, e estaria estreitamente ligada ao mercado. No contexto histórico deste texto, o camponês tradicional dominava as técnicas agrícolas herdadas dos povos indígenas, mas não estava isolado do mercado. O agricultor moderno, representado pelo colono imigrante, supostamente traria novos conhecimentos da Europa e estaria mais disposto a aceitar as orientações técnicas de fora.

O contato entre colonos e camponeses tradicionais no final do século XIX gerou um forte debate sobre esse tema. As atividades tradicionais, que até então pareciam normais, passaram a ser questionadas pelos defensores da imigração europeia. No entanto, as evidências históricas revelam forte continuidade nas práticas agrícolas locais de tal forma que os camponeses europeus se valeram do conhecimento do camponês tradicional. Nesse sentido, são úteis as observações de Wanderley, ainda que dedicadas aos tempos recentes, que criticam as análises que "dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de campo-

---

5 ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*, 1850 - 1920. Ijuí: Unijuí, 1997. Do mesmo autor: *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

6 SILVA Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351. maio/ago. 2014, p. 349.

nês (tradicional) e de agricultor (moderno)"[7]. A socióloga defende que "mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar "moderno", teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais"[8].

Evidentemente, ocorreu uma interação entre os dois grupos[9], gerando pontos de rupturas técnicas e sociais. Considerando que os colonos chegaram de fora, carregando experiências culturais distintas, inclusive de linguagem, os conflitos instalaram-se com tendência de excluir os camponeses tradicionais da nova sociedade emergente. Mas, sobretudo, o mote principal dos conflitos foi o controle da posse da terra, disputada pelas companhias de colonização e os posseiros. Para se apropriar das terras ocupadas pelos caboclos, utilizou-se a estratégia de desqualificá-los com a acusação de camponeses improdutivos.

Diante desses pressupostos, a principal tarefa para dar visibilidade aos camponeses tradicionais antes da chegada dos imigrantes, é procurar evidências documentais. A arqueologia tem contribuído nesse sentido recentemente. A documentação e os vestígios materiais e imateriais sobre os colonizadores são abundantes. Fotografias, mapas, documentos, cartas e publicações, instrumentos agrícolas, monumentos públicos e prédios resistem ao tempo. Ao contrário, os camponeses tradicionais produziram raros textos escritos e raras moradias sólidas. O conhecimento era transmitido oralmente, herdado dos povos indígenas, e nunca foi devidamente reconhecido, embora amplamente utilizado pelos colonizadores. Em consequência dessas condições, escrever a história das pessoas que viveram no território ijuiense antes dos colonizadores não é uma tarefa simples. Parte desse território anterior à colonização oficial, com suas vilas, caminhos e importantes atividades econômicas, foi representado em um mapa publicado em 1887, reproduzido na Figura 1.

---

7 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003, p. 46.

8 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003, p. 47.

9 Ver mais sobre esse tema na dissertação de SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil*: o caso da Colônia Ijuí. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2008.

Figura 1: Região Missioneira

Fonte: Castro (1887).

CAMPONÊS E ERVATEIRO

A presença dos caboclos antes do processo de colonização da região é indiscutível e recentemente tem merecido mais atenção dos historiadores. Danilo Lazzarotto dedica um capítulo com muitas informações sobre os caboclos e os indígenas da região no seu livro "História de Ijuí", publicado em 2002. O autor chama a atenção para a importância dos caboclos na região e lembra que foram esquecidos pela historiografia[10].

Os documentos produzidos pelos engenheiros encarregados de mapear as linhas e os lotes da colônia trazem muitas informações sobre a presença da população cabocla nas áreas florestais. Publicações de cronistas e artigos de jornais do século XIX também são ricos em evidências. Por vezes, os primeiros colonos

10 LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 23. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

imigrantes registravam, em documentos da época, a convivência com os caboclos e a importância de seu trabalho na instalação da colônia. Esses antigos moradores eram hábeis para abrir picadas e derrubar mato. Foram fundamentais para a abertura dos roçados dos imigrantes. Transcrições de fragmentos de vários documentos recolhidos nos arquivos locais estão disponíveis nas nossas publicações, resultantes das pesquisas realizadas para elaboração das dissertações e teses acadêmicas[11]. Mais pesquisas são necessárias para conhecer a história dessa população. Nada sabemos, por exemplo, sobre as mulheres caboclas.

A origem dos caboclos é múltipla e decorre das diferentes fases de ocupação do território por grupos diferentes. Inicialmente devemos considerar os Guarani e os Kaingang que ocupavam a região de longa data. O contato dos Guarani e Kaingang com europeus de origem ibérica se intensificou no início do século XIX com a chegada de soldados para a defesa do território das Missões e com o aumento do comércio de mulas por meio das tropeadas para as feiras de Sorocaba, em São Paulo. Os indígenas da região, depois de décadas de confrontos e resistências, acabaram por aceitar uma série de acordos de paz com o governo brasileiro, dando origem às diversas Terras Indígenas atuais. Acrescente-se a presença de milhares de africanos trazidos na condição de escravos para trabalhar em diversas atividades e principalmente na criação de gado nas grandes propriedades instaladas nas áreas de campo nativo lindeiras com as terras da futura colônia Ijuhy. O médico e cronista Francisco Noronha, de Cruz Alta, na apresentação do livro de Evaristo de Castro, observou na década de 1880 que "salvo algumas famílias de origem germânica, que não se misturando, conservam a pureza de sangue, o *resto da população é o produto da mistura das raças branca, indígena e africana"* (grifo nosso)[12]. Por fim, os caboclos podem ser também indígenas destribalizados que se estabeleceram como camponeses independentes ou peões de estância por diversos motivos. Não é raro encontrarmos documentos locais nos quais um kaingang ou guarani aparece como caboclo.

O livro do cronista Evaristo Affonso de Castro, redigido na década de 1880, é rico na descrição dos camponeses caboclos, ainda que carregado dos preconceitos étnicos vigentes na época. O autor afirma que o "ervateiro", como ele os denomina, vivia "do fabrico de erva mate pelo sistema primitivo transmitido pelos guaranis, é um homem sem nenhuma instrução; na generalidade indolente, cultivando algum milho e feijão que, na maioria dos casos, não basta para a subsistência; vivem em uma profunda indiferença por tudo quanto é progresso"[13].

11 GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana). Também de Gerhardt: *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013; ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*, 1850 - 1920. Ijuí: Unijuí, 1997 e 2002.

12 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 12.

13 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 228.

Os preconceitos contra os caboclos são explícitos em inúmeros textos do século XIX, publicados nos jornais e livros da região. Eram acusados de preguiçosos e ignorantes pelas elites locais. Na realidade, eles extraíam e preparavam enorme quantidade de erva-mate, produto sobre o qual incidia um imposto de exportação que gerava a maior receita do município de Cruz Alta. Além disso, serviam de mão de obra para todo tipo de serviço na região.

A atividade extrativista e camponesa dos caboclos é detalhadamente descrita pelo engenheiro Francisco Nunes Miranda, em seu relatório de 1859 sobre os ervais da região. Miranda afirma que fabricar erva-mate "não exige capital algum, visto a árvore apresentar-se silvestre e não necessitar de trabalhadores de cultura, ela atrai de preferência a *população pobre* dos municípios onde existem ervais" (Grifo nosso)[14]. Castro observou que "depois que os ervateiros concluem a safra de erva, que comumente é pela entrada do verão, vão então preparar terras para a cultura de cereais [...]"[15].

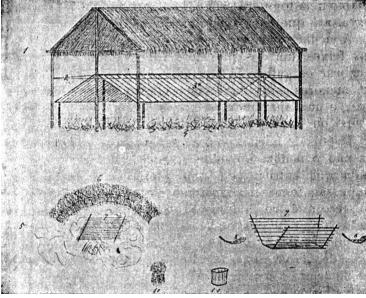



Figura 2: Representação de um carijo

Fonte: Velloso da Silveira (1909).

14 MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

15 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 229.

OS ERVAIS

A bacia do rio Ijuí era rica em erva-mate antes da colonização, e por isso atraía muitas pessoas para a região. O relatório manuscrito de Francisco Nunes Miranda descreve detalhadamente os ervais do Noroeste da província. Entre eles destacamos os localizados nas proximidades dos rios Ijuí, Conceição, Ijuizinho e o Potirubu:

> Erval do Entre-Ijuís. Situado entre os arroios Conceição e Ijuizinho desde sua nascente até sua barra no Ijuí Grande segue os matos que se encostam a margem direita do Ijuizinho, a margem esquerda do Ijuí Grande e Conceição. Sobre o Ijuizinho toma os nomes de erval da Picada do Cadeado, erval dos Campestres; sobre o Ijuí Grande o de erval do Ijuí Grande (margem esquerda), sobre o Conceição o de erval da Conceição. Este erval está muito estragado e produz pouco mais de 4.000 arrobas anualmente. Consta-me ter descoberto uma nova mancha que parece ser importante na mata de duas léguas de espessura que margeia o Conceição.
> Erval do Ijuí Grande. Começa na margem direita deste rio pouco acima de Santo Ângelo no lugar denominado Santa Tereza, rodeia o pontão de serra pelo meio do qual corre o rio e vem terminar à foz e margem direita do Conceição. Seu comprimento compreende toda a volta e pode elevar-se a 26 léguas e a espessura da mata de cada lado do rio a 3. Este erval tem a sua margem direita os nomes de Santa Thereza, Fonseca ou Galpão.
> Erval do Faxinal ou Guarda-Mor e Ramada. Na margem esquerda descendo o rio de Porongos, Rincão de N. Senhora e Conceição. Possui este erval 4 engenhos, o de Raymundo Nonato da Silva perto de Santo Ângelo, o de Francisco da Fonseca nos Fonsecas, o de Carlos [ilegível] no Fachinal e o de Francisco Antonio Carpes no Rincão de Nossa Senhora. A sua produção regula 15.000 arrobas.[16]

Além dos ervais propriamente ditos, caracterizados pela densidade significativa da planta, ela crescia de forma esparsa em diversos locais. Miranda indica a existência de "pequenas manchas espalhadas, muitas das quais têm nomes particulares, mas em geral de pouca ou nenhuma importância quanto a sua produção respectiva"[17]. Ele se refere às plantas esparsas pela floresta, ervais de menor densidade, os quais não considerou importante descrever, mas que eram, de qualquer forma, explorados pelos ervateiros. Esse detalhe significa que muitas plantas estavam distribuídas nas áreas que mais tarde seriam transformadas

16 MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

17 MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

em lotes rurais de colonos. O padre Antoni Cuber refere-se aos ervais na colônia Ijuhy e os relatórios municipais informam que o município produzia significativa quantidade de erva-mate. Os próprios colonos perceberam sua importância e passaram a produzir erva-mate e a plantar novos ervais. Além disso, o mate foi incorporado como hábito alimentar dos imigrantes[18].

A erva-mate foi classificada e denominada, em 1823, pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire como *Ilex paraguarienses*[19]. A planta cresce e forma ervais em determinadas áreas no interior da Floresta Ombrófila Mista, ou floresta com araucárias e da Floresta Estacional Decidual, esta última era a predominante em Ijuí, como se pode observar em um mapa confeccionado pelo agrimensor Beschoren no final do século XIX (Figura 3). As áreas claras do mapa representam campos nativos. Conforme Miranda, "A erva se apresenta em reboleiras ou manchas (como vulgarmente se diz) em toda essa extensão, e onde essas reboleiras são maiores e mais puras, isto é, onde predomina quase exclusivamente a árvore do mate torna-se um erval"[20].

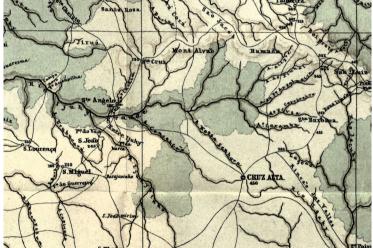



Figura 3: Formações florestais – Rio Ijuí e afluentes

Fonte: Beschoren (1886). Acervo da Universitätsbibliothek Regensburg. Deutschland. Escala 1:1.250.000.

18 GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 73-95, ago. 2011.

19 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*. La province cisplatine et les missions dites du Paraguay Paris, imprimerie de A. Belin, l823.

20 MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

Descoberto pelos Guaranis, o consumo do mate foi amplamente disseminado em todo o território da bacia do rio da Prata e adotado pelos colonizadores portugueses e espanhóis. Dada sua importância, o mate mereceu estudos de diversos naturalistas e técnicos europeus. No final do século XIX, o francês Louis Couty analisou detalhes técnicos e mercadológicos de sua produção sugerindo uma campanha de vendas na Europa onde acreditava que teria boa aceitação desde que se corrigissem certas limitações na produção e forma de consumo[21]. A Figura 4 ilustra um ramo de erva-mate com folhas e flores. O artista optou por incluir na ilustração alguns objetos, como uma primitiva bomba, um canudinho de prata, para sorver a bebida, representantes da cultura que se formou em torno da produção e do consumo do mate. Atualmente, é um produto amplamente consumido em diversos locais da América do Sul e tem uma história social, cultural e ambientalmente muito rica[22].

Figura 4: A erva-mate

Fonte: Demersay (1867).

21 COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande*. rapport à son excellence, monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce. sur sa mission dans les provinces du paraná, rio grande et les êtats du sud. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

22 GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 73-95, ago. 2011.

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE

A erva-mate foi um dos principais produtos do Rio Grande do Sul durante o século XIX, dado que depõe a favor dos caboclos como produtores de riqueza. Particularmente, o mate tinha especial importância por ser a principal fonte de recursos das câmaras municipais, arrecadando o imposto que incidia sobre a exportação do produto, caracterizado como uma tributação de responsabilidade da municipalidade. As estatísticas da produção e exportação da erva-mate são regulares apenas a partir da década de 1850. Mas, sem dúvida, o mate tinha grande importância econômica, empregando milhares de pessoas e, durante as décadas de 1850 e 1860, foi o principal produto de origem não pastoril exportado pela província. Até os anos 1880, a erva-mate era o segundo item da pauta de exportações abaixo somente dos produtos de origem animal (charque, couros, crinas e graxas)[23]. A Tabela 1 revela a importância econômica do mate para o município de Cruz Alta, que incluía o território da futura colônia Ijuhy. O tributo chegou a atingir 69% das receitas municipais no exercício 1865/66. Em 1873, esta receita correspondia a 52%[24].

Tabela 1: Participação do imposto sobre erva-mate na receita do município de Cruz Alta

Ano	Receita total (Réis)	Imposto sobre exportação de mate (Réis)	%
1860	18.531$780	9.916$880	53
1861-62	24.760$415	10.060$480	40.6
1865-66	8.090$830	5.621$580	69
1870-71	20.849$218	9.430$992	45
1871-72	24.218$131	9.532$343	39
1872-73	24.040$468	12.520$940	52

Fonte: AHRS (1860; 1870; 1874); Biblioteca Nacional (1862).[25]

23 ABREU, Florêncio. Retrospecto econômico e financeiro do estado do Rio Grande do Sul –1822-1922. *Revista do Arquivo Público do RS*. Dezembro de 1922, n° 8.

24 CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA (Correspondências). 1852-1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

25 Orçamento da receita e da despesa da câmara municipal da vila de Cruz Alta apresentado à assembléia provincial no ano de 1860. Porto Alegre, TYP do Conciliador, 1860, AHRS; Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande Sul pela Câmara da vila de Cruz Alta. P. Alegre: TYP do Mercantil, 1862; Relatório da Câmara Municipal de Cruz Alta, 11 jan. 1870 (AHRS); Relatório da Câmara Municipal de Cruz Alta, 30 jan. 1874 (AHRS).

É importante destacar a ligação do extrativismo de mate com o mercado nacional e internacional, o que contradiz a ideia do suposto isolamento dos caboclos. Os registros documentais e informações de cronistas revelam uma rede intensa de comércio entre a região produtora e países da bacia do rio da Prata. A presença de empresários estrangeiros europeus era comum na região. Para os ervateiros, o mate era uma possibilidade de adquirir mercadorias e bens de consumo. Roupas, ferramentas de trabalho e alimentos eram comprados com recursos da venda do mate. Nesse sentido, o engenheiro Miranda anotou em seu relatório que "habituados a este gênero de comércio, a erva figura muitas vezes nas permutas dos erveiros como meio circulante e eles compram os outros gêneros de que necessitam em troca de erva que hão de fabricar"[26].

ERVAIS DE USO COMUM[27]

A exploração comercial de erva-mate nativa vem desde os tempos dos Sete Povos das Missões e era atividade importante para o povo Guarani. Com a expulsão dos jesuítas e o consequente desmantelamento das reduções, a exploração do mate ficou a cargo de camponeses que migraram para a região. Com o aumento de ervateiros e da produção de mate, as câmaras municipais passaram a regulamentar a atividade, considerando a tradição dos extrativistas em relação ao acesso aos ervais. O regulamento foi instituído por meio do código de posturas do município, um instrumento regulatório de caráter local. O mais antigo regulamento sobre o extrativismo da erva-mate que conhecemos foi estabelecido pela câmara municipal de Cruz Alta em 1835 e visava disciplinar a coleta no sentido da preservação dos ervais e da arrecadação dos impostos, além de zelar pela qualidade do produto. O regulamento, de certa forma, institucionaliza as práticas costumeiras dos ervateiros:

> Todos os ervais encravados nas serras a câmara os tem considerado públicos, desde que sua instalação em 1835, por meio de suas posturas, fazendo a principal parte de suas rendas e impostos de 40 reis em arroba que pagam os exportadores, não consentindo que os particulares se apossem deles como propriedade, permitindo porém a todos o fabrico da erva.[28]

26 MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

27 Para mais detalhes sobre o uso comum dos ervais, ver: ZARTH, Paulo A. Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul. *In:* SILVA, Marcio Antônio Both da & KOLING, Paulo José. *Terra e poder*: abordagens em História Agrária. Porto Alegre: FCM, 2015.

28 CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA (Correspondências). 1852-1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O artigo 41 do código de posturas expressava o caráter comum dos ervais estabelecidos pelo costume desde o tempo dos índios Guarani: "São considerados como *públicos* todos os ervais deste município que estiverem descobertos ou possam se descobrir em terrenos devolutos, onde se poderá colher a erva-mate *em comum*" (grifo nosso)[29].

O artigo 42 do mesmo código exigia uma taxa de licenciamento para o extrativismo, submetendo os coletores à autoridade da câmara municipal. O custo da licença era baixo (2$000 rs) e não era um problema significativo, mas servia como uma forma de cadastro e de controle dos ervateiros em atividade:

> Ninguém poderá colher nem fabricar erva-mate nestes ervais, sem ter obtido licença da Câmara que lhe será concedida por intermédio do procurador e seus fiscais nos distritos onde estiver o erval a qual terá vigor durante o ano que for concedida. Esta licença será fornecida em talões assinados pelo procurador da câmara. O contraventor incorrerá na multa de 10$000 réis e pena de oito dias de cadeia.
> § 1º - Pela licença de que trata o presente artigo, pagará o requerente 2$000 réis.
> § 2º - O requerente é obrigado a declarar no ato de tirar a licença o número de trabalhadores de que se compõe a comitiva com indicação do lugar onde tem de fabricar erva, sob pena de pagar a multa de 5$000 réis.[30]

Ao que tudo indica, o extrativismo era uma atividade típica de trabalhadores livres no século XIX, embora submetidos ao controle de comerciantes e industriais. Proprietários de engenho de erva-mate contratavam trabalhadores assalariados para a colheita e principalmente para as últimas etapas do processo de beneficiamento do produto[31]. Trabalhadores escravizados também foram utilizados eventualmente na coleta, nos carijos e nos engenhos de triturar erva. Apesar dessas ressalvas, o extrativismo foi uma atividade tipicamente cabocla ao longo dos anos oitocentos.

AGRICULTURA

A condição camponesa dos coletores de mate está explícita no código de posturas por meio de uma série de artigos que exigem cuidados com as roças

29 CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA, 1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O código de posturas de Santo Antônio da Palmeira é cópia do regulamento de Cruz Alta, município do qual fazia parte até 1873 e manteve a legislação.

30 CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA. 1875.

31 LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1965.

de subsistência realizadas próximas aos ervais. Considerando que a tradicional agricultura de coivara era corrente na região, os riscos de incêndios eram frequentes. Para evitar esse problema, os lavradores deveriam isolar a roça do erval por meio de uma área limpa (aceiro), impedindo a propagação do fogo: "É proibido fazer roças contíguas a ervais, ou em matos onde tenha erva e queimá-las sem ter feito um aceiro pelo menos de sete metros bem limpos para impedir incendiar-se o erval. Entende-se por lugar contíguo ao erval, distante da roça ao menos quinhentos metros"[32].

Como forma de estímulo aos ervateiros, o artigo 50 dava preferência de utilização do erval para quem observasse plenamente o regulamento: "Toda pessoa que tiver e possa conservar limpo ervais nos matos devolutos tem especial preferência no fabrico da erva-mate, de conformidade com o disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e seus parágrafos do presente código"[33].

Mesmo submetidos ao controle dos proprietários de engenho de mate, que finalizavam o processo de elaboração do produto e o enviavam para o mercado, havia uma importante dimensão camponesa do extrativismo na medida em que sua atividade estava ligada à produção de subsistência da família do ervateiro.

Além do extrativismo, os coletores de erva-mate eram agricultores independentes. A coleta do mate é uma atividade de inverno, permitindo que o lavrador tivesse tempo disponível para as plantações de verão, as principais. Essa atividade agrícola implicava no desmatamento de uma área de mato sob a forma de mutirão, expediente tradicional em todo o Brasil rural conforme demonstrou a conhecida obra de Antônio Candido[34]. No caso local, Castro informa que era comum os camponeses realizarem o mutirão após a colheita do mate. O beneficiado do mutirão ajuda outro vizinho nas mesmas condições: "[...] outro agricultor das circunvizinhanças, logo que pode, também trata de organizar o seu e assim se vão sucedendo até que finde o tempo de plantações". Esta forma de trabalho coletivo, segundo o autor, é de origem Guarani[35]. As experiências de cooperação na formação das roças familiares podem ser destacadas como um traço importante da cultura cabocla local.

Evaristo Affonso de Castro nos deixou detalhes da antiga técnica de cultivo que ele testemunhou no século XIX, mas que pode ser resumida na derrubada do mato com machado e fogo e cultivo com bastão, localmente denominado

---

32 CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA. 1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

33 CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA. 1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

34 CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

35 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 230.

de saraquá[36]. Basicamente segue as práticas amplamente utilizadas em todo o Brasil e analisadas por Warren Dean[37]. Tais práticas são herança dos Guarani e foram adotadas pelos colonizadores portugueses e depois pelos demais imigrantes europeus[38]. Os alimentos mais comuns produzidos na região eram de origem sul-americana (milho, feijão, mandioca, batata, fumo e abóboras) ou plantas de diversos continentes implantadas aqui pelos portugueses durante o processo de colonização, como a cana-de-açúcar, trigo e o arroz. A alimentação cabocla, baseada na agricultura, era completada pela caça, pesca e coleta de frutos silvestres. Novamente é o testemunho de Evaristo de Castro[39] que nos permite saber sobre a imensa biodiversidade vegetal e animal existente antes da colonização. Conforme o cronista, abundavam peixes, abelhas e outros animais nos rios, florestas e campos da região. Igualmente o padre Antoni Cuber[40], que chegou à região no início do período de colonização oficial, ficou impressionado com a biodiversidade existente e pregou a conservação de algumas espécies.

O modo de vida caboclo, necessariamente baseado no uso de bens naturais, na interação com o ambiente e no seu conhecimento, não alterava drasticamente os ecossistemas. O manejo que faziam das florestas, mesmo com o uso do machado e do fogo, não comprometia a continuidade dos ambientes florestais habitados pelas famílias caboclas, que foram conservados por longo período.

A LEI DE TERRAS DE 1850 E OS CONFLITOS PELO CONTROLE DOS ERVAIS

A partir da regulamentação da Lei de Terras em 1854, os ervais se tornaram alvo de processos de privatização, gerando uma longa disputa jurídica. Em 1862, por exemplo, um grupo de ervateiros de Monte Alvão faz uma queixa à câmara municipal denunciando o juiz comissário de estar privatizando, irregularmente, as terras de um erval a favor de um fazendeiro local, "sem respeito às pessoas nele estabelecidas e tendo esta câmara em data de 4 do corrente oficiado ao mesmo juiz pedindo-lhe esclarecimentos, este nem atenção prestou ao pedido

36 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 280.

37 DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

38 WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

39 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887, p. 280.

40 CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: Unijuí, 2002. (Original polonês publicado no Kalendarz Polski, Porto Alegre, 1898.) Tradução de Edmundo Gardolinski.

[...]"[41]. A reclamação dos moradores mostra a flagrante arbitrariedade das autoridades. O juiz nem sequer respondeu à interpelação da câmara, que por sua vez tinha interesse em manter o controle dos ervais. Por outro lado, o episódio demonstra o conflito entre os poderes municipais e os imperiais. Nesse caso, o juiz, ao medir as terras para o fazendeiro, estava amparado na própria Lei de Terras de 1850, que autorizava a legitimação das posses de áreas contíguas aos campos. No 1º parágrafo do art. 5º da Lei de Terras consta que "cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagens dos animais que tiver o posseiro, *outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguuo*" (grifo nosso)[42].

As terras que o fazendeiro pretendia incorporar como contíguas não eram devolutas, se considerarmos como posseiros os ervateiros reclamantes. O difícil, no entanto, estava em convencer o juiz e o fazendeiro de que os ervateiros teriam direito sobre o erval como posseiros ou como usuários de um bem público. A Lei de Terras, no entanto, tinha uma série de artigos que procuravam impedir esse tipo de arbitrariedade por meio da "fixação de editais em lugares públicos" e de audiências com os confrontantes. Não são raros os casos de juízes que faziam pouco caso dos artigos constantes na lei. Por outro lado, é pouco provável que a população pobre tivesse conhecimento da lei e eram poucas as possibilidades de reagir diante do poder dos usurpadores, numa terra e numa época em que a arbitrariedade era prática comum.

A autoridade estava se amparando na Lei de Terras, enquanto os ervateiros defendiam o uso comum dos ervais, seguindo o costume estabelecido, regulamentado pela câmara municipal. O confronto entre a tradição de uso comum e a Lei de Terras de 1850 pautou os conflitos daí em diante.

A privatização do erval citado anteriormente era uma contradição no sistema de coleta de mate à medida que proibia o acesso dos coletores ao produto, que até então era regulamentado pelas normas municipais tradicionalmente respeitadas pela população local. Os coletores de mate, acostumados com essas normas tradicionais, não tinham a mesma preocupação ou não tinham condições de privatizar o erval, considerando desnecessária a propriedade jurídica dos terrenos.

O caso aqui mencionado é apenas um exemplo, entre os muitos processos demandados pelos camponeses ervateiros que chegaram à justiça e, provavelmente, de muitos outros que jamais chegaram aos tribunais, barrados pela coerção dos poderosos proprietários de terra. Ele evidencia, mais uma vez, que os caboclos tiveram uma importante participação na história brasileira.

---

41 CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA (Correspondências). 1852-1875. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

42 BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. (Lei de Terras).

CABOCLOS E IMIGRANTES

A situação dos caboclos começa a se complicar nos anos 90 do século XIX, com o projeto do governo do Rio Grande do Sul de colonizar a região com imigrantes europeus, vendendo terras na forma de pequenas propriedades. Paralelamente, companhias privadas de colonização se apropriaram de milhares de hectares e revenderam aos colonos. As companhias particulares utilizaram diversos mecanismos para adquirir terras. Um dos expedientes mais comuns foi a compra de áreas florestais de grandes proprietários, ignorando a presença de camponeses posseiros ou ervateiros em seu interior. As evidências indicam que a colonização estava prevista com bastante antecedência e que alguns membros dos grupos mais poderosos da região se anteciparam, registrando terras no registro paroquial ou legitimando-as como posse nos termos da Lei de Terras de 1850. Outra forma era dar apoio jurídico aos posseiros pobres para legitimar suas terras, em troca do compromisso de revendê-las para as mesmas companhias por preços módicos.

Os colonos imigrantes aumentaram rapidamente a densidade demográfica e ocuparam todo o território em poucas décadas. Com famílias numerosas, os colonos procuraram adquirir terras para os filhos num processo que Jean Roche[43] chamou de enxamagem. A expansão dos colonos se dava sobre terras devolutas, colonizadas pelo Estado, e sobre terras particulares fechando gradativamente os espaços dos camponeses caboclos que passaram a se refugiar nas piores terras, no fundo dos vales profundos por onde correm os diversos rios do norte do Rio Grande do Sul. O intenso desmatamento praticado pelos colonos imigrantes para abrir áreas agricultáveis, abastecer fornos e fogões e suprir a demanda das serrarias, atingiu os ervais nativos, pois eles eram parte da floresta, e comprometeu o extrativismo do mate.

A análise dos documentos e da historiografia sobre a ocupação do território revela a existência de duas concepções distintas de uso da terra. A colonização da região na forma de pequenas propriedades desorganizou radicalmente a experiência de uso comum da terra, que tem raízes nas práticas dos povos indígenas e a base do extrativismo de erva-mate.

---

43 ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extrativismo de erva-mate associada ao cultivo de roças em terras de servidão coletiva, de uso comum, foi gradativamente derrotada a partir da Lei de Terras de 1850 que anulou a força dos regulamentos municipais, baseados no costume. No final do século XIX, a colonização do território com imigrantes de origem europeia, na forma de pequenas propriedades privadas, impôs definitivamente o domínio individual e privado da terra. Tal processo veio acompanhado de um forte discurso ideológico contra as formas tradicionais de uso da terra praticadas pelos campesinato caboclo. Os caboclos reagiram e resistiram, até onde puderam, às profundas mudanças que estavam acontecendo e à destruição de seu modo de vida. Os fortes aumentos demográfico e econômico decorrentes da imigração, além de desarticular o modo de vida dos camponeses caboclos, jogou sua história no ostracismo durante anos. As profundas mudanças ambientais, em especial o acelerado desmatamento, que reduziu os ervais nativos e comprometeu a biodiversidade então existente, também dificultaram a manutenção do modo de vida caboclo. Apesar disso, eles continuaram presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Florêncio. Retrospecto econômico e financeiro do estado do Rio Grande do Sul –1822-1922. *Revista do Arquivo Público do RS*. Dezembro de 1922, n° 8. BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras).

BESCHOREN, Maximiliano. Originalkarte des Nordwestlichen teiles der brasilianischen provinz Sao Pedro do Rio Grande do Sul. Max Beschoren, 1886.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CHAUÍ, Marilene. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império*: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande* rapport à son excellence, monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce. sur sa mission dans les provinces du paraná, rio grande et les êtats du sud. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1880.

CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: Unijuí, 2002. (Original polonês publicado no Kalendarz Polski, Porto Alegre. 1898.) Tradução de Edmundo Gardolinski.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le Mate ou Thé du Paraguay*. Paris: Impremerie et librairie d' agriculture et d'horticulture de Mme. Ve. Bouchard-Huzard. 1867.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 73-95, ago. 2011.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 2002. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1965.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*: do neolítico à crise contemporânea [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil*: o caso da Colônia Ijuí. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2008.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Governar é promover a felicidade da pátria: Governo e campesinato no Rio Grande do Sul da primeira república. In: MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa*: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Volume 1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

SILVA Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351. maio/ago. 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*, 1850 - 1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo A. Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul. In:SILVA, Marcio Antônio Both da & KOLING, Paulo José. *Terra e poder*: abordagens em História Agrária. Porto Alegre: FCM, 2015.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

FONTES

AURORA da Serra. *Periódico. Acervo do Colégio Santíssima Trindade de Cruz Alta*. Cruz Alta: dez. 1884.

CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE CRUZ ALTA. *Orçamento da receita e da despesa da câmara municipal da vila de Cruz Alta apresentado à assembleia provincial no ano de 1860*. Porto Alegre, Typ. do Conciliador, 1860.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. *Correspondências 1852-1875*. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descriptiva da Região Missioneira*. Ijuí: Unijuí, 2009. (Reedição organizada por Danilo Lazzarotto da publicação original da Typographia do Commercial. Cruz Alta, 1887).

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PALMEIRA. 1875. (Este regulamento é cópia do Código de Cruz Alta, de 1835, que regulamentava estes ervais antes da criação do município da Palmeira). Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

INVENTÁRIO post-morten de Luis Perié. Erval do Santo Cristo, 1851. Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura*. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Manuscrito).

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande de Sul pela Câmara da vila de Cruz Alta. P. Alegre: TYP do Mercantil, 1862. (Acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro).

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA, 11 jan. 1870.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA, 30 jan. 1874.

RELATÓRIO da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1899.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*. La province cisplatine et les missions dites du Paraguay Paris, imprimerie de A. Belin, l823.

UM PERFIL DA ELITE POLÍTICA RIO-GRANDENSE E SUAS REDES DE RELAÇÕES COM A CLASSE DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS NA FRONTEIRA SUL (1845-1866)

Jonas Moreira Vargas[1]

INTRODUÇÃO

Apesar das significativas entradas de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul durante o período imperial e a crescente produção agrícola nas áreas de colonização, a pecuária e seus derivados foram o carro-chefe da sua economia durante quase todo o século XIX. A região da campanha, uma extensa faixa de pastagens no sudoeste rio-grandense, abaixo do rio Ibicuí, foi a principal zona de produção pecuária, na qual estavam localizadas as grandes estâncias da província. A maior parte de sua produção anual era remetida para as charqueadas do litoral, que tinham na cidade de Pelotas o seu principal núcleo fabril. Pelotas abatia a cada safra algo entre 300 e 350 mil cabeças de gado, podendo ultrapassar as 400 mil em épocas de alta. Parte desse gado, talvez 100 mil no meado do século, vinha das fazendas do norte do Uruguai, sendo que muitas delas eram de propriedade de brasileiros estabelecidos naquele país. Em resumo, o circuito "criação de gado – comércio de tropas – fabricação de charque e couros - exportação marítima" repetia-se anualmente, configurando-se um verdadeiro sistema econômico regional que em poucos anos transformou profundamente a economia, a demografia e a paisagem agrária daquela fronteira. Além do mais, o dinheiro oriundo das transações mercantis em todas as partes dessa cadeia

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas.

produtiva era parcialmente reinvestido na compra de terras, gado e escravos – esses últimos presentes em todas as etapas mencionadas e indispensáveis para o funcionamento do sistema[2].

No entanto, os fatores de produção não eram acessados num livre mercado e nem os produtos comercializados estavam isentos de qualquer tipo de tributação. A Revolução Farroupilha – guerra civil mais longa da história do país – teve como um dos motivos as altas taxas de exportação sobre o charque e de importação sobre o sal. As elites rio-grandenses rebeldes, que acusavam o governo central de desfavorecimento econômico diante da concorrência platina, também se revoltaram com a nomeação de um presidente de província que não era do seu agrado, assim como a remoção de alguns deles dos altos postos de comando militar na fronteira. Bento Gonçalves, principal chefe do movimento, chegou a reclamar da pouca representatividade dos rio-grandenses na elite política imperial, argumentando que três cadeiras para a Câmara dos Deputados eram pouco diante das demandas da população meridional. Assim sendo, se a guerra foi uma alternativa radical à incapacidade institucional de lidar com tais reveses, ela também foi a expressão política de uma elite fronteiriça com interesses econômicos agrários e escravistas, associados cada vez mais às demandas do mercado internacional em franca expansão[3].

Com a Paz de Ponche Verde, em 1845, as queixas continuaram, mas não houve uma nova guerra civil que buscasse resolvê-las. Acompanhando o mesmo que ocorrera com as demais províncias rebeldes do Império, as elites rio-grandenses adotaram os mecanismos políticos eleitorais para reivindicar seus interesses. No entanto, o *modus operandi* farroupilha não foi totalmente abandonado. A guerra como recurso político e econômico continuou a frequentar o horizonte das elites rio-grandenses. Contudo, desta vez, o ímpeto caudilhesco foi canalizado contra as outras nações do Rio da Prata, ao mesmo tempo inimigas tradicionais para alguns e competidoras na indústria das carnes para outros. Portanto, os interesses pecuaristas e mercantis continuaram pautando a política regional e a sua relação com o Império. Em tal contexto, os estancieiros, charqueadores e comerciantes permaneceram influentes e é justamente a conexão entre a elite política rio-grandense, definida aqui como os portadores dos principais cargos políticos, e a mencionada elite econômica, que o presente texto busca analisar.

Inicialmente traçarei um rápido panorama sobre as questões econômicas e políticas de fronteira, entre os anos 1845 e 1864, que provocaram pelo menos

---

2 Para mais detalhes, ver VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas"*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Santa Maria: UFSM, 2010; BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul:* características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado em História) - PPG--História/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

3 Sobre a Guerra, ver LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

duas guerras contra os países platinos. Posteriormente, analisarei o perfil da elite política rio-grandense no mencionado contexto e os interesses e redes de relações que atavam muitos parlamentares aos grandes proprietários de terra daquela região. Argumento no sentido de que, independente da sua vinculação partidária, os membros dessa elite possuíam uma estreita relação com as classes mais abastadas da fronteira, na qual o complexo pecuária-charqueada era o seu eixo. Em termos de hierarquia social local, tais vínculos eram fundamentais na reprodução de sua posição, explicando não apenas as origens do seu poder e prestígio, como também a sua convergência de interesses em determinados momentos.[4]

CRISES, GUERRAS E NEGOCIAÇÕES NA FRONTEIRA

Durante o período da ocupação luso-brasileira na Cisplatina, centenas de estancieiros migraram para o território vizinho tornando-se proprietários na região fronteiriça. Em 1850, os brasileiros possuíam 428 estâncias no norte do Uruguai, do qual eram conhecidas as dimensões e o número de cabeças de gado para 191 delas. Estas terras ocupavam uma superfície de 693 léguas quadradas com 914.000 cabeças de gado vacum. Zabiella estima, a partir de alguns cálculos e considerações, a possibilidade de que cerca de 2 milhões de reses tenham existido ao mesmo tempo em todas aquelas estâncias pertencentes aos rio-grandenses[5]. A expansão agrária e a migração de rio-grandenses para aqueles campos impressionavam pela sua velocidade e pelo contingente de pessoas. Em 1845, um deputado baiano declarou na Câmara:

> Vejo senhores, que teneis uma idéia muito equivocada do poder e dos recursos do Império. Vós creeis que ali na linha ou divisa material do Jaguarão vão encontrar um povo completamente distinto do que se chama Império do Brasil, mas é preciso que saibais que felizmente não é assim. Ao passar ao outro lado do Jaguarão, senhores, o traje, o idioma, os costumes, as moedas, os pesos, as medidas, tudo, até a outra banda do rio Negro, tudo, tudo, senhores, até a terra, é brasileira.[6]

---

4 Parte das reflexões aqui expostas foram trabalhadas em VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas"*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016 e em VARGAS, Jonas M. "Um olho no Atlântico, outro na fronteira". Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *In:* Clio- Revista de pesquisa histórica, nº 30, vol. 2, Recife, 2013. p. 1-23.

5 ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites.* Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/UFRGS, 2002, p. 23-25.

6 ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites.* Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/UFRGS, 2002, p. 25.

Examinando diversos documentos nos arquivos uruguaios, Zabiella verificou que, de fato, os brasileiros ocupavam cargos tanto na Justiça quanto na administração local, como Simão de Brum da Silveira, que foi Tenente Alcaide em Olimar (1836). Esta presença era tão marcante que, na segunda metade do século XIX, as autoridades uruguaias ordenaram que os documentos oficiais produzidos no interior do país fossem escritos somente em língua espanhola e não mais em português. Nas listas de habitantes, a participação de brasileiros, com seus agregados e escravos, também era notável e, na época das eleições, havia candidatos tanto orientais quanto rio-grandenses disputando os votos da população[7]. Portanto, não havia nenhum exagero no discurso do deputado baiano. Em 1860, os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Neste sentido, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico e social dos estancieiros rio-grandenses[8]. Portanto, em meados do oitocentos, a campanha oriental havia se tornado um imenso campo de engorda de gado para as charqueadas de Pelotas e a criação extensiva das reses fazia com que os estancieiros e charqueadores rio-grandenses se expandissem cada vez mais para o interior do território uruguaio.

Por conta disso, aquela fronteira constituiu-se num espaço de intensas disputas por terra, gado e influência política. Além disso, os contatos e as trocas entre brasileiros e orientais, legais e ilegais, marcaram as sociedades fronteiriças. Como demonstrei em outra pesquisa, com a retomada da economia charqueadora após 1845 e a dificuldade dos uruguaios em manter sua produção em meio a sua guerra civil, parte do charque oriental era enviado por via fluvial até o porto de Rio Grande para ser exportado como produto nacional isento de taxas. Isto gerava um grande descontentamento de parte da elite rio-grandense, principalmente dos charqueadores[9]. Em 1849, num manifesto remetido pelos vereadores de Pelotas à Assembleia Geral do Império, isso ficou evidente:

> Para mais agravar essa posição ruinosa, a autoridade que dirige os negócios do Estado Oriental proibiu a exportação de seus gados para esta, consentindo que nele, à margem direita do Jaguarão, se estabelecessem charqueadas sob pretexto de facilitar aos brasileiros um mercado para as vendas de seus gados; e prevendo que esta medida acarretaria em represália a subida de direitos, como gênero

7 ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites.* Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/UFRGS, 2002, p. 25-27.

8 SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX*. In:*GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

9 VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas"*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). Cap. 4. São Leopoldo: Oikos, 2016.

> estrangeiro, permitiu que o espólio do gado ali morto beneficiado fosse deste lado para figurar em nossas alfândegas como gêneros de manipulação nacional e iludir o nosso fisco. Escárnio atroz nem a menos foi percebido; imensas charqueadas como por encanto ali se montaram, parte das nossas deixaram de trabalhar e mais de dois mil peões, que se empregavam na extração de gados daquela para esta parte, ficaram sem meios de subsistência.
> Para destruir este mal sinistro alcance pensa a Câmara que deveis propor uma Lei que obrigue ao pagamento de 25% os gêneros provenientes do boi manipulado à direita do Jaguarão, como no sal para ali exportado pelo Brasil. Este artigo porém, como matéria-prima para as charqueadas desta Província, deve nela ser introduzido sem ônus algum, e diminuir-se o direito que pagam a carne, graxa e sebo que dela se exportar diretamente para portos estrangeiros.
> Além da destruição de nossas charqueadas com o estabelecimento daquelas no ponto que se indicou, outro mal ainda maior enxerga a Câmara no avultado número de brasileiros que tem de ali procurar trabalho, relacionar-se e estabelecer-se e mais tarde introduzirem por toda a extensão da linha divisória, vindas de Montevideu, as mercancias que ora recebemos do Rio, Bahia e Pernambuco por ficarem mais baratas em razão do menor direito que exibem na Alfândega daquela praça. Pelo exposto vereis, Srs. Deputados, que a questão de estabelecimentos tais na margem direita do Jaguarão não ataca somente conveniências comerciais desta e de outras províncias do Brasil, mas sim mui seriamente a política e integridade do Império.[10]

O lado uruguaio da fronteira, como os próprios vereadores mencionaram, havia sido dominado por charqueadores brasileiros, uruguaios e europeus que se estabeleceram próximos das vias fluviais que desembocavam na Lagoa Mirim, na margem direita do Jaguarão, a poucos quilômetros de Pelotas e Rio Grande. Portanto, naquela conjuntura específica, uma quantia significativa daquele charque exportado não era fabricada em Pelotas. Conforme Barran e Nahum, na safra anterior à assinatura dos tratados de 1851, foram remetidas 618.926 arrobas pela fronteira fluvial (a terça parte do que foi exportado pela província naquele mesmo ano)[11]. Tais carregamentos chegavam ao porto rio-grandino sendo exportados como charque brasileiro, deixando assim de pagar a tarifa de 25% sobre o *tasajo* importado nos portos do Brasil. A partir de um documento datado provavelmente de 1850 ou 1851, foi possível ter uma ideia de quantos *saladeros* ocupavam aquelas margens fluviais e que incomodavam tanto os charqueadores

---

10 Ofício de 24.10.1849. *In:* Anais do AHRS, v. 3, CV-659, 1978. A Câmara era presidida pelo Dr. Joaquim José Afonso Alves, o mesmo deputado geral que se destacou nas sessões da Assembleia Geral em 1851, solicitando a intervenção militar em Montevideu.

11 BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885).* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 50.

pelotenses. Nele são listados 16 *saladeros* no lado oriental da mencionada fronteira. A firma anglo-francesa Paulet & Willliams, por exemplo, abatia 16 a 20 mil reses anualmente, a do espanhol Francisco Traeba, 12 a 16 mil e a de Silva & Co de 12 a 15 mil, sem contar as outras[12]. O mencionado número de reses abatidas revela que elas atraíam parte do gado que poderia ser levado até Pelotas, o que também devia desagradar os charqueadores rio-grandenses.

Nesse sentido, o surgimento destes *saladeros* na fronteira uruguaia aprofundou ainda mais a situação estabelecida desde 1846, quando Manoel Oribe havia proibido o envio de tropas de gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul. O resultado disto foi a queda da produção do charque pelotense. A reclamação dos charqueadores ganhou apoio do Presidente da Província, que buscou mediar a negociação com a Corte. Em julho de 1850, Pimenta Bueno escreveu ao Ministro da Fazenda esclarecendo a situação: "Em minha opinião a questão seria simples se esta Província estivesse povoada de gados, mas ela está exausta e em quando assim continuar não poderá de modo algum competir com o Estado Oriental". O presidente temia que a cobrança de altas taxas sobre o charque remetido pela fronteira fosse incentivar os *saladeros* a se instalarem na região uruguaia do Buceo levando para mais longe ainda os gados e os negócios que vinham beneficiando economicamente o lado brasileiro do Jaguarão[13].

Interessante notar como o presidente Pimenta Bueno buscava mediar os interesses regionais com os do Império. Ele encerrava a missiva propondo uma "módica taxa" de 6% sobre os produtos entrados na fronteira com o Jaguarão (couros e charque) para não desagradar nenhum dos lados. Assim, os charqueadores de Pelotas seriam atendidos parcialmente, os *saladeros* não seriam forçados a abandonar a fronteira do Jaguarão e a arrecadação da Fazenda aumentaria. Além do mais, conforme Pimenta Bueno, este charque uruguaio carregado pelo Jaguarão até o porto de Rio Grande interessava ao Império, pois barateava o preço do produto nas províncias consumidoras[14]. Contudo, Pimenta Bueno, assim como boa parte dos presidentes da Província, não era rio-grandense e provavelmente jamais tenha colocado os pés naquela "perigosa" fronteira com o Jaguarão. Assim sendo, para tal avaliação é certo que deve ter contado com o auxílio de líderes políticos regionais (sempre orbitando o Palácio provincial em busca de favores). Tal prática foi comum no período e reforça ainda mais a importância de se estudar quem era a elite política rio-grandense no período e como eles estavam articulados em redes de relações sociais com o alto escalão governamental.

---

12 Documento que lista os charqueadores na fronteira com o Uruguai, s/d. (Coleção de manuscritos, Coleção Rio Grande do Sul - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

13 Carta do Presidente da Província do Rio Grande do Sul ao Ministro da Fazenda, Porto Alegre, 26.07.1850 – Coleção Rio Grande do Sul – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

14 Carta do Presidente da Província do Rio Grande do Sul ao Ministro da Fazenda, Porto Alegre, 26.07.1850 – Coleção Rio Grande do Sul – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Essas tentativas de solucionar a situação pela diplomacia fracassaram e a intervenção militar em Montevideu veio a resolver momentaneamente as reclamações dos rio-grandenses, pois possibilitou, por meio dos tratados assinados após o término do conflito, o livre acesso dos charqueadores pelotenses aos rebanhos criados no Uruguai. Além disso, uma das cláusulas mais polêmicas dos Tratados foi o exclusivo direito à navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão reservado aos brasileiros. Os uruguaios não poderiam nem sequer possuir uma canoa ou qualquer outro tipo de embarcação em suas margens, ainda que fosse para transportar enfermos[15]. Como os tratados não colocaram impostos sobre o *tasajo* que entrava pela fronteira do Jaguarão até o porto de Rio Grande, esta foi uma saída encontrada pelos rio-grandenses para poder policiar a fronteira. Era uma demonstração de força e influência política dos charqueadores e do imperialismo brasileiro na região. Tal medida parece ter enfraquecido os mencionados *saladeros* da fronteira, pois as suas remessas de *tasajo* para o porto rio-grandino caíram bastante entre 1851 e 1855[16].

Por conta do grande número de rebanhos dizimados durante a Guerra Grande e dos tratados assinados com o Brasil, os *saladeros* de Montevidéu também foram imediatamente afetados. Dos 37 *saladeros* que existiam no Uruguai em 1842, somente três ou quatro continuaram funcionando normalmente no início dos anos 1850. Sem a concorrência uruguaia, os preços do produto aumentaram e este foi um dos grandes benefícios trazidos pela guerra. Além disso, os Tratados de Comércio e Navegação impostos pelo Brasil ao Uruguai beneficiaram bastante a indústria charqueadora pelotense, pois franqueavam a entrada dos rebanhos uruguaios no Rio Grande do Sul sem o pagamento de taxas. Mas a euforia em Pelotas durou pouco. Entre 1861 e 1862, o revigoramento econômico uruguaio teve um importante impulso, quando o governo oriental declarou o fim do prazo legal dos mencionados tratados. Além disso, o presidente uruguaio instituiu uma lei que proibia contratos com peões negros por mais de seis anos, uma prática comum entre os estancieiros brasileiros que entravam com seus escravos em território uruguaio, burlando as leis abolicionistas daquele país[17].

No final dos anos 1850, além de Buenos Aires e Montevidéu, a província de Entre Rios também se juntou ao grupo das grandes produtoras de carnes do sul da América. Contudo, quanto maior o número dos concorrentes e do produto fabricado, no interior de um sistema econômico cuja demanda era pouco elástica, mais baixos ficavam os preços do charque no mercado atlântico. Nesta nova conjuntura, o Atlântico Sul se viu tomado por levas e mais levas de charque que excediam em muito a demanda dos mercados consumidores. Não demorou muito e os produtores platinos diagnosticaram o problema como uma crise de

---

15 ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites.* Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/UFRGS, 2002, p. 40.

16 BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885).* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 50.

17 BORUCKI, A.; CHAGAS, K.; STALLA, N. *Esclavitud y trabajo:* Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo: Pulmón, 2004.

superprodução[18]. Por tais motivos, os primeiros anos da década de 1860 trouxeram uma nova crise para as charqueadas pelotenses, seguida de uma grande quebra entre os charqueadores[19].

Tal conjuntura favoreceu outro grande conflito bélico envolvendo as nações do Prata. Embora as principais causas da Guerra do Paraguai tivessem relação com a geopolítica regional e os interesses dos diferentes estados nacionais ainda em construção, a pressão diplomática e política da classe dos grandes proprietários rio-grandenses e dos seus representantes parlamentares também teve importante papel no desencadear do confronto – como já havia sido em 1851. Entre 1861 e 1864, a onda de perseguições aos brasileiros residentes no norte do Uruguai acentuou-se bastante[20]. Em 1863, o próprio irmão do General Antônio de Souza Netto, antigo líder Farroupilha, teve sua estância no Uruguai atacada. Em 1864, o também ex-farroupilha David Canabarro, que era homem de confiança do Império, já começava a desobedecer às ordens vindas da Corte, protegendo os bandos armados de Venâncio Flores em suas terras na fronteira[21].

O clima de descontentamento e a falta de habilidade de alguns diplomatas e estadistas em lidar com estas questões condicionou um novo rearranjo das alianças políticas na fronteira. Como resposta às medidas do governo blanco contra os rio-grandenses residentes no Uruguai, o líder colorado Venâncio Flores reuniu facilmente o apoio dos estancieiros rio-grandenses e tomou uso dos mesmos para defender os interesses de sua facção política. Tratava-se de uma aliança com interesses mútuos e ao Império era interessante enfraquecer os blancos. Um conflito militar era questão de tempo, mas era preciso insuflar os ânimos dos dirigentes políticos do país[22]. Dizendo-se representante dos estancieiros rio-grandenses daquela fronteira, o jornalista Felipe Nery, que era deputado geral pelo Rio Grande do Sul, disparou vários discursos na Corte exigindo uma atitude do Império[23]. Motivado por outras questões de ordem política e diplomática que certamente tinham um peso maior, o Império decidiu atender às reclamações dos proprietários rio-grandenses evitando uma nova guerra civil no sul do país[24].

---

18 BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885).* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 118-130. Jornal *O Constitucional*. Rio de Janeiro, 07.09.1862 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

19 VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas"*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, cap. 6.

20 A pesquisa que melhor analisou tais episódios foi a de MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese de Doutorado em História. PPGH-UFRGS, 2015.

21 Avisos do Ministério de Estrangeiros, AHRS, B.1.0.32.

22 DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

23 CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada:* o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 159.

24 GUAZZELLI, Cesar Augusto B. A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata. *In: Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai.* Salvador: IHGBA, 2002, p.299-351. Para uma visão mais voltada às relações políticas entre os Estados platinos e aos aspectos econômicos, ver DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BETHELL, Leslie. O Imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, n. 9, v. 24, 1995, p. 269-285.

Em abril de 1864, os diplomatas brasileiros exigiram que Atanásio Aguirre, o novo presidente blanco, punisse as autoridades responsáveis por perseguir os rio-grandenses, caso contrário o Brasil seria obrigado a interferir militarmente. O Paraguai, defendendo a aliança feita com os blancos, protestou contra a ameaça brasileira. Executando o que havia prometido, em setembro, as tropas imperiais cruzaram a fronteira com o Uruguai. Dois meses depois, Solano Lopez respondeu mandando aprisionar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, vindo a invadir o Mato Grosso em dezembro. Assim sendo, nas próximas páginas pretendo apresentar melhor quem era a elite política rio-grandense do período, que tinha no deputado Felipe Nery um de seus representantes.

A ELITE POLÍTICA RIO-GRANDENSE: ALGUNS DADOS SOBRE O GRUPO

Antes de iniciar a exposição dos indicadores biográficos do grupo, é necessário fazer algumas considerações sobre ele. Ao privilegiar a análise de uma elite política a partir das pessoas que exerceram os cargos do alto escalão devo deixar claro que não considero os seus ocupantes como os portadores exclusivos do poder político. Diferentes grupos sociais eram capazes de influenciar no campo da política sem dele participarem formalmente. No entanto, a posição formal ocupada por um pequeno grupo de pessoas não deve ser desprezada. No presente caso, cabia a eles representar institucionalmente o eleitorado rio-grandense (no caso dos deputados gerais e senadores) ou os interesses do governo central (no caso dos ministros). Na investidura de tais cargos, os mesmos eram capazes de tomar decisões que podiam afetar a vida de muitas pessoas e este é um dos critérios definidores das elites. No entanto, as elites não são reconhecidas somente pelas decisões tomadas, pois elas também podem ser detectadas no impedimento de que outras decisões ocorram, principalmente aquelas que prejudicam o grupo social do qual ela faz parte.

Seguindo uma metodologia posicional, elenco no grupo aqui analisado aqueles que exerceram cargos políticos do alto escalão regional e nacional, eleitos ou nomeados por conta da sua atuação política no Rio Grande do Sul. Os cargos analisados são os de Ministro de Estado, Senador e Deputado Geral[25]. Trata-se da nata da elite política da época e seria um equívoco analisar os seus membros de forma isolada, uma vez que, para a maioria deles, as redes de relações sociais, clientelares e familiares estavam na base do seu poder e prestígio. Não é a primeira vez que analiso coletivamente os membros da chamada elite política

25 No mencionado período o Rio Grande do Sul não tinha nenhum Conselheiro de Estado. O rio-grandense Candido Batista de Oliveira havia sido nomeado no período anterior, mas sua trajetória estava mais centrada na Corte do que no Rio Grande do Sul, parecendo ter perdido bastante o vínculo com sua província natal.

provincial. Em outra oportunidade me reservei a observar com maior profundidade a mesma elite política entre 1868 e 1889. Assim sendo, o presente texto complementa os dados que trabalhei na mencionada ocasião.

Os deputados gerais eram eleitos para legislaturas de quatro anos. Como o Rio Grande do Sul, na maior parte do período aqui analisado, possuía direito a cinco ou seis cadeiras parlamentares, somente os mais bem posicionados no interior dos partidos da época conseguiam eleger-se. Mais acima da hierarquia estavam os ministros e os senadores. Enquanto os primeiros geralmente ficavam meses no cargo, os segundos detinham mandatos vitalícios e, portanto, podiam exercer a sua influência institucional por muito mais tempo. No entanto, ser nomeado ministro significava que o indivíduo havia sido lembrado pelos grandes estadistas da Corte como uma importante liderança regional capaz de contribuir no governo da nação. Homens como esses influíam na política de suas províncias quase que sempre, ou seja, não deixavam de exercer seu poder após o término de seus mandatos. Seu apoio eleitoral era sempre solicitado e suas redes de relações faziam com que sempre tivessem algum aliado no governo e na administração provincial ou central – quando seu partido estava no poder. É necessário fazer esta consideração, pois creio que o exercício dos cargos aqui mencionados é apenas uma expressão do poder e prestígio social que tais grupos de elite possuíam. No caso do poder político, sem dúvida era o principal indicador.

Antes de expor os dados que reuni, é necessário dizer que esta divisão é mais instrumental e se torna importante quando se pensa em um panorama mais geral, o qual busca classificar e hierarquizar os indivíduos que fizeram parte da política provincial. Ela serve mais para fins quantitativos do que qualitativos. Na prática, um deputado podia exercer mais influência que um ministro ou um senador em determinada questão, pois dependia do tipo de recursos que estavam sendo mobilizados, do partido no poder ou da conjuntura política. Contudo, demonstrei em outros estudos que os critérios posicionais tinham efeitos práticos significativos na política regional e, portanto, defendo que se deva estudar de forma mais aprofundada o perfil social do grupo[26].

Assim sendo, 27 indivíduos exerceram os cargos de Ministro de Estado, Deputado Geral e Senador pelo Rio Grande do Sul, entre 1845 e 1866[27]. Entre 1868 e 1889, esse mesmo indicador havia atingido 34 pessoas, revelando não apenas uma maior abertura do campo político, mas principalmente confirmando que foi o auge da participação dos rio-grandenses na política nacional até então, como

---

26 Os dados biográficos do presente grupo foram reunidos a partir das mesmas fontes utilizadas em VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte:* os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

27 O período delimitado justifica-se por duas questões. A Guerra dos Farrapos praticamente paralisou o processo de eleições gerais no Rio Grande do Sul e a política parlamentar voltou ao seu pleno funcionamento somente após a Paz de Ponche Verde. A Guerra do Paraguai, por sua vez, também inviabilizou a continuidade das eleições no Rio Grande do Sul, visto a grande mobilização dos rio-grandenses para a guerra.

sustentei em outra pesquisa.[28] Dos 27 indivíduos mencionados, somente 3 foram ministros no período e 3 foram senadores, sendo que um deles acumulou o cargo de senador e ministro: Luís Alves de Lima e Silva, na época ainda Barão de Caxias. Essa informação é importante, pois revela que o único a concentrar os principais cargos do período não foi um rio-grandense (em contrapartida, entre 1868 e 1889, 4 rio-grandenses atingiram esse feito). Contudo, Caxias teve importância fundamental na Guerra dos Farrapos (1835-1845), na sua pacificação e foi nomeado presidente da província logo após o conflito. Na ocasião, também foi eleito senador e, nas próximas décadas, como veremos, ainda manteve o respeito do eleitorado e das elites rio-grandenses, ou seja, não era uma mera imposição do governo central aos rio-grandenses. Os outros dois senadores foram José de Araújo Ribeiro e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, antigos legalistas, posteriormente ligados ao Partido Conservador, e os outros dois ministros, Manoel Marques de Souza e Francisco Carlos de Araújo Brusque, liberais progressistas. É de se destacar que entre 1868 e 1889 o Rio Grande do Sul teve oito ministros de Estado, ou seja, a sua importância política no cenário nacional acentuou-se bastante após a Guerra do Paraguai. Assim sendo, se cinco indivíduos ocuparam os cargos de ministro e senador entre 1845 e 1866, os outros 22 permaneceram somente com suas cadeiras parlamentares na Câmara dos Deputados – algo que não deve ser subestimado, pois revela a grande capacidade de mobilizar o eleitorado no período.

No que diz respeito ao grau de instrução escolar, apenas 3 dos 27 não tinham formação superior (incluindo aqui a formação em escolas militares, clerical, bacharel em Direito, Medicina e Engenharia). Trata-se do mesmo número para a elite do período 1868-1889, mas em percentuais ela é maior. Isto revela que, apesar do caráter mais periférico da província, em termos apenas geográficos, a sua elite conseguia acessar o ensino superior. Dos 27 indivíduos, 14 eram formados em Direito, sendo dois por Coimbra e 12 pela Faculdade do Largo do São Francisco, em São Paulo, o que mostra a importância dessa instituição na formação da elite política rio-grandense. Tal característica se acentuou no período 1868-1889 e foi forte entre as lideranças do Partido Republicano Rio-grandense, fundado em 1882. É possível afirmar que a geração analisada no presente artigo foi a primeira a caracterizar-se a partir desse critério. Outra questão importante é a presença dos médicos. Dos 27 indivíduos, sete eram formados em Medicina (em 1868-1889, foram apenas quatro), o que demonstra que, com o tempo, os bacharéis em Direito deixaram os médicos ainda mais para trás na composição dessa elite. Ainda entre os 27, havia dois com formação militar e para um "doutor" não localizei a formação.

---

28 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte:* os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS. 2010.

A profissão exercida por eles não era menos importante que a formação escolar. Dos 27 indivíduos, oito destacaram-se como advogados; cinco deles, pelo menos, tiveram carreira em Pelotas, denotando a sua relação profissional e/ou familiar com os ricos charqueadores, e dois em Porto Alegre; pelo menos, seis deles eram médicos, cinco eram magistrados, três eram empregados públicos da Coroa, dois eram negociantes/capitalistas, dois eram militares de carreira e um era jornalista. O leitor mais acostumado com os estudos sobre as elites brasileiras no século XIX deve saber que elas dificilmente dedicavam-se a apenas uma atividade profissional e ocupação econômica. Muitos médicos, magistrados e advogados também eram proprietários de terra e jornalistas, e outros tantos serviam à burocracia imperial em algum momento de suas vidas, mas aqui privilegiei a principal "profissão" e não a sua vinculação com a terra ou o mundo dos negócios, o que será tratado adiante.

Pode-se perceber que era um grupo bastante heterogêneo, mas os dados revelam que era muito difícil competir no jogo político sem um diploma acadêmico. Ricos negociantes sem tal pré-requisito, como Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) e Manoel da Rocha Faria (Conde de Nioac), conseguiram acessar a tribuna mais pela sua riqueza do que por sua capacidade parlamentar. Eles poderiam ter influído na política da época sem precisar se candidatar, mas optaram pela ação direta, algo interessante e que precisa ser mais bem investigado em outras pesquisas. No entanto, o seu dinheiro foi capaz de atrair muitos aliados e se tinha algo que a elite política não devia descartar era o poder de influência dos ricaços da época.

Outro indicador importante diz respeito à naturalidade. Dos 27, somente cinco nasceram fora do Rio Grande do Sul, sendo dois no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um em São Paulo e um no Uruguai. Desses, o único que não teve muito contato com o eleitorado rio-grandense foi Domingos J. Gonçalves de Magalhães, o famoso poeta, autor de *A confederação dos tamoios* (1856). Ele era secretário do Barão de Caxias na época da Farroupilha e, após eleger-se, retornou para a Corte. Entre os nascidos no Rio Grande do Sul, nove nasceram em Porto Alegre e seis em Pelotas. Somados aos dois nascidos em Rio Grande, temos que quase dois terços (2/3) provinham desses três municípios do litoral. Da campanha, região tradicional dos grandes criadores de gado, temos somente três que eram de São Gabriel. No período entre 1868-1889 os originários da campanha aumentaram, mas isso se deve ao tardio povoamento da região, se comparado com o litoral.

Uma vez que a migração no período era significativa e a circulação dos funcionários da Coroa também, muitos atuavam em locais distintos dos quais nasceram. Quando se examina esse item, Porto Alegre cai de nove (naturais) para seis indivíduos, igualando-se à Pelotas. É difícil definir os locais de atuação dos empregados públicos e dos militares, que se deslocavam de acordo com as necessidades do Império. Neste sentido, é importante analisar que a Corte acabava

funcionando como centro gravitacional de carreiras. Os rio-grandenses Barão de Mauá e o Conde de Nioac são bons exemplos disso, atuando no comércio do Rio de Janeiro, por exemplo. Magalhães Calvet e Cruz Jobim, na vida adulta, também conseguiram meios de vida junto à Corte, assim como outros magistrados que se deslocaram para tribunais de segunda entrância, como Pedro Chaves, Manoel Travassos e Sayão Lobato. Contudo, todos eles possuíam notabilidade política enquanto ainda estavam no Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o período entre 1845 e 1866 foi marcado por intensos conflitos na fronteira com o Uruguai, profundamente vinculados a questões econômicas ligadas à pecuária, à charqueada e ao comércio de tais produtos, a pergunta a ser feita agora é: "Qual o grau de proximidade destes membros da elite política com esses três importantes setores econômicos da sociedade rio-grandense?" Como já evidenciei em outros textos, no Rio Grande do Sul do meado do oitocentos, as guerras na fronteira, a diplomacia, a política e a economia estavam intimamente ligadas, mas ainda cabem muitas reflexões a respeito dessa elite que mobilizou a província para o conflito.

Pode-se iniciar a análise da forma mais básica: dos 27 membros da elite política aqui estudados, quantos tinham na charqueada, na criação de gado e no comércio suas atividades econômicas principais? Buscando por referências mais claras e tendo em vista que muitos apareciam apenas com as suas profissões liberais indicadas nas fontes, pode-se afirmar que pelo menos sete deles estavam diretamente dedicados a tais negócios e/ou tinham neles sua principal ocupação econômica. É provável que o número seja maior. No entanto, esse índice não deve nos induzir a conclusões precipitadas, uma vez que a unidade política da época não estava depositada nos indivíduos, mas, sobretudo, nas famílias. Na maior parte dos casos as trajetórias políticas se iniciavam com os indivíduos carregando a força de um sobrenome consigo. Na juventude, enquanto estudantes, e no início de sua carreira profissional, é certo que contassem com forte apoio financeiro familiar, de forma que é possível considerá-los como homens de negócios e membros da elite agrária da região, mesmo que estivessem advogando ou clinicando na cidade. Como atestam vários autores, o patrimônio rural familiar servia como fonte de renda de muitos dos seus membros que não lidavam diretamente com a terra[29]. Mesmo que pudessem viver apenas com seus salários ou rendas profissionais, o poder econômico da família devia ser acionado nas eleições e na relação com suas clientelas locais, indispensáveis na manutenção da sua posição de elite paroquial. Desta forma, se quisermos perseguir esse vínculo temos que voltar os olhos para a sua casa e a malha parental que lhe cercava.

29 Para o caso rio-grandense, pode-se mencionar VARGAS (2010, 2016); FARINATTI (2010); MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas:* família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) - PPG-História UFRGS, Porto Alegre, 2009; BOTH, Amanda C. *A trama que sustentava o Império*: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2016.

Assim sendo, no que diz respeito à origem social, pensando aqui no grupo social ao qual suas famílias estavam vinculadas, possuo dados relativos aos pais de 20 dos 27. Destes, sete eram filhos de militares, cinco de charqueadores, três de comerciantes, três de fazendeiros, um de um senador em Minas Gerais e um de um empregado público. É interessante perceber que mais da metade possuía pais ligados à pecuária-charqueada e ao comércio, muito embora não tenha sido possível saber o montante da sua riqueza. O pai de Mauá, por exemplo, era um modesto proprietário e não poderia ser qualificado como latifundiário. No entanto, é provável que alguns dos oficiais militares indicados também fossem fazendeiros, algo comum no Rio Grande do Sul oitocentista. Nesse sentido, mais de um terço (1/3) possuía pais com carreira militar. Em se tratando de uma análise de uma elite política com forte inserção na economia agrária da fronteira e no potencial belicoso que tal relação encontrou no período, tal dado não deve ser desprezado, ainda mais se pensarmos que outros deles podiam possuir genros, irmãos ou cunhados militares, algo que essa pesquisa não buscou aprofundar.

Alguns casos podem ser apresentados para uma melhor compreensão desta relação. Antônio Gomes Pinheiro Machado, por exemplo, era advogado formado em São Paulo, mas também importante fazendeiro em São Luiz Gonzaga. Neste sentido, a região missioneira da província também atraiu os negócios de outros membros da elite política. Manoel Marques de Souza possuía uma grande estância em São Borja, na fronteira com a Argentina, local estratégico na mobilização de tropas nas muitas guerras em que participou[30]. Fidêncio Prates, por sua vez, apesar de médico nascido em São Gabriel, estava conectado a uma poderosa rede de negociantes de muares nos caminhos que conectavam Cruz Alta até Sorocaba[31]. Outro caso exemplar foi o de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, magistrado de carreira prestigiosa, que também era fazendeiro e charqueador em Rio Pardo. No ramo dos negócios mercantis e financeiros também temos os já mencionados Visconde de Mauá e Conde de Nioac.

Contudo, quando se analisa o grupo de forma mais aprofundada, a constatação a que se chega é que o mais comum era o pertencimento desses indivíduos às famílias mais influentes na economia agrária e mercantil do período. Há filhos de charqueadores pelotenses (Israel Barcellos e João Jacintho de Mendonça) e genros dos mesmos (Amaro da Silveira); filhos de comerciantes de grosso trato (Joaquim José Afonso Alves, Pedro Chaves e Manoel Freitas Travassos) e de estancieiros (Amaro da Silveira, Araújo Ribeiro e Vieira da Cunha), apenas para citar alguns exemplos, sem citarmos os genros, irmãos e cunhados dos mesmos. Até

---

30 "Relação das estâncias que contém o termo de São Borja com as declarações dos nomes de seus proprietários, número de crias vacuns e cavalares que marcaram no ano de 1857" (Câmara de São Borja, Correspondências expedidas, 1858, Fundo: Câmaras Municipais, m. 233, AHRS). Agradeço ao historiador Leandro Fontella pela transcrição desse documento.

31 MARTINY, Carina. *O chefe político dos mais avançados republicanos:* Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História) – PPG-História/UFRGS, 2018, cap. 1.

mesmo políticos que aparentemente nasceram e foram criados na cidade e pertenciam a famílias de posses mais modestas, como o Dr. Luís da Silva Flores, mostraram algum tipo de vínculo familiar com essa elite econômica regional. Mesmo filho de um empregado público, o irmão de Luís, no período aqui tratado, era um dos principais comerciantes de couros e charque do porto de Rio Grande[32]. Tendo em vista que não analisei de forma pormenorizada os casamentos, é provável que os laços parentais da elite política com a elite econômica no período fossem ainda mais significativos, reunindo mais de três quartos (¾) do grupo analisado.

Portanto, quando atuavam no parlamento propondo projetos ou nos bastidores da política exigindo intervenções militares no Prata, a proteção da grande propriedade, da escravidão e a diminuição de impostos sobre o charque, grande parte deles também estava defendendo os interesses próprios ou de suas famílias. Assim sendo, pode-se considerar que mesmo pertencendo a partidos políticos distintos os interesses agrários e mercantis podiam servir para diminuir as suas divergências, favorecendo uma atuação conjunta na Câmara. O desenvolvimento da pecuária e da charqueada, associada ao seu comércio de tropas e de charque, atraía o interesse de todos. Em suma, a maior parte deles pertencia e/ou representava a classe dos grandes proprietários de terra. Um trabalho ainda a ser realizado, a partir da leitura mais aprofundada dos anais parlamentares e da imprensa da época, ajudaria a vislumbrar melhor tal questão. Mas a análise das redes de relações sociais de tais indivíduos, no momento, pode ajudar a lançar luz no objeto. É o que tento fazer a seguir.

HONÓRIO E A SUA REDE

Em abril de 1856, o charqueador pelotense Honório Luís da Silva foi perseguido e atacado por autoridades uruguaias que o denunciaram por estar praticando contrabando na fronteira com o Uruguai. Na ocasião, Honório teve sua lancha, suas mercadorias e seus escravos apreendidos[33]. Esta é somente uma das muitas histórias que recheiam as páginas de queixas dos rio-grandenses aos diplomatas e ministros de Estrangeiros do Brasil na época. Entre as décadas de 1840 e 1860, aquela fronteira tornou-se alvo de contínuos conflitos envolvendo não apenas as elites regionais, mas também os pequenos e médios proprietários, o que contribuiu para atrair a atenção dos parlamentares. Escolhi a história de Honório para mostrar como um simples charqueador (que nem era um dos mais ricos do período) podia estar conectado a uma ampla rede que reunia políticos, militares,

32 Ver BERUTE, Gabriel S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:* negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Tese (Doutorado em História) – PPG-História/UFRGS, 2011; KUNIOCHI, Márcia. Ter escravo em Rio Grande. *In: Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* UFSC, 2007.

33 Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1854. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-028). AHRS.

empregados da Coroa e outros ricaços com enorme poder de influência. Em momentos como esse, indivíduos como ele podiam recorrer aos seus "amigos" para reivindicar certas medidas do governo ou outros favores de ordem política.

Mas deixemos Honório de lado por um momento. Mais adiante ele retornará ao texto. Como foi dito antes, entre 1849 e 1851, as perdas dos estancieiros rio-grandenses no Uruguai tomaram proporções elevadas, ao ponto de colocarem o Império em verdadeiros impasses diplomáticos. Enquanto os saques e agressões atingiam os proprietários brasileiros de menor notabilidade o clima de insatisfação mantinha-se controlado. Contudo, quando importantes famílias da elite rio-grandense foram atacadas, como os Silveira Martins, os Ferreira Bicca, os Rodrigues Ribas e os Araújo Ribeiro, as retaliações tomaram proporções irreversíveis[34]. A demora dos dirigentes da Corte em resolver estas contendas acabou empurrando os grandes proprietários para um conflito mais direto. As mencionadas famílias, aliadas a outras de igual prestígio, começaram a apoiar as ações armadas na fronteira. Estas ações ficaram conhecidas como *califórnias* e o seu principal líder foi o estancieiro rio-grandense Francisco José de Abreu, o Barão de Jacuí. Ele tomou a iniciativa após os saques promovidos contra as propriedades da família de sua mulher, os Araújo Ribeiro. As califórnias aterrorizaram o lado uruguaio da fronteira entre os anos de 1849 e 1851, transformando Jacuí no grande inimigo dos estancieiros orientais[35]. Numa de suas investidas, o Barão trouxe para o Rio Grande do Sul algumas tropas de gado que somavam mais de 6.000 reses – o suficiente para suprir 25% do gado abatido numa grande charqueada pelotense ao longo de uma safra[36].

O Barão era cunhado de dois políticos pertencentes ao grupo que analiso no presente trabalho: Francisco Carlos de Araújo Brusque e José de Araújo Ribeiro. O primeiro foi deputado geral, ministro da Guerra e presidente das províncias de Santa Catarina e do Pará. O segundo era filho de um charqueador do vale do Jacuí. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e logo que regressou ao Brasil deu início a uma carreira diplomática notável, tendo pertencido às legações brasileiras na Itália, França, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal. Presidiu o Rio Grande do Sul e foi eleito senador pela mesma província. Residiu boa parte de sua vida na Corte, onde gozava de enorme reputação e vivia cercado de intelectuais e políticos. Araújo Ribeiro também era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao longo da vida ainda foi agraciado com o título de Visconde de Rio Grande.

---

34 Rio de Janeiro, 7 de julho, 21 de julho, 14 de agosto de 1850. Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1-027 (AHRS).

35 PALERMO, Eduardo. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil. *In: Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias.* Montevideu, 2003, p.91-114; SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* KÜHN, Fábio *et al.* (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

36 Rio de Janeiro, 03.09.1849 e 03.10.1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1-027 (AHRS).

Às vésperas do conflito de 1851, a mobilização de deputados e senadores rio-grandenses revigorou-se e os mesmos passaram a requisitar não apenas uma maior proteção por parte do Império, seja militarmente, seja por meio de acordos diplomáticos com os orientais, como também uma guerra, como último recurso. Naquele mesmo ano, deputados gerais rio-grandenses como Pedro Chaves e Afonso Alves, exerceram forte pressão para que uma guerra fosse realizada na fronteira[37]. Tratava-se de políticos extremamente bem relacionados com as cúpulas de poder regional e central. Afonso Alves, por exemplo, era o principal advogado de Pelotas na época. Além de ser aparentado com comerciantes e estancieiros locais, era importante membro da elite local, tendo sido vereador, juiz municipal, diretor do Asilo de órfãos e da Loja maçônica União e Concórdia. Reconhecido como um dos grandes parlamentares rio-grandenses da época, Alves era continuamente aclamado pelo jornal *O Brado do Sul* pelo seu interesse na defesa dos negócios da região[38].

Pedro Chaves havia estudado Direito em Coimbra, vindo a formar-se em São Paulo. Seguiu carreira na magistratura e, posteriormente, tornou-se Presidente da Província da Paraíba e desembargador na Relação de Pernambuco. Também teve carreira diplomática na Argentina e nos Estados Unidos. Contudo, Chaves também era conhecido pelo seu temperamento. Conservador ferrenho, perseguiu os Farrapos em 1835, tornando-se odiado pelos liberais. Em 1851, sentindo-se atingido pelas agressões dos uruguaios aos brasileiros, Chaves usou o parlamento para exigir uma guerra contra os "castelhanos". A partir de intermediários no Rio de Janeiro, mandou vir um carregamento de rifles para o sul do Brasil, que foram transportados para a fronteira por meio de carretas. Em 1853 candidatou-se ao Senado e foi incluído na lista tríplice como um dos mais votados. Porém, conta-se que o Imperador não iria escolhê-lo para o cargo, preferindo o Barão de Porto Alegre. Entretanto, "notícias alarmantes de última hora, vindas do Sul, e ameaçadoras de movimento armado, no caso de ser preterido pela Coroa o popularíssimo chefe, determinaram a reconsideração do caso, e fizeram recair a escolha imperial sobre o nome de Pedro Chaves"[39]. A sua participação na compra de armas e no incentivo à guerra não me faz duvidar da possibilidade dessa história ter, de fato, ocorrido.

Por conta da sua feroz defesa do Império do Brasil e da propriedade de seus súditos, o "nobre" senador recebeu o título de Barão de Quaraí, em 1855. A honraria também deve ter sido favorecida pela rede de relações na qual Chaves estava inserido na Corte, na qual estavam Nabuco de Araújo e o Marquês de

37 BANDEIRA. L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:* Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: UnB, 1998, p. 69.

38 *O Brado do Sul* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Ver, por exemplo, as edições dos dias 20 e 31 de dezembro de 1859.

39 NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo:* tradições e reminiscências. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 141-142.

Abrantes, por exemplo[40]. Conforme Maria Fernanda Martins, frequentavam seguidamente o Salão de Abrantes, o Marquês de Olinda, Silva Paranhos, Tamandaré, Cotegipe, Zacharias, Ferraz, Sapucaí, Saraiva, Boa Vista, José de Alencar, Torres Homem, Caxias e Mauá, entre muitos outros[41]. Deve ser destas reuniões que Chaves conheceu o Barão de Nova Friburgo, um dos cafeicultores mais ricos do Rio, vindo a casar sua filha com o filho dele. A inserção de Chaves no *círculo dos grandes* da Corte era acompanhada pelo seu irmão, o Dr. Antônio R. Fernandes Braga – desembargador na Relação do Rio e senador do Império eleito pelo Rio Grande do Sul no final da década de 1860. Por meio do matrimônio de seu filho, Braga uniu-se à família de Militão Máximo de Souza, o Visconde de Andaraí, rico banqueiro carioca, sócio do Barão de Mauá e de outros capitalistas da Corte[42].

Braga e Chaves eram primos do Conde de Piratini, que, por sua vez, era cunhado de João Rodrigues Ribas. Este grupo era bastante articulado com outros políticos que vinham pressionando o governo por conta das desordens no Uruguai. O mencionado José de Araújo Ribeiro também se aliou aos políticos desse grupo, pois, como foi dito, sua família havia sido atacada no Uruguai. Ribeiro era primo do mencionado Comendador João Ribas e, estando em Paris como diplomata, ajudava a cuidar dos dois filhos dele, que estudavam na capital francesa. O tutor dos meninos era o Dr. Sebastião Ribeiro, filho do Marechal Bento Manoel Ribeiro que, graças ao apoio dado ao Império na Guerra dos Farrapos, conseguiu um emprego na Legação Brasileira. Sebastião era amigo de Pedro Chaves, de quem havia sido colega na Faculdade de Direito de São Paulo, e residia com Pio Ângelo da Silva, que estudava Medicina em Paris. E agora chegou o momento de trazer Honório novamente para a nossa história. Pio era o irmão mais velho de Honório. As missivas trocadas entre os membros dessa rede transatlântica ainda envolviam comerciantes e juízes[43], sendo que um deles era o próprio Desembargador Braga, que residia no Rio, e que viria a ser senador pelo Rio Grande do Sul. Braga era sogro do Conde de Nioac, um dos deputados aqui estudados, e Chaves era concunhado de Travassos, outro dos deputados analisados. Nesse contexto, o capital mercantil, a grande propriedade da terra e a alta política estavam profundamente imbricadas.

Assim sendo, percebe-se que um estancieiro quando atacado na fronteira podia recorrer (e, de fato, recorria) não apenas aos parlamentares que ajudara a eleger, mas a toda uma rede de políticos, militares e proprietários influentes. Honório era um desses súditos da Coroa que buscavam a proteção de suas proprie-

40 NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império.* vol. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 1108.

41 MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar:* um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

42 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado:* o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia (1854-1866). Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1997.

43 VARGAS, Jonas; FARINATTI, Luis. "Alargados horizontes": estratégias familiares da elite política regional entre a fronteira, a Corte e a Europa (1830-1855). *Revista Locus*, UFJF, 2017.

dades. Nos anos 1850 ele havia possuído uma charqueada no Uruguai e quando faleceu, em 1880, ainda possuía bens naquele país, no qual pastavam 10 mil reses do seu rebanho[44]. Já o seu irmão Pio, anos após retornar de Paris, tornou-se chefe do Partido Liberal de Rio Grande e homem de confiança de Gaspar Silveira Martins, que pertencia a outra família de latifundiários com terras no Estado Oriental. Uma rápida olhada na lista dos estancieiros rio-grandenses que possuíam campos no Uruguai e tiveram seus bens atacados às vésperas da guerra de 1851-1852, revela que muitos parentes dos 27 políticos aqui analisados estavam entre eles. A família Amaro da Silveira, por exemplo, era uma das principais. Mas também temos os Rodrigues Barcellos, os Jacintho de Mendonça, os Vieira da Cunha. Só estas 3 famílias reuniam pelo menos 7 parlamentares entre suas malhas parentais.

DOMINGOS E SEUS "AMIGOS"

Em 1851, o Barão de Caxias foi convocado para comandar o Exército brasileiro na guerra contra Oribe e Rosas e colocou na liderança das suas divisões os oficiais Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro e Manuel Marques e Souza (um dos deputados aqui analisados). Os três eram grandes proprietários de gado, de terras e de escravos na fronteira. Eles constituíam-se em genuínos representantes da elite regional no período. Sua capacidade de articulação política, mobilização de pessoas e a liderança pessoal que exerciam na província os colocavam entre os mais aptos a mediar as relações do Rio Grande com o governo central. Inteligente, o senador Caxias sabia que precisava negociar com os mesmos e deve ter escrito a vários proprietários como eles para que o ajudassem na formação das tropas militares que invadiriam o Uruguai. Um dos seus destinatários foi o charqueador Domingos José de Almeida. Orgulhoso da tarefa que havia recebido, Domingos escreveu a outros amigos para que fizessem o mesmo:

> Compatriota e amigo, S. Exª o Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província e Comandante em chefe do Exército, me incumbiu da honrosa comissão de convidar aos meus antigos companheiro de trabalhos para coadjuva-lo no afanoso empenho em que se acha de vingar os ultrajes que nossos compatriotas estabelecidos no Estado Oriental têm recebido das autoridades dele, de reclamar pronta indenização dos bens que lhes hão extorquido e de prefixar definitivamente os limites do Império com o referido Estado; e considerando eu a V. Mcê, possuindo ainda o patriotismo que desenvolveu e tanto se distinguiu quando oficial do Exército da extinta República Rio-grandense, o conjuro para sem perda de tempo, com a gente que puder reunir, apresentar-se àquele digno general, nosso sincero amigo [...].[45]

44 Inventário de Honório L. da Silva, n. 111, m. 6, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas, 1880 (APERS).

45 Carta de Domingos J. de Almeida a José Mariano de Mattos. In. Anais do AHRS, v. 3, CV-664, 1978.

Ao final desta carta, o charqueador anexou uma lista intitulada: "Relação das pessoas que convidei para engrossarem as fileiras do Exército, a entrar em operações no Estado Oriental". No total eram 64 indivíduos e, conforme o charqueador, havia gente de todo o tipo. O mais interessante é que ao lado de cada nome há informações a respeito da conduta e das "qualidades" dos convocados. Alguns tinham problemas com bebida, enquanto outros eram descritos como valentes e aptos para reunir cavalos. O major Jeremias foi avaliado como "terrível" e o capitão Januário Borges, homem de ordens de Antônio de Souza Netto (ex-general republicano), "exercendo influência no distrito de sua residência, empregado no Exército chamará outros a ele". Entre os mesmos estavam os filhos de Bento Gonçalves da Silva, o chefe farrapo de 1835, e alguns familiares de charqueadores de Pelotas, como Boaventura Teixeira Barcellos e os irmãos Soares da Silva. O último da lista era o próprio filho do charqueador, o Sargento Luís Felipe de Almeida, que Domingos pediu para ser colocado sob a proteção do próprio Caxias, "tratando-o como pupilo seu", "daonde talvez volte um Coronel".[46] O Império venceu a guerra e pode-se dizer que Caxias, senador pelo Rio Grande do Sul, ao liderá-la estava representando também os seus eleitores, num misto de ação política e militar[47].

Domingos havia sido um dos principais líderes da Revolução Farroupilha e nutria certo prestígio regional por conta disso. Na década de 1850, continuou influente na política regional e quando as reclamações contra os ataques uruguaios aos estancieiros rio-grandenses voltaram a preocupar as autoridades brasileiras e o charque enfrentava uma queda de preços, ele retornou à cena para articular os seus contatos políticos. Desta vez, Domingos criou o jornal *O Brado do Sul* (em 1859), onde frequentemente atacava a política do Governo Imperial para com a economia rio-grandense. No editorial do dia 29 de março daquele ano, ele fazia um apelo aos deputados gerais rio-grandenses para defender a causa da província na Corte e afirmava que a indústria do charque havia se animado nas épocas de guerra no Prata, "dando grandes lucros aos charqueadores e influindo beneficamente sobre todo o giro do nosso comércio". Em seguida: "Hoje, porém, tendo o governo provavelmente tomado a decisão de aniquilar de uma vez o Rio Grande, sufocando a par do seu comércio, morto pelo contrabando, também a sua indústria". Para Domingos, ao não taxar o charque platino, percebia-se "quão pouco o governo conosco se importa e conta". E ao final do longo editorial ele ameaçava: "Sem medidas tais é inevitável a completa ruína de nossa indústria e sucumbindo na mesma ocasião o nosso comércio ao contrabando, o que restará à pobre província do Rio Grande do Sul? A miséria e a fome (já o dissemos) são a revolta"[48].

---

46 Carta de Domingos J. de Almeida a José Mariano de Mattos. *In:* Anais do AHRS, v. 3, CV-664 – CV-663, 1978. Domingos escreveu a Mariano de Mattos dizendo que tendo Caxias à frente do Exército "ninguém fica em casa". Carta de 17.06.1851. *In:* Anais do AHRS, v. 3, CV-662, 1978.

47 Sobre a importância dos oficiais da Guarda Nacional na sociedade rio-grandense e as suas articulações com o mundo da política ver MUGGE, Miqueias H. *Senhores da Guerra*: Elites Militares no Sul do Império do Brasil. Tese de Doutorado em História. PPGHIS-UFRJ, 2016.

48 *O Brado do Sul*, (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), Pelotas, 29.03.1859.

Além do periódico, a leitura da correspondência do charqueador revela que ele mantinha contato com muitos oficiais militares e da Guarda Nacional, como Manoel Luís Osório e David Canabarro, além de estancieiros com reconhecido prestígio na fronteira como Antônio de Souza Netto. Em carta de outubro de 1862, o charqueador reclamou para este: “General, o aspecto moral, financeiro e político de nosso país parte em pedaços o coração de quem o ama”.[49] Os destinatários de Domingos eram muitos, mas os deputados Félix da Cunha, Barão de Mauá, Affonso Alves e Manoel Lourenço merecem destaque por se tratar de intermediários políticos do charqueador tanto em Porto Alegre quanto na Corte. Eram deputados que ele ajudou a eleger pedindo votos a fazendeiros e comerciantes, como revela uma carta que escreveu ao General Canabarro[50]. A importância da guerra para o deputado Mauá foi indiscutível, uma vez que suas finanças no Prata, seus negócios com exportação de couros e seus investimentos agrários se ampliaram mais ainda[51].

O interessante é que cada um desses fazendeiros também fazia a sua parte pressionando os deputados gerais e senadores. Manoel Luís Osório, por exemplo, servia de intermediário entre o deputado Félix da Cunha e os estancieiros que o elegeram, remetendo reclamações e pedidos de toda a ordem. O deputado Felipe Nery parecia apresentar a mesma relação com o estancieiro Antônio de Souza Netto, dono de terras no Uruguai, assim como Timóteo Pereira da Rosa, para com o general David Canabarro – estancieiro mais rico de Santana do Livramento[52]. Nas vésperas da Guerra do Paraguai, esses grandes proprietários mantinham corrente correspondência com os deputados rio-grandenses na Câmara. Na mesma época, outros dois deputados rio-grandenses, Gaspar Silveira Martins e Félix da Cunha, juntaram-se a Manoel Luís Osório e, na Corte, foram reclamar dos ataques sofridos pelos rio-grandenses na fronteira. Na cúpula do poder imperial, eles tinham como aliados os deputados José Bonifácio e Francisco Brusque (um dos 27 deputados rio-grandenses aqui analisados) e os deputados Francisco Otaviano e Martinho Campos, como o próprio Felix da Cunha declarou em uma missiva de julho de 1864 ao general Canabarro[53].

---

49 Carta de Domingos J. de Almeida para Antônio de S. Netto. *In:*Anais do AHRS, v. 3, CV-788, 1978. Além disso, os próprios filhos de Domingos lidavam diretamente com estes chefes, como por exemplo, nas cartas em que menciona os encontros do jovem Epaminondas com Osório e de Junius Brutus com o próprio General Neto, em Montevideu.

50 Carta de Domingos J. de Almeida para David Canabarro, Pelotas, 06.09.1862. *In:* Anais do HRS, v. 3, CV-731, 1978.

51 Sobre Mauá, ver GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado:* o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia (1854-1866). Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo, 1997 (1997); VARGAS, Jonas M. “Os Barões do charque e suas fortunas”: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

52 VARGAS, Jonas; FARINATTI, Luis. “Alargados horizontes”: estratégias familiares da elite política regional entre a fronteira, a Corte e a Europa (1830-1855). *Revista Locus*, UFJF, 2017.

53 Carta de Félix da Cunha para Canabarro. Rio de Janeiro, 26.07.1864. AHRS, CV-3438.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mencionadas missivas são apenas um fragmento das múltiplas negociações e cadeias de relações que conectavam a elite política à elite econômica no Rio Grande do Sul. Outras redes e grupos de famílias poderiam ser analisadas, mas penso ser suficiente apresentar ao leitor estes dois casos. A Guerra do Paraguai trouxe títulos de nobreza para os rio-grandenses, colocou a província num patamar superior na política nacional e alavancou a economia charqueadora para o seu auge. Se todas essas articulações políticas, diplomáticas e econômicas trouxeram importante retorno para as elites analisadas, elas não foram tão duradouras. Décadas depois, a nobreza foi derrubada pela República e as charqueadas escravistas definharam. Assim sendo, as guerras contra os países platinos vieram a cessar e os conflitos na fronteira, enquanto discurso de barganha junto ao governo central, também foram diminuindo. A época em que uma elite política, que ao mesmo tempo era uma classe de grandes proprietários de terra e escravos articulados ao setor mercantil-charqueador, também foi lentamente deixando de produzir amplas redes que envolviam grandes caudilhos articulados aos bacharéis e deputados. É bem verdade que no auge do coronelismo republicano tais relações se mantiveram, mas penso que o período aqui analisado parece ter sido aquele no qual a relação da elite política rio-grandense com a mencionada elite econômica profundamente dependente da estrutura agrária na fronteira com o Uruguai foi a mais íntima e profunda. Creio que a urbanização e a lenta profissionalização da política, a colonização agrícola na metade norte da província, a diversificação econômica, contribuíram para uma maior mudança do rosto da nova elite nas décadas posteriores, sobretudo na Primeira República, mas ainda são necessárias novas pesquisas para identificar melhor as continuidades e rupturas deste processo, as distintas culturas políticas em disputa, assim como a fronteira como espaço de convergência de interesses econômicos e políticos que pautaram a formação de lideranças e o comportamento das mesmas em tais cenários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: UnB, 1998.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BERUTE, Gabriel S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro*: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Tese (Doutorado em História) – PPG-História/UFRGS, 2011.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul*: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BETHELL, Leslie. O Imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, n. 9, v. 24, 1995, p. 269-285.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo*: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo: Pulmón, 2004.

BOTH, Amanda C. *A trama que sustentava o Império*: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2016.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada*: o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B. A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata. *In: Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: IHGBA, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado*: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia (1854-1866). Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1997.

KUNIOCHI, Márcia. Ter escravo em Rio Grande. *In: Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, 2007.

LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINY, Carina. *O chefe político dos mais avançados republicanos*: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História) – PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas*: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – PPG História UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese de Doutorado em História. PPGH-UFRGS, 2015.

MUGGE, Miqueias H. *Senhores da Guerra: Elites Militares no Sul do Império do Brasil*. Tese de Doutorado em História. PPGHIS-UFRJ, 2016.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. vol. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

PALERMO, Eduardo. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil. *In: Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata*: su historia y sus consecuencias. Montevideu, 2003.

SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

VARGAS, Jonas; FARINATTI, Luis. "Alargados horizontes": estratégias familiares da elite política regional entre a fronteira, a Corte e a Europa (1830-1855). *Revista Locus*, UFJF, 2017.

VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte*: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM/ANPUH-RS, 2010.

VARGAS, Jonas M. Um olho no Atlântico, outro na Fronteira. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *Clio- Revista de pesquisa histórica*, nº 30, vol. 2, Recife, 2013. p. 1-23.

VARGAS, Jonas M. *Os Barões do charque e suas fortunas*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites*. Dissertação (Mestrado em História) – PPG História UFRGS, 2002.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Avisos do Ministério de Estrangeiros. Câmara de São Borja, Correspondências expedidas, 1858, Fundo: Câmaras Municipais, m. 233, AHRS.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Coleção de manuscritos, Coleção Rio Grande do Sul.

2º CARTÓRIO DE ÓRFÃOS E AUSENTES. Inventário de Honório L. da Silva, n. 111, m. 6, Pelotas, 1880 (APERS).

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Jornal *O Brado do Sul*. Rio de Janeiro –.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Jornal *O Constitucional*. Rio de Janeiro.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais*, v. 3, 1978.

DOS CRUZAMENTOS E DAS FRONTEIRAS: PROJETOS INDIVIDUAIS E TRAJETÓRIA NACIONAL – RELAÇÕES BRASIL-URUGUAI NO SÉCULO XIX[1]

Carla Menegat[2]

INTRODUÇÃO

O contexto da fronteira Brasil-Uruguai em meados do século XIX permitia uma margem de manipulação da ordem legal e pública que possibilitava que indivíduos influíssem em nível local sobre a construção das instituições estatais que, a princípio, seriam reguladas nacionalmente. Eles tinham impacto sobre o ritmo desse processo em curso e agiam de formas distintas e com recursos diferentes, segundo suas possibilidades. Uma forma era a dos agentes de fronteira, que forçavam a apreensão das reses, ou pediam suborno. Outra forma era a dos prejudicados que buscavam o Comando da Fronteira e criavam uma cadeia de informações entre autoridades brasileiras que não passava necessariamente pelo Rio de Janeiro, mesmo que chegassem lá, como muitos anexos a documentos enviados ao Ministro Paranhos (dos Negócios do Estrangeiro) indicam.

Os Comandos de Fronteira reportavam informações colhidas nas conversas cotidianas ou por súditos que procuravam a Guarnição para apresentar suas reclamações. Esses documentos foram enviados ao Presidente da Província, também Chefe de Armas na ocasião, que os enviou diretamente a Montevidéu, sem passagem pela Corte. Esse trajeto encurtava distâncias entre a elite dos pecuaristas brasileiros e o centro de poder. Mas a construção dessa instância só aconteceu depois da intervenção do exército do Império do Brasil na Guerra Grande[3].

1 Parte das reflexões deste capítulo foram escritas na minha tese de doutorado, ainda inédita.

2 Professora do Instituto Federal Sul-Riograndense, Doutora em História pela UFRGS. Projeto financiado com recursos PIBIC-IFSul.

3 Conflito civil uruguaio iniciado em1839, quando as duas facções políticas, *blancos* e *colorados* dividiram o país, construindo inclusive dois governos. O conflito se encerraria com a intervenção brasileira em 1851.

Antes disso, esse trajeto precisou ser criado e para isso precisamos entender os instrumentos utilizados por diferentes indivíduos.

Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, estava numa posição interessante para realizar pressões sobre os governos do Império e do Estado Oriental. Nascido em Porto Alegre, Chico Pedro, como era conhecido, não seguia o padrão mais comum dos líderes militares da Província, que geralmente eram oriundos do mundo rural da fronteira. Sua trajetória adquiriu relevância quando atuou nas tropas legalistas durante a Revolução Farroupilha e sua ascensão foi bastante rápida.

O reconhecimento pelas ações durante a sedição dos farrapos veio em forma do título de Barão de Jacuí, o qual nenhum outro rio-grandense recebeu por sua cooperação com as forças legalistas[4]. Francisco Pedro de Abreu havia se tornado notável pela sua perícia e empenho, trabalhando com o elemento surpresa e usando de múltiplos recursos combinados: cavalaria, infantaria, barcos, tocaia, o que fosse necessário para derrotar as forças rebeldes. Outra das façanhas que fez parte da consagração de Chico Pedro foi seu papel de comando na última batalha entre o Império e os farrapos, a Batalha do Cerro de Porongos, conhecida por ter praticamente dizimado o corpo de lanceiros negros do exército rebelde. Nesse momento do conflito, Abreu seguia ordens diretas do então Barão de Caxias, forjando uma relação de proximidade que persistiria depois do conflito e que imediatamente lhe renderia o posto de Comandante da Fronteira de Jaguarão logo após a assinatura da paz em Ponche Verde. Este posto o colocaria diretamente em contato com o volumoso número de refugiados de partidários de Rivera, que após a derrota em Índia Muerta, atravessaram a fronteira para ali se instalar[5].

Nos anos que se seguiram à Revolução Farroupilha, Francisco Pedro de Abreu intensificou seus negócios estendendo-os do Rio Jacuí até a fronteira. Em algum momento entre 1845 e 1849, o Barão deu baixa do serviço das armas e direcionou seus esforços para ampliar seus dividendos no comércio e criação de gado. No mesmo período, casou com sua prima, Maria Amália de Araújo Brusque, sobrinha de José de Araújo Ribeiro, o Visconde de Rio Grande, então diplomata brasileiro na França. Esse período correspondeu à consolidação da posição do Barão como parte do topo da hierarquia social da Província.

Nos anos anteriores às *califórnias,* Chico Pedro se tornou um importante fornecedor do exército, vendendo cavalos e mulas às tropas na fronteira[6]. Também se tornou um importante notável da Vila de Uruguaiana, de onde passou a dirigir seus negócios, que incluíam propriedades no Brasil e no Uruguai, onde, segundo

4 FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006, p. 15.

5 Uma listagem de refugiados foi produzida em 1847, durante um esforço que levou várias Câmaras das municipalidades fronteiriças a levantarem os nomes dos exilados. Em Jaguarão, após três anos, 66 chefes de família foram listados. 1848, Documento nº 226b, maço 80, caixa 36 – Fundo Correspondência de Câmaras (Jaguarão) – AHRS.

6 Conforme se percebe em documentos entre 1847-1850. IG[1] 179-183. Série Guerra – Gabinete do Ministro – ANRJ.

declaração própria[7], chegou a possuir 30 mil reses[8]. Uma dessas propriedades arrendada do Coronel Olivério José Ortiz, possuía 18 léguas[9] de campo ao sul do Rio Quaraí, e foi embargada em 1848 por Dom Diego Eugênio Lamas, comandante *blanco*. Segundo a documentação, os orientais acusavam o Barão do Jacuí de acreditar ter o direito de dispor de suas reses como bem entendesse, não pagando taxas e não respeitando as restrições sobre a passagem de gado de um país a outro.

O então Coronel Olivério José Ortiz, proprietário da estância de Tacumbú, era um militar de carreira com extensa folha de serviços combatendo os castelhanos, que remontava à ocupação da Cisplatina em 1811. Possivelmente essa propriedade fosse resultado da distribuição de terras realizada pelo Comandante Militar durante a ocupação portuguesa, dado que em 1814, o então tenente de milícias Olivério Ortiz recebeu uma sesmaria na Fronteira do Rio Pardo, na margem do Quaraí, no que depois se tornaria o município de Alegrete. No pedido, declarava seus serviços à Coroa, demonstrando o que acreditava ser seu merecimento sobre o campo[10]. Esse itinerário compunha boa parte das histórias de aquisição de terras por concessão de mercês naquela década, naquela fronteira.

Ao longo da segunda e terceira décadas do século XIX, Ortiz acumulou terras e gado e se tornou não somente um importante líder militar, mas pecuarista e comerciante de gado prestigiado, com um expressivo cabedal social e político[11]. Ao arrendar a propriedade de Tacumbú, Ortiz também vendeu todas as reses nela existentes ao Barão do Jacuí. Em troca, ficou com a Estância de Santo Isidro, de propriedade do Barão em São Gabriel, ao lado da qual arrendou mais um campo.

O arrendamento incluiu Francisco Pedro de Abreu na extensa lista de proprietários brasileiros com estâncias no Estado Oriental de 1850. E, em consequência, colocou Abreu no centro de uma série de acontecimentos que acirraram os ânimos das autoridades dos dois países e que produziu um volume incomum de documentação. Esses acontecimentos giraram em torno das incursões privadas ao território do país vizinho, comandadas por ele, em busca de gado para recuperar seus negócios. Do ponto de vista historiográfico, as *califórnias*, como ficaram conhecidas essas incursões, são um daqueles fenômenos em que é possível avaliar diferentes recursos sociais de um mesmo indivíduo, olhando suas relações em diferentes escalas, tanto do ponto de vista horizontal, quando em

---

7 FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006, p. 18-19.

8 A informação vem de uma carta do Barão para Caxias, no processo de sua defesa. IG¹ 183 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

9 A título de comparação, o equivalente a 31.876 ha.

10 Luís Augusto Farinatti discute com bastante propriedade essa política de trocas entre os militares servindo na fronteira e o Império Português, pensando exatamente a trajetória de Olivério José Ortiz. FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 187-194.

11 Farinatti estudou longamente a trajetória de Olivério José Ortiz e sua família, demonstrando como sua trajetória entrelaçava guerra, negócios e família. FARINATTI, Luís A. (2010), p. 32; 42-44; 115-121.

contato com seus pares, quanto do ponto de vista vertical, em que as relações de poder estão aplicadas de forma desigual, compreendendo seu papel protagonista em um evento histórico. Nos permite reconhecer, desde um ponto de vista privilegiado, mecanismos que estruturam essas relações e a conformação de uma série de instituições. Portanto, para entendê-las como ato político no contexto da relação entre o Império e o Estado Oriental, precisamos entender quem era o Barão do Jacuí dentro da política imperial, provincial e mesmo local.

Antes de se tornar um pecuarista importante, Abreu se tornou um guerreiro reconhecido, como atestam não apenas seu título de nobreza, mas também a Ordem Imperial do Cruzeiro que recebeu especificamente por derrotar o líder farrapo Bento Gonçalves[12] e a moção de felicitações que recebeu da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em março de 1846[13]. Sua capacidade militar se destacava de forma particular no contexto da Guerra de Movimento, a tática militar empregada na região platina, que privilegiava o uso da cavalaria ligeira – também conhecida como *guerra gaucha*. Durante os primeiros anos do conflito, foi a inexperiência dos militares vindos da Corte nessa modalidade de guerra que garantiu vantagem aos rebeldes[14]. Foi também a compreensão do então Barão de Caxias de que era preciso buscar rio-grandenses legalistas que conhecessem não apenas esse tipo de batalha, mas as formas de garantir o suprimento de cavalos para o exército que permitiu que o Império viesse a encerrar a revolta a contento.

Na correspondência trocada com Caxias é possível apurar a singular habilidade de Chico Pedro reunir, seja através de confisco, captura ou recorrendo à compra, as cavalhadas necessárias para a remonta do exército do Império. Em duas ocasiões, Francisco Pedro de Abreu se gabou de ter capturado respectivamente quatrocentos e quinhentos cavalos[15]. Nas coxilhas do sul do Brasil – e, também nas do Estado Oriental – os cavalos eram verdadeiros "agentes de guerra"[16], sendo a vantagem sempre das tropas que estivessem mais bem servidas de animais.

Muitos líderes militares usavam de seu prestígio para garantir as montarias das tropas. Embora fosse possível comprar cavalos no Rio Grande do Sul, o mais comum durante a Revolução Farroupilha foi comprar no Estado Oriental e depois, quando se fez a investida do Império contra Oribe, na província Argentina de Corrientes. Esses movimentos exigiam do comissionado para a compra a confiança tanto do exército, quanto dos criadores.

---

12 RIBEIRO, José Iran. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015, p. 2.

13 FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006, p. 16.

14 SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias,* o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 408.

15 GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província.* A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 80.

16 SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias,* o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 409.

Os comissionados eram escolhidos pelo comandante e acabavam tendo uma boa oportunidade ao manipularem a escolha dos vendedores. Era possível, assim, beneficiar aliados políticos locais, reiterar relações de proteção e com isso, aumentar o próprio prestígio. David Canabarro, ex-líder farroupilha, escrevia em 1850 ao Duque de Caxias oferecendo seus préstimos para intermediar a venda de cavalos de propriedade da viúva de um falecido amigo seu. Sendo o inventariante dos bens do casal, Canabarro sugeria que poderia receber em letras da pagadoria militar, que ele mesmo trocaria por dinheiro, separando sua comissão[17]. No contexto da iminente invasão do Estado Oriental, a necessidade de cavalos fazia a ocasião daqueles que tivessem suas relações. E mais importante que isso, colocava o Império numa posição de dependência das relações de seus oficiais, permitindo inclusive a reabilitação de muitos dos farroupilhas.

O outro lado da moeda do prestígio na compra também tinha de ser acionado. Se por um lado os Comandantes podiam beneficiar seus aliados ao comprarem deles, por outro, conforme o conflito se estendia por períodos mais longos, a escassez aumentava, era preciso mobilizar as relações para obter mais animais em condições quase sempre desfavoráveis ao comprador. As compras poderiam ser pagas em dinheiro, mas o uso de letras e títulos da Pagadoria Militar era corriqueiro. Esses títulos tinham pagamento inseguro aos olhos da maioria dos estancieiros, e muitos criadores inflacionavam os valores ou mesmo escondiam seus animais para evitar a venda[18]. Conseguir cavalos nessas condições muitas vezes significava empenhar a palavra, obter a confiança do vendedor, usar todo o seu prestígio.

Essa condição acabava por tornar interessante para a Coroa a manutenção dentre as fileiras de seus líderes militares de homens que possuíam negócios e criação em pontos estratégicos da fronteira para a obtenção de montarias. Esse era o caso de um dos oficiais que acompanhava Francisco Pedro de Abreu, o capitão Hipólito Girio Cardoso, que durante a Revolução Farroupilha foi um dos comissionados para comprar cavalos para as tropas de Caxias. Anos depois, seria em sua estância que se reuniriam os *californianos* para avançar sobre o território do Estado Oriental.

O mesmo Coronel Olivério Ortiz, de quem o Barão do Jacuí arrendou as terras no Estado Oriental, fora comissionado em 1851 para comprar montarias na região das Missões para o exército que iria combater Oribe. A importância do abastecimento de cavalhadas para as tropas pode ser medido por um elemento da trajetória desse militar. Ortiz tinha originalmente se comprometido com os farroupilhas durante a guerra civil rio-grandense. Prevendo o definhar da revolta, em 1843 ele abandonou as fileiras dos revoltosos e voltou ao Império. Sua condição de líder militar importante lhe permitiu não apenas se entender com

---

17 IG[1] 182 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

18 FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010. p. 237.

Caxias, como também pôde interceder por seu genro e sobrinho, José Pedroso de Albuquerque, que havia sido ministro da justiça da República Rio-grandense[19]. Provavelmente sua condição de criador e comerciante com boas ligações foi levada em conta para sua rápida reintegração no serviço à Sua Majestade. Conhecer os caminhos e as gentes era recurso valioso na fronteira.

O próprio Barão do Jacuí era comerciante que havia provido em muitas situações o exército, o que indica que contava com o reconhecimento de seus superiores. Em 1849, mesmo ano em que convocaria seus compatriotas a lutarem no Uruguai, Francisco Pedro de Abreu pode ser encontrado na documentação reclamando do Presidente da Província o pagamento de sete mil patacões pelo fornecimento de cavalos. Além disso, teria fornecido também 280 mulas mansas para a artilharia[20], um número realmente expressivo, denotando que seu papel como comissionado não era pequeno. Sua importância como comerciante também pode ser medida pela relação mantida entre o Barão e Francisco José de Sousa Soares de Andrea, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul entre 10 de abril de 1848 e 6 de março de 1850.

Andrea foi um dos principais denunciantes das investidas sobre o território oriental pelo grupo do Barão, buscando inclusive levá-lo à prisão. Ao mesmo tempo que acusava publicamente Francisco Pedro de Abreu de buscar levar o Império à guerra com o Estado Oriental, emitia ordens de pagamento por provisões para as tropas na fronteira entregues pelo mesmo Francisco Pedro de Abreu. A questão era que a dinâmica do abastecimento das tropas na fronteira nem sempre acompanhava os acontecimentos políticos. Andrea não conseguiria nesta sua gestão na presidência provincial suplantar as relações que o Barão tinha na fronteira e mesmo com o centro do país. Mas voltarei a essa situação mais adiante, quando discutirei como o Império tratou as *califórnias* desde a Corte. Por enquanto, basta perceber que o papel de Chico Pedro como fornecedor das tropas e comissionado na fronteira do Quaraí não pode ser totalmente suplantado pelos protestos do Presidente da Província.

Nesse sentido, avaliar a escolha de Francisco Pedro de Abreu em abandonar as armas e investir no comércio pode nos permitir vislumbrar mais uma faceta de seu prestígio. Sendo, como dito antes, da alçada dos Comandantes passar as comissões para a compra de cavalos, a permanência de Abreu como fornecedor num período de paz, como era em 1849, pode ser um importante indicativo sobre suas boas relações na fronteira no que se refere a alguns líderes militares, ao menos antes das *califórnias*. Esse terreno local também não era livre de disputas, mas o cabedal do Barão foi grande o suficiente para apostar sua reputação ao agrupar homens e desafiar tanto o Império quanto o Estado Oriental, sem que isso o afetasse diretamente por algum tempo.

---

19 FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010. p. 240.

20 FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006. p. 19.

Mesmo que utilizados diferentes mecanismos para conseguir comprar montarias, essas seguiam sendo insuficientes. Com isso, as investidas sobre cavalhadas e rebanhos de vacuns do inimigo tinham um particular papel nesse processo de abastecimento da guerra de movimento. Durante a Revolução Farroupilha, Francisco Pedro de Abreu se tornou um dos líderes militares que mais apreendeu animais para o exército legalista. De toda forma, tanto capturar cavalos do inimigo, quanto se apossar do gado, por confisco ou apreensão, eram partes do cotidiano de abastecimento das tropas na *guerra gaucha*, fosse para a República Rio-grandense, carente de uma estrutura de Estado, fosse para o Império, que com todo seu tamanho, não podia mobilizar os recursos necessários na agilidade precisa.

A combinação que permitia reconhecer um desses importantes líderes militares da fronteira do Rio Grande do Sul incluía esse conhecimento dos caminhos dos negócios e das artes da guerra em campo aberto. Mas talvez a característica mais marcante fosse a de conhecer as gentes e, com isso, construir um conjunto de relações que permitisse agregar homens para lutar as guerras naqueles pagos. As condições que permitiam a um indivíduo recrutar homens eram variadas e muitas vezes difíceis de determinar em toda a sua extensão. Ainda assim, diversos estudos têm permitido visualizar essas condições[21]. Se por um lado, era a guerra que permitia a esses senhores guerreiros manterem seu poder na fronteira, a reprodução de uma série de relações em tempos de paz permitia mobilizar soldados quando surgisse um conflito, mesmo com transformações.

De uma condição em que, no início do século XIX, os comandantes eram os principais responsáveis pelas informações no processo de concessão de terras, até o fechamento gradual da fronteira agrária, com a drástica diminuição de terras devolutas e a baixa qualidade das que sobraram na década de 1850; onde, a criação de municípios fronteiriços – como Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento – reduziu a dependência de informações militares sobre a região, ao ampliar os espaços de administração e participação política; também a especialização da burocracia, o que implicava na retirada de funções não militares dos comandantes – como o recolhimento de impostos na fronteira com o Estado Oriental[22]; e com o processo que iniciava a centralização das forças militares, ao estabelecer a escolha dos oficiais pelo presidente da província em 1837, os líderes militares – especialmente aqueles que ocupavam os cargos de comandantes – passaram a ter que reorganizar a forma como angariavam a simpatia dos seus possíveis subalternos.

---

21 RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas:* Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013; FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010; FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos:* a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Santa Maria: UFSM, 2010.

22 LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 130-131.

Porém, é preciso observar que essa centralização não foi nem imediata, nem independente dos potentados locais, que podiam não ter forças para barrar as transformações, mas tinham condições de manipulá-las em seu favor[23]. A possibilidade de líderes políticos locais intervirem em prol de seus aliados nas nomeações da Guarda Nacional, permitia reproduzir esse poder tanto com membros da elite com menor cabedal, quanto com subalternos. Na fronteira, aqueles que possuíam trajetória militar tinham maior capacidade de intervenção, mas mesmo aqueles que construíram seu patrimônio político com as palavras tinham sua capacidade de influência. Domingos José de Almeida que fora Ministro da Fazenda da República Rio-grandense a exemplo de muitos outros notáveis locais em toda a Província, produziu listas detalhadas de homens em condições de servir em 1850.

Baseadas em seu conhecimento das experiências dos indivíduos em conflitos anteriores, especialmente entre os que engrossaram as fileiras da extinta República, adjetivando os indivíduos que constavam do rol, Almeida não apenas o constituiu no sentido de identificar possíveis recrutáveis, como utilizou de seu prestígio para convidá-los a pedido de Caxias. Se mesmo um farroupilha de tamanha importância na rebelião, mas sem experiência militar, conseguiu intervir de forma positiva em favor de seus aliados, um legalista como o Barão do Jacuí, que servira sob as ordens do próprio Duque de Caxias ao lado do Império, podia alcançar benefícios muito mais atraentes.

Certamente pode-se contar como outro aspecto da perícia militar de Francisco Pedro de Abreu, sua capacidade de arregimentar homens. Durante a Revolução Farroupilha sua liderança entre as tropas permitia que as arriscadas investidas que Abreu planejava fossem executadas. Não se tratava apenas de recrutar efetivos num contexto em que a guerra se arrastava por anos, mas também de mantê-los. Porque se o recrutamento era um problema num mundo em que servir tinha cada vez menos vantagens e atrapalhava os negócios, a deserção caminhava lado a lado. Esse tipo de lealdade lhe permitiria arregimentar quinhentos homens durante as *califórnias*, se considerarmos as informações daqueles que denunciavam o Barão de Jacuí[24].

Se realmente Chico Pedro conduzia quinhentos homens nas suas incursões ao Estado Oriental, não é possível saber quem eram todos estes homens. Mas uma lista – parcial, como denota o autor ao dizer que havia "mais alguns de quem nem se sabe o nome" – produzida pelo então Tenente Coronel Manuel Luís Osório e anexada a um ofício enviado à presidência da Província nos permite vislumbrar vinte e oito oficiais que o acompanhavam: cinco cidadãos orientais, um

23 MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar:* um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

24 Nota de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desde a Legação brasileira em Montevidéu, para o Ministro dos negócios do Estrangeiro, Paulino José Soares de Souza em 26 fev 1850 – Códice 221/3/8 – Arquivo Histórico do Itamaraty- RJ.

entreriano e vinte e dois súditos do Império[25]. Esses oficiais certamente gozavam de alguma notoriedade para serem percebidos por Osório, então Comandante da 2ª Brigada de Infantaria em Bagé.

Entre estes oficiais, estavam homens que agregavam seu próprio patrimônio militar ao grupo. O Capitão Hipólito Girio Cardoso, mencionado anteriormente, fora, assim como o Barão, um oficial de relativa importância no serviço de armas contra os farroupilhas. O Tenente Manoel Coelho Agaxa, era um importante pecuarista, pertencente a uma família de posses e serviços na fronteira do Alegrete. Na fronteira de Bagé, reunindo proprietários com posses embargadas em Tacuarembó, o Coronel João Antônio Severo, outro combatente legalista dos tempos da Revolução Farroupilha, pretendia se juntar ao grupo do Barão de Jacuí com duzentos homens, assim como o Tenente Vicente Fialho, que tinha trajetória semelhante. Muitos dos oficiais faziam parte de famílias com terras no Estado Oriental, mas que construíam sua trajetória política e social dentro dos limites do Império, o que incluía o serviço na Guarda Nacional.

Reunir estes homens permitiu que o número de combatentes que atravessavam a fronteira com o grupo possivelmente fosse de fato de quinhentos homens, o que por si só era um número impressionante. A simples notícia enviada à Corte teve seu impacto. A título de comparação, para toda a campanha contra Oribe, foram mobilizados 20 mil homens reunidas a 1ª e a 2ªlinhas. Um único líder que conseguisse com suas relações mobilizar quinhentos homens era um poder a ser respeitado. A mobilização da Guarda Nacional era fundamental para a proteção da fronteira, sendo o Império dependente destes homens. A questão pode ser resumida justamente pela afirmação do então Tenente Coronel Manoel Luís Osório de que "já se vê que enquanto a Guarda Nacional guarnecer a fronteira é de recear que pouco sossego haja nela, porque parece-me não são pontuais em cumprir as ordens do Governo"[26].

A adesão de tantos oficiais da Guarda Nacional a uma ação que ia contra a postura de "neutralidade" da Corte retomava a suspeita sempre presente que o Império tinha sobre os senhores da guerra na Província e sua capacidade de autonomia. Além da capacidade de recrutar homens, do conhecimento sobre como fazer a guerra naquelas plagas e os caminhos para abastecer as tropas com montarias, os líderes políticos na fronteira também tinham uma rede de suporte que atravessava o espaço platino. O que nos leva a outro ponto, as relações que esses homens tinham com outros líderes militares no Rio da Prata.

---

25 O ofício, existente no Fundo Autoridades Militares do AHRS foi parcialmente publicado por Costa Franco em seu livro sobre Chico Pedro, com a lista completa. FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006. p. 35.

26 FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006, p. 32.

No bando do Barão do Jacuí para as *califórnias,* estavam oficiais orientais colorados, como Calisto Centurión – conhecido pela alcunha de Calengo – e o *entreriano* unitário Coronel Manoel Hornos. Emigrados de suas pátrias pelas disputas políticas locais, ambos eram motivo de preocupação para o Império – especialmente Centurión que tinha sido aliado dos farrapos[27] – não apenas por fornecerem mais homens às investidas ao Estado Oriental, mas porque podiam ser interpretados como sinais de alianças políticas indesejadas ao Império. Em realidade, esses dois homens representavam uma pequena parte de um contingente de emigrados provenientes de todos os pontos da Bacia do Prata que eram vistos como risco às boas relações com os países vizinhos, independente de cor política.

A longa tradição de cooperação dos senhores guerreiros do Rio da Prata remonta às guerras de independência e se exprimia em relações bastante pessoalizadas. Bento Gonçalves, o líder dos farroupilhas, era compadre de Lavalleja, e havia vivido em Mello no departamento oriental de Cerro Largo, chegando a exercer a função de alcaide. As relações de Bento Gonçalves com o líder oriental o levaram a usar seu posto de Comandante da Fronteira de Jaguarão para acobertar as ações deste contra o então presidente Rivera em 1832, permitindo que Lavalleja se refugiasse no Rio Grande do Sul.

Tal procedimento também foi partilhado pelo Comandante da Fronteira do Alegrete, Bento Manuel Ribeiro, quando da retirada de Lavalleja de Jaguarão e seu refúgio em Entre Rios. Esse movimento foi resultado da ordem vinda do Rio de Janeiro de desarmar os emigrados orientais que acompanhavam Lavalleja. Essas ações conformaram o centro da crise entre o Presidente da Província e os líderes militares que levou à sedição farroupilha, quando o Império tentou conter a autonomia militar de ambos os Bentos e evitar a retomada das feridas deixadas pela Cisplatina.

Durante toda a revolta, os farrapos estiveram aliados a líderes orientais e argentinos, numa dança cheia de trocas de parceiros, complicada de acompanhar. Bento Manuel Ribeiro foi o ponto inicial de ligação dos rebeldes com Dom Fructuoso Rivera a partir de 1838. Sua relação com Rivera determinou por algum tempo o apoio do líder colorado aos farrapos. Bento Manoel ficou conhecido pela memória popular por ter trocado de lado três vezes, terminando a revolta ao lado do Império. Suas reviravoltas políticas fazem parte das vitórias ou derrotas das alianças dos farroupilhas.

Ao mesmo tempo, e desde o início da revolta, os Generais da República Rio-grandense Antonio de Souza Netto e João Manoel de Lima e Silva estabeleciam conversações através de representantes com o líder *blanco* Manuel Oribe. As alianças se tratavam de ações com um tom forte de pragmatismo para esses líderes. Tanto Oribe quanto Rivera pretendiam jogar com a possibilidade de aces-

---

27 GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província.* A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 159.

sarem o auxílio do Império, ou ao menos, sua neutralidade. A própria dubiedade da posição adotada pelo Império, que buscava ganhar a confiança tanto de *blancos*, quanto de *colorados*, sem de fato se comprometer fortemente com nenhum dos lados ajudava a aumentar a fluidez dessas relações[28].

A partir de 1839, as alianças no espaço platino se tornariam mais complexas. Com o início da Guerra Grande os alinhamentos se tornaram mais claros e de um lado se encontravam Oribe, Rosas e Lavalleja e do outro Farroupilhas, emigrados unitários argentinos e Rivera[29]. O Império por sua vez vai se concentrar fortemente em resolver a contenda com os farrapos para evitar ser arrastado nas lutas dos vizinhos platinos. Não se tratava apenas do Estado Oriental, as Províncias Unidas também provocavam preocupações.

Corrientes foi alvo de grande atenção pelos líderes militares do Prata. A província *litoraleña* argentina constituía naqueles anos o principal foco de resistência às investidas centralizadoras do governador de Buenos Aires de Juan Manuel de Rosas. Também era uma alternativa ao Estado Oriental para o abastecimento de cavalos. De outra província *litorânea* partira a ofensiva de Oribe sobre o Estado Oriental: Entre Ríos. Com o apoio do governador Pascual Echagüe, também partidário de Rosas, Oribe conseguiu ser vitorioso em Santa Fé e dali, partiu com recursos para tomar o Uruguai. Essa campanha resultaria no cerco de Montevidéu e no consequente progressivo domínio da campanha pelos *blancos*. Também resultaria num avanço de Rosas sobre as províncias que se rebelavam contra seu poder e de seus aliados, conjugando confiscos e exílios na perseguição de seus adversários.

O número e a qualidade de exilados argentinos e orientais no Rio Grande do Sul depois do fim da Revolução Farroupilha foram preocupações constantes para a Corte. A postura de neutralidade assumida pela diplomacia imperial implicava em não permitir que se usasse do abrigo do território brasileiro no Rio Grande do Sul para planejar ações nos países vizinhos. A correspondência do Presidente da Província dá conta de inúmeras ordens de retirada de líderes políticos *correntinos, entrerianos* e orientais da Província, enviando-os para o Rio de Janeiro. Mais uma vez, as dificuldades em retirar esses chefes políticos se encontrava nas suas relações próximas com lideranças militares da fronteira.

Esse foi o caso dos irmãos Juan e Joaquín Madariaga que, sob a proteção do Barão do Jacuí, permaneceram na fronteira de Uruguaiana mesmo que as ordens da Corte exigissem sua remoção para fora da Província em 1847. Joaquín Madariaga morreu em 1848, mas seu irmão Juan seguiu no Brasil até poder se integrar ao exército de Urquiza e participar da vitória sobre Rosas em 1852. Antes dessa estada no Rio Grande do Sul, os irmãos já haviam se refugiado em Alegrete no ano de 1843 e no pedido que Juan Madariaga enviou ao Ministério dos

28 FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial.* São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 80-81.

29 GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província.* A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Linus, 2013.

Negócios Estrangeiros do Império, solicitava sua permanência, alegando ali ter família e negócios[30]. Os Madariaga haviam fundado Passo de Los Libres, a cidade argentina em frente à Uruguaiana, na outra margem do Rio Uruguai, sendo bem possível que ali mantivessem seus interesses comerciais.

De toda forma, como muitos exilados políticos, os Madariagas eram vigiados muito proximamente e se mantinham com o apoio dos senhores da guerra na fronteira, mas ao menos no que se refere à política oficial de retirada da Província constituíram uma exceção. Durante os anos em que os Madariagas permaneceram sob a proteção do Barão do Jacuí, uma série de ofícios reservados revela que serviram de intermediários para um diálogo com o General Justo Jose Urquiza que se revelaria bastante frutífero em 1851. O Barão do Jacuí estava incumbido, ao menos desde novembro de 1846, pelo Ministério dos Negócios do Estrangeiro, de observar quais as possibilidades de Urquiza se voltar contra Rosas e firmar um acordo com o Império. Como bom estrategista, o próprio Barão sugeriu que o Império analisasse os movimentos de Urquiza para se certificar de suas intenções antes de se comprometer[31].

Ainda assim, o Império tinha suspeitas em lançar indivíduos sozinhos nesse tipo de missão. Antes do Barão do Jacuí, o Tenente Coronel Osório tinha sido enviado de forma secreta a Corrientes e Entre Rios para avaliar a situação naquelas províncias e tinha estabelecido contato com Joaquín Madariaga, quando este ainda se encontrava no governo de Corrientes[32]. Ao que parece, o Ministério dos Negócios do Estrangeiro acreditava que era preciso mais de uma fonte de informações nesse mundo da fronteira tão distante da Corte. Quando começaram as primeiras reclamações das *califórnias*, dando conta dos apoios de exilados no Prata àquelas ações, o Ministro Limpo de Abreu suspendeu a missão do Barão. Sua avaliação era de que houvera "má execução" e que Francisco Pedro de Abreu deveria se retirar de Uruguaiana[33].

Os emigrados orientais e das Províncias Unidas que acompanhavam o Barão do Jacuí eram parte de um cenário de guerras constantes e de disputa política intensa no espaço platino, marcada por alianças que ultrapassavam as fronteiras. Essas alianças também alimentavam uma longa rede de informações, que na metade do século XIX interligava de Assunção a Buenos Aires, do Rio de Janeiro a Montevidéu, com paradas estratégicas nas fronteiras e nas capitais das províncias argentinas do litoral e do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Império exemplarmente utilizava todos os recursos que dispunha, especialmente as informações colhidas por líderes políticos locais.

---

30 Correspondência do Presidente da Província, Maço 19, nº 7, 1848. AHRS; Códice 221/3/7. AHI.

31 Códice 309/4/23. AHI.

32 DORATIOTO, Francisco. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 86.

33 Ofício reservado 10 abr 1848. Correspondência da Presidência da Província, Maço 18. AHRS.

No início do ano de 1848, quando começaram a surgir os primeiros indícios de temor sobre ações armadas na fronteira, o Encarregado da Legação Brasileira em Montevidéu, em seu relatório, apontou seu receio sobre notícias vindas dos lados do Quaraí: "rumores de que alguns brasileiros *influentes* procuram por vias de facto vingar-se da injustiça com que dizem ser tratado pelo General Oribe e seus agentes, e se haver parte da propriedade que dizem se ter esbulhado"[34]. A simpatia dos habitantes da fronteira em relação aos movimentos de Francisco Pedro de Abreu foi grande. Além do fato de dar vazão aos desejos de muitos proprietários brasileiros no Estado Oriental, a postura do Barão o colocava em perspectiva em relação aos seus pares.

Em 26 de dezembro de 1849, assinando como Francisco Pedro de Abreu, Comandante em chefe do Quartel General em marcha e dando vivas à nação brasileira e à Sua Majestade Imperial, lançou um manifesto em que conclamava às armas seus compatriotas para salvar a honra nacional e os orientais exilados para libertarem sua pátria da tirania[35]. A intenção de afastar a pecha de revoltoso era evidente no texto, mas de fato, não se constituiu em recurso suficiente para proteger o Barão da perseguição dos Comandos da Fronteira, da Presidência da Província e mesmo do Ministério dos Negócios do Estrangeiro.

A segurança de ação do Barão advinha de uma rara combinação entre o apoio local que recebia e que permitia estruturar suas atividades e os contatos que mantinha com figuras importantes do Império e do espaço platino, mas a sombra deixada pela Revolução Farroupilha com a ameaça de sedição podia ser mais forte. Boa parte da documentação produzida pela investigação sobre as atividades das *califórnias* buscava determinar se os homens que investiam sobre o território oriental estavam se rebelando contra o Império.

Antes da primeira proclamação, em dezembro de 1849, o contrabando era generalizado entre os grandes proprietários que tinham gado no Estado Oriental. Defendendo um aliado seu acusado pelas autoridades orientais de roubo, Felipe de Oliveira Nery escreveu para o Comandante Francisco de Arruda Câmara, argumentando que:

> Tudo se reduziu às proporções de um contrabando puro e simples, como todos os dias tem estado praticando o Barão do Jacuí, o Tenente Coronel Demétrio, o Capitão Hipólito [Cyro Cardoso], o Tenente Liberato [Rodrigues Jacques] e [João Xavier Azambuja] Vilanova, os Santos e Santa Annas, Brazeiro, Florentino de Abreu, Machado Leão e cem outros que seria por demais enumerar. Se estes estão quietos, e não tem sido criminados porque legalmente não o podiam ser, qual é o crime que tem o Constantino [Souza]?[36]

---

34 Nota de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desde a Legação brasileira em Montevidéu, para o Ministro dos negócios do Estrangeiro, Saturnino de Souza e Oliveira em jan. 1848 – Códice 221/3/6 – AHI.

35 Nota de 25 de feveiro de 1850. Códice 221/3/8 – AHI.

36 Carta de 9 de novembro de 1849. Códice 309/4/23 – AHI.

Nery aponta algumas das mais importantes personalidades e famílias da fronteira do Quaraí, e poderia ter incluído no rol o sogro de Arruda Câmara, Bento Manoel Ribeiro e, segundo os boatos, o Tenente Coronel Manoel Luís Osório, comandando o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé. Como bem aponta, todos esses senhores da fronteira se favoreciam das dificuldades de comprovar o contrabando para passarem gado sem serem incriminados. Ao realizar suas declarações o Barão alterava as condições do jogo, tanto para o Império que teria que se posicionar quanto para os senhores da fronteira, que teriam mais dificuldade para realizar seu “contrabando puro e simples”. A quebra do silêncio sobre a passagem ilegal de gado era um componente menos evidente do terror provocado pelas ações do Barão.

As reclamações do *Gobierno del Cerrito* repercutiram na Corte, de forma que o Presidente da Província transmitiu as ordens para punir todos os envolvidos nas incursões ao Estado Oriental. Os responsáveis por executar as ordens eram os Comandos das Fronteiras, de modo que os principais envolvidos na perseguição ao Barão do Jacuí e seus homens eram o General Arruda Câmara, Comandante do Alegrete e destacado em Dom Pedrito, e genro de Bento Manoel Ribeiro, e o Tenente Coronel Manoel Luís Osório. Se, por um lado, a Corte se mostrava desfavorável às *califórnias*, nem todas as autoridades da província se colocavam assim.

Ernesto Emiliano de Medeiros, Tenente Coronel comandante interino da guarnição de Uruguaiana, vila onde o Barão vivia, foi acusado por Arruda Câmara de prestar pouca atenção à movimentação de emigrados de certa relevância. Em carta enviada desde o Comando de São Borja, o Coronel Manoel dos Santos Loureiro buscava levar Arruda Câmara a uma postura conciliatória em relação ao Barão[37]. Era fevereiro de 1850, Chico Pedro havia realizado duas incursões ao Estado Oriental e a situação havia se tornado difícil de sustentar num cenário internacional. Na realidade, por mais que a Corte se pronunciasse contrária às ações, a demora em penitenciar os envolvidos contradizia a posição do Império.

Ao mesmo tempo em que a cada investida no Estado Oriental o Barão angariava mais e mais apoiadores, o Comandante da Fronteira de Alegrete se encontrava numa situação de maior insegurança. Segundo publicação do Correio da Tarde[38], tal era a popularidade que gozava ao fim de março de 1850, que além dos três piquetes que mantinha constantemente vigiando sua moradia, mandou vir a ala do 3º Batalhão de Caçadores e deixou-a em formação em frente à sua casa durante o que se imaginava ser um ataque das forças do Barão à cadeia de Alegrete. Depois do ocorrido, descobriu-se que não passava de uma simples fuga.

---

37 Carta de 06 fevereiro de 1850. Fundo Autoridades Militares, Comando do Alegrete, 1850. AHRS.

38 Jornal Correio da Tarde, de 23 abril de 1850. Publicado no Rio de Janeiro e disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=616028&pagfis=2586&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 21 out. 2015.

A ligação de Arruda da Câmara, forasteiro, com uma das mais importantes famílias da fronteira não era suficiente para garantir o respeito à sua posição naquelas circunstâncias. A própria publicação de relatos dos acontecimentos da fronteira num jornal do Rio de Janeiro, desabonando a reputação do Brigadeiro, atesta que o Barão tinha aliados bem articulados em muitos níveis dos espaços de debate político. Nessa batalha, Arruda Câmara perdeu ao ser destituído de seu cargo ainda naquele ano. Com a saída deste, observemos outro dos perseguidores do Barão, o também estancieiro no Estado Oriental, Manoel Luís Osório.

Osório, então Tenente Coronel, tinha se tornado importante liderança política dos liberais nos anos que se seguiram à Revolução Farroupilha. Comandando o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé, Osório tinha ao mesmo tempo cuidado de recuperar seus negócios na Estância do Cruzeiro na região do Arapehy e sido eleito para a legislatura da Assembleia Provincial seguinte ao fim da guerra civil na Província. Seu cabedal político crescia, como é possível mensurar pelo fato de que os quatro candidatos que apoiou em 1848 – quando da ascensão dos conservadores ao Ministério, com o Gabinete do Visconde de Itaboraí – foram eleitos[39].

As relações de Osório no Estado Oriental são ponto difícil de definir. Nos documentos de campanha, quando buscava interromper as reuniões para as *califórnias*, ele mostrava muito menos ferocidade ao julgar os envolvidos do que o Brigadeiro Arruda Câmara. Em alguns casos, pode-se identificar mesmo simpatia com alguns de seus líderes. Foi o caso da sua referência ao Tenente Vicente Fialho, parte do grupo que se reunia na Fronteira de Bagé para juntar forças ao Barão do Jacuí em janeiro de 1850. Osório relembrou em um ofício que:

> Conquanto hoje tenha comprometido a política do governo para com o país vizinho, é todavia o mesmo que antes prestou tantos serviços à causa da Monarquia e da ordem; pelo que sacrificou imensa fortuna, e tem hoje o resto embargado no Estado Oriental, motivo de seus atuais comprometimentos.[40]

Sendo o próprio Osório proprietário no Estado Oriental, parece ser possível que simpatizasse com a causa do Barão. Porém, cumprindo com as ordens recebidas do Comando de Armas da Província fez parte da bem-sucedida manobra que permitiu a prisão de Chico Pedro pelo Tenente Coronel Severino Ribeiro, o auxiliar e cunhado de Arruda Câmara. Osório estava encarregado da fronteira do Upamarotin, a faixa de cem quilômetros de fronteira seca entre Brasil e Uruguai, e tinha montado acampamento no que hoje é o município de Dom Pedrito. O grupo que se reunia naquelas paragens para engrossar as *califórnias* contava com alguns velhos conhecidos, como o Coronel João Antonio Severo e o Tenente Fialho,

39 DORATIOTO, Francisco. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 88.

40 Carta de 23de janeiro de 1850. Fundo autoridades militares, Comando de Bagé. AHRS.

combatentes legalistas durante a Farroupilha, além do *colorado* Coronel Calisto Centurión. Como em toda a fronteira, estes homens contavam com o apoio dos habitantes locais. Somada a ampla área a ser coberta e ao estado sempre penoso das tropas regulares – reclamação constante do Tenente Coronel desde que assumiu o posto – Osório contava com uma tarefa árdua.

Como um militar da fronteira, Osório mantinha uma ampla rede de informações. Nos primeiros dias de janeiro – os documentos não permitem precisar a data – ele tomou conhecimento de quando e onde o Barão do Jacuí atravessaria a linha divisória e informou ao Comandante de Salto, Dom Diego Lamas, seguindo as ordens que recebera. De posse dessa informação, Lamas armou uma emboscada. Deixou oito homens no acampamento, que foram mortos ao serem surpreendidos pelas forças do Barão do Jacuí. Na madrugada seguinte, Lamas atacou o Barão com mais de quinhentos soldados, obrigando-o a uma retirada até o Quaraí, onde foi preso. Quando estava sendo escoltado para Porto Alegre, uma tropa de trinta homens o libertou. Depois desse incidente, o Barão voltou a organizar as reuniões, com empenho ainda maior.

A cooperação com Lamas, nesta situação e nos meses que se seguiram, vem sendo colocada como indicativo da hostilidade de Osório às ações do Barão, especialmente sob a luz do fato de que Osório possuía terras no Arapehy sem relatos de prejuízos implicados pelos *blancos*. De fato, se não havia inimizade entre o Barão e Osório, a situação não deve ter ficado inalterada quando, por retaliação à cooperação com as autoridades orientais e outras ações que buscavam inviabilizar as *califórnias*, os cavalos da estância de Osório no Estado Oriental foram levados por uma partida de homens de Chico Pedro. Por outro lado, Osório era repreendido por Arruda Câmara que via sua atuação e de Severino Ribeiro como fraca, exigindo que usassem a força e buscassem o enfrentamento. Acusou ambos de se deixarem influenciar por "particulares afeições e mal-entendido provincialismo ou patriotismo" e de "covardes que os temem [os homens do Barão] e recuam"[41].

As informações sobre quantas teriam sido as investidas do Barão do Jacuí ao território oriental são confusas. De fato, os rumores eram muitos e difíceis de confirmar. Desde a fronteira se espalhavam até Porto Alegre e Montevidéu e dali, até o Rio de Janeiro. Desde a posse de Paulino José Soares de Souza a atenção aos acontecimentos do Rio da Prata tinha alterado seu foco e o trânsito de correspondência da fronteira até Porto Alegre e dali até a Corte sofreu substancial incremento. Parte do gabinete conservador que ascendeu ao Ministério em 1848, a gestão de Soares de Souza na pasta dos Negócios Estrangeiros trouxe uma nova dinâmica para as relações do Prata: o Império se retirou de sua neutralidade e chegou à intervenção. Essa perspectiva política, porém, só teria reflexos na Província no ano de 1850, e de certa forma, as *califórnias* coincidiram com o período de sua gestação na Corte.

41 DORATIOTO, Francisco. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 92.

Desde abril de 1848, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul era o General Francisco José de Sousa Soares de Andrea. Militar de origem lusitana, Andrea acompanhou Dom João VI quando este trouxe a Corte ao Rio de Janeiro em 1808, participou da Guerra da Independência e dali se deslocou para um posto na campanha da Cisplatina. Antes de 1848, Andrea havia presidido o Rio Grande durante alguns meses em 1840, durante a Revolução Farroupilha. Seu papel nessa segunda gestão na presidência da Província, no entanto, teria uma dimensão muito maior que a anterior. Andrea foi responsável pela coleta das listagens de brasileiros criadores de gado no Estado Oriental que formariam o Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro de 1850.

O General Andrea ficou famoso por sua severidade, além de algum desprezo pela forma como a política e a vida eram conduzidas na fronteira. Muito embora nutrisse tantas ressalvas sobre os senhores da fronteira, Andrea era particularmente hábil no seu trato, ao menos no que se referia ao mundo da guerra. Desde o início das *califórnias*, ele buscou executar com ferocidade as ordens vindas da Corte. Seus despachos não apenas pressionavam seus subalternos, mas trazem-nos pistas da forma como o General articulou diferentes ações na busca de neutralizar as ações do Barão e não precipitar o Império numa guerra. Em sua análise, talvez bastante acertada, esse era o intuito de Francisco Pedro de Abreu, meta bastante irresponsável em sua opinião. Andrea não apenas o proclamou para seus superiores, como o fez para as autoridades orientais. Parte do seu plano para deter as *califórnias* incluiu a polêmica cooperação com os comandantes *blancos* Diego Lamas e com Dionísio Coronel. O plano foi militarmente bastante bem-sucedido, mas politicamente tornou inviável a permanência do General à frente da presidência.

Andrea chegou a fazer uma tentativa de se entender pessoalmente com o Barão do Jacuí, em fins de 1850, possivelmente indicando que em caso de rendição as condições seriam honrosas, mas não é possível averiguar se a carta conseguiu chegar às mãos do Barão, ou qual seu conteúdo. Dela apenas temos indícios em outros documentos[42]. Duas preocupações deviam nortear essa atitude do General: evitar que de fato se estabelecesse uma nova rebelião por parte dos estancieiros contra a postura do Império e reaver um aliado importante, tanto para a Corte quanto para si próprio.

Andrea podia ser contra a guerra, mas previa sua inevitabilidade e participava de uma série de cuidados necessários para evitar a derrota, inclusive fazendo vistas grossas a contrabandos de armas para aliados nas províncias argentinas e no Paraguai. Além disso, nos anos que ocupou a Presidência enviou diferentes informantes para observarem os movimentos de Antonio de Souza

---

42 Andrea cita tal tentativa em ofício ao Ministro dos Negócios do Estrangeiro. A carta também é citada por Arruda Câmara, que se enfureceu ao receber um mensageiro procurando o Barão. 03 de março de 1850, Correspondência da Presidência da Província. AHRS.

Netto, líder farroupilha que se exilou voluntariamente no Estado Oriental e reconhecidamente amigo de Oribe[43]. Os rumores davam conta da possibilidade, nunca concretizada, de que Netto apoiasse os *blancos* com homens. Ao mesmo tempo, boatos de que Netto poderia se juntar ao Barão do Jacuí também singravam pela campanha. Distinguir quais eram mais confiáveis era difícil. A questão, porém, era que na fronteira um indivíduo podia contar com uma complicada rede de apoios, e nem sempre Andrea parecia dar conta de acompanhar todas as ramificações possíveis.

Arruda Câmara, assim como Andrea, era um militar de carreira, mas tinha conquistado sólidas relações no mundo fronteiriço, se tornando parte da poderosa rede de relações de seu sogro, Bento Manoel Ribeiro. Quando Andrea favoreceu o contrabando de armas para o Paraguai praticado pelo Desembargador Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, favoreceu o fornecedor de armas do Barão do Jacuí e, também, uma ação desaprovada pelos Ribeiro de Almeida, a família do sogro de Arruda Câmara, que naquele momento preferia que o Império não entrasse em guerra[44]. Por sua vez, Pedro Chaves era aliado – naquele momento, antes haviam sido inimigos e voltariam a sê-lo na década de 1860 – de Osório, sendo um dos articuladores da eleição dos candidatos apoiados por ele em 1848[45].

Ao colaborar com a negociação de armas o presidente da província entrava, de forma menos consciente, nas mesmas relações que imbricavam negócios, política e família na fronteira. Relações nem sempre simples de acompanhar, onde, por exemplo, o conservador ferrenho Chaves estava próximo do principal líder liberal da fronteira sul, Osório, e do famoso legalista Barão do Jacuí, que aparentemente concorriam. Pedro Chaves estava diretamente ligado à família de Bento Manoel Ribeiro e, portanto, à Arruda Câmara, mas ambos não poderiam ter posições mais opostas sobre a guerra. Nem sempre as posições políticas seriam convergentes dentro de uma mesma rede, o que em parte garantia a sobrevivência dos indivíduos a ela ligada, assim como um constante esforço pela manutenção ou rearranjo das posições dentro desse universo de indivíduos.

Outra variante que o General não podia controlar era o jogo da política monárquica vindo desde a Corte. Com a aproximação da guerra, a presidência da província do Rio Grande do Sul se tornava um cargo de maior destaque do que habitualmente era. Seu substituto, José Antônio Pimenta Bueno tinha larga experiência na diplomacia imperial no Prata, tendo sido Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai e no gabinete anterior tinha sido Ministro dos Negócios Estrangeiros além de uma carreira jurídica importante, chegando ao Supremo

---

43 Andrea seguia com prática iniciada por Manuel Antonio Galvão, seu antecessor, provavelmente dentro de uma política nacional de acompanhamento dos dissidentes.

44 Sobre as alianças políticas dos Ribeiro de Almeida ver: FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte:* uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.

45 DORATIOTO, Francisco. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 86.

Tribunal. Mas o ponto mais importante para entender sua colocação como presidente da Província foi sua retirada do Partido Liberal e adesão ao Conservador em 1849. O cargo no Rio Grande do Sul em tempos de guerra era uma oportunidade para construir uma trajetória vitoriosa como conservador, onde Pimenta Bueno poderia empregar todas as suas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança na política do Império sobre o Prata foi mais uma daquelas confluências em que os interesses da elite da fronteira e os da Corte se encontraram de forma mais ou menos harmônica. Digo mais ou menos harmônica, porque a prevalência de lideranças liberais sobre os estancieiros que desejavam a guerra era grande. Mais uma vez, é possível constatar que em termos de política, relações e interesses pessoais se sobressaíam a lealdades partidárias na fronteira meridional do Império[46].

Do ponto de vista da política externa, o Barão de Jacuí e suas *califórnias* colocaram em risco o planejamento bem articulado do que deveria ser uma intervenção calculada para ser vitoriosa, que representasse um manejo de recursos econômicos – ou ao menos tão econômico quanto uma guerra poderia ser – e que trouxesse apenas proveito e nenhum prejuízo ao Império, ao mesmo tempo que permitia manter uma organização territorial que garantisse a posição confortável de maior potência no Prata. Do ponto de vista da política interna, o Barão acabou por tornar visível a necessidade de uma profunda reorganização das armas. O meio do século XIX foi o tempo de consolidar uma perspectiva de Estado Imperial que imprimia uma maior participação do centro de poder nos negócios dos cidadãos: o fim do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós, a Lei de Terras, o novo Código Comercial, a política no Prata, e com esta última a reorganização da Guarda Nacional.

46 FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial.* São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 139.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORATIOTO, Francisco. *General Osório*: a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010.

FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos*: a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Santa Maria: UFSM, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórnias do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província*. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Linus, 2013.

LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese de Doutorado em História. PPGH-UFRGS, 2015.

RIBEIRO, José Iran. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas*: Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias*, o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte*: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.

ARQUIVOS E FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. *Ofícios de Missões Diplomáticas Brasileiras Códices*: 221/3, 221/4, 222/4, 242/1, volumes 01 a 17.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Fundo Autoridades Militares*. Maços 144 a 143.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Fundo Correspondência das Câmaras Municipais.*

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Fundo Correspondência dos Presidentes da Província*. Maços 18 a 33.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Série Guerr*a. Gabinete do Minstro. IG[1] 316; IG[1] 178 a 193; IG[1] 274; IG[1] 281.

JORNAL Correio da Tarde, de 23 de abril de 1850, publicado no Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=616028&pagfis=2586&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 21 out. 2015.

FRANCISCO PEDRO DE ABREU, O BARÃO DE JACUÍ, NA FRONTEIRA ENTRE OBEDIÊNCIA AO IMPÉRIO E O PRESTÍGIO PESSOAL NO CONTEXTO DAS "CALIFÓRNIAS"

José Iran Ribeiro[1]

INTRODUÇÃO

O historiador argentino Tulio Halperin Donghi formulou o conceito de a "*carrera de la revolución*" para analisar as trajetórias de vários indivíduos que participaram das lutas decorrentes de revolução de maio de 1810 e, posteriormente, utilizando o prestígio que obtiveram durante aqueles anos, construíram trajetórias de reconhecimento social e influência política[2]. A importância da formulação estimulou a historiografia argentina a produzir algumas análises bastante interessantes sobre figuras proeminentes deste contexto, que seriam exemplos de tais situações, como Martín Güemes[3] e Manuel Dorrego[4]. Valentina Ayrolo, Ana L. Lanteri e Alejandro Morea[5] ampliaram a aplicação do conceito para segmentos profissionais além dos militares, como eclesiásticos, e discutiram a importância das trajetórias de vários personagens durante o século XIX.

---

1 Licenciado em História na Universidade Federal de Santa Maria (1999), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Professor do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de Santa Maria.

2 HALPERIN DONGHI, Túlio. *Revolución y guerra.* Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

3 MATA, Sara E. *Los gauchos de Güemes:* guerras de independencia y conflicto social. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

4 DI MEGLIO, Gabriel. *Manuel Dorrego:* vida e muerte de un líder popular. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

5 AYROLO, Valentina; LANTERI, Ana L.; MOREA, Alejandro. Repensando la 'Carrera de la Revolución'. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina. 1806-1861), *ESTUDIOS HISTORICOS*. CDHRP. Número 7. Montevideo, Outubro 2011.

A APOSTA DO BARÃO

Aquele foi o contexto que resultou na instalação de repúblicas nos países surgidos com o fim do domínio da Coroa espanhola e a radicalidade dos enfrentamentos pôs em xeque as estruturas hierárquicas coloniais. Ainda que no Brasil tenham ocorrido inúmeras revoltas, especialmente no período regencial, inclusive algumas duradouras e sangrentas, foram acontecimentos que não podem ser comparados às transformações da ordem social ocorridas nas antigas possessões espanholas do continente americano. Basta um breve paralelo para verificarmos as distinções entre uma e outra realidade. No Brasil, a autoridade monárquica foi mantida, senão reforçada, a unidade territorial foi conservada, a estrutura social não foi alterada, dentre vários outros aspectos.

Não obstante, talvez em algumas situações específicas, justamente nos contextos em que a autoridade da Corte imperial do Rio de Janeiro foi questionada, é possível utilizar o conceito de Halperin Donghi como chave de compreensão para aprimorarmos o entendimento sobre alguns personagens que se utilizaram do prestígio construído em situações de guerra visando obter reconhecimento social para além das atividades de militares. Interessante é que, no caso do Brasil, os personagens vitoriosos e que tiveram mais oportunidades nesse sentido foram defensores da ordem imperial, ainda que alguns antigos revoltosos tenham igualmente obtido reconhecimento depois da reinstauração da autoridade do Império. Não obstante, mais que saber dos indivíduos, o conhecimento sobre suas trajetórias permite compreender melhor aquele contexto, apontando os limites e as possibilidades divisadas pelos agentes dos processos.

Nesta oportunidade, vamos discutir a trajetória de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí, alcunhado Moringue ou Chico Pedro, importante personagem na vida militar e política da província do Rio Grande do Sul durante boa parte do século XIX. O objetivo desta reflexão é compreender a ascensão e o reconhecimento obtido por Abreu durante os anos da Guerra dos Farrapos (1835-1845) e o declínio que lhe sucedeu depois do movimento chamado de “Califórnias” (1849-1850), considerando as vicissitudes do personagem em relação ao processo de centralização do Estado Imperial brasileiro. A partir disto, pode-se dimensionar a autoridade política efetiva do Império, a autonomia pretendida pelos súditos da Coroa, as formas de negociação e conformação entre centro e periferias, dentre outros aspectos.

Conforme sua autobiografia, “Memórias de Francisco Pedro de Abreu...”[6], em 1836, intitulando-se paisano, Francisco liderava um grupo de cerca de dez homens dedicados ao combate de partidas republicanas, à reunião de cavalos e reses para

---

6 ABREU, Francisco P. Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921.

o abate e gentes nos arredores da cidade de Porto Alegre, até tornar-se oficial inferior do Exército Imperial. A designação "Jacuí" de seu título nobiliárquico, recebido em 1845, refere-se justamente ao rio Jacuí, que deságua num delta que forma diversas ilhas nas proximidades da capital da então província do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, cenário em que Moringue atuou, especialmente, nos anos iniciais da guerra contra os republicanos e de sua carreira militar. Mas até esse tempo foi necessário demonstrar seus valores militares e galgar os postos da hierarquia.

Essa ascensão ocorreu com rapidez notável. Francisco Pedro de Abreu foi promovido tenente em 1836, capitão em 1837, em 1838 recebe a patente de major, a de tenente-coronel em 1839 e tornou-se coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844, além de se tornar barão. Uma ascensão muito rápida se comparado a outros oficiais da época, inclusive mais experientes e que atuavam no mesmo contexto de guerra, como José Joaquim de Andrade Neves e os próprios irmãos de Chico Pedro[7]. As promoções que recebeu e ainda mais a rapidez com que as obteve indicam o reconhecimento dos esforços de Francisco Pedro de Abreu na luta contra os republicanos rio-grandenses. Na liderança de tropas de cavalaria, Moringue utilizava de deslocamentos rápidos, da proteção do relevo, de transportes pelos rios, de longas permanências escondido para surpreender seus inimigos, dentre outras estratégias.

Numa das ordens do dia do comandante em chefe das forças imperiais, o barão de Caxias, relatando o ataque ao cerro de Porongos, pode-se dimensionar os preparativos e os cuidados para uma dessas "sorpresas" engendradas pelo então coronel Francisco Pedro de Abreu:

> O espaço de quase dois meses foi despendido no preparativo desta expedição, que em número de mil e setecentas praças de cavalaria e caçadores a mando do dito senhor coronel Abreu, se pôs em marcha ao escurecer do dia 7 do corrente [novembro de 1844], e continuando a aproveitar as trevas da noite, emboscando-se durante o dia, ficou a[o dia] treze distante do inimigo duas léguas sem ser por este pressentido. [...] Na madrugada no dia quatorze a força do coronel Abreu rompera alvorada no campo de Porongos; atacando Canabarro e seus imediatos [...], os quais vergonhosamente se deixaram surpreender, e sem fazerem a menor resistência, atônitos e confusos trataram unicamente de fugir[8].

---

7 RIBEIRO, José I. Imagem e autoimagem no Brasil do Século XIX: uma análise das 'Memórias' de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, n. 149, p. 105-127, dezembro de 2015; RIBEIRO, José I. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 27 a 31 de julho de 2015a.

8 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Guerra dos Farrapos: ordens do dia do general barão Caxias (1842-1845).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 302-303.

Ao final do mesmo pronunciamento para a tropa, o comandante do exército imperial reconheceu o valor dos militares envolvidos e destacou as retribuições que poderiam esperar os que demonstrassem a mesma capacidade:

> Sua excelência [barão de Caxias] faz ver a todos os supracitados senhores oficiais [subornados a Francisco Pedro de Abreu], que seus nomes breves serão levados à presença de Sua Majestade O Imperador; para que seus serviços obtenham da Imperial Munificência a devida consideração[9].

Manoel Luis Osório, depois barão do Erval, contemporâneo de Chico Pedro durante a Farroupilha, afirmou que na realização de ataques surpresa ao inimigo Francisco Pedro de Abreu "não tinha rival", era um mestre nesse tipo de ação[10]. Conforme o que é indicado ao final da transcrição, as vitórias obtidas em muitos combates possibilitavam a Chico Pedro e seus subordinados receberem a atenção dos comandantes superiores e de próprio Imperador. Reconhecimento que podia significar promoções, comendas, admiração pública e reconhecimento social e político, assim como a inveja alheia.

Em função disto, é possível compreender a disposição de alguns homens capazes, militares experientes, em integrar as forças sob seu comando. Se havia luta, muito melhor alcançar também parte das recompensas resultantes do sucesso de seu líder[11]. Algo que também dá a entender anos depois o coronel Manuel Lucas de Oliveira – que lutou na Guerra dos Farrapos, mas que, ao contrário de Chico Pedro, sofreu as consequências da derrota – sobre a necessidade de homens para a guerra. Eram ocasiões oportunas de ascensão e obtenção de prestígio[12]. Em suas palavras:

> Faz hoje anos que em Ponche Verde assinei as convenções da paz da república com o Império, e desde essa época tem tudo marchado aos trambolhões!!! Mas o carro há de tomar equilíbrio com a guerra atual, entre o Império, Montevidéu e Paraguai, porque se precisam de homens[13].

---

9 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Guerra dos Farrapos: ordens do dia do general barão Caxias (1842-1845).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 306.

10 OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio,* 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

11 RIBEIRO (2015). Em outra de suas ordens do dia, o barão de Caxias sugeriu a promoção de vários oficiais e praças da unidade comandada por Moringue com a seguinte observação: "com antiguidade e vencimento desde o oito do presente mês por haverem partilhado no dito dia do brilhante feito d'armas de seu digno comandante o bravo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu". MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *op. cit.*, 1943, p. 118.

12 A respeito do recrutamento para as tropas do Exército Republicano Rio-Grandense, consultar: SCHMITT, Ânderson M. *"Não admitindo escusa alguma"*: confiscos e recrutamentos na Guerra dos Farrapos (1835-1845). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

13 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865.* Porto Alegre: EST, 1997, p. 39.

Ao final da guerra contra os republicanos, Francisco Pedro de Abreu havia alcançado tal reconhecimento por suas vitórias. Tornara-se barão, ocupava o posto de coronel, o mais alto da Guarda Nacional, havia recebido a Ordem do Cruzeiro como dignatário (1841)[14]. Conforme suas "Memórias...", foi ainda agraciado durante a vida com a comenda de oficial da ordem do Cruzeiro, de oficial da ordem de Rosa e de cavaleiro da ordem de Cristo. Posteriormente, também receberia a medalha de ouro da campanha do Uruguai[15].

A prática de notabilizar militares por seus serviços ocorreu no Brasil colonial a partir das lutas contra as tentativas de invasões estrangeiras. Desde esse período o que mais importava era obter a chamada nobreza civil ou política, que podia ser alcançada pela vontade régia mediante solicitação sob o argumento de serviços à Coroa, especialmente militares. Tal sistemática ocorreu a partir das guerras na Amazônia, em Pernambuco e na Bahia ainda no século XVII. E o recebimento de mercês era uma possibilidade inclusive para plebeus, que começavam a servir ao rei desde a condição de soldados, na expectativa de alcançarem outros postos e o reconhecimento de serviços prestados. Os trabalhos em tempos de guerra eram utilizados nas solicitações de notabilização em tempos de paz[16].

As mercês serviam como símbolo de reconhecimento da Coroa pelos serviços prestados por seus detentores e contribuíam para ascensão social dos recebedores, assim como deviam estimular, pelo exemplo do reconhecimento, todos os demais súditos. Nas solicitações eram comuns alusões aos serviços prestados, a trabalhos específicos realizados, à participação em eventos de importância, aos ferimentos sofridos, ao empenho de posses e o abandono de propriedades em favor dos interesses reais, a pureza de sangue, dentre outros argumentos.

Conforme Thiago N. Krause, especialmente no século XVIII, os serviços militares eram "uma das principais vias de ascensão social legitimada, reconhecida e reforçada pelo centro político" do Império português, especialmente se os solicitantes vivessem nos lugares onde houvesse mobilizações de guerra para a defesa do território. Entretanto, mesmo nas regiões que não sofreram invasões ou atentados à ordem, as solicitações de comendas eram acompanhadas de informações sobre a participação ou a disposição dos requerentes em empunhar armas pela Coroa[17].

Com a independência, não ocorreram alterações significativas nesta prática. O primeiro imperador do Brasil manteve os títulos nobiliárquicos e as ordens honoríficas, dentre outros indicativos, que notabilizam a nobreza[18]. O Estado im-

---

14 OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio,* 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

15 CARVALHO, Mário T. de. *Nobiliário sul-riograndense.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

16 SILVA, Maria B. N. da. *Ser nobre na colônia,* São Paulo: UNESP, 2005.

17 KRAUSE, Tiago N. *Em busca da honra*. A remuneração dos serviços da Guerra Holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Anablume, 2012.

18 SILVA, Maria B. N. da. *Ser nobre na colônia,* São Paulo: UNESP, 2005.

perial procedia dessa maneira porque simplesmente necessitava dos serviços desses homens para garantir a autoridade do trono, especialmente nas regiões ou situações em que essa autoridade era questionada e a Corte não contava com apoio ou recursos de força para controlar tais situações. Daí a importância real de homens que demonstrassem capacidade de liderança e eficácia militar.

Como se pode ver pelo exemplo de Francisco Pedro de Abreu, as práticas de reconhecimento por meio de promoções aos postos militares e de concessão de comendas de notabilização foram mantidas durante o Império. Permitiram-lhe deixar a condição de anônimo para se transformar num dos líderes guerreiros mais reconhecidos do Rio Grande do Sul nos oitocentos. Mas não apenas isso.

De acordo com Sérgio da Costa Franco, finda a guerra contra os republicanos, o barão de Jacuí dedicou-se à criação e ao comércio de gado, algo que havia iniciado ainda durante o conflito. Nesse sentido, é possível encontrar vários ofícios de Chico Pedro comunicando as autoridades provinciais sobre a compra de milhares de cavalos e de mulas mansas para a nação, tanto de proprietários nacionais quanto de criadores das províncias de Corrientes e Entre-Rios, mediante o saque de vultosas importâncias do tesouro da província do Rio Grande do Sul[19]. Além disso, também arrendou propriedades rurais no Uruguai e adquiriu estâncias[20], que eram administradas junto com os bens de sua esposa, Maria Amália de Araújo Brusque, filha do comendador José Antônio de Araújo Ribeiro, senhor de fortuna em campos e gados[21].

Na condição de militar reconhecido, barão, membro de importante família, grande proprietário, Francisco Pedro de Abreu era um homem muito influente e reunia as condições indicadas por Jonas Moreira Vargas como as desejadas e as necessárias na construção das estratégias de dominação e de influência dos grupos mais importantes da província no XIX. Eram tempos em que os pretendentes a alguma relevância tinham de controlar alguns dos principais cargos de mando, fossem postos civis, fossem militares[22]. Apesar de ser reconhecido pelas autoridades do Império, Abreu não foi designado para qualquer posto de importância na estrutura de mando da província depois da guerra contra os republicanos. Talvez por isso tenha se candidatado e tenha sido eleito deputado provincial na legislatura de 1847, assim como outros militares[23].

---

19 Barão do Jacuí: "Ofícios datados de Santo Inácio, 13/7; Porto Alegre, 27/10, 9/11, 19/11/1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

20 Há registros de que Francisco Pedro de Abreu possuía várias estâncias, ao menos uma em Itacumbu, no Uruguai, assim outros cinco no Rio Grande do Sul e um campo de invernar na costa do rio Jaguari. As propriedades eram separadas, mas somavam mais de vinte léguas ou quase cem quilômetros de extensão. PONT, Raul. *Campos realengos*: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: Edigal, 1986.

21 FRANCO, Sérgio da C. *As "Califórnias" do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

22 VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte:* os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria, UFSM, 2010.

23 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias*: 1821-1996. Porto Alegre: ALERS, 1996.

Pode-se compreender que, nesses anos, na segunda metade da década de 1840, Francisco Pedro de Abreu estava no ápice de sua ascensão social. Da insignificante condição pouco expressiva, tornara-se reconhecido e afamado líder militar vitorioso, por quais serviços havia galgado todos os postos militares possíveis[24], tinha o uniforme adornado com comendas de reconhecimento do poder imperial, ostentava o título de barão e o mandato de deputado provincial, possuía terras e riquezas significativas em escravos e animais, assim como contraíra matrimônio com a herdeira de uma das maiores fortunas familiares do Rio Grande do Sul.

Entretanto, nada permite inferir que Francisco Pedro de Abreu tenha deixado de ser um homem habituado a conquistar prestígio e poder valendo-se de iniciativas próprias, ainda que suas ações pudessem ser justificadas por necessidades outras. E, tudo leva a crer, que o contexto tumultuado de um lado e outro da fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi divisado por Chico Pedro como mais que apenas motivo de preocupação com prejuízos, mas sim como outra oportunidade para demonstrar suas capacidades e obter ainda mais prestígio e vantagens.

Antes de continuar, é importante mencionar que, ao contrário da maioria dos proprietários de terra, dos líderes políticos, dos comandantes militares, enfim, da elite política-militar do Rio Grande do Sul daquela época – normalmente oriundos da região de produção pecuária, eminentemente rural ou, ainda que residente nos centros urbanos, que viviam da exploração de propriedades rurais – Francisco Pedro de Abreu originava-se do meio urbano, sendo filho de um comerciante de Porto Alegre, e só depois de alcançar prestígio como militar e auferir vantagens decorrentes dessa condição estabeleceu ligação e interesses pessoais na campanha. Portanto, invertia a lógica normalmente evidenciada pela historiografia a respeito das lideranças políticas e/ou militares do período[25].

De certa maneira, essa trajetória reproduz o que Helen Osório evidenciou analisando os perfis da elite econômica no final do período colonial do Rio Grande do Sul. Conforme a autora, normalmente, estancieiros não se transformavam em comerciantes, mas ocorria de comerciantes se transformarem em estancieiros[26]. Ainda que o comércio resultasse em lucros maiores, os proprietários rurais tinham mais prestígio social na sociedade oitocentista. Então, assim como outros, Francisco Pedro de Abreu resolveu se dedicar à exploração da atividade rural, obviamente devido à própria aquisição de propriedades, reunidas, então, aos vastos domínios da família de sua esposa, além de angariar o prestígio que não

---

24 Apesar dos serviços militares, Francisco Pedro de Abreu era integrante da Guarda Nacional e não do Exército Imperial. Nessa condição, o posto máximo da hierarquia era o de coronel, para o qual havia sido promovido em 1845.

25 Alguns exemplos da historiografia sobre a elite gaúcha podem ser consultados em: VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas:* um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo, OIKOS, 2016; e FARINATTI, Luiz A. *Confins meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

26 OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

tinha como filho de um comerciante citadino. Então Chico Pedro reunia as condições que lhe permitiam se tornasse uma figura de maior proeminência e notabilidade, desejando estar plenamente integrado ao restante da elite provincial. Num contexto de sérias indefinições, oportunidades nesse sentido eram frequentes.

Vamos agora dar atenção ao contexto específico desta reflexão. Em pesquisa recente, Vargas analisou os interesses das elites sul-rio-grandenses vinculadas à produção do charque na região da cidade de Pelotas. Conforme o autor, a produção pecuária da província não era suficiente para abastecer as necessidades de animais para o abate na indústria. Em razão disto, o gado existente no Uruguai era fundamental para a existência das charqueadas. O que explica, em boa medida, as iniciativas diversas para manter e mesmo aumentar o fluxo de animais da Banda Oriental para a província. Uma das ações nesse sentido foi a aquisição de um número crescente de propriedades além-fronteira por criadores brasileiros. Durante a Guerra Grande (1838-1851), o avanço de brasileiros em busca de terras no norte uruguaio foi maior que qualquer outro período, resultando que cerca de quatrocentos e vinte e oito estâncias na região se tornassem suas propriedades, muitas adquiridas por algumas das famílias mais importantes do Rio Grande do Sul[27].

Resumidamente, a Guerra Grande foi uma séria e duradora crise. De um lado havia os *blancos* – grupo enraizado no meio rural, que defendia a resistência contra as intervenções franco-inglesas e vinculava-se ao líder da Confederação Argentina, Juan Manuel Rosas, no projeto de algum tipo de unidade americana – e de outro os *colorados* – de origem urbana, identificavam-se com os interesses dos muitos imigrantes chegados ao país, inspiravam-se nas ideologias liberais europeias e eram simpáticos à presença brasileira em oposição à influência de Rosas. Sob a liderança de Oribe, os *blancos* dominaram a campanha uruguaia e os *colorados* de Rivera mantinham o controle de Montevidéu[28].

Conforme relato de época, a aliança entre Oribe e Rosas pôs em funcionamento várias estratégias para desestabilizar as autoridades e os interesses dos brasileiros no Uruguai e no Rio Grande do Sul. Os governos da aliança estimulavam deserções nas tropas do Exército imperial estacionadas na fronteira, incentivavam rebeliões escravas e confiscavam terras, animais, cativos e outros bens de proprietários brasileiros, especialmente no norte uruguaio[29]. Também ocorreram proibições da passagem de gado para o Rio Grande do Sul e foi decretada a liberdade dos cativos que trabalhassem nos saladeiros de proprietários brasileiros, fazendo com que as reses destas propriedades fossem beneficiar a produção dos saladeiros de Montevidéu.

---

27 VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas:* um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo, OIKOS, 2016.

28 BARRÁN, José. P. *Historia uruguaya:* apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2007.

29 TITÁRA, Ladislau dos S. *Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852.* Rio de Janeiro, Gráfica Lamert, 1959.

O clima de insatisfação foi controlado enquanto os saques, as agressões e os confiscos atingiam proprietários de menor notabilidade. Entretanto, quando alcançaram importantes famílias da elite sul-rio-grandense, os acontecimentos tornaram-se politicamente relevantes para as autoridades da província, ao mesmo tempo em que iniciaram as retaliações por iniciativa dos proprietários que se sentiam prejudicados. Bandos armados passaram a atuar na fronteira agindo contra as tropas do governo *blanco* e Francisco Pedro de Abreu envolveu-se diretamente nestas ações, depois de alguns saques às propriedades da família de sua esposa[30].

Essas movimentações foram designadas "Califórnias". Conforme a biografia de Manoel Luis Osorio, escrita por seu filho, o nome aludia à facilidade com que participantes enriqueceram retirando gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul. Normalmente a ocorrência das ações é datada para os anos de 1849 a 1851. Entretanto, é possível encontrar referências sobre as ações relativas dos envolvidos antes deste período. As fontes indicam que as reuniões de homens na fronteira começaram por iniciativa de certo Cândido Figueiró, em 1847. Contava, então, com o apoio dos proprietários constrangidos a deixar o Uruguai, que se diziam cansados dos "dissabores, prejuízos incalculáveis e queimações de propriedades".[31] Osorio informa que Figueiró era brasileiro e percorria a fronteira com seu grupo de cinquenta homens buscando enfrentar os partidários de Manoel Oribe, até que foi derrotado e preso por ordem do governo provincial em 1848[32].

É importante não perdermos de vista o contexto mais amplo. Apesar de saber dos acontecimentos e das violências ocorridas, em razão das sucessivas representações das autoridades da província para a Corte, o governo imperial se esquivava de agir mais decisivamente. Do paço imperial chegavam respostas justificadas pela orientação de não ferir o princípio de neutralidade, de não influir tão claramente nos assuntos internos da jovem república uruguaia. Tal posicionamento se fundava na posição de não-intervenção que orientava a política de relações exteriores do Brasil desde a década de 1830. Os acontecimentos eram compreendidos como casos isolados, que se deviam às vinganças pessoais entre rio-grandenses e orientais, e ao envolvimento daqueles nas questões políticas além-fronteira[33].

Também há de se considerar que não havia passado muito tempo desde a inédita mobilização militar realizada pelo centro político do Império para controlar as inúmeras revoltas ocorridas em várias partes desde o período regencial. Ainda que houvesse a possibilidade de uma guerra no Prata, o Império havia des-

30 VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas:* um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

31 José Inácio dos Santos: "Ofício datado de Santa Ana do Livramento, 1/4/1847", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

32 OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio,* 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

33SOUZA, Susana B. de; PRADO, Fabrício P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:*GRIJÓ, Luiz A. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

mobilizado a maior parte do efetivo do Exército brasileiro. A força disponível na região, em boa medida, já estava envolvida nos embates da fronteira, de um lado ou outro da disputa[34].

Nesse sentido, as autoridades imperiais determinaram que tropas fossem enviadas para combater as reuniões e as ações dos grupos como de Figueiró. Um dos integrantes do grupo era o capitão Hipólito Girio Cardozo. Sobre esse homem sabe-se que era morador da região nas proximidades de Alegrete ou de Santana do Uruguai (atual Uruguaiana), que lutou durante a Farroupilha e foi dispensado dos trabalhos da guerra em maio de 1845[35]. Anos depois, preso, assim foi descrito:

> Um dos mais reconhecidamente influentes nas reuniões turbulentas que se praticam na fronteira do Quaraí [...], que por interesses de momento, sem se importar nem com a política do governo, nem com os princípios de direito das gentes, só deseja desordem, a pretexto de ressentimento, brio nacional e provincial, para assim concitar correrias de força armada para o outro lado da linha e cometer vingança brutais, levar animais vacum e cavalos para este lado; e é este objeto o que mais incita a cobiça de muitos de nossos concidadãos desta província.[36]

Conforme se pode ler na transcrição, os homens que faziam parte dos grupos de Cândido Figueiró e Hipólito Cardozo se valiam das decisões dos apoiadores de Oribe para agir em benefício próprio, sem se importar com direitos e soberanias dos governos e dos habitantes dos lados da fronteira. Pelo que está escrito, o interesse real desses grupos era expropriar os rebanhos existentes no Uruguai. Entretanto, conforme Osorio, tais ações contavam com o apoio de muitos habitantes da fronteira[37]. Outro observador participante, Ladislau dos Santos Titára, relata que os "ânimos dos habitantes da campanha, por onde repercutia um brado geral e de indignação, achavam-se exaltados e belicosos pela fermentação e excitamento" decorrente dos assassinatos, confiscos e depredações realizadas pelas forças a mando de Oribe[38].

---

34 RIBEIRO, José I. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 27 a 31 de julho de 2015, 2015.

35 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Guerra dos Farrapos:* ordens do dia do general barão Caxias *(1842-1845).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 93, 376.

36 Francisco de Arruda Câmara: "Ofício datado de Alegrete, 22 de junho de 1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

37 OSORIO, Helen. *História do general Osorio,* 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

38 TITÁRA, *Ladislau dos S. Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852. Rio de Janeiro, Gráfica Lamert* , 1959.

Em razão desse contexto e da notícia de que a escolta que conduzia Cardozo seria atacada, foram tomadas várias medidas para garantir sua prisão, como retirá-lo da linha mais próxima da fronteira. Não obstante, instalado na vila de São Gabriel, dali fugiu com o consentimento de um dos integrantes da escolta. Em seguida, o barão do Jacuí chegou à vila, atribuindo muitas qualidades a Cardozo e justificando sua fuga[39]. No mesmo dia do acontecido o barão mandou o capitão se apresentar às autoridades e fez-lhe portador de uma correspondência ao presidente da província, em que destacou os muitos serviços de Cardozo ao Império, sua condição de pai de família e solicitou a permissão para o oficial tratar da saúde na própria casa. Pedia a proteção do presidente para Cardozo, assim como sua liberdade, afirmando:

> É verdade que ele em princípios ajudou ao Figueiró nas suas reuniões desesperados pelas injustiças de Lamas, comandante da fronteira, que injustamente lhe tinha embargado três estâncias e prendendo o seu capataz e peonada e levantando sua cavalhada. Hora logo que eu cheguei na costa mandei-o chamar e lhe disse que aquilo era uma crime e um mal, e que era necessário dispersar aquelas reuniões, o que prontamente o fez.[40]

No dia seguinte, Chico Pedro escreveu outra correspondência para o presidente provincial, garantindo pessoalmente que "responderei por qualquer falta que haja" por parte de Cardozo[41]. Já há algum tempo, era notória a proximidade entre o barão de Jacuí e o capitão, assim como o apoio que Chico Pedro dava às reuniões dos grupos de homens na fronteira dispostos a vingar as ações do governo de Oribe. No início de 1848, portanto antes da prisão do capitão Hipólito, o barão havia sido advertido pela presidência da província a respeito de seu "irrefletido procedimento". Abreu justificou as ações do oficial e criticava os governos imperial e provincial, os quais, no seu entender, perseguiam "seus patrícios honrados e do desprezo que dera à maneira por que eles são maltratados e vilipendiados pelos nossos vizinhos dos estados limítrofes".[42] Talvez essa seja a primeira vez que o barão do Jacuí tenha se manifestado contrário aos desígnios e aos desejos das autoridades imperiais instaladas na Corte e em Porto Alegre.

---

39 Francisco de Arruda Câmara: "Ofício datado de Quaraí, 8 de julho de 1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

40 Barão do Jacuí: "Ofício datado de Quaraí, 8 de julho de 1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

41 Barão do Jacuí: "Ofício datado de Grajuritan, 8 de julho de 1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

42 Francisco de Arruda Câmara: "Ofício datado de Quaraí em 18 de julho de 1848", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 148.

A necessidade da economia sul-rio-grandense em refazer os rebanhos depois dos dez anos da Guerra dos Farrapos, a continuidade das ações do governo *blanco* em prejuízo dos interesses de proprietários brasileiros no Uruguai e a indefinição do governo imperial sobre a questão fortaleciam os ânimos mais belicosos. Algo que se tornou ainda mais grave quando, em abril de 1848, Oribe proibiu a passagem de gado para o Rio Grande do Sul e determinou que milícias patrulhassem a fronteira para reprimir as desobediências às suas ordens, sendo o embargo das propriedades uma das mais usuais punições aos transgressores, assim como também contra qualquer inimigo político[43]. A ordem de Oribe resultou que cento e uma estâncias de brasileiros fossem embargadas e oitenta e sete fossem abandonadas, que, ao total, reuniam oitocentos e quatorze mil reses, dezesseis mil novecentos e cinquenta cavalos e quarenta e nove escravos que desapareceram. Nas palavras de Osorio: "em fins de 1849, a vida para os brasileiros era impossível na campanha oriental"[44].

Apesar dos acontecidos, o governo imperial ainda não demonstrava disposição em tomar qualquer atitude a respeito. Mas a manutenção da política de não-intervenção tornava-se mais difícil a cada dia. Considerava-se que Francisco Pedro de Abreu tinha grande capacidade de reunir homens, mas mandar um exército contra os interesses dos estancieiros poderia provocar uma nova guerra civil no Rio Grande do Sul. Além disso, o Império não dispunha de um Exército preparado, a melhor opção parecia ser tentar desarmar os insurgentes e demonstrar que o governo da Corte conseguiria resolver os problemas por meio de negociações com Oribe[45].

Na falta de medidas efetivas do governo, o barão do Jacuí decidiu conclamar publicamente brasileiros e uruguaios que estivessem dispostos a agir contra as ações do governo de Manuel Oribe.[46] Anos depois, Francisco Pedro de Abreu se referiu à ocasião da seguinte forma:

---

43 SOUZA, Susana B. de; PRADO, Fabrício P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. *In:* GRIJÓ, Luiz A. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

44 OSORIO, Helen. *História do general Osorio.* 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008, p. 386.

45 FERREIRA, Gabriela N. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.* São Paulo: HUCITEC, 2006.

46 Numa proclamação do barão lia-se: "Brasileiros!! É tempo de correr às armas, e despertar o letargio em que jazeis. Uma série não interrompida de fatos horrorosos, que tem cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo o vosso valor, e patriotismo, o chefe que firma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e destarte salvarmos a Honra Nacional, e as nossas propriedades extorquidas; e creio que não sereis indiferentes a este sagrado dever. Brasileiros! Marchemos em socorro de nossos irmãos, ali mostraremos que somos dignos das bênçãos da pátria. Orientais! Vós que emigrastes para um país hospitaleiro, ajudai a libertar a vossa pátria, desses assassinos degoladores, que tem manchado a vossa história de independência, com atos os mais atrozes, que jamais foram vistos em todo o orbe: contai com a proteção do Deus das vitórias e se vencerdes a esse inimigo comum, a pátria vos será grata. Viva a Nação brasileira. Viva S.M.I. Viva a constituição do Império! Quartel general em marcha, 26/12/1849. Francisco Pedro de Abreu, comandante em chefe". TITÁRA (1959, p. 231).

> Os brasileiros, que deliberaram de fazer conhecer e respeitar Lamas a lei e a dignidade do Imperador brasileiro, e a lei da nacionalidade, que garante a propriedade individual por ele violada [...]. Para isto se formaram reuniões, elegendo para comandante delas o barão do Jacuí, como um dos mais prejudicados, o qual anuiu a bem de sustentar a boa ordem a bem da província, e do Império, e não brotar em alguma arbitrariedade, em tais forças, que encaminhavam desunião entre brasileiros; fazendo ver as forças reunidas que o fim a que se encaminhavam provisoriamente era o fazer respeitar Lamas os direitos do Império do Brasil, e que [...] ninguém se embaraçasse com um só casco de animal.[47]

Os relatos de época informam que cerca de duzentos e cinquenta brasileiros e em torno de cinquenta orientais reuniram-se ao barão e cruzaram a fronteira, mas foram derrotados por forças uruguaias[48]. Então, ao saber dos sucedidos, o governo imperial determinou sua prisão. As autoridades tinham muitas informações sobre as reuniões de Chico Pedro, inclusive sabiam quem eram vários dos integrantes do grupo. Numa relação nominal foram listados vinte e oito oficiais, sendo vinte e dois brasileiros, cinco orientais e um entrerriano. Três desses homens foram assinalados como "*colorados*" em alusão ao partido de oposição aos *blancos*, e um destes era o tenente-coronel Cândido Figueiró. Na relação também consta o nome do capitão Hipólito G. Cardozo. Ou seja, Francisco Pedro de Abreu conseguiu mobilizar homens de um lado e outro da fronteira, tanto inimigos políticos do partido *Blanco*, quanto desgostosos com os acontecimentos na Banda Oriental.

O autor do documento informava ainda que "as forças do governo não contam com a simpatia dos habitantes e é notável que muitos antigos servidores do governo mesmo de suas casas protegem os revoltosos"[49]. Essa simpatia ajuda a compreender o ataque sofrido pela escolta que conduzia o barão de Jacuí preso a caminho de Porto Alegre, permitindo que Francisco Pedro de Abreu voltasse a reunir homens sob seu comando. De acordo com Osorio,

> o barão do Jacuí, depois de derrotado, não desistiu e nem desiste das reuniões que, aliás, promove sem poupar meios, esforçando-se especialmente em reunir os orientais emigrados nesta província. Ele tem dirigido próprios para diferentes direções na província, procurando interessar no movimento a quantos homens julga úteis

47 ABREU, Francisco P. Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921, p. 205-206.

48 TITÁRA, Ladislau dos S. *Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852.* Rio de Janeiro, Gráfica Lamert, 1959.

49 Tenente-coronel Manoel Luis Osorio: "Ofício datado no campo da estância do coronel Mingote em 18 de fevereiro de 1850", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 154.

> para o coadjuvarem. A uns diz que obra por direção e vontade do nosso governo; a outros diz que vai prestar serviços ao país sem sacrifício da Nação e que pretende incorporar ao do Império o território de Quaraí e Arapeí. Aos que só pensam no gado, fala-lhes na conveniente linguagem, isto é, em trazê-los à força d'armas. Aos orientais que reúne promete fazer ressurgir a sua causa decaída[50].

Não era fácil aprisionar esses homens, pois, além de contar com o apoio da população, cruzavam a fronteira com facilidade, sem que as guardas pudessem impedir a passagem. Porém, as dificuldades impostas pelas ações coordenadas nos dois lados da fronteira entre as forças do Império e as tropas *blancas* – as correspondências trocadas entre Osorio e Diogo Lamas são evidências disto – desgastaram o ânimo dos "revoltosos" liderados pelo barão e, aos poucos, o grupo foi sendo reduzido. Até que o próprio Francisco Pedro de Abreu desmobilizou seus seguidores e se apresentou às autoridades com a garantia de que nenhum dos participantes seria punido[51]. Antes, entretanto, já havia conduzido para o Rio Grande do Sul milhares de cabeças de gado uruguaio[52].

Não obstante, crescia a pressão parlamentar no sentido do Império intervir militarmente na região. Essencialmente, o governo brasileiro preocupava-se com a expansão da influência de Juan Manuel Rosas sobre o Uruguai e o Paraguai. Caso esses dois países se alinhassem à política da Confederação Argentina, estariam em risco o processo de definição das fronteiras no Prata, a pacificação do Rio Grande do Sul, a livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai e a condição do Império de maior potência regional. Por essas razões, a Corte tinha como aliados os *colorados* opositores dos *blancos* e de Rosas e o líder da província de Entre Rios, Justo José de Urquiza, que também fazia oposição ao desejo de Rosas de centralização política e de monopólio do comércio com o exterior a partir de Buenos Aires e de seu porto.

O fim da política de neutralidade do Brasil pode ser evidenciado, a partir de 1851, a partir do rompimento das relações com o governo de Manuel Oribe e a Confederação Argentina, assim como a formulação de estratégias para compactuar a deposição de Oribe e Rosas com Urquiza, os governos *colorado* e paraguaio. Firmado o pacto, foram enviadas instruções para o conde de Caxias, presidente do Rio Grande do Sul, obrigar Oribe a retirar o cerco a Montevidéu e enfrentar apenas as tropas argentinas que estivessem no Uruguai. Depois de várias batalhas e negociações políticas, as forças de Oribe e Rosas foram derrotadas e ambos retirados do poder.

---

50 OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio.* 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008, p. 392.

51 OSORIO, *Fernando L. História do general Osorio.* 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

52 VARGAS, Jonas M. Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

Desse contexto conhecido, nos interessa, especialmente, a participação de Francisco Pedro de Abreu. Assim, sabe-se que o barão de Jacuí participou do esforço de guerra comandando uma brigada de cavalaria formada por voluntários uruguaios e corpos de cavalaria de localidades da fronteira. Não obstante, o barão não foi citado na ordem do dia do Exército em alusão à vitória final do Exército aliado, em fevereiro de 1852, a exemplo de vários outros oficiais e praças referidos[53]. Em suas "Memórias..." Abreu não relata a campanha. Encerra o texto afirmando que obedeceu às ordens que recebeu para se recolher em Porto Alegre, destacando os prejuízos não ressarcidos com as reuniões e seus bens que ficaram no Uruguai sujeitos às ações das tropas de Oribe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito da "*carrera de la revolució*n" pode ser utilizado para a análise dos processos ocorridos além do antigo espaço colonial espanhol, mas com o cuidado de não ser extrapolado, afinal, no Brasil não ocorreu um contexto revolucionário generalizado como nas antigas possessões espanholas. Não obstante, os indivíduos que tiveram a possibilidade de demonstrar suas capacidades nos contextos beligerantes localizados, obtiveram reconhecimento e puderam se valer dele depois de encerradas as várias situações de guerra na primeira metade do XIX. Algo que fazia parte da lógica herdada do período colonial e mantida depois da independência.

Francisco Pedro de Abreu utilizou-se desse prestígio no pós-guerra, tanto para casar-se dentro de uma das melhores famílias da província, quanto para ser eleito deputado provincial e reunir homens a uma causa que poderia resultar em mais prestígio e na obtenção de reses para o aumento de rebanhos. Valia-se, assim, do conceito que obtivera para todas essas realizações. O barão do Jacuí era um homem audacioso. Suas vitórias, suas promoções, suas comendas, seu sucesso advinham justamente das iniciativas que empreendera durante a guerra contra os farroupilhas. Nesse tempo, o Império carecia de homens com tais iniciativas e qualidades.

Entretanto, o contexto mais amplo havia mudado. Na luta de pacificação da província seus arroubos eram saudados pela Corte do Rio de Janeiro, suas façanhas resultavam em rápidas promoções hierárquicas, lutava contra rebeldes, enfim, as ações de Chico Pedro interessavam à ordem imperial. Apesar de contar com o apoio de muitos segmentos da província, no contexto das "Califórnias" as ações de Francisco Pedro de Abreu se contrapunham às orientações do poder Imperial, seus arrebatamentos dificultavam a resolução dos complexos problemas observa-

53 TITÁRA, Ladislau dos S. *Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852*. Rio de Janeiro: Gráfica Lamert, 1959.

dos desde o Rio de Janeiro. O Império já não precisava e não desejava mais de arroubos, de homens que tivessem iniciativa própria ou que não agissem conforme as orientações do governo, indivíduos que causavam mais problemas que soluções.

E, se antes, como afirma em inúmeros momentos de suas "Memórias", Chico Pedro causava inveja e admiração entre os demais comandantes[54], passou a ser entendido como insano por outros militares. Por exemplo, o coronel Manuel Lucas de Oliveira registrou em seu "Diário..." que certo oficial afirmou: "o Moringue andava já louqueando!", e o próprio Oliveira concluiu: "Não me admira isso, por que ele tem um caco de porongo na cabeça, e dali de fato, lhe provém esses acessos de loucura ou demência"[55].

Como resultado, a trajetória do barão até poderia ter permitido angariar mais prestígio na segunda metade do XIX. Todavia, as ações que empreendeu a partir de 1850 minaram sua capacidade de angariar benefícios e, apesar de ter participado das ações contra os Oribe e Rosas, deixou de ser alguém da confiança das autoridades imperiais e foi colocado no ostracismo político. Não há como saber se era ao barão do Jacuí que Osorio referia-se ao afirmar que as Califórnias resultaram no "sacrifício de muitas vidas e *reputações* [grifos meus]"[56]. Não obstante, dessa forma pode ser entendido o comentário anos depois registrado pelo Cond'Eu ao se referir ao barão, por ocasião da reunião de forças para expulsar os paraguaios da província:

> Agora a invasão estrangeira na sua província natal fê-lo sair do seu retiro: foi ele que, percorrendo os diferentes municípios, chamou às armas e organizou a maior parte da Guarda Nacional, que se acha reunida sob seu comando. [...] nos três exércitos aliados, não há oficial mais vigilante nem mais decidido do que Chico Pedro, barão de Jacuí[57].

Na verdade, entretanto, não foi um autorretiro, mas um afastamento decidido pelos gestores do centro e da periferia do Império. Algo que deveria servir de alerta e aprendizado aos que pretendiam demonstrar suas capacidades em troca de reconhecimento das autoridades sem considerar os interesses e orientações da ordem Imperial, centralizada depois de derrotadas as revoltas provinciais e, a partir de então, capaz de se impor aos interesses particulares lo-

---

54 ABREU, Francisco P. Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921.

55 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865.* Porto Alegre: EST, 1997.

56 OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio.* 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008, p. 402.

57 EU, Luis F. M. F. G. de O. Conde d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte: ITATIAIA; São Paulo: USP, 1981, p. 83.

calizados. No caso do Rio Grande do Sul, a Corte contava com muitos oficiais tão capazes quanto o barão do Jacuí para necessitar relevar atitudes imponderadas de um militar altamente condecorado, que demonstrara muitas competências, mas não o mínimo de disciplina exigido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYROLO, Valentina; LANTERI, Ana L.; MOREA, Alejandro. Repensando la 'Carrera de la Revolución'. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina, 1806-1861), *Estudios Historicos*, CDHRP, Número 7, Montevideo, outubro 2011.

BARRÁN, José. P. *Historia uruguaya*: apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2007.

CARVALHO, Daniela V. de. *Nas fronteiras da Liberdade*: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850). Tese (Doutorado em História Social) – PPGHIS/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Mário T. de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

DI MEGLIO, Gabriel. *Manuel Dorrego*: vida e muerte de un líder popular. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

EU, Luis F. M. F. G. de O., Conde d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte: ITATIAIA; São Paulo: USP, 1981.

FARINATTI, Luiz A. *Confins meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

FERREIRA, Gabriela N. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FRANCO, Sérgio da C. *As "Califórnias" do Chico Pedro.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

KRAUSE, Tiago N. *Em busca da honra*. A remuneração dos serviços da Guerra Holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Anablume, 2012.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *Revolución y guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

MATA, Sara E. *Los gauchos de Güemes*: guerras de independencia y conflicto social. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

OSORIO, Fernando L. *História do general Osorio*, 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagança/Fundação Trompowsky, 2008.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PONT, Raul. *Campos realengos*: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Edigal, 1986.

RIBEIRO, José I. "Imagem e autoimagem no Brasil do Século XIX: uma análise das 'Memórias' de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, n. 149, p. 105-127, dezembro de 2015.

RIBEIRO, José I. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 27 a 31 de julho de 2015a.

SCHMITT, Ânderson M. "*Não admitindo escusa alguma*": confiscos e recrutamentos na Guerra dos Farrapos (1835-1845). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

SILVA, Maria B. N. da. *Ser nobre na colônia*, São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, Susana B. de & PRADO, Fabrício P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

TITÁRA, Ladislau dos S. *Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852*. Rio de Janeiro, Gráfica Lamert, 1959.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte*: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria, UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

FONTES

ABREU, Francisco P. Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865. Porto Alegre: EST, 1997.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo Autoridades Militares. Maços 148 e 154.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre: ALERS, 1996.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Guerra dos Farrapos: ordens do dia do general barão Caxias (1842-1845). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PARTE III

OCUPAR E MIGRAR: A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA SUL E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

UM PARQUE PARA A FRONTEIRA: A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU NO SUL DO BRASIL, 1880-1940[1]

Frederico Santos Soares de Freitas[2]

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Iguaçu[3], criado em 1939, é um dos parques nacionais mais importantes do Brasil, recebendo mais de um milhão e meio de visitantes por ano, atraídos, principalmente, pelas suas famosas cataratas compartilhadas com a Argentina, como apresenta o Mapa 1[4]. Contém um significativo trecho contínuo de Mata Atlântica preservada, um bioma que perdeu 93% de seus 1.000.000 de quilômetros quadrados originais nos 500 anos desde a chegada dos

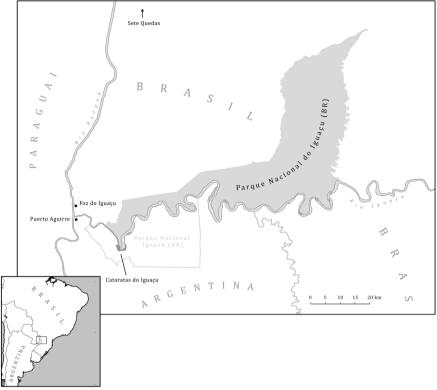
---

1 Uma versão em inglês deste capítulo foi publicada na *Hib: Revista de Historia Iberoamericana,* em 2014.

2 PhD em História (2016), pela Universidade Stanford. Professor Assistente na Universidade Estadual da Carolina do Norte.

3 A palavra Iguaçu deriva de uma raiz tupi-guarani e significa "água grande", e é grafada de diversas formas nos documentos – Iguaçu, Iguassú, Iguazú, e Iguazu. Neste capítulo, optei por manter o português "Iguaçu" para o parque nacional brasileiro, o Parque Nacional do Iguaçu, e para elementos geográficos como o rio e as Cataratas do Iguaçu; e o espanhol "Iguazú" para o parque nacional argentino, o *Parque Nacional Iguazú*.

4 Apesar de o parque nacional ter sido criado apenas em 1939, a ideia de criar um parque nas margens brasileiras das cataratas existia desde o final do século XIX. A primeira proposta para se estabelecer um parque nacional na América Latina foi apresentada pelo engenheiro, empresário e abolicionista André Rebouças, em 1876, somente quatro anos após a criação do primeiro parque nacional em Yellowstone, EUA. Rebouças endereçara sua proposta ao Imperador D. Pedro II, de quem era próximo, defendendo a criação de um parque nacional no interior do país, que serviria para proteger duas das maiores cachoeiras do mundo, Iguaçú e Sete Quedas. Ver: REBOUÇAS, André Pinto. O Parque Nacional: Notas e Considerações Geraes. *In: Província do Paraná*: caminhos de ferro para Mato Grosso e Bolívia. Salto do Guayra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. O panfleto foi posteriormente republicado como: NESTOR, Borba; REBOUÇAS, André Pinto. *Excursão ao Salto do Guayra*: O Parque Nacional. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1897.

europeus à América do Sul. Contudo, apesar de sua importância, as circunstâncias de criação do parque nunca foram objetos de estudos detalhados[5].

Mapa 1- Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, c. 1944[6]

Fonte: INCRA (2010); SIB – Buenos Aires (2013); DNPM – Brasília (1980) – elaborado pelo autor.

O Brasil implementou seu primeiro parque nacional, Itatiaia, em 1937, mas políticos nacionalistas, funcionários públicos e oficiais do exército já vinham discutindo o uso estratégico de parques nacionais como ferramenta de segurança nacional desde o início da década de 1930. Na verdade, alguns acreditavam

5 "Parna Iguaçu recebeu mais de um milhão e meio de visitantes", *Portal Brasil*, 2 de abril de 2014. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/04/parna-iguacu-recebeu-mais-de-um-milhao-e-meio-de-visitantes. Acesso em: 12 abr. 2014; "Atlantic Forests", *WWF Global.* Disponível em: http://wwf.panda.org/about_our_earth/ecoregions/atlantic_forests.cfm. Acesso em: 12 set. 2014.

6 INCRA. *Parque Nacional do Iguaçu*. GIS shapefile. Curitiba: INCRA-PR, 2010; SIB, Administración de Parques Nacionales. *Límite del Parque Nacional Iguazú*. GIS shapefile. Buenos Aires: SIB, 2013; Brasil, Serviço Geográfico do Exército, Foz do Iguaçu, SG-21-X-D, mapa, Brasília: DNPM, 1980; Brasil, Serviço Geográfico do Exército. Guaraniaçu, SG-22-VC, mapa, Brasília: DNPM, 1980.

que parques nacionais poderiam desempenhar um papel importante em questões militares, como explicado por João Baptista Magalhães, Major do exército, em sua resposta ao artigo de 1831 do botânico Alberto José de Sampaio sobre os parques nacionais. Magalhães defendia que medidas conservacionistas, tais como o reflorestamento de áreas esgotadas e a criação de parques nacionais, fossem estrategicamente importantes para um país de dimensões continentais como o Brasil. Ele listava uma série de razões. Em primeiro lugar, o exército em campanha precisaria de lenha para servir de combustível e madeira para a construção de quartéis, armazéns, pontes e trincheiras. Uma série de áreas protegidas poderia suprir o exército de matérias-primas muito necessárias. Além disso, áreas protegidas também poderiam facilitar a movimentação de um exército ao fornecer áreas arborizadas onde os batalhões pudessem se esconder, mantendo segredo operacional, o que era muito importante em uma época na qual observação e ataques aéreos vinham se tornando a norma da guerra.

Em razão de o país ser esparsamente habitado, com poucos núcleos populacionais e desprovido de locais para um exército em movimento obter suprimentos e poder descansar, uma rede de manchas florestais seria necessária para oferecer refúgio e local de repouso às tropas e evitar ataques aéreos. Magalhães proporia, então, um sistema de parques nacionais protegidos por guardas-florestais militares, agrônomos e cientistas, todos vivendo em colônias militares. Tal sistema de parques nacionais integrados e colônias militares não seria benéfico ao país apenas por razões militares, mas também "concorrerá à solução do problema do povoamento de nosso interior". Além de ser uma das muitas zonas esparsamente povoadas do interior brasileiro, a área das Cataratas do Iguaçu era duplamente estratégica, por fazer fronteira tanto com o Paraguai como com a Argentina. A região possuía um monumento natural único, ainda era coberta por uma floresta subtropical exuberante, e fazia limite com o maior rival regional, a Argentina, assim parecia estar perfeitamente preparada para receber um parque nacional sob o modelo proposto por Magalhães em 1931[7].

UMA ZONA FRONTEIRIÇA ISOLADA

O governo brasileiro só veio a criar o Parque Nacional do Iguaçu em 1939, como parte de uma série de medidas para a nacionalização da zona de fronteira, mas as preocupações estratégicas que levaram à sua criação já estavam na mente de políticos e militares desde o século XIX. Em 1889, cinquenta anos antes da

7 MAGALHÃES, João Baptista. As Reservas Florestaes, Os Parques dos Escoteiros e a Arborisação de Estradas, Sob o Ponto de Vista da Defesa Nacional. *Correio da Manhã*, 26 de dezembro, 1931; SAMPAIO, Alberto José de. *Biogeographia Dynamica:* a Natureza e o Homem no Brasil, Noções Geraes e Estudo Especial da 'Protecção à Natureza' no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 97-103.

criação do parque, o governo imperial brasileiro fundou uma colônia militar na região que, posteriormente, daria origem à cidade de Foz do Iguaçu. O objetivo do Império brasileiro era promover a colonização para manter segura uma região cuja soberania vinha sendo questionada desde a colônia[8]. Com efeito, a região não estava desprovida de presença humana, pois era habitada por grupos guarani e caingangue, porém, na avaliação das autoridades provinciais e imperiais, somente cristãos falantes do português poderiam garantir a soberania estatal na fronteira. Em 1853, a quinta comarca de São Paulo foi elevada à categoria de província, mas com apenas 62.000 habitantes, faltava gente à nova província do Paraná para embarcar em uma missão colonizadora em seu extremo oeste. No entanto, ao longo do século XIX, foram realizadas expedições patrocinadas pelo Estado, na tentativa de conectar o oeste ao restante da província e pacificar seus "índios bravos". Na década de 1840, o governo provincial abriu uma picada através da floresta, como uma maneira de encorajar os agricultores de Guarapuava a avançarem rumo ao oeste, mas esta iniciativa falhou em despertar o interesse de possíveis colonos. Nos anos 1850, o Império reconheceu tacitamente sua incapacidade em colonizar a região e assinou um tratado com a vizinha Argentina, permitindo que barcos deste país navegassem pelos rios Paraná e Iguaçu dentro do território brasileiro. Na década de 1880, já havia uma presença considerável de coletores de erva-mate argentinos e paraguaios na região, o que deu novo ímpeto ao interesse brasileiro na área e ao desejo de criar uma colônia militar como forma de estabelecer um baluarte na fronteira.

Em 13 de setembro de 1889, a expedição castrense que fundou a colônia militar de Foz do Iguaçu deixou Guarapuava. Depois de 69 dias de privações, chuvas torrenciais, ataques de animais selvagens e confrontos com populações indígenas, o grupo liderado pelo Capitão José Joaquim Firmino chegou à confluência dos rios Paraná e Iguaçu – a fronteira internacional tripla que separa o Brasil do Paraguai e da Argentina – onde fundaram a colônia militar. A área "descoberta" por Firmino e seus companheiros já era habitada, e além da população indígena, havia também "324 almas cristãs", das quais apenas nove eram de nacionalidade brasileira. A fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu ajudou o Brasil a estabelecer uma presença na região em longo prazo, mas no início dos anos 1900, a alta cúpula do exército no Rio de Janeiro considerava a colônia um fracasso. Apesar da fértil terra

---

8 O Tratado de Santo Ildefonso (1777) definiu os rios Iguaçu e Uruguai como a fronteira entre os impérios espanhol e português, estabelecendo as margens setentrionais do Iguaçu como território português. A área na qual o Parque Nacional do Iguaçu está localizado nunca chegou a ser contestada pela Argentina. Porém, algumas centenas de quilômetros ao sul, a região entre as margens sul do Iguaçu e as margens norte do Uruguai se tornou o locus de uma intensa disputa entre os dois países. A posse dessa região não foi bem definida pelo Tratado, levando a reivindicações conflitantes entre Argentina e Brasil. A disputa começou após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi resolvida apenas em 1890, com o arbitramento dos Estados Unidos. Ver "Artículo VIII", *Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777.* Buenos Aires: Inprenta del Estado, 1836; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

roxa típica da região, a agricultura não se desenvolveu e os colonos brasileiros tiveram de recorrer à exploração madeireira e à coleta de erva-mate. Como os empresários argentinos controlavam a indústria extrativa, madeira e mate eram vistos pelos militares brasileiros como empreendimentos predatórios impróprios para os colonos comprometidos com a terra. Além disso, a falta de uma conexão direta com o restante do Brasil tornou a colônia completamente dependente da Argentina para sobreviver. Por fim, os militares perderam interesse na colônia e, em 1912, o Ministro da Guerra decidiu passar seu controle ao governo do Estado do Paraná. Assim, no ano seguinte a colônia militar se tornou parte do município de Guarapuava, localizado a 350 quilômetros de distância[9].

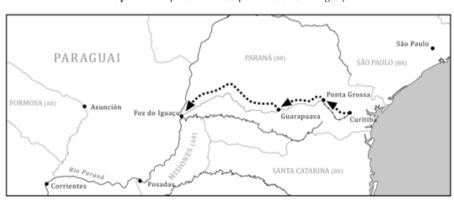
O fracasso da colônia militar de Foz do Iguaçu em estabelecer um assentamento viável baseado na agricultura de subsistência revela dois aspectos importantes da região antes da década de 1940. Primeiro, a geografia isolou a região do restante do Brasil, ao mesmo tempo em que conectava a área à Argentina e, em grau menor, ao Paraguai. Em segundo lugar, empresários e trabalhadores vindos da Argentina e Paraguai dominavam a extração de erva-mate e exploração madeireira, as duas principais atividades econômicas da região. Estas duas características, isolamento e presença de estrangeiros, foram fatores importantes que influenciaram a criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.

O isolamento da região vinha da falta de rotas viáveis entre a faixa atlântica densamente povoada do Brasil e seu sertão oeste. No início dos anos 1930, o governo brasileiro abriu uma licitação para a navegação na seção brasileira do Rio Paraná, mas o governo no Rio de Janeiro falhou em encontrar interessados na concessão, mesmo após oferecer um subsídio anual de 500 contos de réis. Neste período, as margens do Alto Paraná ainda eram esparsamente povoadas, e meia dúzia de vilarejos de pescadores não era suficientemente atrativos para empresários que buscavam lucrar com o transporte de bens e pessoas. Contudo, o trecho do Rio Paraná a jusante, entre as Sete Quedas e Foz do Iguaçu, contrastava com a desolação encontrada antes das quedas, uma vez que abrigava as muitas companhias estrangeiras de extração de erva-mate e madeira, cujos navios a vapor conectavam mais de quinze portos no território brasileiro à cidade argentina de Posadas, rio abaixo.

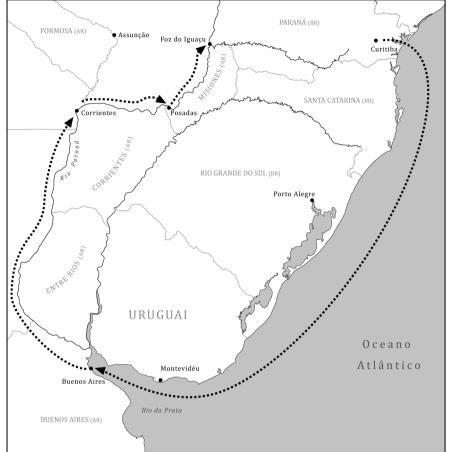
Para entender essa diferença entre os dois setores do Paraná, é importante notar que as mesmas Sete Quedas que representavam uma formidável barreira

---

9 MURICY, José Cândido da Silva. *À Foz do Iguassu*. Ligeira descripção de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassu em novembro de 1892. Curitiba: Impressora Paranaense Jesuino Lopes & Ca., 1896; NETTO, Silveira. *Do Guaíra aos Saltos do Iguassú.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 78-79; MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como destino de viagem*: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 1888-1907. Niterói: UFF, 2011, (Tese de Doutorado), p. 24-27, 114-182; MYSKIW, Antonio Marcos. Ser Colono Na Fronteira: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 1888-1907. *In:*GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (ed.). *Campos Em Disputa*: História Agrária e Companhia. São Paulo: Annablume, 2007, p. 381-388; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*: História do Oeste Paranaense. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987, p. 13, 15-16, 21-24.

contra a penetração de companhias argentinas em direção ao norte do território brasileiro, também impunham um sério obstáculo para barcos vindos de São Paulo em direção à Foz do Iguaçu. A cidade fronteiriça estava isolada do restante do Brasil não apenas pela espessa cobertura florestal que caracterizava a maior parte do oeste do Estado do Paraná durante este período, mas também porque em seus dois principais rios, duas grandes cataratas –Sete Quedas no Paraná e Iguaçu no rio de mesmo nome – impediam a navegação proveniente das áreas costeiras densamente povoadas. Desde a época colonial, estes dois obstáculos maciços barravam a penetração proveniente do império espanhol. No entanto, como obstáculos, as cachoeiras funcionam em ambos os sentidos, impedindo que portugueses (e mais tarde os brasileiros) controlassem uma região legalmente sua desde o Tratado de Santo Ildefonso. Conexões terrestres não ofereciam uma solução prática à ausência de vias navegáveis. No momento em que o parque foi criado, em 1939, o caminho de 350 quilômetros que conectava Foz do Iguaçu a Guarapuava já havia sido transformado em uma estrada de terra que atravessava grandes extensões florestais (ver mapa 2). Porém, tal estrada sofria com a crônica falta de manutenção, o que a tornava intrafegável durante a maior parte do ano, principalmente no período das chuvas. Um funcionário do Estado do Paraná que viajou por esta estrada em 1925 em um caminhão da Ford, lembrou sua experiência como uma empreitada extremamente difícil. A estrada era precária e o veículo requeria paradas frequentes para consertar algo. Nesta viagem, chegaram a ficar dias sem encontrar outros seres humanos[10].

Mapa 2 - A impraticável rota por terra a Foz do Iguaçu

Fonte: Carrão (1928); Figueirêdo (1936); Martinez (1925); Netto (1939); Wachowicz (1985) – elaborado pelo autor.

10 ANDRADE, Theophilo de. *O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste. Rio de Janeiro*: Irmãos Pongetti: 1941, p. 10-12, 23-26, 48-54, 60-62, 76-80, 83-84, 119-121; MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Lobato, 1925.

Mapa 3 - Principal rota para Foz do Iguaçu antes de 1911

Fonte: Carrão (1928); Figueirêdo (1936); Martinez (1925); Netto (1939); Wachowicz (1985) – elaborado pelo autor.

.

Mapa 4 - Rota da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande

Fonte: Carrão (1928); Figueirêdo (1936); Martinez (1925); Netto (1939); Wachowicz (1985) – elaborado pelo autor.

Mapa 5 - Rota Guaíra-Porto Mendes[11]

Fonte: Carrão (1928); Figueirêdo (1936); Martinez (1925); Netto (1939); Wachowicz (1985) – elaborado pelo autor.

11 CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná*. Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928, p. 6, 45-49; FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Limites do Brasil*. Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1936, p. 119-121; MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Lobato, 1925, p. 107; NETTO, NETTO, Silveira. *Do Guaíra aos Saltos do Iguassú.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939;, WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985, p. 28-32, 35.

Como resultado da falta de confiança nas conexões por terra, o transporte continuou a ser feito principalmente por via fluvial. Até o fim da década de 1920, as rotas mais comuns conectando os grandes centros brasileiros a Foz do Iguaçu passavam necessariamente pela Argentina. Isso fazia com que os brasileiros que visitavam a região se preocupassem com a massiva presença de argentinos nesta área de fronteira. Eles notavam também o número crescente de turistas vindos da Argentina pelo Rio Paraná para visitar as Cataratas do Iguaçu. Antes da década de 1930, não existiam rotas diretas confiáveis que ligassem as capitais brasileiras a Foz do Iguaçu. A rota mais comum para chegar às cataratas passava por Buenos Aires, o que requeria a um viajante do Rio de Janeiro ou São Paulo uma escala na capital argentina antes de continuar a viagem para o norte por barco e trem até o território argentino (Mapa 3). A inauguração da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande fez com que os viajantes não fossem mais obrigados a passar por Buenos Aires, mas a rota ainda exigia cruzar a Argentina para se chegar em Foz do Iguaçu (Mapa 4). Outra rota mais direta foi parcialmente aberta em 1917, com a construção de uma curta ferrovia privada, de sessenta quilômetros, que circundava as Sete Quedas. Uma empresa de erva-mate e madeira – Companhia Mate Laranjeira – construiu a ferrovia, e a firma dava prioridade ao transporte de seus próprios produtos em vez de passageiros. Esta via mais curta só foi aberta ao público após 1929, quando o governo do Paraná expropriou a ferrovia privada (Mapa 5). Isso trouxe Foz do Iguaçu para mais perto de São Paulo, mas a cidade fronteiriça ainda estava longe da capital de seu Estado, Curitiba. Foi apenas em 1935, quando o exército brasileiro implementou um serviço semanal de correio aéreo conectando Curitiba a Foz do Iguaçu e Guaíra, que a região passou a ter comunicação regular com o restante do Brasil. Dois anos depois, a subsidiária da *Pan Am* no Brasil, a Panair do Brasil, estabeleceu paradas semanais em Foz do Iguaçu como parte de sua rota Rio de Janeiro-Assunção-Buenos Aires[12].

---

12 Em uma entrevista à jornalista Teresa Urban na década de 1990, o conservacionista Paulo Nogueira Neto relembrou sua infância, quando conheceu a região em um voo da Panair: "O período do exílio do meu pai me ofereceu um aprendizado conservacionista de muita importância. Nós tomávamos um avião DC-3 para visitá-lo em Buenos Aires, e a rota era São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Montevidéu, Buenos Aires ou, então, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Assunção, Buenos Aires. Quando saíamos de Curitiba, havia algumas fazendas e, logo adiante, não se via mais nada: nem estradas, nem casas, só mato, mato, mato, até chegar em Foz do Iguaçu, que era uma guarnição militar. Era um posto de fronteira e um campo de aviação. Depois de Foz do Iguaçu, floresta, novamente, até chegar perto de Assunção, no Paraguai. Eu vi isso. Eu vi essa floresta desaparecer. O que sobrou? Uma unidade de conservação, que é o Parque Nacional do Iguaçu, criado antes da ocupação. Isso aconteceu em 1938, 1940 e me marcou muito, porque a única coisa que sobrou foi a unidade de conservação, que é o Parque Iguaçu". URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembrando a História da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 156. Ver também: RIBEIRO FILHO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Guerra, em Maio de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior, 1936, p. 20, 67-69; BONASSA, Tânia Luiza. *Estrada do Colono*: Ações e Práticas Discursivas na Relação do Homem com a Natureza no Parque Nacional do Iguaçu. Curitiba: UFPR, 2004, p. 29, (Dissertação de Mestrado); CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná.* Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928, 9p. 6, 45-49; FIGUÊIREDO, FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Limites do Brasil.* Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1936, p. 119, 121; MARTINEZ, cesar. *Sertões do Iguassú.* São Paulo: Lobato, 1925. p. 107; NETTO, Silveira. Do Guaíra aos Saltos do Iguassú. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 33, 78-79; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 28-32, 35; SASAKI, Daniel Leb. *Pouso Forçado*: a História por trás da destruição da Panair pelo Regime Militar. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 73-74.

O MEDO DA HISPANIZAÇÃO

O longo atraso na abertura de canais de comunicação regulares com o restante do país criou uma impressão duradoura na forma como os brasileiros viram as fronteiras. A falta de definição de fato sobre as fronteiras era uma fonte constante de preocupação para funcionários do governo e visitantes da região. Temia-se que a dependência em relação à Argentina e a grande presença de argentinos e paraguaios pudessem prejudicar o controle brasileiro da fronteira. A economia do oeste paranaense era dominada por *obrages* entre as décadas de 1880 e 1930. Obrage era um sistema de extração de madeira e erva-mate de áreas de floresta subtropical que se desenvolvera no nordeste da Argentina e no Paraguai oriental. Empresários argentinos introduziram as obrages no Brasil nos anos 1880, dois anos antes da fundação da colônia militar. Na província argentina de Corrientes e no território de Misiones, o foco das obrages era exclusivamente a exploração madeireira, mas no norte do Paraguai e no Brasil os obrageiros combinavam a extração de madeira com a coleta e processamento de folhas de erva-mate, cujas árvores eram abundantes nas florestas subtropicais às margens do Rio Paraná. Montevidéu e Buenos Aires eram os principais mercados para a erva-mate vinda do Brasil e Paraguai. No Brasil, empresários de língua espanhola como Nuñes y Gibaja, Miguel Matte, Julio T. Allica, Domingos Barthe e Jesús Val conseguiram concessões do governo brasileiro para extração madeireira e coleta de erva-mate, e empregaram mão de obra de ascendência indígena e mestiça, muitos deles guaranis recrutados na Argentina e Paraguai. No sistema de obrage da fronteira brasileira, vapores das companhias desembarcavam um grupo de trabalhadores em uma área de floresta na margem oriental do Paraná, onde ficavam por meses seguidos. Primeiro os trabalhadores limpavam a área e construíam um porto com armazéns e instalações para secar as folhas de erva-mate ou cortar as árvores. A partir desse ponto inicial, eles penetravam na floresta à procura de mais madeira e erva-mate[13].

Este domínio de empresários argentinos na vida econômica da região gerou o medo, entre os observadores brasileiros, de que a zona fronteiriça estivesse se tornando demasiadamente hispanizada. Já em 1903, o jornalista brasileiro Domingos Nascimento lamentava que "a nossa incúria tem chegado ao ponto de entregarmos toda a exploração das nossas matas e hervaes, toda a vida comercial desta zona aos argentinos cuja bandeira desfraldada no topo dos seus navios percorre a fronteira brasileira, livre de competidoras"[14]. Três décadas depois, o oficial do exército, José de Lima Figueiredo, queixava-se de que a floresta estava "sendo devastada sem piedade" por argentinos que haviam falhado em construir

---

13 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste*: Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 11, 44-47.

14 NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira Paraná*. Curitiba: Typografia da República, 1903, p. 105-106.

uma infraestrutura permanente e duradoura. A predominância da língua espanhola era outro problema para muitos visitantes, que ficaram horrorizados com o fato de que o castelhano era a língua comum da região. A grande presença de uma população guarani provinda do Paraguai e Argentina, que usava o guarani como língua interna e o espanhol com aqueles que não falavam seu idioma, era outra fonte de preocupação. Em 1925, um funcionário do governo ficaria chocado ao saber que as crianças nas escolas de Foz do Iguaçu, mesmo as nascidas no Brasil, não falavam um português correto, livre de hispanismos. O uso predominante da moeda nacional argentina era outro problema para os observadores externos. Otilia Schilmmelpfeng, uma pioneira na região, lembrou em uma entrevista, em 1987, em que medida a economia local era dependente da Argentina:

> O reembolso a gente ia buscar em Puerto Aguirre, os comestíveis vinham pelos vapores como eles diziam. Enviavam o que eles tinham e o que necessitavam. Coisas finas, vinhos finos, iguarias finas, enlatados, tudo vinha para Foz do Iguaçu. Por isso havia mesas fartas, mas tudo vinha da Argentina. A gente conhecia muita coisa só na palavra espanhola porque nem no português a gente sabia. Se esquecia até do português, de tanto que falava castelhano. Basta dizer que as pessoas que vinham de fora, tinham que aprender o castelhano e falar porque precisava se entender melhor. Assim era a vida. Essa era a característica de Foz do Iguaçu. Esse ambiente todo, estrangeiro, argentino. A gente se sentia completamente isolada do lado brasileiro. Não se conhecia o mil réis. Quem possuía algum guardava de lembrança[15].

Um dos críticos mais ferozes da presença argentina na região foi o líder tenentista João Cabanas. Em 1924, depois da rebelião frustrada contra o governo republicano de Artur Bernardes na cidade de São Paulo, João Cabanas liderou uma coluna de militares rebeldes por São Paulo e Paraná até Foz do Iguaçu, onde permaneceram por meses resistindo ao exército brasileiro. Em suas memórias, publicadas em 1928, Cabanas foi extremamente crítico à presença de argentinos na região. Ele descreveu como o sistema de trabalho aduaneiro adotado nas

15 NETTO, Silveira. *Do Guaíra aos Saltos do Iguassú*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 47-48; CARRÃO, CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná.* Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928. p. 32-33, 48-49, 77; FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Limites do Brasil*. Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1936, p. 121-123; ANDRADE, Theophilo de. *O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste.* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti: 1941.p. 103-104, 119-121, 125-126; MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Lobato, 1925. p. 76, 87-89; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 38-39.

obrages sujeitava trabalhadores paraguaios e brasileiros a crescentes dívidas[16]. A maior crítica foi em relação aos supervisores argentinos que, segundo ele, declaradamente desprezavam os trabalhadores e tinham liberdade para exercer poder de vida e morte sobre seus empregados, sempre com a omissão das autoridades brasileiras. Cabanas via a autonomia dos capatazes e administradores como uma afronta à lei e à soberania brasileira. Ele entendia que a ausência do poder estatal na região estava levando os brasileiros a viver e morrer "como animaes sem beneficios das leis do registro civil; da instrucção publica e outra de amparo social para não falar em codigos como o penal e o civil que alli não tem aplicação"[17].

Cabanas preocupava-se também com a ameaça de uma eventual invasão argentina através de Foz do Iguaçu. Seu próprio grupo—um pequeno exército sem recursos materiais e sem conhecimento prévio do terreno—havia sido capaz de manter sua posição e resistir ao ataque das forças governamentais lideradas pelo General Cândido Rondon por oito meses. No caso de uma guerra, ele acreditava que uma ocupação argentina da zona fronteiriça seria rápida e fácil. Além disso, segundo ele, a presença de muitas companhias argentinas com avançado conhecimento do terreno, monopólio dos transportes e controle de um exército de milhares de trabalhadores estrangeiros, certamente daria aos argentinos uma grande vantagem sobre o exército brasileiro. A Argentina também tinha acesso direto a Foz do Iguaçu por Buenos Aires por meio do rio e ferrovia. As forças militares argentinas, partindo da capital portenha, podiam alcançar Foz do Iguaçu em apenas quarenta e oito horas, enquanto as tropas brasileiras que saíssem do Rio de Janeiro, São Paulo ou Rio Grande do Sul precisariam de ao menos uma semana para chegar à região. A experiência de oito meses de guerrilha contra o exército brasileiro demonstrou a Cabanas e a outros líderes tenentistas a fragilidade do controle brasileiro da zona de fronteira. O conflito também deu uma oportunidade para que oficiais legalistas que lutaram no exército brasileiro conhecessem em primeira mão uma fronteira que era intimamente ligada à Argentina, mas isolada do Brasil. Os dois lados do conflito compartilhavam a mesma perspectiva nacionalista que via a hispanização da fronteira brasileira como

---

16 O sistema de servidão por dívida prevaleceu não apenas entre as empresas argentinas, mas também na companhia brasileira Mate Laranjeira, um fato convenientemente ignorado pela maioria dos informantes brasileiros, incluindo João Cabanas. Assim como o seringueiro da Amazônia, o trabalhador da obrage na Tríplice Fronteira, conhecido como mensu, era proibido de produzir alimentos e era obrigado a comprar os suprimentos superfaturados do armazém da empresa, o que consistentemente aumentava a dívida. Para os trabalhadores, as únicas opções eram fugir ou morrer endividados. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 48-50; CABANAS, João. *A Columna da Morte Sob o Commando do Tenente Cabanas*. Rio de Janeiro: Almeida & Torres, 1928, p. 360-367; CARRÃO, CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná.* Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928.p. 64-66.

17 Cabanas também criticou os "jornalistas de Curitiba" e outros visitantes por não perceberem a excessiva argentinização da fronteira. Ele zombou daqueles que visitaram o Rio Paraná e as cataratas como convidados das companhias de mate, fato que os tornaria incapazes de perceber a realidade. CABANAS, João. *A Columna da Morte Sob o Commando do Tenente Cabanas.* Rio de Janeiro: Almeida & Torres, 1928, p. 245-252.

um problema que exigia medidas urgentes por parte do governo. Alguns desses oficiais, incluindo Cabanas, eventualmente tomaram parte no golpe que alçou Getúlio Vargas ao poder em 1930, e a necessidade de nacionalizar o que eles chamaram de fronteira guarani permaneceu um princípio orientador constante nas ações do novo governo em relação à região[18].

A PERSPECTIVA DE UM ESTADO NACIONALISTA

Em setembro de 1931, o primeiro interventor nomeado por Vargas para o Paraná, Mário Tourinho, enviava um telegrama a Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça, e José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra, pedindo o retorno de uma companhia militar a Foz do Iguaçu. Tourinho era um general aposentado, um veterano da Guerra do Contestado, e o líder da facção pró-Vargas que tomou o controle do Paraná no golpe de 1930. Assim como Cabanas, Tourinho também aventava a possibilidade de uma invasão estrangeira, alegando em seu telegrama de 1931 que a presença do exército na fronteira era necessária para prevenir uma incursão "inevitável" de elementos estrangeiros. Exagerando a ameaça de uma invasão, o interventor sublinhou que "recentemente diante [da] ameaça [de] invasão [de] elementos revolucionarios Paraguayos e incursão [de] imigrados[,] teve [o] Paraná [que] contratar civis para defesa daquella fronteira". O estilo militar de Tourinho e sua incapacidade política eventualmente o colocaram em desacordo com as elites locais, o que lhe proporcionou uma curta carreira como interventor no Estado – foi substituído em janeiro de 1932 por Manuel Ribas, um político de carreira muito mais habilidoso. No entanto, seu alarme sobre a ameaça de uma invasão militar, junto com a denúncia de Cabanas de uma "argentinização" da fronteira, estabeleceram o tom da visão de Vargas sobre a região. Em uma carta para o Ministro da Guerra, o General João Gomes Ribeiro, Vargas revelou Tourinho como sua principal fonte sobre a vulnerabilidade da fronteira internacional do Paraná. Vargas assim caracterizou a região:

> Zona povoada e explorada por elementos estranhos, onde vai se formando uma sociedade cosmopolita de adventícios, sem espírito nacional, sem o sentimento de brasilidade e de amor à Pátria, e que pode constituir-se foco perigoso de desordem, capaz de provocar incidentes desagradáveis aos nossos interesses[19].

---

18 CABANAS, João. A *Columna da Morte Sob o Commando do Tenente Cabanas.* Rio de Janeiro: Almeida & Torres, 1928. p. 353-356; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 140-141.

19 Telegramas de Mário Tourinho a Oswaldo Aranha, 9 e 30 de julho, 1931, Série Correspondência Política, Rolo 7, fot. 422, CPDOC, Rio de Janeiro; Carta de Getúlio Vargas a João Gomes Ribeiro, 20 de maio, 1933, Série Correspondência, Rolo 3, fot. 0403 a 0408, CPDOC, Rio de Janeiro. Acreditamos que a data da carta esteja equivocada, pois o pedido de Vargas na carta – a instalação de uma companhia militar em Foz do Iguaçu – ocorreu em 1932.

Em 1932, dezenove anos depois da dissolução da colônia militar em Foz do Iguaçu, a cidade recebia a 1ª Companhia Independente de Fronteira, para proteção contra uma improvável invasão argentina e paraguaia. Com a renovada presença militar na região e sob a atmosfera nacionalista dos anos 1930, a antiga ideia de usar colônias militares como uma defesa contra a penetração estrangeira seria revivida. No seu relatório anual de 1935, o Ministro da Guerra propôs que o governo utilizasse conscritos em vez de famílias nas colônias militares que planejava estabelecer nas fronteiras[20].

Real ou não, a ideia de uma ameaça argentina também contribuiu para pressionar o desenvolvimento da região de outras formas, já que, mesmo em uma base comparativa, o outro lado da fronteira parecia estar muito melhor. Misiones tinha mais habitantes que o oeste do Paraná, estava conectada diretamente ao resto da Argentina, e recebera um parque nacional no seu lado das Cataratas do Iguaçu em 1934, cinco anos antes da criação de sua contraparte brasileira. Já em 1911, o congressista brasileiro Coelho Netto contrastava a "devastação" do lado brasileiro da fronteira com o "verde e denso" das vizinhas florestas argentinas. Ele afirmaria que "mais tarde, os que quiserem dizer da exuberância da selva naquele rincão do Brasil não precisarão recorrer às crônicas, mas, apontando a floresta argentina, na margem oposta [do Iguaçu], bastará que digam: a nossa, que foi sacrificada, era irmã daquela." A crítica de Coelho Netto sobre a maneira como o Brasil negligenciou suas florestas em relação à Argentina era mais um dispositivo retórico do que uma avaliação equilibrada sobre a conservação em toda a fronteira. Afinal, as obrages na Argentina praticavam extração madeireira seletiva em maior escala e tiveram um impacto maior na floresta do que as suas contrapartes brasileiras, onde a coleta de erva-mate era um empreendimento mais lucrativo. Porém, isso comprova o uso recorrente de uma figura retórica de uma Argentina dominante para pressionar pela intervenção federal na fronteira[21].

Um senso geral de inferioridade em relação ao estágio de desenvolvimento alcançado pela Argentina estava presente no discurso de muitos outros funcionários do governo brasileiro. Em 1928, o médico Manuel Carrão, secretário da Saúde do Estado do Paraná, advertia que os argentinos estavam uma década à frente no planejamento para exploração do potencial hidrelétrico das Cataratas do Iguaçu. A facilidade de acesso à região pela Argentina servia não apenas para estimular um modesto fluxo de turistas internacionais que buscavam visitar as lendárias Cataratas do Iguaçu, mas também levava o governo argentino a considerar a viabilidade de uma barragem hidrelétrica nas quedas bi-nacionais. Sabendo que seria impossível represar unilateralmente o rio fronteiriço, a Argentina proporia a internacionalização das quedas durante a Sexta Conferência

20 RIBEIRO FILHO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Guerra, em Maio de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior, 1936. p. 43.

21 Administración de Parques Nacionales. *Administración de Parques Nacionales - Parque Nacional Iguazú*. http://www.parquesnacionales.gov.ar/03_ap/15_iguazu_PN/15_iguazu_PN.htm, acesso em 29 de agosto, 2011; PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*: Ensaio. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950, p. 538; DEVOTO, Franco E. Informe sobre los bosques del Parque Nacional del Iguazú. *Boletin del Ministerio de Agricultura de la Nación* 37, nº 1-4, 1936.

Pan-Americana, realizada em Havana em janeiro de 1928. Os representantes brasileiros, logicamente, se opuseram de maneira veemente à proposta e adiaram a discussão indefinidamente. Manuel Carrão também alertava para o estado avançado de várias medidas cruciais ao desenvolvimento do lado argentino da fronteira; em março de 1928, a Argentina sancionou as leis 5.559 e 6.712, prevendo a expropriação de uma grande parcela de terra em torno das quedas para estabelecer instalações hidrelétricas, uma escola militar e um parque nacional. Seis anos depois, a Lei Federal nº 12.103 finalmente criou o *Parque Nacional Iguazú*, no lado argentino das cataratas. O governo do Paraná usou a criação do parque argentino para pressionar o governo brasileiro a desenvolver seu lado da fronteira, o que é revelado em uma série de memorandos enviados pelo governo do Paraná à secretaria presidencial entre 1936 e 1938. Em uma carta deste último ano a Getúlio Vargas, Manuel Ribas, o segundo interventor nomeado para o Paraná, requisitava fundos para reconstruir a precária estrada que conectava Guarapuava a Foz do Iguaçu. Ao contrário de seu antecessor Tourinho, Ribas era civil, político de carreira, e possuía uma abordagem mais pragmática ao problema da fronteira– ele queria investimentos em infraestrutura para atrair colonos brasileiros para a região e combater acusações federais que culpavam o Estado do Paraná por uma história de negligência relativa às suas fronteiras. Em sua carta, Ribas propunha que a reconstrução da estrada seria estratégica e uma "extraordinária alavanca para o progresso" do oeste paranaense. Na fronteira, não apenas estradas, mas também parques nacionais equivaliam ao progresso, e Ribas apresentou o recentemente criado *Parque Nacional Iguazú* argentino como o sinal de que o Brasil estava atrasado; "estando a argentina tratando de ampliar o seu parque do outro lado, penso que seria tempo de pensarmos na organização do nosso, para não ficarmos em situação de inferioridade." Segundo Ribas, o parque brasileiro teria meio caminho andado, já que a área já havia sido expropriada pelo Paraná, cujo governo já construíra "um hotel amplo e moderno" próximo às quedas. Ele acrescentaria que "caso o governo federal não [pretendesse] fazer já o parque nacional", deveria permitir então que o governo estadual o fizesse, evitando assim que o Brasil ficasse "muito aquém de nossos amigos e vizinhos". Ribas defendia a ideia de que o *Parque Nacional Iguazú* traria ferrovias e estradas pavimentadas para o país vizinho, e o único e lógico passo a ser tomado pelos brasileiros era imitar os argentinos[22].

---

22 Outra fonte de descontentamento para os brasileiros era o fato de que para os visitantes europeus e norte-americanos, as cataratas eram um marco argentino. NETTO, Silveira. *Do Guaíra aos Saltos do guassú.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 171-175. Ver também: CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná.* Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928. p. 56-57, 84-85, 86-88; MENDONÇA, Luciana A. Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: Uma Fronteira Ambientalista entre Brasil e Argentina. *In:* FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo (ed.). *Argentinos e Brasileiros:* Encontros, Imagens e Estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 210-211, 214; Carta de Manoel Ribas a Getúlio Vargas, 31 de março, 1936, Gabinete Civil da Presidência, Lata 23, Pasta Paraná – 1934-1937, 1939, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; Cartas de Manoel Ribas a Getúlio Vargas, 10 e 12 de outubro, 1938, Gabinete Civil da Presidência, Lata 99, Pasta Paraná – 1934, 1936-1939, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Tanto o medo de invasões estrangeiras expostas por João Cabanas e Mário Tourinho, quanto o sentimento de atraso em relação à Argentina, explicitado por Manuel Ribas, se encaixam no impulso de "nacionalizar as fronteiras" presente desde o início do governo Vargas. Já em dezembro de 1930, Vargas emitiu o Decreto nº 19.482, que obrigava empresas brasileiras a um mínimo de dois terços de brasileiros entre seus empregados. O mesmo decreto também aumentou os obstáculos à entrada e presença legal de estrangeiros no Brasil, e tornou mais difícil para eles adquirir imóveis. Esse decreto foi dirigido a estrangeiros em geral, mas a preocupação com a fronteira do Paraná fez o governo no Rio de Janeiro enviar uma comissão federal liderada pelo jornalista Zeno Silva para investigar a situação em Foz do Iguaçu. A comissão pintou uma imagem terrível da fronteira, na qual apenas cinco por cento de uma população de dez mil pessoas era de nacionalidade brasileira. Em seu relatório, a comissão alegou que os governos anteriores nunca haviam se preocupado em tomar medidas para colonizar a zona fronteiriça e, se as coisas permanecessem como tal, logo a presença de imigrantes levaria a uma disputa internacional na fronteira. A solução, de acordo com a comissão, era nacionalizar a região por meio da criação de um território fronteiriço diretamente controlado pelo Rio de Janeiro. A ideia de separar a porção oeste do Paraná do restante do Estado se tornou um ponto de disputa entre governos estadual e federal. Embora nomeados por Vargas, os interventores estaduais frequentemente desempenharam o papel de mediadores entre o Rio de Janeiro e as elites locais. Na década de 1930, fora um pequeno grupo de lobistas de Curitiba pró-território do Iguaçu, a maioria da elite paranaense se posicionava contra o desmembramento do seu Estado. A despeito disso, Vargas criou o Território do Iguaçu em 1943, controlado diretamente pelo governo federal, mas uma vez destituído do poder em 1945, o Território foi dissolvido e a região retornou aos estados de Paraná e Santa Catarina (Mapa 6)[23].

---

23 Entre os vários argumentos trazidos pelas elites locais contra o território fronteiriço, estava a ideia de que a criação destes territórios significava dividir artificialmente a nação. Este parcelamento dos estados era contra os princípios federativos, que concebiam a nação como a soma de seus estados autônomos. Esta ideia foi defendida pelo congressista Generoso Ponce, do Mato Grosso em março de 1934, durante as discussões para a redação da nova Constituição. A*nnaes da Assembléa Nacional Constituinte*, vol. 9, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p. 200-201, 205, 213. Ver também: GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial:* Migrações no Oeste do Paraná, 1940-1970. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 91; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste:* Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985. p. 141-142, 147-148; BRASIL. *Decreto nº. 19.482*, 12 de janeiro, 1930; Carta do Comitê para o Território do Iguaçu para Oswaldo Aranha, Correspondência Política, Rolo 6, fot. 80 e 81, CPDOC, Rio de Janeiro; Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, nº 38, 1933, p. 132.

Mapa 6 - Território do Iguaçu, 1943-1946[24]

Fonte: Trotta (1946); IBGE (1944) – elaborado pelo autor.

GERENCIANDO TERRAS PÚBLICAS

A ideia de colonizar e integrar a fronteira oeste guiou muitas das ações de Getúlio Vargas durante os anos em que se manteve no poder. Em 1937, em uma transmissão de rádio na véspera do ano novo, Vargas introduziu o novo espírito do Estado Novo ao anunciar que o "verdadeiro sentido de brasilidade" era a integração do interior do país ao seu núcleo econômico, a famosa campanha da "A Marcha para o Oeste". Aos olhos do governo, o oeste brasileiro era uma fonte potencial de matérias-primas baratas e novos mercados para as indústrias que Vargas pretendia criar no leste do país. No programa de rádio, Vargas apresentou aos brasileiros sua missão: criar uma civilização única no novo mundo. Para atingir tal objetivo, seria necessário integrar o território em um todo harmonioso, no qual a exploração racional dos recursos naturais sob a orientação do governo

24 Fontes: TROTTA, Frederico. *Território Federal do Iguaçu.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946; Brasil, Conselho Nacional de Geografia, *Mapa Geral do Território do Iguaçu*, Mapa, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Geografia e Estatística, 1944, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

federal substituiria os antiquados sistemas de subsistência como a agricultura de coivara. O objetivo de Vargas era dissolver as particularidades econômicas locais em um mercado interno orgânico, que canalizaria recursos do oeste para industrialização do leste. A Marcha para o Oeste era uma política de Estado, análoga a do Destino Manifesto estadunidense, mas adicionada de ideais positivistas e fascistas de uma sociedade orgânica livre de tensões regionais ou de classe. Para promover esta ideia, o estado brasileiro precisava lançar um processo de colonização e controlar os recursos naturais do país[25].

Contudo, com a maioria das terras públicas brasileiras na mão dos estados, o governo federal tinha poucos recursos para gerenciar o uso da terra. Na Assembleia Constituinte de 1934, os congressistas defenderam o direito do governo federal de se sobrepor aos estados quando interesses nacionais estivessem em jogo. Estes interesses nacionais seriam, como sugerido pelo congressista Alexandre Siciliano, não apenas a criação de "boas reservas de terra para a proteção e conservação de nossos indígenas", mas também a preservação de campos de petróleo e minas, assim como as "quedas d'água", "flora", "fauna", e "belezas naturais", levando à criação de parques como o *Teapot Dome Oil Field* ou o *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos. Siciliano também sugeriu que o direito de administrar as terras localizadas nas fronteiras internacionais deveria ser reservado ao governo federal a fim de "impedir, especialmente nas zonas fronteiriças, uma demasiada infiltração de alienígenas e concentração de propriedades em mãos de estrangeiros". A Constituição promulgada em 1934, em seu artigo 166, proporcionou maior controle ao governo federal de uma faixa de segurança de 150 quilômetros ao longo da fronteira. Esta mudança foi confirmada posteriormente, pela Constituição do Estado Novo de 1937. Nesta área de 150 quilômetros, todas as novas transações, bem como qualquer construção rodoviária e ferroviária, precisavam ser aprovadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional. Havia também a exigência de que as empresas que operassem dentro desta faixa de fronteira de 150 quilômetros tivessem a maioria do capital brasileiro.

Em 1939, novos regulamentos requeriam que os compradores de terras na faixa de 150 quilômetros fossem preferencialmente cidadãos brasileiros e, no caso de serem estrangeiros, o interessado precisava ao menos ser chefe de família com filhos nascidos no Brasil. Nos assentamentos fronteiriços, os brasileiros deveriam compor pelo menos metade da população, e qualquer nacionalidade estrangeira não deveria compreender, sozinha, mais do que um quarto dos habitantes. Além disso, as empresas localizadas dentro desta faixa foram obrigadas a ter a maioria de sócios brasileiros, administradores nascidos no Brasil e dois terços dos funcionários brasileiros. A nova legislação da fronteira criou também

---

25 VARGAS, Getúlio. Marcha Para Oeste - Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1937. *In: Getúlio Vargas*, Série Perfis Parlamentares, nº. 62, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 368–373; RICARDO Cassiano. *Marcha Para Oeste:* a Influência da "Bandeira" na Formação Social e Política do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CEFF), subordinada ao Conselho Superior de Segurança Nacional, com poder de aprovar as transações de terra envolvendo estrangeiros e revisar todas as concessões estaduais e municipais passadas. Esta nova regulamentação sobre a propriedade de terras na fronteira foi emitida ao mesmo tempo em que o governo federal criou o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, em terras que anteriormente haviam sido tornadas de uso público pelo governo do Paraná. Ambos fizeram parte de um movimento do Rio de Janeiro para aumentar seu controle sobre a concessão pública de terras, ampliar seu poder sobre estados e municípios, e nacionalizar as fronteiras. Governos estaduais e locais continuariam a controlar concessões de terrenos públicos na faixa de 150 quilômetros, mas o governo federal, por meio da CEFF, tinha a última palavra na aprovação dessas transações[26].

Em 1916, o Estado do Paraná emitiu o Decreto nº 653, expropriando a propriedade de 1.008 hectares adquirida da Colônia Militar de Foz do Iguaçu anos antes, pelo empresário estrangeiro Jesús Val. O decreto transformou a propriedade nas margens brasileiras das quedas em uma área de interesse público, para receber uma "vila e um parque"[27]. Em 1930, outro decreto estadual (nº. 2.153) triplicou a área de interesse público, fixando o total de 3.300 hectares para o estabelecimento "de uma futura povoação e de um Parque Nacional". Pela primeira vez o termo "parque nacional" apareceu na legislação brasileira relativa às Cataratas do Iguaçu. O decreto, emitido em 20 de outubro, foi uma das primeiras disposições tomadas pelo general Mario Tourinho, que liderou o golpe de Vargas no Paraná e assumiu o controle do Estado em 5 de outubro, apenas dois dias depois do levante ter sido iniciado no Rio Grande do Sul. O Decreto Estadual nº 2.153 também doou terras expropriadas ao governo federal, um ato que ia de encontro à centralização do poder na esfera federal, característica do regime de Vargas[28].

---

26 A*nnaes Da Assembléa Nacional Constituinte,* Vol. 9, p. 350-351; Brasil, Constituição de 1934, Artigo 166; Brasil, Constituição de 1937, Artigo 165; Brasil, Decreto-Lei 1.164, 18 de maio, 1939; Brasil, Decreto-Lei 1.968, 17 de janeiro, 1940; Ministério da Agricultura, Divisão de Terras e Colonização, Memorando Interno, 3 de junho, 1939, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no Contexto da Marcha Para Oeste.* Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 52-53; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y el Peronismo:* Una Mirada Histórica. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008, p. 66-67.

27 Affonso Camargo, presidente do Estado do Paraná, foi convencido por Santos Dumont, o famoso pioneiro da aviação, que havia visitado o local em abril daquele ano, a expropriar a área em torno das cataratas. Santos Dumont em Curitiba, *Diário da Tarde,* 4 de maio, 1916; Santos Dumont em Curitiba, *Diário da Tarde*, 5 de maio, 1916; Santos Dumont, *Diário da Tarde,* 6 de maio, 1916; Santos Dumont, *Diário da Tarde,* 9 de maio, 1916; Santos Dumont é entrevistado, *Diário da Tarde*, 11 de maio, 1916; Paraná, Decreto 460, de 14 de junho de 1913. *In:Diário Oficial*, Curitiba, Brasil, 19 de junho, 1913; Paraná, Decreto 653, de 28 de julho de 1916. *In:Diário Oficial,* Curitiba, Brasil, 31 de julho, 1916.

28 Paraná, Decreto nº 2153, de 20 de outubro de 1931. *In:Diário Oficial*, Curitiba, Brasil, 23 de outubro, 1931; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Documental do Paraná:* Primórdios da Colonização Moderna da Região de Itaipu. Curitiba: SBPHPR, 1987; FERREIRA, Lourdes M.; PIMENTEL, Angela Pantoja de M. Encarte 1 - Informações Gerais Sobre a Unidade de Conservação. *In:* IBAMA, *Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.* Brasília: IBAMA, 1999.

No contexto do movimento revolucionário de 1930, as terras que cercam as Cataratas do Iguaçu passaram ao controle do governo federal, o que deu ao Rio de Janeiro os meios para criar um parque nacional na área, o segundo dos três parques nacionais criados durante o regime Vargas. No Brasil, as ações de Getúlio Vargas para implementar uma agenda conservacionista entre 1930 e 1945 foram sem precedentes – salvo o estabelecimento de jardins botânicos e proteção parcial da bacia hidrográfica do Rio de Janeiro, os governos anteriores nunca haviam se empenhando para criar uma política de conservação de recursos e monumentos naturais. A mudança trazida por Vargas tinha raízes em um fenômeno novo no Brasil – o surgimento no cenário nacional de um grupo de conservacionistas (dentre eles, muitos cientistas) que, antes de 1937, haviam conseguido alinhar as ideias de conservação da natureza oriundas dos Estados Unidos e da Europa a um discurso nacionalista semelhante ao proposto pelos ideólogos de Vargas (o próprio Vargas, contudo, parecia não ter interesse em conservar)[29]. O tema foi impulsionado pelo novo código florestal e o patrocínio governamental à Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, ambos em 1934. A proposta de um parque em torno das Cataratas do Iguaçu alinhou preocupações geopolíticas com a nova agenda conservacionista que, combinados ao apoio do Estado do Paraná, possibilitaram a criação do segundo parque nacional no que era então uma área remota e inacessível.

Na sequência de uma visita ao Paraná, o Ministro da Agricultura Fernando Costa apresentou a Vargas um projeto para a criação do Parque Nacional do Iguaçu, em dezembro de 1938. O projeto previa um parque baseado na área doada pelo governo do estado nove anos antes. Apresentando os parques nacionais como um sinal de modernidade, Costa citou muitos parques nacionais estadunidenses (*Yellowstone, Grand Canyon, Sequoia, Yosemite*, etc.), bem como euro-

---

29 Esta geração de cientistas foi estudada em detalhe em outros trabalhos. Ver: DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. Wilderness and the Brazilian Mind (II): The First Brazilian Conference on Nature Protection (Rio de Janeiro, 1934). *Environmental History*, Vol. 14, Nº 1, 2009, p. 724–760; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. Wilderness and the Brazilian Mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s. *Environmental History*, Vol. 13, Nº 4, outubro de 2008, p. 724-760; PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. *In:Ecologia e Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. História das Preocupações com o Mundo Natural no Brasil: da Proteção à Natureza à Conservação da Biodiversidade. *In:*FRANCO, José Luiz de A. *et al*. (ed.). *História Ambiental:* Fronteira, Recursos Naturais e Conservação Da Natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012; FRANCO, José Luiz de A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a Questão da Identidade Nacional. *Vária História*, Nº. 26, janeiro de 2002, p. 77-96; DUARTE, Regina Horta. Pássaros e Cientistas No Brasil: Em Busca de Proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review,* Vol. 41, Nº 1, 1º de janeiro, 2006, p. 3–26; DRUMMOND, José Augusto. A Visão Conservacionista (1920 a 1970). *In:*CAPOBIANCO, João Paulo R.; SVIRSKY, Enrique (ed.). *Ambientalismo no Brasil:* Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997, p. 19-26; CAPANEMA, Carolina Marotta. *A Natureza no Projeto de Construção de um Brasil Moderno e a Obra de Alberto José Sampaio*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, (Dissertação de Mestrado); OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra Adorada, Mãe Gentil*: Representações do Feminino e da Natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). Belo Horizonte: UFMG, 2009 (Dissertação de Mestrado); PÁDUA. José Augusto. The Politics of Forest Conservation in Brazil: A Historical View. *Nova Acta Leopoldina*, Vol. 114, Nº 390, 2013; DEAN, Warren. *With Broadax and Firebrand:* The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest. Berkeley: University of California Press, 1997.

peus (Itália, Alemanha, Espanha, Suécia, etc.), como fonte de inspiração. Costa pretendia usar os parques para preservar monumentos naturais e paisagens e manejar florestas. O projeto estipulava um orçamento anual de dois milhões e meio de contos de réis para a implementação do parque. O texto enfatizava a existência de um parque nacional argentino "de igual nome e de idêntica finalidade", e sugeria o parque brasileiro como uma ferramenta para "estreitar as [...] cordiais relações de amizade com os vizinhos do Prata". Em 10 de janeiro de 1939, o lacônico Decreto nº 23.793 criou o Parque Nacional do Iguaçu. O decreto, com sete artigos, não estipulava a área real do parque, a qual seria estabelecida após um levantamento de campo. Do mesmo modo, diferentemente do projeto de Costa, o texto do decreto não discriminava claramente o propósito do parque nacional, mas se referia a artigos do código florestal sobre a preservação de "monumentos naturais" e "paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza", a ação de autoridades locais, e ao papel da polícia florestal. No mesmo ano, técnicos do Ministério da Agricultura fizeram um levantamento da área das Cataratas do Iguaçu e, em 1940, a construção da infraestrutura do parque teve início. O governo brasileiro pretendia implementar no Parque Nacional do Iguaçu brasileiro uma infraestrutura semelhante à construída pela *Dirección de Parques Nacionales* argentina no seu *Parque Nacional Iguazú*, do outro lado da fronteira. O plano brasileiro previa a construção de um aeroporto em Foz do Iguaçu para substituir a pista de pouso da década de 1930, uma pequena barragem hidrelétrica, estradas, a sede do parque e um grande hotel para substituir a pequena pousada de madeira construída nas quedas por empresários locais. Em 1942, a construção do aeroporto estava concluída e incluía um "belo terminal de passageiros em estilo colonial", nas palavras de um visitante. Nos anos seguintes, a sede do parque e a barragem foram concluídas, e esta última se tornaria a principal fonte de energia tanto para o parque como para a cidade de Foz do Iguaçu até a metade da década de 1950. Devido à maior escala e custos, a construção do hotel só começou depois da segunda guerra, em 1948, e demorou dez anos até ser completada. Ao usar o orçamento do parque para construir infraestrutura local, como aeroporto, estradas e barragem hidrelétrica, o governo federal teve oportunidade para investir no desenvolvimento da região fronteiriça, em contraste com o que ocorreu com os outros dois parques nacionais criados no Estado do Rio de Janeiro na década de 1930. Uma comparação dos investimentos em infraestrutura feitos pelo governo brasileiro nos três parques revela a importância de preocupações territoriais na política de conservação do regime. Entre 1939 e 1945, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu cerca de sessenta e seis por cento do orçamento destinado para a construção de infraestrutura nos parques

nacionais, a despeito do fato de que recebeu apenas sete por cento dos visitantes de parques nacionais no Brasil (Gráfico 1)[30].

Gráfico 1 - Comparação entre os parques nacionais[31]

Orçamento
1939-1940; 1944-1945

Itatiaia e Serra dos Órgãos 34%
Iguaçu 66%

Visitantes
1943-1944

Iguaçu 7%
Itatiaia e Serra dos Órgãos 93%

Fonte: Falcão (1945); Costa (1940; 1941) – elaborado pelo autor.

No início da década de 1940, a nacionalização da falida estrada de ferro São Paulo-Rio Grande resultou na expropriação de vastas extensões de terra concedidas à empresa por governos anteriores. O Serviço Florestal Brasileiro aproveitou a oportunidade e usou algumas destas terras para aumentar o tamanho do parque, dos originais 3.300, para 200.000 hectares (Mapa 7). Entretanto, nas décadas seguintes, este parque ampliado existiria quase que exclusivamente no papel. O processo de incorporação real destas novas glebas, incluindo levantamentos territoriais e expropriações, levou várias décadas, e ocorreu concomitantemente à chegada à região de colonizadores vindos dos estados meridionais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso inevitavelmente levou a confrontos entre colonos que, à medida que o parque aumentava, se encontraram dentro de seus limites, e

30 Em 1934, a criação do parque argentino, em Iguaçu, influenciou o Brasil a criar seu próprio parque em 1939. A criação do parque nacional argentino também foi o resultado de ações brasileiras. Após visitar as cataratas em 1897, o naturalista argentino Carlos Burmeister preveniu que o Brasil já havia fundado uma colônia militar e planejava criar um parque nacional no seu lado da fronteira. Isso levou Carlos Thays, um arquiteto franco-argentino, a esboçar o primeiro plano para um parque nacional e uma colônia militar no lado argentino em 1902. Ver: SILVESTRI, Graciela. *El lugar común:* una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata. Buenos Aires: Edhasa, 2011, p. 360. Ver também: COSTA, Fernando. *Projeto do Parque Nacional de Iguaçu.* 27 de dezembro, 1938, G. M. 1036, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; Brasil, Decreto nº. 23.793, 23 de janeiro, 1934; Brasil, Decreto nº. 1.713, 14 de junho, 1937; Brasil, Decreto-Lei nº. 1.035, 10 de janeiro, 1939; LEITÃO, Cândido de Mello. *A Vida Na Selva.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 175-194.

31 FALCÃO, João Augusto. *O Serviço Florestal no Biênio 1943-1944.* Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945, p. 12, 14, 32-42; COSTA, Fernando. *As Atividades Agrícolas do Brasil 1939*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1940, vol. 1, p. 353, e vol. 2, p. 11; COSTA, Fernando. *As Atividades do Ministério da Agricultura em 1940*, vol. 1. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1941, p. 486.

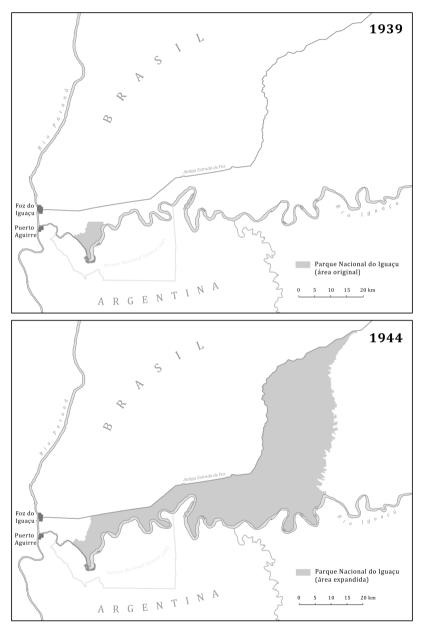
agências governamentais, que procuravam proteger a natureza. O episódio mais dramático ocorreu na década de 1970, no auge da ditadura militar, quando 457 famílias de colonos e posseiros foram removidas dos limites expandidos do parque[32].

Não obstante a negligência posterior na aplicação do poder territorial do Estado sobre o espaço expandido do parque, ocorrida depois da década de 1950, a história da criação do Parque Nacional do Iguaçu nas décadas de 1930 e 1940 é representativa das tentativas do regime Vargas de controlar terra e território no Brasil. A criação de um regime especial para a ocupação da faixa fronteiriça de 150 quilômetros em 1934, os três parques nacionais estabelecidos entre 1937 e 1939, e o desmembramento de cinco estados, incluindo o Paraná, em cinco novos territórios fronteiriços controlados diretamente pelo Rio de Janeiro em 1943, eram todos parte de um mesmo esforço do governo federal para conter as elites regionais, controlar o processo de ocupação e colonização do território, e dominar as fronteiras do Brasil[33]. Com a destituição de Getúlio Vargas em 1945, foi reduzido o ímpeto federal de controlar o território, e o governo federal precisou esperar até 1964 para retomar sua expansão, quando o novo regime militar assumiu o controle *de facto* das terras públicas da mão dos estados.

---

32 Brasil, Decreto-Lei nº. 2.073, 8 de março, 1940; Brasil, Decreto-Lei nº. 2.436, 22 de julho, 1940; Brasil, Decreto-Lei nº. 6.506, 17 de maio, 1944; Brasil, Decreto-Lei nº. 6.587, 14 de julho, 1944; Brasil, Decreto-Lei nº. 6.664, 7 de julho, 1944; Brasil, Decreto-Lei nº. 69.411 e nº. 69.412, 22 de outubro, 1971; BONASSA, *op. cit.*; DAWSEY, Cyrus B. Push Factors and Pre-1970 Migration to Southwest Paraná, Brazil. *Revista Geográfica*, Nº 98, 1º de julho, 1983, p. 54-57; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO. José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. Brazilian Federal Conservation Units: A Historical Overview of Their Creation and of Their Current Status. *Environment and History*, Nº 15, 2009, p. 463-491; FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense*: História Territorial, Região, Identidade e (Re)Ocupação. Franca: UNESP, 2007, (Tese de Doutorado); GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná, 1940-1970. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 91; HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. *Greening Brazil:* Environmental Activism in State and Society. Durham: Duke University Press, 2007; VENCATTO, Rudy Nick. Debates Ambientais e a Constituição do Parque Nacional do Iguaçu. *Tempos Históricos,* Vol. 13, Nº 2, 2009, p. 171-191.

33 Brasil, Decreto-Lei nº. 5.812, 13 de setembro, 1943.

Mapa 7 - Expansão do Parque Nacional do Iguaçu, 1939-1944

Fonte: Trotta (1946); IBGE (1944) – elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as décadas de 1930 e 1960, a criação de parques nacionais no Brasil revela um padrão em comum[34]. Em geral, parques eram criados em áreas de floresta densa, e apresentavam características naturais que eram potencialmente monumentalizáveis, como cachoeiras, cânions, montanhas, ilhas, etc. Parques eram considerados símbolos nacionais e, como tais, eles deveriam preservar características naturais extraordinárias. Visitação era um dos elementos-chave na concepção de tais parques. Por esta razão, muitos deles estavam localizados em áreas próximas aos principais centros urbanos, como os parques de Itatiaia e Serra dos Órgãos, facilmente acessíveis aos moradores do Rio de Janeiro. O Parque Nacional do Iguaçu, entretanto, foi um caso à parte, uma vez que foi criado em área de difícil acesso, distante do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. Na verdade, o isolamento da área, a forte presença de estrangeiros, a rivalidade com a Argentina, e a centralização do poder federal contra a autonomia estadual, são todos fatores cruciais para se entender a criação do parque. Nas palavras de Francisco Iglesias, chefe do serviço do parque nacional da década de 1940, sua criação tinha sido "um desses empreendimentos másculos" que simbolizava a Marcha de Vargas para o Oeste na sua completude. Para Iglesias, o parque serviria para integrar uma população fronteiriça "bastarda e cosmopolita" que vivia isolada na fronteira e dominada pela Argentina[35]. O governo de Getúlio Vargas se aproveitou do discurso conservacionista em curso, e adotou a antiga ideia de criar um parque nas cataratas, e o implementou como parte de sua política mais ampla de nacionalização das fronteiras. Criando o parque, o Estado brasileiro teve por objetivo desenvolver suas fronteiras do sudoeste e integrá-las ao restante do país.

---

34 Os parques nacionais criados no Brasil neste período foram: Itatiaia (1937); Iguaçu, e Serra dos Órgãos (1939); Ubajara, Aparados da Serra, e Araguaia (1959); Emas, Chapada dos Veadeiros, Caparaó, Sete Cidades, Sete Quedas, São Joaquim, Tijuca, e Brasília (1961). Ver: *a Brasileiro*, p. 14-15.

35 IGLESIAS, Francisco de Assis. Os Parques Nacionais Existentes. Descrição e Relevância. *In: Anais, IX Congresso Brasileiro de Geografia,* vol. 3, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. *Parque Nacional Iguazú*. Disponível em: http://www.parquesnacionales.gov.ar/03_ap/15_iguazu_PN/15_iguazu_PN.htm. Acesso em: 29 ago. 2011.

AMADO, Janaína; NUGENT, Walter T. K.; DEAN, Warren. *Frontier in Comparative Perspectives*: The United States and Brazil. Washington D.C: Latin American Program, Wilson Center, 1990.

BONASSA, Tânia Luiza. *Estrada do Colono*: Ações e Práticas Discursivas na Relação do Homem com a Natureza no Parque Nacional do Iguaçu. Curitiba: UFPR, 2004, (Dissertação de Mestrado).

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A Natureza no Projeto de Construção de um Brasil Moderno e a Obra de Alberto José Sampaio*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, (Dissertação de Mestrado).

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena*: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: UNESP, 2008.

DAWSEY, Cyrus B. Push Factors and Pre-1970 Migration to Southwest Paraná, Brazil. *Revista Geográfica*, nº 98, 1º de julho, 1983.

DEAN, Warren. *With Broadax and Firebrand*: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest. Berkeley: University of California Press, 1997.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. Brazilian Federal Conservation Units: A Historical Overview of Their Creation and of Their Current Status. *Environment and History*, nº 15, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A Visão Conservacionista (1920 a 1970). In: CAPOBIANCO, João Paulo R.; SVIRSKY, Enrique (ed.). *Ambientalismo no Brasil*: Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. História das Preocupações com o Mundo Natural no Brasil: da Proteção à Natureza à Conservação da Biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de A. et al. (ed.). *História Ambiental*: Fronteira, Recursos Naturais e Conservação Da Natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. Wilderness and the Brazilian Mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s. *Environmental History*, vol. 13, nº 4, outubro de 2008.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luís de A. Wilderness and the Brazilian Mind (II): The First Brazilian Conference on Nature Protection (Rio de Janeiro, 1934). *Environmental History*, vol. 14, nº 1, 2009.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e Cientistas No Brasil: Em Busca de Proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, vol. 41, nº 1, 1º de janeiro, 2006.

FLORES, Dan. Place: An Argument for Bioregional History. *Environmental History Review*, vol. 18, nº 4, 1994, p. 1-18.

FOWERAKER, Joe. *The Struggle for Land*: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FRANCO, José Luiz de A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a Questão da Identidade Nacional. *Vária História*, nº. 26, janeiro de 2002.

FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense*: História Territorial, Região, Identidade e (Re)Ocupação. Franca: UNESP, 2007, (Tese de Doutorado).

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial*: Migrações no Oeste do Paraná, 1940-1970. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. *Greening Brazil*: Environmental Activism in State and Society. Durham: Duke University Press, 2007.

INCRA. *Parque Nacional do Iguaçu*. GIS shapefile. Curitiba: INCRA-PR, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no Contexto da Marcha Para Oeste*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MENDONÇA, Luciana A. Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: Uma Fronteira Ambientalista entre Brasil e Argentina. In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo (ed.). *Argentinos e Brasileiros*: Encontros, Imagens e Estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como destino de viagem*: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 1888-1907. Niterói: UFF, 2011, (Tese de Doutorado).

MYSKIW, Antonio Marcos. Ser Colono Na Fronteira: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 1888-1907. In:GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (ed.). *Campos Em Disputa*: História Agrária e Companhia. São Paulo: Annablume, 2007.

NEUMANN, Roderick P. *Imposing Wilderness*: Struggles Over Livelihood and Nature Preservation in Africa. Berkeley: University of California Press, 1998.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra Adorada, Mãe Gentil*: Representações do Feminino e da Natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). Belo Horizonte: UFMG, 2009 (Dissertação de Mestrado).

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. *In:Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PÁDUA. José Augusto. The Politics of Forest Conservation in Brazil: A Historical View. *Nova Acta Leopoldina*, vol. 114, nº 390, 2013.

PIMENTEL, Angela Pantoja de M. Encarte 1 – Informações Gerais Sobre a Unidade de Conservação. In: IBAMA, *Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. Brasília: IBAMA, 1999.

PIZARRO, Rodrigo. *The Global Diffusion of Conservation Policy*: An Institutional Analysis. Palo Alto: Stanford University, 2012 (Phd Dissertassion).

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y el Peronismo*: Una Mirada Histórica. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008.

SACK, Robert David. *Human Territoriality*: Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SASAKI, Daniel Leb. *Pouso Forçado*: a História por trás da destruição da Panair pelo Regime Militar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SIB, Administración de Parques Nacionales. *Límite del Parque Nacional Iguazú.* GIS shapefile. Buenos Aires: SIB, 2013.

SILVESTRI, Graciela. *El lugar común*: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

SPENCE, Mark David. *Dispossessing the Wilderness*: Indian Removal and the Making of the National Parks. New York: Oxford University Press, 1999.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembrando a História da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*: Um Estudo Comparativo a Partir Da Fronteira Em Movimento. São Paulo: DIFEL, 1979.

VENCATTO, Rudy Nick. Debates Ambientais e a Constituição do Parque Nacional do Iguaçu. *Tempos Históricos*, vol. 13, nº 2, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*: História do Oeste Paranaense. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste*: Ocupação e Colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

WAKILD, Emily. *Revolutionary Parks*: Conservation, Social Justice, and Mexico's National Parks, 1910-1940. Tucson: University of Arizona Press, 2011.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Documental do Paraná*: Primórdios da Colonização Moderna da Região de Itaipu. Curitiba: SBPHPR, 1987.

WHITE, Richard. What is Spatial History. Stanford University. Spatial History Project. February 2010.

FONTES

ANDRADE, Theophilo de. *O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

Annaes da Assembléa Nacional Constituinte, vol. 9, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

ARQUIVO NACIONAL. CARTAS de Manoel Ribas a Getúlio Vargas, 10 e 12 de outubro, 1938, Gabinete Civil da Presidência, Lata 99, Pasta Paraná – 1934, 1936-1939, Rio de Janeiro.

BRASIL. Conselho Nacional de Geografia, *Mapa Geral do Território do Iguaçu*, Mapa, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Geografia e Estatística, 1944, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição de 1934, artigo 166.

BRASIL. Constituição de 1937, artigo 165.

BRASIL. Decreto nº. 1.713, 14 de junho, 1937.

BRASIL. Decreto nº. 19.482, 12 de janeiro, 1930.

BRASIL. Decreto nº. 23.793, 23 de janeiro, 1934.

BRASIL. Decreto-Lei 1.164, 18 de maio, 1939.

BRASIL. Decreto-Lei 1.968, 17 de janeiro, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.035, 10 de janeiro, 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.073, 8 de março, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.436, 22 de julho, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.812, 13 de setembro, 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.506, 17 de maio, 1944.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.587, 14 de julho, 1944.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.664, 7 de julho, 1944.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 69.411 e nº. 69.412, 22 de outubro, 1971.

BRASIL. Serviço Geográfico do Exército, Foz do Iguaçu, SG-21-X-D, mapa, Brasília: DNPM, 1980.

BRASIL. Serviço Geográfico do Exército. Guaraniaçu, SG-22-VC, mapa, Brasília: DNPM, 1980.

CABANAS, João. A *Columna da Morte Sob o Commando do Tenente Cabanas*. Rio de Janeiro: Almeida & Torres, 1928.

CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná*. Curitiba: Lith. Progresso e R. S. Francisco, 1928.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Carta de Getúlio Vargas a João Gomes Ribeiro, 20 de maio, 1933, Série Correspondência, Rolo 3, fot. 0403 a 0408, Rio de Janeiro.

COSTA, Fernando. *As Atividades Agrícolas do Brasil 1939*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1940.

COSTA, Fernando. *As Atividades do Ministério da Agricultura em 1940*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1941.

COSTA, Fernando. *Projeto do Parque Nacional de Iguaçu*. 27 de dezembro, 1938, G. M. 1036, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

CPDOC. Carta de Manoel Ribas a Getúlio Vargas, 31 de março, 1936, Gabinete Civil da Presidência, Lata 23, Pasta Paraná – 1934-1937, 1939, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

CPDOC. Carta do Comitê para o Território do Iguaçu para Oswaldo Aranha, Correspondência Política, Rolo 6, fot. 80 e 81, Rio de Janeiro.

CPDOC. Telegramas de Mário Tourinho a Oswaldo Aranha, 9 e 30 de julho, 1931, Série Correspondência Política, Rolo 7, fot. 422, Rio de Janeiro.

DEVOTO, Franco E. Informe sobre los bosques del Parque Nacional del Iguazú. *Boletin del Ministerio de Agricultura de la Nación* 37, nº 1-4, 1936.

FALCÃO, João Augusto. *O Serviço Florestal no Biênio 1943-1944*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.

FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Limites do Brasil*. Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1936. Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal.

IGLESIAS, Francisco de Assis. Os Parques Nacionais Existentes. Descrição e Relevância. *In: Anais, IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. 3, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944.

LEITÃO, Cândido de Mello. *A Vida Na Selva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MAGALHÃES, João Baptista. As Reservas Florestaes, Os Parques dos Escoteiros e a Arborisação de Estradas, Sob o Ponto de Vista da Defesa Nacional. *Correio da Manhã*, 26 de dezembro, 1931.

MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Lobato, 1925. Ministério da Agricultura, Divisão de Terras e Colonização, Memorando Interno, 3 de junho, 1939, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

MURICY, José Cândido da Silva. *À Foz do Iguassu*. Ligeira descripção de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassu em novembro de 1892. Curitiba: Impressora Paranaense, 1896.

NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira Paraná*. Curitiba: Typografia da República, 1903.

NESTOR, Borba; REBOUÇAS, André Pinto. *Excursão ao Salto do Guayra*: O Parque Nacional. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1897.

NETTO, Silveira. *Do Guaíra aos Saltos do Iguassú*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

PARANÁ. Decreto nº 2153, de 20 de outubro de 1931. *Diário Oficial*, Curitiba, Brasil, 23 de outubro, 1931.

PARANÁ. Decreto nº 460, de 14 de junho de 1913. *Diário Oficial*, Curitiba, Brasil, 19 de junho, 1913.

PARANÁ. Decreto nº 653, de 28 de julho de 1916. *Diário Oficial*, Curitiba, Brasil, 31 de julho, 1916.

PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*: Ensaio. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

REBOUÇAS, André Pinto. O Parque Nacional: Notas e Considerações Geraes. *In: Província do Paraná*: caminhos de ferro para Mato Grosso e Bolívia. Salto do Guayra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO, Nº 38, 1933.

RIBEIRO FILHO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Guerra, em Maio de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior, 1936.

RICARDO Cassiano. *Marcha Para Oeste*: a Influência da "Bandeira" na Formação Social e Política do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

ROWE, Leo S. *Report of the Committee of Experts on Nature Protection and Wild Life Preservation in the American Republics*. Washington DC: Pan American Union, 1940.

SAMPAIO, Alberto José de. *Biogeographia Dynamica*: a Natureza e o Homem no Brasil, Noções Geraes e Estudo Especial da 'Protecção à Natureza' no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SANTOS Dumont é entrevistado, *Diário da Tarde*, 11 de maio, 1916.

SANTOS Dumont em Curitiba, *Diário da Tarde*, 4 de maio, 1916.

SANTOS Dumont em Curitiba, *Diário da Tarde*, 5 de maio, 1916.

SANTOS Dumont, *Diário da Tarde*, 6 de maio, 1916.

SANTOS Dumont, *Diário da Tarde*, 9 de maio, 1916.

TRATADO preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Buenos Aires: Inprenta del Estado, 1836.

TROTTA, Frederico. *Território Federal do Iguaç*u. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Meeting of the Governing Board of the Pan American Union*. Memorandum, 5 de junho, 1940.

VARGAS, Getúlio. Marcha Para Oeste – Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1937. *In: Getúlio Vargas*, Série Perfis Parlamentares, nº. 62, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

MILITARIZAÇÃO DA PRAÇA-FRONTEIRA: APONTAMENTOS SOBRE UMA PROVÍNCIA MERIDIONAL NOS PRIMÓRDIOS DO IMPÉRIO (SANTA CATARINA, DÉCADA DE 1820)

Ânderson Marcelo Schmitt[1]

INTRODUÇÃO

O processo que culminou na ruptura dos laços coloniais durante a década de 1810 e os primeiros anos da década seguinte trouxe consigo as dúvidas sobre quais seriam as modificações existentes no novo Império que surgia[2]. Para além das disputas, tanto empíricas como simbólicas, acerca da representatividade política e de ascensão social, as próprias instituições passaram por modificações, em maior ou menor grau. Neste contexto, as forças militares brasileiras passaram por um momento conturbado, pois por um lado se temia – ou mesmo se lutava contra – uma retomada portuguesa a partir das tropas estacionadas em algumas províncias brasileiras – ou de tropas que poderiam chegar da península –, e por outro era sentida a falta de um exército coeso e que pudesse fazer frente de forma organizada às ameaças externas. Estes imperativos foram sentidos de forma distinta pelas diversas províncias, como não poderia ser diferente, haja vista as diferenças sociais e econômicas das mais diversas regiões que formavam o nascente Império.

Na época colonial, a defesa do território foi quase que uma constante aos interesses da Coroa portuguesa e dos sujeitos que fizeram parte deste processo. A meio caminho do Rio da Prata e da Colônia do Sacramento, a região que

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisa realizada com auxílio de bolsa CNPq.

2 Como ponto nodal deste processo, encontra-se a elevação do Brasil a Reino Unido com Portugal e Algarves, em 1815. Estava, assim, em coerência com o "desencadeamento dos fatos desde 1808", e significava "o fortalecimento das bases de poder portuguesas na América". SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006, p. 45.

hoje corresponde ao litoral de Santa Catarina[3] foi entendida como um entreposto importante para a manutenção da hegemonia portuguesa no extremo meridional de seus domínios. A fundação da vila de Laguna, no último quartel do século XVII, buscava criar uma "Nova Paulistânia", procurando reproduzir o modo de vida vicentino[4]. De forma semelhante, a Ilha de Santa Catarina, com sua terra firme próxima, e suas porções mais setentrionais, foram povoadas por grupos de bandeirantes vicentinos e seus descendentes, desde o fim daquele século, que buscavam capturar e escravizar indígenas autóctones para comercializá-los nas capitanias do norte – e que com eles se miscigenaram, marcando as gerações futuras. Estas ações individuais, mescladas com os interesses do Estado, acabaram por dar início ao processo de territorialização[5] deste espaço.

A importância que a porção sulina das possessões portuguesas ia ganhando no cenário amplo do Império português pode ser contemplada, inclusive, pelo interesse do Estado em enviar degredados para aquelas paragens. Pesquisa recente estudou o funcionamento do degredo de diversos indivíduos condenados por diferentes crimes para povoar o sul dos domínios lusos, demonstrando uma lógica bastante específica sobre a valorização de determinados pontos da colônia – neste caso, a fronteira sul da América - para as intenções da metrópole[6]. Dentre os súditos portugueses que habitavam os povoados e vilas naquilo que foi sendo interpretado como Santa Catarina, foi se gestando uma camada de indivíduos que se destacava na direção econômica e política do território. Neste sentido, Vitor Cardoso demonstra que a Coroa procurava reforçar os laços de compromisso "com aqueles súditos que detinham autoridade reconhecida sobre o espaço local, tornando possível o seu domínio para com aquelas áreas recém-ocupadas do meridional, sobretudo ali onde nenhum aparato político-administrativo se fazia presente"[7].

---

3 A capitania subalterna de Santa Catarina foi criada em 1738, desligada de São Paulo e ligada à jurisdição do Rio de Janeiro. Não incluía, inicialmente, a vila de Laguna, mas as ações dos governadores levaram a ser administrada a partir da Ilha. SILVA, Augusto da. *O governo da Ilha de Santa Catarina e sua terra firme*: território, administração e sociedade (1738-1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 42, 52, 59.

4 KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2006, p. 31.

5 Sobre o processo de territorialização – ou "geografização" - do litoral de Santa Catarina, ver: SALOMON, Marlon. *O saber do espaço*: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Tese (Doutorado em História) - PPGH/UFSC, Florianópolis, 2002.

6 LESSA, Aluísio Gomes. *Exílios Meridionais*: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

7 CARDOSO, Vitor H. B. *As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa*: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC/PPGH, Florianópolis, 2013, p. 191.

Esta forma de administração dos domínios longínquos por parte da Coroa também se refletiu na maneira de organizar as forças que protegeriam a fronteira meridional em caso de ataques contra as povoações. Na década de 1720, o Desembargador Ouvidor Geral, Rafael Pires Pardinho, ordenou que:

> [Em Desterro] houvesse um Capitão da Ordenança como há na Laguna, o qual terá o seu Alferes e dois Sargentos, e para lista de todos os moradores capazes de [tomarem] armas e os obrigará a terem-nas, e todas as vezes que lhe parecer os fará ajuntar com as suas armas para lhes fazer exercício e estarem destros para qualquer ocasião de rebate, que se lhe oferecer. E fará com que todos estejam avisados e prontos para que a um sinal acudam todos ao mesmo tempo e lugar e unidos possam defender-se dos assaltos que por vezes tem aqui experimentado das nações estrangeiras, e o dito Capitão ouvirá como convém aos que sem causa faltarem aos exercícios de rebate.[8]

Com falta de meios para conseguir manter soldados profissionais para fazer uma segurança completa da colônia, a Coroa lusa utilizava os próprios habitantes para tal. Esta paisanização das atividades militares, ligada aos membros das Milícias (Terços de Auxiliares até a década de 1790) e das Ordenanças, não foi específica de Santa Catarina, e nem mesmo do Sul do Brasil, sendo motivo de traduções locais nas diferentes localidades. Esta característica levava pessoas comuns a precisarem dedicar alguns dias do mês a treinamentos em armas, geralmente sob as ordens de um oficial de 1ª linha. Mesmo os imigrantes açorianos, que chegaram à Ilha de Santa Catarina no fim da década de 1740 e início da seguinte, não estavam livres dos exercícios militares. Em 1765, os reclames da câmara desterrense pedindo "menor rigor e frequência nos exercícios a que eram submetidos os lavradores", obteve como resposta que era imperativo manter os moradores "dentro das evoluções militares", pois "tendo essa praça fronteira e tão próxima aos insultos dos inimigos no mar e terra, é indispensável que todos os moradores dela se conservem em estado de tomarem as armas com ciência para poderem rebater o orgulho dos inimigos". Segundo o Governador Mendonça Furtado, isso "certamente não se sucederá se se puserem esses moradores na ignorância em que se acha a maior parte dos povos que habitam o centro de toda a América"[9].

---

8 SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da província de Santa Catarina,* vol. I. Florianópolis: IHGSC (Coleção Catariniana), 2007, p. 157-158; CARDOSO, Vitor H. B. *As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa*: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC/PPGH, Florianópolis, 2013, p. 152-153.

9 FLORES, Bernardete R. F. *Povoadores da fronteira*: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. Editora da UFSC: Florianópolis, 2000, p. 64.

Já no século XIX, a chegada da família real (1808) trouxe mudanças gradativas no contexto militar, principalmente em relação às "promoções, à incorporação de mais famílias da terra ao aparato militar e à concessão de títulos de nobreza", auxiliando no acordo entre Coroa e súditos. O exército profissional "foi ligeiramente ampliado por contingentes vindos com o rei, pela presença de especialistas estrangeiros", e pela criação da Real Academia Militar[10]. Apesar disso, e não obstante as invasões à Banda Oriental iniciadas em 1811 e que avultavam a importância estratégica do território sulino, às vésperas da independência brasileira, Santa Catarina possuía somente um corpo de 1ª linha, estabelecido na capital. As demais vilas com suas freguesias contavam apenas com corpos de milicianos e de ordenanças[11].

Mas as tropas estabelecidas não eram as únicas a se fazerem notar. Em 1816, a Divisão de Voluntários Reais d'el Rei, organizada em Portugal por Carlos Frederico Lecor (1764-1836), passou pela Ilha de Santa Catarina. Não conseguindo seguir por mar em razão do mau tempo, cerca de 4.600 soldados seguiram organizados em dez colunas por terra até a Banda Oriental[12], onde participaram da campanha contra o caudilho José Gervásio Artigas (1764-1850). Sem dúvida, milhares de soldados marchando em um terreno desconhecido poderia parecer uma cena pitoresca aos habitantes das freguesias por onde passavam, ainda mais quando a população não estava acostumada à propensa rigidez ligada às tropas não paisanas.

O CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA

Em 1º de agosto de 1822, foram decretadas como inimigas todas as tropas vindas de Portugal sem o consentimento de D. Pedro. Neste momento, a maior preocupação era com os portos, pelos quais os inimigos da causa independentista poderiam efetuar desembarques. O referido Decreto avisava que "desde já fiquem obrigadas todas as Autoridades Militares e Civis, a que isto competir, a fortificarem todos os portos do Brasil, em que efetuar-se semelhantes desembarques, debaixo da mais restrita e rigorosa responsabilidade". Caso não houvesse munição e petrechos necessários para se providenciar a proteção e as fortificações, as autoridades deveriam representar logo "a esta Corte o que precisam, para daqui lhes ser fornecido, ou deem parte imediatamente à província mais

10 IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. *In:* FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de F. (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 509.

11 CABRAL, Oswaldo Rodrigues; REIS, Sara Regina Poyares dos. *História da política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 2. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 41.

12 Memória Histórica da Província de Santa Catharina, relativa as pessoas que a tem governado. *In: Revista Trimestral do IHGSC*. Vol. 2. Florianópolis, 1913, p. 11; DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina*, 1816-1828, vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p. 185-186.

vizinha, que ficará obrigada a dar-lhes todos os socorros precisos para o bom desempenho de tão importantes obrigações"[13].

Na vila de São Francisco, a Câmara reagiu a este decreto com comunicações ao Governo Provisório sediado em Desterro. Ao informar que estavam inteirados sobre seu conteúdo, os camaristas diziam estar dispostos a cumpri-lo, pois "este porto pela excelente barra que tem é um dos mais francos onde se pode por diferentes lugares intentar-se desembarque de tropas sem que até hoje possua o mais pequeno modo para sua defesa". Entretanto, a região se encontrava em estado deplorável, "não tendo fortificações algumas, nem artilharia e nem munições". Por isso, convocaram o sargento-mor comandante da vila e seu congênere do batalhão miliciano, e todos de comum acordo decidiram que a câmara iria se dirigir à "Sua Alteza Real pedindo tropa viva, artilharia, armamento de mão, pólvora e balas, dinheiro e o que julgar necessário para fazerem fortificações nos pontos e lugares de defesa desta Ilha [de São Francisco]". As autoridades diziam que procurariam diretamente o governo da corte, por terem consciência que pedindo auxílio à capital provincial, Desterro, "não terá para socorrer de quanto se precisa", pois "nas atuais circunstâncias" "também tratará de se fortificar". Pediam autorização, ainda, para que fosse utilizado o dinheiro proveniente de rendas públicas e de dízimos ali arrecadados enquanto não houvesse a ajuda da corte. Assim, se poderia "ir principiando as fortificações no modo mais cômodo", bem como seria possível "pagar aos milicianos que forem necessários entrar nos serviços nos destacamentos pelos pontos e vigias"[14].

A necessidade de soldados era um ponto preocupante. Nas palavras dos integrantes da câmara de São Francisco, seria de "absoluta necessidade criar nesta vila para sua efetiva guarnição uma companhia de artilharia composta de homens naturais estabelecidos no mesmo país". Neste sentido, alguns indivíduos se ofereciam para fazer parte de um batalhão a ser organizado, ao tomarem conhecimento "do Real Decreto de 30 de janeiro deste ano [1822] aqui publicado no dia 15 do corrente". Para este fim "se ofereceram voluntários a S. A. R. o presidente da câmara, Jacinto Fernandes Dias, com um filho, o Ajudante Joaquim José de Oliveira, com um filho, e outros muitos que a exemplo dos nomeados estão prontos"[15].

O Decreto em questão – de 30 de janeiro – dizia respeito inicialmente apenas à corte, e foi estendido às demais províncias nos meses seguintes, uma vez que apenas em setembro se fez conhecer em Santa Catarina. Em função da falta de soldados de 1ª linha que pudessem manter a tranquilidade e segurança pública, o governo decretou que aqueles que, entre os meses de janeiro e junho, se

13 Decreto de 1º de agosto de 1822. *In: Collecção de leis do Império do Brasil,* Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 36-38.

14 Documentos sobre a independência – São Francisco. *In:Revista Trimestral do IHGSC*. Vol. 4. Florianópolis, 1915, p. 71-74.

15 Documentos sobre a independência – São Francisco. *In: Revista Trimestral do IHGSC*. Vol. 4. Florianópolis, 1915, p. 72.

voluntariassem a servir na 1ª linha, ficariam em serviço por apenas três anos, findos os quais teriam suas baixas do serviço[16]. Mas se apresentar para pegar em armas poderia não ser apenas uma demonstração de respeito ao novo organismo político que estava sendo gestado. Os habitantes da América portuguesa estavam acostumados à política das mercês, na qual defender os interesses da monarquia, podendo muitas vezes ameaçar seus próprios bens materiais, era uma constante e a principal forma de angariar benefícios – muitas vezes simbólicos - das autoridades lusas. Não por acaso que foram o presidente da câmara e um ajudante – ou seja, aqueles considerados "homens bons" durante o período colonial — com seus respectivos filhos, que se colocaram à disposição para pegar em armas. Esperava-se que o Estado brasileiro mantivesse as práticas. E, em certa medida e com mutações durante o período imperial, de fato as manteve.

Em relação à logística da defesa neste momento de ruptura, é possível perceber, pelo documento citado, que se considerava mais viável uma ajuda à vila de São Francisco que viesse do Rio de Janeiro do que da capital da província. Para os camaristas daquela vila, Desterro também estaria cuidando de reforçar seus portos e fortalezas, pois igualmente era um ponto importante no controle da fronteira sul, o que impossibilitava que pudesse prestar auxílios a suas vilas mais distantes. Entre as autoridades militares da província, se pensava que a ameaça de uma invasão às porções meridionais brasileiras vinha ainda mais do sul, e não do norte ou da península. Também a experiência da invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina em 1777 ainda era bastante viva e fazia com que se deliberasse a defesa a partir da memória sobre ela. Falando sobre os planos de defesa, o Governador das Armas dizia, em janeiro de 1823, que as disposições elaboradas por ele para a proteção eram "bem comprovadas pelos acontecimentos de 1777, em que o inimigo (...), procurou antes a costa do mar longínquo desta capital, do que as praias vizinhas dela"[17]. Após esta experiência, a capitania não teve outro momento de tensão em que uma invasão próxima pudesse ser aventada pelas autoridades. Agora, novamente a ameaça era meridional. A proteção das regiões costeiras se prestava à prevenção contra ameaças portuguesas que poderiam surgir a partir de Montevidéu, "que é de onde poderíamos recear mais próxima invasão"[18].

Sem uma estrutura militar que pudesse fazer frente às tentativas de invasão por parte dos portugueses, era muito perigoso que as autoridades responsáveis pelos assuntos militares estivessem em desentendimento, uma vez que em si só a relação entre estas autoridades já era de desconfiança. Em 1821, as Cortes lisboetas criaram o cargo de Governador das Armas em cada província – seu ocu-

---

16 Decreto de 30 de janeiro de 1822. *In: Collecção de leis do Império do Brasil,* Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 4.

17 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. IG1 60 – Correspondência do Presidente de Província, de 1823 a 1827, p. 437.

18 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Doravante APESC). Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 23/10/1822, fl. 7-7v.

pante era também conhecido como Comandante das Armas. Os militares nestes cargos deveriam se dirigir diretamente às Cortes. Desta forma, se pretendia dar certo grau de segurança contra as ameaças independentistas que ecoavam na porção brasileira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não por outro motivo, ainda em julho de 1822, as autoridades brasileiras restringiram o poder dos ocupantes deste cargo. A partir de então, as representações ou propostas militares feitas pelo Governador das Armas ao príncipe regente, deveriam ser intermediadas pelo governo provincial[19]. Mesmo assim, ocorreram diversos desentendimentos entre os governadores das armas e as Juntas de Governo Provisórias[20] ou os presidentes de província – que sucederam as Juntas a partir do final de 1823. Foi nesse sentido que a Junta Provisória de Santa Catarina[21] escreveu ao seu Governador das Armas, Aureliano de Souza e Oliveira, em 23 de outubro de 1822, dizendo que "pode estar certo que achará sempre neste governo a mais pronta e cordial cooperação, para tudo quanto for a bem do serviço da Nação", porém, a Junta advertia que "nunca poderá em caso nenhum considerar a V. S. como membro dela, porque as autoridades são distintas e suas atribuições marcadas pelas leis e ordens"[22]. As atribuições das autoridades eram diferentes, e nesse momento deviam convergir para um objetivo comum: criar um Corpo de Libertos no contexto de apreensão pós-independência formal. A riqueza de informações deste caso pede que nos detenhamos a ele.

No mesmo ofício de 23 de outubro de 1822, a Junta de Governo Provisória de Santa Catarina aprovou a proposta do Governador das Armas de nomear o Ajudante Manuel José de Melo "para alistar e comandar o Corpo de Libertos que se deve organizar" na província catarinense. Porém, como era de conhecimento das autoridades, Melo se encontrava "encarregado da Polícia, [e] se ele não puder satisfazer a ambas as incumbências", o Governador das Armas deveria avisar a Junta, para ela "escolher quem o deva substituir". Uma vez esclarecidas as possíveis dúvidas sobre a quem caberia a organização do Corpo de Libertos, o governo dava ordens mais precisas sobre a concretização da tarefa: "O governo por um bando[23] convidará os libertos a alistarem-se, e o Ajudante poderá recrutar aque-

19 IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. *In:*FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de F. (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 511-512.

20 SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). Tese (Doutorado em História) – PPGHS/USP, São Paulo, 2006, p. 223.

21 Assinam o documento o presidente da Junta, Jacinto Jorge dos Santos Correa, o secretário José dos Santos Mafra, Francisco Luís do Livramento e Joaquim de Santa Ana Campos. Pela mesma época, também fazia parte da Junta de Santa Catarina João de Bitencourt Pereira Machado e Souza. Arquivo Nacional. *As Juntas Governativas e a Independência*, vol. 3. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 1213.

22 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 23/10/1822, fl. 7v-8.

23 O termo "bando" é encontrado em outros documentos militares e se refere a uma Circular, documento enviado pelas autoridades que devia chegar ao conhecimento do maior número de pessoas possível.

les de que tiver conhecimento, a fim de que logo que haja número deles reunidos, possa principiar a sua instrução"[24]. Portanto, o governo, representado pela Junta Governativa Provisória, e o Governador das Armas, a quem o Ajudante estava submetido, deveriam agir em comum acordo para a concretização do recrutamento, evitando a ocorrência de possíveis desacordos. Daí as recomendações da Junta para que fossem mantidas as atribuições de cada cargo.

Os padrões militares do período colonial, que em boa medida foram reproduzidos no Império brasileiro, possuíam parâmetros definidos quanto à cor de seus integrantes. Segundo Hendrik Kraay, a despeito da visão distorcida de recenseadores do século XIX, que utilizavam as classificações ligadas a suas discriminações tanto raciais como sociais, até 1837 "o exército (as tropas pagas ou de primeira linha) excluía os pretos, aceitava relutantemente os pardos e preferia os brancos"[25].

No caso específico do Corpo de Libertos a ser organizado em Santa Catarina, não se explicitava para qual linha – 1ª ou 2ª – deveriam ser remetidos os sujeitos que se apresentassem ou fossem recrutados para o serviço militar. Da mesma forma, a definição específica da cor dos seus integrantes permanece em silêncio, sobrepujada pela categoria genérica dos libertos.

Cerca de um mês após as ordens para a organização do Corpo de Libertos, a Junta Provisória escreveu para o Governador das Armas dizendo que, por equívoco, um "preto forro" havia sido remetido para "assentar praça em um dos corpos de primeira linha", o que havia se efetuado. Porém, o governo pedia que lhe fosse dada baixa do serviço, para se recolher à sua casa, "devendo todavia ficar alistado no Corpo de Libertos"[26].

A conjuntura traz consigo a indagação se não foi o fato de Manoel ser considerado preto que fez com que a Junta deliberasse pela sua exclusão da 1ª linha e pelo seu alistamento no Corpo de Libertos. As discriminações raciais e sociais, desta forma, teriam sido mais importantes que a relevância de um soldado em armas em um momento político conturbado – mas, diga-se de passagem, sem ameaça imediata de invasão. Com este documento também é possível inferir que o Corpo de Libertos seja de 2ª linha.

Em 18 de janeiro de 1823, a Junta informava ao Governador das Armas que estavam sendo passadas ordens para que os libertos alistados ficassem servindo em seus próprios distritos, e que no dia 26 daquele mês de janeiro haveria uma

---

24 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 23/10/1822, fl. 7v-8.

25 KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência,* (Bahia, 1790-1850). São Paulo: Hucitec, 2015. p. 46-47. Petter Beattie também concluiu que "no final do século XVIII e início do XIX, as autoridades vetavam todos os escravos e negros livres a atuarem como praças, mas permitiram que mulatos livres [...] servissem no exército". BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 54.

26 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 16/11/1822, fl. 24v.

revista dos libertos na capital, Desterro[27]. Ficar servindo em seus distritos era uma medida bastante profícua ao recrutamento. Não são poucas as demonstrações de que a arregimentação e deslocamento para outros locais que não as imediações do local de moradia, para além de prejudicial aos recrutados, pois lhes privava as atividades econômicas, também era bastante inócua ao recrutamento, uma vez que muitos indivíduos fugiam para os matos para não serem encontrados quando da passagem das partidas de recrutadores[28]. Em seguida, o presidente da Junta faz apontamentos sobre a questão racial envolvendo estes sujeitos, dizendo que por haver muitos sujeitos buscando a 2ª linha para evitarem o recrutamento do exército profissional, deveriam "assentar praça na 1ª linha aqueles dos ditos libertos" que, "sendo pardos", se achassem "próprios para isso"[29].

As marchas constantes e o controle mais direto exercido sobre os integrantes dos corpos de 1ª linha faziam com que muitos indivíduos buscassem um alistamento nas milícias como forma de fugir do serviço no exército regular. Esta é a explicação para que estivesse sendo difícil encontrar sujeitos para a 1ª linha que não fossem já ligados aos corpos milicianos. A solução encontrada, portanto, passava por arregimentar na 1ª linha os sujeitos que haviam se apresentado ou sido recrutados para o Corpo de Libertos. Entretanto, nem todos o seriam, uma vez que apenas os pardos dentre os libertos estariam aptos a adentrar as fileiras da 1ª linha. Mantinham-se, assim, também nas atividades castrenses os padrões de cor que perpassavam quase todos os tipos de relação do final do período colonial e, ao menos, das primeiras décadas do Império.

Desta forma, parece que também foi abortado o projeto de haver um corpo específico de libertos para garantir a independência em Santa Catarina. As autoridades se anteciparam a possíveis desentendimentos com os proprietários de escravos, como os que ocorreram em outros locais, como na Bahia, onde uma fracassada tentativa de organização de um Batalhão de Libertos Constitucionais e Independentes do Imperador causou um aumento significativo no número de fugas de escravos, que se apresentavam para lutar pela independência, na esperança de ganhar a alforria ao fim das agitações, por mais que o alistamento

---

27 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 18/01/1823, fl. 49-50.

28 O caráter prejudicial dos deslocamentos dos habitantes recrutados e as formas de escapar ao engajamento são ressaltados por vários autores. Entre eles: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava*: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005; MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010; LUFT, Marcos V. *"Essa guerra desgraçada"*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

29 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 18/01/1823, fl. 49-50.

representasse apenas uma promessa implícita de liberdade[30]. Por fim, o governo se viu obrigado a mandar "libertar todos os escravos que serviram nas fileiras do exército brasileiro contra as tropas portuguesas, na luta da independência, na província da Bahia"[31], não sem antes proteger o direito de propriedade e compensar os seus proprietários senhores de engenho.

Se é possível inferir que a falta de invasão direta por parte de tropas portuguesas em Santa Catarina foi responsável por não ter ocorrido um recrutamento de escravos ou fugas regulares destes para o exército, não se pode desconsiderar que os atores sociais responsáveis pelas atividades bélicas estivessem preocupados com as implicações que um provável alistamento acarretaria, e agissem para evitá-las. Não houve uma invasão portuguesa em Santa Catarina, mas os sujeitos contemporâneos envolvidos nos fatos não tinham conhecimento sobre o decorrer dos acontecimentos, como temos hoje em dia. Para eles, a equação entre os fatores segurança militar do território e da independência, com segurança racial e de propriedade, pendeu a enfraquecer políticas que pudessem agitar as camadas que formavam a base da sociedade. Quando se pensou em utilizar a força da escravaria para as armas, em outubro de 1822, não foi aventada a possibilidade de que os cativos poderiam se apresentar em troca de liberdade, mas seriam levados pelos feitores das fazendas, e isso apenas "sendo praticável no momento preciso", quando se "estabelecerem os sinais de alarma [sic]"[32]. Mesmo assim, na primeira década do Império, pretos, pardos e escravos aproveitaram-se das possibilidades trazidas pela via militar e abriram espaços para a busca da liberdade, no caso dos escravos, ou para que fosse confirmada e cumprida a "inteira liberdade" para os libertos, como na expressão de Magda Ricci[33].

Em verdade, uma ampla gama da sociedade poderia se aproveitar das possibilidades abertas pelo recrutamento. Isso porque as ordens imperiais eram interpretadas em nível local, onde os costumes muitas vezes acabavam por se sobrepor às decisões centrais. Somado a isso, o prejuízo trazido pelos recrutamentos ou pelos exercícios regulares causavam repulsa ao serviço, tanto no exército profissional quanto nas milícias. Neste sentido, as autoridades locais buscavam diminuir estas insatisfações a partir de isenções pontuais sobre algumas ativida-

---

30 KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência,* (Bahia, 1790-1850). São Paulo: Hucitec, 2015. p. 195; KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, 2002, p. 114.

31 Decisão de 30 de julho de 1823. *In: Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 82.

32 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 19/10/1822. fl. 4-4v.

33 RICCI, Magda Maria de Oliveira. "*Nas fronteiras da independência*": um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822). Dissertação (Mestrado) – Campinas: UNICAMP, 1993, p. 198, 200, 203.

des, configurando uma "economia moral do recrutamento"[34]. Em Santa Catarina, uma das proteções encontradas foi em relação à produção de farinha de mandioca. Para se dedicarem a ela, os milicianos deveriam deixar de fazer treinamentos todos os domingos entre maio e agosto de 1823, passando a se reunirem apenas no primeiro domingo de cada mês[35]. Outra atividade protegida foi a pesca das baleias para a produção de óleo[36]. A isenção para a atividade pesqueira, entretanto, dependia de um entendimento inicial do soldado com os administradores das armações baleeiras, evitando que saíssem das fileiras e, ao invés de se dedicarem aos trabalhos propostos, desertassem e/ou se dedicassem a outros afazeres. A liberação de soldados de 1ª ou 2ª linha para as armações foi repetida várias vezes entre 1823 e 1831, quando o presidente provincial se vangloriou dos bons resultados da liberação dos soldados para as armações[37]. Entre estes dois anos muitas coisas haviam mudado na fronteira meridional brasileira, e Santa Catarina, fazendo parte desta fronteira, sentia estas mudanças.

SOLDADOS QUE VÊM, QUE PASSAM E QUE FICAM...

O Brasil autônomo herdou (também) as possessões meridionais do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Após a invasão luso-brasileira de 1816, com a intenção de derrotar o já mencionado caudilho José Gervásio Artigas – derrota que ocorreu apenas em 1820 – D. João VI anexou em 1821 a Banda Oriental à Coroa, como Província Cisplatina. Em abril de 1825 teve início a retomada desta região, com os 33 *orientales* comandados por Juan Antonio Lavalleja desembarcando na praia de Agraciada, "sustentados pelos estancieiros de Buenos Aires"[38]. Neste contexto de conflitos hegemônicos, o Congresso Nacional das Províncias Unidas decidiu anexar a Banda Oriental, levando o Brasil à declaração de guerra em 10 de dezembro de 1825[39].

---

34 MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 38, 1998.

35 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 1. 1822-1827. 31/05/1823. fl. 77v.

36 Sobre a pesca baleeira em Santa Catarina, ver: ZIMMERMANN, Fernanda. *Da armação baleeira a engenhos de farinha*: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme-SC: 1800-1860. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2011.

37 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 2. 1828-1831. 02/1831. fl. 156v-157-157v.

38 BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 47.

39 BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 48.

Novamente surgia um conflito que poderia se estender por mais ou menos tempo ao sul das possessões – agora – brasileiras. Para enfrentá-lo, o governo brasileiro fez uso de uma conhecida prática das monarquias do Antigo Regime: utilizar mercenários contratados para campanhas específicas[40]. Estas tropas europeias se somariam àquelas do Rio Grande do Sul e enviadas de outras províncias brasileiras. Ao cruzarem o sul do Brasil, as tropas – tanto as mercenárias quanto de outras províncias – entravam em contato com a população de Santa Catarina. Por poucos ou vários dias, os soldados eram mantidos em Desterro ou nas regiões próximas à ilha, interagindo também com soldados de outros locais que também estavam de passagem pela província meridional.

Um dos membros da expedição que transportou os batalhões mercenários para a – e da – Cisplatina, foi o suíço-alemão Carl Seidler, oficial do 27º batalhão de caçadores. Em suas memórias, escritas anos depois de sua passagem pelo Brasil, Seidler relatou diversos aspectos significativos das andanças da caserna. Como se tratava de um oficial, ele não se instalava com os demais soldados, mas em casa específica para oficiais. Logo que chegou à Ilha de Santa Catarina, lhe indicaram "para residência uma casa de campo situada perto da cidade, sobre uma elevação não muito forte, onde encontrei diversos camaradas que, conforme logo vi, aqui estavam comodamente instalados"[41]. Encontrar casa para a acomodação de oficiais não deve ter sido uma tarefa fácil nestes anos de constantes marchas para o sul e para o norte. As autoridades se reviravam na busca de algum habitante disposto a alugar sua casa para os oficiais. Estes, por sua vez, reclamavam que não poderiam se sujeitar a permanecer nos quartéis juntos aos soldados comuns[42].

Afora os oficiais, uma pequena multidão de soldados se misturava à parca população da província no início do período imperial. Segundo as memórias de Seidler, era possível ver a "vida intensa em todas as ruas, a aglomeração no mercado de peixe e de legumes, o burburinho das muitas tropas então aqui estacionadas, a incessante chegada e partida de canoas, o alegre drapejar das bandeirolas dos navios no porto"[43]. Para tentar melhorar as condições dos soldados e para aproveitar uma mão de obra ociosa, retiravam-se alguns deles da ilha, os aproveitando nas atividades produtivas. No momento da passagem de Seidler por Santa Catarina, havia

40 Sobre estas tropas estrangeiras, ver: LEMOS, Juvencio Saldanha. *Os mercenários do Imperador*: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993, cap. V.

41 SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 346; HARO, Martin Afonso P. *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996, p. 280. Como as memórias foram escritas anos após sua viagem, a datação apresenta alguns problemas. Acredito que sua passagem por Santa Catarina tenha se dado entre 1829 e 1830.

42 APESC. Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas. Vol. 2. 1828-1831. 21/04/1829. fl. 20v.

43 SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 346; HARO, Martin Afonso P. *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996. p. 280.

> seis batalhões de Caçadores em Desterro e arredores, dos quais por falta de acomodação sempre um era destacado por dois meses para 'Armação das Baleias'[44], a sete léguas da capital; por desgraça, pouco depois de minha chegada tocou a vez ao meu batalhão - (...). Sabíamos tudo quanto havia de ruim dessa famigerada 'cova do inferno', e havíamos de achá-la ainda pior do que nos tinham contado[45].

Após uma penosa marcha ao norte pelo continente, se alcançava o local da armação. Além do estado das habitações ofertadas a soldados e oficiais enquanto em destacamento, se reclamava muito dos bichos que importunavam a tropa: "inúmeros ratos, formigas, cobrinhas escorregadias"; tantas pulgas que mal se entrava no quartel e as calças brancas "ficavam pretas até o joelho", e impediam que os soldados tivessem uma noite de sono tranquila sequer; bichos de pé deixavam muitos soldados sem condições de realizar atividades, e Seidler relatou que "em nenhum outro lugar do Brasil achei [estes bichos] em tal abundância como nesta Armação".

Enquanto ali instalados, os militares conviveram com os escravos de avançada idade que viviam em torno da Armação, o que permitiu que Seidler fizesse longo registro sobre seus costumes. Além deles, o tempo de sobra que possuíam permitia que os soldados andassem pela redondeza, conhecendo e interagindo com famílias de moradores. Entretanto, não só de harmonia viviam os militares. Ao retornarem a Desterro, dois meses depois de sua ida para a Armação, Seidler estava "de guarda na caserna, onde então aquartelavam o 8º., o 14º. e o 27º. Batalhão de Caçadores". Em uma destas noites, houve uma briga com arma branca envolvendo um soldado baiano pertencente ao 14º batalhão, que feriu gravemente um soldado de outro batalhão. O soldado se recolheu à sua caserna, se mesclando "entre os seus conterrâneos, que logo acudiram, nenhum dos quais, apesar de ameaças, quis denunciá-lo". De acordo com o seu relato, na mesma noite, este soldado baiano, descrito fisicamente como um "mulato alto", saiu da sua caserna e tentou atacar alguns oficiais, no que foi impedido por Seidler, que o feriu a golpe de espada antes de prendê-lo. Este episódio desencadeou o pedido de Seidler para sua própria transferência para o Rio de Janeiro, algo que conseguiu dentro de alguns meses. Anos depois, retornou ao velho continente.

Se Carl Seidler fez o caminho do Atlântico duas vezes, isto não ocorreu com a grande maioria daqueles que vieram como soldados para o sul do Brasil no contexto da Guerra da Cisplatina. O próprio impulso para o crescimento da colônia de São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, veio de militares do 27º.

---

44 Trata-se da Armação da Piedade. Ver a obra indicada anteriormente de Fernanda Zimmermann.

45 SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 353; HARO, Martin Afonso P. *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996. p. 285.

Batalhão de caçadores e do 2º Batalhão de granadeiros desmobilizados depois da campanha, e que se instalaram ali como agricultores[46]. Este tipo de relação entre 1) os (ex-)soldados provenientes de uma mesma região; 2) destes (ex-) soldados com outros de outras províncias brasileiras e; 3) de (ex-)soldados dos mais diversos locais com a população local, marcou a trajetória destes indivíduos, e foi desde cedo dando a amálgama que contribui para a miscigenação e para a identificação do brasileiro com o seu semelhante e com a sua alteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aparato militar brasileiro não passou, como vimos, por uma reformulação significativa quando da independência. As tentativas de organizar o sistema de isenções e de padronizar a numeração dos corpos do exército e da milícia, não apontou de modo algum para modificações sociais nas fileiras. Pode-se afirmar que a principal "nacionalização" do aparato militar brasileiro demorou quase dez anos para ocorrer. Trata-se da criação da Guarda Nacional, em 1831 – e sua regulamentação no ano seguinte –, que apontou para uma elitização de suas fileiras, uma vez que o fator censitário era decisivo – em teoria – para que os sujeitos pudessem adentrar na instituição[47]. Por outro lado, esta nova arma não segregava pela cor da pele, como ocorria nas – então extintas – milícias. O que não significa que a instituição tenha se tornado uma experiência democrática, uma vez que padrões discriminatórios foram perpetuados.

Porém, o fato de não terem ocorrido mudanças substanciais nas determinações sobre as forças militares não significa que não foram criadas expectativas que levaram os indivíduos a agir em busca de melhores condições. O horizonte estava aberto – ou se sentia que assim poderia ser – a novas formas de inserção, também no ambiente militar.

Nas agitações que se seguiram, as marchas constantes de militares para o sul marcaram a experiência do Brasil conhecer a si próprio, algo bem estudado por José Iran Ribeiro, também para Santa Catarina, mas no contexto da Guerra dos Farrapos (1835-1845)[48]. A maneira de montar a cavalo, a temperatura diferente, a comida desconhecida consumida por soldados de diferentes regiões: estas e outras características marcavam a diferença do semelhante.

---

46 LEMOS, Juvencio Saldanha. *Os mercenários do Imperador*: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993. p. 407-409.

47 Lei de 18 de agosto de 1831. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 49-75; Decreto de 25 de outubro de 1832. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 180.

48 RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas*: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

Santa Catarina foi sendo, desde os tempos coloniais, gerida e territorializada a partir da proteção das porções meridionais das possessões luso-brasileiras. Durante o Império, a importância de Santa Catarina não diminuiu, pois várias vezes o Brasil esteve voltado ao Prata. Teve continuidade o processo que criou a fronteira meridional brasileira, sob os desígnios das imposições do Estado imperial e as ações de indivíduos em nível micro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. *As Juntas Governativas e a Independência*, vol. 3. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: EDUSP, 2009.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues; REIS, Sara Regina Poyares dos. *História da política em Santa Catarina durante o Império*. Vol. 2. Florianópolis: UFSC, 2004.

CARDOSO, Vitor H. B. *As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa*: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. (Dissertação) Mestrado em História – UFSC/PPGH, 2013.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina*, 1816-1828, vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

FLORES, Bernardete R. F. *Povoadores da fronteira*: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2000.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de F. (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, 2002.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência*, (Bahia, 1790-1850). São Paulo: Hucitec, 2015.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2006.

LEMOS, Juvencio Saldanha. *Os mercenários do Imperador*: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LESSA, Aluísio Gomes. *Exílios Meridionais*: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

LUFT, Marcos V. *Essa guerra desgraçada*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Socia*is, vol. 13, nº 38, 1998.

MENDES, Fábio F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas*: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava*: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Nas fronteiras da independência*: um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822). Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1993.

RUSSELL-WOOD, A. J. *Escravos e libertos no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALOMON, Marlon. *O saber do espaço*: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2002, (Tese de Doutorado).

SILVA, Augusto da. *O governo da Ilha de Santa Catarina e sua terra firme*: território, administração e sociedade (1738-1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). Tese (Doutorado em História) – PPGH/USP, São Paulo, 2006.

ZIMMERMANN, Fernanda. *Da armação baleeira a engenhos de farinha*: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2011.

FONTES

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. IG1 60 – *Correspondência do Presidente de Província*, de 1823 a 1827.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). *Registro de correspondências recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas*. Vols. 1 e 2. 1822-1827 e 1828-1831.

BRASIL. Decreto de 30 de janeiro de 1822. *Collecção de leis do Império do Brasil*, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Decisão de 10 de julho de 1822. *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Decisão de 30 de julho de 1823. *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Decreto de 1º de agosto de 1822. *Collecção de leis do Império do Brasil*, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Decreto de 25 de outubro de 1832. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

DOCUMENTOS sobre a independência – São Francisco. *Revista Trimestral do IHGSC*. Vol. 4. Florianópolis, 1915.

HARO, Martin Afonso P. *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

MEMÓRIA Histórica da Província de Santa Catharina, relativa as pessoas que a tem governado. *Revista Trimestral do IHGSC.* Vol. 2. Florianópolis, 1913.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da província de Santa Catarina*, vol. I. Florianópolis: IHGSC (Coleção Catariniana), 2007.

COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL MERIDIONAL

Antonio Marcos Myskiw[1]
Leticia Maria Venson[2]

INTRODUÇÃO

O propósito deste capítulo é refletir sobre as Colônias Militares implantadas na região Sul do Brasil. Não se trata apenas de apresentar informações sobre elas, mas de percebê-las como um projeto de colonização militar, pensadas, planejadas e fundadas tendo por meta avançar sobre regiões ou espaços de fronteira mediante o auxílio de militares e colonos nacionais para explorar, povoar e produzir alimentos para consumo próprio e para comercialização junto a outras povoações que viessem a surgir nos arredores das Colônias Militares. A colonização militar pautava-se na distribuição de terras devolutas, conforme previa a Lei de Terras de 1850, e em distintas concessões aos colonos matriculados para que permanecessem nas terras até as primeiras colheitas, ou até terem em mãos a documentação dos terrenos urbanos e rurais.

O capítulo divide-se em três momentos: uma abordagem inicial apresentando como o Governo Imperial concebeu o projeto de colonização militar e delimitou seu espaço de ação, bem como a dinâmica de funcionamento e o público-alvo a ser cooptado para tal empreendimento; um conciso relato sobre as Colônias Militares de Jatahy, Santa Thereza e Caseros, postas em funcionamento ainda na década de 1850, em locais distantes das fronteiras, mas estratégicos para promover a exploração e colonização de novas áreas de campos e florestas atendendo, sobretudo, aos interesses das Províncias e de seus governantes, obrigando o Ministério da Guerra a repensar o projeto de colonização militar e sua regulamentação tendo em vistas as dificuldades encontradas para manter as Co-

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza/PR. O texto está vinculado ao projeto de pesquisa *Colônias Militares no Sul do Brasil (Séc. XIX e XX).*

2 Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

lônias Militares em funcionamento; a implantação das Colônias Militares do Alto Uruguai, Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu tendo como preocupação principal (por parte das Províncias e do Ministério da Guerra) a defesa, o povoamento e o desenvolvimento econômico da região de fronteira internacional.

Pode-se afirmar que o projeto de colonização militar idealizado pelos militares conseguiu, ao menos na região Sul do Brasil, ter êxito em seus propósitos, mas não no tempo, na velocidade e nos gastos financeiros que se imaginou. A colonização militar articulou diversos agentes sociais e mobilizou diferentes saberes: engenheiros, médicos, funcionários públicos, sertanistas, militares em variados lugares da carreira, padres e missionários. Fez com que ocorresse a troca e a sistematização de saberes em torno de uma nova proposta de colonização, trazendo para o espaço da opinião pública os debates sobre os seus métodos e, quase sempre, procurava articular o constitucionalismo com os interesses do Império.

CONCEBENDO A COLONIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS VIA COLÔNIAS MILITARES

A Lei de Terras de 1850 (como passou a ser designada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), em seu primeiro artigo, determinava que, daquela data em diante, o acesso às terras devolutas em todo território do Brasil dar-se-ia somente via compra, exceto "as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em huma zona de dez leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente"[3]. A concessão gratuita de terras tornava-se uma estratégia para assegurar a posse e a defesa dos extensos e pouco conhecidos limites territoriais com nações estrangeiras, mediante políticas e projetos de colonização a serem executados por iniciativa do governo imperial ou pela iniciativa privada. A esta possibilidade de obter terras gratuitas, como uma espécie de "dádiva" concedida pelo Imperador a aqueles que migrariam para as fronteiras, ocultava-se um histórico de disputas bélicas nas/pelas terras fronteiriças. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Revolução Farroupilha (1835-1845) na porção meridional do Brasil, a título de exemplo, foram frutos diretos e indiretos deste embate pela terra na zona de fronteira, atreladas às relações de poder político e econômico dos senhores e possuidores para além dos limites do Império[4].

---

3 BRASIL IMPÉRIO. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018. Grafia de época.

4 MYSKIW, Antonio Marcos. "Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil". *In:* RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org.). *História da Fronteira Sul.* Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015, p. 43-72.

Em 30 de janeiro de 1854, por meio do Decreto nº 1.318, a Lei de Terras passou a ter regulamentação para sua execução. No Capítulo VII, que tratava das terras devolutas nos limites do Brasil com países vizinhos, fixava-se que:

> Art. 82 - Dentro da zona de dez léguas contíguas aos limites do Império com Países estrangeiros, e em terras devolutas, que o Governo pretender povoar, estabelecer-se-ão Colônias Militares.
> Art. 83 - Para o estabelecimento de tais Colônias não é necessário, que preceda à medição; porém esta deverá ser feita, logo que for estabelecida a Colônia, por Inspetores e Agrimensores Especiais, a quem serão dadas instruções particulares para regular a extensão, que devem ter os territórios, que forem medidos dentro da zona de dez léguas, bem como a extensão dos quadrados, ou lotes, em que hão de ser subdivididos os territórios medidos.
> Art. 84 - Deliberado o estabelecimento das Colônias Militares, o Governo marcará o número de lotes, que hão de ser distribuídos gratuitamente aos Colonos, e aos outros povoadores nacionais e estrangeiros; as condições dessa distribuição, e as Autoridades, que hão de conferir os títulos.[5]

Além da defesa dos limites do império contra possíveis invasões e conflitos bélicos, as Colônias Militares passariam a responsabilizar-se pela concessão, uso e fiscalização das terras devolutas destinadas a "povoadores nacionais e estrangeiros", além de abrir estradas, explorar rios, florestas e oferecer proteção a tropeiros, comerciantes e viajantes ao longo dos caminhos. Instituía-se, com a Lei de Terras e sua Regulamentação, a colonização militar dos espaços fronteiriços. Geopoliticamente, é possível afirmar que a colonização militar nas fronteiras do Brasil estava atrelada ao processo de consolidação interna do Brasil Imperial (após duas décadas de revoltas e insurreições sociais internas[6]) e propiciaria representação e poder simbólico ao imperador D. Pedro II e aos Presidentes de Províncias com o intuito de manter uma aparência de unidade, integração, ordem, controle e de presença do Estado em um vasto território pouco povoado.

Mas qual era o modelo de povoamento a ser implementado visando levar a cabo a colonização militar da fronteira? Após buscas por fontes documentais ou informações secundárias para responder a esta questão, deparamo-nos com o acervo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), dispo-

5 BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Regulamento e execução à Lei de Terras, de 1850. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro--1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html. Acesso em: 25 abr. 2018.

6 Nesse período ocorreram as seguintes revoltas/insurreições: a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco e Alagoas (1832 a 1835); a Cabanagem, no Pará (1835 a 1840); a Revolta dos Malês, na Bahia (1835); a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835 a 1845); a Balaiada, no Maranhão (1838 a 1841); a Sabinada, na Bahia (1837 a 1838); a Guerra de Jacuípe, na fronteira entre Alagoas e Pernambuco (1845 e 1847); e a Praieira, em Pernambuco (1848 a 1850).

nível para acesso *on-line*. Ao pesquisar nos índices de cada volume, localizou-se uma publicação datada de 1845. Trata-se de um estudo escrito por José Joaquim Machado de Oliveira (brigadeiro reformado) encaminhado para publicação na Revista do IHGB, do qual era sócio[7]. Elaborado a pedido de D. Pedro II, o "Plano de uma Colônia Militar no Brazil" tinha como meta apresentar um projeto de colonização militar[8]. Em suas considerações preliminares, o Brigadeiro põe-se a opinar sobre a relevância do projeto militar:

> É mais que palpitante a necessidade de que o Brazil se augmentem os meios de elaborar em agricultura e industria, pelos nacionaes e por braços livres, os immensos recursos com que para tal fim lhe deparou a natureza; e a experiencia nos ha mostrado por mais de uma vez, que é illudir os interesses reais do paiz, não comprehender bem as suas necessidades ruraes, o facultar indiscriminadamente, e às vezes com uma generosidade indiscreta, fora de calculo, incompatível com nossas urgencias financeiras, a rotação e cultura de nosso fertilissimo territorio a braços estrangeiros.[9]

Destacam-se, nestas ponderações, ressalvas aos imigrantes europeus que chegavam em grande número ao Brasil e se estabeleciam em áreas coloniais e em áreas urbanas, deixando à margem da exclusão os trabalhadores nacionais e os libertos da escravidão. No entender de José Joaquim, era necessário contar com os trabalhadores nacionais e libertos para viabilizar a colonização militar, bem como a contribuição que poderia ser dada pelos militares e ex-militares:

> Para os soldados demittidos e para os egressos de serviço activo, que não são inteiramente valetudinarios (pois que para estes deverá haver um outro destino adequados às suas circunstancias) convém transplantar para algumas das Províncias do Brazil, e com as modificações necessárias, esses estabelecimentos que com o nome de Colonias Militares, tem os Governos da Russia e Austria, ocorrido de salvar da indigência e de uma ociosidade, que é tão perniciosa aos costumes publicos, a essa classe de homens, que devem bem merecer de seus concidadãos por sua presteza passada. [...] É o soldado o homem mais adequado para taes estabelecimentos, pelo espirito de obediencia a que se contrahiu em sua precedente

---

7 Sobre a trajetória de José J. Machado de Oliveira, ver sua biografia no site do IHGB: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JJMOliveira.html. Acesso em: 26 abr. 2018.

8 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*. v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 239-256. Decidiu-se preservar a forma da escrita original da fonte documental.

9 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil, *Revista do IHGB*. v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 241.

> occupação, e em que de certo se manterá na que vai ter, sem muita pena sua e trabalho da administração colonial; pelos habitos de camaradagem que adquiriu em seu antigo corpo; e com que sabera viver na sua nova associação.[10]

A partir da experiência da Rússia e Áustria, o brigadeiro afirmava que as colônias militares possibilitariam novas oportunidades de vida e trabalho aos egressos do serviço militar, salvando muitos da mendicância, da indigência, da ociosidade e da vida criminosa. No entanto, o brigadeiro José Joaquim advertia que existiam alguns vícios entre os militares: a "indolência innata" e a "repugnancia ao trabalho braçal e effectivo". Contra esses, em ocorrendo dentro da área colonial, deveriam ser objetos de penalidades e castigos.

Quanto à fundação da Colônia Militar, o brigadeiro orientava que reunisse "a maior somma de vantagens que exigem semelhantes estabelecimentos":

> A primeira circumstancia que deve merecer attenção do que for eleger e designar essa localidade será a de que seja o seu solo fértil, o de qualidade tal, que se possa nelle admitir toda a sorte de cultura própria do nosso paiz, e de que se tiram as maiores vantagens; que seja visinha a porto de embarque, para facilidade das conducções; em sitio elevado, com doce rampa e susceptivel de ser transitada por transporte de rotação; depois disso, que tenha o ar puro e salubre, e que a ventilação não seja embaraçada porobstáculos invensíveis; que, quando não possam haver em sua proximidade águas altas, que deem movimento a machinas agricolas, ao menos haja em abundancia e potaveis, e de preferencia, as que possam offerecer navegação para o mar ou rio mais proximo.
> [...] No centro desse territorio, ou proximamente a elle, e em logar asado, se devera erigir o arraial da colonia, cuja localidade importa também que seja medida e demarcada, e do modo que o for, a mesma colonia. Nelle havera capella, hospital, quartel, officinas para os colonos artistas que trabalharem em commum; e casas para a escola, para o chefe da colonia, e para os demais empregados nella; sendo estes edificios subjeitos a um plano que antecipadamente se fará, e construídos com adjuntorio da Fazenda Pública. Os colonos, além das casas que serão obrigados a ter nas suas sortes de terras, para sua commodidade e a de seus trabalhadores ruraes, o que serão feitos às suas custas, poderão ter outras dentro do recinto do arraial.[11]

---

10 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*. v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 241-242.

11 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*, v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 243 e 245.

Solo fértil, água potável, salubridade (ar puro, umidade, sol) e rios navegáveis eram critérios importantes a serem seguidos quando da escolha do local para a instalação da Colônia Militar, levando-se em consideração as peculiaridades de cada região. Além da área rural, onde seriam distribuídas as "sortes de terras" aos colonos, era de suma importância a formação de um núcleo urbano (ou arraial) contendo infraestrutura mínima (capela, hospital, quartel, escola, oficinas, armazéns) para atender às necessidades cotidianas dos habitantes ali instalados e dos afazeres da rotina dos militares.

Quanto à distribuição das áreas de terras aos colonos, José Joaquim sugeria os seguintes cuidados:

> Depois de feita a divisão e demarcação das terras, e conforme o numero dos colonos que devem formar o quadrado da colonia, se entregará a cada um d'elles uma sorte de terras para cultival-a pelo modo que lhe prescripto pela administração colonial. Aos que forem casados e tiverem filhos, se addicionará às sortes de terras que lhe pertencerem o acrescimo de que adiante se fará menção.
> Os indivíduos que pertencerem à classe de colonos proprietários terão em propriedade as sortes de terras que lhe forem designadas na colonia; e os colonos militares as possuirão n'essa condição só depois de passarem d'esta classificação para a de colonos proprietários.
> O direito que tem o colono proprietario à sorte de terras de sua propriedade será por seu fallecimento transmittido a seu legitimo herdeiro.[12]

Além da concessão da "sorte de terras" conforme o número de membros da família, os colonos também receberiam ferramentas e sementes para o trabalho na lavoura, aves e animais domésticos (vacum e cavalar) para reprodução, alimentação humana e auxílio no trabalho de campo, bem como sementes de árvores frutíferas e de hortaliças para formação de pomares visando atender às demandas da Colônia Militar. Estrategicamente, a distribuição gratuita de sementes, ferramentas e animais de criação direcionaria os colonos proprietários quanto ao cultivo de determinadas sementes, à criação de determinados animais e a influenciar nos hábitos alimentares. Tal direcionamento tinha lógica, pois o progresso das Colônias Militares situadas a uma distância considerável de vilas e cidades dependia, em boa medida, do excedente da produção de alimentos para sobreviver e, por extensão, para abastecer as casas de comércio instaladas na área urbana das Colônias e fomentar a instalação de indústrias para o beneficiamento da produção.

Aos colonos militares, previa-se um tratamento diferenciado. Além de cumprirem com as obrigações de militar, no espaço da Colônia Militar (de acordo com sua patente), teriam de obedecer aos regramentos da "disciplina colonial":

12 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*, v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 244.

> Ao colono militar será adstricta a obrigação de se não retirar da colonia antes de findo o prazo pelo qual esteve sujeito ao serviço militar, quer voluntaria quer obrigatoriamente; por isso que não pode elle gozar das franquezas que caberão aos colonos que tiverem sahido da classe dos reformados ou demitidos. Cumprir-lhe-ha obedecer às disposições geraís da administração colonial, e as que forem peculiares à sua classe, comtanto que sejam concernentes ao bem commum e prosperidade da colonia, e prescriptas por um regulamento a respeito. Submetter-se-ha ao trabalho ou mister a que for applicado na colonia, e que seja compativel com o seu estado physico; certo de que nenhum se lhe impor que não seja como fim do seu próprio bem-estar, ou a prol do estabelecimento de que fez parte. Guardará, enfim, para com os superiores da colonia o mesmo respeito e subordinação que tinha para comos do seu antigo corpo. […] Os colonos militares serão obrigados a apresentar-se em todos os Domingos no arraial da colonia, para as revistas dominicais, a que ficarão sujeitos, e que impreterivelmente ahi se passarão. D'entre elles se tirará por escala o piquete de três homens, que effectivamente deverá achar-se postado no arraial para sua polícia, e occorrer a qualquer caso imprevisto que ahi acontecer.
> O prazo d'esta disciplina para o colono militar será de quatro a oito annos, e no fim d'elle devera ser o mesmo colono isento d'esta, pertencendo-lhe então em plena propriedade a sorte de terras que lhe fora precedentemente entregue para cultival-a; e isto no caso que se proponha a continuar sua residencia na colonia na condição de colono proprietario.[13]

Como apontado anteriormente, o acesso à terra aos colonos militares estaria atrelado ao cumprimento dos deveres militares a que ficariam incumbidos, de acordo com sua patente e posto de comando. A administração da Colônia Militar, por sua vez, deveria ser exercida por militar com patente de capitão da 3ª classe do Exército, tendo como subordinados um capelão, um cirurgião, um almoxarife, dois sargentos e quatro cabos para o serviço de polícia do arraial. O brigadeiro José Joaquim, mediante suas experiências como militar e vivências a campo, teceu orientações quanto ao perfil de militar a ser indicado para o posto de chefe da Colônia Militar:

> O chefe da colonia deve, primeiro que tudo, possuir-se da idea de que não vai commandar um corpo militar em acção de serviço, senão administrar uma colonia formada de indivíduos sahidos do serviço militar, que, posto que submettidos à obediência militar e

13 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*, v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845 p. 250-251.

> a algumas regras d'esse serviço, applicaveis à segurança commun e à policia da colonia, vão ser empregados exclusivamente na cultura de terras, para se constituírem proprietarios ruraes, e peculiarmente n'aquelles misteres de que resultem beneficios a esse estabelecimento, e concorram para o próprio bem-estar; e como administrador, sendo elle o primeiro zelador dos interesses coloniaes, cumpre que seja activo, vigilante, assiduo, prudente, humano e circunspecto n'essa administração; que, com justiça e equidade, promova ahi o bem geral e o particular dos colonos, zele com imparcialidade pela segurança e economia publica e individual, mantenha a ordem, o respeito, a obediência legal, a harmonia entre todos os indivíduos da colonia, e faça com que todos os empregados d'ella cumpram bem e exactamente os deveres que lhes são concernentes. Finalmente, o chefe da colonia deverá considerar-se como o pai commum d'ella, e como tal, desvelar-se pelo seu augmento e prosperidade; reprimir o vicio, louvar e engrandecer a virtude, e promover com efficacia a moral publica.[14]

As ponderações de José Joaquim a respeito do perfil do chefe da Colônia Militar evidenciam a necessidade de um administrador sensível, humano e, ao mesmo tempo, zeloso, imparcial e que mantivesse a ordem e o respeito mútuo entre os que ali decidiram permanecer na condição de colono proprietário, de colono militar ou militar de carreira, reformado ou na ativa. Isolados nas florestas e campos das zonas de fronteiras do Império, ao sabor de todo tipo de adversidades e contratempos, era necessário ao chefe da Colônia Militar desfazer-se da rigidez militar e assumir as feições de administrador de um núcleo colonial.

O "Plano de uma Colônia Militar no Brazil", proposto pelo Brigadeiro reformado José Joaquim Machado de Oliveira, brevemente explorado anteriormente, foi aprovado na Câmara dos Deputados e pelo Senado. Por ocasião da fundação de Colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas, foi transformado em Regulamento pelo Decreto nº 729, de 09 de novembro de 1850[15]. No Sul de Pernambuco foi criada a Colônia Militar de Pimenteiras e, em Alagoas, a Colônia Militar Leopoldina, ambas entraram em funcionamento no ano de 1852. Ainda em 1850, na Província do Pará, foi criada a Colônia Militar de São João do Araguaya. No ano seguinte, a criação da Colônia Militar do Jatahy, na 5ª Comarca de São Paulo (que em 1853, passaria a ser denominada de Província do Paraná), a Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupy, na Província do Maranhão, e a Colônia Militar de Santa Thereza, na Província de Santa Catarina.

---

14 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*, v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845, p. 247-248.

15 BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 729, de 9 de Novembro de 1850. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-729-9-novembro-1850-560142-publicacaooriginal-82759-pe.html. Acesso em: 20 mar. 2019.

COLÔNIAS MILITARES NO SUL DO BRASIL: MATERIALIZANDO O PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Quando da publicação da Regulamentação da Lei de Terras, em 1854, ao menos seis Colônias Militares já estavam em pleno funcionamento e outras quatro em fase de instalação no território do Brasil Imperial. Por haver grande aceitação pela elite política imperial a este modelo de colonização, as Colônias Militares tornaram-se elementos estratégicos na referida regulamentação para levar adiante a ocupação de terras devolutas e proteção da região de fronteira, coordenando a concessão de terras gratuitas aos colonos nacionais, aos imigrantes e aos militares colonos. No Relatório do Ministério do Império de 1855, o Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz sinalizava a aceitação do Governo Imperial, dos Presidentes de Províncias e do Ministério da Guerra para com o projeto de colonização militar via instalação de Colônias Militares:

> Continua o governo a prestara devida attenção a estes estabelecimentos, que tão necessarios considera em alguns pontos de nosso territorio, já como meio de manter a segurança individual e a policia em nossas mattas, já como transição e preparativo indispensável para a povoação de lugares, para onde sem auxilio e proteção, que podem prestar as colonias militares, tão cedo não affluiria a população.
> […] Tenho, pois, somente a informar-vos que não podendo ser applicaveis todas as disposições dos decretos e regulamentos, que regem as primeiras colonias militares, a todas as que se tem fundado, porque circunstancias especiais das localidades exigem muitas vezes providencias peculiares, tem feito o governo acompanhar a fundação de algumas das novas colonias de instruções novas.
> Assim o praticou com a importante colonia militar de Obidos, na Provincia do Pará, com a colonia militar do Urucú, em Minas Gerais, e com as que ultimamente creou nas margens do Jatahy, na Província do Paraná.
> Todas essas colonias marcham regularmente. Ainda não chegarão os colonos portugueses que o governo mandou vir para augmentar a população da colonia da estrada de Lages em Santa Catharina, para a de Obidos e para a do Maranhão.
> Informa a pessoa encarregada de fazer os ajustes, e de providenciar sobre o transporte, que em breve deve estar em viagem parte dos ditos colonos. Chegarão, porem, os que foram convidados para a colonia do Urucú e já seguirão para o seu destino.[16]

16 MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. Relatório do Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, relativo ao ano de 1854, p. 63 e 64.

Destaca-se, anteriormente, que nem todas as Colônias Militares criadas, fundadas ou em fase de edificação na década de 1850 e início da década seguinte, situavam-se em região de fronteira com outras nações. Minas Gerais e Maranhão, a pedido de seus Presidentes de Província mediante justificativas, foram ouvidas e tiveram suas solicitações aceitas pelo Governo Imperial. Na porção Sul do Brasil, as Colônias Militares criadas e implantadas na década de 1850 e início da década de 1860, também via mediação com os Presidentes de Província, situaram-se em pontos-chave dos territórios provinciais, alguns mais próximos à fronteira e outros mais distantes em atenção à dinâmica e fluxos migratórios possíveis de serem atendidos por cada Província, bem como a abertura de canais de navegação e caminhos terrestres rumo à fronteira.

Os campos e florestas às margens dos rios Tibagi e Ivaí, que em 1851 tornar-se-iam território da Colônia Militar de Jataí (ou Jatahy, em grafia de época), estavam sob concessão para exploração a João da Silva Machado (Barão de Antonina, Deputado pela Província de São Paulo representando a 5ª Comarca). O referido Barão havia recebido autorização do Governo Imperial para abrir uma via de comunicação fluvial e terrestre entre as Províncias de Mato Grosso e São Paulo e, ao mesmo tempo, criar aldeamentos indígenas ao longo das margens dos rios Tibagi e Ivaí.[17] A pedido do Barão de Antonina, sob Decreto nº 751, de 02 de janeiro de 1851, foi criada a Colônia Militar do Jataí, devendo ser instalada junto ao porto do arroio Jatahy, na confluência com o rio Tibagi[18]. Foram confiados ao Barão de Antonina os trabalhos de fundação da Colônia Militar. A coordenação das atividades de medição e demarcação das áreas coloniais e urbanas, o plantio de sementes e as orientações para as construções de benfeitorias ficaram sob responsabilidade do sertanista mineiro Joaquim Francisco Lopes e o agrimensor e desenhista norte-americano John Henry Elliott, contratados pelo Barão de Antonina[19]. Segundo Jéssica de Aquino Bezerra, os primeiros colonos engajados, habituados à vida na floresta e ao contato com índios, vieram da vila de Faxina, Província de São Paulo. O Governo Imperial, em 1854, destinou à Colônia Militar 20 "escravos da nação"[20]. Quando da fundação oficial pelo major Thomaz José Muniz, em agosto de 1855, a Colônia Militar contava com 31 famílias de colonos engajados e um capelão, que se ocupava dos trabalhos junto aos colonos e indígenas. Ao contrário de outras Co-

17 Sobre o Barão de Antonina, ver: BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Senhor de homens, de terras e de animais*. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853). Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 2014.

18 BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 751, de 2 de Janeiro de 1851. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-751-2-janeiro-1851-559335-publicacaooriginal-81525-pe.html. Acesso em: 26 abr. 2018.

19 Sobre Joaquim Francisco Lopes e John Henry Elliott, ver: WISSENBACH, Maria C. C. Desbravamento e Catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História,* vol 15, nº 30, 1995, p. 137-155.

20 BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar Os Sertões, Consolidar O Estado:* A Colônia Militar do Jataí e os Aldeamentos Indígenas no Tibagi (1845-1897). Dissertação (Mestrado em História) – USP, Guarulhos, 2015, p. 52.

lônias Militares fundadas no mesmo período em que os colonos engajados eram prioritariamente compostos por praças militares, a atração de militares ou ex-militares para a Colônia Militar de Jatahy foi obra difícil.

A criação da Colônia Militar de Santa Thereza, por sua vez, está atrelada à reabertura de um antigo caminho de tropas que ligava a vila de São José à região serrana de Lages, na Província de Santa Catarina. Tal caminho, aberto em fins do século XVIII, permaneceu pouco utilizado até a década de 1850, quando o governo da Província de Santa Catarina decidiu reabrir o caminho para fomentar a instalação de novas áreas coloniais e ao longo dele, constituir duas povoações. Uma das povoações implantadas deu-se no formato de Colônia Militar (Decreto Imperial nº 1.226, de 8 de novembro de 1853), cuja meta inicial era proteger os moradores, transeuntes e comerciantes de erva-mate contra as incursões indígenas, e ainda, que atuasse na cobrança de impostos sobre a circulação de animais e mercadorias pelo referido caminho[21]. Adelson André Brüggemann, historiador que se dedicou à elaboração de um estudo de fôlego sobre a Colônia Militar de Santa Thereza, informa que o diretor da Colônia Militar (major Affonso d'Albuquerque e Mello) acompanhado de 19 soldados, acamparam na parte leste do Morro do Trombudo em meados de janeiro de 1854. Alguns dias depois migraram para o lado oeste deste Morro. Sob comando do capitão João de Souza Mello Alvim ocorreu nova migração do grupamento militar tendo em vista que a área não fornecia condições para cultura agrícola em grande volume, bem como havia ocorrência de alagamento e umidade em períodos chuvosos. As margens do rio Itajaí do Sul, junto ao caminho, foi considerado o local ideal para a edificação da Colônia Militar[22]. Em fins de 1854, a população era de 115 pessoas, dentre elas 51 militares.

As origens de outra congênere, a Colônia Militar de Caseros, estavam atreladas à política de aldeamentos indígenas, levada a cabo pela Província de São Pedro do Rio Grande a partir de fins da década de 1840, via instalação de aldeamentos kaingangs em Nonoai, Guarita, Campo do Meio e Pontão. Com a redução dos kaingangs em aldeamentos, novas áreas de povoamento com imigrantes europeus foram viabilizadas, bem como a abertura de novos caminhos terrestres na região Noroeste e Norte[23]. A Colônia Militar de Caseros tinha a função de atuar sobre os kaingangs (civilização e catequização) e prover a defesa e a integração territorial tendo como sede as instalações da Coletoria de impostos de Passo do Pontão (até então a principal rota de saída do comércio de muares rumo a Santa

---

21 BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada:* O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013, p. 87-94.

22 BRÜGGEMANN, Adelson André. A sentinela isolada, Adelson André. *A sentinela isolada:* O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013 p. 97.

23 Cf. BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistencia Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860).* Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2010; NOMMENCHAUER, Marisa. Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX).* Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

Catarina e Paraná). Os “Brummers” (soldados mercenários prussianos, contratados pelo Governo Imperial) eram, aos olhos do Governo da Província de São Pedro, ideais para o projeto de colonização militar em Pontão. No entanto, a maioria dos Brummers não aceitaram tornar-se militares colonos, obrigando a Província do Rio Grande a adiar a criação da Colônia Militar de Caseros[24]. João Carlos Tedesco e Alex Antonio Vanin detalham que, em fins de 1857, os planos de criação da Colônia Militar de Caseros foram revisitados e, sob comando do tenente José Lopes de Oliveira, constituiu-se uma expedição para explorar os campos e matas da região do rio Turvo, em Santo Antônio da Patrulha. Devido à baixa qualidade do solo para agricultura nas margens do referido rio, os militares acabaram por assentar a Colônia Militar na localidade de Mato Português, em Lagoa Vermelha, junto à estrada de tropas conhecida como Picada Velha em fevereiro de 1859[25].

No mesmo ano da implantação da Colônia Militar de Caseros, outras duas Colônias Militares foram criadas, por Decreto Imperial, na Província do Paraná: as Colônias Militares de Chopim e Chapecó, cujos motivos ligam-se a uma disputa diplomática e jurídica sobre os limites territoriais entre Brasil e Argentina, iniciada em meados de 1850 quando ambas as nações passaram a dialogar visando elaborar um tratado de limites territoriais levando em consideração os limites estabelecidos no Tratado de Santo Idelfonso. Segundo o historiador Adelar Heinsfeld, em várias sessões secretas ocorridas entre julho e setembro de 1858, a Câmara dos Deputados e o Senado Argentino apreciaram a minuta do Tratado de Limites Brasil-Argentina elaborado pela diplomacia de ambos os países. Dentre as alterações realizadas na minuta estava o artigo 2º, que, inicialmente, definia os rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antonio e Iguaçu como limites fronteiriços. A nova redação ao artigo definia que os limites seriam os rios mais a oriente dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio, ou seja, os rios que hoje denominam-se Chapecó e Chopim[26]. Como a Argentina vivenciava uma crise interna (guerra civil na Província de Buenos Aires) não foi possível ratificar a decisão tomada pelo Senado Argentino e nem prosseguir nas negociações que levariam à assinatura do referido Tratado de Limites Brasil-Argentina, se o Brasil viesse a aceitar a alteração ao artigo segundo. Sem ratificação e sem assinaturas, o Tratado de Limites Brasil-Argentina não possuía valor jurídico. Para a diplomacia brasileira, o Brasil continuaria exercendo jurisdição sobre a área em apreço. Visando proteger o território fronteiriço contra possíveis invasões ou atividades exploratórias por argentinos, o Governo Imperial, por meio do Decreto nº 2.502 (de 16 de novembro de 1959), ordenou a criação de duas Colônias Militares: “Hei por bem crear

24 Cf. PIASSINI, C. E. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul:* os Brummers Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881. Dissertação (Mestrado em História) – UFSM, Santa Maria, 2016.

25 TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antonio. *Entre a espada, a cruz e a enxada:* a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: Alprint, 2018, p. 77-78.

26 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 82.

mais duas colonias militares na Província do Paraná, as quaes serão estabelecidas, huma nos Campos do Erê, ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, e outra aos Campos do Xagú, ao occidente dos de Guarapuava, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província"[27].

Os Campos do Xagú situavam-se a 23 léguas a oeste dos Campos de Guarapuava, onde, por Aviso Imperial de 1858, foi instalado o aldeamento indígena Kaingang denominado de Xagu (Xongu ou Chagú, dependendo da documentação)[28]. A Colônia Militar teria por objetivo civilizar e catequizar os diversos grupos kaingangs que habitavam aqueles campos e florestas, além de abrir nova frente de povoamento (tendo como pontapé inicial o perímetro territorial da Colônia Militar), dar proteção aos fazendeiros que já haviam aberto áreas de cultivo de sementes e criação de animais e propiciar a defesa do território fronteiriço a oeste até as margens do rio Paraná. Os Campos do Erê, por sua vez, situavam-se a oeste (a ocidente, como aponta o Decreto 2.502/1959) dos rios Chapecó e Chopim, no meio da área pretendida pela Argentina e, geograficamente, integravam o município de Palmas, Província do Paraná. Também era território dos índios Kaingangs. Em fins de 1859, estava sendo objeto de exploração e abertura de fazendas de criação e engorda de animais por fazendeiros dos Campos de Palmas e Guarapuava.

A não reação da diplomacia argentina em fins da década de 1850 por ocasião da criação das Colônias Militares do Chapecó e de Chopim nos limites da área litigiosa e a Guerra com o Paraguai são dois fatores que, em alguma medida, contribuíram para com a decisão do Ministério da Guerra do Brasil em adiar os planos para a efetiva fundação das duas colônias nos anos seguintes ao Decreto. Para Adelar Heinsfeld, a questão de limites entre Brasil e a Argentina ficou esquecida até 1876, quando passaram a ocorrer os debates e embates em torno da redefinição dos limites territoriais do Paraguai: "a diplomacia argentina fez uma ligação direta entre a posição do Brasil na questão do Chaco com o Paraguai e a sua posição referente à reivindicação sobre o território de Misiones ou Palmas"[29].

Como verificado anteriormente, as origens das primeiras Colônias Militares no Sul do Brasil atendiam a objetivos e metas específicas em atenção às demandas apresentadas pelas Províncias (ou de figuras públicas que dialogavam diretamente com os interesses das Províncias, como foi o caso do Barão de Antonina), tendo como ponto comum a adoção da política imperial de edificação de aldeamentos indígenas visando coibir e inibir os enfrentamentos bélicos às novas frentes de exploração, ocupação e colonização com imigrantes europeus

27 BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html. Acesso em: 15 mar. 2019.

28 Para mais detalhes sobre o Aldeamento do Xagú, ver: MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial.* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, p. 144-148.

29 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 98.

ou colonos nacionais. No mais, as Colônias Militares, além de servirem como base de apoio a outros projetos de povoamento, tinham por função dar proteção ao território fronteiriço e aos caminhos terrestres já existentes e àqueles abertos posteriormente. O projeto de colonização militar, imaginado e tornado efetivo pelo Governo Imperial, foi deixado em segundo plano pelas Províncias tendo em vista as dificuldades de se aplicar o projeto nos moldes em que foram instruídos, bem como pelas dificuldades adicionais que surgiram.

A historiografia recente sobre as Colônias Militares de Jatahy, Santa Thereza e Caseros fornecem detalhes preciosos das particularidades vivenciadas em cada uma delas em referência ao funcionamento, auge e declínio das Colônias Militares, com ênfase nas temáticas: acessibilidade às Colônias Militares e qualidade das estradas/caminhos; dificuldades no remanejamento e permanência de militares (oficiais e praças); acolhida de colonos nacionais e estrangeiros com experiência na lide agrícola e pecuária; ausência de mercado para excedentes agrícola e pecuária oriundos das propriedades dos colonos; a morosidade na medição, demarcação e expedição de documentos de posse e propriedade da terra aos colonos pelo Ministério da Guerra e; as tensões e violências decorrentes dos mandos e desmandos entre militares e entre militares e colonos dentro dos territórios das Colônias Militares, ou decorrentes de sonegação/desvios na cobrança de impostos sobre a circulação de mercadorias nas coletorias de impostos.

O crescimento populacional das Colônias Militares foi distinto devido às dinâmicas adotadas pelos diretores na gestão das mesmas. A Colônia Militar de Jatahy contou, por curtos períodos, com efetivo militar para além do quadro de oficiais destinados à administração do projeto de colonização militar. O número de colonos civis e engajados cresceu lentamente, ganhando fôlego quando as áreas rurais passaram a ser efetivamente demarcadas e a documentação provisória ser entregue aos colonos em fins da década de 1860. Nas Colônias Militares de Santa Thereza e Caseros, a população foi composta em sua maioria por colonos nacionais agregados, além de alguns escravos e imigrantes europeus. Na medida em que o quadro de habitantes civis se ampliava, o de efetivo militar diminuía e passou a contar (contra a vontade dos diretores) com ex-combatentes da Guerra do Paraguai, da Companhia dos Inválidos, muitos deles agraciados com áreas de terras das Colônias Militares como forma de retribuição por terem lutado na Guerra.

A produção agrícola e pecuária era uma ação de grande importância para o projeto de colonização militar, pois era um fator de atração de colonos despossuídos de terras, de possibilitar a abertura de novas áreas de povoamento no entorno das Colônias Militares, de dar suporte aos viajantes e negociantes ao longo dos caminhos, de prover a autonomia alimentar às colônias e de ser critério para concessão do título de proprietário definitivo das terras concedidas provisoriamente aos militares colonos e aos colonos civis. A diversificação agrícola e pecuária sempre foi objeto de incentivo por parte dos diretores visan-

do dar conta de alimentar a população local, a criação de animais domésticos e os animais de carga, tração ou de montaria utilizados na lide agrícola. Feijão, milho, arroz, trigo, açúcar, mandioca, erva-mate, fumo, estavam entre as sementes, raízes e plantas mais cultivadas pelos colonos.

Tabela 1 – Produção agrícola na Colônia Militar do Jataí, entre 1866 e 1876

Produtos	1866	1871	1875	1876
Feijão	36.3 litros	7.632 litros	40.000 litros	45.500 litros
Milho	108.9 litros	199.650 litros	200.000 litros	176.000 litros
Arroz	0	3.630 litros	3.200 litros	12.920 litros
Açúcar	58.8 Kg	3.013,5 Kg	135.000 Kg	2.050 Kg
Aguardente	2.240 litros	4.960 litros	200 litros	1.050 litros
Café	0	249,9 Kg	950 Kg	935 Kg
Farinha de Mandioca	4.53 litros	2.541 litros	0	0
Polvilho	0	0	1.200 litros	6.660 litros

Fonte: Bezerra (2015).

Tabela 2 – Alimentos produzidos e animais criados na Colônia Militar de Santa Tereza (1862/1863)

Produto	1862	1863
Mãos de milho	4.237	2.810
Alqueires de feijão	480	388
Alq. de farinha de mandioca	237	95
Alq. de batata ingleza	26¾	18
Alq. de batata doce	32	22
Resteas de cebola	96	76
Resteas de alho	22	69
Arroba de assúcar	0	4
Cabeças de suínos	143	106
Cabeças de cabra	21	41
Cabeças de ovelha	7	13
Cabeças de vacum	0	53
Cabeças de cavalos	0	55
Cabeças de mulas	0	117
Cabeças de aves domésticas	581	819

Fonte: Santa Catarina (1864).

Tabela 3 – Produção agrícola e pecuária da Colônia Militar de Caseros (1859-1872)

Produtos	1859	1860	1863	1866	1870	1872
Feijão	13 ½ alq.	20 alq.	10 alq.	15 alq.	22 alq.	1.272 litros
Milho	12 alq.	22 alq.	20 alq.	24 alq.	12 mil mãos	2.172 litros
Trigo	0	0	1 alq.	3 ½ alq.	20 alq.	27, 2 litros
Cevada	0	0	¾ alq.	1 alq.	0	0
Batata	0	0	4 alq.	3 ½ alq.	30 alq.	110 litros
Amendoim	0	0	1 alq.	1 ½ alq.	8 alq.	0
Fumo	0	0	0	0	50 alq.	15 mil pés
Vacas	29	62	38	34	14	23
Terneiros(as)	15	0	24	8	4	17
Muares	12	11	10	12	8	2
Bois carreteiros	4	0	6	8	5	7
Touros	0	0	16	15	4	1
Cavalos	0	5	10	0	0	2

Fonte: Tedesco; Vanin (2018).

Períodos de intempéries climáticas, o ataque de animais selvagens aos animais de criação domésticos, a ação de roedores nas lavouras ou junto aos depósitos de sementes e os períodos de inverno rigorosos limitavam a produção ou a lucratividade das colheitas. O excedente de produção agrícola ou pecuária também tinha seus entraves comerciais para além das fronteiras das Colônias Militares em função das condições de manutenção das estradas e caminhos rumo a outras povoações e, ainda, no custo do transporte das mercadorias.

ALTO URUGUAI, CHAPECÓ, CHOPIM E FOZ DO IGUAÇU: REPENSANDO O PROJETO DE COLONIZAÇÃO MILITAR

A experiência vivenciada pelas primeiras Colônias Militares implantadas em diversos pontos do Brasil levou alguns defensores do projeto de colonização militar a tecer críticas, sobretudo à ausência de um órgão administrativo central que congregasse as informações, ações, regulamentações e resoluções de problemas de forma unificada. Era assim que pensava também José Rufino Rodrigues Vasconcellos em suas memórias sobre as Colônias Militares, datadas de 1865[30].

30 Uma síntese das ações propostas por José Rufino foi inserida no Relatório do Ministério da Guerra, de 1865, entre as páginas 119 e 121.

Além disso, complementa Vasconcellos, suspeitava-se de haver independência excessiva na gestão dessas colônias pelos diretores e a vinculação aos interesses políticos dos Presidentes de Províncias. Essas eram algumas das impressões de Vasconcellos após ler os relatórios de Presidentes de Província e muitos dos Relatórios Anuais dos diretores de Colônias Militares[31]. Em 1873, por meio da Lei Imperial nº 2.277, ordenou-se a constituição de uma comissão tendo por objetivo realizar visitas *in-loco* nas Colônias Militares e, com base nos relatórios, construir um novo plano para reorganizá-las. Além de José Rufino Rodrigues Vasconcellos, José Vieira Couto de Magalhães, Francisco Antonio Raposo e Henrique de Beaurepaire Rohan foram escolhidos para compor tal comissão, cuja nomeação ocorreu em 1876. As inspeções às Colônias ocorreram em 1876, porém os resultados em formato de relatório e um novo projeto de regulamento para elas foram entregues ao Ministro da Guerra somente em junho de 1879[32].

Em 1879, a Colônia Militar de Caseros já havia sido extinta e, na fronteira com a Argentina, havia sido fundada a Colônia Militar do Alto Uruguai. As Colônias Militares do Jatahy e Santa Thereza foram, por avaliação da comissão, mantidas em funcionamento, mas estavam longe de atender às expectativas dos oficiais militares. No referido relatório, sugeria-se, ainda, a criação de outras sete unidades no território brasileiro, três delas, no Sul do Brasil: “no Paraná, as de Xagú, Campo-Erê e Saltos das Sete Quedas, sendo esta estabelecida no local que existiram Villa Rica e Ontiveros”[33]. Destas sugestões, serão fundadas no decorrer da década de 1880, as Colônias Militares de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu. Mas, antes de adentrar nelas, é necessário abordar a respeito dos distintos interesses que levaram à criação da Colônia Militar do Alto Uruguai, em 1877.

Há muito a ser pesquisado e escrito sobre a história da Colônia Militar do Alto Uruguai. As primeiras tratativas com o objetivo de fundação de uma Colônia Militar no Alto Uruguai parecem estar ligadas à figura do Barão do Herval (Manoel Luís Osório), comandante da fronteira de São Borja, que teria recebido a missão de explorar os campos e florestas junto ao rio Uruguai, a pedido da Presidência da Província de São Pedro no ano de 1857. Outra iniciativa deu-se por parte do Governo Imperial. Em 1859, foi constituída uma comissão para percorrer a região e produzir um relatório detalhando os aspectos geográficos, estrutura vegetal, qualidade do solo para cultivo de sementes, a qualidade dos caminhos e estradas e as distâncias das povoações existentes. Entre os membros da Comissão estava o engenheiro tenente-coronel José Maria Pereira Campos, cuja presença na região do Alto Uruguai se estendeu até 1862, elaborando mapas

31 VASCONCELLOS, José Rufino Rodrigues. *Memória sobre as colônias militares, apresentado ao Ministério da Guerra,* em 1865. 31 páginas. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

32 MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório da repartição os negócios da Guerra, apresentado pelo Ministro Visconde de Pelotas.* Rio de Janeiro, 1880, p. 24.

33 MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório da repartição os negócios da Guerra, apresentado pelo Ministro Visconde de Pelotas.* Rio de Janeiro, 1880, p. 25.

e projetando a abertura de novos caminhos entre a região missioneira e a margem esquerda do rio Uruguai, facilitando a ação extrativista de erva-mate nativa por caboclos e posseiros.

A Guerra com o Paraguai (1864-70) e as discussões em torno da reformulação do projeto de colonização militar e seu regulamento, em meados da década de 1870, levaram ao adiamento da implantação da Colônia Militar no Alto Uruguai. Em fins de 1877, o Barão do Herval assumiu o Ministério da Guerra e, em seus primeiros atos, extinguiu a Colônia Militar de Caseros e ordenou aos oficiais e praças instalados no local que migrassem para o Alto Uruguai com o propósito de escolher um local adequado para a fundação da colônia. Em março de 1879, via Decreto nº 7.221, foi criada a referida Colônia, implantada em fins de dezembro do mesmo ano, na localidade de Salto Grande (ou Passo Grande), a pouca distância da margem esquerda do rio Uruguai. Tinha por missão guarnecer a fronteira e iniciar o povoamento daquelas terras com colonos nacionais.

Em fins de 1881, a Colônia Militar do Alto Uruguai contava com 486 pessoas, incluindo colonos, praças e oficiais, sob direção do major Antonio Florencio Perera Lago. No Relatório do Ministério da Guerra de 1882, se dizia que a Colônia estava prosperando "tanto em cultura, como em edificações e abertura de estradas; alli existem já em construcção varias casas e uma officina de ferreiro, estando a área urbana dividida em 130 lotes"[34]. Lotes rurais de 20.000.000 m^2 também já haviam sido divididos nos vales dos ribeirões São Francisco, São João, Felisberto Pereira, todos afluentes do rio Uruguai[35]. Iniciava-se a distribuição dos lotes aos colonos nacionais.

Nos primeiros anos, a implantação e o funcionamento da Colônia Militar atraíram um número considerável de admiradores e apoios políticos, a nível de Província e de municípios, pois as ações levadas a cabo pelos colonos e militares resultavam em desenvolvimento do vale do Alto Uruguai, especialmente a abertura de estradas e a acolhida de ervateiros e posseiros na condição de colonos. No entanto, o apoio político e social aos trabalhos desenvolvidos pela Colônia Militar tinha suas intenções: fazer avançar os projetos de colonização com imigrantes europeus, sob proteção da Colônia Militar, pois entre empresários, negociantes de terras, estancieiros e ervateiros o atraso no desenvolvimento da região encontrava-se na forma de vida e trabalho dos colonos nacionais, considerados escórias da sociedade, além de supostos criminosos fugitivos que buscaram as

34 MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882, p. 43.

35 MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882, p. 43.

matas e terras devolutas para apropriar-se, criminosamente, das mesmas[36]. Para os senhores de terras e possuidores de riquezas, a Colônia Militar do Alto Uruguai deveria ater-se a seus anseios e interesses, deixando de cumprir os regulamentos e instruções que orientavam dar atenção, voz e vez aos indígenas, lavradores pobres e pequenos posseiros e peões que trabalhavam nos ervais, como força motriz do projeto de colonização militar na fronteira.

A fundação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, em 1882, liga-se a uma disputa pelo território de Palmas/Misiones, entre Brasil e Argentina, cuja origem remete, como já mencionado, a interpretações divergentes dos Tratados de Madri e Santo Idelfonso, que definiam os limites de fronteira entre as nações. A criação da Província de Misiones (com capital em Posadas) pelo governo argentino em 1881, incluindo como seus os campos de Palmas e dividindo-os em dois departamentos (Iguassu e Monteagudo), obrigou o governo imperial brasileiro a pôr em prática os planos para fundar as Colônias Militares de Chopim e Chapecó. Em 20 de setembro de 1881, Franklin Américo de Menezes Doria (Ministro dos Negócios da Guerra) nomeou duas comissões para a fundação das Colônias Militares. Para chefiar os trabalhos de fundação das referidas colônias, foram nomeados os capitães Francisco Clementino de Santiago Dantas e José Bernardino Bormann[37]. O memorialista Sebastião Paraná informa que ambas as comissões chegaram em Curitiba em 31 de outubro e, em 03 de novembro, a equipe chefiada por Santiago Dantas partiu rumo a Guarapuava, de onde pretendiam seguir o curso do rio Iguaçu até o rio Chopim para proceder à escolha do melhor lugar para instalar a Colônia Militar de Chopim. A comissão chefiada por José Bernardino Bormann seguiu viagem de Curitiba para a vila de Palmas em 14 de novembro de 1881. Em março de 1882, a Colônia Militar de Chapecó foi fundada à margem esquerda do rio Chapecó. A Colônia Militar de Chopim foi fundada em dezembro de 1882, entre as nascentes do rio Chopinzinho e do rio Doria, ambos afluentes do rio Iguaçu[38].

O capitão Bormann aponta em seus relatórios que após um ano de fundação, a Colônia Militar de Chapecó contava com 200 habitantes (excluindo os soldados e oficiais), além de 58 casas e uma igreja em construção. Parte desses colonos (aproximadamente 40 pessoas) teriam sido "encontrados no sertão" entre os rios Chapecó e o passo do Goio-En no rio Uruguai e foram convidados a aceitar lotes de terras na Colônia Militar. Segundo Bormann, eram famílias de caboclos que viviam do plantio de lavouras de subsistência. O coronel Santiago

---

36 Cf. NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados*: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2007, p. 85-86.

37 MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882, p. 44.

38 PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná.* Curityba: Typ. Da Livraria Econômica, 1889, p. 404 a 410; BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná.* Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977.

Dantas, diretor da Colônia Militar de Chopim, também fez referência à população cabocla e à resistência deles em migrar para a Colônia Militar e abandonar as posses de terras e algumas benfeitorias para se submeterem aos militares. Em 1883 existiam 42 famílias de colonos instalados na Colônia Militar de Chopim[39].

As Colônias Militares de Chapecó e Chopim encontravam-se em linha de comunicação, por meio de picadas, com a Colônia Militar do Alto Uruguai. Em 1883, esta última contava com uma população de 582 habitantes (559 colonos nacionais e 23 colonos imigrantes). Na Colônia Militar de Chopim existiam em 1886, 289 pessoas (204 brasileiros, 32 militares e 53 imigrantes), ampliando para 483 pessoas (em 1890) e 535 pessoas (em 1903)[40]. Em 1885, havia 190 pessoas (exceto os militares) na Colônia Militar de Chapecó, que foram ampliando-se de forma gradual: 242 pessoas (em 1886) e 149 famílias de colonos matriculados em 1900 (aproximadamente 745 pessoas), além dos 14 militares e suas respectivas famílias[41].

As Colônias Militares do Alto Uruguai, Chopim e Chapecó experimentaram, apesar das diversas dificuldades surgidas, um crescimento significativo tanto em número de habitantes como no volume de produção agrícola e pecuária. As sucessivas expedições militares aos campos e florestas da região de fronteira com a Argentina (sobretudo a área sob contestação) serviram para conhecer, desenhar, demarcar e tomar posse efetiva do território fronteiriço tendo em vista a presença de argentinos habitando e explorando as terras limítrofes, objetos de preocupação do Governo Imperial e da Província do Paraná.

No memorial que elaborou visando convencer o Ministro da Guerra a acenar positivamente sobre a implantação de mais uma Colônia Militar na Província do Paraná, o capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo destacou a necessidade de se instalá-la nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e Argentina, "para servir de atalaia, quer para apoio demasiadamente de forças terrestres e navaes, quer para n'ellas crear mais recursos para essas forças, quer ainda para servirem simultaneamente de base no desenvolvimento industrial, commercial e politico"(sic.)[42]. Na argumentação de Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, percebe-se que, além da função militar, a fundação da Colônia Militar tinha por meta incentivar o povoamento, o desenvolvimento industrial, comercial e político no ponto extremo da fronteira. O lugar ideal, no entender de Bellarmino, era situá-la na foz do rio Iguaçu, junto ao rio Paraná. Esse lugar era estratégico,

---

39 Cf. WERBER, William. *A Colônia Militar do Chopim.* Curitiba: Sesquicentenário, 2006, p.93 e seguintes.

40 Cf. BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim (1882-1909).* Florianópolis: UFSC, 1980. p. 144-149.

41 Cf. XAVIER, Mário. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó.* Florianópolis: Insular, 2016.

42 MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Exa Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Manuscrito, p. 3.

visto que do ângulo formado pelos rios Iguaçu e Paraná seria possível vigiar o movimento de embarcações no rio Paraná, acima e abaixo da foz do rio Iguaçu[43].

Porém, tanto para o surgimento como para o desenvolvimento da Colônia Militar, era necessário abrir um caminho carroçável ligando a foz do rio Iguaçu a Guarapuava, cuja extensão poderia chegar a 374 quilômetros. Além de assegurar a posse territorial e de guarnecer aqueles longínquos territórios, com auxílio de colonos e de militares, dar-se-ia início a um núcleo de colonização. Ao longo do caminho carroçável iriam ser abertos alguns pousos para dar comodidade aos viajantes e tropeiros. Esses pousos, algum tempo depois, dariam lugar a povoados. Ao longo do mesmo caminho, via iniciativa privada, novas fazendas de criação e colônias de imigrantes viriam a ser instaladas. A exploração da erva-mate e da madeira levaria ao fomento de indústrias, cujos produtos poderiam ser exportados para o mercado platino via rio Paraná. O avanço da linha de fronteira, no entanto, segue ritmos e tempos distintos para sertanistas, militares, colonos, mercadores, fazendeiros e industriais.

A nomeação da comissão encarregada da fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu e da construção das estradas estratégicas do Paraná ocorreu em 29 de maio de 1888. A chefia ficou a cargo do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, tendo por ajudantes os tenentes Tito Augusto Portocarrero e Felippe Schmidt, ambos do corpo de Estado Maior de 1ª classe[44]. "Apesar de todos os contratempos", ressaltou José Maria de Brito, "a turma exploradora atingiu o seu objetivo, isto é, a foz do Iguaçu, no dia 15 de julho de 1889, aos 7 meses e 20 dias de trabalho"[45]. A fundação da Colônia Militar ocorreu em 1892, após a redefinição do local da sede, da definição do território urbano e rural e a edificação das primeiras habitações para militares e colonos, cuja população chegava a 600 pessoas.

José Cândido da Silva Muricy, também militar, informa que a comunidade que estava a se formar na fronteira situava-se num lugar estratégico e de futuro próspero àqueles que ali resolverem instalar suas indústrias e casas de comércio. Domingos Nascimento também afirma que até o ano de 1894, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia progredido de maneira significativa: "Casas e caminhos eram construídos, distribuídos os lotes provisórios: as populações das fronteiras paraguaya e argentina se transportavam com famílias e bens para o território brazileiro" (sic.)[46].

---

43 MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Exa Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Manuscrito, p. 5 e 6.

44 MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nomeação da Commissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. Manuscrito. p. 1.

45 BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e instalação da Colônia Militar.* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. p. 48.

46 NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: S/ED, 1903, p. 113.

Pela sua narrativa, percebe-se que era uma migração espontânea e não orientada, dirigida. A migração de brasileiros para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era ínfima devido à distância e à precariedade dos caminhos a serem percorridos.

Leônidas Boutin, em 1977, discorreu sobre a Colônia Militar de Chopim. Informou que após a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, algumas famílias de colonos brasileiros abandonaram a Colônia Militar de Chopim e seguiram rumo à Colônia Militar de Foz do Iguaçu "pelas melhores condições que ela oferecia"[47]. A extração de erva-mate e de madeira por colonos e militares se tornou moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. As atividades agrícolas e pecuárias deixaram de ser prioridade na administração do tenente Edmundo de Barros. Tal prática atraiu a atenção dos empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contratos com colonos. Aos poucos, diz Domingos Nascimento, a extração de erva-mate e madeira se tornou "garantia única de vida dos habitantes" residentes na Colônia Militar[48].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extinção da Colônia Militar do Jatahy passou a ser cogitada em 1890, por Ladislau Herculano de Freitas (governador do Paraná) sob a alegação de prejuízo aos cofres públicos em decorrência de desvios financeiros cometidos por alguns diretores. O decreto para a extinção da Colônia Militar foi publicado em abril de 1897, encerrando o projeto de colonização militar às margens do rio Tibagi. Na década de 1930, fruto de outros empreendimentos colonizatórios (com fundos financeiros de capitalistas ingleses) movidos à máquina a vapor, renascerá a vila e, mais tarde, município de Jataizinho.

Ao ser extinta, em 1883, a Colônia Militar de Santa Tereza contava com 590 habitantes. No entanto, estava praticamente abandonada pelo Governo da Província de Santa Catarina e pelo Ministério da Guerra. Poucos eram os recursos financeiros destinados à manutenção das estradas e da estrutura ainda existentes, bem como para o pagamento dos soldos dos militares ali destacados. Por outro lado, como afirma Adelson André Brüggemann, a Colônia Militar teria cumprido seus objetivos iniciais: manter em condições de uso o caminho entre as vilas de São José e Lages; de fornecer suporte para a colonização da região, com imigrantes europeus; e de realizar a cobrança de impostos sobre as mercadorias transportadas entre o litoral e o planalto catarinenses.

---

47 BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, nov./1977. p. 54.

48 NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira.* Curitiba: S/ED, 1903. p. 114.

A Colônia Militar de Caseros foi extinta sob recomendação de uma Comissão de Inspeção, ocorrida em 1875, tendo como argumento o fato de que o local de sua instalação já havia cumprido sua missão e que não existiam motivos de sua permanência em funcionamento sequer em atenção aos indígenas. Aos olhos da comissão, a situação precária quanto ao número de militares, colonos e mesmo de produção agrícola e pecuária eram outros indicativos para o veredito e, por extensão, a migração dos militares para fundar a Colônia Militar do Alto Uruguai.

As Colônias Militares do Chopim, Chapecó, Foz do Iguaçu e Alto Uruguai foram notificadas que seriam emancipadas com a Proclamação da República. No entanto, como os militares mantiveram-se no poder, dialogando, quando possível, com a nova geração de políticos e intelectuais, foi possível mostrar a eles a necessidade de um tempo maior de vida às Colônias Militares para que pudessem cumprir seus objetivos. Algumas sobreviveram por mais de 20 anos. Por outro lado, elas foram minguando aos poucos devido à falta de recursos financeiros, assistência e apoio governamental para manter as estruturas materiais existentes numa região de fronteira, distante de quase tudo. Como bem aponta Vera Lucia Fregonese Barros: uma das falhas do projeto de colonização militar foi não conceber um planejamento visando preparar os colonos civis para dar continuidade às atividades cotidianas quando ocorresse a interrupção da administração militar junto às Colônias Militares. Muitos colonos abandonaram suas terras e benfeitorias, muitos deles por não terem recebido documentação atestando a posse ou a titulação das terras em seus nomes, situação esta, que desencadeou uma série de conflitos e embates jurídicos em torno das terras[49].

São muitos os atores sociais que, por diferentes motivos, destacaram-se no decorrer da história das Colônias Militares do Sul do Brasil. Indígenas, escravos negros, colonos nacionais e imigrantes, militares, sertanistas, tropeiros, viajantes e diretores de colônia foram personagens atuantes no processo de formação, funcionamento e decadência delas. Alguns deles, devido a situações *sui generis* ou pela função que desempenhavam, tornaram-se atores centrais ao tomarem decisões e incentivarem ações que propiciaram transformações significativas no cotidiano das povoações fronteiriças para dar andamento, consolidação ou fim ao projeto de colonização levado a efeito pelas Colônias Militares.

Ainda que as orientações e planos de colonização militar apresentassem a figura do Diretor-Geral da Colônia Militar como mentor de todo processo e motor das transformações decorrentes da efetivação do projeto de colonização, a historiografia e a documentação histórica existente em distintos acervos documentais apontam que os diretores de Colônias Militares dependiam de outros atores sociais para cumprir sua função e missão. Atores sociais que pensavam, que sentiam, que falavam, que agiam e davam sentido e significado às ações que se propunham fazer em prol da Colônia Militar e daqueles que ali viviam uma

49 BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim (1882-1909).* Florianópolis: UFSC, 1980. p. 187.

diversidade de experiências. Atores sociais que até pouco tempo atrás integravam o grande grupo dos excluídos da história e que hoje, pela experiência vivida e materializada em documentos, possibilitam ao historiador escrever e refletir sobre a História sob outros ângulos, dentre eles, a história "vista-de-baixo", proposta por Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e outros historiadores ligados à corrente historiográfica do marxismo britânico[50].

50 Cf. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Unicamp, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim* (1882-1909). Florianópolis: UFSC, 1980.

BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar Os Sertões, Consolidar O Estado*: A Colônia Militar do Jataí e os Aldeamentos Indígenas no Tibagi (1845-1897). Dissertação (Mestrado em História) – USP, Guarulhos, 2015.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Senhor de homens, de terras e de animais*. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853). Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 2014.

BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, colonos e fazendeiros*: conflitos interculturais e resistencia Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2010.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada*: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina*: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: S/ED, 1903.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados:* A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). E. P. *Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

NOMMENCHAUER, Marisa. Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul* (século XIX). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil. *Revista do IHGB*, v. 7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paran*á. Curityba: Typ. Da Livraria Econômica, 1889.

PIASSINI, C. E. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul*: os Brummers Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881. Dissertação (Mestrado em História) – UFSM, Santa Maria, 2016.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antonio. *Entre a espada, a cruz e a enxada*: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: Alprint, 2018.

XAVIER, Mário. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó*. Florianópolis: Insular, 2016.

WERBER, William. *A Colônia Militar do Chopim*. Curitiba: Sesquicentenário, 2006.

WISSENBACH, Maria C. C. Desbravamento e Catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História*, vol. 15, nº 30, 1995, p. 137-155.

FONTES

BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Regulamento e execução à Lei de Terras, de 1850. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-729-9-novembro-1850-560142-publicacaooriginal-82759-pe.html. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL IMPÉRIO. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 751, de 2 de Janeiro de 1851. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-751-2-janeiro-1851-559335-publicacaooriginal-81525-pe.html. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL IMPÉRIO. Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e instalação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Memória apresentada a Exa Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo*. Manuscrito.

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Nomeação da Commissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. Manuscrito.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório da repartição os negócios da Guerra, apresentado pelo Ministro Visconde de Pelotas*. Rio de Janeiro, 1880.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, relativo ao ano de 1854*.

SANTA CATARINA. *Relatório apresentado ao Primeiro vice-presidente da província, o comendador Francisco José d'Oliveira*, pelo presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Vice Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Commendador Francisco José d'Oliveira*, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 12ª Legislatura, 1864.

VASCONCELLOS, José Rufino Rodrigues. *Memória sobre as colônias militares, apresentado ao Ministério da Guerra*, em 1865. 31 páginas. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

(I)MIGRAÇÃO E FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO SUL DO BRASIL: ATORES SOCIAIS E EMPRESAS COLONIZADORAS

José Carlos Radin[1]

INTRODUÇÃO

Basta ler-se um jornal ou acompanhar algum noticiário cotidiano para perceber como o tema da imigração continua atual e palpitante. As razões motivadoras dos processos migratórios são, em geral, bastante diversas e condicionadas às questões estruturais e conjunturais do tempo e do espaço em que o fenômeno ocorre. Aqui o tema será relacionado à expansão das fronteiras agrícolas no sul do Brasil, objetivando contextualizar o processo de colonização europeia, das áreas que se constituíram o espaço das primeiras colônias da região, ao longo do século XIX, bem como das que foram destinadas aos migrantes, no transcurso da primeira metade do século XX.

Nesse contexto, os imigrantes e seus descendentes, que se constituíram em protagonistas centrais do processo de colonização, foram assentados em extensas áreas agrícolas, sendo motivados, por um lado, por propósitos governamentais de ocupação de espaços considerados vazios, e, por outro, pelos interesses de empresas privadas de colonização, que ao comercializarem grandes áreas de terras, deram corpo ao delineamento de novas fronteiras agrícolas. Governantes, empresários e opinião pública alimentavam o discurso da necessidade de fazer avançar o "progresso" e a "civilização", que em outras palavras significava expandir o capitalismo para as áreas interioranas do país. Em especial ao longo da primeira metade do século XX, um contingente significativo de agricultores partiu das primeiras colônias de imigrantes e protagonizava a ocupação de novas fronteiras agrícolas no norte gaúcho, no oeste catarinense e no sudoeste paranaense. Paralelo à expansão dessas fronteiras agrícolas se consolidou o processo de apropriação privada da terra.

---

1 Professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. Domínio Comum e PPGH/UFFS. Doutor em História pela UFSC.

Ao discutir a fronteira, Martins lhe atribui ao menos três diferentes sentidos: como "cenário de intolerância, ambição e morte"; como "lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança atravessada pelo milenarismo da espera no advento de um novo tempo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura; e, noutra perspectiva, como fronteira mais significativa e que domina sobre as outras e lhe dá sentido, "é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem e o animal, quem é humano e quem não o é". Assim concebida, ela não se reduz ou se resume à geográfica, mas sim a diferentes coisas, como a "fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e historicidade do homem"[2]. Tal perspectiva auxiliará na abordagem da atuação das empresas colonizadoras nas fronteiras agrícolas que se abriram no processo de colonização por imigrantes e migrantes no sul do Brasil, objeto deste capítulo.

Quando se reporta à colonização, implicitamente se está referindo à relação entre colonizadores e colonizados. Nas áreas ocupadas por imigrantes e por seus descendentes, no sul brasileiro, esta relação se evidencia na ideia, hegemônica naquele contexto, de que o avanço da colonização, impulsionado por "pioneiros" ou "bons e destemidos colonos", representava a expansão da "civilização" e do "progresso", pois promoveria a superação do "atraso" vivido pelas populações nativas. Tal perspectiva ficou bastante evidente nesses processos e, tanto os povos indígenas quanto caboclos ou quilombolas sofreram as consequências, em especial pela perda do controle sobre o território que ocupavam, também pelo fato de possuírem concepções diferentes em relação à propriedade da terra. As populações autóctones não se guiavam pela ideia da propriedade privada, como se definia pela legislação agrária, especialmente com a Lei de Terras, de 1850. Tais entendimentos revelam como essa dimensão da fronteira do humano se construiu na disputa entre diferentes visões de mundo, em particular dos que habitavam as terras desde tempos imemoriais e dos que adentraram com a colonização. E essas diferentes visões foram utilizadas para justificar as ações, tanto de governantes quanto de colonizadores, em particular no concernente ao processo de apropriação privada da terra. Autoridades, opinião pública e empresas colonizadoras, de diferentes maneiras, difundiam ou endossavam a forma de pensar tida como "civilizada" ou impulsionadora do "progresso". Nessa perspectiva, como se observa no entender de Martins,

> As concepções centradas na figura do pioneiro deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa.[3]

---

2 MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-11.

3 MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13.

Destarte, ao tratar da atuação das empresas colonizadoras e do processo de colonização das fronteiras agrícolas da região Sul, do final do século XIX e primeira metade do XX, mesmo que não seja o foco principal da abordagem, tem-se em mente também esse panorama. Com isso, salienta-se que os colonizadores não ocuparam espaços vazios; sua história não está marcada apenas pelas dificuldades relacionadas ao enfrentamento de um ambiente desconhecido, às distâncias, à falta de infraestrutura, entre outros. As populações que foram colonizadas possuíam sua história, suas culturas e, desse encontro/desencontro decorreram inúmeras situações conflitivas, que se fazem sentir até o presente, especialmente representadas pela sua marginalização ou na constante luta pela terra.

A região em questão neste capítulo, no entender de Zarth, foi e é formada por diversos grupos que ocupam o mesmo espaço, por isso, salienta:

> É fundamental pensar a história da fronteira sul como um território de múltiplas dimensões socioculturais, onde convivem historicamente grupos sociais com interesses conflitantes. Nesse raciocínio, podemos falar de território dos indígenas; dos caboclos; dos colonos, dos quilombolas, que disputaram historicamente o controle do acesso à terra como condição material para a vida das populações. As marcas desse processo são visíveis ainda hoje nos conflitos gerados pela demarcação de terras indígenas ou na distribuição espacial da população das cidades.[4]

A imigração europeia para o Brasil, em particular do período pós-independência até o início do século XX, assim como as diversas migrações posteriores, são facetas dos processos de construção de fronteiras, também moldadas a partir das diferentes perspectivas socioculturais dos grupos étnicos. Deste modo, foram geográficas, porque ao se referir a fronteiras agrícolas se alude a territórios bem definidos. No entanto, ao colocarem em contato diferentes grupos étnico-culturais, também foram fronteiras da civilização, do confronto de modos de vida e de visões de mundo, ou, ainda, espaço de esperança e desilusão que, por conseguinte, coloca a fronteira sempre como um espaço de tensões e de disputas.

Tendo em mente tais cenários, busca-se contextualizar a imigração ao sul do Brasil, especialmente para as áreas agrícolas. Também caracterizar as migrações que partiram dessas áreas para as novas fronteiras agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, evidenciando a atuação das empresas colonizadoras, seja pela produção de persuasivo discurso publicitário em relação às novas terras, como pela sua venda aos colonos.

4 ZARTH, Paulo. A. Fronteira Sul: história e historiografia. *In:* RADIN, J. C.; VANENTINI, D.; ZARTH. (org.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra &Vida: Chapecó: UFFS, 2015, p. 7.

CONTEXTUALIZANDO A IMIGRAÇÃO AO SUL DO BRASIL

Atentando para o mapa agrário do território sulino, em particular o das áreas destinadas à colonização por imigrantes e descendentes, observa-se que ele possui características bastante distintas e contrastantes em relação à tradicional estrutura agrária do Brasil, predominantemente latifundiária. A adoção do modelo de pequena propriedade de economia familiar moldou diversas regiões do sul brasileiro, e se constituiu em peculiaridade não apenas agrária, mas também de organização social. Tal processo foi se consolidando principalmente após a independência do Brasil, num contexto em que o governo se colocava o desafio de incrementar o povoamento da região, a qual era vista como uma fronteira vulnerável, em face ao seu escasso povoamento. Nesse contexto se insere a colonização de diferentes áreas, seja com o propósito de incrementar o aumento da população ou para aumentar a produção de alimentos, voltada ao consumo interno. Diversas empresas colonizadoras atuaram em tais projetos, principalmente atraindo colonos por meio de um persuasivo sistema de divulgação das supostas qualidades das terras, preços favoráveis, bem como das vantagens que teriam nas diferentes regiões em processo de colonização. Imigrantes, mas principalmente seus descendentes, impulsionaram a colonização das novas fronteiras agrícolas do norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. A atuação de tais empresas pode ser caracterizada como parte da ação do longo processo de conquista europeia do imenso território brasileiro, constituindo-se também em parte da estratégia da ação governamental.

A conquista europeia sempre se revelou ação complexa, tendo em vista não apenas a extensão do território brasileiro, como também de um conjunto de situações peculiares de cada área e os diferentes povos que as habitavam. No processo que colocou em contato esses diferentes mundos, em que pese haja assimilações entre ambos os grupos, gradativamente foi se impondo a perspectiva eurocêntrica, e, a dos grupos nativos, relegada a plano secundário. O processo de conquista no período colonial, para Prado Jr.[5], foi balizado por princípios mercantilistas, que atribuíam função clara aos territórios coloniais, que era a de fornecer mercadorias às metrópoles. Mas quem as produziria? Naquele contexto, a solução de introduzir o trabalhador africano e escraviza-lo, portanto, transformado em mercadoria, reforçava a lógica mercantilista. Por mais de três séculos os africanos foram o principal suporte de mão de obra para o processo produtivo de diversas regiões brasileiras, mesmo que populações indígenas também tivessem sido escravizadas. Os africanos constituíram o grande pilar da produção açucareira no Nordeste e, em grande medida, também da cafeeira no Sudeste, bem como de diversas atividades no Sul.

---

5 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Após a independência e com a expansão da atividade cafeeira, sobretudo a partir de meados do século XIX, intensificaram-se discussões acerca da condição da mão de obra: livre ou escrava. De diferentes formas, como evidencia Bosi, as elites regionais do país, em particular as paulistas, fizeram prevalecer seus interesses e mantiveram o trabalho escravo por longo tempo. Para demonstrar isso destaca, por exemplo, que "o tráfico, mais ativo que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850"[6].

A regulamentação da propriedade da terra também era um tema que provocava intenso debate, pois, da prática colonial das sesmarias, passara-se ao apossamento no período pós-independência, mas foi com a Lei de Terras de 1850 que se definiu a compra como critério ou forma principal de acesso à propriedade. Essa legislação, em tese, favoreceria a imigração, por tornar mais seguro o registro da propriedade da terra. Paralelo a isso, o Brasil determinava o fim do tráfico humano e, em que pese essa medida não acabasse com o trabalho cativo, prenunciava o seu fenecimento. Mesmo com o fim do tráfico, persistia o debate acalorado entre escravagistas e defensores do trabalho livre. Tal situação demonstrava às autoridades ser imperativo fomentar a entrada de imigrantes, com o propósito não só de suprir a necessidade de mão de obra, mas de provocar um excedente. Assim, intensificava-se o ingresso de imigrantes da Europa central, de forma mais intensa no período que compreende o último quartel do século XIX até o advento da primeira Grande Guerra. As motivações que favoreciam o ingresso de imigrantes também se ligavam às condições sociais vividas em seus países de origem. Evidencia Franzina[7] que, paralelo a um sistema mundial suficientemente integrado, concentrado na internacionalização de bens, serviços e capitais, havia a mobilidade da força de trabalho, expressa pelos movimentos migratórios simultâneos, em massa.

A emigração não era fenômeno novo no velho continente e intensificou-se ao longo do século XIX e início do seguinte, em particular em países como a Alemanha e a Itália. No caso italiano, um conjunto de fatores a provocava, entre os quais a arcaica estrutura agrária, que mantinha não raros resquícios feudais. A dificuldade de produção da subsistência era mais acentuada na parte meridional italiana, mesmo que não fosse tão diferente no Norte, especialmente a partir de meados do século, em consequência da aceleração do processo de industrialização e do processo de unificação do país. Foi nesse contexto que se deu a emigração em massa de italianos, tanto para o continente europeu, como para a América.

A conquista europeia dos diferentes territórios americanos tem nos processos imigratórios um dos seus principais alicerces. Isso vale tanto para o caso da imigração forçada dos africanos, quanto para a induzida, envolvendo outros dife-

---

6 BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed., 11ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 196.

7 FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata*: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile. Genova: Stefano Termanini Editore. 2014, p. 51.

rentes povos. Entre os diversos exemplos, e seus significados, coloca-se a da imigração dos açorianos para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul (1748-1756). A criação das vilas açorianas no litoral Sul intentava incrementar a ocupação portuguesa, tendo como propósito fundamental dar suporte ao projeto expansionista português de delineamento da fronteira, em disputa com os espanhóis, pelo domínio do território no sul americano. Essa perspectiva geopolítica pode ser evidenciada pela criação da Colônia de Sacramento (1680), mas também, no Brasil pós-independência, pela criação das primeiras colônias com imigrantes alemães.

No período pós-independência até o final do século, foram criadas diversas colônias, principalmente com imigrantes alemães, italianos e poloneses, como se observa a seguir, mesmo que de forma panorâmica, as principais áreas destinadas a essa colonização. Os alemães ocuparam colônias como, São Leopoldo (RS), em 1824; São Pedro de Alcântara (1829), Blumenau (1850), Dona Francisca/Joinville (1850), entre outras, em Santa Catarina, além de áreas no Paraná. Os italianos no Rio Grande do Sul, no último quartel do século XIX, foram assentados nas colônias Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves), Caxias (Caxias do Sul), Silveira Martins, Encantado, Antônio Prado, Alfredo Chaves (Veranópolis) e Guaporé. No mesmo período, em terras catarinenses, também marcaram presença nos atuais municípios de Urussanga, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Turvo, Pedras Grandes, Siderópolis, Içara e Meleiro, entre outros. Por sua vez, no Paraná, ocuparam áreas na região de Paranaguá, Colombo e nas proximidades de Curitiba. Os poloneses ocuparam áreas paranaenses como em Araucária, Lapa, Contenda, Mallet, Castro, Ponta Grossa, Cruz Machado, São Mateus do Sul, Irati, Apucarana e União da Vitória, além de outras áreas sulinas.

Destaca-se que, no entendimento das autoridades e opinião pública, em geral, essas áreas eram consideradas demograficamente "vazias", portanto, era oportuno e necessário que fossem ocupadas. Também em função disso se caracterizaram por uma ocupação agrária, em lotes de aproximadamente 24 hectares, nos quais se assentaram as famílias de colonos imigrantes ou de seus descendentes. Por outro lado, as populações nativas, que controlavam essas áreas desde tempos imemoriais, foram desconsideradas no processo de divisão das terras, especialmente com a consolidação dos pressupostos estabelecidos na Lei de Terras.

Assim, a imigração se caracterizou por múltiplas facetas, decorrentes também da grande extensão territorial do país e dos mais diversos fatores de atração proporcionados por suas diferentes regiões. Na mesma esteira podem ser colocadas as discussões acerca de quais eram os imigrantes desejados ou mais adequados ao país. Seriam portugueses, espanhóis, africanos, chineses, japoneses, alemães ou italianos? Isso conferiu ampla complexidade ao tema da imigração, mas, a abordagem deste capítulo não tem tal escopo. A ênfase aqui se voltará para as colônias de imigrantes da região Sul, formadas ao longo do século XIX e, em particular, para as migrações internas e para a atuação das empresas colonizadoras na comercialização de terras.

EMPRESAS COLONIZADORAS E FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Com a formação dos primeiros núcleos coloniais, organizados a partir de pequenas propriedades agrícolas destinadas aos colonos, o governo brasileiro intentava principalmente consolidar a ocupação do espaço, considerando que era visto como fronteiriço, incrementar a produção para o mercado interno e a dinamização da economia regional. A rápida ocupação dessas áreas, seja pelo contínuo ingresso de imigrantes ou pelo seu crescimento demográfico, fez com que, passadas duas ou três décadas, se demandassem novas terras, nas quais se expandiram projetos de colonização semelhantes. Tal situação foi favorecida pelo fato de que, naquele contexto, em particular da segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, prevalecia a ideia de que o Brasil era um país agrícola e que era necessário explorar tal potencialidade. Também nessa mesma perspectiva se colocava que para a conquista efetiva do território, não raras vezes representado como um imenso sertão, fazia-se necessário recuperar ou reincorporar o "espírito bandeirante". Por sua vez, a conquista do território carregava consigo a ideia da necessidade de fazê-lo produzir ou fazer chegar a ele o "progresso" e a "civilização". Nesse sentido, é emblemático o chamado varguista de "Marcha para o Oeste", conclamando para que se empreendesse um movimento consistente de ocupação do território. Essa preocupação foi evidenciada por diversos trabalhos, entre os quais citam-se: Salgado[8], Ricardo[9] e Arruda[10]. Também, na mesma direção, por ocasião da viagem do Governador Konder ao Oeste catarinense, em 1929, foram produzidas três obras por membros da comitiva: Ferreira da Costa[11], Boiteux[12] e D'Eça[13]. Essas obras também enfatizavam a necessidade de "conquistar o território", fazê-lo produzir, "expandir a civilização", pensamentos tão em voga naquele contexto. Acerca da Viagem de 1929, alerta Petroli[14] que o governador Konder a utilizou como estratégia política para marcar a memória da população catarinense.

---

8 SALGADO, P. *A Voz do Oeste*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Panorama, 1948.

9 RICARDO, C. *Marcha para Oeste*: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

10 ARRUDA, G. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

11 FERREIRA DA COSTA, A. *O Oeste Catharinense*: visões e suggestões de um excursionista. Rio de janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.

12 BOITEUX, José. Arthur. *Oeste Catharinense*: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entgres & Irmão, 1931.

13 D'EÇA, O. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.

14 PETROLI, Francimar I. da S. Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945. *Anais do XIV Encontro Estadual de História. Tempo, memórias e expectativas*. 19 a 22 de agosto de 2012. UDESC, Florianópolis, SC.

A viagem do governador Konder, no entanto, contribuiu para colocar em evidência a região que havia sido recentemente incorporada ao Estado. Favorecia o próprio projeto de expansão da colonização, em curso, também almejado pelo governo estadual. Referindo-se a esse propósito, e em particular à propagação da ideia de expansão do "progresso" e da "civilização", destaca Petroli que:

> [...] os proprietários das empresas colonizadoras procuraram utilizar (simbolicamente) o passado bandeirante, difundindo a ideia de que o exemplo paulista deveria ser seguido pelos colonos. Os paulistas, segundo as narrativas locais, muito contribuíram com a interiorização do Brasil, enfim, com a própria unidade nacional. Era preciso, com isso, recuperar aquele passado, inspirando-se nele.[15]

Assim, as empresas colonizadoras também contribuíram para criar o entendimento da necessidade de ocupação do território. Buscavam atribuir a essa tarefa um sentido de serviço público, pelo qual estariam prestando um serviço que o Estado apresentava dificuldade de realizar. Nesse ponto coadunava-se o discurso da opinião pública e de autoridades, com o da publicidade das empresas.

As empresas colonizadoras, em geral, formavam-se a partir de um grupo de sócios que se unia com a finalidade de atuar na comercialização de terras, seja nas primeiras colônias ou, no momento seguinte, nas novas fronteiras agrícolas. Muitas vezes eram empresários de outros ramos que investiam também nesse setor, ou pessoas que possuíam alguma relação com o poder público. Na maioria das vezes apenas um dos sócios, ou um preposto, assumia o trabalho efetivo de venda das terras na área em que se localizava a colônia, e, outro sócio, em escritório nas cidades sedes das empresas. Diversas empresas colonizadoras do norte do Rio Grande do Sul, oeste catarinense e sudoeste do Paraná, tinham sedes em cidades como Caxias do Sul, Porto Alegre, Passo Fundo e Carazinho, no entanto, mantinham escritórios em vilas nas margens da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Além disso, outras empresas se formaram no antigo território Contestado, seja em Santa Catarina ou Paraná. Quem efetivamente fazia a administração e gerência dos trabalhos, como os de demarcação dos lotes e de recepção dos colonos, eram sócios muitas vezes minoritários e/ou pessoas de confiança, contratadas para tal fim. Acerca das empresas que atuavam em mais de um segmento, Bertaso e Lima[16] destacam o caso da Irmãos De Carli & Paganelli, empresa colonizadora que também tinha investimentos na indústria vinícola, madeireira, na produção de banha, entre outros. O

---

15 PETROLI, Francimar I. da S. Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945. *Anais do XIV Encontro Estadual de História. Tempo, memórias e expectativas*. 19 a 22 de agosto de 2012. UDESC, Florianópolis, SC, p. 7.

16 BERTASO, H. D'Avila; LIMA, M. de A. Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p. 215.

tema da constituição das empresas e sua atuação no processo de colonização foi mais bem aprofundado em Werlang[17], Comasseto[18] e Radin[19].

Na primeira metade do século XX, as áreas que abrangem o norte do Rio Grande do Sul, o oeste catarinense e o sudoeste paranaense, constituíram-se em novas fronteiras agrícolas, nas quais houve marcante atuação de empresas colonizadoras, que desenvolveram massiva propaganda das terras, com o propósito de atrair colonos e vender-lhes as terras. Nos jornais da região de abrangência da colonização italiana do Rio Grande do Sul, intensas campanhas publicitárias foram promovidas pelas empresas, referindo-se em particular à venda de tais áreas. A seu modo, cada empresa procurava persuadir potenciais compradores, destacando a proximidade com a ferrovia São Paulo-Rio Grande ou a existência de estradas que ligavam aos centros comerciais, a fertilidade do solo, o clima salubre, a riqueza do ambiente, a adaptabilidade das mais diversas cultivares, a facilidade para o pagamento dos lotes, a grande quantidade de locais ou de contatos para a aquisição das terras, entre outros. Era comum que esses anúncios se repetissem numa sequência longa de números dos jornais, inclusive por mais de um ano. A título de exemplo cita-se o caso de um anúncio, da "Ângelo De Carli, Irmão e Cia e Irmãos De Carli e Paganelli", que divulgava a venda das terras da "Colônia Irany", em Santa Catarina, nas proximidades da ferrovia, anúncio veiculado entre abril de 1927 a novembro de 1928, no jornal "O Regional", de Caxias do Sul.

As empresas colonizadoras, grosso modo, seguiam a mesma perspectiva em sua publicidade, seja em relação à caracterização das terras à venda ou na constância e sequência de anúncios publicados. Entre os diversos exemplos cita-se a empresa "Petri, Meier, Azambuja e Cia.", que em 1919 anunciava a venda de 20.000 colônias de 25 hectares, cujos títulos seriam reconhecidos pelo governo. As terras se localizavam "à margem do rio Paraná, com franca navegação aos mercados de Buenos Aires". Anunciava um preço promocional para a venda dos primeiros 1.500 lotes, a um valor de 1:000$000, sendo que, após esse limite, o valor passaria a 1:500$00[20]. Por sua vez, a "Sociedade Territorial Sulbrasileira" anunciava as terras da Colônia Alto Paraná, "junto aos majestosos rios Paraná, Paranapanema e Ivahy", a qual teria mais de 5.000 lotes. Os anúncios procuravam evidenciar a existência de meios de transporte, mostrando aos colonos que poderiam se deslocar ou transportar sua produção com facilidade, no caso citado, tanto para São Paulo, como para outros estados, ou para a Argentina, Uruguai, Paraguai, via fluvial[21].

---

17 WERLANG, Alceu. A. *Disputas e ocupação do espaço no Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

18 COMASSETTO, Carlos. F. *Os colono só trabalha*: a colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

19 RADIN, José. C. *Representações da Colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

20 *Città di Caxias*. Nova Colonização. Caxias do Sul, 14/12/1919. Anno VII, nº 331, p. 3.

21 *Cittá di Caxias*. Colônia Alto Paraná. Caxias do Sul, 12/08/1921. Anno IX, nº 413, p. 4.

A publicidade mais intensa, no entanto, dizia respeito às terras próximas à ferrovia São Paulo-Rio Grande, ao menos nas décadas de 1920-1930. Muitos anúncios, em língua italiana, foram veiculados em diversos jornais da área de abrangência das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. Em tais anúncios era muito comum a indicação da proximidade com a ferrovia e as vantagens dessa localização, em especial pela facilidade de escoar a produção. Isso pode ser observado, entre outros, num anúncio intitulado *Nuova Colonizzazione*, de Alberto Schmitt, que divulgava aos colonos a venda de 900 lotes, no vale do rio do Peixe, junto à linha férrea[22]; ou os anúncios publicados por "Rodolpho Ahrons, João Mosele, Fernandes Silveira e Leonel Mosele", bem como por "Eberle, Mosele e Cia.", os quais se referiam às *stazioni ferroviarie di* Rio do Peixe, Rio Capinzal, Barra Fria, Herval e Bom Retiro[23].

A Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker e Cia., ao anunciar a venda das terras da "Colônia Bom Retiro e Capinzal", evidenciava seu grande poder de alcance, pois além de referenciar as sucursais de Herval e Capinzal, em Santa Catarina, União da Vitória e Porto União, no Paraná, e escritórios em São Paulo, relaciona 24 agentes e suas respectivas localidades, todas nas antigas áreas de colonização. Destaca que, no ano de 1921, teriam vendido mais de 600 lotes, apenas na zona colonial de Herval e Capinzal[24].

Na aurora do século XX, após a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, da definição interestadual de limites entre Paraná e Santa Catarina, e do fim da Guerra do Contestado, as terras catarinenses destinadas à colonização, especialmente as do antigo território Contestado, constituíram-se em grande apelo aos colonos do Rio Grande do Sul, em função da sua maior proximidade. Destarte, a colonização foi ganhando proporções mais significativas em especial a partir das adjacências da ferrovia, mas gradativamente foi se intensificando em direção ao oeste do estado e, também ao sudoeste do Paraná. Em meados do século o processo de colonização se fazia sentir, em maior ou menor intensidade, em todo esse território.

Como se pode ver, essa publicidade intensiva da venda de lotes rurais evidencia que grandes áreas de terra foram transformadas em mercadoria e rapidamente comercializadas. Em algumas décadas tais áreas se constituíram em propriedades privadas, modificando profundamente tanto a sua condição, como a das populações que nelas viviam.

Sobre a intensa publicidade das empresas colonizadoras, acrescente-se um caso particular referente às terras do município de Medianeira-PR, quando a empresa "Industrial Agrícola Bento Gonçalves" se utilizou de um artifício ardiloso para divulgar a venda, em três extensas reportagens no jornal Correio Rio-

22 *Cittá di Caxias*. *Nuova Colonizzazione*. Caxias do Sul, 30/09/1922. Anno X, nº 464, p. 3.

23 O Brasil. Caxias do Sul, 28/02/1920 a 20/03/1920. Anno XIII, nº 9 a 12, p. 3; Correio Colonial. Caxias do Sul, 3/01/1926. Anno II, nº 1, p. 4.

24 O Brasil. Caxias do Sul, 3/09/1921. Anno XIV, nº 35, p. 3.

grandense[25]. Com elas, afirmava-se que o Jornal visava "informar, na realidade, o que são as terras, a localização e a importância da CIDADE MEDIANEIRA, de propriedade da INDUSTRIAL E AGRICOLA BENTO GONÇALVES LTDA.", mas, claro está, que eram registros encomendados pela empresa colonizadora.

Inicialmente, a matéria contextualiza e descreve a viagem da caravana, composta por sócios da empresa, por um grupo de pessoas influentes convidadas pelos proprietários, além do jornalista e de um "grupo de agricultores de todas as partes da região de colonização". A caravana se deslocou a Porto Alegre, onde tomou "um avião da VARIG, especialmente contratado pela firma". A comitiva foi conduzida para Medianeira-PR, "a fim de conhecer e constatar de perto o desenvolvimento da cidade" e, também, para que "testemunhasse as qualidades daquelas terras". Com o título de "Uma Viagem à Cidade de Medianeira", as três reportagens foram ilustradas com diversas imagens e fotografias e, sempre de forma ufanista, claramente buscava persuadir os leitores a investirem naquele município. A primeira das reportagens tratava da "Sua Colonização, Seu Desenvolvimento e Sua Valorização", e enfatizou um conjunto de qualidades, em especial da infraestrutura já existente ou em fase de implantação na sede. A segunda, (18/11/53), abordou o "prodigioso e rápido desenvolvimento da cidade", que havia sido criada dois anos antes. Nela chama-se a atenção ao fato da igreja matriz ter sido "construída em conjunto, pelo povo e pela firma", assim como o Grupo Escolar, que funcionava num "edifício especialmente construído pela Prefeitura, em colaboração com a Firma proprietária da CIDADE MEDIANEIRA". A última reportagem, (25/11/53), tratou de forma bastante persuasiva, "da estupenda valorização de Medianeira". Usou o artifício de destacar as dificuldades "enfrentadas pelos nossos avós", que teriam colonizado terras sem nenhuma infraestrutura, diferentemente do que aconteceria com essas novas terras paranaenses.

> Hoje em dia não queiramos nem sonhar com tudo isto. Em uma ocasião alguém nos disse: "eu gostaria de ir morar no Paraná, eu sei que lá é muito melhor, se colhe e se ganha mais, enfim se vê o fruto do trabalho, mas, "ndar su par de lá par ndar star in mezzo el mato", absolutamente, não é mais o tempo de nossos sacrificados e heróis avós, [...] enfim nem siquer pensar que lá seja tudo mato; há muito mato sim, mas também há suas comodidades e seu conforto. [...] é uma terra que produz de tudo o que se planta, uma terra superior àquela que encontraram nossos avós ou pais quando iniciaram a sua colonização, hoje vilas e cidades em toda parte.[26]

---

25 As reportagens foram publicadas nos dias 11, 18 e 25 de novembro de 1953, respectivamente nos números 44, 45 e 46 do Jornal Correio Riograndense, de Caxias do Sul. Acesso: 21 fev. 2018. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=67223&p=0.

26 Uma viagem à Medianeira. Jornal Correio Riograndense, Caxias do Sul. 25/11/1953, n. 46, p. 3. "ndar su par de lá par ndar star in mezzo el mato": Tradução livre: "ir para lá, para morar no meio do mato". Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=67223&p=0. Acesso em: 21 fev. 2018.

Como se observou, quando comparadas aos anúncios tradicionais, essas reportagens sofisticaram a divulgação da venda das terras, ao descrever de forma detalhada e com as melhores adjetivações, um conjunto de obras de infraestrutura já existentes, outras em construção e outras planejadas para serem executadas, no novo município de Medianeira. Intentavam dar mais realismo às possibilidades de investimentos nessa região.

Salienta-se, ainda, a estratégia utilizada pela empresa, que geralmente era comum às demais, em investirem ou viabilizarem a construção de obras de infraestrutura, como era o caso de igrejas, de pequenas escolas, espaços de lazer, entre outros, pois serviam de referência para a própria publicidade e lhe dava mais credibilidade. Era comum as empresas fazerem a doação de madeira ou outras contribuições para tais construções. Também mediavam junto às autoridades eclesiásticas a indicação de padres ou religiosos para atuarem nas nascentes comunidades. A doação de terrenos para tais fins também era comum, assim como para quem investisse na construção de empreendimentos, como é o caso que aparece na Figura 1, em que a colonizadora oferecia a doação de uma chácara de 28.750m2, para quem quisesse construir uma serraria.

Figura 1: Anúncio da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

Fonte: Correio Riograndense – Caxias do Sul (1953, n. 44, p. 4).

Em síntese, as empresas, por meio da intensa propaganda aliada à grande quantidade de terras disponíveis para a colonização, como é próprio da publicidade, criaram uma imagem fantasiosa das novas fronteiras agrícolas do norte do Rio Grande do Sul, oeste catarinense e sudoeste paranaense, principalmente do final da segunda década até meados do século XX. Em certo sentido, reproduziram ou realimentaram a fantasia que os imigrantes haviam criado em relação à América, descrita como o espaço do eldorado, da Cocanha, onde as pessoas viveriam bem e com pouco esforço. Isso também contribuiu para impulsionar o processo migratório dos colonos para essas éreas.

É imperativo lembrar, ainda, que nas antigas áreas coloniais sulinas, no início do século passado, em que pese tivessem obtido certo crescimento ou estabilidade em relação à subsistência, as famílias enfrentavam dificuldades decorrentes, entre outras, do crescimento demográfico e das limitações dos lotes, mas principalmente da falta de técnicas utilizadas na agricultura. Este cenário também alimentava o comércio de terras, em especial no antigo território Contestado, e, até meados do século XX, provocou um processo migratório tão significativo quanto a própria imigração, seja pela quantidade de pessoas que migraram ou pelas áreas por elas ocupadas.

A migração também está colocada num contexto cultural dos migrantes sulistas, pois foi experiência vivida por gerações anteriores, inclusive nos seus países de procedência. Quem toma a decisão de migrar almeja conquistar um futuro melhor para si e para sua família. Os que migraram para as fronteiras agrícolas ambicionavam a segurança de, pelo trabalho, reproduzir-se enquanto colono, garantindo o seu sustento e o da família.

Ao abordar a migração, "da serra gaúcha" ou dos sulistas, ao centro norte do Brasil, no afã de conquistar um pedaço de terra, Martins[27] salienta que eles tinham uma ligação muito estreita com a família e a convicção de vencer pelo trabalho. "O colono gaúcho vive sob o primado do trabalho. O primado do trabalho é, na verdade, o primado da família".

Carecemos de estudos que reflitam sobre essa dimensão do sentido do trabalho para os imigrantes, especialmente aqueles que se dedicaram às lides agrícolas. No entanto, nos parece que, para essas pessoas, o trabalho deveria sintetizar a produção da subsistência para a família. Tal perspectiva é facilmente percebida no relato do imigrante Giulio Lorenzoni em seu "*Memorie di un emigrante italiano*"[28], no qual em diversas ocasiões que se dedica a narrar as dificuldades pelas quais passaram no início do processo de colonização, sempre ressalta que as famílias "possuíam tudo"; mas esse "tudo" era justamente o alimento que produziam, ou seja, o feijão, o milho, o suíno, a galinha, o salame, a banha, o vinho, etc. Por isso, o tornar-se proprietário de um terreno agrícola, assumia um significado especial na sua cosmovisão.

27 MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 111.

28 LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano.* a cura di Emilio franzina. Roma: Viella, 2008.

A APROPRIAÇÃO DA TERRA E AS MODIFICAÇÕES DO ESPAÇO

Pode-se afirmar que, grosso modo, nas novas fronteiras agrícolas, repetiu-se o modelo de colonização das primeiras colônias de imigrantes, também condicionado e delineado pela sistemática atuação das empresas colonizadoras. Elas buscaram defender a importância do modelo, colocando-o como superior ao latifúndio[29] – o qual deveria ser combatido. Assim, não apenas replicaram o tipo de estrutura agrária, como também procuravam reproduzir a forma de organização das comunidades, que na maioria das vezes se estabelecia em torno das igrejas. Destarte, buscavam atrair com mais facilidade os colonos, já acostumados àquele sistema produtivo e de organização social.

As empresas colonizadoras evidenciavam que seu esforço, de atrair colonos para as novas terras, estava afinado com os propósitos do próprio Estado, ou seja, de colonizar as terras e fazê-las produzir. Isso também reforçava a defesa do modelo de pequena propriedade. Esse entendimento ficou claro no Memorial assinado por diversos empresários da colonização, endereçado ao interventor de Santa Catarina, em 1933. No documento reclamavam dos impostos cobrados sobre as terras destinadas à colonização, argumentando que haviam sido criados atos para "forçar a repartição dos latifúndios", e que tais atos visavam à taxação da grande propriedade, para proteger a pequena. "O imposto territorial foi criado em Santa Catarina, em 1918, visando dois fins principais: a diminuição progressiva do imposto de exportação interestadual, até a sua extinção, e a subdivisão dos latifúndios". Alertavam que, na prática, isso não se efetivava; ao contrário, o imposto sobre os pequenos teria aumentado, "inclusive com elevação arbitrária do valor venal da terra". Tal situação tornaria o imposto catarinense maior do que o dos estados vizinhos; por isso, pleiteavam a conservação "da taxa inicial, como um elemento de garantia e estabilidade aos que adquirissem terras em Santa Catarina, sobretudo os novos colonos, vindos do Rio Grande do Sul". O Memorial faz várias referências ao significado da atuação das próprias empresas, procurando demonstrar que a sua atividade dinamizaria a região, como almejava o próprio governo. "Nada há mais oposto ao latifúndio que um colonizador. Enquanto aquele procura reter a terra, este se esforça para vendê-la; aquele é infenso à repartição, este a subdivide nas parcelas menores possíveis, pois o seu interesse é povoá-la"[30].

Claro está que, com isso, os empresários estavam defendendo seus interesses, com o propósito de facilitar a sua atividade. No entanto, isso também evidenciava a existência de disputa de modelos de ocupação territorial. Nas re-

---

29 MEMORIAL da Sociedade União dos Colonizadores (S.U.C.) ao Exmo. Snr. Interventor do Estado de Santa Catarina. Relatório Avulso. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. 1933.

30 MEMORIAL da Sociedade União dos Colonizadores (S.U.C.) ao Exmo. Snr. Interventor do Estado de Santa Catarina. Relatório Avulso. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. 1933, p. 3-4.

giões referidas pelo Memorial, havia grandes propriedades[31], muitas das quais em áreas que desenvolviam a tradicional atividade pecuária.

As áreas sulinas destinadas à colonização, sejam as ocupadas pelos imigrantes ou as que foram colonizadas posteriormente nos processos migratórios para novas fronteiras agrícolas, em particular na parte oeste da fronteira sul do Brasil, reforçaram o modelo que, mais recentemente, passou a se denominar de agricultura familiar. Essas áreas de colonização passaram a contrastar com o latifúndio, que historicamente prevaleceu no mapa agrário brasileiro. Claro está que, tanto no caso de grandes propriedades, quanto no de pequenas, esse processo se desenvolveu na lógica da relação entre colonizadores e colonizados e consolidou a apropriação privada da terra. Os colonos migrantes tinham em mente o propósito de se tornarem proprietários legais das terras. As populações nativas, caboclos, indígenas, quilombolas, entre outras, não se moviam pela mesma perspectiva e tinham a terra não como um bem privado, mas um bem coletivo, de todos e que não necessitaria de um documento.

A disputa pela terra sempre foi uma constante nesse processo, sendo que uns foram favorecidos pela facilidade de acesso e pela aquisição e, outros, preteridos. Para evidenciar essa situação se destaca o pensamento do Vereador Mincato, de Caxias do Sul, em pleno regime militar, que numa de suas intervenções fez referência a documentos circulares da Igreja católica e à mensagem do bispo Dom Benedito Zorzi, o qual alertava os diocesanos para não dar crédito a tudo que era dito pelos jornais, rádios e televisões, pois, segundo o religioso, “pode haver muita distorção, muita falsidade, calúnias e mentiras”. Salientava o vereador, fazendo referência ao acesso à terra:

> Nossos avós encontraram um chão onde se estabelecer. Seus filhos, graças à organização de empresas colonizadoras, encontraram mais terra no Norte de nosso Estado, no oeste de Santa Catarina e Paraná. Em outros Estados, via de regra, não foi assim, [...] não houve colonização como aqui. O poder público, ou não teve iniciativa, ou não teve a possibilidade de fazer coisa parecida para fixar o homem à terra”. “Então o povo ficou à mercê da própria sorte: o pobre ia na frente; não tinha nem meios e não raro nem ciência e nem iniciativa para requerer uma medição e posse legal da terra que ocupava. Atrás vinha outro com mais condições: fazia a medição, pagava os respectivos impostos. Então defrontavam-se dois proprietários da mesma gleba: um com direito de posse; o outro com direito legal. Resultado? Não raro, a luta violenta e fratricida.[32]

---

31 Como se observa nos registros produzidos no contexto da assinatura do acordo interestadual de limites, entre Paraná e Santa Catarina. Ver RADIN, José. C. *Representações da Colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

32 MINCATO, Dorvalino. *Anais*, 201ª Sessão da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, 26/09/1975, p. 11. Centro de Memória: Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Acesso em 10 fev. 2018. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=67224&p=2&Miniatura=false&Texto=true.

Essa manifestação evidencia uma situação bastante frequente no processo de colonização, podemos dizer da América como um todo, mas também nas diferentes áreas destinadas à colonização no sul do Brasil. Como se disse, as populações nativas, em geral, foram preteridas quando se tratou da repartição das terras com os colonizadores. Em maior ou menor proporção tais populações eram presentes em todas essas áreas. De diferentes formas resistiam para manter o controle sobre a terra, sendo o caso da Guerra do Contestado, o mais emblemático. Essa disputa também é bem evidenciada por Dallanora[33], ao se referir ao meio-oeste catarinense, no período imediatamente pós-Guerra do Contestado.

Entre as situações relacionadas à disputa pela terra, a título de exemplo, destaca-se um caso envolvendo uma empresa colonizadora e os chamados "intrusos", como eram denominados aqueles que possuíam a posse da terra, mas que não a tinham escriturada. Tais situações eram bastante comuns, seja envolvendo pequenas áreas que os estabelecidos usavam para produzir o seu sustento, seja de áreas maiores. Um caso envolveu a União colonizadora Sulbrasileira, de Kroeff, Selbach e Cia., de Porto Alegre, que em 1923 se dirigiu ao governador de Santa Catarina, Hercílio Luz[34], solicitando auxílio para resolver tensões provocadas por "intrusos". Lembrava-se ao governador que a empresa já havia realizado vários investimentos de infraestrutura na Colônia e trazido a ela "colonos honestos e trabalhadores", mas que estaria enfrentando problemas com "os intrusos". Cita que Francisco Ignácio da Cruz alegava ser "posseiro de vinte milhões de metros quadrados" em área que teria sido comprada pela empresa e parte "já vendida a colonos bons", - os quais estariam sendo "perseguidos e até ameaçados de morte pelo referido senhor". O empresário expressava seu receio de que "outras pessoas se sentiam com o mesmo direito", o que poderia aumentar a tensão e inviabilizar a atividade da empresa.

Como se observa, na conquista das diferentes fronteiras, o processo de colonização não apenas provocou colossais modificações no ambiente e na forma de ocupação do espaço, mas também em relação ao seu redesenho social. O encontro de diferentes grupos étnicos, por conseguinte com culturas diferentes, sempre produz tensões e dificuldades que são próprias da construção do humano.

Refletindo acerca de tal situação, Martins destaca:

> É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam e se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira o homem não se encontra – se

33 DALLANORA, Cristina. Movimentos de fronteiras: conflito de terra e transação comercial na realização da propriedade no vale do rio do Peixe. *Anais do XV Encontro Regional de História*. UFPR, Curitiba, 2016.

34 Ofício ao Dr. Hercílio Luz, Presidente do Estado de Santa Catharina enviado pela empresa União Colonizadora Sulbrasileira, de Kroeff, Selbach e Cia. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. 31 de março de 1923.

> desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem.[35]

Em síntese, no processo de colonização das diferentes fronteiras agrícolas do sul do Brasil, foi marcante a atuação das empresas colonizadoras. Pelo uso de intensa publicidade, tanto propagaram a ideia de que as novas terras eram o espaço que possibilitaria aos colonos a conquista da vida mais fácil e tranquila, quanto se atribuíam o papel de promotoras dos interesses públicos, pela colonização das terras e por promover nelas o aumento populacional e principalmente da produção. Passaram, assim, a ideia de que sua atividade possuía um caráter de "interesse público".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas características do processo de colonização das diferentes áreas agrícolas do sul brasileiro, seja pelo intenso afluxo de colonos que a elas recorriam, seja pelo tamanho limitado dos lotes, em passo acelerado ocorreu grande intervenção nessas regiões, em especial no ambiente. Isso se deu muito em função das técnicas agrícolas utilizadas, em particular da coivara, que consistia na derrubada da floresta e, quando seca, ateava-se fogo para preparar o solo para o plantio. Assim, a prática da agricultura, aliada ao extrativismo industrial da madeira, provocou alterações imensas no ambiente e na paisagem. Por sua vez, na esfera social, o afluxo de migrantes colonos colocou em contato diferentes grupos étnicos, com modos de vida diversos e, desse contato, decorreram tensões, em particular ligadas ao controle sobre a terra e, também, ao sentido que a ela era atribuído por cada um dos diferentes grupos.

---

35 MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 10.

REFERÊNCIAS BIGLIOGRÁFICAS

ARRUDA, G. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Ofício ao Dr. Hercílio Luz, Presidente do Estado de Santa Catharina enviado pela empresa*: União colonizadora Sulbrasileira, de Kroeff, Selbach e Cia. 31 de março de 1923.

BERTASO, H. D'Avila; LIMA, M. de A. *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BOITEUX, José. A. *Oeste Catharinense*: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entgres & Irmão, 1931.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed., 11ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COMASSETTO, Carlos. F. *Os colono só trabalha*: a colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

DALLANORA, Cristina. Movimentos de fronteiras: conflito de terra e transação comercial na realização da propriedade no vale do rio do Peixe. *Anais do XV Encontro Regional de História*. UFPR, Curitiba, 2016.

D'EÇA, O. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.

FERREIRA DA COSTA, A. *O Oeste Catharinense*: visões e suggestões de um excursionista. Rio de janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.

FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata*: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile. Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.

LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano*. a cura di Emilio franzina. Roma: Viella, 2008.

MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MEMORIAL da Sociedade União dos Colonizadores. Ao Exmo. Snr. Interventor do Estado de Santa Catarina. *Relatório Avulso*. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 23/04/1933.

MINCATO, Dorvalino. *Anais*, 201ª Sessão da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, 26/09/1975, p. 11. Centro de Memória: Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Acesso em: 10 fev. 2018. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=67224&p=2&Miniatura=false&Texto=true.

PETROLI, Francimar I. da S. Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945. *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*. 19 a 22 de agosto de 2012. UDESC, Florianópolis, SC.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RADIN, José. C. *Representações da Colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RICARDO, C. *Marcha para Oeste*: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SALGADO, P. A *Voz do Oeste*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Panorama, 1948.

WERLANG, Alceu. A. *Disputas e ocupação do espaço no Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

ZARTH, Paulo. A. Fronteira Sul: história e historiografia. In:RADIN, J. C.; VANENTINI, D.; ZARTH. (org.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

FONTES

JORNAL CITTÁ DI CAXIAS. Colônia Alto Paraná. Caxias do Sul, 12/08/1921. Anno IX, nº 413, p. 4.

JORNAL CITTÁ DI CAXIAS. Colônia Alto Paraná. Caxias do Sul, 30/09/1922. Anno X, nº 464, p. 3.

JORNAL CITTÁ DI CAXIAS. Nova Colonização. Caxias do Sul, 14/12/1919. Anno VII, nº 331, p. 3.

JORNAL CITTÁ DI CAXIAS. *Nuova Colonizzazione*, de Alberto Schmitt. Caxias do Sul, 30/09/1922. Anno X, nº 464, p. 3.

JORNAL CORREIO COLONIAL. Caxias do Sul, 3/01/1926. Anno II, nº 1, p. 4.

JORNAL O BRASIL. Caxias do Sul, 25/06/1921 a 3/09/1921. Anno XIV, nº 5 a 35.

JORNAL O BRASIL. Caxias do Sul, 28/02/1920 a 20/03/1920. Anno XIII, nº 9 a 12, p. 3.

JORNAL O REGIONAL. Caxias do Sul, Anno II e Anno III, nº 15 ao 43. 11/04/1927 a 5/11/1928.

JORNAL O REGIONAL. Colônia Irany. Caxias do Sul, n. 15 ao 43, 9/04/1927 a 13/11/1928.

BRASILEIROS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA PARAGUAIA DURANTE O SÉCULO XX

Henrique Manoel da Silva[1]
Alexandre Luís Ponce Martins[2]

INTRODUÇÃO

O que era estranhamento virou semelhança e o que parecia o avesso se tornou o melhor dos iguais, eis o que se conformou a experiência transfronteiriça que potencializou a suposta hegemonia brasileira na América do Sul e que teve no pequeno país Guarani seu ponto de inflexão. Passadas cinco décadas desse processo de aproximação política e de integração econômica entre ambos os países, forjada pela expansão da fronteira oriental paraguaia e pelo afluxo de expressivo contingente de migrantes brasileiros para aquelas terras, assistimos hoje não a uma hibridização cultural específica, mas a uma padronização comportamental da semelhança.

O que deveria ser a constituição da diferença se transfigurou na extensão e ampliação dos mesmos comportamentos e costumes. Em outros termos, a dinâmica expansiva da fronteira brasileira para o oriente paraguaio, enquanto movimento de populações, logrou não apenas integrar aquela paisagem a seu dinamismo, algo parecido a um subimperalismo, como no sentido empregado por Ruy Mauro Marini[3] e revisitado por Luce[4], mas num ampliar de suas vicissitudes. Num processo marcado pelo concerto e pelo consenso das elites integradas nos seus mecanismos de reprodução e expansão do lucro.

---

1 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Maringá.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Maringá.

3 MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, Era, México, abr.-jun., 1977.

4 LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini:* contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Precarização do trabalho, flexibilização das relações de emprego e desregulamentação dos fluxos de capital, dão a tônica nesse processo de integração desigual, dependente e combinado. O oriente paraguaio se converteu não apenas numa extensão da dinâmica expansiva da fronteira agrícola brasileira, mas no seu homônimo no sentido conceitual do termo.

Tal proximidade se reproduz inclusive na farsa política e na manipulação midiática vis-à-vis, sem contar no caráter grotesco e anedótico de ambos os sistemas judiciários, que em larga medida protagonizaram o dantesco espetáculo golpista, lá e cá em nome da moralidade e do combate a corrupção. Tal como afirma o economista paraguaio Gustavo Codas (entrevista Carta Capital 23/06/2016), que "tanto no Brasil como no Paraguai a imprensa hegemônica teve papel fundamental para construir o cenário do golpe, nos dois casos um episódio foi manipulado e veiculado incessantemente até gerar comoção social e justificar a necessidade de um impeachment" e continua "Basta pegar um evento e torná-lo um escândalo através da manipulação e da insistência. É um ambiente que se cria, nós vimos aqui no Brasil como se criou em torno da operação Lava Jato." Guardadas proporções históricas e processos distintos e devidos, o Brasil e suas elites vão convertendo o país num Paraguai do amanhã e este no Brasil de hoje.

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO E A REPRODUÇÃO DA SELETIVIDADE

Parte substancial do fluxo migratório brasileiro para o Paraguai se deu em razão da existência de um contingente populacional excedente, fruto dos efeitos colaterais da modernização da agricultura no sul do Brasil[5]. Foi impulsionado também como desdobramento da necessidade acumulativa do capital oligopolista e monopolista ligado ao agronegócio que ansiava pela abertura e expansão de novas áreas de fronteiras e porque os arranjos geopolíticos da conjuntura dos anos 1960 e 1970 entre Brasil e Paraguai se mostraram particularmente atraentes. Foi dentro desse quadro de ordenação de interesses que a nova fronteira se constituiu.

Ao mesmo tempo em que estabelecia novos arranjos produtivos e introduzia inovações tecnológicas, a nova fronteira recriava as condições de exclusão e subordinação da agricultura camponesa, tal qual a vivida pelos colonos sulistas no Brasil, vis-à-vis com o arcaísmo do mundo rural paraguaio. Somados a isso a intenção paraguaia, personificada na figura de seu ditador mais longevo, Alfredo Stroessner, que ambicionava a modernização das instituições do país e da sua economia e que tinha como mote o desenvolvimento da agricultura, objetivando introduzir e qualificar novos itens a suas pautas de exportações. Mostrava-se para tanto fundamental expandir e incorporar novas áreas agricultáveis.

---

5 SILVA, Henrique Manoel da. *Fronteireiros:* as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: Eduem, 2010.

A disponibilidade de extensas áreas na região oriental do país se mostrara profícua para tal intento, pois servia – dadas as suas características pedológicas e de acessibilidade econômica – como forte indutor para projetos de colonização externos e internos. Stroessner, em diferentes ocasiões, manifestara publicamente seu interesse no ingresso de agricultores brasileiros nessa região, pois via, sobretudo nos colonos eurodescendentes do sul do Brasil, os protagonistas weberianos da modernização da agricultura paraguaia, cujo contato com os agricultores nacionais, assim entendia Stroessner, poderia induzir nestes o espírito empreendedor.

O ditador paraguaio visava com isso atingir dois objetivos principais: colonizar a região oriental e dissolver as tensões agrárias na região central do país, onde se concentrava a maioria do miserável campesinato guarani. No entanto, apenas o primeiro intento foi plenamente alcançado. Enorme contingente populacional se deslocou para aquela região e num intervalo de apenas duas décadas alterou-se profundamente a sua paisagem, igualando-se em paralelo ao ecocídio brasileiro, que devastou as florestas de mata atlântica no oeste do Paraná. Um superlativo dantesco do mito pioneiro, civilizador das motosserras e dos tratores Bulldog.

Precocemente, a seletividade da modernização agrícola transposta para o país e efetivada pelos colonos brasileiros elevou substancialmente os preços das terras nessa região, inviabilizando sua acessibilidade e manutenção por parte dos colonos mais fracos. E, destarte, corrompeu os arranjos campesinos e de agricultura familiar do Paraguai, os quais, ao longo de décadas, foram dominantes. Também condicionou um processo muito rápido de reconcentração fundiário, dado que as culturas modernas, altamente tecnificadas, envolvem e requerem para sua viabilidade comercial cada vez maior ganho em escala e produtividade[6]. Tal assertiva não era, conseguintemente, possível nem viável às famílias, que subsistiam em unidades diminutas e cuja capacidade de endividamento junto aos bancos também era muito limitada. Os campesinos guaranis muito cedo perceberam o infortúnio de sua condição naquelas paragens e o engodo da sua migração, atraídos pelos projetos de assentamento do Instituto Bienestar Rural (IBR).

Já os agricultores brasileiros, melhor posicionados economicamente e com acesso facilitado aos créditos bancários, tendo em vista que a titularidade de suas terras lhes facultava um acesso vantajoso a esses créditos, puderam num período curto expandir sua produção e se firmar economicamente. Tal condição transformou esses agricultores numa nova classe média nacional, por conseguinte, afiliada aos setores mais conservadores da sociedade e, por sua vez, mais reacionária em termos políticos. Se, nos anos 1970, a garantia de segurança e estabilidade para integração à sociedade local era dada mediante a filiação ao coloradismo, nas décadas subsequentes a condição econômica é a que se tornou o meio garantidor da integração ao *mainstream* nacional.

---

6 RÜCKERT, A. A. *Metamorfoses do território*: a agricultura do trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930 – 1990. Porto Alegre: UFURGS, 2003.

Tal seletividade, que era favorável, sobretudo, aos agricultores e empreendedores brasileiros ligados ao setor do agronegócio, contribuiu para a ampliação e extensão do fosso social já existente, agora com um toque de brasilidade. Segundo os dados colhidos pelo observatório OXFAM Paraguay, dos 3.634.566 hectares vinculados aos cem maiores proprietários de terras do país, 12,5% dos títulos pertencem a brasileiros, principalmente àqueles residentes nos departamentos mais orientais como Amambay, Cannindeyú e Alto Paraná.

A lista presente na Figura 1 dá mostras efetivas desse avanço e predomínio da elite "brasiguaya" na região, cujo impacto principal tem se dado sobre as áreas remanescentes de floresta de mata atlântica e sobre as populações campesinas e de silvícolas Guaranis.

Figura 1: Brasileiros entre os 100 maiores latifundiários do Paraguai (possuem 456 mil hectares juntos)

Nome do Proprietário	***Empresa***	***Total (hectares)***
Tranquilo Favero	Grupo Favero	123.359
Marcelo Ferraz Bastos	Yaguareté Porá S.A. (VLW S.A.)	78.410
Joici Companhoni	Ganadera Umbú S.A.	40.000
Emilio Evaldo de Araújo	Agroganadera Aguaray	30.558
Graciano Pereira Parini	Agropecuaria Tabor S.A.	28.759
Ulisses R. Teixeira / Saturnino Teixeira Jr.	Paso Kurusu S.A. | XT Paraguay S.A.	27.320
Gino de Biasi Neto / Herbert Carranca	River Plate S.A. | BBC S.A.	20.644
Ildair Di Doménico	Agroganadera Forestal Arroyo Pozuelo SRL	20.000
Hugo Virmondes Borges Filho	Ytakyse S.A.	13.557
Joaquim Fernandes Martins	-	11.675
Banco Itaú	Issos Greenfield International	11.653
Arnaldo Lopez de Almeida Neto	-	10.385
Mario Boff	Agroganadera Santa Rita S.A.	10.043
José Odvar Lopes	Agrícola Entre Ríos S.A.	9.950
Família Zafaneli Dias dos Reis	-	9.329
Apolinario Adamés de Souza	-	8.644
Total de hectares pertencentes a brasileiros		**454.286**

Fonte: Guereña, Villagra (2016).

A presença de proprietários brasileiros, que, desde os anos de 1970, vem se concentrando na região da fronteira oriental do país, começa a avançar também em anos mais recentes em direção à região ocidental, conhecida como Chaco, expandindo a pecuária de corte a partir da mesma lógica predatória que devastou as áreas de mata atlântica nos Departamentos de Cannindeyú e Alto Paraná[7].

7 MORAES, Isaias Albertin; VIEIRA, Antonio da costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, p. 363 – 384, julho/ dezembro, 2015.

O Chaco paraguaio caracteriza-se por ser um dos ecossistemas mais complexos e frágeis do hemisfério, composto por uma vegetação de bosques espinhosos baixos e abundantes capinzais, com variações térmicas entre 7 graus no inverno e 49 graus centígrados nas estações mais secas e precipitações médias em torno de 400 milímetros anuais. Chama a atenção a abundante presença de cactos de diferentes espécies e a existência de uma rica fauna composta por uma diversidade de mamíferos silvestres. Essa inóspita região de baixa densidade demográfica, que envolve quase 60% do território paraguaio, tem se convertido em sua última fronteira, atraindo de forma desmedida a ambição de pecuaristas e grandes empresas estrangeiras, consorciadas com empresários nacionais, que avançam impunimente sobre as terras dos povos indígenas, que há tempos remotos habitam estas vastidões.

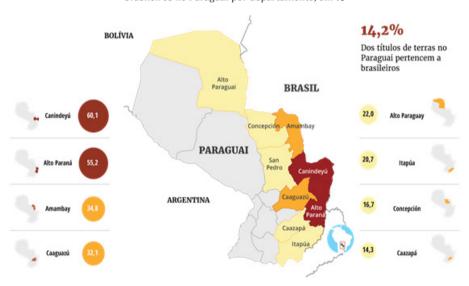



Figura 2: Disposição da concentração de proprietários brasileiros no Paraguai por departamento, em %

Fonte: Censo Agropecuário 2008 (Oxfan Paraguay, 2017).

Já a expansão do setor de *commodities*, que tem na cultura da soja seu carro chefe, possibilitou ao Paraguai alçar a condição de quinto maior produtor mundial desse produto no início dos anos 2000, com um custo de produção e escoamento mais vantajoso que o brasileiro em termos comparativos. A receita propagandeada para esse inédito feito pode ser atribuída a vários fatores, como: disponibilidades de terras férteis e aptas à mecanização; custos de financiamento mais baixos; impostos menores e tributação simplificada; contratos trabalhistas flexíveis e escoamento da produção mais barato; além de custos menores com insumos e maquinário.

Essas condições favoráveis implicavam por parte do governo e do Estado paraguaio uma considerável renúncia fiscal, convertida em atrativo para o capital ligado a esse setor, o que nos anos subsequentes seria estendido a outros setores do comércio e da indústria, sobretudo de capital brasileiro. Em certa medida, a conjuntura do pós-golpe, em ambas as versões, amplificou o afluxo desses capitais para as regiões de fronteira no Paraguai, convertendo o pequeno país Guarani na bola da vez do virtuosismo de mercado, segundo os arautos da mão invisível, ancorados na Globo News e em sua congênere paraguaia, a ABC Color. Tais condições favoráveis explicam a significativa presença de brasileiros no Paraguai, quando se comparam tais números com outros países fronteiriços, como Argentina e Uruguai.

Figura 3: Brasileiros residentes no exterior no MERCOSUL – 2014

País	Brasileiros no exterior
Argentina	47.045
Uruguai	15.551
Paraguai	349.842

Fonte: Ministério das Relações Exteriores – Organizada por Alexandre L. P. Martins (2020).

Do lado social, a aparente prosperidade oculta um cenário pouco animador nesses termos. Embora o salário mínimo no país seja maior que o brasileiro, em torno de R$ 1.200,00 reais convertidos, a precarização se traduz pela jornada de 48 horas semanais; ausência de sindicatos; férias progressivas (12 dias por ano para quem tem até cinco anos no trabalho, 18 dias para quem tem mais de cinco anos e 30 dias para quem possui mais de 10 anos no emprego); sistema previdenciário precário, tendo em vista a baixa contribuição, somente 37,7% dos trabalhadores paraguaios contribuem com a previdência, segundo a Direção-Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC, 2012), o que se reflete no elevado nível de informalidade, embora as agências oficiais divulguem uma taxa de desemprego na ordem de 6%.

Tal realidade no mundo do trabalho possibilita para o empregador um custo 20% menor, em geral, com folha de pagamentos, se comparado à situação no Brasil. Segundo Wagner Weber, do Centro Empresarial Brasil Paraguai (BRASPAR), "Isso não quer dizer que o paraguaio ganhe menos. O salário-mínimo lá equivale a cerca de R$ 1,5 mil, mas os impostos são bem menores. O empregador também paga menos encargos sobre a folha, e o funcionário fica com mais dinheiro no bolso. Por isso, atividades intensivas em mão de obra tendem a se instalar lá para reduzir custos. Esse é um movimento sem volta"[8].

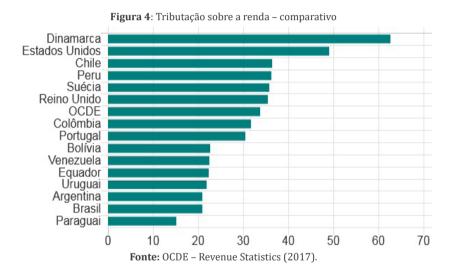
---

8 RIBEIRO, Ana Paula. D'ERCOLE, Ronaldo. *Vizinho tem jornada de trabalho maior e férias menores:* Manter funcionário no país custa 20% menos que no Brasil. Jornal O Globo, 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/negocios/vizinho-tem-jornada-de-trabalho-maior-ferias-menores-17744410. Acesso em: 22 mar. 2018.

Irônica assertiva para quem se apropria de 500 horas a mais por ano do trabalhador guarani, se comparado a seu consorte brasileiro, e os deixa no absoluto abandono quando em situação de desemprego ou quando no limiar da velhice, cuja única seguridade para a grande maioria dos trabalhadores é o amparo da família, quando essa pode arcar com esse custo, evidentemente.

Tamanha desigualdade se reflete no comparativo tributário, o qual demonstra que a tributação sobre a renda e o lucro, tanto no Brasil quanto no Paraguai, está entre as menores taxas do mundo, sendo que no Brasil os impostos são ainda mais regressivos, tendo em vista que 51% da receita tributária advêm dos impostos sobre consumo e serviços pagos por toda a população, sobre a renda 18,02%, sobre o patrimônio desprezíveis 4,17% e sobre transações financeiras míseros 1,61% , tributando de maneira igual salários e ganhos profundamente desiguais.

Figura 4: Tributação sobre a renda – comparativo

Fonte: OCDE – Revenue Statistics (2017).

Nesse sentido, é que o atual e anterior afluxo de capitais brasileiros para o Paraguai visa justamente às vantagens comparativas, dado, sobretudo, o baixo custo de instalação no país e as condições oferecidas pelo governo, vinculadas principalmente ao frágil controle tributário e fiscal do país, além do custo da mão de obra, como já mencionado anteriormente.

Tal assertiva converge de modo geral para os problemas contemporâneos acerca da crescente desigualdade mundial, decorrentes em grande medida da avassaladora hegemonia dos mercados financeiros e do seu dogma ideológico neoliberal, como profundamente analisados por Stiglitz[9] e Piketty[10]. Nas conjun-

9 STIGLITZ, Joseph. *O Preço da desigualdade*. Lisboa: Bertrand, 2016.

10 PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2014.

turas vivenciadas pelo caso brasileiro e paraguaio, a debilidade institucional e política de seus regimes acabam por aprofundar ainda mais esse fosso social e econômico, transformando essas sociedades nas campeãs em desigualdade e concentração de renda.

A SOCIEDADE TRANSGÊNICA

A reprodução das vicissitudes brasileiras, tanto sociais quanto econômicas, encontrou em solo paraguaio campo fértil à sua reprodução. E esse estado naturalizado de coisas se reproduziu e expandiu com força não apenas no agronegócio, mas na configuração urbana das novas cidades surgidas na vanguarda da especulação dos negócios imobiliários, ligados às companhias de terras e colonizadoras brasileiras, que atuaram em toda região oriental do Paraguai desde o início dos anos 1970.

Os traçados urbanos das localidades que surgiram nesse período eram uma quase réplica das plantas concebidas pela companhia Inglesa que atuara no norte e noroeste do Paraná nos anos de 1930 e 1940. Nessas plantas retangulares, a hierarquização dos espaços estabelecia uma nova toponímia, baseada na seletividade e diferenciação socioeconômica que, para além dos conflitos interétnicos dos primeiros tempos entre brasileiros e paraguaios, se metamorfoseou numa profunda diferenciação de classes. Hoje, algumas dessas pequenas cidades da fronteira oriental com população média entre 10.000 e 20.000 habitantes, nas quais o urbano e o rural se confundem, já exibem condomínios horizontais fechados, típicos das cidades médias brasileiras, onde a paranoia da segurança e do pavor aos pobres segue como norma. Do mesmo modo que a segregação em clubes e escolas privadas reifica a ilusão de um mundo reservado e feliz.

As novas tecnologias da informação rapidamente se expandem e se disseminam por toda a população, permitindo moldar os padrões de consumo e de cultura, universalizando inclusive o (mau) gosto pela inaudível música sertaneja. As feiras e exposições agropecuárias que movimentam somas expressivas ganham enorme relevância no calendário regional, atualizando a cada evento a sensação de crescimento e prosperidade da nova sociedade, em meio às inequidades sociais e à monotonia daquelas paragens.

A transgenia social é um mutante sociológico imune a mudanças, é a percepção de um tempo que se repete na modernidade numa sociedade quase imóvel e esse foi um feito extraordinário da migração brasileira para o Paraguai. Esta contribuiu para o rápido e intenso crescimento econômico e ao mesmo tempo preservou as estruturas sociais dominantes.

O retorno do Partido Colorado ao poder, após o golpe que depôs Fernando Lugo, em junho de 2012, foi corporificado na figura do presidente Horacio

Cartes, empresário bem-sucedido e que tem um braço importante de seus negócios no ramo do contrabando de cigarros. Ele é um dos expoentes desse novo protagonismo político conservador, que após um hiato de cinco anos retoma as rédeas de um domínio de 70 anos ininterruptos.

No domingo do dia 22 de abril de 2018, esse retorno se consolida com a vitória da ala ainda mais conservadora do Coloradismo, liderada pelo ex-senador Mario Abdo Benìtez, filho homônimo do antigo braço direito do ditador Stroessner. Seu lema é "avançar para crescer", sem necessariamente mudar.

O país há quase 15 anos vem crescendo à exuberante taxa de 4,5% ao ano, enquanto Argentina e Brasil definham em níveis decrescentes, próximo a zero. Tal fato tem guindado as expectativas dos agentes econômicos paraguaios a certo ufanismo, que desconsidera as insuperáveis mazelas do país, dividido ao meio entre pobres e os muito ricos, que se apropriam de ampla fatia da receita nacional, tal como constatado em vários países latino-americanos, a exemplo de Argentina, Colômbia e Chile[11].

A novidade tem sido a emergência de uma classe média incrustrada nos aparelhos de Estado ou em atividades vinculadas ao comércio e setores de serviços ligados às novas empresas maquiladoras que se instalaram no país nos últimos anos e, também, àquelas atividades voltadas ao agronegócio. Tais números podem ser visualizados nos gráficos da Figura 5, que simulam projeções e tendências com base nos dados extraídos dos relatórios publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2017. Neles se projetam picos de crescimento e de expansão da economia com oscilações bruscas durante o governo Fernando Lugo, e taxas mais estáveis a partir de 2014, porém sobre impressionante índice de 12% ocorrido em 2013, o que demonstra certa robustez e consistência desses números. Salienta-se que os índices negativos apresentados pelos PIBs de 2009 e 2011, são decorrentes da crise econômica de escala mundial criada pela bolha imobiliária dos Estados Unidos e do endividamento dos países europeus, respectivamente. Sem embargo, os anos seguintes às crises, isto é 2010 e 2012, apresentam uma recuperação rápida, e à posteriori uma sequência com estabilização e projeção de um crescimento econômico maior que a média mundial.

---

11 JIMÊNEZ, Juan Pablo (ed.). *Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina*. CEPAL, Santiago de Chile, 2015.

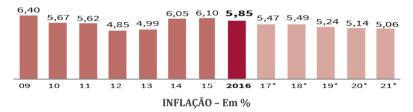
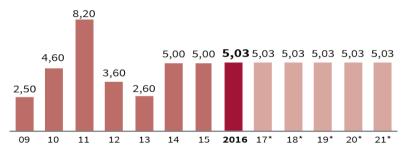
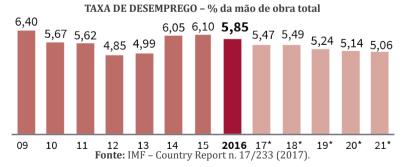
Figura 5- Índices econômicos do Paraguai 2009 a 2016 – Projeção 2017 a 2021

PIB – Em %

PIB PER CAPITA – Em milhares US$

INFLAÇÃO – Em %

TAXA DE DESEMPREGO – % da mão de obra total

Fonte: IMF – Country Report n. 17/233 (2017).

Se somarmos os dois indicadores, renda per capita e inflação, e compararmos com o gráfico das taxas de desemprego, fica evidente a sua convergência, dando mostras da estabilidade da economia paraguaia ante seus vizinhos economicamente mais fortes, cujos mercados estão bastante integrados e por onde a economia paraguaia orbita.

Ironicamente, mas não surpreendentemente, tal crescimento sustentável do Paraguai sob apanágio do receituário neoliberal se dá justamente envolto ao retumbante fracasso das mesmas políticas nos gigantescos vizinhos, Brasil e Argentina. Não esquecendo, porém, o caráter conservador dessas políticas, que no caso Guarani convivem e mantém-se por meio de uma brutal exclusão social e econômica de mais de 27% da população, alijadas de qualquer proteção social por parte do Estado e de possibilidades de uma vida melhor no futuro.

Como se pode observar na Tabela 1, as taxas de subemprego são de certo modo reveladoras da outra faceta do propalado otimismo oficial, evidenciando não apenas a precarização do trabalho, mas a sua informalidade.

Tabela 1: Población Subempleada por año, según tipo de subempleo

Indicador de subempleo	Total	EPH 2014 Urbana	Rural	Total	EPH 2015 Urbana	Rural
Subempleo total	20,0	20,1	19,7	19,0	17,5	21,5
Subempleo visible	6,1	5,5	7,1	5,9	5,3	7,0
Subempleo invisible	13,9	14,7	12,5	13,1	12,2	14,5

Fonte: DGEEC – Encuesta Permanente de Hogares (2014-2015).

Esses trabalhadores sem forma e sem emprego são a face obscura do empreendedorismo ambulante presente nas ruas das cidades paraguaias, que dinamizam a circulação da mercadoria sem nenhum custo para o capital. Eles são também, ao mesmo tempo, o retrato canhestro e fracassado dessa civilização fronteireira.

O dito "sucesso" econômico, em números comparativos, da economia paraguaia nos últimos anos, pode ser associado ao fato do país ainda ser uma fronteira de expansão econômica. Dentro deste contexto, em relação à expansão do PIB visto dentro do próprio Brasil nos últimos anos (Figura 6), as unidades federativas que mais cresceram proporcionalmente são aquelas que estão em intensa expansão da fronteira agrícola e, consequentemente, apresentam aumento potencial em outros setores associados, como a agroindústria.

Figura 6- Maiores crescimentos de PIB por estado no Brasil entre 2002 e 2014

120 %
100
80
60
40
20
0
Tocantins Mato Grosso Piauí Amapá Rondônia

Fonte: IBGE – Organizada pelo Jornal Nexo (2015).

A política neoliberal mascara avanços sociais dentro desse contexto, uma vez que apresenta crescimento do PIB em áreas econômicas que subsidiam uma parcela menor da população. Em uma análise comparativa, pode-se fazer um paralelo do Paraguai com a Sérvia, ambos apresentaram uma população semelhante, em torno de sete milhões de habitantes, e crescimento econômico significativo, o primeiro, como já exposto, com uma projeção de mais de 3% em 2017, a segunda com exatamente estes 3%, segundo a *Cia World Factbook*.

Contudo, no que tange ao acesso da população a esta fatia do bolo, a nação sul-americana é considerada a 9ª mais desigual do mundo, segundo o índice de Gini de 2016, enquanto que a Sérvia, segundo dados do PNUD, ficou com 0,285, muito próxima aos primeiros colocados e menos desiguais. Logicamente, a ideia da comparação se faz em termo da proporcionalidade, população/PIB, dentro deste âmbito observa-se que todo esse crescimento percentual beneficia um número restrito de indivíduos, no caso do Paraguai.

Portanto, ao se delinear uma análise do caso paraguaio, não é difícil concluir que os maiores beneficiados do crescimento econômico do país são, segundo dados já apresentados anteriormente, em grande parte representantes do agronegócio, muitos deles brasileiros. Como descrito, poucos se beneficiam efetivamente do crescimento do país, já que esse é um dos mais desiguais do mundo, bem como o Brasil. Este aparece como o décimo país mais desigual do mundo em 2016, conforme a Figura 7, mesmo estando entre os dez maiores PIBs há mais de uma década.

Figura 7- Índice de Gini – 10 países mais desiguais em 2016

Fonte: PNUD – Organizada pelo Jornal O Globo (2017).

De um modo geral, entende-se que a transposição dos mecanismos econômicos vigentes nas fronteiras agrícolas do Brasil para o Paraguai, recriaram as condições socioeconômicas semelhantes, inclusive no que tange à expansão da lógica neoliberal, com muitos anos de crescimento econômico e projeção positiva do PIB, porém com baixos índices de desenvolvimento humano e a quase ausência de políticas públicas que visem o bem-estar social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação e a colonização da fronteira oriental do Paraguai ocorridas a partir dos anos 1960 e 1970 não lograram constituir uma alternativa para o desenvolvimento econômico do país, nem forjaram em termos sociais uma hibridização cultural mais justa e democrática. Ao contrário, elas significaram a ampliação do fosso social e econômico preexistente, reproduzindo em terras paraguaias a mesma dinâmica excludente e concentradora que ocorrera durante a expansão e ocupação de amplas áreas férteis da fronteira agrícola do oeste e sudoeste do Paraná, em décadas anteriores. Os agricultores e colonos brasileiros, almejados por Stroessner e por ele considerados protagonistas da modernização no campo, eram na prática os agentes da modernização agrícola conservadora e tributária da revolução verde, que no Brasil produziu um êxodo rural sem precedentes para as periferias das grandes cidades, o que expandiu as áreas de monocultura e ampliou a concentração fundiária.

As novas localidades que surgiram no oriente paraguaio já continham em sua gênese as marcas da desigualdade e da seletividade desse sistema. No plano político, a presença brasileira, sobretudo dos prósperos produtores e empresários,

contribuiu para o processo de reação conservadora e de retorno do coloradismo ao poder a partir do golpe parlamentar/judiciário que destituiu o fraco governo de Fernando Lugo e sua eclética composição partidária, em junho de 2012.

Curiosamente, mas não surpreendentemente, a pendularidade na política latino-americana, de um viés de centro-esquerda para a atual tendência conservadora, teve no caso emblemático do Paraguai uma espécie de ensaio ou modelo bem-sucedido de golpismo midiático, que seria poucos anos mais tarde reproduzido sem nenhuma originalidade no Brasil.

Tais coincidências se baseiam no sequestro de ambos os Estados por parte das elites econômicas e sua hegemônica ideologia neoliberal, cuja principal agenda tem sido a de combater visceralmente quaisquer políticas de inclusão social e luta contra a crescente desigualdade.

Nesse sentido, o Paraguai atual emerge como exemplo de crescimento (in) sustentável, porém, absolutamente alinhado a seu passado conservador e excludente, aplicando fielmente o mesmo receituário que em seus vizinhos maiores produziu uma crise econômica e institucional sem precedentes. O Parasil, enquanto constituição histórica é o avesso do avesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

JIMÊNEZ, Juan Pablo (ed.). Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina. CEPAL, Santiago de Chile, 2015.

LUCE, Mathias Seibel. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y cl subimperialismo. Cuadernos Políticos, n. 12, Era, México, abr.-jun., 1977.

MORAES, lsaias Albertin; VIEIRA, Antonio da costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, p. 363-384, julho/dezembro, 2015.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2014.

RÜCKERT, A. A. Metamorfoses do território: a agricultura do trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930 – 1990. Porto Alegre: UFURGS, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula; D'ERCOLE, Ronaldo. Vizinho tem jornada de trabalho maior e férias menores: Manter funcionário no país custa 20% menos que no Brasil. Jornal O Globo, 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/negocios/vizinho-tem-jornada-de-trabalho-maior-ferias-menores-17744410. Acesso em: 22 mar. 2018.

SILVA, Henrique Manoel da. Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: Eduem, 2010.

STIGLITZ, Joseph. O Preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand, 2016.

FONTES

GLOBO, 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/negocios/vizinho-tem-jornada-de-trabalho-maior-ferias-menores-17744410. Acesso em: 22 mar. 2018.

INTERNACIONAL MONETARY FOUND (IMF). Country report, n. 17/233, 2017.

OXFAN PARAGUAY. Los proprietários brasileños tienen el 14% de las tierras em el Paraguay. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/los-proprietarios-brasilenos-tienen-el-14-de-las-tierras-en-el-paraguay/?lang=es. Acesso em: 24 mai. 2018.

PARAGUAY. Dirección General de Estadisticas, Encuestas y Censos (DGEEC). Asunción, 2012.

PARAGUAY. Dirección General de Estadisticas, Encuestas y Censos (DGEEC). Asunción, 2015.

PARTE IV

DISPUTAR E CONTESTAR: OS CONFLITOS PELA TERRA NA FRONTEIRA SUL

A PRESENÇA INDÍGENA NO CENTRO-NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E A RECONFIGURAÇÃO DA TERRA NOS SÉCULOS XIX E XX: UM ESBOÇO PARA COMPREENDER ASPECTOS DOS ATUAIS CONFLITOS

João Carlos Tedesco[1]

INTRODUÇÃO

Os conflitos, os embates jurídicos, sociais e culturais, as mediações envolvidas, os processos de organização para demanda e para a defesa da propriedade da terra, as interpretações históricas presentes em laudos técnicos de ambos os grupos envolvidos, dentre um amplo espectro de ações, expressam uma dinâmica histórica de políticas públicas indigenistas; manifestam também os formatos de ocupação e apropriação da terra, de trabalhar a/na terra por vários grupos sociais, de organização do grande capital fundiário que se tornou hegemônico, das múltiplas fronteiras sociais, culturais e territoriais que se produziram principalmente a partir de meados do século XIX no centro-norte rio-grandense.

São processos de longa data, que não podem ser vistos apenas pelos referenciais que o tempo presente nos oferece. Alguns dos processos que envolvem grupos sociais atuais, em particular os pequenos agricultores com indígenas e quilombolas do meio rural, em termos históricos, revelam serem eles vítimas de uma mesma realidade histórica de marginalização em múltiplos âmbitos. Fato esse que amplia a complexidade que a realidade de conflito atual expõe.

Esse é um conflito *sui generis*, pois nos contextos de passados recentes na região de estudo – envolvendo o Movimento Sem Terra (MST), Atingidos por Barragens (MAB), pequenos agricultores, dentre outros -, havia menos horizontalidade entre os sujeitos sociais envolvidos (latifundiários, grandes corporações

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

do campo hidrelétrico, etc.). Nesse, por mais que possa haver grandes e médios proprietários fundiários, a grande maioria das unidades envolvidas é de camponeses, pequenos agricultores familiares. As versões dos fatos históricos passam por dúbias interpretações em razão das demandas e defesas dos grupos envolvidos. Algumas das mediações e representações dos sujeitos envolvidos também perdem características históricas e, no caso específico, são induzidas a definirem-se em defesa de um grupo. Desse modo, é uma luta social em que há múltiplos conflitos, alguns deles para além dos envolvidos diretamente.

A propriedade da terra está no centro dos embates. Ela, desde o século XIX, com a Lei de Terras (1850) e suas políticas de ocupação e territorialização do espaço para sujeitos determinados e priorizados pelos processos de colonização/mercantilização, carrega consigo exclusões/inclusões, controles sociais (aldeamentos), intrusões, privilégios e absorções desmesuradas; é um processo esse que revela a necessidade de entendermos alguns de seus elementos históricos que estão em sua base.

Nesse sentido, nossa singela síntese[2], que correlaciona alguns dos processos que envolvem a presença indígena nos séculos XIX e XX no centro-norte rio-grandense, quer pontuar alguns fragmentos históricos que deram o tom da ação da esfera pública, das políticas indigenistas e da configuração agrária decorrente. A intenção é simplesmente de relatar alguns fatos passados que as demandas indígenas pela demarcação de terras referenciam e utilizam como argumento. As questões ligadas ao esbulho, aldeamentos, presença imemorial, territorialidade, redução de áreas demarcadas, cooptação e exploração, dentre outras, são referenciadas atualmente e se remetem a meados do século XIX, quando se tentou efetivar aldeamentos para acomodar um processo de exploração e ocupação territorial na referida região.

A PRESENÇA INDÍGENA: ESTORVO E ENCLAUSURAMENTO – MEADOS DO SÉCULO XIX

Diz Schimitz[3] que os grupos Kaingang e Xokleng, derivados de sociedades de língua Jê, descendem de ocupações humanas mais antigas no sul do Brasil, em particular, ao longo do curso do rio Uruguai e, é datada, aproximadamente,

2 No espaço de um capítulo de livro não temos condições de aprofundar temas específicos. Há uma ampla literatura produzida sobre a temática que envolve indígenas, colonização, imigração, apropriação da terra, etc., na região em questão. Sobre especificamente os conflitos atuais e suas dinâmicas históricas, análises aprofundadas estão presentes nos oito volumes que organizamos e/ou contribuímos na confecção intitulados “Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul...” (cf. bibliografia no final). Nos últimos dez anos temos nos ocupado em torno do tema.

3 SCHMITZ, P. I. La arqueologia del nordeste argentino y del sur del Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F.A. Menghin y los arqueólogos posteriores. *In:* SCHMITZ, P. I. (org.). Contribuciones a la prehistoria de Brasil. *Pesquisas – Antropologia*, v. 32. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1981.

entre 8.670 e 5.970 antes do presente. Os vestígios arqueológicos encontrados são casas subterrâneas, túmulos circulares cercados por valas e fossas, cerâmicas, dentre outros objetos e rastros que, segundo estudiosos, caracterizam sua intensa presença nesse cenário[4].

A região de confluência entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, no rio Uruguai, conhecido há muito tempo como Goio En, é expressivo desse espaço de ocupação Kaingang[5]. Cafruni também enfatiza as toponímias dessa região fronteiriça com identificação indígena, as várias denominações dadas a esses (Guaianá, Ybiraiyaras, Coroados, Gualachos, dentre outros), bem como a presença missionária jesuítica espanhola do século XVII, que revela a intensa presença Kaingang. "[...], San Martin traça um excelente mapa etnográfico onde se verifica a existência de uma linha do Ijuí até o Alto Jacuí, estabelecendo ao norte dessa linha a possessão dos Guaianás. Isso daria o território passofundense, ao tempo das primeiras entradas jesuíticas, como ocupado pelos Guaianás"[6].

A Redução de Santa Tereza, no território do atual município de Passo Fundo, na primeira metade do século XVII, revela a forte presença Kaingang. Relatórios dos missionários jesuítas que a constituíram revelam a presença de mais de cinco mil indígenas de etnias variadas e mescladas[7].

Na realidade, o tema indígena fez parte das preocupações desde os primeiros tempos da ocupação portuguesa. O Alvará de 1º de Abril de 1680 e a Lei Pombalina de Julho de 1755 reconhecem este direito. Ambos sustentavam "os índios no inteiro domínio e pacífica posse das terras [...] para gozarem delas de per si e todos os seus herdeiros [...] (por serem) primários e naturaes senhores delas"[8]. A legislação colonial portuguesa acerca das populações indígenas, afirma Pezat[9], até meados do século XVIII, caracterizou-se pela ambiguidade. Em alguns momentos, desejava-se garantir-lhes liberdade; em outras circunstâncias, implementavam-se políticas e práticas coercitivas caso não se enquadrassem nos

---

4 D'ANGELIS, Wilmar R. *Toldo Chimbangue:* história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: Cimi Regional Sul, 1984.

5 D'ANGELIS, Wilmar R. *Toldo Chimbangue:* história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: Cimi Regional Sul, 1984.; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas – Antropologia*, n. 56, p. 1-220. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2000.

6 CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Nação, 1966, p. 40.

7 CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Nação, 1966. p. 168; MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Trad. Pe. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985; VICROSKI, Fabricio. N. Arqueologia e ancestralidade indígena no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul. *In:* TEDESCO, João C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

8 PEZAT, P. R. *Augusto Compte e os fetichistas:* estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista, o Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

9 PEZAT, P. R. *Augusto Compte e os fetichistas:* estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista, o Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

horizontes catequéticos previamente definidos, impondo-lhes, inclusive, formas de trabalho compulsório.

Segundo Kujawa, em agosto de 1758, o Marquês de Pombal assinou um regulamento que garantia a posse das terras nas quais os silvícolas estavam reunidos, bem como criou o cargo de Diretor dos Índios para, na realidade, levar a bom termo a catequização. No entanto, em 1798, o Príncipe Regente Dom João suprime o cargo de Diretor dos Índios, deixando estes de serem contemplados com um regime jurídico especial. Desse modo, os indígenas passaram a ser considerados em igualdade com os outros povos livres do reino. A vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, sepultou a política pombalina de reconhecimento de direitos dos indígenas. Na Carta Régia de 13 de maio de 1808, dirigida ao governador da capitania de São Paulo, D. João autorizou a realização de "guerra ofensiva" aos índios Kaingang que se localizavam nos campos do centro do atual Estado do Paraná, ao norte do rio Uruguai. Retomava-se a ideia de "guerra justa", sendo autorizada a escravização provisória dos indígenas. No entanto, a Carta Régia de 1º de Abril de 1809 concordava em enviar missionários católicos para catequizar e instruir aos indígenas, para evitar abuso por parte dos milicianos[10].

Conflitos entre indígenas e a esfera pública que intencionava controlá-los, catequizá-los, mobilizá-los no território, aldeá-los e consolidar fronteiras, expressam-se de longa data. A Guerra Guaranítica (1753-1756) com Portugal e Espanha contra os índios missioneiros foi a grande expressão desse processo[11]. O século XVIII é expressivo de várias questões envolvendo territórios e grupos indígenas. Tratados foram assinados entre Portugal e Espanha (em particular, o de Madri, em 1750, e Santo Ildefonso em 1777), domínios coloniais passaram, da noite para o dia, para outras mãos; junto com o território político, seus habitantes majoritários - grupos indígenas - passaram a pertencer a outros *donos*. Povos indígenas resistiram aos processos demarcatórios, rebelaram-se aos processos migratórios forçados, resistiram ao que o Tratado determinava. O conflito envolvendo os Sete Povos das Missões é por demais conhecido. Importante enfatizar que ele marca a resistência indígena pelo território; é um dos primeiros movimentos sociais de luta pela terra no sul do Brasil e revela as políticas públicas de usurpação da terra indígena. Isso é muito referenciado nas atuais demandas territoriais indígenas. Aquilo que as Coroas definiram como domínios coloniais, posteriormente, por todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, serão encargos das colonizadoras e das políticas provinciais e estaduais, ainda que em um âmbito mais reduzido em termos territoriais.

---

10 KUJAWA, Henrique A. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul:* a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

11 GOLIN, Tau. *Território Kaingang - Passo Fundo e Mato Castelhano*. Documentação sobre a presença histórica Kaingang em Mato Castelhano. Passo Fundo, Núcleo de Documentação Histórica, UPF, 2007.

Esses conflitos militarizaram o território indígena, deslocaram milícias e expedições de exploração para abrir caminhos e, com isso, controlar o território e os sujeitos nele, em particular, os indígenas. Com o avançar dos anos, a necessidade de ocupação e os conflitos passaram a ser constantes[12]. Frentes de povoamento movimentaram-se para a região sul da colônia. Como resultado explícito da "guerra aos bugres" como política instituída, em 1810 ocorreu a conquista definitiva dos Campos de Guarapuava, empreendida pela Expedição Real de Conquista dos Campos de Guarapuava[13], que fomentou a necessidade dos agrupamentos indígenas do Brasil Meridional a refugiarem-se nas regiões de matas, deslocando-os progressivamente em direção ao sul[14].

---

12 RODERJAN, R. V. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF Editora, 1991; BRINGMANN, S. F. Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

13 A Expedição Real de Conquista dos Campos de Guarapuava e Palmas foi uma expedição do exército imperial capitaneada por Diogo Pinto de Azevedo empreendida logo após a afixação da Carta Régia de 1808, concentrando o objetivo da exploração e conquista dos Campos referidos, nos atuais estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até então habitados por indígenas que ofereciam grande resistência ao estabelecimento do povoamento na região. TEDESCO, J. C.; VANIN, A. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. *In:*TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

14 SIMONIAN, L. T. L. *Terra de posseiros*: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

Figura 1: Territórios de ocupação tradicional Kaingang no Sul do Brasil em período anterior aos aldeamentos de meados do século XIX

Fonte: Laroque (2009, p. 36).

As redefinições e configurações territoriais indígenas do centro-norte do Estado meridional vão dar o tom dos seus processos de colonização e ocupação. O tropeirismo (gado e mulas) e o possessismo se instalaram e a região definida se integrou ao sistema econômico colonial, abrindo espaços e interligando territórios e regiões. Parcialidades indígenas vão redefinir suas trajetórias e interligações. Diz Cafruni que os "[...] portugueses trataram de restabelecer comunicações com Laguna, através dos Pinhais, isto é, passando pelo divisor de águas, caminho natural, por meio do Mato Castelhano e Mato Português [...], região que se situava entre as atuais Lagoa Vermelha e Vacaria"[15].

15 CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Nação, 1966. p. 599.

Em meados do século XIX, políticas públicas tentaram implementar processos de aldeamentos indígenas com a intenção de permitir o povoamento, a comercialização de terras, a produção agrícola e o controle social e territorial na região centro-norte da província rio-grandense. Nesse período, havia povoamentos em Cruz Alta e em Passo Fundo. O tropeirismo para São Paulo estava se estruturando, porém, havia problemas no translado dos animais até a região de Lages em razão da presença indígena. O controle territorial era condição *sine qua non* para o bom andamento do empreendimento econômico e territorial dessa porção da província.

A Colônia Militar de Caseros, situada entre os Matos Castelhano e Português, nas proximidades onde hoje se situa o município de Lagoa Vermelha, implementada entre os anos de 1858-78, foi fundamental para permitir o andamento do tropeirismo na região, a interligação regional por meio de abertura de caminhos que ligassem São Paulo, passando por Laguna e Lages à região das Missões, bem como o desenvolvimento do extrativismo da erva-mate - produto por excelência dos cofres públicos do período – e a considerada fundamental ação de controle e aldeamento indígena. Em razão da abertura desses caminhos, outros se constituíram anos depois, interligando as regiões a oeste das províncias sulinas, passando pelo Goio En e o meio oeste catarinense, e depois pelos Campos de Palmas, Guarapuava e adentrando para o sul de São Paulo.

INTENTOS EXPLORATÓRIOS: REAÇÃO E COOPTAÇÃO INDÍGENA

O crescimento da economia pastoril, da apropriação de grandes extensões de terra por fazendeiros, a produção cafeeira em São Paulo, a qual induziu novas interligações regionais com as províncias do sul, a extração da erva-mate e sua venda para outras regiões do país e fora dele, o comércio extrativista de gado e da produção agrícola excedente, ampliaram imensamente o desejo pelas terras do centro-norte sulino. Os caminhos abertos por Athanagildo Pinto Martins no final da segunda década do século XIX, bem como, posteriormente (1849), pelo Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures, foram decisivos para o desenvolvimento posterior dessas regiões em múltiplos âmbitos. Esse processo inaugurou uma primeira tentativa de controle territorial, de constituição de nação recém-definida. Espaços interioranos eram desconhecidos em várias partes da nação, no Brasil Meridional muito mais[16].

16 TEDESCO, J. C.; VANIN, A. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. *In:* TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

Figura 2: Trajeto aberto pela expedição de Athanagildo Pinto Martins

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (2016).

A expedição de Athanagildo, por exemplo, saída dos Campos de Guarapuava, do Paraná, rumou em direção ao sul, atravessou os Campos Novos em Santa Catarina, transpôs o rio Uruguai, alcançando a província de São Pedro pelos Campos de Vacaria. Para encaminhar-se às missões, a expedição rumou a oeste, tomando a estrada do Campo do Meio, atravessando o planalto rio-grandense. Três meses após a partida, a expedição de Athanagildo chegou ao destacamento de São Borja das Missões, onde o referido teceu relato ao padre Francisco Chagas Lima, atestando que alcançara a província a partir do Uruguai,

> [...] onde fez canoa, em que passou este rio e prosseguindo no rumo do Sul por mato limpo duas léguas, encontrou um Arroio grande, que passou em Jangada, e corre para o Uruguay; continuando na mesma direção de Sul, por mato, no espaço de 1 ½ légua, saiu no Campo do Meio, pelo qual depois de andar 1 légua ao mesmo rumo, chegou à Estrada Geral, entre esta Capitania e a de São Paulo; por cuja estrada tendo andado para Oeste 4 léguas, ou pouco mais, saiu nos Campos mais Setentrionais, e Orientais desta Província de Missões[17]. (Grifo nosso).

A abertura de caminhos que ligassem as províncias sulinas ao centro do país, como já falamos, não se deu sem conflitos, acordos e negociações com indígenas. Esse empreendimento não poucas vezes contou com o auxílio e o conhecimento do terreno de lideranças indígenas, como foi o caso do cacique Vitorino Condá. Nesse mesmo período (meados do século XIX), em simultâneo à abertura

17 *Apud* RODERJAN, R. V. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF 1991. p. 72.

de novos caminhos no norte e a colonização imigrante no nordeste, os projetos de aldeamento de indígenas começaram a ser executados, indo ao encontro dos interesses expansionistas e povoadores do Império do Brasil, amenizando a situação conflituosa que se encetava[18].

É interessante enfatizar que vários caciques colaboraram com o agente explorador e a esfera pública em suas ações nessa região entre a primeira e segunda metade do século XIX. Porém, esse processo, entendemos deve ser visto como estratégia dos indígenas frente à pressão, intrusão e expropriação de seu território. Em vez de aldearem-se, os comandos das parcialidades indígenas barganhavam espaços territoriais, pinheiros, cavalos, roupas e comida, algumas vezes, até soldos. Em troca, favoreciam o explorador em algumas de suas ações, dentre as quais, no conhecimento da região, no extrativismo da erva-mate, em atividades agrícolas, na repressão às correrias efetuadas por indígenas de outros agrupamentos. O cacique Doble foi uma grande expressão nesse sentido; suas intensas brigas com o cacique Braga e outros se devem a essa questão.

Essas aberturas de estradas foram fundamentais para a identificação e contato com povos indígenas; era uma grande demanda da esfera pública. Esse processo desencadeou uma série de ações no sentido do controle territorial e social pela esfera pública em décadas posteriores. Indígenas em atuais acampamentos referem-se, pela memória oral, várias passagens em que, em razão dessas picadas, houve muitos conflitos, correrias, matanças, enfrentamentos contra as frentes de expansão e de ocupação que passaram a se constituir.

A presença indígena nesses espaços foi, também, fundamental para o conhecimento e a determinação das trajetórias de ligação inter-regionais, mas, acima de tudo, para a percepção da necessidade de imprimir os processos de aldeamentos de meados do século XIX. Os campos de Nonoai, os do Mato Castelhano e os do Mato Português experienciaram um intenso processo de ocupação não indígena a partir de então.

A CRIAÇÃO DE "ALDEAMENTOS GERAIS"

Em meados do século XIX, após as ações de exploradores em expedições passando pelo centro-norte da província sulina, os caminhos precisavam ganhar segurança contra as correrias indígenas; havia necessidade de ocupação. O período que antecede a Lei de Terras de 1850 caracterizou-se por um intenso possessismo de terras por estancieiros, tropeiros, milicianos. A vacância de lei no período criou essa condição. A ocupação do referido território necessitava ser acompanhada de processos produtivos e de trabalho em geral. A valorização das

18 FRANCISCO, A. R. *Kaingang:* uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2013.

terras, pós-1850, e seus vários registros, dentre eles os paroquiais, determinavam o amplo e seguro controle privado da terra, bem como as ações dos agentes públicos viam nessa prática uma possível fonte de renda aos cofres públicos. Em razão disso, os denominados pelo governo Imperial de "aldeamentos gerais" eram condição fundamental para esse intento.

Entre os anos de 1848 e 1852, houve uma tentativa de criação de um aldeamento em Campo do Meio. Segundo Teschauer, "um terceiro fundou entre o Mato Castelhano e o Mato Português, entre os quais se acha um belo campo chamado o Campo do Meio, pertencente ao distrito de Vacaria"[19]. Na realidade, esse toldo indígena já existia. Porém, na tentativa de delimitá-lo geograficamente e instituir um aldeamento em correspondência com a política indigenista de meados do século XIX, o governo provincial acabou por, após muitas tentativas de cooptação e conflitos no interior de vários agrupamentos indígenas e entre caciques, aldeá-los em outros territórios no norte da província[20].

O engenheiro agrimensor Mabilde, designado pelo Presidente da Província para abrir estradas nas matas do planalto rio-grandense, redigiu diversos relatos acerca da presença dos Kaingang durante sua atuação na região e registrou elementos da cosmovisão da cultura Kaingang desde nascimentos, casamentos, enterros, cemitérios, divindades, processos hierárquicos, a legitimação e a eleição de caciques, etc[21].

Em 1854, em Nonoai, por determinação do Presidente da Província, foi criado um aldeamento geral com o referido nome. Para isso, a esfera pública, acompanhada de missionários, entre promessas e coações, contaram com alianças de lideranças indígenas de várias parcialidades. Em Nonoai, encontravam-se aldeados um total de 635 indígenas comandados por diversos caciques, como Fongue, Nicofé, Nicafim, Nonoai, Condá e Contufé.[22]

Outro aldeamento geral de parcialidades Kaingang criado no período, denominou-se de Guarita. Fongue foi seu primeiro cacique e sua localização ficava nos "Campos de Palmeira", na grande região onde se situava o município de Palmeira das Missões, localidade que abrigava vários toldos próximos ao aldeamento de Nonoai[23]. Os indígenas desse aldeamento mantiveram certa colabora-

19 TESCHAUER, Carlos S. J. Os caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul. *Boletim do Museu Nacional,* vol. 3, n.3 Rio de Janeiro, 1929, p. 290.

20 LAROQUE, L. F. História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá, Uruguai e Sinos. *In*: LAROQUE, L. F. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos, 2009; SIMONIAN, L. T. L. Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

21 MABILDE, Pierre F.A.B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul* – 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

22 Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira de Cansansão Sinimbú. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 02/10/1854. p. 31.

23 BECKER, Ítala. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995, p. 68.

ção com as autoridades provinciais e se inseriram intensamente nas atividades extrativistas da erva-mate e nas atividades agrícolas[24]. Essa lógica das alianças, em geral, embasadas em promessas nem sempre cumpridas pelos governantes, era prática comum para evitar maiores conflitos de enfrentamentos diretos[25].

A ideia era aldear todos os indígenas do norte da província sulina num território só, independente de seus grupos étnicos. Isso permitiria liberar uma ampla porção de terra no norte da província para o empreendimento colonizador. Um grande esforço estatal e privado foi empreendido para esse fim. Resistências de caciques (Braga, Doble, Fongue, Prudente, dentre outros), quando não de conflitos entre si, cooptações de caciques e parcialidades indígenas, milícias (companhias de pedestres), bugreiros, ações militares de fazendeiros, colônias militares, extrativistas e comerciantes da erva-mate, colonizadoras, dentre outros sujeitos e grupos sociais envolveram-se no intento dos aldeamentos.

Anos após o fim da Revolução Farroupilha, por volta de 1847, as condições para a penetração e ocupação do território voltaram a ser favoráveis, tanto para as tropeadas, quanto para a reativação do projeto colonizador. Com isso, tornou-se mais uma vez premente o contato assaz conflituoso com os Kaingang, habitantes das matas, sendo essas, progressivamente, penetradas pela almejada incorporação das áreas "desabitadas" ao território nacional, intentadas pelo governo imperial. Contudo, os conflitos travados entre as lideranças indígenas também aparecem como obstáculos ao estabelecimento dos grupos nativos em aldeamentos. Desavenças e intrigas existentes entre os diferentes grupos Kaingang criavam uma situação de constante enfrentamento, sendo necessário, para esses, manter certa mobilidade dentro do território a fim de consolidar estratégias e engendrar ataques[26]. Desse modo, alianças circunstanciais com o governo da província ou com fazendeiros próximos se estabeleceram de forma provisória, não garantindo a cessação dos ataques a fazendas próximas e viajantes nas estradas[27]. O assentamento configurava-se, portanto, em certos locais e ocasiões, como desvantajoso aos indígenas; na região do Campo do Meio, a rivalidade e alternância em sua ocupação fizeram-se presentes, sobretudo, entre os caciques Braga e Doble.

---

24 Relatório Império apresentado pelo Diretor Geral dos Índios da Província de São Pedro ao Ministro do Império. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

25 LAROQUE, L. F. História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá, Uruguai e Sinos. *In:* LAROQUE, L. F. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930).* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos, 2009.

26 LAROQUE, L. F. História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá, Uruguai e Sinos. In: LAROQUE, L. F. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930)*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos, 20092009.

27 FRANCISCO, A. R. *Kaingang:* uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2013, p. 233.

A referida rivalidade entre os caciques Braga e Doble foi descrita por Mabilde. Ao narrar fatos que envolveram ambos, fala de ódio, vingança, assaltos, medo, atos bárbaros, desavenças, traição etc.; "de todos os caciques que até hoje se aldearam, era o Cacique Doble, um dos mais inteligentes, mais simulado e o mais perverso"[28]. A rivalidade seria resultado da investida de Doble sobre o grupo de Braga que, em meados do século XIX era cacique respeitado e que possuía vários outros grupos como seus subordinados. A referida investida teria se dado numa tentativa de usurpação do poder de Braga por Doble, que acabou por gerar um estado de guerra de extermínio entre os grupos desses caciques.

Múltiplos conflitos demonstraram a resistência indígena frente a grande força das frentes públicas e de expansão territorial dos não indígenas, porém, seus limites e precariedades produziram fragilidades e resultaram em aldeamentos forçados em três grandes espaços: Nonoai, Guarita e Campo do Meio, esse último, por pouco tempo e com intento menor do que os outros.

INTEGRAÇÃO E ALDEAMENTOS: LÓGICAS DE *PROTEÇÃO* AOS INDÍGENAS – PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O século XIX marcou uma ampla dimensão de fronteira entre os grupos sociais no centro-norte da província sulina. O *modus vivendi* indígena, com seus grupos étnicos, seus troncos e lideranças, seus contatos com a terra, as matas, os rios e sua cosmovisão e suas crenças, seus pinheirais, saberes etc., não revelavam ser expressão de civilização para os não-indígenas[29]. O capitalismo nascente e expresso na apropriação privada da terra, em sua comercialização, na extração e produção de excedentes, no trabalho individualizado e mediado pela esfera financeiro-mercantil, não via no indígena seu parceiro, seguidor e difusor. Portanto, havia necessidade de excluí-lo ou adotar estratégias de inclui-lo em horizontes de intenso controle e coerção. O referido século, não muito diferente do posterior (século XX), foi um divisor de águas no horizonte cultural e de sociabilidade indígena. Muito do que é reivindicado hoje nos argumentos que justificam suas demandas por terra levam em conta esse vivido e que, segundo os sujeitos em questão, foi rompido e/ou redefinido pelas ações de exploração, ocupação, abertura de estradas e apropriação privada da terra, práticas essas bem características do século XIX.

No final do século XIX e início do século XX, muitas parcialidades indígenas que não aceitaram se aldear foram constituindo territorialidades indígenas no centro-norte do Estado. O governo federal constituiu o Serviço de Proteção aos

---

28 MABILDE, P. F. A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866.* São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 166.

29 VEIGA, J. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN)[30], em 1910. De perfil positivista, esse órgão tinha como líder o Marechal Rondon, que buscava afastar a atuação clerical missionária e responsabilizar o Estado para a criação de uma estrutura laica que atendesse à necessidade de proteção e integração indígena[31]. O órgão visava integrar os indígenas à sociedade baseado no princípio da tutela. O indígena passou a fazer parte mais contundente no interior dos debates do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), principalmente no que se refere a uma política de demarcação das Terras Indígenas. Este processo foi liderado pelo Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, então chefe da Divisão de Terras e Colonização (1909-1928)[32]. Claro que, somado à preocupação com a *proteção fraternal aos indígenas* devemos lembrar que fazia parte da doutrina positivista a defesa de um Estado forte capaz de desenvolver a economia, por meio da sua diversificação, da ampliação da produção de alimentos, do desenvolvimento de estrada e indústrias[33].

Como resultado desse envolvimento público e da preocupação com os indígenas é que foi, sob a égide do SPI, efetivada a demarcação de onze áreas indígenas, quase todas no centro-norte do Estado. A concentração de parcialidades Kaingang nesse espaço permitiu isso. A lógica, na realidade, é a mesma da de meados do século XIX, ou seja, enclausurar indígenas, colocá-los em espaços passíveis de controle e regramento social pela esfera pública. Muitas dessas áreas demarcadas nesse período estão sendo questionadas por indígenas atualmente em suas demandas por demarcações de terras.

Torres Gonçalves, em 1910, promoveu um levantamento dos toldos indígenas pré-definidos e que ainda não haviam sido demarcados e chegou a uma constatação censitária aproximada de que havia em torno de 2.940 indígenas habitando a região nos 12 possíveis toldos indígenas.

30 Em 1918, o SPILTN foi reformulado ficando apenas como Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

31 TEDESCO, J. C.; VANIN, A. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

32 PEZAT, P. R. *Augusto Compte e os fetichistas*: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista, o Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

33 TEDESCO, J. C.; VANIN, A. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições. 2017.

Quadro 1 - Os 11 toldos indígenas demarcados no início do século XX no centro-norte do RS

Área indígena	Ano de demarcação	Área demarcada em hectares (ha)	Atual município (2019)
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,74 ha	Ibiraiaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Gramado dos Loureiros, e Planalto e Rio dos Índios
Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventara	1911	753, 25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
Votouro Kaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guarani	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: Rio Grande do Sul (1997, p. 16).

Quando do término das demarcações, em 1918, com o consequente reconhecimento da posse da terra pelo governo do Estado às comunidades indígenas que as habitavam, esse passou a ser reconhecido como exemplo no tratamento aos indígenas[34]. A assistência aos nativos promovida pelo Estado por intermédio de seus órgãos de administração fundiária (Secretaria de Terras, Diretoria de Terras e Colonização) tornara-se visível em nível nacional, desenvolvida, sobretudo nos governos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), bastião dos ideais do positivismo no Estado e principal responsável pelo incentivo de políticas de modernização técnica da produção agrícola e racionalização do uso das terras disponíveis por meio dos projetos de colonização.

Em nível nacional, até meados da década de 1930, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) sistematicamente atuou junto às populações indígenas do país por meio da divisão administrativa do território nacional em regiões de assistência, as quais continham um ou mais estados sob jurisdição de uma Inspetoria subordina-

34 CARINI. J. *Estado, índios e colonos: o* conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

da ao Serviço[35]. As inspetorias proporcionavam a ação organizada e direcionada dos agentes do SPI às comunidades indígenas alocadas em sua região de influência, sendo responsáveis por sua localização, identificação, pacificação e assistência. Nesse sentido, grandes Inspetorias se formaram, tendo atuação abrangente, sobretudo nas áreas ainda não plenamente incorporadas ao sistema produtivo[36].

Em função da ação assistencialista do governo estadual sobre a questão indígena, a atuação do SPI, até o início da década de 1940, mantivera-se estanque no norte do Rio Grande do Sul, inexistindo, inclusive, a vinculação do Estado a qualquer Inspetoria do Serviço. Até fins da década de 1930, o Serviço havia prestado assistência direta e permanente apenas na chamada Povoação Indígena de Passo Fundo[37] que, por ser a única com intervenção simultânea do SPI e da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) do Rio Grande do Sul, figurara por longo período como exemplo a ser seguido, tanto pelas outras áreas indígenas da região, quanto em nível nacional, devido aos resultados satisfatórios observados em relação à administração e ao desenvolvimento da comunidade.

INTRUSÃO E REFORMA AGRÁRIA DAS/NAS ÁREAS INDÍGENAS (DÉCADAS DE 1940-1960)

Entre 1940 até meados da década de 1960, os problemas ligados à "questão indígena" continuaram, dentre eles, as intrusões de agricultores no interior das reservas, a redução das áreas indígenas e a extinção de reservas. Na realidade, havia a intenção de realizar a reforma agrária nas terras indígenas, bem como integrar o índio na sociedade pelo viés produtivo e cultural. Foram duas décadas de grandes conflitos no interior das reservas. O SPI incentivava a inserção de agricultores com a intenção de tornar os indígenas *produtivos* e, com isso, autossuficientes economicamente.

Esse período foi muito fértil por ter aglutinado um conjunto de processos históricos que foram desenvolvidos no Rio Grande do Sul a partir de políticas públicas. Dentre esses elementos estão a colonização privada e/ou pública na sua parte norte, a migração de agricultores e apropriação privada da terra, os modelos de desenvolvimento e produção agrícola de excedentes comercializáveis, as políticas nacionais de reforma agrária, principalmente no início dos anos 60, bem como a extinção de algumas reservas indígenas.

---

35 LAROQUE, L. F. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas – Antropologia*, n. 56, p. 1-220. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2000.

36 TEDESCO, J. C.; VANIN, A. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

37 Antigo Toldo do Ligeiro, que mudara de nominação justamente em função da intervenção do órgão.

Nesse cenário conflituoso, estão as ações dos governadores Ildo Meneghetti (1955-1959 e 1963-1966) e Leonel Brizola (1959-1963), principalmente em razão da intensa intrusão de agricultores no interior das reservas indígenas. Esses governadores, em particular, com maior intensidade Leonel Brizola, alteraram a estrutura fundiária de quase todas as reservas indígenas, algumas delas foram extintas, outras reduzidas em sua área, além de que foram criadas reservas florestais públicas no interior delas. Em razão de vários conflitos daí decorrentes, instalou-se na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1967, para averiguar essas questões.

A questão agrária do Rio Grande do Sul sempre esteve vinculada com a questão indígena, com suas demarcações e expropriações de terras. A primeira, mais famosa, já citada, foi no início do século XX, na qual o governo do Estado demarcou 11 áreas indígenas no centro-norte do Rio Grande do Sul. No tocante às expropriações, elas ocorreram basicamente na metade do século XX, no período correspondido de 1949–1963.

É interessante mencionarmos que Brizola governou o Rio Grande do Sul de 1959 a 1963 e tinha como um elemento importante para seu governo a reforma agrária. Para Simonian, ele "camuflava a expropriação de toldos indígenas antes identificados e demarcados pelo Estado do Rio Grande do Sul [usando] a denominação 'terras do Estado'"[38]. Foi nesse período que Brizola criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), desse modo, podendo ter um órgão governamental para esse fim. Na realidade, Brizola intensificou e legitimou a intrusão nas terras indígenas, a qual já vinha ocorrendo pelo menos desde 1949, quando o governador do Estado era Walter Jobim[39]. A argumentação central do ex-governador Brizola foi que havia muita terra para pouco indígena, principalmente em Nonoai. Nesse período ocorreu uma "nova colonização"[40].

Das 11 áreas demarcadas no início do século XX, entre os anos de 1910 e 1918, apenas três não sofreram alterações. Essas alterações eram a redução das áreas indígenas em prol de uma política estadual de criação de florestas nacionais e assentamentos de sem-terra. Dentre essas áreas estão Ligeiro, Carreteiro e Guarita. As demais se tornaram um caso emblemático, de uma constante redução das terras indígenas. Conforme Carini[41], a área de Cacique Doble teve 22% de área reduzida, Inhacorá 82%, Votouro Kaingang 33%, Votouro Guarani 62% e Nonoai 57%. As áreas de Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra foram extintas.

---

38 SIMONIAN, L. T. L. Política/ação anti-indígena de Leonel de Moura Brizola. *In:* KERN, A.; SANTOS, M. C.; GOLIN, T. (org.). *Povos indígenas*: contatos, reservas, fricção e situação contemporânea. Passo Fundo: Méritos, 2009.

39 Jobim desapropriou 19.998 hectares da área indígena Nonoai para a criação de um Parque de Floresta Nacional.

40 CARINI, J. *Estado, índios e colonos:* o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

41 CARINI. J. *Estado, índios e colonos:* o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

A economia da madeira e a presença da triticultura no horizonte dos colonos, através dos processos de modernização do campo, fizeram com que as áreas indígenas ficassem a mercê de colonos em busca da terra. A política de reforma agrária se fazia sentir em nível nacional com as Reformas de Base. No Estado sulino, Brizola criou o mencionado IGRA, um órgão direcionado aos Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (PRADE), e deu apoio a um movimento social que estava tomando forma, que era o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), semelhante ao atual Movimento Sem-Terra (MST). Em seu governo foram realizados estudos e levantamentos agrários em latifúndios considerados improdutivos, os quais poderiam servir como espaços para o assentamento de colonos sem-terra. Nesse sentido, no centro-norte do Estado, Brizola desapropriou parte da antiga Fazenda Sarandi, extinguiu as áreas indígenas de Serrinha e Ventarra, entre outras ações, buscando o desenvolvimento da reforma agrária. No final da década de 1950 e início de 1960 diminuiu o ritmo migratório de rio-grandenses para os estados vizinhos de Santa Catariana e Paraná[42].

As intrusões nas áreas indígenas foram o estopim para o desencadeamento de vários outros focos de conflito pela região. Os movimentos sociais se organizaram principalmente na década de 1970, e os conflitos fundiários envolvendo pequenos proprietários, latifundiários e colonos sem-terra aconteceram por quase toda a década de 1980.

O CONFLITO DE NONOAI E A RECONFIGURAÇÃO DAS TERRAS – PÓS-DÉCADA DE 1980

A origem do conflito em Nonoai entre indígenas e agricultores intrusos ocorreu a partir de alguns grupos mediadores que aderiram à luta indígena, dentre eles o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A Igreja Católica foi uma delas em razão de sua dimensão de ação social, sensibilizada com o que vinha ocorrendo no interior das reservas, principalmente pelos suicídios, doenças e prostituição.

O conflito ocorreu somente em 1978, entretanto, em 1967, como já vimos, constituiu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tentar apurar questões de expropriação de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e, em particular, a de Nonoai. A CPI tentou encontrar explicações frente ao esbulho das terras indígenas, o roubo de madeiras e o iminente conflito entre os indígenas e os colonos sem-terra. A CPI tinha como objetivo terminar com um conflito existente entre indígenas e colonos intrusos. Ela foi um dos pontos fundamentais da luta pela retomada das terras por parte dos indígenas – pelos menos em No-

42 TEDESCO, J. C.; ZIMERMANN, G. A pressão pela terra: a política de redução de áreas indígenas e as demandas atuais no Centro-norte do Rio Grande do Sul. *In:* TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

noai – porque ela contemplava e mostrava que a área de Nonoai estava intrusada por colonos sem título de propriedade, na condição de posseiros. Essa CPI foi um marco na onda do esbulho das áreas indígenas e por mais que não tenha sido concluída plenamente em favor das territorialidades indígenas, especialmente de Nonoai, foi a primeira ação governamental no sentido de tentar frear a redução das áreas indígenas.[43]

A questão dos posseiros era a que mais chamava a atenção no período pelo fato de estarem habitando esses territórios há muito tempo. Com relação à área indígena de Nonoai, os posseiros ganhavam legitimidade na terra quando eles eram aceitos para o trabalho de arrendamento. Essa forma de trabalhar com a terra propiciou os "arranchamentos" desses colonos considerados sem-terra.

Nos anos 1976 e 1977, os indígenas de Nonoai passaram por um momento de preparação, pois havia conflitos internos na reserva. Em 1977, ocorreu a troca de cacique da área. Essa troca de liderança foi fundamental para desencadear o conflito, pois o novo cacique era de uma ala na reserva indígena mais radical, contra os posseiros e arrendatários. Outro dado relevante é que os indígenas da área, ao praticarem o ato de ataque aos intrusos, não estavam sozinhos; havia grupos que os apoiavam, por exemplo, outras comunidades indígenas da região, antropólogos, sociólogos, indigenistas, diferentes entidades (nacionais e internacionais) e demais movimentos populares. Em questão de algumas semanas, mais de mil famílias de pequenos agricultores tiveram de deixar a reserva indígena. Esse processo marcou uma trajetória de intrusão de agricultores, expropriação de territórios indígenas e marcou uma nova etapa na luta deles.

A RETOMADA DO TERRITÓRIO INDÍGENA E OS NOVOS CONFLITOS – PÓS-DÉCADA DE 1990

Após o conflito de Nonoai, durante a década de 1980, cresceu de forma considerável o apoio de organizações não governamentais em favor dos direitos indígenas, inclusive da própria Funai. Durante essa mesma década, a União das Nações Indígenas (UNI) teve um papel fundamental na luta pelos direitos dos povos nativos. Os indígenas que no passado estavam em conflito, nesse momento estavam unidos pela mesma causa. A luta pelos direitos indígenas das décadas de 1970 e 1980, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de intelectuais ligados à academia e ONGs, fez com que a causa indígena ganhasse força na Assembleia Constituinte do Brasil e na própria Constituição de 1988.

43 TEDESCO, J. C.; ZIMERMANN, G. A pressão pela terra: a política de redução de áreas indígenas e as demandas atuais no Centro-norte do Rio Grande do Sul. *In:* TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

> A mudança da forma como a sociedade passou a enxergar os índios, a capacidade dos indígenas de se fazerem enxergar, estruturar propostas e defender seus direitos proporcionou um significativo avanço na positivação de seus direitos que estão expressos, principalmente, nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal [de 1988]. A garantia constitucional à terra que tradicionalmente ocupam deu uma grande força para o movimento indígena no Rio Grande do Sul que vinha lutando para garantir a efetiva posse das terras demarcadas, demarcar outras e recuperar os limites que tinham sido reduzidos em meados do século XX[44].

No pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88), algumas áreas que foram reduzidas e extintas conseguiram retomar a sua territorialidade, envolvendo novamente focos de conflitos na região. As 11 áreas demarcadas entre 1910-1918 no norte do Rio Grande do Sul, e que foram reduzidas e extintas durante as décadas de 1940-1960, estiveram novamente em litígio após a CF/88, fazendo com que essas áreas fossem estudadas novamente para a demarcação, por meio da pressão do movimento indígena, da Funai e do Ministério Público.

No centro-norte do Rio Grande do Sul, num raio de mais ou menos duzentos quilômetros, constituíram-se em torno de duas dezenas de pontos de conflitos territoriais, em sua grande maioria, com acampamentos indígenas em beira de rodovias, terras públicas ou de agricultores e com processos administrativos de Identificação, Delimitação e Demarcação de Terra Indígena tramitando na Funai.

Figura 3: Mapa de alguns dos atuais conflitos de luta pela terra no Norte do RS

Fonte: Dados da pesquisa – mapa elaborado pelo autor.

44 KUJAWA, H. A. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul:* a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014, p. 31-32.

No caso do Rio Grande do Sul, no qual o governo do Estado concedeu e vendeu títulos de propriedade de terra nos atos de reforma agrária, as escrituras perderiam a validade e não seriam indenizadas pela União. Entretanto, para minimizar o conflito agrário e social, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989, por meio do artigo 32 - "Das Ações de Disposições Transitórias" - fez com que o Estado indenizasse os agricultores assentados irregularmente nas áreas consideradas indígenas. O resultado da redemarcação das 11 áreas territorializadas como indígenas no início do século XX, salvo as de Carreteiro, Guarita e Ligeiro, além da compensação de uma dívida histórica de esbulho frente aos nativos, fez com que o Estado gaúcho assumisse um ônus financeiro em razão das indenizações referentes aos títulos de compra dos lotes de terra, nas quais o governo reconheceu o equívoco histórico praticado por governos estatais nas décadas de 1950 e 1960.

Esse episódio de redemarcação das áreas indígenas foi mais um capítulo de anos de conflitos agrários e sociais envolvendo os mesmos sujeitos, ou seja, indígenas, colonos, latifundiários e o Estado.

> [...] União [realizou] a redemarcação das Terras Indígenas em 1991 e inicia, através da Funai, o ajuizamento, junto ao Supremo Tribunal Federal, de ações de inconstitucionalidade, buscando anular todos os atos que, entre as décadas de 1940-60, efetivaram a redução das terras indígenas demarcadas. O Estado, por sua vez, constitui pelo Decreto 37.118 de 30/12/1996, um Grupo de Trabalho para fazer levantamento das terras indígenas que tinham sido colonizadas irregularmente e apontar a situação específica de cada uma e possíveis soluções.[45]

A mudança da forma como a sociedade passou a enxergar os indígenas, a capacidade dos indígenas de se fazerem enxergar, estruturar propostas e defender seus direitos proporcionou um significativo avanço na positivação de seus direitos que estão expressos, principalmente, nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal. É importante que se registre que a criação deste capítulo sobre o direito indígena na nossa Carta Magna, não deve ser visto como um processo acontecido de forma pacífica e consensual na sociedade brasileira e no meio dos constituintes. Antes pelo contrário, houve atuação desde a construção de propostas na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Houve a tentativa de eleger candidatos constituintes representantes da União das Nações Indígenas (UNI), que, apesar de não serem eleitos, contribuíram para a formulação e divulgação das propostas indígenas; ela teve uma participação efetiva nas comissões; ocorreram diver-

---

45 KUJAWA, H. A. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul:* a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014, p. 46.

sas marchas e acampamentos em Brasília. Enfim, o avanço do direito indígena na Constituição foi, da mesma forma que o avanço dos demais direitos sociais, fruto de organização e mobilização social associada ao trabalho de técnicos, de assessores parlamentares, intelectuais vinculados a ONGs e instituições religiosas[46].

Soma-se a isso o fato de que o Estado do Rio Grande do Sul, diferente do que ocorreu na década de 1990, não reconhece ter cometido ilegalidade na venda das terras hoje reivindicadas pelos indígenas. Este fator ganha importância na medida em que o Estado não se propõe a indenizar os agricultores pelas terras que, porventura, venham a ser demarcadas como indígenas[47]. Ou seja, na compreensão do Estado, o processo de colonização e venda de lotes em terras devolutas, não demarcadas como indígenas (no mesmo momento em que outras áreas foram demarcadas como Toldos Indígenas) possuía legalidade e legitimidade. Portanto, o artigo 32 da Constituição Estadual de 1989, aplicado para indenização dos colonos que compraram lotes em Terras Indígenas demarcadas, não se aplica para as reivindicações recentes. Obviamente este fator agrava ainda mais a tensão e o conflito uma vez que os agricultores se sentem ameaçados de perderem as suas terras, que foram adquiridas do Estado pelos seus antepassados, sem indenização das mesmas, uma vez que a união, por meio da Funai, só indeniza as benfeitorias[48].

O atual conflito intensifica-se após o início do século XXI, e coloca frente a frente dois sujeitos sociais ligados à terra e que lutam pela mesma porção. Questões históricas, de fatos ligados às políticas públicas e aldeamentos; de ordem jurídica (aquisição da propriedade legitimada pela esfera pública, via apropriação direta ou por colonizadoras); argumentos em torno do esbulho indígena ou não; da presença imemorial; do fato de que, no período de aquisição da terra pelos agricultores (alguns até há mais de 100 anos) não havia indígenas, já estando estes aldeados; de que são oriundos de "troncos velhos"[49]; que habitavam essa região do Estado e que constituíram pequenas comunidades resistentes à pressão pública pelos aldeamentos, dentre muitos outros aspectos, formam o rol das narrativas e do conteúdo presente nos laudos técnicos de ambos os grupos. A memória de saberes, de sociabilidades, de vínculos culturais (cemitérios, ocas, sacrifício do trabalho em tempos passados, importância da mata, etc.) também faz parte dos horizontes argumentativos.

---

46 KUJAWA, H. A. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul:* a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

47 KUJAWA, H. A. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul:* a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

48 TEDESCO, J. C.; ZIMERMAN, G. A pressão pela terra: a política de redução de áreas indígenas e as demandas atuais no Centro-norte do Rio Grande do Sul. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:* indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

49 CARINI, J. *Estado, índios e colonos:* o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

Nesses últimos anos, o conflito vem se acirrando, tomando proporções maiores com a presença de várias entidades mediadoras, de ambos os lados, algumas até com um histórico de representação ambíguo em razão da atual demanda e dos sujeitos sociais envolvidos. Farsul (órgão de representação da classe patronal da agricultura) e Fetag (representação dos agricultores familiares), por exemplo, nessa questão das demandas indígenas, estão juntas na defesa dos pequenos agricultores. Há ambiguidades na atuação de entidades que até então tinham indígenas e camponeses no seu horizonte de representação e que, em razão desse conflito, tomaram partido e defesa de um só sujeito coletivo.

Enfim, é uma realidade tensa, ampla, complexa, de difícil resolução, que tem no seu interior várias dimensões e mediações. Nenhuma demanda foi ainda resolvida pelas esferas pública e jurídica. Há muitas controvérsias, propostas e contradições aliadas à reduzida vontade pública para encontrar soluções. O que aglutina os dois lados é a dimensão histórica que, em razão de suas demandas e defesas, é interpretada em adequação com o grupo em questão. Desse modo, passado e presente vinculam-se, estão num campo de disputas interpretativas e fronteiras que demarcam múltiplos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que há fatos históricos de longa data de grande referência na compreensão dos atuais conflitos agrários envolvendo indígenas e agricultores. Os primeiros reivindicam espaços que comprovam ser de ocupação tradicional, de constituição de parcialidades, que descendem de caciques que tiveram uma grande expressão territorial. Os segundos argumentam que também constituíram sociabilidades no trabalho na terra, adquiriram legalmente as terras e que dependem delas para a sequência de elementos econômicos e culturais.

No centro-norte da província, habitavam parcialidades indígenas de tempos imemoriais, em particular, a Kaingang. As políticas de exploração, desbravamento e ocupação necessitavam controlá-los. Cooptação, promessas de proteção, aldeamentos, pagamentos, etc., foram expedientes utilizados para tê-los sob controle.

Nessa região, as políticas indigenistas do Império e das primeiras décadas da República se fizeram sentir. Aldeamentos gerais, como os de Nonoai, Guarita e Campo do Meio, são expressivos desse primeiro empreendimento; todos criados com o intuito de se evitar o conflito entre as populações nativas e a sociedade nacional. Porém, o conflito fez parte do cotidiano, na sua versão bélica, na forma de correrias, mas, acima de tudo, pelas concepções de trabalho, propriedade e espaço natural; essas produziram desqualificação, expropriação, tentativas de extermínios, reduções constantes de territórios previamente demarcados.

No século XX, novas demarcações territoriais, intrusões, reforma agrária nas terras indígenas demarcadas, bem como extinções de reservas e/ou redução de área foram os expedientes que registram fatos que atualmente justificam as demandas indígenas de reparação e (re)incorporação territorial.

Os conflitos atuais revelam e colocam em xeque esse passado histórico. É uma luta complexa, que envolve sujeitos sociais que não viveram no período, muitos deles na mesma dimensão da subalternidade histórica em âmbitos econômico, de políticas públicas e de representação cultural e, que agora, estão frente a frente e lutando pela mesma porção de terra.

Percebe-se que a trajetória histórica das políticas territoriais indígenas em diferentes momentos e a intensidade da tensão social permanecem no contexto atual. Caso o Estado, por meio dos seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, combinado à sociedade, não for capaz de produzir uma solução sem fazer com que a promoção do direito indígena signifique violações dos direitos dos agricultores e vice-versa, são grandes as chances de continuarmos formulando soluções parciais com alto custo econômico, social, cultural e humano; soluções estas já demonstradas historicamente como ineficazes e paliativas. É fundamental que não se polarize a questão entre indígenas e agricultores, mas que se trate como um problema da sociedade como um todo, que possui raízes históricas e que precisa ser enfrentado em suas dimensões estruturais.

Entendemos que não podemos virar as costas para essa realidade do século XIX na região em questão, muito menos o que se reproduziu na primeira metade do século XX em relação aos territórios indígenas. A luta indígena se compõe desses referenciais e se justifica; lança mão de fatos históricos, de realidades de esbulho e apropriação territorial, de memórias de vividos e de saberes constituídos em sua territorialidade. Portanto, a compreensão histórica permite relativizar preconceitos, auxilia na formação de opinião e colabora para que as partes envolvidas possam chegar a um termo comum sem promover novas injustiças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRINGMANN, Sandor. F. *Índios, colonos e fazendeiros*: conflitos interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Nação, 1966.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos*: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARON, Márcia dos Santos Caron; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da Colônia Erechim (1890/1910). *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 220-231, maio/ago., 2012.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi Regional Sul, 1984.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingang*: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2013.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GOLIN, Tau. *Território Kaingang – Passo Fundo e Mato Castelhano*. Documentação sobre a presença histórica Kaingang em Mato Castelhano. Passo Fundo, Núcleo de documentação Histórica, UPF, 2007.

KUJAWA, Henrique Anicleto. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul*: a trajetória de políticas públicas contraditórias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá, Uruguai e Sinos. In: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930)*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos, 2009.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas – Antropologia*, n. 56, p. 1-220. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2000.

MABILDE, Pierre François Alphonse. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul* – 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Trad. Pe. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Compte e os fetichistas*: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista, o Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: "Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul", 1997.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF, 1991.

RUCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra*: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827/1931. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique Anacleto. *A questão territorial Mato Preto nos municípios de Getúlio Vargas, Erebango e Erechim/RS*. Relatório de Perícia Fundiária. Porto Alegre: UFRGS; Passo Fundo: IMED, 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. La arqueologia del nordeste argentino y del sur del Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F.A. Menghin y los arqueólogos posteriores. In: SCHMITZ, P. I. (org.). Contribuciones a la prehistoria de Brasil. *Pesquisas – Antropologia*, v. 32. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1981.

SIMONIAN, Lígia T. Lopes. Política/ação anti-indígena de Leonel de Moura Brizola. In: KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina; GOLIN, Tau (org.). *Povos indígenas*: contatos, reservas, fricção e situação contemporânea. Passo Fundo: Méritos, 2009.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. *Terra de posseiros:* um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para compreender os atuais conflitos. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul*: indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

TEDESCO, João Carlos; SILVA, Gean Zimermann. A pressão pela terra: a política de redução de áreas indígenas e as demandas atuais no Centro-norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul*: indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

TESCHAUER, Carlos S. J. Os caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul. *Boletim do Museu Nacional*, n. 3, vol. 3. Rio de Janeiro, 1929.

VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

VICROSKI, Fabricio José Nazzari. Arqueologia e ancestralidade indígena no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul*: indígenas e agricultores, vol. VIII. Porto Alegre: Est Edições, 2017.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

A FRONTEIRA SUL E AS PERIPÉCIAS DO KAINGANG DOBLE ENTRE RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA (1852-1864)[1]

Almir Antonio de Souza[2]

INTRODUÇÃO
(A FRONTEIRA SUL DO CACIQUE DOBLE)

Os atuais Kaingang são os povos remanescentes dos povos originários que no início do século XIX habitavam o território que era a parte primeira das terras meridionais das províncias no Brasil. Assim, compunham até o surgimento da província do Paraná em 1853, a Quinta Comarca de São Paulo, a Fronteira Sul da província, criada a partir de 1812, também conhecida como comarca de Curitiba[3]. Aprumava-se em uma longa extensão de terra, da qual faziam parte a grande província de São Paulo, uma pequena parte na província de Santa Catarina, e outra nas fronteiras com a província de São Pedro. Na direção oeste e sul confrontava com as províncias hispano-americanas. Atualmente, essa região é chamada de Planalto Meridional. Essas populações habitavam essa região, basicamente na direção Oeste, a partir da margem ocidental da Estrada do Sul, o caminho de tropas

---

1 Parte das reflexões presentes neste capítulo compõem a minha tese de doutorado. SOUZA, Almir Antônio de. *Armas, pólvora e chumbo:* a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

3 A Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX, estava dividida em seis comarcas, sendo a 1ª de Bananal, 2ª de São José, 3ª de Jundiaí, 4ª de Itu, 5ª de Curitiba e 6ª de Cananéia. MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-37)*. 3ª Ed. Fac-símile. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 35-89. Até 1812, a sede da ouvidoria das terras ao sul da capitania de São Paulo estava instalada em Paranaguá. A partir dessa data, o núcleo administrativo foi transferido para Curitiba, determinando a *quinta comarca* de São Paulo, também conhecida como *comarca de Curitiba. Apud* LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização.* Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878). Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 14-15.

de Viamão, que unia os campos de criação de gado dos pampas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passando pelos campos de Lages até a vila de Sorocaba, a principal feira de gado da província de São Paulo. No século XIX no interior do Sul do Brasil, saindo das praias, entre litoral e planalto e, depois desse, nas encostas das serras, na mata fechada, nos grotões encostados aos penhascos, nos campos e faxinais, nas matas próximas às montanhas, nos capões, nos bosques e florestas de araucária, habitava considerável população. Ao contrário do pensamento do "vazio demográfico", dos "sertões incultos" e das terras devolutas, existia uma significativa densidade demográfica[4]. Denominados de bugres, gentio bravio, as populações originárias – os índios – eram vistos como uma ameaça[5].

Durante o período abordado neste estudo, existia no sul do Brasil uma diversidade de grupos, como os Xokleng das matas ao sudeste da província de São Paulo, já nos limites com a província de Santa Catarina, ou como os Guarani e Kaiowa, e os Xetá, já próximos à fronteira com o Paraguai e Mato Grosso. Porém, a grande extensão de terra denominada Planalto Meridional era habitada majoritariamente pelas populações que hoje se autodenominam Kaingang[6]. Ocupavam o interior, os chamados sertões incultos por onde, segundo a ótica dos conquistadores, *erravam* internados na *barbárie*[7]. Esses povos indígenas pertencem ao tronco linguístico Jê - ou às sociedades Jês –, que no período colonial eram chamados de Tapuias e Guainás. Suas origens no sul do Brasil dentro do que é plausível e já foi apontado por John Monteiro (no texto "Tupis, tapuias e a Histó-

4 Uma crítica à invenção do vazio demográfico - ou das terras incultas ou devolutas - no Paraná, é feita pelo historiador Lucio Tadeu Mota. Ver MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang.* A história épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994, p. 7-51. Em Santa Catarina, historiadores como Walter Piazza ajudaram a construir essa ideia das terras devolutas, das terras incultas e, portanto, plenamente viáveis para o avanço das fronteiras, e a ocupação com as migrações, e consequente construção de vilas e cidades. Ver PIAZZA, Walter. *A colonização em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardeli, 1994, p. 252. Walter Piazza, ao pensar o interior catarinense, usa o termo "vazio demográfico", a partir da ótica comum a certa historiografia, que olha a colonização apenas como a saga da imigração, do progresso e desenvolvimento, ficando à margem a consideração de uma significativa população que habitava e ou refugiava-se nas matas.

5 Esses grupos étnicos na visão do europeu, durante o século XIX, eram vistos como o gentio bravio, os Tapuias, ou simplesmente bugres e constituíam-se antes de tudo como inimigos e uma ameaça, já que respondiam às invasões com táticas e estratégias, como os invasores. Cf. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

6 Vamos adotar ao longo do capítulo a Convenção para Grafia de Nomes Indígenas. Esta Convenção foi assinada por participantes da 1ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Foi publicada na *Revista de Antropologia,* vol. 2, n. 2, São Paulo, 1954, p. 150-152; posteriormente, nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

7 Os "errantes" era como denominavam os conquistadores invasores o *modus vivendi* dos povos em seus vastos territórios históricos, como os Kaingang que ocupavam boa parte da região que estudamos, o oeste e arredores do chamado Caminho do Sul, que unia Viamão, Vacaria, São Borja, Cruz alta, Lages, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba, ou seja, juntava as principais estâncias produtoras de gado sulinas à grande feira de venda e compra de animais - a feira de Sorocaba.

ria de São Paulo: revisitando a velha questão Guaianá"[8]), remontam às primeiras invasões dos territórios indígenas quando da chegada dos europeus, no início do século XVI. De acordo com John Monteiro, os Guaianás que aparecem nas fontes do período tratam-se sem sombra de dúvida de ancestrais dos Kaingang. Essas populações indígenas manejavam um território histórico que a partir da província de São Paulo confrontava ao sul com a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o Uruguai, a oeste com Missiones em regiões de fronteira com Paraguai e Argentina, e a leste com as matas fechadas da serra do mar e os Xokleng que nelas viviam. Sua grande área de domínio, desde São Paulo até as fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, deixam claras as condições de mobilidade destas populações, evidenciam um enorme território de perambulação, firmando sua condição de seminomadismo. Esta condição de mobilidade permaneceu até o final do século XIX, inclusive como forma de resistência à ocupação e invasão de suas terras no Brasil Meridional[9].

No contexto do Brasil imperial, as fronteiras do Sul avançavam em direção às terras indígenas. A ocupação do território com a colonização resumia-se ao litoral e cidades mais próximas dele. O interior ainda era um mundo a ser inventado com o influxo da colonização dita civilizada, com seu desejo maior de invadir e ocupar as terras habitadas por inúmeros povos indígenas. Era preciso fazer avançar a fronteira agropastoril, plantar produtos básicos e viáveis, como o milho e o feijão, e principalmente, criar animais.

Dentro dessa perspectiva, podemos centrar uma discussão na região de estudo. Essas fronteiras faziam parte de um mundo peculiar, onde a criação de animais combinada com uma agricultura quase que de subsistência, descortinava um mundo a ser inventado, e os conflitos que se estabelecem são fluidificados por campos de tensão[10]. Nessas fronteiras, mesmo em um contexto de guerra não pode ser descartada a possibilidade de compreensão do conflito a partir de um viés de aproximação de corpos e mentes dentro de um território. Isto permite momentos entre índios e não índios que vão desde a guerra até a paz, passando por alianças e traições, por diálogos e negociações de tratados, em uma intensa ação politica e diplomática das populações indígenas com as populações invasoras de suas fronteiras.

---

8 MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores.* Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 180-193.

9 Sobre os Kaingang meridionais ver LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas. *In:* KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *Povos Indígenas*. V. 5. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 81-82. Sobre a direção do povoamento Kaingang ver: PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades.* Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Assis, 1992, p. 110-133.

10 SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A "terra de ninguém": índios e bugres nos campos de Cima da Serra. *In:* KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *Povos Indígenas*. V. 5. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 54.

A fronteira aqui estudada era chamada nos documentos do século XIX de Fronteira Sul. Nos anos em que o estudo aborda a trajetória do cacique Doble (1852 e 1864), já havia sido criada a província do Paraná, todavia uma grande região do oeste de Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul eram terras inter-fronteiriças ainda indefinidas. Nos pontos extremos dessa fronteira, já próximo a São Pedro e Santa Catarina, numa região que compreendia lugares como Vacaria, Campo do Meio, Lages, Pontão, Lagoa Vermelha, Corisco, Nonohay e Cruz Alta, se intensificavam os conflitos entre os lados indígenas e não indígenas. A investigação que se apresenta tenta demonstrar as lutas dos índios do Planalto Meridional em torno da manutenção de suas terras ancestrais, por meio de uma pequena parcela da trajetória do controvertido Cacique Fagundes Ferreira Doble, cuja história está na origem de uma cidade - Cacique Doble. Este local foi, durante boa parte do século XIX, espaço de perambulação de grupos Kaingang e por onde transitava o respectivo comandante indígena. O primeiro ponto do capítulo traz as circunstâncias e ações de Doble em São Pedro do Rio Grande do Sul, cujo desencadeamento, determinantes de um contínuo deslocamento, o fizeram cruzar a fronteira com Santa Catarina e tentar a sorte nos Campos de Lages. O segundo subitem é a análise do tempo em que Doble permaneceu em Santa Catarina e de como se relacionou com a população e autoridades locais. As peripécias ocorridas em Santa Catarina envolviam significados além do simples conflito, envolviam alianças e negociações, amigos e inimigos, guerra e paz, índios e não índios. O último ponto traz a derradeira fronteira e peripécia de Doble, que após ter prestado uma série de serviços ao Império e governo provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi "recompensado", juntamente com seu grupo, com roupas velhas de soldados infectadas com varíola e acabou encontrando a morte. Ao final, se incita a pensar sobre as condições concretas da ocupação das terras meridionais e o protagonismo histórico do controvertido comandante indígena e suas muitas fronteiras. As fontes utilizadas no trabalho foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), no Arquivo Público do Paraná (APPR) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Os relatórios de Presidentes da Província foram pesquisados na rede mundial de computadores, no site Provincial Reporters, Center for research Libraries[11], da Universidade de Chicago.

GUERRAS E FRONTEIRAS: O KAINGANG DOBLE EM TERRAS DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Em janeiro de 1852, um grupo de indígenas liderado por Nicué, também chamado de João Grande, adentrou em uma estância nos termos de São Leopol-

11 Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial.

do, na Colônia Mundo Novo, e realizou um assalto resultando em mortes, raptos e pilhagem. O Vice-presidente da província, em relatório de outubro de 1852, relatou que "a 8 de Janeiro accometterão uma casa, matarão o alemão Pedro Wadenpuhl, e raptarão sua mulher, cinco filhos menores, e uma filha casada."[12] A autoridade concluía dizendo que o Delegado do distrito havia formado uma "partida de quarenta homens paisanos. Porém nem aquelles forão encontrados, nem resgatadas as pessoas raptadas."[13]

Quinze meses depois do ocorrido, a família Wadenpuhl ainda encontrava-se desaparecida. O que iria mudar o curso desta história seria a fuga da filha de Pedro Wadenpuhl, Maria, que descreveu o lugar de esconderijo de Nicué. A oportunidade apareceu para Doble, que era conhecedor das matas e inimigo de Nicué, após aquele ser convidado para realizar a perseguição, juntamente com os homens do Capitão Francisco Miller. Em março de 1853 todos os sequestrados foram resgatados com vida, e morreram na ação, conforme palavras do Presidente da Província, "o bugre João Grande e os de sua horda, autores das depredações de que foi aquelle termo victima durante dous annos."[14]

Maria Wadenpuhl iria virar Maria Bugra, e suas histórias fariam parte de um folhetim intitulado "Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã", publicado em 1931 no jornal *5 de Abril*, na cidade de Novo Hamburgo, como acabou sendo chamada toda a região que ia do Vale do Rio dos Sinos até os Campos de Cima da Serra. O folhetim nesse caso foi um elemento privilegiado para a construção da identidade da cidade. O elemento indígena foi estereotipado como indolente e selvagem, e do outro lado o elemento germânico incorporava o labor e o mundo culto. É claro que nesse caso, se constrói a identidade e se justifica a invasão e o extermínio dos indígenas pela sua bestialidade e selvageria, representada nos raptores de Maria Bugra; e essa aparece como uma heroína que, imaculada, retornaria ao lar e o marido[15].

As representações do índio como inimigo cruel e selvagem foram utilizadas como argumento para conflitos e guerras fundamentadas no extermínio dos povos originários. As expedições punitivas eram implacáveis, como a perseguição ao grupo de João Grande, comandada por Doble e pelo Capitão Francisco

---

12 Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de outubro de 1852. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1852, Tranquilidade Publica- Segurança individual, p. 5.

13 Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de outubro de 1852. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1852, Tranquilidade Publica- Segurança individual, p. 5.

14 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da assembléia Provincial em 06 de Outubro de 1853. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 6 – judiciário-tribunais; crime.

15 Ver PUHL, Paula Regina; PRODANOV, Cleber Cristiano; KERBER, Alessander. Representações étnicas no folhetim "Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã" e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. *In: Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 191-214, dez. 2007.

Muller. É possível que o ataque ao grupo de João Grande tenha sido orientado dentro das técnicas de guerra contra os indígenas já estabelecidas em múltiplos combates em toda a América: de surpresa, ao amanhecer, matando os resistentes, e aprisionando como cativas mulheres e crianças. O governo, nesse relatório, não fala em sobreviventes, limitando-se a dizer que foram mortos os de "João Grande e sua Horda". Tampouco é apresentado algum preso para ser processado nas formas da lei. Tudo indica que, nesse caso, o assassinato do grupo de João Grande sequer tenha sido pensado como algo criminoso – imperava, nesse sentido, a força da tradição, dos usos e costumes. Valia a lógica de uma implícita guerra justa que ainda ecoava dos tempos da chegada dos primeiros invasores às terras dos povos originários.

Os moradores da Colônia "Mundo Novo" queriam recompensar de seus bolsos o comandante Doble, mas o Governo de São Pedro tomou para si esta atribuição e fez o pagamento pelos cofres públicos[16]. Uma das intenções do governo era aldear Doble e seu povo.

Doble era uma liderança nos campos de Vacaria, Campos do Meio e do Pontão, numa extensa região desde Cruz alta, Passo Fundo, Nonoai, Lagoa Vermelha, Vacaria e Lages; perambulava por estes lugares e buscava o que necessitava para a sobrevivência de seu povo junto ao governo, e em troca dissimulavam aceitar as condições de aldeamento, que nem sempre eram cumpridas. A dissimulação também pode ser vista como tática de atuação. Doble não se deixou aldear, continuou entre os Campos do Meio e do Pontão, embora o Governo tenha se empenhado nesse sentido[17]. Em correspondência de 19 de março de 1853 ao cidadão Felipe José de Souza de Vacaria, o Presidente provincial João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu comunicava sua resolução de lhe encarregar o cuidado do aldeamento do povo de Doble, "não somente por confiar no seu zelo e probidade, como por saber que sobre aquelles Índios e seu Chefe exerce o referido Cidadão grande ascendência pelo amor e caridade com que sempre os tem tratado."[18] Embora na correspondência o governo colocasse à disposição os cofres públicos, principalmente no que se referia a usar a verba de custeio da "Colletoria do Pon-

16 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da assembléia Provincial em 06 de Outubro de 1853. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, Índios, Cathequese, p. 26.

17 BRINGMANN, Sandor F. Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2010, p. 137.

18 Correspondência do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú ao cidadão Felipe José de Souza da aldeia de Vacaria, em 19 de março de 1853. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Vacaria. Correspondência passiva do Diretor do Aldeamento Felipe José de Souza – 1853, maço 2. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

tão",[19] na prática, as verbas eram escassas, isso quando eram pagas, e o custeio da alimentação de 100 ou mais pessoas requeria uma logística razoável. Tal fato deve ter colaborado para a não concretização do aldeamento de Doble, além da própria resistência do comandante indígena.

No ano de 1854, Doble e seu grupo ainda eram assunto nos relatórios do Presidente da província à Assembleia Provincial. O Governo dizia que após as ordens de 10 de agosto de 1853, os comandados de Doble seguiram para o aldeamento de Nonohay, "mas infelizmente aconteceu que nesse tranzito do Pontão para Nonohay, andando a caça foi sua gente batida de surpreza por uma tribu desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto havião recebido desta Presidência como presente."[20] Doble, desconfiado que o ataque a seu grupo tenha partido de seus rivais (Pedro Nicafim e Vitorino Condá, como vingança pela morte de João Grande, da qual eram aliados), permaneceria entre os Campos do Meio e do Pontão como consta no mesmo relatório:

> Em vão tenttarão os mensageiros do Director Oliveira persuadil-o de tornar ao Nonohay, prometeu fazel-o mais tarde, mas segundo as ultimas noticias que tenho de Felippe José de Souza, da Vaccaria, ainda por alli se conserva errante com a sua tribu, mas inoffensivo. Os aldeados da Guarita commandados pelo Capitão Fongue, montão a 289. As tribus do finado Cacique Nonohay, de Nicofé, Condá, e Conhafé montão a 346, total 635.[21]

O governo pretendia colocar todos os índios em um só grande aldeamento, mas não levava em consideração a organização social e política dos kaingang, com seu faccionalismo e parcialidades[22]. Juntar rivais em um mesmo aldeamento era uma tarefa árdua. Doble deixou claro que ir para Nonoai era algo para mais tarde, ou seja, quando as condições lhe fossem favoráveis. Vitorino Condá, nessa época, já havia se convertido em uma figura lendária, entre índios e, também entre não índios, numa trajetória de relações políticas e diplomáticas que compreendiam uma extensa área de atuação desde os campos de Guarapuava passando por Santa Catarina até São Pedro. Condá, após abrir o caminho pelo oeste catarinense per-

---

19 Correspondência do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú ao cidadão Felipe José de Souza da aldeia de Vacaria, em 19 de março de 1853. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Vacaria. Correspondência passiva do Diretor do Aldeamento Felipe José de Souza – 1853, maço 2. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

20 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembleia Provincial em 2 de Outubro de 1854. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 30-31, Índios, catequese.

21 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembleia Provincial em 0 de Outubro de 1854. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 30-31, Índios, catequese.

22 VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006, p. 42.

mitindo uma alternativa mais rápida para o antigo caminho das tropas – desde Guarapuava até Nonoai, tarefa que se desejava concluir desde o início do século – acabou recebendo o título de comandante dos índios em Nonoai, onde conviveu com grupos de aliados comandados pelo velho Nonoai, Votoro, Conhafe e Pedro Nicafin, a quem casara com uma de suas filhas. Como Condá e seu genro Nicafim permaneciam nos campos de Nonoai, ao Cacique Doble, neste momento, restava continuar em seu território de perambulação nos campos da Vacaria, ou aventurar-se em terras do outro lado do rio Pelotas, no distrito de Lages. No excerto citado anteriormente, chama a atenção a informação que Nonoai está morto, o que deve ter acontecido no início de 1854, e assim, ficava enfraquecida a aliança de Condá e Nicafim, que já haviam perdido outro aliado, Nicué (João Grande).

Nos meses seguintes, Doble ficou apertado novamente pelas condições impostas de insegurança patrocinada pelos grupos rivais. Devido à perda dos equipamentos e presentes obtidos junto ao governo e, provavelmente, pelas condições precárias estabelecidas em Vacaria, foi buscar novas paragens para seu povo.

O KAINGANG DOBLE NOS CAMPOS DE LAGES

No dia 16 de fevereiro de 1855, Doble e seu grupo, com mais de 100 pessoas, vão atravessar o rio Pelotas e ingressar na província de Santa Catarina, nos campos de Lages, em busca de melhores condições de sobrevivência. O Delegado de Lages, Guilherme Ricken, às voltas com ataque e incursões dos Xokleng à região, ao saber do ocorrido pelo Inspetor de Quarteirões dos Baguais, tratou de comunicar o evento ao Presidente da província, João José Coutinho:

> Em o meu officio de 18 do corrente participei a V. Ex. do apparecimento do Gentio Botocudo a beira do campo na direção da Serra Geral, onde estão fazendo estragos nas Criações dos moradores, e agora tenho a participar que em occasião de estar dando providencias para os afugentar, recebi a participação do Inspector do Quarteirão dos Baguaes de que huma porção de Indios Coroados que se achavão aldeados no Municipio da Vacaria, passarão o rio de Pelotas no dia 16 do corrente, encaminharão-se para esta Villa, onde entrarão antes de hontem a tarde em numero de 100 mais ou menos, com mulheres e muitas crianças capitaneados pelo cacique Dobre, de quem V.Exª já deve ter noticia, e que logo me procurou. Perguntando-lhe a que vinha disse-me que vinha me visitar, e que sua gente estava com fome. Dei logo providdencias para se acampar esta gente, perto de hum arroio na visinhança da Villa, para onde mandei huma porção de feijão e farinha com toucinho, que em hum instante devorarão. Hontem voltou tudo a esta Villa, entrando sem ceremonia em todas as casas, pedindo tudo quanto vêem, e por mais que se lhes dê nunca ficão satisfeitos. Esta gente está quase

> nua, de combinação com o Tenente Coronel mandei carnear trez rezes para elles, e de que me consta hoje já pouco ou nada resta. He portanto perciso dar-lhes de ração senão nada chega. [23]

O Delegado, em um primeiro momento, estava preocupado com os "Bugres Botocudos", os quais eram vistos como bravos; em um segundo momento, vai estar preocupado com os índios Coroados, especificamente os do Capitão Doble, que eram vistos como índios mansos. O que chama a atenção é o motivo da ida de Doble para os campos de Lages. Inquirido pelo Delegado, o cacique respondeu que tinha ido ali para visitá-lo e que seu povo tinha fome. As autoridades da vila providenciaram comida, distribuindo farinha, feijão e toucinho e carneando algumas reses. O Delegado continuou a falar sobre Doble e seus comandados:

> Fallando com o cacique perguntei-lhe se veio com licença de quem os governava lá na Vacaria, disse que não, pois que por lá não havia quem olhasse para elles, o que He de suppôr não ser verdade. Conta me porém por gente vinda da Vacaria, que estes Indios tiverão ordem de se recolher ao Aldeamento de Nonohay em Missões, e que recusarão para ir, por serem muito vadios, e não quererem trabalhar e que os moradores da Vacaria já não os podião aturar. He portanto de suppôr que passassem para Ca, para continuar na mesma vadiação. Não estamos aqui preparados para tão desagradável visita, e não há remédio senão sustenta-los em quanto não se achar meios para afastalos da Villa, e para encostalos n'algum matto que tenha caça para se poderem sustentar, e portanto tenho a pedir a V. Exª authorização para estas despezas já feitas e por fazer, e bem assim instruções sobre o futuro tratamento desta gente no caso de não quererem voltar para a Província do Sul. Em todo caso He necessário nomear se huma pessoa para director dos mesmo índios em quanto aqui estiverem no districto.
> O Cacique, que bem pouco portuguez falla, e que apenas se entende, me pede roupa para sua gente, e baetas parase cobrir, bem como machados e facas. Disse-lhe que sem ordem do Governo não lhe podia dar, e que mesmo sabia que o Governo nada lhes daria emquanto não se aplicassem a trabalhar, para ganharem a vida. Não pareceu ficar satisfeito com esta resposta.[24]

---

23 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre a entrada em Lages de cerca de 100 Coroados Captaneados pelo Cacique Dobre, em 22 de Fevereiro de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 19-19v. APESC.

24 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre a entrada em Lages de cerca de 100 Coroados Captaneados pelo Cacique Dobre, em 22 de Fevereiro de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 19-19v. APESC.

Essa correspondência do Delegado Guilherme Ricken, direto do mundo fronteiriço e suas muitas dificuldades e precariedades, revela algumas informações que, cruzadas com outras, vão compondo um corpus da história social, com cores mais intensas. Sem dúvida, com o aporte de muitas fontes sobre os acontecimentos que circundam as pessoas e suas trajetórias de vida, é mais fácil produzir uma discussão que não esteja alicerçada apenas em comportamentos psicossociais, e que de uma maneira antropológica são preconcebidos em teorias herméticas. Desta forma, aqui se pode ao menos induzir que a precariedade fronteiriça, nestes momentos, atingia de forma mais acentuada principalmente os pobres dos campos e das matas, como os indígenas de Doble. Ameaçados por seus inimigos e pressionados pelas frentes de expansão do processo invasor de suas terras, viam-se na dependência de viver de um jogo de alianças e negociações para buscar bens essenciais como comida, roupas, armas e cobertores para o frio. Sua saída de Vacaria também foi acionada, como vemos, por uma pressão também dos moradores não indígenas, estancieiros, lavradores e sitiantes que já "não os suportavam mais", e que, portanto, também queriam se livrar do povo Kaingang comandando pelo 'Capitão Doble', pois os entendiam como um bando de vadios. Para o Delegado de Lages, uma das soluções era que enquanto não se achassem meios para afugentá-los da vila, se procurasse um mato para encostá-los e para viverem da caça e do mel.

Os lugares de caça de Doble estavam cada vez mais reduzidos, do lado leste do caminho para Sorocaba viviam os Xokleng, inimigos históricos, e às suas costas do lado oeste estavam Condá e Nicafim; ao sul, estava Vacaria e, ao norte, estava Lages. Dessa forma, o avanço populacional em seu território tradicional também era uma constante. Buscar campos de caça significava arriscar-se cada vez mais, como demonstrado no relatório de 1853 do Presidente da província de São Pedro, no qual se relatam ataques contra o grupo, quando realizavam caçadas em seu caminho para o aldeamento de Nonoai, provavelmente por guerreiros de Pedro Nicafim. No entanto, para as autoridades de Lages, o povo originário daquelas terras tinha recebido ordens para ir a Nonoai e que para lá não foram "por serem muito vadios". Para o Delegado, a solução era encostá-los no mato para que sobrevivessem ou afugentá-los, porque se entendia que o contrário era como alimentar uma multidão de vadios em suas vadiagens. O Delegado, em resposta ao pedido de roupas, cobertores, facas e machados de Doble, diz que sem ordem do governo não lhe podia dar, e que, mesmo o governo, só concederia seu pedido quando "se aplicassem a trabalhar, para ganharem a vida." Resposta que não foi muito bem aceita por Doble. Mas o interessante dessa história é que, com o atraso do estafeta que levava a correspondência para a capital, o Delegado, no dia vinte e quatro de fevereiro, escreveu novo ofício, e agora o tom mudou totalmente. Com a ameaça dos Xokleng aos moradores da fazenda dos Tributos, e sem recursos para montar uma escolta, e inclusive sem armamento suficiente, a saída passou a ser contratar Doble para a expedição. Em apenas dois dias, Doble e seu povo deixaram de ser vadios e passaram a ser soldados ao serviço da província, como demonstra a comunicação:

> Em os meus officios de 18 e 22 do corrente participei a V. Exª o ocorrido neste município tanto com os bugres bravos, como com os mansos ao mando do Cacique Dobre, e approveito a demora do estafeta com o Correio, para levar ao conhecimento de V. Exª que no dia 22 deste mez recebi a participação de que os Botocudos em grande numero estavão ameaçando a casa de morada da Fazenda dos Tributos, cujos moradores me pedirão encarecidamente auxilio de armamento e gente, e como não tenho armamento de qualidade alguma, e nem era possível reunir gente com a brevidade que era mister lembrei-me de convidar ao Dobre para com sua gente ir afugentar os Botocudos, por saber que estes dous tribús são inimigos jurados. O Cacique Dobre me respondeu que se eu quizesse fazer hum trato com elle que estava prompto para seguir, porem que queria ir só primeiro para reconhecer o terreno, e ver o rasto dos Botocudos, e quando estava para seguir, lembrou-se talvez que poderia ser alguma cilada que lhe armava, disse me que elle não ia, porem que mandava dous de sua gente para lhe informar do que havia, o que com effeito fez, e voltando estes dous homens antes de hontem a noite, verificarão que pelo rasto que virão e mais signaes que apparecerão era iminente o perigo daquelles moradores. Depois destas informações me disse o Dobre que estava prompto para esta diligencia se convencionássemos sobre o trato. Em seguida pedio me 4 patacões em dinheiro para cada homem de sua gente; o que depois ficou em 3 patacões, sendo o pagamento em fazendas, cujo trato conclui com elle; pedio-me mais huma meia dúzia de facas grandes para fazer lanças, o que lhe mandei dar, de maneira que hontem de tarde seguio com vinte e tantos homens e duas mulheres para a fazenda dos Tributos à duas legoas de distancia desta Villa; deixando todos os velhos, mulheres e crianças no acampamento perto da Villa, recommendando os muito á minha proteção. Hoje julgo entrarão no matto. Acompanhão ao Cacique, como reserva, dez homens nossos.[25]

Doble aceitou a missão, mas antes foi fazer um reconhecimento, do qual desistiu de fazer ele mesmo temendo uma cilada, e mandou dois homens de seu grupo rastrearem o arranchamento dos Xokleng. Depois de avaliar a situação, Doble aceitou a expedição, desde que fossem pagos quatro patacões a cada um de seus homens. O Delegado acertou em três patacões, ou seja, 2$880 réis para cada elemento do grupo; como eram vinte e quatro, o total encomendado seria de 69$120 réis. Essas quantias geralmente não eram pagas, ou o pagamento era

25 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre o envio de uma diligência de Coroados para afugentar Botocudos que ameaçavam a Fazenda dos Tributos, em 24 de Fevereiro de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 20-20v. APESC.

realizado com meses de atraso. O principal meio pelo qual se pagavam peões, jornaleiros, e outros desvalidos do Império, como os indígenas, eram bens materiais de sobrevivência, como cobertores, tecidos, facas, comida, pólvora, balas, sal e armas. No caso de Doble não foi diferente, o pagamento foi realizado com tecidos e algumas facas - que seriam utilizadas na confecção de lanças para a expedição de destruição do arranchamento e captura dos Xokleng. Outro dado interessante é o fato de duas mulheres acompanharem a expedição, juntamente com os vinte e tantos homens de Doble, mais dez do Delegado. Será que eram esposas de Doble ou efetivas guerreiras em ação? Em nova correspondência, o Delegado informou o resultado desta expedição:

> He me impossível remetter o pret dos Indios que entrarão no matto para afugentar os Botocudos por já se terem retirado d'aqui e por ignorar seus nomes, e mesmo se ainda cá estivessem seria difficultoso por que só trez ou quatro delles tinham nome christão. No entanto mandei contal-os tanto na entrada como na sahida do matto pelo comandante de nossa gente que os acompanhou, e que me participou ser seu numero 24. Os Botocudos que capturarão em numero de 11, e dos quaes 6 actualmente se achão doentes, e entre elles huma bugra em perigo de vida, seguirão para essa, logo que seu estado de saude o permittir. Igualmente impossível me é dar a V. Exª hua relação exacta da idade e sexos da gente capitaneada pelo Cacique Dobre, e somente direi que seu numero total importou em 92, dos quaes 30 mais ou menos são homens de armas, e o mais mulheres e crianças de todas as idades: que seu estado de civilisação é ínfimo, e que não aproveitarão senão alguns dos nossos vícios. Além do Dobre somente dous homens entendião algumas palavras da nossa língua, e somente respondião quando lhes fazia conta, e tão bem só estes trez sabião servir-se de armas de fogo, sendo os mais armados com arco e frecha, e alguns com porretes. Parecião sadios, apesar de andarem quase nus, a sua comida toda é sem sal, só os homens comião carne e leite, e o sustento principal das mulheres era feijão, e farinha e rapadura, alem do que arranjavão nas lavouras dos moradores em roda da Villa, que ficarão completamente arrasadas. Não se Occupão em trabalho algum, e a sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma Idea religiosa apparece entre elles. Enfim são animaes Brutus, que a não serem sujeitos e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis.[26]

26 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre os resultados da diligência dos Coroados, sobre o estado de civilização desses e a necessidade de sujeitá-los e obrigá-los a trabalhar, em 10 de março de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 21-21v. APESC.

O documento citado não traz a expedição em campo, no seu momento de atuação, mas se pode ler um relato do seu resultado, e alguns aspectos de comportamento do povo de Doble, que agora depois de terem atuado como soldados a serviço do governo, segundo a conclusão do Delegado, retornam à condição de vadios, e que devem ser obrigados a trabalhar, já que não passavam, nas palavras da autoridade provincial de "animaes Brutus". Segundo Guilherme Ricken, foram derrotados os Xokleng e feitos onze prisioneiros, dos quais seis estavam doentes e um em perigo de vida, e que seguiriam para a capital, assim que seu estado de saúde permitisse. Com relação aos *prets* dos índios de Doble, diz que não tem como pagá-los, pois tinham se retirado da vila, e mesmo que o desejasse não teria como fazê-lo já que apenas quatro possuem nome cristão. Os *prets* eram as quantias que eram pagas em dinheiro a qualquer um que prestasse serviços militares, diferente do soldo que era um salário mensal, e a etapa, que são os víveres necessários ao militar quando em efetivo serviço. Os componentes do grupo de Doble contados pelo Delegado chegaram a noventa e dois, sendo trinta de armas, e os demais, mulheres e crianças. Ainda segundo Guilherme Ricken, apenas Doble e mais dois sabiam português e usar armas de fogo; o restante usava arcos, flechas e porretes. Normalmente, os que usavam arma de fogo além do comandante eram aqueles que acabavam sendo chamados de Tenentes, pelo menos dessa forma eram vistos pelos não indígenas. Após a expedição contra os Xokleng, Doble e seu grupo retiraram-se da vila, e passaram a ocupar uma área no Quarteirão dos Baguais, próximos à picada que seguia para Campos Novos, como se observa na correspondência do Inspetor de Quarteirão Joaquim da Costa Varella:

> Sobre os povos deste quarteirão não consta até a data deste haver novidade alguma, está por ora em paz. Passo agora a tratar sobre os Bugres: no dia 27 tive noticia que estavam nas roças dos moradores deste fundo, sobre a picada dos Campos Novos, sendo estas roças na Serra, queixando-se os moradores que lhe estavam destruindo as roças: no dia 28 mandei gente a ver se retiravam. Sahio o Dobre disse-lhe que tirasse a gente do matto, que não estivessem destruindo as roças, respondeo que a gente estava doente que não podia; pedio-me rez para carnear que a fome era muita, e remédio para curar a gente para sahir; disse-lhe que tirasse a gente, que dava, tirou em numero de trinta e tantos; tive de carnear e dar-lhe outras cousas que o dito pedio, e o mais não tem sahido, diz elle que vão pelo matto mesmo: no dia 29 houve muita água, estando estes no Campo tornaram-se a retirar-se para a Costa da Serra e por ahi estão com muita manha. Tenho lidado com muito jeito a ver se os tiro da Serra: fiz huma Carta dizendo que Foi Felippe José de Souza que o mandava chamar por Ordem do Presidente; ficou muito alegre e disse que ia, mas que era em a gente sarando, e a doença dos ditos é sarampo, certamente terão muita demora para cami-

> nharem; por meio de asperidade julgo não poder lidar com elles, porque estão no matto e não estão reunidos: os povos é um clamor sobre seos mantimentos que elles estão estragando, que me veio inquietado; se não fosse tel-os advertido que elles estão apoiados pelo governo, já tinham violentado. Eu tenho supprido com alguma cousa, não anda em menos de sessenta mil reis, para ver se assim os encaminho, os mais não querem supprir com nada, e elles hão de comer, ou dado, ou roubado, ou á custa da Nação, e assim V. S. dará as providencias na certeza que sendo para os violentar rigorosamente, V.S. mandará outro, que eu não o faço sem o apoio do Governo, e elles não terem feito mal. PS. Não escrevia a mais tempo por andar vendo se os Bugres encaminhavam-se.[27]

Nas palavras do Inspetor, os índios viviam dispersos no mato e com fome, e muitos estavam doentes vitimados pelo sarampo. A intenção das autoridades do distrito em Lages, pelo menos na voz de seus Chefes de Polícia, sejam eles Delegados ou Inspetores, era de expulsar o povo Kaingang comandando pelo Capitão Doble de volta para Vacaria. Inclusive, pelos estragos que estavam fazendo nas roças, já se levantava a costumeira hipótese da violência autorizada. A "guerra é justa", desde que autorizada pelo governo ou como defesa às agressões sofridas. Ora, o desejo era agredir violentamente os indígenas de Doble, mas temiam fazê-lo sem autorização do governo. A expressão usada pelo Inspetor de Quarteirão da localidade de Baguais, Joaquim da Costa Varella, é sintomática: "os violentar rigorosamente". O povo não indígena clamava por seus mantimentos e então a *violência rigorosa*, desde que financiada pelo governo, com tropas montadas com autorização e com soldados da Guarda Nacional, e/ou com os voluntários, mas que não poderia prescindir dos componentes fundamentais à operacionalidade dessas expedições – os "vaqueanos".

O inspetor usou da dissimulação, mostrando carta falsificada com a assinatura de Felippe José de Souza (o encarregado dos cuidados com Doble e seu povo no Distrito de Vacaria), dizendo que este mandava chamar a ele e seu povo para os Campos do Pontão por ordem do Presidente da província de São Pedro. Dessa forma, os Kaingang de Doble (conforme a ótica e a necessidade das autoridades distritais), que de vadios haviam virado soldados, retornam à condição de vadios e passam a ser inimigos, cuja solução é o afugentamento ou a violência rigorosa.

O Delegado respondeu às preocupações do inspetor Varella, com relação a Doble e seu povo, da seguinte forma:

27 Correspondência do Inspector dos Baguaes Joaquim da Costa Varella ao Delegado de Lages Guilherme Ricken sobre a permanência e problemas causados pelos bugres naquele quarteirão, em 03 de Abril de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 23-23v. APESC.

> N'este instante recebo o seu officio de 3 do corrente, e sciente do que n'elle me diz a respeito dos bugres, respondo que não tenho autorização para despender dinheiro algum com elles, e nem tão pouco para empregar meios violentos para os expulsar. No entanto vou remeter o seu officio ao Ex senhor Presidente da Provincia, para solicitar novas ordens, que logo lhe communicarei. Por em quanto será bom que Vos Mece diga ao Dobre que se abstenha de fazer estragos nas roças dos moradores, pois que a continuar virá indubitavelmente ordens do governo para os fazer evacuar o Districto. Os moradores que não querem supprir com nada, não são a isso obrigados, e sim para ajudar a vos mece na conservação da ordem, e tranqüilidade no seu Quarteirão. Em breve porem espero poder dar-lhe ordens mais explicadas devendo vos mece e os moradores no enquanto estarem alerta, para não sofrerem por qualquer surpreza que os bugres por ventura poderão intentar. [28]

A resposta está vinculada à precariedade, não há verbas para a manutenção dos índios e não há autorização para empregar meios violentos para expulsá-los, e que se avise a Doble, que caso continuem os estragos nas roças dos moradores, virão indubitavelmente ordens do Governo para evacuá-los do Distrito. Ao entrar o mês de abril de 1855, Doble ainda está nos campos de Lages, no quarteirão de Baguais, conforme comunicaria o Delegado Ricken ao Presidente da Província:

> Recebi hoje partipação do Inspector dos Baguaes de que os Bugres manços do Dobre continuão a conservar-se nos Mattos daquelle quarteirão, e a destroçar as roças dos moradores que amargamente se queixão. Por este officio que incluso remetto a v. Exª. melhor verá o que há á respeito. Por hum trecho do mesmo officio em que diz que o Dobre se queixa de que sua gente está com muita fome desconfio d'estes bugres, pois que no matto onde estão há abundancia de caça e de mel. Está claro que não querem voltar a Vaccaria, e como também He conhecido, que não queiram sugeitar-se ao trabalho, He de receiar que de repente facão alguma violência nas casas dos moradores e depois se retirão para o matto para não sahir mais. Vai também copia da resposta que dei ao Inspector.[29]

---

28 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Inspector dos Baguaes Joaquim da Costa Varella sobre os procedimentos para com os Bugres que permaneciam naquele quarteirão, em 06 de Abril de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 24. APESC.

29 Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre a permanência e os problemas causados pelos Bugres mansos do Dobre no quarteirão dos Baguaes, em 06 de Abril de 1855. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 25. APESC.

Os Kaingang eram modelados de forma incansável pelo processo de invasão de seus territórios. Cerca de quase dois meses depois de terem atravessado o rio Pelotas e de sua atuação como expedição de destruição e captura a serviço da província, a qual realizaram de forma muito bem-sucedida no que se refere aos interesses principalmente dos moradores, já que lutaram em substituição a estes contra os ataques dos "temíveis" botocudos (os Xokleng), se esqueciam dos valiosos serviços prestados pelos comandados de Doble. Contaminados pelo sarampo, vivendo no mato e com fome, mas assim mesmo expulsos. Dessa maneira nada louvável termina o período de Doble nos campos de Santa Catarina. A expedição que realizou – e que, normalmente, tinha um custo significativo ao governo – rendeu-lhe apenas alguns tecidos e meia dúzia de facas.

Comparadas com outra expedição um ano depois, é que se pode verificar a eficiência do trabalho de Doble e seus comandados. No dia 19 de dezembro de 1856, os Xokleng voltaram a atacar no quarteirão de Bandeirinhas, perto do rio Canoas, matando o cavalo e escapando com vida Gaspar Muniz de Saldanha. O Delegado com os moradores providenciaram uma escolta de vinte e nove homens, que entrou no mato dia vinte e seis de dezembro e retornou dois dias depois, "por ter cahido em hum faijo feito pelos gentios e ferido-se gravemente em huma perna hum dos vaquianos da mesma Escolta que por Ella foi conduzido em huma rede, e está sendo tratado a expensas do Governo."[30] O Delegado decidiu não fazer uma segunda entrada com nova escolta nas matas próximas à vila de Lages, já que não dispunha de recursos, e pediu ao presidente da província, João José Coutinho que lhe enviasse pelo menos pólvora e bala[31]. O reconhecimento do terreno, e seu mapeamento, como fez Doble, era fundamental para a execução de uma patrulha, seja ela de combate, captura ou perseguição. Estes *faijos*, ou *buracos de bugre*, constituíam-se como armadilhas para o oponente, que dificultavam a ação das escoltas, e a queda em um destes buracos, por um ou mais combatentes, podia determinar o fim de uma expedição, como foi o que aconteceu com a expedição de 1856. Transportar um ferido na mata, morro acima e morro abaixo, era algo perigoso e que inviabilizava o cumprimento da missão. Novamente, os rumos dos acontecimentos também iriam determinar as futuras posições de Doble e seus comandados. De retorno para os campos de Vacaria, sua sorte novamente mudaria.

---

30 Correspondência do Delegado de Lages ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o aparecimento dos Gentios Bugres no quarteirão de Bandeirinhas, em 31 de dezembro de 1856. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 27. APESC.

31 Correspondência do Delegado de Lages ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o aparecimento dos Gentios Bugres no quarteirão de Bandeirinhas, em 31 de dezembro de 1856. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo nº 1, estante nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 27. APESC

A ÚLTIMA FRONTEIRA E PERIPÉCIA DE DOBLE

Depois do assassinato de Nicué e o falecimento dos já idosos Nonoai e Votoro, e das aventuras nos campos de Lages, Doble retornou aos campos do Pontão. Um novo atentado, com destruição, mortes e pilhagem, cuja autoria mais uma vez foi atribuída aos grupos de Pedro Nicafim e ao Clã Nicué, fez com que um novo rol de acontecimentos fosse desencadeado. O resultado do 'assalto' foi o assassinato de várias pessoas, entre elas Clementino dos Santos Pacheco, um dos interessados nos campos de Nonoai e Passo Fundo. No mesmo relatório, o Barão de Muritiba afirmava que Doble continuava no Pontão, próximo às terras de Felippe José de Souza e Francisco Ignácio Ferreira, dizia "Que não fosse coagido a deixar por ora o lugar onde vivi em paz."[32] Atenção para este excerto, porque na ação de Doble havia essa duplicidade. Doble não estava tão em paz, pelo menos não no que se refere a seus rivais Nicafim e Manuel Grande. Era a hora decisiva. Doble, principal ator na caçada a Nicué, podia dar a cartada final, eliminar Pedro Nicafim e o último do Clã dos Grandes, Manuel Grande. Doble não perderia essa oportunidade e, junto com os aliados, o primo Fongue e seu filho Antonio Prudente, estaria na expedição de caça aos grupos de Pedro Nicafim e Manoel Grande, montada pelo Diretor do aldeamento, o Padre Antônio de Almeida Lente Penteado, que assim relatou em ofício ao Presidente da província de São Pedro:

> No dia 15 expedimos duas escoltas, húa de 13 Indios da Tribu do Prudente, e outra de 18, sendo onze homens nossos, 4 Indios da tribu do Fongue, o Cacique Doble com 2 seos soldados. No dia 16 tive parte de ter a nossa escolta dado no poizo dos assacinos á uma legoa distante désta Freguesia, e de ter feito função com a outra. Para a perseguição e captura: creio que serão presos ante a actividade p. q., digo, com que são perseguidos por esta escolta.[33]

Em 15 de março de 1856, foram lançadas as escoltas de perseguição e captura. A documentação não traz a data precisa em que os soldados da Cia. de Pedestres, junto com os guerreiros de Fongue, Antônio Prudente e Doble localizaram o alojamento onde se encontravam Pedro Nicafim, Manuel Grande e seus comandados, donde resultou a morte de Pedro Nicafim, conseguindo fugir Manoel Grande. Ora, como o Barão de Muritiba em fins de abril já comunicava tal

---

32 Relatório do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiroe General Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1856, p. 27, Cathequese e Civilisação dos Indígenas.

33 Ofício do Diretor de Nonohay, Padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba, em 18 de março de 1856. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Nonohay. Correspondência ativa do Padre Antonio de Almeida Leite Penteado-1956, maço 2. AHRS.

fato, é possível que tenha acontecido entre o fim de março e o início do mês de abril. O interessante é que no relatório, o Barão de Muritiba, ao falar dos crimes cometidos, inclui na relação dos homicídios o assassinato de Pedro Nicafim e seu grupo, e os conduz à ideia de suspeição de terem cometido o ataque à fazenda dos três serros de Clementino dos Santos Pacheco. "Entre os homicídios enumerados, figurão os do Indio Nicafim e de três outros seus companheiros, suppostos autores ou cúmplices do attentado dos três serros, mortos como resistentes à escolta que os seguia".[34]

Com relação a Manoel Grande e sua fuga, João Cypriano da Rocha Loures, ao dirigir interinamente o aldeamento de Nonoai[35], em ofício ao Vice-presidente da província do Paraná, informava que após os assassinatos na fazenda dos três serros, Manoel Grande e seu grupo lograram a fuga e refugiaram-se na direção de Palmas e pedia para que fossem tomadas as providências de dar perseguição ao "terrível malfeitor e seu bando."[36]

A história desses fatos é narrada também pelo próximo Presidente da província, Jerônimo Francisco Coelho, em relatório de dezembro de 1856, que inicia o relato afirmando que o aldeamento de Nonoai estava situado no município de Cruz Alta, próximo à margem esquerda do rio Uruguai, e ao arroio do Passo Fundo de Missões. No ano findo, compunha-se de 938 indivíduos, concentrados "por ordem do Presidente desde o anno de 1853"[37]. Isso feito, o relatório passa a narrar os acontecimentos que envolveram muitos assassinatos, perseguições, o consequente desmantelamento do aldeamento unificado, e a retração do Comandante dos Índios em Nonoai - Vitorino Condá, que estrategicamente atravessou o rio Chapecó e retornou ao Paraná, aos seus Campos do Covó (Campos de Palmas).

O mesmo relatório, em relação a Doble, dizia: "Acha-se hoje no lugar do Pontão e Districto de Vaccaria, nas imediações das fazendas de Francisco Ignácio Ferreira e Felippe José de Souza, sob cuja protecção vivem inoffensivos e pacificamente, julgo conveniente não violentá-los a recolherem-se a Nonohay."[38] Mais uma vez, Doble não estava tão pacífico assim, pois continuava prestando seus serviços para as expedições dos não indígenas, principalmente quando estas atividades de guerra e caça aos indígenas eram contra rivais em potencial, facções inimigas cujo

34 Relatório do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro e General Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. p. 8, crime.

35 Relatório do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro e General Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. p. 8.

36 Correspondência de João Cypriano da Rocha Loures Diretor Interino da Aldeia de Nonohay ao Vice-presidente da província do Paraná Engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, em 29 de março de 1856. Informa o assassinato de homens em uma fazenda, cometidos por índios comandandos por Manoel Grande, e que fugiram para Palmas. Fundo Administração Provincial, DGI. 36, Cx 20, AP27. 3.227. APPR.

37 Relatório do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1856, Indios, p. 103.

38 Relatório do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1856, Indios, p. 103.

extermínio lhe era assaz interessante. Exemplo disso foi a expedição contra os índios de Manuel Grande, cujo alojamento fora descoberto na serra geral. Resultou dela a perseguição e morte dos que estavam sendo caçados, conforme segue no relatório do Vice-presidente da província, Patrício Corrêa da Câmara, em 1857:

> Depois da morte de Clementino dos Santos Pacheco, forão perseguidos os assassinos deste; alguns se achão presos, e outros forão mortos pelos mesmos índios, havendo-se escapado o chefe Manoel Grande e mais 3 ou 4, os quaes sendo descobertos na Serra Geral no dia 22 de julho do corrente anno, e perseguidos por uma partida dos Indios de Nonohay, forao mortos no encontro o chefe, dous Indios e uma china, evadindo-se somente dous do grupo desta horda de assassinos: com este acontecimento ficou aquelle districto desassombrado desse assassino furiozo, Manoel Grande.[39]

Com a morte de Manoel Grande, teve fim a saga do "clã dos Grandes". E assim, em São Pedro, nos campos e matas de Cima da Serra, Doble estabeleceu sua liderança. Está claro pela documentação estudada que as lideranças indígenas se aliavam a lideranças não indígenas. Essas relações não podem ser descartadas de imediato como desinteressadas e por vezes solidárias, mas é claro que não se pode deixar de pensar que a princípio o que contava eram as relações de mútuo interesse. Para os fazendeiros, ter alguma forma de poder sobre as populações indígenas poderia significar ter uma forma de ascensão política neste mundo fronteiriço, e facilitado o acesso à posse de novas terras. Pedro Nicafim e o clã dos Grandes foram derrotados não apenas pelas ações dos colonizadores, mas também com ações de Doble e seus comandados. Tais ações estariam embutidas de uma teórica colaboração com autoridades do governo, quando em realidade o que fazia Doble era manter a si e ao seu povo vivos, e consequentemente sua liderança.

No ano seguinte, o governo provincial tentou reunir uma vez mais os Kaingang de Doble em um aldeamento, e da mesma forma que o aldeamento do Pontão, de vida efêmera, surgiu o de Santa Izabel em 1858[40]. No ano de 1860, o governo relatava que os Kaingang comandados por Doble e que estavam no aldeamento de Santa Izabel eram os responsáveis por assaltos e correrias na região[41]. Com a extinção do aldeamento, ou por falta de verbas ou de disposição de

---

39 Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commendador Patrício Correa da Camara, na abertura da assembléia Provincial em 11 de Outubro de 1857. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1857, Catecheze, p. 25.

40 Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 05 de novembro de 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858, p. 29.

41 *Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão em 05 de novembro de 1860.* Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860. p. 36.167.

Doble para se aldear, os anos seguintes são testemunhas de um novo deslocamento de Doble e seus comandados, que passaram a viver próximo à localidade de Lagoa Vermelha, em uma colônia militar recém-criada no ano de 1859, a Colônia Militar de Caseros. O nome era uma homenagem à batalha de 1852, quando as tropas imperiais em conjunto com as tropas uruguaias e argentinas unitárias do General Urquiza derrotaram as tropas argentinas federadas do General Rosas, em uma localidade chamada Monte Caseros, nos arredores de Buenos Aires. O relatório provincial de 1862 indica que ao ser extinto o aldeamento de Santa Izabel, as autoridades pretendiam que os chefes indígenas se encaminhassem para Nonoai. Porém, a tentativa não alcançou sucesso e o cacique Doble, juntamente a outros chefes, acabou por ser instalado na Colônia Militar de Caseros[42]. O relatório destaca ainda que "Tendo vindo a esta capital alguns d'aquelles Caciques, não foi possível convencê-los da conveniência de se transferirem ao aldeamento de Nonohay; o que talvez mais tarde se consiga."[43]

Durante os anos de 1863 e 1864, serão delineadas as últimas peripécias do Comandante Doble. Nesse tempo continuou vivendo na localidade de Lagoa Vermelha, na Colônia Militar de Monte Caseros. Sua última viagem a Porto Alegre foi relatada no ano de 1864 por um naturalista de nome Reinhold Hensel, que visitou o norte da província de São Pedro a serviço da Real Academia de Ciências *Buchdrukerei* de Berlim, e nessas andanças percorreu os Campos do Meio e de Vacaria, e a Colônia Militar de Monte Caseros[44]. Encontrou o Cacique e seu grupo quando estavam na capital de São Pedro junto ao Presidente da Província para receberem o pagamento por mais uma prestação de serviço ao governo. De acordo com Hensel, "tinha vindo á capital com uma parte de sua gente e com um transporte de cerca de trinta Coroados selvagens, a fim de vir receber do Governo uma recompensa especial por esta importante captura"[45].

Geralmente, o pagamento por serviços prestados pelos indígenas eram roupas, ferramentas e alimentos. Doble estava em Porto Alegre, capital da província de São Pedro, com uma comitiva de guerreiros e um grupo Kaingang de prisioneiros, em torno de 30 pessoas. A história indígena tem demonstrado que os cativos de guerra ou por rendição, eram vendidos ou oferecidos como pre-

---

42 BRINGMANN, Sandor F. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2010, p. 132.

43 Relatório apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial em 01 de setembro de 1862. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862, p. 39-40.

44 FRANCISCO, Aline. R. *Kaingang:* uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2013, p.287.

45 HENSEL, Reinhold F. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *In: Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul,* n. 20, jun., Porto Alegre, 1928, p. 69.

sente a famílias abastadas que necessitassem de mão de obra[46]. Assim como na vila de Lages em Santa Catarina, também aqui Doble desejava que lhe pagassem em moedas (patacões), mas o que recebeu foi o de sempre, roupas usadas, algo de comer e ferramentas velhas. Durante a sua permanência em Porto Alegre, o cacique e sua gente foram contaminados pelo vírus da varíola, que se manifestou quando retornaram ao aldeamento, causando muitas mortes entre os indígenas, inclusive a do próprio cacique Doble[47]. Ironicamente, a tal recompensa especial a que se refere Hensel não veio nem em patacões nem em salários, mas muito provavelmente em roupas contaminadas por varíola de soldados infectados nas guerras[48]. Esta seria a última vez que o cacique atravessaria fronteiras encontrando a última e derradeira peripécia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atitudes e peripécias do Cacique Doble ensinam que para entender a fronteira não se pode abandonar a ideia de territorialidade. Porém, o conceito de um espaço zonal que abriga a linha-limite separando dois territórios ou duas estruturas espaciais; uma fronteira linear, limítrofe entre dois territórios, ou entre conflitantes de uma região, preso à concepção de uma linha divisória entre oposições que não interagem entre si, é refutado. A fronteira que descortinou o Cacique Doble é um lugar de múltiplas ações e de interações entre os mais distintos matizes que, independente da vontade de uma linearidade, normalmente preponderante e como tal construtora de mudanças impostas, corrompe esta vontade, determinando múltiplas linhas de sentido e direção diversas, de encontro e desencontro, que se perdem em um emaranhado de relações complexas[49]. Essas múltiplas relações vão acontecer entre grupos indígenas e não indígenas ao longo da expansão do império luso-brasileiro. A fronteira nessa perspectiva é um lugar de encontros e desencontros, de alteridade, onde o conflito social não pode ser relegado a um segundo plano, mas antes é primordial para se entender o mundo fronteiriço. Entre as análises a proceder, uma delas é a possibilidade de um pensar sobre uma nova discussão com a história e a historiografia,

---

46 SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, Pólvora e Chumbo*. A Expansão luso-brasileira e os Índios do Planalto Meridional. Curitiba: UFPR, 2015, p. 239.

47 HENSEL, Reinhold F. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul,* n. 20, jun., Porto Alegre, 1928.p. 69.

48 LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas. *In*: KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). Povos Indígenas. V. 5. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 108.

49 Sobre as diferenças entre os termos *limite* e *fronteira*, e sobre a *fronteira linear* ver FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina*. Dionísio Cerqueira, Barracão, Bernardo de Irigoyen. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 21-51.

onde o mito do conquistador glorioso, do pioneiro migrante cai por terra[50], e surge com força a história de homens e mulheres em um lugar onde estar vivo ou morto, pode ser apenas uma questão de sorte, probabilidades e disposições mutáveis. Na fronteira, os despossuídos, independente de suas cores, procuram a sobrevivência no dia a dia. Indubitavelmente em nosso caso, incorremos para uma fronteira muito perigosa – as frentes da expansão colonial[51]. As frentes de deslocamento da população são marcadas pelos discursos da civilização e pelas atividades reguladas pelo mercado inerente, e seu movimento vai em direção às terras indígenas nos campos e matas sul-brasileiras.

Esse processo é antes de tudo uma operação intempestiva às populações originárias. O que se vê por meio das análises das fontes históricas pertinentes é que um verdadeiro flagelo se abateu sobre esses povos, que às vezes se deixavam entregar nas vilas e cidades como cativos, para não morrerem de fome ou vitimados pelas epidemias. O que fica claro é que as lideranças indígenas atuavam de forma múltipla em suas ações e estratégias que envolviam algo vital para as negociações e a sobrevivência e manutenção de seu grupo. Nesse sentido, resta ao ofício de historiador entendê-los como são todos os personagens arrolados em qualquer acontecimento – como sujeitos históricos em suas condições específicas de existência. Algumas conclusões que se possam chegar conduzem indubitavelmente à complexidade da atuação das lideranças, que ora estavam de um lado, ora do outro. As relações entre índios e não índios foram também jogos de interesses ambíguos e múltiplos. Trata-se de relações, inclusive políticas e diplomáticas, em que algumas lideranças indígenas atuaram como negociadores entre a paz e a guerra dentro de sua concepção e visão de mundo na qual as fronteiras eram suas e as interpretavam como seu lugar de vivência e morada.

---

50 Ver KLUG, João. A Imigração no Sul do Brasil. *In:* GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial.* Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 201-231.

51 Os antropólogos, a partir dos anos cinquenta do século XX, foram os que divulgaram no estudo da temática sobre as fronteiras, a nomenclatura *Frente de expansão*, para definir as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado. Cf. MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 151-152. O autor prefere esse termo em detrimento do *frente pioneira*, por entender que a denominação frente pioneira esta ligada a uma história épica dos colonizadores europeus e brasileiros, enquanto que a *frente de expansão* está ligada a demografia e a ocupação da terra dentro de um conjunto de relações multiétnicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRINGMANN, Sandor F. *Índios, colonos e fazendeiros*: conflitos interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2010.

CONVENÇÃO PARA GRAFIA DE NOMES INDÍGENAS (ABA), realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 2, São Paulo, 1954, p. 150-152.

FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina*. Dionísio Cerqueira, Barracão, Bernardo de Irigoyen. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 21-51.

FRANCISCO, Aline R. *Kaingang*: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2013.

HENSEL, Reinhold F. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *In: Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, N. 20, jun., Porto Alegre, 1928.

KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009.

KLUG, João. A Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 201-231.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas. In: KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *Povos Indígenas*. V. 5. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 81-108.

LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização*: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878). Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang*. A história épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-37)*. 3. ed. Fac-símile. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PIAZZA, Walter. *A colonização em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardeli, 1994.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades*. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Assis, 1992.

PUHL, Paula Regina; PRODANOV, Cleber Cristiano; KERBER, Alessander. Representações étnicas no folhetim "Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã" e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26 (dez), 2007, p. 191-214.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil*: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A "terra de ninguém": índios e bugres nos campos de Cima da Serra. In: KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *Povos Indígenas*. V. 5. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 63-75.

SOUZA, Almir Antônio de. *Armas, pólvora e chumbo*: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, Pólvora e Chumbo*. A Expansão luso-brasileira e os Índios do Planalto Meridional. Curitiba: UFPR, 2015.

VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Nonohay. *Correspondência ativa do Padre Antonio de Almeida Leite Penteado* – 1956, maço 2.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Vacaria. *Correspondência passiva do Diretor do Aldeamento Felipe José de Souz*a – 1853, maço 2.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Série Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). *Acervo Nº 1*, estante Nº 3E, caixa 36.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Fundo Administração Provincial*, DGI. 36, Cx 20, AP27. 3.227.

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial em 01 de setembro de 1862. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862.

RELATÓRIO do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro e General Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1856.

RELATÓRIO do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1856.

RELATÓRIO do Presidente da Província de São Pedro do rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da assembléia Provincial em 06 de Outubro de 1853. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 05 de novembro de 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de outubro de 1852. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1852.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commendador Patrício Correa da Camara, na abertura da assembléia Provincial em 11 de Outubro de 1857. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1857.

ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL OITOCENTISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A "QUESTÃO DE PALMAS" (1870-1895)

Francimar Ilha da Silva Petroli[1]

INTRODUÇÃO

O que se propõe neste capítulo é efetuar uma análise da chamada "Questão de Palmas" entre o Brasil e a Argentina, de 1870 (ano que marca o fim da Guerra do Paraguai) a 1895 (momento em que ocorre a resolução da contenda por meio de arbitramento internacional protagonizado por Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos). Nossa pretensão é estudar o problema da delimitação das fronteiras internacionais[2] no contexto de construção do Estado e da Nação Brasileira, ou seja, estudar as relações de interesses e de poder desenvolvidas no processo de formação do "território nacional". Buscamos, assim, verificar em que medida o controle de um "espaço" de 30.621 km2 (conforme dados fornecidos por Adelar Heinsfeld)[3] foi considerado importante para a concretização de determinadas demandas políticas e econômicas no Brasil oitocentista.

É importante que se diga que o território se constituiu numa das principais preocupações do Estado Brasileiro no transcorrer do século XIX. Na verdade,

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Em "Fronteiras e nações", André Roberto Martin discorre sobre os conceitos de "delimitação" e "demarcação" no contexto de formação dos Estados Nacionais europeus. O autor entende por delimitação o estabelecimento de limites por vias políticas, isto é, por meio de tratados e/ou acordos. Demarcação, por sua vez, é a locação da linha de fronteira no terreno, ou seja, a construção dos limites entre unidades administrativas por meio do uso de marcos e balizas. Assim, de acordo com Martin, "[...] pelo menos em tese, é a demarcação que deve subordinar-se à delimitação. Muitas vezes, porém, não é bem isso que ocorre, mas ao contrário, é a delimitação que acaba cedendo às facilidades de demarcação." MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 49. (grifos nossos). É pertinente observar que neste trabalho nossa opção é pela utilização do termo delimitação, pois trataremos apenas das discussões políticas a respeito dos limites político-administrativos entre Brasil e Argentina. Não abordaremos, assim, o processo de demarcação das fronteiras no momento posterior ao ano de 1895.

3 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina*: a Questão de Palmas - de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 16-17.

em 1822, ao contrário do que sustentam muitos livros de História, o território brasileiro não estava plenamente definido, devido à existência de inúmeros problemas fronteiriços internos e externos herdados do período colonial. É nesse sentido que a unidade territorial foi, de acordo com Demétrio Magnoli,[4] colocada como um desafio e um programa histórico, como condição para a formação e consolidação do próprio Império do Brasil. Essa preocupação política com o território teve continuidade no período republicano, uma vez que, para o regime político instaurado em 1889, delimitar os limites político-administrativos do país era fundamental para consolidar a hegemonia geopolítica brasileira na América do Sul. A *Questão de Palmas* foi, dessa forma, considerada primordial tanto para as autoridades imperiais quanto para as republicanas, pois estava vinculada à manutenção da integridade territorial e política na Fronteira Sul. Não se tratava de uma simples disputa territorial entre países sul-americanos, mas do controle estatal de um *espaço* rico em terras férteis, ervais nativos, pastagens e madeiras, conforme aponta Paulo Pinheiro Machado.[5]

Partimos do pressuposto de que a *Questão de Palmas* não pode ser pensada apenas considerando os interesses e as estratégias desenvolvidas pelo governo central – especialmente no que diz respeito aos esforços feitos no campo diplomático – até porque, o processo de formação do território brasileiro no oitocentos é mais amplo e complexo. O que está aqui sendo dito é que nas discussões sobre fronteiras, torna-se necessário considerar as demandas e ações tomadas por determinados grupos sociais, principalmente acerca do uso das instâncias representativas de poder. A delimitação da fronteira Brasil/Argentina foi, portanto, pensada e sentida como problema político no contexto de construção da unidade nacional. Unidade que foi forjada a partir das iniciativas desenvolvidas pelos poderes centrais e pelas "elites regionais"[6], de acordo com a legislação e organização política brasileira do Império e da República.

INTERESSES ESTATAIS COM A COLONIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PALMAS

Acreditamos não ser possível abordar a contenda de limites entre Brasil e Argentina sem problematizar e compreender o processo de ocupação e coloni-

4 MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, Moderna, 1997; MAGNOLI, Demétrio. O Estado na busca de seu território. *In:* JANCSÓ, István (org.). *Brasil*: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.

5 MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. *In: I Congresso Latino Americano de Historia Económica*, 2007, Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo: International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68.

6 As elites regionais estão sendo aqui pensadas como grupos sociais que possuíam cargos políticos e/ou administrativos nas instâncias nacionais e provinciais/estaduais de poder.

zação dos Campos de Palmas. As fontes demonstram que a partir dos anos 1840 emergem preocupações estatais com o controle dos campos situados entre os rios Iguaçu e Uruguai, limitados a oeste pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu e, a leste, pelos rios Chapecó e Jangada, totalizando uma área de aproximadamente 40.000km2.[7] É necessário destacar que a colonização dos Campos de Palmas não foi apenas efetuada por particulares, mas principalmente por meio das ações dos poderes provinciais e imperiais. Colonização que estava associada à configuração das províncias (e depois estados) como unidades político-administrativas, bem como à própria formação do Estado Nacional.

Os Campos de Palmas foram cobiçados/disputados pelas províncias de Santa Catarina e São Paulo entre os anos de 1841 e 1853. A província de São Paulo alegava que os chamados "sertões de Palmas" a ela pertenciam devido à expansão fronteiriça que havia sido viabilizada pelos "paulistas" a partir da realização das "bandeiras colonizadoras"[8], o que garantiria a posse de tais espaços pelo *uti possidetis*, ou seja, pela ocupação e posse. A província de Santa Catarina, por sua vez, fundamentava seu discurso na ideologia das "fronteiras naturais", argumentando que os "sertões palmenses" pertenciam ao município de Lages desde o período colonial, situação legitimada pela Constituição Brasileira de 1824 em que foram estabelecidos para as províncias os mesmos limites das capitanias do período colonial. As disputas entre catarinenses e paulistas foram inicialmente efetuadas entre presidentes de províncias (de 1841 a 1845),[9] mas não houve nenhuma definição a respeito do assunto. Assim, de 1845 a 1853, o assunto Campos de Palmas foi tratado pelo Parlamento, instância de poder que tinha condições de resolver litígios territoriais entre províncias[10].

---

7 MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. *In*: I Congresso Latino Americano de Historia Económica, 2007, Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo: International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007, v. 1, p. 53.

8 A ocupação dos Campos de Palmas por fazendeiros ocorreu no final dos anos 1830, a partir da realização de duas expedições colonizadoras lideradas por José Ferreira dos Santos (residente na vila de Guarapuava) e Pedro de Siqueira Cortês (residente na localidade da Palmeira). Devido às disputas iniciais entre os dois grupos pelas terras então "conquistadas", ocorreram intervenções oficiais com o objetivo de encaminhar divisões de terras que possibilitassem o desenvolvimento da colonização. Assim, para José Ferreira dos Santos, que liderava um grupo composto por 25 proprietários, foram designadas terras na parte mais ao Norte ("Palmas de Cima"). Já para Pedro da Siqueira Cortês, que liderava um grupo de sete proprietários quando entrou nos "sertões palmenses", foram designadas terras na parte mais ao Sul ("Palmas de Baixo"). Sobre esse assunto, ver: LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

9 Sobre as primeiras discussões envolvendo a jurisdição dos Campos de Palmas, consultar ofícios das presidências de província disponíveis nos seguintes espaços: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

10 A contenda Santa Catarina/São Paulo acerca da jurisdição dos Campos de Palmas foi submetida à apreciação do Parlamento Brasileiro a partir de uma representação encaminhada pela Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, datada de 12 de abril de 1845. Sobre esse assunto, consultar: Representação Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina à Câmara dos Deputados Gerais. 12 de abril de 1845. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Pode-se afirmar que os Campos de Palmas foram cobiçados pelas províncias devido aos efeitos das reformas liberais do período regencial, particularmente no que se refere à autonomia provincial (representação política, organização fiscal, elaboração orçamentária e definição de empregos públicos) que havia sido proporcionada pelo Ato Adicional de 1834[11]. É nesse sentido que os paulistas procuraram desenvolver esforços para povoar esses campos a partir do uso de uma política de terras (concessões e legitimações, beneficiando amplamente os primeiros colonizadores), com o intuito de promover: a instalação das fazendas de criação de gado, a tomada de iniciativas com o controle das populações indígenas ("conquista", "catequização" e "civilização")[12]; a realização de investimentos na formação da povoação de Palmas; e o estabelecimento de vias de comunicações e transportes, interligando os "sertões palmenses" a importantes regiões do país. A dimensão territorial era efetivamente importante no processo de afirmação das províncias no cenário político nacional, pois os assuntos território, população e renda estavam estreitamente relacionados ao tema da representação política, ou melhor, ao número de parlamentares que cada unidade administrativa poderia possuir na Câmara dos Deputados Gerais e no Senado[13]. A perda de território poderia impactar, de acordo com a organização política daquele período, na consideração/afirmação política provincial em âmbito nacional[14]. Outra questão importante, e que precisa ser considerada, é a autonomia das Assembleias Legislativas Provinciais na gestão dos negócios públicos, o que estava amplamente relacionada ao problema do "território". As Assembleias tinham competência para organizar as Tesourarias Provinciais com a finalidade de exercer o controle fiscal das atividades econômicas internas, poderiam discutir e definir os orçamentos municipais e provinciais e, além disso, definir empregos públicos.

A concretização dos negócios privados das elites regionais estava relacionada ao processo de colonização dos "sertões de Palmas", principalmente em relação à expansão da economia do gado (criação, invernagem e comércio) e à exploração da erva-mate. Além da estruturação das fazendas de criação e invernagem, os "paulistas" procuravam exercer o controle fiscal das tropas de gado que eram

---

11 Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834. Coleção Leis do Império.

12 Importantes discussões sobre as invasões das terras dos povos originários, na primeira metade do século XIX, foram desenvolvidas por Almir Antônio de Souza em sua tese de Doutorado, defendida no ano de 2012 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). SOUZA, Almir Antônio de. *Armas, pólvora e chumbo:* a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

13 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005; GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do império*: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

14 GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do império:* a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

conduzidas do Rio Grande do Sul a Sorocaba/SP, pois a renda arrecadada nas estações fiscais era investida em infraestrutura (estradas, pontes e pontilhões) com o intuito de fortalecer os seus próprios negócios. Dessa forma, investiram-se recursos na construção da Estrada das Missões, pois, assim, seria possível controlar os negócios do gado, o que também poderia contribuir no povoamento – segundo narrativas – de extensos e ricos sertões[15]. A documentação indica que a província de Santa Catarina também se preocupava em investir na colonização dos campos que, conforme discursos oficiais, pertenciam ao município de Lages.

Torna-se necessário ressaltar que as ações das elites regionais acerca da colonização dos Campos de Palmas eram consideradas fundamentais pelo governo central, tanto que os presidentes de província – os "delegados do chefe da nação", conforme expressão de Andréa Slemian[16] – procuravam chamar a atenção dos deputados provinciais para que eles decidissem sobre investimentos para a abertura da Estrada das Missões, que interligaria o Rio Grande do Sul a Sorocaba-SP. Em 7 de janeiro de 1846, por exemplo, o presidente da província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima e Silva, falava sobre a importância da Estrada das Missões para a delimitação territorial nacional:

> Pelas informações últimamente cotidas acêrca da exploração, a que mandei proceder na estrada, que se projecta entre os Campos de Palmas, e os de Missões na Provincia do Rio Grande do Sul, consta que os exploradores encontraram uma execellente vereda, cuja extensão foi apreciada em 70 legoas, a partir da Freguesia das Palmeiras aos citados Campos de Missões, quando pela estrada da Matta conta-se entre estes dous pontos, 130 legoas pelo menos. A esse grande encurtamento na extensão acresce ainda a superioridade do local sôbre o da antiga, porque evita muitos Rios de difficil e perigosa passagem. Em taes circumstancias cumpre promover efficazmente a abertura de uma tal communicação, como proficua a todos os respeitos. [...]. Aberta essa estrada, que tudo conspira a fazer crer como facil, diminue-se uma extensão de mais ou menos 100 legoas nas communicações commerciaes d'esta Provincia com esses Estados visinhos; e póde sobretudo melhorar a posição do

15 Em "Tropas em marcha: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial", Carlos Eduardo Suprinyak fala que a Estrada das Missões se constituiu num "caminho alternativo", no decorrer da década de 1840, para donos e condutores de tropas. Discordamos da leitura do autor, visto que entendemos que a Estrada das Missões – financiada com recursos das Assembleias Legislativas Provinciais (primeiramente de São Paulo e depois do Paraná) – foi uma obra estratégica para a delimitação territorial do Estado Nacional. Sobre a Estrada das Missões como caminho alternativo, ver: SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha*: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

16 SLEMIAN, Andréa. "Delegados do chefe da nação": a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). *Almanack Braziliense (Online)*, v. 06, p. 01, 2007.

> Brasil acerca da solução das antigas questões de limites n'aquella parte do Imperio.[17]

Como visto, as iniciativas das províncias em criar vias de comunicação e transporte eram consideradas imprescindíveis pelo Império, na medida em que estavam relacionadas à adoção do princípio do *uti possidetis* na formação do território nacional, pois o poder central tinha consciência de que os limites político-administrativos do Brasil com a Argentina não estavam plenamente definidos. Como será adiante demonstrado, alguns tratados foram assinados no período colonial, porém, portugueses e espanhóis não haviam "demarcado" as fronteiras.

Além das iniciativas dos governos de São Paulo e Santa Catarina que foram aqui destacadas, consideramos profícuo assinalar que, na década de 1840, esforços do poder central foram feitos no campo cartográfico a fim de produzir conhecimentos mais específicos sobre os Campos de Palmas, como se percebe pelo "Esboço do mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos" (Figura 1). No documento, datado do ano de 1843, os Campos de Palmas são descritos como uma faixa de terras bastante indefinida. O mapa, no entanto, possuía uma descrição detalhada dos rios, dos acidentes geográficos, da vegetação e a indicação da delimitação do território nacional pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio como "limites" entre o Brasil e os "Estados Hespanhois Americanos". No título é usado o termo esboço: "Esboço do mapa dos Campos de Palmas". De acordo com a leitura aqui efetuada, a palavra "esboço" sugere a ideia de um esforço inicial no campo cartográfico, não sendo então um mapa definitivo. Já a expressão "territórios contíguos", por sua vez, pressupõe o não isolamento dos Campos de Palmas, reforçando a ideia de que os mesmos estariam interligados a outros "territórios" (brasileiros), fato que pode ser observado por determinados "caminhos" (que seriam possíveis "estradas") indicados na documentação cartográfica. É válido mencionar também que o autor do "esboço" foi Tito Alves Brito, vinculado aos setores militares do Império. Em resumo, a análise dos investimentos estatais em termos de produção cartográfica é importante, uma vez que, em paralelo ao processo de expansão da economia do gado (pecuária e comércio), algumas medidas foram postas em ação. A finalidade era obter um maior controle dos espaços fronteiriços que eram vistos como imprescindíveis para a consolidação da unidade territorial. Sendo assim, como bem explica Júnia Ferreira Furtado[18], é preciso prestar muita atenção ao fato de que, ao contrário do que geralmente se pensa, geralmente é o mapa que precede o território e não o contrário.

---

17 SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da mesma província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846. São Paulo, Typ. de Silva Sobral, 1846, p. 14-15. Na transcrição das fontes escritas, optamos pela manutenção da grafia de época.

18 FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 66-83, 2011, p. 70.

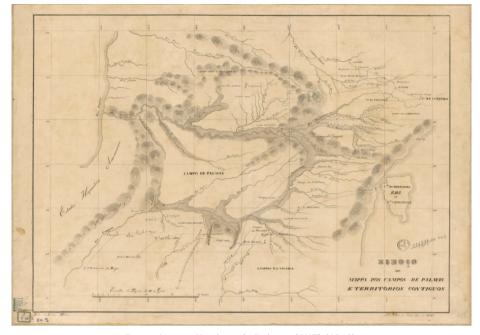



Figura 1: Esboço dos Campos de Palmas e territórios contíguos

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE) (1843).

A concretização da emancipação da comarca de Curitiba, ocorrida em 1853, contribuiu decisivamente para a configuração de intensas disputas políticas pelos Campos de Palmas. O controle dos "sertões palmenses" era considerado imprescindível no processo de afirmação política das elites paranaenses no cenário nacional. De fato, os negócios das elites do gado e do mate[19] estavam estreitamente vinculados ao problema do território, visto que elas consideravam que o desenvolvimento das atividades da erva-mate, pecuária e tropeirismo não poderia ser plenamente concretizado, caso o Paraná não exercesse a jurisdição da região de Palmas. A perda de "vastos" e "ricos" sertões poderia, de acordo com as narrativas oficiais, impactar na estruturação financeira de uma província que havia sido recentemente emancipada, pois ela teria que enfrentar problemas com a arrecadação dos tributos do gado, que, naquela época, era realizada nas estações fiscais do Chaapecó (situada no passo do Goio-En) e Rio Negro. Outra questão que preocupava as elites era a possibilidade de expansão da atividade do mate

19 Para Alessandro Cavassin Alves, no Paraná provincial o Partido Liberal representava os interesses do tropeirismo, e o Partido Conservador os interesses do mate. ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889)*. A classe política. A parentela no governo. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba, 2014.

por meio da exploração de ervais nativos existentes nos Campos de Palmas. Essas questões fizeram-se presentes nas discussões parlamentares – tanto em relação à Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná quanto acerca da Questão de Palmas entre Brasil e Argentina – efetuadas nos espaços de representação política do Império: Assembleia Legislativa Provincial, Câmara dos Deputados e Senado.

A província de Santa Catarina, por sua vez, também considerava importante exercer o controle dos Campos de Palmas, uma vez que o território provincial poderia ser ampliado, o que contribuiria para o processo de inserção política de uma – segundo discursos oitocentistas – *pequena* unidade administrativa no cenário político nacional. As autoridades procuravam destacar, nos discursos proferidos nas instâncias de representação política da época, o problema da "desproporcionalidade territorial" entre Santa Catarina e Paraná. Ou seja, os possíveis impactos na correlação de forças e de poder estabelecida na Fronteira Sul, caso as terras contestadas não fossem oficialmente/definitivamente incorporadas ao território catarinense. Essa preocupação é perceptível nos debates parlamentares sobre o Decreto nº 3.378, de 16 de janeiro de 1865, documento que estabelecia provisoriamente as divisas das províncias de Santa Catarina e Paraná "[...] pelo rio Sahy-guaçú, Serra do Mar, rio Marombas, desde sua vertente até o das Canôas, e por este até o rio Uruguay"[20]. Em 20 de maio de 1865, por exemplo, o deputado geral João de Souza Melo e Alvim falava sobre esse problema durante debate realizado na Câmara:

> Sabe V. Ex. bem como a camara que por decreto de 16 de Janeiro do corrente anno foi a pequena provincia de Santa-Catharina esbulhada de quasi todo o seu territorio acima da Serra, em proveito da vasta provincia do Paraná, que, com semelhante annexação, assumiu proporções enormes no mappa do Imperio, ao passo que a sua infeliz vizinha ficou reduzidas a proporções microscopicas. Imagina qualquer que ama o logar do seu nascimento quanto doeu no coração dos Catharinenses esse acto pouco equitativo de um governo paternal.[21]

Os catarinenses almejavam a posse dos "sertões palmenses" pela possibilidade de ampliar a arrecadação dos tributos do gado, pois Santa Catarina possuía apenas a barreira fiscal do Passa Dous (situada na região de Lages) e demonstrava interesses na instalação e funcionamento de estações fiscais nas terras contestadas[22]. Além disso, a jurisdição dos Campos de Palmas poderia, na

20 Decreto nº 3.378, de 16 de Janeiro de 1865. Coleção das Leis do Império do Brasil (grifos nossos).

21 Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de maio de 1865. p. 49.

22 É necessário destacar que em 15 abril de 1864 a província de Santa Catarina, por meio da Lei Provincial n.º 542, criou a coletoria dos Campos de Palmas nas margens do rio Uruguai, no trajeto da Estrada das Missões. Porém, devido às fortes contestações paranaenses e diante da emissão do Decreto nº 3.378 o governo catarinense foi obrigado a "desinstalar" essa coletoria.

visão das elites catarinenses, impulsionar o desenvolvimento econômico de importantes localidades, como nos casos de Lages, Curitibanos e Campos Novos[23].

As fontes oficiais indicam que, com a instauração do regime republicano, as disputas políticas pelos Campos de Palmas tornaram-se mais complexas, até porque as terras devolutas (públicas) passaram para o domínio dos Estados. É nesse sentido que os "sertões de Palmas" continuaram sendo intensamente cobiçados, tendo em vista que os estados tinham interesses com a expansão da colonização nas terras litigiosas. Entre esses interesses, destacavam-se: a aplicação de investimentos públicos em infraestrutura (principalmente em vias de comunicação e transporte); o desenvolvimento de vilas e cidades; a organização da pequena propriedade agrícola; a ampliação das atividades econômicas internas. Os esforços desenvolvidos pelos Estados eram, assim, considerados fundamentais pelo governo central, na medida em que estavam relacionados à afirmação do *uti possidetis* brasileiro na Questão de Palmas. Nas discussões sobre a delimitação da fronteira Brasil/Argentina é preciso considerar não apenas os desdobramentos da contenda no campo diplomático, mas também as relações de interesses e de poder desenvolvidas durante o processo de construção do Estado e da Nação Brasileira. Não é possível, portanto, desconsiderar as demandas apresentadas pelos grupos regionais na Questão de Palmas.

A FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

Partimos do pressuposto de que é preciso pensar a Questão de Palmas como parte do processo de construção da soberania nacional no século XIX. Soberania a partir de um território espacialmente definido, de acordo com os pressupostos que haviam sido estabelecidos, como apontam François-Xavier Guerra[24] e Eric Hobsbawm[25], pelos Estados Nacionais Modernos. Para o país que havia sido fundado em 1822, delimitar as suas fronteiras externas constituía-se, de fato, num problema de extrema relevância, devido às preocupações com a manutenção da integridade territorial e política do nascente Estado Imperial.

---

23 As elites catarinenses eram formadas basicamente por famílias de negociantes e militares situadas em Desterro, Laguna e São Francisco. No decorrer do século XIX, contudo, indivíduos residentes em outras localidades da província assumem postos nas esferas provinciais e imperiais de poder. Sobre esse assunto, ver: BOITEUX, José Artur. Os partidos políticos de Santa Catarina 1824-1871. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial do 1º Congresso de História Nacional, 1915; CABRAL, Oswaldo Rodrigues; REIS, Sara Regina Poyares dos. *História da política em Santa Catarina durante o Império*, 4 vols. Florianópolis: UFSC, 2004.

24 GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. *In:* JANCSÓ, István (org.). *Brasil*: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí, Fapesp, 2003.

25 HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

A fronteira Brasil/Argentina, como será demonstrado, preocupava o governo monárquico pelo fato de estar relacionada à possibilidade de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, à manutenção da estabilidade política da própria Fronteira Sul do Brasil.

Como destacado anteriormente, no decorrer do governo de Pedro II, as províncias de Santa Catarina e Paraná demonstraram preocupações com a colonização dos Campos de Palmas. A ideia de soberania nacional foi, dessa forma, forjada de acordo com as configurações políticas oitocentistas, ou seja, a partir das relações estabelecidas entre a Corte (governo estabelecido no Rio de Janeiro) e as partes (províncias). A Questão de Palmas não deve ser vista unicamente como um problema diplomático tratado na esfera da administração central, visto que as elites regionais participaram ativamente na condução desse impasse fronteiriço, tanto que em alguns momentos procuraram pressionar o Império a respeito de determinadas definições que haviam sido por ele tomadas.

Em relação à Questão de Palmas, torna-se necessário pontuar que ela pode ser tratada como resultado das indefinições territoriais existentes desde o período colonial, isto é, das disputas de limites entre Espanha e Portugal. É importante dizer que, na época colonial, vários tratados de limites foram assinados por espanhóis e portugueses. Dentre os principais citamos: Tratado de Madri (1750), Tratado de El Pardo (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). Mesmo com a assinatura desses tratados, as fronteiras coloniais não foram "demarcadas". Assim, conforme observa Adelar Heinsfeld: "Os problemas advindos das desavenças coloniais, que os tratados de limites acirraram, foram herdados por Brasil e Argentina"[26].

Em 14 de dezembro de 1857, Brasil e Argentina assinaram o chamado Tratado de Limites, sendo que pelo art. 1.º do documento:

> El terreno que los rios Pepirí Guezú San Antonio é Iguazú, separan para el lado de Oriente pertencen al Brasil, y para el lado de Occidente a la Confederanción Argentina, siendo del dominio común de las dos naciones, las aguas de los dichos dos primeros rios en todo su curso y las del Iguazú solamente desde la confluencia del San Antonio hasta el Paraná.[27]

Pelo art. 2º do Tratado, os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio seriam aqueles que haviam sido reconhecidos em 1759 pelos demarcadores do Tratado de

26 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 76.

27 Tratado de Límites con el Brasil. 14 de diciembre 1857. Ministerio das Relaciones Exteriores y Culto. Biblioteca Digital de Tratados do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Republica Argentina.

Madri (1850). O tratado assinado no final dos anos 1850, porém, acabou não sendo ratificado devido, segundo Heinsfeld, aos problemas políticos internos que estavam sendo enfrentados pela Argentina.

No período posterior à Guerra do Paraguai (1864-1870), tanto o Brasil quanto a Argentina desejavam delimitar as suas fronteiras. Para tanto, o governo brasileiro havia apontado como divisas – ou "linhas divisórias", conforme expressão utilizada no oitocentos – os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio, mas os argentinos entendiam que esses rios eram aqueles que o Brasil denominava de Chapecó e Chopim. A situação agravou-se a partir de 1888, pois o governo argentino passou a defender que os seus limites político-administrativos com o Brasil eram pelos rios Chapecó e Jangada (Figura 2). Desse modo, a área litigiosa tornava-se mais extensa.

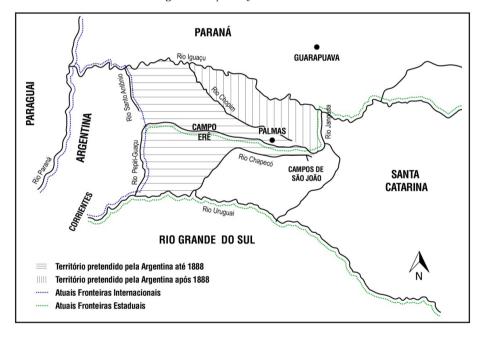



Figura 2: Mapa da Questão de Palmas

Fonte: Barros (1980, p. 59) – organizada por Thiago Ribeiro.

Sobre o contexto posterior ao ano de 1870, torna-se pertinente mencionar os problemas entre Brasil e Argentina envolvendo o território do Chaco Boreal. Nas negociações acerca da definição das fronteiras entre Argentina e Paraguai, o

Brasil impediu que os argentinos anexassem, em prejuízo dos paraguaios, todo o Chaco Boreal. Tal situação, portanto, impediu que fossem negociados os limites político-administrativos entre Brasil e Argentina[28]. Acontecimento também significativo envolvendo a Questão de Palmas ocorreu no ano de 1882, quando o governo argentino dividiu o território das Missões em cinco departamentos: "[...] na parte Leste, os departamentos de Monteagudo e Iguassu fariam limites com o Brasil, respectivamente, pelos rios Chapecó e Jangada, rios encontrados em 1788 e 1791, pelos demarcadores espanhóis, e que eles denominavam de Pequiri-Guazu e San Antônio Guazu"[29].

Devido à relevância política e econômica dos Campos de Palmas, importantes iniciativas oficiais foram desenvolvidas nos anos finais da monarquia, como a instalação de Colônias Militares com o intuito de controlar, segundo narrativas, as "extensas" e "abertas" fronteiras do Estado Nacional. É nesse sentido que, no ano de 1882, foram instaladas as Colônias Militares de Chopim e Chapecó[30] (Figura 3), com a finalidade de defender, povoar e colonizar as fronteiras. A documentação indica que os empreendimentos militares citados foram instalados – com base na adoção de critérios técnicos – em áreas consideradas estratégicas para a delimitação espacial do Estado Nacional.

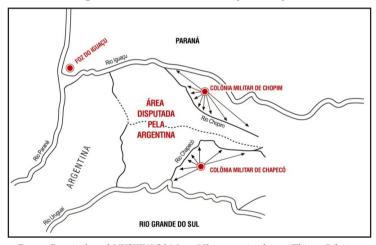



Figura 3: Colônias Militares de Chopim e Chapecó

Fonte: Boutin (apud MYSKIW, 2016, p. 66) – organizada por Thiago Ribeiro.

---

28 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 86.

29 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 102.

30 As Colônias Militares de Chopim e Chapecó foram criadas em 16 de novembro de 1859, por meio do Decreto Imperial nº 2.502, porém, a instalação das mesmas ocorreu somente no ano de 1882.

Os relatórios ministeriais são imprescindíveis para a problematização do processo de construção das fronteiras, uma vez que por meio deles é possível perceber as ações estatais que foram desenvolvidas em regiões que eram, no século XIX, consideradas estratégicas. Essas ações estatais, de acordo com as especificidades da organização política imperial, deveriam ser submetidas ao crivo da Assembleia Geral. Assembleia que era composta pelas elites provinciais, com suas inúmeras e complexas demandas. Dessa forma, os relatórios ministeriais devem ser analisados considerando as relações estabelecidas entre o governo central e as elites provinciais, pois nem a aprovação das leis orçamentárias nem a legitimação das ações imperais nas fronteiras eram passíveis de concretização sem a constituição de negociações com os grupos regionais que faziam uso do espaço do Parlamento para defender os seus interesses. O Parlamento, portanto, constituía-se num importante espaço para a construção das "políticas nacionais".

Em relação à condução da Questão de Palmas pelos poderes imperiais, é importante ressaltar que uma das interferências mais significativas desenvolvidas pelas elites provinciais foi nas iniciativas do "diplomata" João Mauricio Wanderley, o Barão de Cotegipe. As elites demonstraram descontentamento com um tratado que foi assinado em Buenos Aires na data de 28 de setembro de 1885, visando proceder com o reconhecimento dos rios litigiosos Peperi-Guaçu e Santo Antonio, Chapecó e Chopim,[31] para que posteriormente fosse encaminhada pelas autoridades uma decisão sobre a Questão de Palmas. As elites procuraram questionar a decisão da diplomacia brasileira, mesmo que o Barão de Cotegipe tivesse apresentado relatório na Assembleia Geral falando da importância política do citado tratado, como pode ser observado no seguinte trecho lido pelo "diplomata"*:*

> A negociação, iniciada, segundo consta do ultimo relatorio, entre o Brasil e a Republica Argentina sobre a questão dos seus limites entre os rios Uruguay e Iguassú, terminou felizmente concluindo-se em Buenos Aires no dia 28 de setembro do anno proximo passado um tratado, em virtude do qual e de conformidade com as instrucções a elle annexas se procederá por meio de uma comissão mixta ao reconhecimento ou exploração dos rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, Chapecó e Chopim, e do territorio entre elle comprehendido.[32]

O posicionamento brasileiro acerca da formação da "comissão mista" foi duramente criticado pelas elites paranaenses. É nesse sentido que consideramos relevante citar o editorial do jornal "Dezenove de Dezembro", intitulado "LIMI-

---

31Conforme Decreto Imperial nº 9563, de 6 de março de 1885.

32 BRASIL. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1886). Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, p. 5.

TES DO BRAZIL COM A REPUBLICA ARGENTINA". No texto, é possível perceber a posição política da elite paranaense frente às decisões que haviam sido tomadas em relação à Questão de Palmas, a qual, de forma muito contundente, procurou explorar o problema da unidade nacional no Brasil oitocentista. Assim, nas palavras do periódico curitibano:

> Continuam os proconsules sahidos da côrte do Rio de Janeiro a dividir os povos deste vasto imperio. Exagerar o numero de deputados conservadores na proxima eleição parece ter sido a ordem que receberam desse centro, que ignora o que vae pelas provincias. Accender odios, em vez de manter certa cordialidade para o progresso das provincias, constituirá o maior serviço que o sr. Cotegipe exigio de seus homens?! Parece que cada um dos presidentes timbra em mostrar-se o mais habil. Seja assim, mas, por Deos, ao lado dessa guerra intestina que ataca os caracteres para tomar-lhes os cargos, não offendam os direitos da soberania da nação. Na luta da pequena politica basta o nosso desdem para superar e vencer; não assim quanto ao que se assignou em Buenos Ayres em 25 de setembro ultimo e traz o nome de tratado, que atorisa commisarios argentinos a pisarem em nossas freguezias da Boa Vista e Palmas e virem em direcção ao Porto da União da Victoria buscar as cabeceiras do Chapecó e Chopim, levantando sua planta e a do territorio que fica entre elles e o Pepiri e Santo Antonio! A victoria diplomatica que nosso governo offerece aos argentinos com semelhante tratado, affecta de um modo contristador as nossas relações, o nosso socego e a paz publica.[33]

A unidade nacional é a principal questão tratada no editorial do "Dezenove de Dezembro", periódico que possuía estreitos vínculos com as elites do Paraná. De modo geral, o jornal procurou efetuar um forte discurso contra os encaminhamentos do governo central, até porque o mesmo não estaria atendendo aos interesses das províncias na condução da contenda de limites com os argentinos. Dessa forma, o tratado assinado em 28 de setembro de 1885 prejudicava as relações, segundo os discursos jornalísticos, entre o governo central e as províncias, enfim, "[...] o nosso socego e a paz publica."[34]

As fontes oficiais demonstram que a Questão de Palmas estava vinculada à possibilidade de concretização dos negócios das elites paranaenses. Nas discussões parlamentares sobre a definição dos orçamentos do Ministério da Guerra,

---

33 LIMITES DO BRAZIL COM A REPUBLICA ARGENTINA. Jornal *Dezenove de Dezembro*. Ano XXXII. N.º 229. 16 de outubro de 1885. p. 1. Em relação ao documento citado é importante pontuar que a data de assinatura do tratado é 28 de setembro de 1885, diferentemente da data 25 de setembro de 1885 que foi apontada pelo periódico.

34 LIMITES DO BRAZIL COM A REPUBLICA ARGENTINA. Jornal *Dezenove de Dezembro*. Ano XXXII. N.º 229. 16 de outubro de 1885. p. 1.

por exemplo, os representantes da província do Paraná procuravam pressionar o governo imperial para que realizasse investimentos em infraestrutura nos Campos de Palmas. Para as elites, a definição da fronteira Brasil/Argentina poderia contribuir com o desenvolvimento das atividades econômicas internas, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento das relações comerciais entre as províncias do Paraná e Corrientes. É o que se pode perceber na fala do deputado Manuel Alves de Araújo, efetuada na Câmara, na sessão de 24 de maio de 1888:

> E que fique certo o nobre Ministro, que taes serviços dão mais nome a um governo e mais gloria a um ministro do que a nomeação de duzias de coroneis, tenentes-coroneis, presidentes ou juizes de direito. Tudo isso é menor, tudo é pessoal e transitório. Os homens desapparecem, os empregos passam de uns a outros, mudam-se as situações; mas serviços de ordem nacional, como os que indico, permanecem e perdurarão. Eu tenho orgulho de dizer ao nobre Ministro: alguma força, que tenho na provincia, é devida ao pouco que por ella tenho feito, estendi fios telegraphicos por toda a provincia, mandei construir pontes, estradas de rodagem, dilligencias a percorrem em todas as direcções, todas as energias de que posso dispôr eu as consagro ao bem dos meus concidadãos. Deve o nobre Ministro realizar tão momentosos melhoramentos, porque desde o momento em que se fizer o tratado de limites, será cortado o sertão que nos separa de Corrientes, e uma estrada dalli demandará Palmas, virá por um coxilhão secco, sem rios a atravessar, sem obra d'arte; póde vir facilmente o gado, facilitando-se ao mesmo tempo a navegação dos rios internos do Paraná. Corrientes poderá fazer de Antonina ou Paranaguá o seu porto de embarque e desembarque, se estabelecerão vapores frigorificos para conducção de gado e venda por um preço modico, mais barato do que o de outra qualquer procedencia, tanta é a abundancia e riqueza dos seus campos, quanto actualmente luta por um mercado remunerador.[35]

Partimos do pressuposto de que é necessário considerar as demandas apresentadas pelas elites regionais a respeito do processo de delimitação da fronteira Brasil/Argentina. A Questão de Palmas não se constituiu apenas em um problema da administração estabelecida no Rio de Janeiro, mas também das províncias, pois, conforme fundamentação do nosso trabalho, elas eram importantes peças na construção da unidade territorial e política no Brasil oitocentista. A documentação nos mostra que os esforços provinciais na afirmação do *uti possidetis* (Paraná), bem como na defesa das fronteiras naturais (Santa Catarina) estavam relacionados ao processo de definição do território nacional. Na verdade, as elites

35 Anais da Câmara dos Deputados Gerais. Sessão de 24 de maio de 1888. p. 133.

tinham consciência de que os limites político-administrativos do Brasil com a Argentina não estavam plenamente consolidados. Assim, as pressões políticas para que o governo imperial resolvesse a contenda existente entre províncias estavam, de certa maneira, associadas à necessidade de delimitação das fronteiras internacionais do país. É por isso que os discursos do poder central acerca do tratado assinado em Buenos Aires precisam ser entendidos – apesar dos descontentamentos iniciais das elites – como possíveis respostas dadas pelas autoridades imperiais ao litígio territorial entre Brasil e Argentina. É o caso do discurso de Pedro II na abertura da Assembleia Geral, na data de 3 de maio de 1886:

> Foi promulgado em 6 de Março do corrente anno um tratado, conduzido em 28 de Setembro proximo passado, pelo qual o Brasil e a Republica Argentina concordarão em fazer, por meio de uma commissão mixta, o reconhecimento ou exploração dos rios em litigio e do territorio entre elles comprehendido. É de esperar que deste tratado resulte o ajuste satisfatorio e definitivo da antiga questão de limites.[36]

Na verdade, não ocorreu o reconhecimento oficial dos rios em litígio (Peperi-Guaçu e Santo Antônio, Chapecó e Chopim), devido às divergências entre os comissários argentinos e brasileiros[37]. Propostas de divisão do território efetuadas pela Argentina foram rechaçadas pelo Império Brasileiro. Nos últimos meses de vigência do regime monárquico, porém, foi assinado um tratado entre o Brasil e a Argentina, o qual determinava que, dentro de 90 dias, as partes litigantes teriam que fixar diretamente a linha divisória dos respectivos territórios. E, caso não houvesse um acordo, a Questão de Palmas seria submetida à decisão arbitral.

O PROBLEMA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS NO BRASIL REPÚBLICA

Uma das principais preocupações políticas do Estado Brasileiro nos primeiros anos de vigência da República foi a Questão de Palmas, tendo em vista que a Fronteira Sul era considerada instável e complexa. Para o novo regime político, delimitar a fronteira Brasil/Argentina era tarefa fundamental, uma vez que a contenda de limites estava estreitamente associada ao processo de consolidação da soberania nacional. Soberania que não era passível de concretização sem que o território brasileiro fosse definitivamente delimitado. A delimitação do terri-

36 Anais do Senado. Sessão de 03 de maio de 1886. p. 8.

37 Sobre os resultados das explorações realizadas pela comissão mista, consultar: BRASIL. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1888). Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, p. 11-12.

tório, porém, não era apenas uma preocupação e/ou resultado das ações do governo estabelecido no Rio de Janeiro (Poder Executivo), mas principalmente das forças políticas que se faziam presentes no Parlamento. Ora, é preciso considerar que no transcorrer do século XIX os sistemas representativos de tipo moderno atuaram decisivamente na formação dos "territórios nacionais".

A Questão de Palmas, no período republicano, não pode ser problematizada e compreendida sem proceder com a discussão do contexto envolvendo a assinatura do Tratado de Montevidéu, datada de 25 de janeiro de 1890. Esse tratado foi negociado e assinado pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil (Quintino Bocayuva) e Argentina (Estanislao Severo Zeballos). Pelo tratado, o território contestado seria dividido por uma linha que ia da foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim. De fato, uma das principais questões acerca desse tratado é a iniciativa do Governo Provisório em legitimá-lo perante a opinião pública nacional, pois a sua aprovação dependeria da forma como o mesmo fosse recebido pelo Parlamento, instância de poder que possuía condições de decidir sobre o assunto. É dessa maneira que consideramos relevante destacar a posição do Governo Provisório sobre as negociações diplomáticas realizadas na capital uruguaia. Assim, para o Poder Executivo:

> Tendo o governo provisorio encontrado no espolio da monarchia e ainda pendente de solução a questão relativa ao territorio das missões, julgou conveniente desde logo examina-la afim de resolvê-la de accórdo com os conselhos do patriotismo, o que equivale a dizer-se de harmonia com os altos interesses da nação. Collocado assim em presença de uma pendencia diplomatica de incontestavel importancia e que se impunha com certo caracter de urgencia a uma decisão, por isso mesmo que tinha sido o objecto das cogitações do antigo regimen nos seus ultimos dias de existencia, resolveu o actual governo, por iniciativa e indicação do respectivo ministro, examiná-la collectivamente, submettendo-a á discussão em sucessivas conferencias, nas quaes os seus membros tiveram opportunidade de conhecer-lhe os differentes aspectos e emitir o seu alvitre no intuito de dar-lhe a melhor solução. Foi dahi, do seio da collectividade governamental, sellada com o cunho da mais completa solidariedade, que sahio a resolução em virtude da qual o ministro das relações exteriores teve de seguir em missão especial para Montevidéo, ponto escolhido para o encontro dos representantes dos governos brazileiro e argentino.[38]

38 Documento que foi elaborado pelo Governo Provisório para ser publicado no Diário Oficial, disponível em: A QUESTÃO DAS MISSÕES. *Jornal do Commercio.* Ano 66. N.º 49. 18 de fevereiro de 1890. p. 1.

É importante enfatizar que o Tratado de Montevidéu permaneceu inicialmente secreto. O governo brasileiro, porém, procurava deixar claro para a opinião pública do país que o documento assinado no Uruguai seria submetido à sanção da "vontade nacional", isto é, à aprovação do Parlamento, sendo que, caso não fosse aprovado, o "arbitramento" seria adotado pelas partes litigantes. O Governo Provisório procurava, ainda, pontuar que as discussões sobre o tratado assinado por Bocayuva eram importantes "[...] para o desenvolvimento de uma politica americana, larga, de paz e de concordia"[39].

Na verdade, inúmeras foram as críticas efetuadas pela imprensa do período – especialmente acerca da posição do ministro Bocayuva – em relação ao tratado assinado no Uruguai. A historiografia brasileira sobre a Questão de Palmas, inclusive, já discorreu sobre o papel da imprensa envolvendo as ações diplomáticas de Quintino Bocayuva, como são os casos dos trabalhos de Adelar Heinsfeld[40] e Maristela Ferrari.[41] Em todo caso, consideramos pertinente destacar o editorial do periódico carioca *A Tribuna*, datado de 27 de novembro de 1890, para em seguida estabelecermos apontamentos sobre o problema da integridade política e territorial brasileira, tão cara ao Brasil do século XIX. Assim, sobre a atuação de Bocayuva, o jornal carioca destacava a seguinte crítica:

> A sua responsabilidade no tratado das Missões é tão grave, que não ha conveniencias governamentaes que justifiquem a sua mudez aos olhos de nossa Patria. E' preciso que S. Ex. falle, que Ex. explique os factos anteriores ao tratado que celebrou em Montevidéo, e que arrancou ao solo brasileiro grande extensão de territorio habilitado por patricios nossos. [...] o Sr. Quintino Bocayuva tem a inilludivel obrigação de vir dizer aos seus compatriotas o que fez, porque o fez e quanto deu ao seu amigo D. Enrique Moreno do solo da nossa desmembrada Patria.[42]

A imprensa do centro político do país conhecia as instabilidades sociais e políticas existentes na Fronteira Sul no decorrer do século XIX, particularmente quanto aos Campos de Palmas, alvo de disputas políticas entre catarinenses e paulistas, que, naquele momento (1890), estavam sendo intensamente disputados por catarinenses e paranaenses na chamada Questão de Limites. Os grupos regionais,

---

39 A QUESTÃO DAS MISSÕES. *Jornal do Commercio*. Ano 66. N.º 49. 18 de fevereiro de 1890. p. 1.

40 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

41 FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:* o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

42 O SR. MORENO. Jornal *A Tribuna*. Ano I. N.º 149. 27 de novembro de 1890. p. 1.

inclusive, procuravam publicar artigos nos periódicos estabelecidos na capital brasileira sobre a "gravidade" dos problemas territoriais internos e externos. Além disso, também se faziam presentes na imprensa, preocupações com possíveis revoltas separatistas que poderiam eclodir no Sul do Brasil, uma vez que a ordem republicana não havia sido consolidada. É por isso que o jornal "A Tribuna" classificou como "grave" a responsabilidade do ministro das Relações Exteriores brasileiro na Questão de Palmas. "A Tribuna" tinha consciência da importância política e militar do território que foi por Bocayuva "cedido" aos argentinos. Território que, segundo narrativas, era de longa data "[...] habitado por patricios nossos".[43]

As fontes oficiais nos mostram que, ao longo do oitocentos, o Parlamento Brasileiro desempenhou papel extremamente significativo na formação do território nacional, tanto em relação às fronteiras internas quanto a respeito das fronteiras externas. Nos debates realizados na Câmara dos Deputados e no Senado, era sempre destacada a importância do Poder Legislativo na produção de decisões sobre "questões nacionais". Também muito presente nos debates, estava a ideia de que proceder com alterações na organização territorial do país era tarefa das mais "delicadas", devido à existência de interesses locais, regionais e nacionais relativos ao assunto território. Dessa forma, ceder parte dos Campos de Palmas era visto como um grave problema no processo de construção da soberania nacional, tendo em vista que os "sertões palmenses" não estavam – do ponto de vista político e econômico – isolados. É nesse sentido que determinados deputados procuravam chamar a atenção para a responsabilidade do Legislativo nas decisões relativas ao território, tanto que, na sessão de 23 de junho de 1891, o deputado cearense José Avelino Gurgel do Amaral procurava fazer a seguinte observação: "Senhores, esta questão é muito grave: ella attinge á nossa soberania, envolve no presente uma questão de competencia, e traça para o futuro uma norma invariavel de proceder"[44].O parlamentar procurava, ainda, destacar que a "competência" da Câmara para aprovar (ou não) o tratado era garantida pela própria Constituição Brasileira de 1891. Assim, de acordo com o parlamentar, a Câmara poderia decidir sobre o tratado assinado pelo Governo Provisório, mesmo que o documento não fosse um projeto de lei.

> A Constituição diz que á camara compete a iniciativa na discussão dos projectos offerecidos pelo Poder Executivo. Projecto não quer dizer sempre a propositura de uma lei, mas uma proposta referente a actos praticados por aquelle poder, e que devem passar pela sanção do Congresso. Não ha de negar que a Constituição conferio ao Poder Executivo o direito de negociar tratados, do mesmo modo que tornou bastante explicito que taes negociações devem ser sub-

---

43 O SR. MORENO. Jornal *A Tribuna*. Ano I. N.º 149. 27 de novembro de 1890. p. 1.

44 Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 23 de junho de 1891. p. 94.

> mettidas á approvação do corpo legislativo. Si assim é, si os tratados são negociados por um poder e approvados por outro, si além disso o poder que negocia só se póde dirigir á Camara por meio de projectos, é claro que o tratado de que nos occupamos e quantos outros que para o futuro tiverem de nos ser presentes, são verdadeiros projectos, não de leis reguladoras do nosso direito privado, mas projectos de leis reguladoras das nossas relações internacionaes. Resulta daqui que a competencia da Camara está firmada pela origem que tem o tratado; desde que elle emanda do Poder Executivo, a nossa iniciativa é indiscutivel.[45]

De todo modo, a questão mais importante que precisa ser mencionada a respeito do Tratado de Montevidéu é a sua não aprovação pelo Parlamento Brasileiro. O tratado foi votado em sessão secreta da Câmara, na data de 10 de agosto de 1891, com o seguinte resultado: 5 votos favoráveis e 142 votos contrários[46]. A partir da decisão tomada pelo Legislativo, a Questão de Palmas seria então submetida ao arbitramento do presidente americano Grover Cleveland.

Em relação à decisão tomada pelo presidente americano em 1895, na qual deu ganho de causa ao Brasil, a documentação oriunda do período colonial apresentada pela diplomacia brasileira contribuiu de maneira significativa no evento. É preciso também destacar, no tocante ao sucesso diplomático brasileiro, a habilidade do chanceler José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Além disso, torna-se necessário pontuar a existência de uma proximidade geopolítica maior entre Brasil e Estados Unidos. Tais questões já foram, inclusive, muito pontuadas pela historiografia. Questão igualmente destacada nos estudos sobre a Questão de Palmas é o peso do *uti possidetis* brasileiro na decisão de Cleveland. Consideramos fundamental, contudo, avançarmos na análise da importância política do *uti possidetis* brasileiro na delimitação da fronteira Brasil/Argentina, uma vez que, como demonstrado ao longo do texto, os Campos de Palmas eram parte do complexo processo de construção da unidade territorial e política no Brasil oitocentista. Sem dúvida, tal questão foi considerada pelo "árbitro" Cleveland.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com o estudo apresentado neste capítulo foi demonstrar a importância da Questão de Palmas na delimitação espacial do Estado Nacional no Brasil oitocentista. A contenda de limites entre Brasil e Argentina contempla-

45 Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 23 de junho de 1891. p. 94-95.

46 Conforme dados fornecidos por HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina:* a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 123.

va assuntos considerados centrais no complexo processo de formação do Estado e da Nação Brasileira, tais como: *consideração política* provincial/estadual, recursos fiscais gerais, regionais e locais, questões de terras e desenvolvimento das atividades econômicas internas. É possível dizer, dessa forma, que o litígio territorial internacional existente na Fronteira Sul se constituiu num problema de significativa importância, uma vez que estava estreitamente relacionado à construção da soberania do Estado que foi fundado em 1822.

Defende-se, do ponto de vista da pesquisa histórica, a necessidade de avançar com o exame da Questão de Palmas a partir da exploração da documentação oficial relativa à atuação dos grupos sociais locais e regionais, tendo em vista que tanto a condução quanto a resolução da contenda não pode ser pensada apenas como obra do governo central. Certamente, o *uti possidetis* foi extremamente importante na delimitação das fronteiras, ou seja, na decisão tomada por Grover Cleveland. O *uti possidetis* estava estreitamente vinculado à manutenção da estabilidade social e política regional, na medida em que a política de ocupação e posse do território que era considerado como brasileiro foi executada ao longo do século XIX com base em complexas relações de força e de poder. É preciso, portanto, não considerar apenas as ações desenvolvidas no campo diplomático, até porque o contexto que tornou possível a definição da fronteira Brasil/Argentina é mais amplo e complexo, não podendo ser visto unicamente como produto das iniciativas dos diplomatas brasileiros envolvidos na definição do impasse fronteiriço entre países sul-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889)*. A classe política. A parentela no governo. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Curitiba, 2014.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A colônia militar do Chopim* – 1882 a 1909. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

BOITEUX, José Artur. Os partidos políticos de Santa Catarina 1824-1871. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial do 1º Congresso de História Nacional, 1915.

BRASIL. *Lei N.º 16*, de 12 de agosto de 1834. Coleção Leis do Império.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues; REIS, Sara Regina Poyares dos. *História da política em Santa Catarina durante o Império*, 4 vol. Florianópolis: UFSC, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina*: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 66-83, 2011.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do império:* a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil*: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina*: a Questão de Palmas (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas* - 1840-1899. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. *I Congresso Latino Americano de Historia Económica*, 2007, Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo: International Economic History Association – Universidad de la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, Moderna, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado na busca de seu território. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil*: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1997.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: UFFS, 2016. p. 43-72. Organização e arte: Thiago Ribeiro.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. O "descobrimento" dos campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no sul do Brasil (1841-1853). *In*: Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535717637_ARQUIVO_Artigo(FrancimarI.S.Petroli).pdf.

SLEMIAN, Andréa. "Delegados do chefe da nação": a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). *Almanack Braziliense* (on-line), v. 06, p. 01, 2007.

SOUZA, Almir Antônio de. *Armas, pólvora e chumbo*: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha*: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FONTES

ANAIS da Câmara dos Deputados Gerais. Sessão de 20 de maio de 1865. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A. Acesso em: 28 abr. 2016.

ANAIS da Câmara dos Deputados Gerais. Sessão de 24 de maio de 1888. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A. Acesso em: 25 fev. 2017.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 23 de junho de 1891. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A. Acesso em: 20 mar. 2018.

ANAIS do Senado. Sessão de 03 de maio de 1886. Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 17 abr. 2016.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1886). *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe)*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1888). *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Coleção Leis do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. *Decreto Imperial nº 2.502*, de 16 de novembro de 1859. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82690&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB. Acesso em: 1º fev. 2016.

BRASIL. *Decreto Imperial nº 3.378*, de 16 de janeiro de 1865. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 20 jul. 2013.

BRASIL. *Decreto Imperial nº 9563*, de 6 de março de 1885. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/1885/b_104/. Acesso em: 8 set. 2017.

JORNAL A TRIBUNA. Ano I. N.º 149. 27 de novembro de 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 11 mar. 2018.

JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO. Edição de 16 de outubro de 1885. Disponível em http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em 05 de março de 2017.

Jornal do Commercio. Edição de 18 de fevereiro de 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. *Lei N.º 16*, de 12 de agosto de 1834. Coleção Leis do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. *Lei Provincial nº 542*, de 15 de abril de 1864. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Deputados Gerais. 12 de abril de 1845. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da mesma província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 07 de janeiro de 1846. São Paulo, Typ. de Silva Sobral, 1846

ARGENTINA. Tratado de Límites con el Brasil. 14 de diciembre 1857. Ministerio das Relaciones Exteriores y Culto. Biblioteca Digital de Tratados do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Republica Argentina. Disponível em: http://tratados.mrecic.gov.ar/index.php. Acesso em: 25 abril 2018.

O MUNDO AGRÁRIO E AS TRADIÇÕES RURAIS NO CONFLITO DO CONTESTADO (1912-1916)

Paulo Pinheiro Machado[1]

INTRODUÇÃO

O conflito do Contestado teve início em agosto de 1912, quando uma concentração de sertanejos na localidade de Taquaruçu foi denunciada pelo Superintendente Municipal de Curitibanos, o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, ao Governador do Estado, Coronel Vidal de Oliveira Ramos Júnior, como sendo a reunião de um perigoso grupo de "fanáticos" e "monarquistas". A concentração em Taquaruçu tinha iniciado quando o monge José Maria, curandeiro famoso, visitou a festa de Bom Jesus e, no final do evento, o povoado não se dispersou, pelo contrário, só aumentou com a vinda de doentes e errantes do planalto, muitos deles expulsos de suas terras da Costa da Linha, o vale do Rio do Peixe, que estavam sendo tomadas pela *Southern Brazil Railway*, empresa concessionária norte-americana e sua subsidiária, a madeireira *Brazil Lumber and Colonization*, que operavam a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e exploravam as terras das margens, extraindo madeiras e loteando terras para imigrantes de origem europeia[2].

No entanto, o episódio da primeira concentração de Taquaruçu já era o resultado de uma série de crises mais profundas que atingiam o âmago da sociedade pecuarista, ervateira e tropeira do planalto meridional e da região contestada. Podemos afirmar, baseando-se em extensa literatura analítica, que a concentração fundiária, o Coronelismo e a grilagem promovida pela Estrada de Ferro, somados a antigos conflitos que opunham "maragatos" contra "pica-paus" e paranaenses contra catarinenses, foram o caldo de cultura para as concentrações sertanejas de

---

1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista em Produtividade de Pesquisa II do CNPQ.

2 Segundo o contrato de concessão do Governo Federal para a empresa ferroviária, até 15 km de cada lado do leito da estrada de ferro seriam concedidos para a empresa, por um prazo de 90 anos, para a exploração das terras que fossem devolutas. Como a maior parte dos lavradores e sitiantes que já viviam neste território não possuíam títulos de propriedade, criou-se uma grande crise social à instalação deste empreendimento nos vales dos rios Peixe, Iguaçu e Negro. Mais detalhes em MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Unicamp, 2004. cap. 2.

Taquaruçu (de agosto a setembro de 1912), Irani (de setembro a outubro de 1912) e novamente Taquaruçu (de dezembro de 1913 a fevereiro de 1914)[3].

José Maria, o curandeiro que passou a reunir multidões, tinha ficado famoso em maio de 1912, quando se espalhou a notícia de que ele teria curado a esposa do fazendeiro Francisco de Almeida, em Campos Novos. A mulher sofria de constantes ataques da "doença sagrada" (convulsões epilépticas) e, depois de alguns chás recomendados por José Maria, ficou curada. Entre maio e agosto de 1912, enquanto José Maria permaneceu na fazenda de Francisco de Almeida, nos Campos do Espinilho, crescia o número de doentes em busca de curas. Testemunhas relatam que chegou um momento em que o fazendeiro precisava matar um boi por dia para alimentar a multidão. O curandeiro passou a ser chamado de "monge" e a ter sua trajetória cada vez mais identificada a João Maria, um andarilho rezador e penitente que circulava pelo planalto antes da guerra[4]. João Maria aconselhava uma boa vida no sertão, com laços de lealdade, com respeito à natureza e demonstrações de fé. Era contra as queimadas e fazia questão de defender fontes de águas, que logo passaram a ser chamadas de "águas do monge", "pocinho do monge" ou "águas santas".

Em agosto de 1912, José Maria foi convidado pelos festeiros a comparecer à tradicional festa de Bom Jesus, na localidade de Taquaruçu (hoje distrito de Fraiburgo), que ficava na divisa entre os municípios de Campos Novos e Curitibanos. Nesta localidade, o chefe político local (Cel. Albuquerque), desconfiando que o curandeiro José Maria estivesse a serviço do seu adversário político local, Cel. Henrique Paes de Almeida (primo de Francisco de Almeida, dono da Fazenda do Espinilho, de Campos Novos), pediu a intervenção das forças do governo estadual. E acusou os sertanejos de Taquaruçu de "fanáticos" e "monarquistas". Os moradores de Taquaruçu não tinham causado qualquer dano ou ameaça à população do Município. O Prefeito de Curitibanos tinha fortes laços com o Governador Vidal.

3 "Maragatos" era a denominação geral dos federalistas do sul do Brasil, enquanto "pica-paus" ou "chimangos" era a denominação utilizada para os republicanos. Uma bibliografia clássica, e ainda importante em suas bases fundamentais para explicar o movimento do Contestado, tem como autores essenciais CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960; VINHAS de QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e Conflito Social*: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Duas Cidades, 1974; FELIPE, Euclides José. *O último Jagunço*. Curitibanos: UnC, 1995.

4 O andarilho João Maria, também chamado de Profeta ou de São João Maria é um conjunto de indivíduos que assumiram esta identidade geral ou a ela foram relacionados pela população. Embora a historiografia identifique inicialmente dois Joãos Marias, a pesquisa mais recente identifica um número muito maior de indivíduos que assumiram esta identidade. Mas para a tradição oral sertaneja, só existiu um João Maria, e ele vive hoje encantado no morro do Taió, no alto vale do Rio Itajaí. Mais informações sobre este personagem em CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960; FELIPE, *op. cit.*, 1995; FACHEL, José Fraga. *João Maria*: a recusa dos excluídos. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 1996; KARSBURG, Alexandre Oliveira. *O Eremita das Américas*. Santa Maria: UFSM, 2015.

Além de participarem do mesmo partido, de serem três vezes compadres (Albuquerque tinha três filhos batizados por Vidal), eram membros da Loja Maçônica Luz Serrana, entidade que congregava muitos políticos republicanos do planalto. O Cel. Albuquerque era antigo federalista e tinha aderido ao Partido Republicano em 1902, a convite de Vidal Ramos. Desde então, não perdeu nenhuma eleição municipal para os Almeidas.

Quando uma volante de 30 praças do Regimento de Segurança de Santa Catarina chega em Curitibanos, José Maria resolve dispersar a concentração, evitando o confronto com as forças oficiais e dirigindo-se a oeste, em setembro de 1912, aos Campos de Palmas, com um pequeno grupo de sertanejos, para o Banhado Grande do Irani, região contestada sob administração paranaense.

O TERRITÓRIO DISPUTADO E O "FUNDO DE FRONTEIRA"

Os conflitos de limites entre Paraná e Santa Catarina vinham de indefinições mais antigas, que se remetem ao século XIX e ao período colonial. Para os catarinenses, a linha divisória entre os Estados deveria ser os rios Iguaçu e Negro. Os paranaenses não aceitavam estas barreiras e entendiam que tinham fronteira direta com o Rio Grande do Sul, através do Rio Uruguai, além de ocupar regiões ao sul do rio Negro. Desta maneira, havia três territórios contestados entre os Estados: 1) os chamados "Campos de Palmas", grande fatia de terras entre os rios Iguaçu e Uruguai e a oeste do Rio do Peixe; 2) a saliência de União da Vitória e os Campos de São João (que iam até o vale do rio Timbó) e; 3) a saliência de Três Barras, Itaiópolis e Papanduva, vilas que se criaram com a dispersão do núcleo inicial da cidade de Rio Negro.

Como no início do século XX crescia a exploração ervateira e o estabelecimento de fazendas e colônias de imigrantes no planalto norte, a indefinição de limites, que era uma questão pendente herdada do século anterior, convertia-se cada vez mais num difícil quebra-cabeça, pois significava um território indefinido para a jurisdição civil, criminal, para a tributação e para a nomeação de autoridades das mais diferentes naturezas. Grande parte dos conflitos agrários no território contestado entre os dois Estados ocorreu por sobreposição de direitos e, na questão de terras, quando um mesmo imóvel tinha registros em nome de proprietários diferentes, em cartórios de diferentes estados.

A indefinição territorial de divisas, que era um problema mais distante ao longo do século XIX, converteu-se em séria crise política no início do século XX. Isso ocorreu tanto pela maior importância na tributação dos Estados (pela Constituição Republicana e o novo modelo de estado Federativo) como pela expansão das frentes de colonização e a crescente apropriação privada de solos.

Quando refletimos sobre a expansão das fronteiras agropastoris do Brasil, normalmente são referenciados os modelos de expansão baseados na fronteira norte-americana, tal como foi estudada por Frederick Turner[5]. Em diferentes partes do Brasil se formou uma fronteira distinta. Ao contrário de uma marcha constante e ininterrupta do leste em direção ao oeste, as práticas de ocupação territorial por parte dos colonizadores no Brasil tiveram como base a expansão direta para as fronteiras extremas, criando fortes e Colônias Militares como ponteiras na vanguarda. Às suas costas, restavam imensos territórios desconhecidos, sob domínio indígena, que seriam ocupados ao longo do futuro, como um capital em potencial. Os territórios disputados por Santa Catarina e Paraná compunham um fundo de fronteira ou fundo territorial[6]. Seria um espaço de domínio político, institucional e tributário que seria, no futuro, tomado por frentes agropastoris de expansão, como um patrimônio futuro de desenvolvimento. As populações tradicionais de indígenas e caboclos[7] que habitavam este território não eram reconhecidas como sujeitos de progresso ou de políticas de desenvolvimento. Eram moradores considerados atrasados, errantes e rarefeitos, desqualificados para levar adiante a obra do progresso.

As concentrações sertanejas vão atrair indivíduos expropriados de suas terras por diferentes razões: pela conflitividade da disputa de jurisdição da região contestada, pela tendência à expulsão de posseiros próximos às regiões de pecuária dos campos de cima da serra e pela ação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que recebeu grande faixa de terras.

Por iniciativa do governo de Santa Catarina, em ação de autoria do Conselheiro Manoel da Silva Mafra, a discórdia territorial é levada ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, concede ganho de causa aos barrigas-verdes. Esta sentença é confirmada pelo STF com as derrotas dos recursos encaminhados pelo Estado do Paraná em 1909 e 1910. A partir deste momento o Paraná passa a resistir politicamente, tentando inviabilizar a execução da sentença, afirmando que não havia uma lei federal de execução de sentença de limites e colocando todo o peso político e econômico do Estado para pressionar o governo federal a não cumprir a decisão do STF.

A questão de limites foi muito relevante para explicar a adesão de várias comunidades ao norte do planalto catarinense ao movimento sertanejo dos se-

---

5 KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano*: quatro ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner, 2004.

6 O conceito de fundo territorial é originário do geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes. *Território e História no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

7 Considero como caboclos os habitantes nacionais pobres do meio rural, frequentemente descendentes de indígenas e africanos. No entanto, para ser mais preciso com a sociedade historicamente existente no planalto meridional, o caboclo é muito mais uma definição cultural, de um certo *habitus* dos habitantes pobres do planalto (como a agricultura de subsistência, a busca de uma sobrevivência sem ímpeto de acumulação) do que uma definição racial. Por isto há imigrantes e homens brancos *acaboclados*.

guidores de José Maria, principalmente das regiões de Canoinhas, dos vales dos rios Paciência e Timbó. Além disso, foi determinante para precipitar o primeiro combate, no banhado grande do Irani, nos Campos de Palmas.

O Regimento de Segurança do Paraná foi enviado para agir com pressa e energia contra os sertanejos “catarinenses” que poderiam criar tumulto nos Campos de Palmas e justificar uma temida intervenção da tropa federal, que poderia viabilizar a execução da sentença de limites em favor do Estado barriga-verde. Mal sabiam José Maria e seus seguidores que a migração ao Irani poderia provocar um desatar de acontecimentos imprevistos. Os sertanejos queriam apenas escapar da polícia catarinense e se abrigar no sertão mais longínquo, até aquele momento não tinham qualquer posicionamento sobre a questão de limites.

A estrada de ferro foi construída no vale do rio do Peixe (com mais de 300 km entre Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e União da Vitória, no Paraná), ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, no período recorde entre 1908 e 1910, promovendo outra crise no território. Pela concessão do governo federal, caberia à empresa titular da concessão, a *Brazil Railway Company,* o domínio de todos os territórios devolutos nas margens de até 15 km do leito da estrada de ferro. Igual medida foi aplicada no trecho do ramal leste-oeste, entre União da Vitória e Rio Negro (construído entre 1911 e 1913), ao longo dos rios Iguaçu e Negro.

A Companhia Estrada de Ferro criou uma subsidiária, a *Lumber and Colonization Company*, para providenciar a exploração madeireira e o loteamento para a venda para imigrantes europeus destes territórios contíguos. Inúmeras famílias de sertanejos posseiros, habitantes do Rio do Peixe e dos vales do Iguaçu e Negro, foram despejadas sem indenização de suas terras, engrossando o número de errantes no planalto.

Após o combate do Irani, na manhã do dia 22 de outubro de 1912, que terminou com a força paranaense destroçada e com muitas mortes de ambos os lados, incluindo do monge José Maria e do Coronel João Gualberto, chefe da força oficial, os sertanejos dispersaram por mais de um ano. Uma calmaria reinou sobre o planalto entre outubro de 1912 e dezembro de 1913. Só alguns cronistas registraram alguns sinais preocupantes, como o sargento Ferrante, que visitou Irani uma semana depois do combate e sentiu uma exaltação mística entre os sertanejos. Ou o relato do comerciante Alfredo Lemos, que conta ter visto em suas andanças que os sertanejos aguardavam pelo retorno de um “exército encantado de São Sebastião”.

Em Curitibanos, o Coronel Albuquerque continuava colecionando inimigos, levando para a oposição a família Sampaio, por questões de honra, e abrindo conflito com o clero local, acusado de partidarização de sua atividade. A ruptura com a família Sampaio também significou a abertura de conflito com o jovem advogado Henrique Rupp Jr., filho do Superintendente Municipal da vizinha Campos Novos.

Em dezembro de 1913, os sertanejos voltaram a se concentrar em Taquaruçu, em torno dos sonhos relatados pela menina Teodora, a qual dizia que José Maria ordenava a seus seguidores que voltassem a concentrar-se no mesmo local do ano anterior. Teodora tinha 11 anos, era neta de Eusébio Ferreira dos Santos, um dos organizadores da Festa de Bom Jesus de Taquaruçu, que tinha convidado José Maria para a festa de 1912. Eusébio, homem respeitado na região norte do Município, entre Taquaruçu e a região de São Sebastião da Boa Vista, era casado com Querubina, mulher diligente, verdadeira governante de Taquaruçu em vários momentos (a indicação do menino-Deus Manoel, sucessor de Teodora, teria partido de Querubina). Além disso, apoiavam este segundo ajuntamento de Taquaruçu o lavrador Francisco Paes de Farias (o Chico Ventura) e a família de Praxedes Gomes Damasceno, comerciante da região, simpático aos sertanejos, morto por capangas do Coronel Albuquerque, numa emboscada na entrada da vila, em início de 1913. Outro aspecto importante a ressaltar, é que as pessoas que se dirigiam ao segundo Taquaruçu sabiam estar desobedecendo às ordens dos coronéis, do governo e dos norte-americanos. A partir deste momento é possível denominar estes sertanejos como rebeldes.

Esta segunda Taquaruçu, que vigorou entre dezembro de 1913 e fevereiro de 1914, foi o início efetivo do movimento sertanejo do Contestado e a formulação inicial do projeto e das instituições caboclas. Diferente da primeira Taquaruçu, um ajuntamento em torno de uma festa e de um curandeiro, esta segunda Taquaruçu seria uma "Cidade Santa", uma "Nova Jerusalém", terra da consciência, da justiça e do bem-estar, onde reinaria a Lei do Céu, uma Monarquia sem Rei, baseada na "Santa Religião" defendida pelos monges. A Cidade Santa criará suas rotinas, como as formas, tal como uma formação militar, mas agregando também mulheres e crianças. Momento em que toda a população se reunia para dividir tarefas, ouvir comandantes e virgens, saber notícias e exercitar sua "Santa Religião" entoando preces e "vivas" a São João Maria, José Maria, Jesus Cristo e ao Exército Encantado de São Sebastião.

Um documento encontrado em poder de sertanejos aprisionados, publicado pelo jornal *O Dia*, do Partido Republicano, explica a importância das *formas* dentro dos redutos:

> Acampamento de São João Maria de Agostinho da Pedra Branca, 28 de agosto de 1915. Com as ordens de Deos e São João Maria de Agostinho e São Sebastião e Anomeado o Irmão Pedro Ferreira Machado de comandante de um piquete esecutivo de Tomar Providencia os Irmãos que não vem assistir a Forma, asim o Irmão que tratar de abuzo e não vier assistir a Forma pode trazer de baxo de Orde a presencia do Commandante do Exército e o cual Arepelir as Orde póde Executar pela Ordem e dechar lá mesmo e cuja Esecussão e a pena ultima, os Irmãos que estão defendidos pela Forma e Pesoas de

> Malhor Idade o que se ache Doente o Moléstia em sua Familia Reprovado por este estando Doente sua família e tendo uma pesoa para ve-lo no Doente Durante as horas de Forma e Necessario Vir assestir a Forma os empregados no Acampamento que tem seos Serviços da Ordem, o Commandante Esecutivo não pode se entender com elles e sim com o Commandante de Exército pozera 2 chamadas com a corneta e o Irmão que não chegar a Quadra da Santa Egreja nas 2 veis da Ordem um sujeito a Esecussão e cuando finalizar os Vivas da Orde do Exercito o Commandante Esecutivo terá as obrigação de chegar na caza do Commandante Geral os fins de guanecer a Manguera da Ordem os dias de lanceado e asim os Irmão não podem se Derigir a qualquer serviço o Viagem sem vir asistir a Forma e concerder a Santa Liberdade e mais cuando o Commandante Geral estive falando com um Irmão Particolar é prohibido chegar Irmãos sem que o Commandante lhe chame, e assim os Irmão e Irmans que Desobedecer a Ordem de Deos e do Commandante Geral serão Executado pelas Ordens de Deos e a Ordem do Commandante Geral. Assina Sebastião José Campos, escrivão da Ordem de Deos.[8]

As formas eram momentos de disciplinarização interna. Os sertanejos chamavam-se mutuamente de "irmãos", mas pelo conjunto do texto há um forte ingrediente de reforço à hierarquia dos chefes. As formas eram ocasiões cotidianas de reafirmação do poder dos Comandantes de Exército e dos Comandantes Gerais. O documento foi gerado dentro do Reduto de Pedra Branca, já num período de definitiva militarização do conflito. Há relatos de formas mais festivas e menos militarizadas no início do movimento.

Uma das instituições criadas pelos sertanejos era uma guarda especial, os Pares de França ou Pares de São Sebastião, que reunia o grupo mais aguerrido de combatentes doutrinados na "Santa Religião", uma guarda especial que, segundo depoimentos colhidos por Euclides Felipe, teria se formado a partir do segundo Taquaruçu, sob o comando do sucessor de Teodora (cujo domínio não passou de duas semanas), o menino-Deus Manoel. Ao longo do conflito os Pares de França foram mudando de localização e, principalmente, de efetivo, chegando a compor um grupo de mais de 120 integrantes em 1915[9]. Antes de se tornar um Comandante Geral, Adeodato foi um Par de França. Dentro da "Cidade Santa" todos deveriam colocar os seus bens e pertences a serviço da comunidade. Fortes laços comunitários se cristalizaram num espírito de festa permanente, consolidando o ensinamento de José Maria que dizia que "quem tem, mói, quem não

8 Jornal *O Dia*, 11 de janeiro de 1916, p. 1.

9 Consta que a criação desta unidade dos Pares de França tenha partido da identificação dos sertanejos com a leitura pública do livro "A História de Carlos Magno e dos doze Pares de França", realizada por um caixeiro da casa de comércio de Praxedes Gomes Damasceno. ESPIG, Márcia. *A presença da Gesta Carolingea no movimento do Contestado*. Canoas: ULBRA, 2004.

tem, também mói e no final todos ficam iguais" (a moenda era do milho no pilão, para fazer quirera, prato popular no planalto). Nesta localidade especial, todos viveriam de acordo com a "Santa Religião", que não era a dos padres, mas sim a religião popular ensinada por São João Maria e tocada pelas virgens, meninos-Deuses, capelães de terço, rezadores e beatas. Entre os ritos de adesão à nova vida, estava previsto um novo batizado para todos os novos moradores da Cidade Santa. O próprio Adeodato, no momento de sua rendição, informa que quando entrou em Bom Sossego, foi rebatizado com o nome de "Joaquim". Desta forma se rompia com o mundo antigo e se aderia a um novo, com novos padrinhos e novas relações de compadrio que solidificavam os laços dos moradores nos redutos. Consta que é deste período a prática do corte rente do cabelo entre os redutários, que passaram a identificar-se como "pelados" e a denominar os seguidores do governo, dos grandes proprietários e da Estrada de Ferro, como "peludos".

Quando o reduto, ou Cidade Santa de Taquaruçu, foi formado, o número de seguidores de José Maria que atendeu ao chamado da menina Teodora era relativamente modesto, não passando de 300 pessoas. Após um primeiro ataque das forças oficiais – uma tropa mista do exército reforçada pela polícia catarinense – no Natal de 1913, quando os sertanejos conseguiram rechaçar as forças do governo, um grupo de homens foi deslocado para a construção de um novo reduto, mais ao norte, que passou a se chamar Caraguatá.

Dentro de poucos meses da existência de Taquaruçu, há uma rápida sucessão de lideranças videntes, primeiro com a virgem Teodora, depois com os meninos-Deuses Manoel e Joaquim. Com duas semanas de comando, Teodora "perdeu o aço", dizia que não tinha mais sonhos com José Maria e não queria mais a posição de destaque colocada por seus avós. A rápida sucessão das lideranças místicas marca um desgaste precoce e crescente deste tipo de comando baseado na "vidência" de inocentes, crianças que se supunham "puras" para receber as mensagens de José Maria e de seu exército de São Sebastião, mensagens que eram recebidas, interpretadas e mediadas por um conselho de anciãos, no qual Eusébio e Querubina exerciam um comando de fato.

Grande desgaste houve durante a chefia de Manoel, sucessor de Teodora, que foi um "menino-Deus" de 17 anos, filho de Eusébio e Querubina, responsável pela criação da unidade dos Pares de França, que repeliu o primeiro ataque a Taquaruçu no Natal de 1913. Porém, Manoel caiu em desgraça após defender, em plena *forma*, que deveria dormir com várias virgens, por ordem de José Maria. Os sertanejos não toleraram a proclamação oportunista do jovem, que foi imediatamente deposto pela multidão, que o ameaçou surrar com vara de marmelo. Com muita dificuldade, Eusébio e Querubina colocaram um novo neto no comando, o menino-Deus Joaquim, com 10 anos. A crença na divindade e pureza dos meninos-deuses e virgens tinha lá seus limites. Os rígidos padrões morais dos sertanejos deram cabo das ambições pessoais de Manoel. Mas o comando do sucessor

Joaquim também foi fugaz, logo toda a família de Eusébio deslocou-se para o novo reduto de Caraguatá, deixando no comando de Taquaruçu o vidente Linhares, um menino negro que era também secundado por um conselho de velhos.

Em 8 de fevereiro de 1914, uma tropa de 700 soldados, que reunia as polícias do Paraná e Santa Catarina, junto com um contingente do exército, cercou e bombardeou o reduto de Taquaruçu. Foram mais de 280 tiros de peças de artilharia e intensa fuzilaria, além da ação de uma unidade de metralhadoras. O massacre só foi visto ao início do dia seguinte, quando os soldados viram que o povoado tinha sido completamente destruído. Casas e igreja queimadas, corpos de pessoas e animais espedaçados pelo chão, na maioria de crianças e mulheres, já que os homens tinham sido deslocados para a construção do novo reduto de Caraguatá.

O massacre não intimidou os sertanejos, infundindo indignação e maior adesão à causa dos redutários. O novo reduto de Caraguatá reunia uma população mais numerosa, de pelo menos 2 mil habitantes. Ali, a chefia de Eusébio e seus familiares declinou, assumindo o comando a "virgem" Maria Rosa, uma moça de 14 anos que, além de receber em sonhos as ordens de José Maria, mantinha um comando direto sobre os habitantes na nova Cidade Santa, não necessitando de um conselho de anciãos para "interpretar" os sinais recebidos.

A chefia de Maria Rosa marca um ponto de virada na vida dos *pelados*. É o resultado da escalada constante de ataques oficiais que provocou a crescente militarização dos sertanejos. Com ela começam a ter destaques "comandantes de briga", indivíduos com alguma experiência militar (veteranos da antiga guerra federalista e até da guerra do Paraguai). Os redutos também passam a se multiplicar em número e em população, muito além do grupo inicial de seguidores de José Maria, agregando descontentes em geral de todo o planalto, opositores políticos dos chefes locais, antigos maragatos (federalistas) e gente próxima; passam a ser recrutados, inicialmente, os que tinham alguma simpatia, depois, ao longo do ano de 1914, todos os habitantes do planalto são "convidados" a entrar nos redutos, e um convite de Maria Rosa e dos chefes subsequentes significava uma verdadeira ordem. A partir de março de 1914 a ordem de Maria Rosa era "Guerra Santa aos peludos!"

A derrota das forças oficiais na batalha de Caraguatá, em março de 1914, serviu para Coroar uma aura de invencibilidade dos sertanejos. Mais de mil soldados das forças estaduais e federal foram empregados numa operação que tinha como finalidade a destruição completa do reduto. Ao aproximar-se a tropa, na manhã do dia 9 de março de 1914, vários soldados foram abatidos por clavineiros, sertanejos escondidos no alto de grandes árvores que agiam como franco-atiradores, desbastando a tropa e colocando medo e confusão nas fileiras peludas.

Um grupo de sertanejos, vestidos de mulher, atraiu uma unidade de infantaria para uma emboscada num desfiladeiro. As dificuldades do terreno não permitiram o deslocamento de peças de artilharia, que tinham sido fundamentais

na destruição de Taquaruçu. O abastecimento da tropa oficial era realizado por cargueiros de mulas conduzidas por tropeiros que, segundo os militares, eram de lealdade duvidosa. A certa altura, mais de duas dezenas de soldados, conduzidos para a canhada funda, ficaram presos por espinheiros de inhapindaí e, sem saída, foram abatidos à arma branca em combate corporal com os sertanejos. No meio do fogo cerrado, uma unidade de sertanejos atacou a retaguarda da tropa federal, causando pesadas baixas à tropa oficial, que começou uma retirada em debandada. Adeodato, que ainda não havia aderido à causa rebelde, declarou mais tarde que assistiu de longe, junto com seu amigo Pedro Carlin, o combate de Caraguatá.

A vitória de Caraguatá não deu paz aos sertanejos. Logo tiveram de abandonar o reduto e seguir mais ao nordeste, rumo a Bom Sossego, onde se formaria uma nova Cidade Santa. A retirada de Caraguatá ocorreu para tirar a população de uma posição já conhecida pelo governo e de local insalubre, com grande grupo de pessoas sofrendo de tifo.

A fundação de Bom Sossego, em final de abril e início de maio de 1914, marca o declínio da chefia de Maria Rosa e a ascensão do Comandante Geral Chiquinho Alonso (Francisco Alonso de Souza), um dos representantes de uma extensa e influente família da região dos rios Timbó e Tamanduá. Chiquinho Alonso era chefe dos Pares de França, comandante de briga e grande conhecedor das trilhas do planalto. Era secundado por novas virgens e videntes e tinha o apoio de alguns patriarcas da região norte do Município de Curitibanos, como Elias de Moraes e sua esposa Adulcia, os irmãos Sampaio, Benedito e Cirino Chato, Chico Ventura, Domingos Crespo, Nenê Alves, além de contatos em uma rede muito ampla pelo norte e sul do planalto. O grupo de Eusébio e Querubina permaneceu participando da vida dos redutos, mas numa posição secundária. Eusébio foi nomeado Comandante de Abastecimento durante a chefia de Alonso.

A OFENSIVA REBELDE GENERALIZADA

O objetivo principal do comando de Chiquinho Alonso, que foi colocado em prática a partir de julho de 1914, era a execução de uma ofensiva rebelde generalizada, que partiu do centro do planalto catarinense, com a multiplicação dos redutos, formação de uma rede de guardas[10], agregação de novos seguidores, arrebanhamento de gado, víveres e munição, e ataques aos principais alvos *peludos.* Além de Bom Sossego, foram criados os redutos de Santo Antônio (atacado sem sucesso pela tropa federal do Marechal Mesquita, em maio de 1914), Caçador Grande, Campina dos Buenos (no planalto sul, próximo ao Cerrito), Re-

10 Além dos redutos ou Cidades Santas, os rebeldes também fundaram Guardas, que eram pontos estratégicos guarnecidos por um pequeno grupo de moradores armados e fortificados. Além da função militar, muitas guardas tinham lavouras que auxiliavam no abastecimento dos redutos. Algumas delas cresceram e se transformaram em Cidades Santas, como Santa Maria.

duto dos Pardos e a terceira concentração em Taquaruçu. Uma grande expansão ao planalto norte tornou possível, sob o comando geral de Chiquinho Alonso, as chefias de Bonifácio Papudo, Antônio Tavares e do Capitão Aleixo Gonçalves de Lima, todos atuando num amplo território que ia de União da Vitória a Rio Negro, cujo novo epicentro ao norte era a vila de Canoinhas, que ficou sob o fogo rebelde entre julho e novembro de 1914[11].

Difícil saber dos limites ambicionados por esta expansão rebelde. Os irmãos Carlin, amigos de Adeodato, declararam ao professor Vinhas de Queiroz que "de uma altura em diante, [os sertanejos] não queriam terra; queriam ir ao Rio de Janeiro, derrubar o governo"[12]. Se não conseguiram ir tão longe, tinham um claro e provável horizonte de expansão, tanto ao norte, ao Paraná, como ao Sul, no planalto rio-grandense, dois territórios que eram habitados por populações devotas do monge João Maria e saudosas do federalismo, características políticas e culturais distintivas dos territórios cuja população aderiu ao movimento dos pelados.

É neste período que acontece a provável adesão de Adeodato à vida dos redutos. Pelo depoimento prestado ao Delegado de Canoinhas, quando se apresentou em agosto de 1916, Adeodato declarou que foi recrutado à força para os redutos. É muito possível que seja uma informação verdadeira, pois não foram poucos os recrutados compulsoriamente que depois se converteram à causa rebelde e assumiram posições de chefia. Declarou ao Tenente Francisco Ferreira, Delegado de Polícia de Canoinhas, que redigiu o Auto de Prisão e Perguntas a Adeodato:

> Afirmou que foi aprisionado pelos fanáticos em local onde estava escondido, na fazenda de José Pereira, próxima a Perdizes, Município de Corithibanos, foi preso por Domingos Crespo e conduzido para a Guarda próxima da Serra [da Esperança] ao tempo que havia o accampamento de Maria Rosa, no campo do Bom Sossego. Pouco tempo depois Chiquinho Alonso chegou ao accampamento e assumiu o comando porque Maria Rosa disse que tinham terminado as ordens dela.[13]

---

11 O Capitão Aleixo Gonçalves de Lima era um maragato (federalista) paranaense radicado em Santa Catarina desde o final do século XIX. Era inimigo jurado da família do Coronel Leocádio Pacheco, além de adversário da Lumber (para quem Pacheco vendeu as terras que eram disputadas por Aleixo). Aderiu à causa rebelde um julho de 1914 e morreu nos redutos, executado por Adeodato numa *forma*, suspeito de espionar para os *peludos*. Bonifácio Alves dos Santos (Papudo) era subdelegado do distrito de Paciência e, até julho de 1914, homem de confiança do Major Vieira, Superintendente Municipal de Canoinhas, aderiu ao movimento rebelde com centenas de homens que havia recrutado originalmente para guarnecer a Vila para as autoridades oficiais. Antônio Tavares era professor, comerciante e suplente de Promotor Público, era homem de confiança do governador Vidal Ramos em Canoinhas, filiado ao Partido Republicano Catarinense. Aderiu ao movimento rebelde em julho de 1914 e construiu um reduto nas nascentes do rio Itajaí. Os três comandantes do planalto norte, Aleixo, Papudo e Tavares, tinham em comum a adesão ao movimento rebelde com uma pauta distintiva, em seus redutos e guardas os sertanejos usavam uma fita no chapéu com a inscrição "Pelo cumprimento da Sentença de Limites". São casos bem pontuais de adesão ao movimento por questões políticas institucionais.

12 VINHAS de QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e Conflito Social*: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 163.

13 Santa Catarina. *Processo de Apelação Criminal nº 1121*, 1917, ATJSC.

Durante os meses de chefia de Chiquinho Alonso, entre maio e novembro de 1914, Adeodato se transformou num importante combatente da causa rebelde. Quando participou da investida contra a Estação de Rio das Antas, em 1° de novembro de 1914, momento no qual morreu o comandante Chiquinho Alonso, Adeodato, que era um dos Pares de Sebastião, estava presente e saiu gravemente ferido.

A ofensiva rebelde, nos meses de julho, agosto e setembro de 1914, colecionava um grande conjunto de vitórias. As Vilas de Campos Novos e Canoinhas ficaram entrincheiradas resistindo ao fogo constante dos rebeldes. As localidades de Itaiópolis, Papanduva, Salseiro e Colônia Vieira caíram nas mãos dos "*pelados*". Várias estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foram atacadas e queimadas pelos sertanejos. A serraria da *Lumber and Colonization* em Calmon foi incendiada e a maior serraria, de Três Barras, sofreu algumas investidas próximas, mas resistiu pelo reforço da guarda privada da companhia com a participação do Regimento de Segurança do Paraná e grande número de vaqueanos civis, que se entrincheiraram em dormentes empilhados da estrada de ferro.

Em setembro, após os violentos – e atípicos[14] – ataques a Calmon e São João, quando o Capitão Matos Costa foi morto junto com alguns sargentos e praças do 11° Regimento de Infantaria do Exército, os governadores de Santa Catarina e Paraná solicitaram, em conjunto, a intervenção federal, alegando que não tinham condições de colocar ordem neste território conflagrado. Ao final deste mesmo mês de setembro, os sertanejos tomaram a Vila de Curitibanos e nela permaneceram por uma semana, para destruir a documentação do Cartório e queimar os prédios do governo e do Coronel Albuquerque.

Evacuando a Vila de Curitibanos, uma poderosa coluna rebelde investiu contra a cidade de Lages, abalando seriamente o poder estadual catarinense. É neste momento que o General Setembrino de Carvalho estruturou sua gigantesca operação de cerco, enviando para a região um contingente inicial de 4 mil soldados, nos meses seguintes reforçados por mais 2 mil praças. Mas a mobilização desta tropa levará meses para estar perfeitamente postada no território e para apresentar os primeiros resultados militares significativos para o governo.

O CONTESTADO SOB O COMANDO DE ADEODATO

A morte trágica e inesperada do Comandante Chiquinho Alonso, no combate da Estação Rio das Antas, Vale do Rio do Peixe, no início de novembro de

14 Os ataques a Calmon e São João foram considerados atípicos pelo grau de violência dos rebeldes, que não se restringiu a lutar apenas contra homens adultos, mas levou à execução de crianças e até famílias inteiras, o que frequentemente era interditado pelo chefe Chiquinho Alonso. É possível que o resultado deste processo seja a condenação, pelos rebeldes, de Vanuto Baiano, responsável pelo ataque a São João e, segundo alguns, alguém que estava entre os rebeldes trabalhando para o Cel. Fabrício Vieira, conhecido fazendeiro do médio vale do Iguaçu.

1914, estancou a expansão do movimento rebelde e deu início a uma disputa interna pela sucessão, que revelou um sério conflito interno dentro do grupo sertanejo. A evolução dos acontecimentos apontava para um maior envolvimento da tropa federal, agora com o General Setembrino aparecendo na região com grande efetivo. Entre os redutários dois "partidos" disputaram a sucessão de Chiquinho.

O "partido moderado", representado pelo velho Eusébio Ferreira de Souza, Querubina e Maria Rosa, era favorável a uma aproximação e um armistício com o governo e preparava Antoninho, chefe do reduto do Timbozinho, como sucessor de Alonso. O "partido radical", representado por Elias de Moraes, Domingos Crespo e por muitos Pares de França e comandantes de briga, era favorável à continuidade da guerra e considerava os representantes do grupo "moderado" como quase traidores, dado o contexto de radicalização que a guerra havia alcançado. Os "radicais" também desejavam um maior acúmulo de poderes pelo Comandante Geral, já que a chefia de Chiquinho Alonso, em que pese sua frenética atuação de expansão, era muito "federativa", permitindo muita heterogeneidade dentro do grupo rebelde e excessiva autonomia para chefes de pequenos redutos e guardas. Os radicais apresentaram Adeodato como comandante indicado por Elias de Moraes que, depois de hesitar alguns dias, assumiu o comando ao final do mês de novembro e ordenou a todos os piquetes e tropas que se apresentassem no reduto-mor, que neste momento era Caçador Grande.

Adeodato resolveu renunciar à vantagem na continuidade da expansão territorial rebelde por uma maior fidelidade e subordinação direta das chefias intermediárias ao seu comando. Inicialmente tinha planejado, junto com Elias de Moraes, uma migração dos rebeldes para oeste do rio do Peixe, ali ficariam mais guarnecidos para uma guerra prolongada, tendo na retaguarda a fronteira argentina como uma possível via de abastecimento. No entanto, a atividade vigilante da Coluna Oeste do exército, dirigida pelo Tenente Coronel Eduardo Sócrates – que fazia um acompanhamento monitorado da linha de ferro ao longo do vale do rio do Peixe – impedia uma passagem assim massiva (e necessariamente lenta) de tão grande população[15]. Outra opção foi adotada em dezembro de 1914, quando se escolheu transportar o reduto-mor de Caçador Grande para o vale do rio Santa Maria, que possuía um acesso muito dificultoso para as tropas oficiais.

Em Santa Maria, o novo comandante tentou se reconciliar com o partido vencido e batizou de "Maria Rosa" um dos redutos conurbados ao longo de 7 qui-

---

15 A linha férrea foi retomada pelas forças do exército em setembro de 1914, desde então os rebeldes não conseguiram tomar outra Estação, tampouco ultrapassar o rio do Peixe. A coluna oeste, comandada pelo Ten. Cel. Eduardo Arthur Sócrates tinha unidades militares de elite postadas nas estações da estrada de ferro em União da Vitória (51° Batalhão de Caçadores), São João (14° Batalhão de Infantaria), Calmon (53° Batalhão de Caçadores), Rio Caçador (16° Batalhão de Infantaria) e Herval (57° Batalhão de Caçadores). Estas forças transitavam entre as estações constantemente, para bloquear qualquer passagem e/ou bloqueio da linha: CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo Comandante das forças em operação no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

lômetros do rio Santa Maria. A conurbação de redutos e guardas fazia de Santa Maria a maior de todas as Cidades Santas do Contestado, agregando uma população total que se aproximava de 30 mil habitantes.[16]

Por outro lado, as forças oficiais não ficaram paradas. Nos meses de novembro e dezembro, as quatro colunas do Exército iniciaram um grande processo de cerco e combate ao abastecimento dos redutos. Um grande grupo de comerciantes de várias vilas do planalto foi preso, acusado de abastecer os "fanáticos" em troca de erva-mate e couros de gado. Inquéritos foram abertos contra Ciro Ehlke, em Canoinhas e Alfredo Lemos, de Curitibanos, que chegou a ser recolhido para a cadeia de Curitiba. No vale do rio Iguaçu, onde existia uma frenética atividade comercial viabilizada pela navegação a vapor, um grupo de 17 comerciantes de origem italiana e espanhola foi degolado pelo piquete de vaqueanos chefiado por Salvadorzinho Dente de Ouro[17]. O espetáculo chocou toda a região e imprimiu medo em quem cogitasse a possibilidade de comercializar com os rebeldes.

O maior sucesso da posição escolhida por Adeodato foi a resistência tenaz colocada ao avanço da maior frente bélica a serviço do General Setembrino, a Coluna Sul. O Tenente-Coronel Estilac Leal contava com um efetivo de mais de 2.500 homens, reforçados por centenas de vaqueanos civis. Mas eles ficavam detidos na garganta do desfiladeiro de entrada no vale do rio Santa Maria e dali só ouviam a voz rouca do comandante Adeodato a provocar os soldados que ficaram, por quatro meses, estacionados numa posição fixa e desgastante, sem conseguir avançar sobre nenhum trecho significativo. O tenente Herculano D'Assumpção relata esta situação:

> A sanha dos bandidos redobrava de furor. Do nosso posto ouvíamos os seus gritos, que eram verdadeiros rugidos cheios de feridade. Adeodato, o nefário cabecilha, estava imane. A voz do mazorro, muito rouca, emitida pela sua laringe anormalizada por uma barifonia, pronunciava frases infandas, numa importuna batologia, insultos soezes, vilanias nojentas... Era um Therieas do reduto que vomitava desprezíveis sandices.[18]

---

16 Esta estimativa é baseada nas informações do Capitão Tertuliano Potiguara, que comandou o *raid* de ataque, vindo do norte, contra o reduto de Santa Maria, na Páscoa de 1915. Segundo Potiguara, ao longo do caminho do reduto conurbado foram queimadas 5.500 casas e várias Igrejas.

17 Salvadorzinho era filho do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, Salvador Pinheiro Machado e sobrinho do Senador José Gomes Pinheiro Machado. Em operação na Guerra do Contestado, Salvadorzinho colocou seu piquete a serviço do grupo maior de vaqueanos chefiados pelo Coronel Fabrício Vieira. O massacre do Iguaçu, ocorrido em novembro de 1914, é parte da pesquisa da tese de doutorado de Viviani Poyer, e também é analisado em seu capítulo nesta obra.

18 D'ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p. 134.

Nem todos os piquetes sertanejos obedeceram às ordens de Adeodato. O grupo de Agustin Perez Saravia, o Castelhano, que operava ao sul, no interior do município de Lages, resolveu se desgarrar, tentou entrar no norte do Rio Grande do Sul, mas foi capturado e morto perto de Capão Alto, em dezembro de 1914. Os grupos de Gregório de Lima, Bonifácio Papudo e Henrique Wolland, o Alemãozinho, depois de muita hesitação, resolveram apresentar-se ao Tenente Castelo Branco, da Coluna Norte, em Canoinhas, em janeiro de 1915. Junto com estes comandantes, que logo passaram a ser empregados como vaqueanos pelo governo, renderam-se milhares de mulheres e crianças. O cerco planejado por Setembrino começava a produzir seus primeiros frutos.

A crise de abastecimento no reduto de Santa Maria se agravava. Os relatos dos que lá viveram descrevem uma rara situação de fome, experiência dramática que ficou gravada na memória das gerações seguintes. A aproximação do verão e a incapacidade de plantar uma nova safra de milho deve ter estimulado o grupo liderado pelos chefes do norte a se apresentar em Canoinhas. Dentro de Santa Maria diminuía o número de cabeças de gado a se abater e aumentava a fome. Há extensas descrições de tudo o que se comia: broto de xaxim, pássaros, vermes, lagartas, insetos, sopa com bruacas de couro. As epidemias de tifo e sarampo ceifavam a vida de homens, mulheres e crianças.

Adeodato procurava contornar os problemas de abastecimento aumentando as atividades dos piquetes xucros. Estes piquetes eram pequenas unidades móveis de cavalaria que atacavam fazendas de "peludos" em busca de gado bovino, para ser arrebanhado e levado aos redutos, e de cargueiros (mulas) para o transporte de víveres, cereais e o que mais fosse encontrado.

A situação ficou sem saída quando as forças oficiais se lançaram pelo norte, encontrando um caminho mais longo, mas com menores obstáculos, para a penetração no vale do rio Santa Maria. O *raid* do Capitão Tertuliano Potiguara começou com a tomada de Salseiro e Colônia Vieira, o que distanciou os sertanejos do constante fogo sobre a vila de Canoinhas. Seguindo ao sul, entre fevereiro e março de 1915, a tropa federal foi atacando casa por casa do grande reduto, abrindo fogo sem fazer prisioneiros (como declara Potiguara em seu Relatório). No dia 2 de abril de 1915 Santa Maria estava em chamas e a tropa de Potiguara se encontrou com a vanguarda da tropa de Estilac Leal, da Coluna Sul.

A destruição de Santa Maria foi apresentada pelo General Setembrino como o fim da missão que tinha sido encarregada ao exército. A partir de maio de 1915 várias unidades militares abandonaram a região, mesmo se sabendo que os sertanejos sobreviventes de Santa Maria estavam construindo alguns redutos remanescentes. Para a "limpeza" final do território, Setembrino recomendava a ação coordenada do 54° Batalhão de Caçadores, secundado por uma unidade do Regimento de Segurança de Santa Catarina, sob a chefia do Capitão Euclides de Castro e por um número maior de vaqueanos civis, como os piquetes reforçados de Bley Neto, Colleti, Pedro Ruivo, Adão Goethen, Arthur de Paula, Fabrício Vieira, e Lau Fernandes.

Paralelamente, medidas políticas de atração dos "fanáticos moderados", o partido de Eusébio, para o isolamento maior do grupo radical, liderado por Adeodato, foram sugeridas pelo oficial catarinense que conhecia os meandros da política do planalto, o Capitão Vieira da Rosa, do 54° Batalhão de Caçadores.

Os redutos remanescentes foram denominados São Miguel, Pedra Branca e São Pedro, e foram abatidos, ao longo do ano de 1915, um a um, pelo assédio de vaqueanos, numa luta de caboclos contra caboclos, como defendeu o Dr. Mileto, Juiz da Comarca de Canoinhas. Esta é a chamada fase do "açougue", época de muitos massacres e execuções, principalmente pelas forças civis. Os piquetes mais agressivos eram os de Coletti, na região de Santa Cecília do Rio Correntes e o grupo de Pedro Ruivo (Pedro Leão de Carvalho) que agia na região de Canoinhas. Pedro Ruivo foi acusado de pegar mais de cem presos rendidos de dentro da cadeia de Canoinhas e conduzi-los para serem degolados nas margens do Rio Negro.

A operação política planejada pelo Capitão Vieira da Rosa e colocada em prática por Setembrino (em negociação com o governador Felipe Schmidt) foi realizada no mês de maio de 1915. O Coronel Albuquerque foi afastado da Superintendência Municipal de Curitibanos (por renúncia), ficando a cadeira de chefe municipal para seu vice, o Cel. Marcos Gonçalves de Farias, antigo maragato (federalista) que tinha muitos amigos nos redutos. Parte da família Sampaio, que havia aderido à Taquaruçu, voltou à vida civil em Curitibanos. Esta medida surpreendente fazia mais pressão para a chefia de Adeodato[19].

Dentro dos redutos, a autoridade do último chefe era cada vez mais questionada. Um clima de terror passou a ser vivido, com a crescente desconfiança do chefe sobre a lealdade de seus comandados. Consta que Adeodato, que tinha muita influência sobre as crianças do reduto de São Pedro, pedia que os meninos e meninas espionassem suas próprias famílias, para saber se seus pais e mães estavam ou não "fraquejando". Pela tradição oral chegou a informação de que, em determinada ocasião, para testar a fidelidade de seus seguidores, Adeodato simulou a própria morte. Enviou um grupo de pessoas correndo a avisar todos os moradores de seu passamento. Aqueles que riram ou festejaram tiveram seus pescoços cortados.

Outros relatos dão conta de uma situação limite, onde a disciplina interna era mantida com muito custo, já que as condições de sobrevivência e as perspectivas do movimento não eram promissoras. Adeodato mantinha o formato originário do segundo Taquaruçu, realizava as formas diárias, dava espaço para rezas comandadas por novas virgens e prestigiava a ação do monge Manoel, um velho rezador muito influente nos últimos redutos. Quando alguém tinha que ser castigado, fazia isto publicamente, na forma. Há casos de chefes emergentes, segundo alguns depoentes, que poderiam colocar em xeque a liderança do filho de Teleme, que eram sumariamente executados.

---

19 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 237.

ADEODATO E O CONFRONTO COM OS COSTUMES

Ao longo de décadas, a memória de Adeodato foi demonizada pela suposta crueldade do último chefe e por determinadas ações pessoais que foram interpretadas como abuso, transgressões de todas as normas da vida sertaneja. Adeodato matou o padrinho e se casou com a comadre. Para uma comunidade que estava acostumada a normas e padrões rígidos de comportamento, principalmente dentro dos redutos, onde estas posturas eram mais observadas e censuradas, tratava-se de algo com grande peso.

Entretanto, são duas histórias diferentes, que precisam ser explicadas e contextualizadas. Quando entrou para o reduto de Bom Sossego, Adeodato levou para lá seu pai, Manuel Telêmaco Ramos, seus irmãos e seu antigo patrão e padrinho, Neco Peppe. Tempos depois, entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915, Neco Peppe foi morto por Adeodato.

O assassinato do padrinho é algo que equivale, dentro da tradição católica popular, ao parricídio. Duglas Teixeira Monteiro identifica este episódio como o caso emblemático de ruptura com a ordem vigente: Adeodato estaria, com este gesto extremo, rompendo, ao mesmo tempo, com o antigo mundo dos Coronéis e com o do catolicismo oficial, que se legitimava pelas formas verticais de compadrio[20].

É necessário levantar algumas considerações sobre esta questão. No processo de apelação criminal onde é requerente Olímpio Simão, um membro do piquete de Adeodato, é possível apurar alguns detalhes da relação de Adeodato com seu padrinho[21]. O processo trata do ataque à comunidade de Rio Bonito, local entre Trombudo e Santa Cecília do Rio Correntes, no norte do município de Curitibanos[22]. Consta que o ataque foi realizado em dezembro de 1914 pelo piquete de Adeodato. Porém, no processo, várias testemunhas declaram que o piquete atacante parou antes e depois na casa de Neco Peppe, na localidade de Salto, próxima a Rio Bonito.

Neco Peppe prestou depoimento, mas estava em situação difícil, sendo quase arrolado como réu. Reconheceu já ter vivido nos redutos de Caraguatá e Santa Maria, o que é reforçado pelo depoimento de duas testemunhas, mas que só havia feito isto porque tinha medo dos “fanáticos”. O discurso de “medo dos fanáticos” era a principal senha dos rebeldes quando se apresentavam ao mundo oficial, é discurso repetido insistentemente nos Autos de Perguntas aos prisioneiros. Neco

---

20 MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Duas Cidades,1974. p. 72.

21 Santa Catarina. *Processo de Apelação Criminal nº 1121*, 1917, ATJSC.

22 É necessário algum cuidado com a toponímia do planalto meridional. Há um “Rio Bonito” em Campos Novos (Tangará); outro em Canoinhas (entre a Vila e a Colônia Vieira); e, em Lages, há um “Rio Bonito” entre a cidade e a localidade de “Índios”.

Peppe foi defendido por um ofício do Ten. Cel. Estilac Leal, comandante da Coluna Sul, após ter declarado os nomes de todos os membros do piquete de Adeodato. Importante observar que na composição do piquete de Adeodato constam seus irmãos, não citados por outras fontes. De qualquer forma, a característica principal do piquete era a sua composição familiar, os Ramos, os Crespo e os Baianos compõem a maioria dos membros. Para Adeodato, não era qualquer piquete que poderia fazer uma atividade externa, como ataque a "peludos" ou busca de gado a ser arrebanhado. Se não fosse um piquete fiel, a unidade de ataque poderia fugir dos redutos e se apresentar às autoridades oficiais (e ser transformado em piquete de vaqueanos a serviço do governo, como aconteceu algumas vezes).

Neco Peppe traiu os rebeldes. Além de não ter retornado aos redutos, entregou aos *peludos* todos os nomes que conhecia do piquete de Adeodato, inclusive do afilhado. O fato de ter sido batizado em idade maior por Neco pode ter atenuado qualquer sentimento de interdição de Adeodato em executar o padrinho. Neco tinha se transformado num fornecedor do exército, além de abrigar em sua fazenda uma guarnição de várias dezenas de soldados, após a destruição do reduto de Santa Maria.

Miguel Peppe, filho de Neco que sobreviveu ao ataque, conta que o ânimo do piquete era de matar não apenas o seu pai, mas a família inteira. A mulher e os filhos de Neco Peppe foram poupados por intervenção de Teleme: "Mataram o compadre, queimaram a casa; mas para matar a família, tem que matar primeiro eu"[23]. Adeodato obedeceu ao pai e recolheu o piquete.

Os laços de compadrio entre Adeodato e Neco Peppe não eram fortes ou tão tradicionais. É importante registrar que muito antes de morar na fazenda de Neco Peppe, o menino Adeodato já tinha passado por um primeiro batismo no Cerrito. Após entrar no reduto de Bom Sossego, segundo declarou nos Autos de Prisão, Adeodato recebeu de batismo o nome "Joaquim" e consta que seu novo padrinho se chamava Domingos Crespo, influente chefe rebelde que abriu sua carreira política nos redutos.

Já a acusação de casar-se com a comadre é verdadeira. Adeodato era inicialmente casado com Maria Firmina, mas matou sua esposa e o amante, o negro Germano, um Par de França, depois que os flagrou juntos, ainda no primeiro semestre de 1915. Meses depois, Adeodato se casou com Mariquinha, viúva do finado comandante Chiquinho Alonso. Para muitos sertanejos, a desgraça nos redutos começou quando Adeodato se casou com a comadre, mesmo ambos sendo viúvos. Os laços de compadrio significavam um parentesco estendido e casar-se com a comadre, mesmo viúva, significava um tabu, uma espécie de relação incestuosa. Se os peludos precisassem de algo para massacrar a memória do último chefe pelado, não tinham arma mais eficaz que a propagação desta história.

---

23 MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Duas Cidades,1974. p. 250.

Em agosto de 1916, quando Adeodato foi apresentado para a imprensa em Florianópolis, outra característica interessante do chefe caboclo foi revelada. Sua habitual prática de fazer ironia. Depois de ser interpelado pelo Chefe de Polícia e de ter declarado que não tinha matado crianças, mas apenas adversários e quem saqueava dentro dos redutos, o policial perguntou como isto seria possível, já que no reduto eram todos saqueadores, o chefe caboclo apenas retrucou, "sim, somos todos malvados"[24]. Semelhante ironia Adeodato colocou nas décimas que declamou no momento que foi condenado, em Curitibanos.

As décimas revelam uma clara crítica ao governo e aos ricos, e aos brancos (que tem as "veias mais puras"). Quando o discurso irônico é interpretado literalmente, é óbvio que assim fica fácil acusar Adeodato de milhares de mortes, mas não era este o significado da fala. Adeodato não foi mais violento que Maria Rosa ou Chiquinho Alonso, mas as experiências finais de cerco, fome e desagregação dos laços comunitários dentro dos redutos contribuíram sobremaneira para uma progressiva demonização de sua memória.

Adeodato ficou preso em Lages. No Natal de 1916, fugiu da cadeia e foi recapturado no Cerrito e enviado para o Presídio de Florianópolis. Na capital do Estado consta que Adeodato tenha morrido numa suposta tentativa de fuga, executado a tiros pelo Capitão Trujilo Mello, em janeiro de 1923, em episódio até hoje insuficientemente esclarecido. A trajetória deste indivíduo revela aspectos importantes da atuação sertaneja e dos conflitos internos dentro dos redutos nos momentos derradeiros da guerra sertaneja. As habilidades militares, oratórias e poéticas de Adeodato, além de sua energia e juventude, ajudaram a prolongar a resistência sertaneja num conflito de grandes proporções que ainda merece muitos estudos em seus mais distintos aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento do Contestado foi provocado por um conjunto de transformações no meio agrário do planalto meridional aceleradas pelo regime republicano, com a introdução da ferrovia e a intensificação dos conflitos políticos e fundiários naquele extenso território. Ao longo deste texto, vimos como muitos traços e relações tradicionais foram superados pelas novas regras do jogo impostas pelas relações capitalistas. Isto fez com que um conjunto de vínculos antigos deixasse de vigorar, inclusive com a ruptura de antigas relações clientelísticas que ligavam proprietários e seus agregados, como vimos com o caso de Adeodato.

---

24 Jornal *O Dia*, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

No entanto, entre os sertanejos, apesar de sua guerra contra os Coronéis e as empresas norte-americanas, em seu mundo dos redutos se reencontraram e reataram os laços de compadrio, por meio do batizado dos novos membros da irmandade e de um processo de reconstrução de vínculos colocado em movimento. Porém, dentro das forças de repressão, principalmente dos vaqueanos empregados ao final da guerra, os laços clientelísticos não só se mantiveram, como se enrijeceram ao longo do conflito.

Dessa forma, é difícil concluir categoricamente por um impacto unidirecional das forças de modernização sobre o mundo tradicional do Contestado. Novos trabalhos precisam ter como objeto mais claro de pesquisa as relações de agregação entre proprietários e lavradores antes e depois do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Oswaldo R. *A Campanha do Contestado*. S. Paulo: Cia Ed. Nacional. 1960.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo Comandante das forças em operação no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

D'ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: ULBRA, 2004.

FACHEL, José Fraga. *João Maria*: a recusa dos excluídos. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 1996.

FELIPE, Euclides José. *O último Jagunço*. Curitibanos: UnC, 1995.

KARSBURG, Alexandre Oliveira. *O Eremita das Américas*. Santa Maria: UFSM, 2015.

KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano*: quatro ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra:* imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado. 1907-1918. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2018.

VINHAS de QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e Conflito Social*: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FONTES

JORNAL O DIA. Órgão do Partido Republicano Catarinense, janeiro a setembro de 1916. Biblioteca Pública de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. *Processo de Apelação Criminal nº 1121*, Apelante: Olímpio Simão; Apelada: A Justiça e seu Promotor. Curitibanos, 1917. ATJSC. Neste processo há o translado do processo referente ao ataque a rio Bonito, ocorrido em dezembro de 1914, pelo qual foi sentenciado Adeodato em 1916.

FRONTEIRAS DO CONTESTADO: IMIGRAÇÃO E POLÍTICA INTERNACIONAL EM MEIO A UMA GUERRA NO BRASIL MERIDIONAL[1]

Viviani Poyer[2]

INTRODUÇÃO

Por meio da análise de casos que envolvem imigrantes europeus[3], o presente capítulo objetiva demonstrar aspectos da política internacional praticada pelo Brasil, principalmente no que diz respeito à imigração europeia e questões diplomáticas, em meio ao movimento social do Contestado. Busca-se mostrar como imigrantes tomavam lugar de sujeito de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil, e, de alguma forma, por mais exíguos que tenham sido, esses casos impactaram nas relações diplomáticas entre Brasil e os países que "subsidiavam" a política imigratória brasileira.

Esse poder de articulação que, de certa forma, promove a formação de redes de indivíduos que compactuam de ideias, costumes e hábitos fora de seu país de origem, extrapola ou ameaça extrapolar as fronteiras locais, estaduais e nacionais e oferece indícios que remetem a uma outra ótica sobre a história da Imigração, das Relações Internacionais e até mesmo sobre o movimento social do Contestado.

É muito comum a historiografia da imigração tratar esse processo como uma epopeia dramática e um tanto pessimista, quando geralmente o imigrante e principalmente os colonos do Sul do Brasil são retratados como vítimas da política imigratória brasileira. Geralmente ele é duplamente vitimado, pois sai

1 As reflexões apresentadas neste capítulo são parte da minha tese de doutorado, ainda inédita.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense, RJ.

3 Abordarei aqui dois casos relacionados a imigrantes, principalmente aqueles provenientes de regiões ou países da Europa que "supriram" a política imigratória do Brasil na região Sul, em finais do século XIX e início do século XX.

de suas terras expulso pela fome e miséria e, ao chegar aqui, depara-se com uma realidade bem diferente da sonhada, ou muitas vezes relatada por seus próprios compatriotas, chegados aqui anteriormente. Parto do pressuposto, porém, que, ao vitimar esse sujeito, ele perde a sua identidade, e passa a ser mais um número dentro dessa política de massa.

Ao mostrar suas ações, façanhas, lutas e, sobretudo, o seu poder de articulação, o imigrante/colono ganha espaço de movimento e atitude, que o transforma em um sujeito com história de vida, com nome, com aspectos que o fazem único – sujeito fazedor de sua própria história. Ele ganha visibilidade, ele entra para a história. Deixam, principalmente, de ser passivos, vítimas da política governamental e local, e passam a ser ativos, ganham voz, chamam a atenção para outros aspectos que vão além da imigração. Por meio dos casos aqui apresentados, é possível perceber, entre outros aspectos, como se dava a política de mandonismo local dos coronéis, dos grandes proprietários de terras ou do capital estrangeiro com o pequeno proprietário, imigrante ou nacional e/ou posseiros da região Norte do estado de Santa Catarina.

Como esses casos envolvem imigrantes, tem-se registros em diferentes instâncias que apontaram para diversas situações, difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Por meio do método micro-histórico, é possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. As diversas situações conflituosas que envolvem esses imigrantes foram tomadas como fios que tecem a malha, ou melhor, a trama, que caracterizou a vida de muitos colonos do Sul do Brasil. O olhar micro propõe juntar indícios que, muitas vezes, passaram despercebidos, e a partir deles, buscou-se construir um novo olhar sobre esses personagens e sobre esse contexto.

Num jogo de escalas constante, buscou-se perceber aspectos que só por meio de uma visão ampliada seria possível, foram tomados como limites espaciais e temporais elementos coadjuvantes à Guerra do Contestado e que de alguma forma estão ligados a ela. Nesse sentido, a pesquisa que deu origem a este capítulo tem como marco temporal central a Guerra do Contestado, mas vai ao passado, antecedendo alguns anos, chegando em 1907, em meio à construção de um dos ramais da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), pela empresa *Brazil Railway Company*[4]. Esse ramal ligaria o litoral catarinense à cidade de União da Vitória, com o intuito de servir como o principal meio de escoamento da produção de erva mate, via Porto de São Francisco. O primeiro segmento ligaria o Porto de São Francisco do Sul à Vila de São Bento, passando pelas cidades

---

4 *Brazil Railway Company* foi uma *holding* criada pelo norte americano Percival Farquhar em 1906 nos Estados Unidos e que atuou na Região do Contestado nos ramos ferroviário, madeireiro e colonizador.

de Joinville e Jaraguá, e foi palco do caso Kullak, de muita repercussão no meio policial, jornalístico e político, nacional e internacional, e foi tomado como marco temporal inicial da pesquisa.

As fontes consultadas orientam os limites temporais deste estudo. Nesse sentido, é necessário ir um pouco além da data de assinatura do tratado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, sobre a definição das fronteiras estaduais e do fim da Guerra em 1916, uma vez que, após a solução desses aspectos, movimentos revolucionários ligados de alguma forma ao Contestado continuaram aflorando na região do Vale do Rio do Peixe, envolvendo personagens conhecidos da Guerra. Um dos casos aqui apresentado continuou se desenrolando na justiça por muitos anos, e estava relacionado a mortes e pedidos de indenizações ligadas a famílias de imigrantes da região onde se deu o movimento.

O termo fronteira, utilizado para demarcar o alcance da pesquisa, foi emprestado da Geopolítica, e é aqui empregado com a intenção de perceber o quão móveis elas podem ser.

> A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está a frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas de começo do estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir.[5]

Segundo Heinsfeld, ao passo que os limites estabelecem a soberania do Estado e se configuram como linhas fixas, as fronteiras se caracterizam como linhas móveis, nesse sentido, elas podem apresentar um caráter mais amplo, sendo faixas maiores ou menores territorialmente, de acordo com a conveniência de cada Estado. Para ele, sobretudo, ao utilizar-se do conceito de tempo social de Braudel, as fronteiras podem ser entendidas "como "disjuntores" de tempos desiguais, como evoluções econômicas não paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço. Assim sendo, a fronteira não seria apenas um "disjuntor espacial", mas também um "disjuntor temporal".[6]

---

5 MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In:* STROHAECKER, Tânia Marques (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41.

6 HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço*: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do Vale do Rio do Peixe-SC. São Paulo: Perse, 2014. p. 17.

É necessário compreender que o movimento do Contestado fora muito mais do que uma luta pela posse de terras, ou de intrigas políticas entre poderes locais, municipais e estaduais. Foi, sim, um movimento de repercussão nacional e internacional, que extrapolou a dimensão local ou regional.

Ao lançar mão de fontes diplomáticas, com o objetivo de perceber a política internacional do Brasil com países europeus envolvidos com a imigração, percebe-se que os reflexos do movimento do Contestado foram longe, chegando a países da Europa que enviavam emigrantes ao Brasil, entre eles, Itália, Polônia, Rússia, Alemanha, Portugal, Espanha e Áustria. Por meio das correspondências das diferentes legações diplomáticas, foi possível perceber as sutilezas e ambiguidades de uma política internacional com esses países em meio a uma Guerra "desconhecida". Os pedidos das diferentes legações e consulados são os mais diversos, sempre buscando proteção, auxílio, garantias a seus súditos, cobrando posicionamentos e ações do Governo Brasileiro.

A partir dessas premissas, é possível perceber a Guerra do Contestado como mais do que somente uma guerra, mas se trata de um fato histórico ou uma fronteira temporal ou espacial como consequência de uma política de Estado que vinha se moldando durante o século XIX. Essa política se acentuou com o fim da escravidão e fortalecimento de uma política de imigração, com o advento da República, com a questão de terras e como consequência da abertura desenfreada ao capital estrangeiro.

O CASO KULLAK: PARA MUITO ALÉM DAS FRONTEIRAS DO BRASIL MERIDIONAL

O caso Kullak, como ficou conhecido, teve seu início quando o referido imigrante alemão resolveu explodir com dinamite a via férrea que cortava suas terras. O trecho danificado fazia parte do ramal São Francisco – União da Vitória, um dos ramais que integrava o traçado da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Essa estrada de ferro cortou Santa Catarina passando pela região onde se deu o movimento social do Contestado[7] e iniciava seu traçado em Itararé, interior de São Paulo, chegando à Santa Maria da Boca do Monte, no estado do Rio Grande do Sul.

7 Movimento social do Contestado foi um movimento sertanejo marcado fortemente por questões religiosas de exaltação milenar e com fortes características messiânicas. Não só de cunho religioso, mas também, e principalmente, de caráter social e político, envolveu milhares de militares, civis, sertanejos, posseiros e colonos em torno da luta pela questão da propriedade da terra no Brasil, nas fronteiras entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Georg Ernest Kullak[8] era imigrante alemão e morador da localidade de Três Rios, no distrito de Jaraguá, pertencente ao município de Joinville. Chegou ao Brasil em 1903, provavelmente desembarcado no Porto de São Francisco, uma vez que seu nome fora encontrado numa das listas de imigrantes elaboradas por José Deeke[9]. Partiu provavelmente de Hamburgo, na Alemanha, proveniente de Lützen, região da antiga Prússia; tinha 26 anos de idade, era solteiro, protestante e dizia ser lavrador. Quando aconteceu o seu envolvimento com a justiça, em 1907, contava com 30 anos e se dizia casado.

Juntamente com Kullak, chegaram outros 37 imigrantes alemães, com a finalidade de povoar e colonizar a região. Veio ele a se estabelecer na parte da Colônia Hansa denominada como Humbolt, no atual município de Jaraguá do Sul. Por meio do processo crime instaurado[10], constatou-se que sua propriedade era vizinha de outros colonos, entre eles os irmãos José e Luís Picolli[11]. E ele estabeleceu relações de arrendamento e/ou moradia com os também imigrantes alemães, Max Stein e Fritz Gastran, uma vez que eles viviam em suas terras, mas não em sua casa.

Sua propriedade foi cortada pela estrada de ferro paralelamente à estrada de rodagem, sendo que, nesse trecho do terreno, não havia, segundo os esclarecimentos do Juiz de Direito da Comarca de Joinville e constantes nos autos do processo, benfeitoria alguma, constituindo-se a referida faixa de terra apenas por matas. O Juiz do caso, o Sr. Bento Emílio Portela, julgou que Kullak pretendia obter elevadíssima indenização, uma vez que o valor exigido era de 7:000$000 (sete contos de réis), o equivalente a 9.000 marcos aproximadamente, uma quantia muito alta para o tamanho e as características do terreno. Afirmava que provavelmente esse tinha sido um dos motivos que levaram a Companhia a não atender a exigência do proprietário, deixando a sua indenização por ser paga e gerando muita confusão, uma vez que o valor pedido era superior ao valor real das terras a serem desapropriadas.

Diante da recusa do pagamento da indenização, Kullak resolveu baixar o valor e refazer a proposta, taxando em 4:500$000 (quatro contos e 500 mil réis)

8 Encontrei, nas diferentes fontes pesquisadas sobre esse caso, formas variadas de grafar o nome do súdito alemão Georg Ernest Kullak, sendo essa grafia a adotada aqui, pois é a que aparece com maior frequência nos documentos oficiais pesquisados.

9 José Deek nasceu em Blumenau em 12 de maio de 1875, filho de imigrantes alemães, era agrimensor e cartógrafo. Sua obra mais conhecida, denominada *Die Kolonie Hammonia Zu Ihrem 25 Jährigen Bestehen* (A Colônia Hamonia para seu 25º ano de existência), contém dados históricos e estatísticos sobre a Colônia Hammonia, ou Hansa Hamonia, atual município de Ibirama – SC. Essa obra serviu de base para a organização de uma lista de imigrantes chegados da Alemanha entre os anos de 1902-1907 e 1920-1922. Na referida lista encontra-se somente nome, sobrenome, idade e profissão dos imigrantes, nome e idade da esposa e filhos (quando havia), cidade de origem e religião. Tal lista encontra-se disponível para pesquisa no acervo do Arquivo Histórico de Joinville-SC, sob o título: Listas de Imigrantes. Coleção Memória da Cidade Carlos Ficker. Prefeitura Municipal de Joinville, Fundação Cultural, Arquivo Histórico de Joinville, 1999. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/listas-de-imigrantes-de-joinville/.

10 Processo n. 459 – 1907. Comarca de Joinville. Arquivo do Fórum do município de Joinville.

11 Esses dois colonos testemunharam contra Kullak no processo que respondeu acerca das explosões.

as referidas terras, com a condição, porém, de ser transferida a sua casa de moradia para um outro terreno. Mesmo assim a Companhia recusou "uma concordata amigável sob as bases estipuladas"[12] pelo proprietário, até porque essa não tinha interesse em toda a extensão de terras que compunham a propriedade de Kullak, sendo necessário para o leito da estrada de ferro, apenas um faixa de terra com largura aproximada de 20 metros, dando continuidade, assim, ao impasse entre o imigrante e a construtora.

Segundo esclarecimentos do Juiz, a Companhia responsável pela construção da ferrovia, com algum custo, chegou a pagar os outros moradores que tiveram suas terras desapropriadas, sendo, porém, Ernest Kullak uma das exceções. Diante da situação gerada pelo impasse relativo aos valores e à falta de pagamento por parte da Companhia, Kullak procurou um advogado para tentar resolver a situação, porém, esse último, certo de que as exigências do proprietário não seriam aceitas pela Companhia, recusou a defesa da causa em Juízo.

Como Kullak não respeitou os trâmites legais, perdeu o direito de recurso à justiça para finalizar a questão da indenização. Não obtendo êxito a partir da sua segunda proposta, o colono alemão tratou de procurar o consulado de seu país em Joinville, a fim de que o Consul Sr. Adolfo Schmitt interviesse a seu favor na negociação, porém, esse, informado de suas pretensões, igualmente se recusou a atendê-lo. O fato de Kullak ter procurado o consulado com a intenção desse intervir a seu favor aponta para uma situação caracterizada por certa ambiguidade, uma ação até certo ponto comum entre aqueles que imigravam para o Brasil. Tal atitude pode ser vista como ambígua, pois, com o advento da República e com a Constituição de 1891, ficou quase automática a naturalização do imigrante recém-chegado ao Brasil, e, consequentemente, a concessão dos direitos de cidadão brasileiro. Dessa forma, o imigrante se apropriava da legislação nacional em seu favor quando lhe convinha, mas, quando lhe fosse desfavorável, articulava conterrâneos, formando uma espécie de rede que agia no sentido de buscar e assegurar seus direitos junto ao corpo diplomático de seu país de origem.

Iniciaram-se os trabalhos de colocação dos trilhos, porém, como Kullak nada havia recebido acerca do valor tratado pela indenização, ficou desassossegado, pois esse receava que, com a conclusão dos serviços, não lhe fosse pago o valor, e perdesse seus direitos sobre o referido bem. Mais de um mês se passou, e Kullak ainda não havia sido pago, então, em 10 de julho, resolveu escrever uma carta, registrá-la nos Correios e enviar à direção das obras da Estrada de Ferro.

Dizia que estava cansado de esperar pela indenização e, como ela não havia sido paga, estava decidido a destruir, utilizando dinamites ou qualquer outro material explosivo, as obras feitas em seu terreno, se não fosse atendida a sua reclamação até o dia 22 do mês corrente, conforme segue transcrição da carta:

---

12 *KOLONIE-ZEITUNG*, Joinville, 12 mar. 1908. *In:*Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

> Jaraguá, 10 Julho 1907.
> Exm. Snr!
> Pelo presente faço-lhe a comunicação, que desde hontem começaram pôr dormentes e trilhos no trecho da linha estrada de ferro sobre o meu terreno.
> No dia 5. de Junho a V. S. rogou-me, ainda ter um pouco de paciência, motivo de realizar o pagamento em breve tempo.
> Como acima dito, vão ser feitos os últimos trabalhos da linha na minha propriedade, e concedo-lhe o último prazo do pagamento até o dia 22 de Julho 1907.
> Se não tendo eu recebido até o dito dia a quantia ajustada de duzentos "mil réis", me vejo esforçado, findo este último prazo e não tendo realizado a dita questão, a destruir os trabalhos, feito com inaudito atrevimento [sic] acima da minha propriedade, com dinamite ou outras matérias explosivas.
> Assinado Ernest Kullak.[13]

A missiva constante nos autos do processo-crime instaurado contra Kullak foi encaminhada ao subcomissário de polícia de Jaraguá pelo responsável da Companhia da Estrada de Ferro que exigiu do policial:

> [...] providências tendentes não só a evitar a realização da ameaça, como a tornar efetiva a punição do seu autor.
> Sendo incontestavel que os dizeres dessa carta constituem o crime previsto no artigo 184 do Código Penal, [...] e cabendo na hipótese a ação oficial da justiça, ex-vi [sic] do artigo 407 do Código, é de esperar que procedais desde já a rigoroso inquérito, afim de apurar-se a responsabilidade do delinqüente, de maneira a se lhe poder aplicar o corretivo legal necessário sob todos os pontos de vista, e principalmente para que a sua ousadia não encontre imitadores, nem a impunidade o anime a praticar o grave dano, de que se acha a Companhia ameaçada.
> Confiante na solicitude, com que cumpres os deveres do vosso cargo, aproveito a oportunidade para apresentar-vos os protestos da minha consideração.
> Saúde e Fraternidade
> Mario W. Tebyriçá
> Representante da Companhia
> E. F. São Paulo – Rio Grande.[14]

---

13 Carta enviada por Kullak à Companhia responsável pela construção do Ramal São Francisco da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e anexada aos autos do processo nº 459 – 1907. Arquivo do Fórum da Comarca de Joinville – SC.

14 Comentários feitos pela direção da Companhia exigindo providências da polícia. Processo nº 459 – 1907. Arquivo do Fórum da Comarca de Joinville-SC.

Em 21 de julho, faltando um dia para o vencimento do prazo dado para o pagamento da indenização, o colono reforçou suas ameaças por meio de uma outra correspondência, dessa vez redigida em língua alemã e enviada ao Subcomissário de Polícia de Jaraguá, chamado Piazera:

> Pelo presente comunico-lhe na sua qualidade de comissário de polícia que, se passar o prazo, marcada á Companhia da Estrada de Ferro, a qual finda com o dia 22 de Julho, sem que recebesse pagamento pelo terreno, de que fui ilegalmente privado contra a constituição e as leis dos Estados Unidos do Brasil, ou outra fiança que garante o pagamento, com todos os meios a meus alcance, removo depois de amanhã [...] 23 de Julho, á força, as obras feitas por aquela Companhia na minha propriedade contra a minha vontade, e intimo a V. Mcê a cuidar de que nisto não sejam levadas vidas humanas.[15]

Na noite do dia 22 para 23 de julho de 1907, passando um pouco da meia-noite, encontravam-se próximo à casa de Kullak o Comissário de Jaraguá juntamente com um soldado, ambos à espreita vigiando o referido local, na intenção de conseguir impedir que o plano fosse colocado em prática. A certa distância, meio que se escondendo por entre as árvores, Kullak foi avistado pelos policiais, quando ouviram o estrondo referente a três explosões, sendo duas delas provenientes das dinamites colocadas embaixo de um bueiro da ferrovia, e a terceira, da bomba colocada junto a um poste da linha telegráfica.

Preso no local do crime, Kullak foi recolhido à cadeia de Joinville, sendo que, no dia 25, ele próprio requereu uma ordem de *habeas corpus*, a qual foi negada pelo Juiz de Direito, após as informações prestadas pelo Subcomissário de Polícia de Jaraguá sobre a legalidade e conveniência da prisão, e realizado interrogatório que levou o imigrante alemão a "confessar o fato criminoso com todas as circunstâncias"[16]. Kullak cumpriu pena de reclusão por um mês na cadeia pública da cidade de Joinville, mas não pelas explosões e sim pelas ameaças feitas à Companhia responsável pela construção da ferrovia e que resultou em denúncia na Promotoria Pública, pelo qual o imigrante acabou sendo incurso no art. 184 do Código Penal Brasileiro de 1890.[17]

---

15 Tradução da carta redigida em alemão e enviada por Kullak a Angelo Piazera, Subcomissário de polícia de Jaraguá. Processo nº 459 – 1907. Arquivo do Fórum da Comarca de Joinville-SC.

16 Ofício do Juízo de Direito da Comarca de Joinville – Sr. Bento Emilio Portella –, em resposta ao ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do Secretário Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. Joinville, 23 mar. 1908. *In:* Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69. APESC.

17 Estados Unidos do Brazil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Cap. II – Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal. Art. 184 – "Prometer, ou protestar, por escrito assignado, ou anônimo, ou verbalmente, fazer a alguém um mal que constitua crime, impondo ou não, qualquer condição ou ordem: Pena de prisão celular por um a três meses. Parágrafo único. Si o crime for cometido contra corporação, a pena será aplicada com aumento da terça parte."

No dia 13 de agosto, foi lavrado o termo de defesa escrito pelo próprio Kullak, já que o advogado procurado para lhe defender acabou não aceitando o seu caso. O texto redigido por esse imigrante, chegado ao Brasil há pouco mais de três anos, chama a atenção pela sua clareza, objetividade textual e certo conhecimento acerca da legislação vigente, aspectos que levaram a reforçar duas hipóteses: primeiro, de que, apesar de dizer ser lavrador, na Alemanha exercia alguma outra profissão, bem provavelmente ex-militar do Exército daquele país, conforme informações encontradas em outras fontes pesquisadas; segundo, de que a sua defesa não fora elaborada por ele, mas sim pelo seu amigo Max Stein, com elevado grau de instrução, segundo diziam, já que era botânico e geólogo, mas que, aos órgãos públicos, quando questionado, também afirmou ser lavrador.

A primeira hipótese vai ao encontro da tese levantada por alguns autores de que muitos dos imigrantes que iam para o Brasil afirmavam ser lavradores para ganhar subsídios do governo brasileiro na concessão das passagens, bem como de terras para lavrar e desenvolver a agricultura familiar, uma das bases da política oficial do governo. A segunda hipótese reforça a ideia das redes de ajuda mútua, estabelecidas entre os imigrantes que se estabeleciam no Brasil.

O imigrante alemão demonstrou conhecer consideravelmente a lei e os seus direitos enquanto cidadão brasileiro. De certa forma, sua defesa obteve êxito, pois, a 21 de agosto, o promotor público, em seu parecer, despronunciou Max Stein e Fritz Gastram do crime de coautoria, uma vez que não foram apurados indícios suficientes para incriminá-los. Fato reforçado pelo Juiz Bento Emilio Portella, em 22 de agosto, ao julgar improcedente a denúncia que considerava os dois como coautores e, assim, absolvê-los da acusação, pronunciando Kullak como incurso somente no art. 149 do Código Penal Brasileiro, sujeito a prisão, livramento e custas.

Neste momento, tudo parecia resolvido em torno da questão Kullak, uma vez que os ânimos se acalmavam, já que ele havia sido absolvido na primeira instância e se aproximava o fim do processo, com o proferimento da sentença final. Porém, veio à tona, em 14 de janeiro de 1908, um polêmico artigo publicado num respeitoso e importante jornal da capital alemã.

Como uma bomba, o referido artigo, sob o título "Maos tratos infligidos a um subdito allemão", do *Berliner Tageblatt* (B. T.), chegou ao Brasil e ao conhecimento do Ministério das Relações Exteriores, abalando a comunicação entre o Governo Federal e Estadual e, principalmente, entre Brasil e Alemanha. Essa nota, de certa forma, levantava dúvidas sobre os procedimentos da justiça brasileira e, sobretudo, catarinense; acusando a mesma de irregularidades, chegou a provocar rusgas diplomáticas entre os dois países.

Em 14 de fevereiro, um mês depois da publicação do texto no B. T., o Ministério das Relações Exteriores entrou em contato, por meio de um ofício ao Governador do Estado, afirmando que remetia, junto ao documento, a tradução do artigo, e, em tom sucinto e objetivo, pedia explicações sobre as inexatidões da questão:

> Peço a V. Ex. a bondade de me informar da solução que teve este negocio, fornecendo-me, em aviso, os necessarios esclarecimentos, e peço mais que me diga quaes as inexactidões que se encontram na exposição publicada. Segundo telegramma de Berlim, no Jornal do Commercio [sic], um deputado socialista, acaba de interpelar o Governo Allemão no Reichstag.[18]

O artigo, bem provavelmente com a intenção de instigar os imigrantes alemães aqui residentes, pretendia mostrar que, se por um lado, o governo e as leis brasileiras respeitavam a questão relativa ao direito à propriedade, por outro, os direitos civis corriam o risco de serem, a qualquer momento, desrespeitados.

Com base nas respectivas datas do primeiro julgamento ocorrido em 10 de setembro de 1907, da publicação do artigo do *Berliner Tageblatt* em 14 de janeiro de 1908, e diante dos fatos apontados pelos periódicos nacionais, o colono alemão teve aproximadamente quatro meses para articular uma rede de pessoas, tanto no Brasil quanto na Alemanha, com o objetivo de levar o seu caso para além das fronteiras nacionais.

Entre as ações, a mais audaciosa era dar visibilidade internacional ao caso a partir do contato com político(s) alemão(es) que pudesse(m) apresentar a sua história ao *Reichstag*, bem como, tornar público e de conhecimento de toda a sociedade alemã o seu caso, por meio da publicação de panfletos e de artigos na imprensa em Berlim. De fato, parece que os objetivos de Kullak foram alcançados, por sinal, com bastante rapidez, ao passo que, em 18 de fevereiro 1908, o jornal brasileiro publicado em língua alemã *Kolonie Zeitung* já divulgava uma pequena nota, entre as notícias locais, falando sobre a repercussão do caso na Alemanha.

> O caso Kullak agora também está sendo acompanhado pelo parlamento alemão. O deputado socialista Ledebur, de acordo com o despacho do dia 14, interpelou o Secretário de Estado V. Schoen, para saber se é verdade, de que há queixas contra um colono de Joinville, a respeito da prisão de um cidadão alemão, que teria explodido os trilhos de uma ferrovia. V. Schoen admitiu que o delito foi praticado e acrescentou ao seu interpelante: "Estamos aguardando pelo resultado da coleta de evidências."[19]

Em meio à efetivação da ideia de levar o seu caso ao conhecimento de todos, corria o seu segundo julgamento no Superior Tribunal de Justiça do Estado, em que a promotoria pública apelava à anulação da sentença proferida pelo Juiz da Comarca de Joinville.

---

18 Ofício do Ministério das Relações Exteriores de 14 de fevereiro de 1908. *In:* Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69. APESC.

19 *KOLONIE-ZEITUNG* [Jornal / Gazeta da Colônia], Joinville, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1908. Joinville, Colônia Dona Francisca, Estado de Santa Catarina, Brasil. Ano 46, nº 14, p. 2. Tradução Helena R. Richlin.

É possível cogitar, diante dessa constatação, que uma das intenções de Kullak, com essas ações efetivadas após a sua primeira absolvição, era buscar, sobretudo, proteção nas instâncias mais altas de seu país de origem, uma vez que corria o risco de ser condenado a cumprir a pena pelo crime de explosão praticado no Brasil, a partir do julgamento em instância superior. Com base em uma das premissas da micro-história destacada por Jacques Revel, é possível perceber que Kullak como "ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global."[20] Ele transita entre um mundo novo cheio de possibilidades, ao mesmo tempo em que procurava por meio de estratégias diversas manter o vínculo e mais do que isso, garantir a proteção do governo alemão, numa eventual complicação da sua situação aqui no Brasil. Talvez Kullak tenha se precipitado, pois, logo depois da publicação do provocador artigo no periódico alemão, saiu a sentença final com a sua absolvição!

Diante de tal fato, eis algumas reflexões a serem feitas: será que a sua absolvição pelos desembargadores catarinenses se deu por conta de toda agitação que vinha ocorrendo na imprensa, mas principalmente pelo mal-estar gerado entre a justiça e o governo do Estado, o Ministério das Relações Exteriores e os representantes diplomáticos alemães? De certa forma, os fatos se deram numa sequência temporal que viabilizam essa hipótese. A sua absolvição significaria o reconhecimento das causas dos colonos? Ou será que havia a intenção de absolver o imigrante alemão como forma de se colocar o caso sob "panos quentes", por receio dos poderes públicos que a questão gerasse problemas de proporções internacionais? De fato, se isso acontecesse, seria muito ruim para a política imigratória e, sobretudo, externa do Brasil, uma vez que esse estreitava cada vez mais os laços econômicos com a Alemanha, na medida em que diminuía consideravelmente os negócios com a Inglaterra.[21]

De qualquer forma, essa etapa do caso Kullak finalizou com a absolvição do súdito alemão pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado, uma vez que não encontrou erros formais que corroborassem para anular a decisão da primeira instância. E Kullak foi mais uma vez absolvido!

---

20 REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 28.

21 Segundo Cervo e Bueno (1992, p. 185), "[...] ao mesmo tempo que aumentava o intercâmbio comercial com os Estados Unidos e a Alemanha – esta recém chegada na luta interimperialista –, diminuiu aquele com a Inglaterra, principalmente no referente às exportações brasileiras".

A CHACINA DO IGUAÇU E SUAS REPERCUSSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

> Rosalino Alves, lavrador (brasileiro); Alfredo Ferreira, padeiro (brasileiro); José Sartori, lavrador (italiano); José Lyrio Santi, empreiteiro (italiano); Antonio Preti, lavrador (italiano); Angelo Tress, lavrador (italiano); Valentim Fachim (ou Fachini), pedreiro (italiano); José Merkel, lavrador (allemão); João Merkel, lavrador (allemão); José Lichesky, lavrador (polaco); Adolpho Souza, lavrador (brasileiro); Domingos Moura, marceneiro (brasileiro); Horacio Felippe, lavrador (italiano); João Antonio, pedreiro (portuguez); Celestino Januario, lavrador (brasileiro); Evaristo Miron, canteiro (hespanhol); Isolino Miron, canteiro (hespanhol); Joaquim Vicente, negociante (brasileiro).[22]

Essa é a lista divulgada pelo Jornal a Gazeta de Notícias, da Capital Federal do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1915, que traz os nomes, origem e profissão dos 17 homens mortos numa chacina ocorrida às margens do rio Iguaçu, na localidade de Porto Jararaca, atual Distrito de Felipe Schmidt no município de Canoinhas. Tal episódio ocorreu na noite de 21 para 22 de novembro de 1914, durante um dos períodos mais violentos da Guerra do Contestado.

Em telegrama enviado pelo Ministro da Guerra José Caetano de Faria ao comandante das tropas militares no Contestado, General Setembrino de Carvalho, aquele afirma que "o caso das reclamações estrangeiras sobre indivíduos mortos por forças civis já está dando o que fazer e parece que custará caro. Os inquéritos provaram infelizmente que houve degolamentos por parte dos tais civis."[23]

De fato, o que a princípio parecia ser um caso que envolvia alguns vaqueanos, a serviço do Exército Brasileiro, e um ou dois imigrantes italianos, deu o que falar durante quase quatro anos e teve grande repercussão no meio político estadual, nacional e internacional, gerando rusgas diplomáticas entre Brasil, Itália, Espanha e Portugal.

---

22 Chegar ao número exato de homens mortos na referida chacina não foi tarefa fácil, uma vez que havia pequenas distorções entre as diferentes fontes pesquisadas. Durante algum tempo trabalhei com o número de 18 homens, embasada nas duas listas divulgadas pelos periódicos Diário da Tarde – PR – de 14 de dezembro de 1914 e a Gazeta de Notícias-RJ, de 29 de janeiro de 1915. Existia a possibilidade bastante forte de terem sido mortos 17 e não 18 homens, uma vez que um deles conseguiu escapar se jogando no rio Iguaçu, ao fazer o último pedido para beber um pouco de água do rio. A confirmação desse número só se tornou possível por meio do laudo cadavérico e reforçado pelas conversas e entrevistas realizadas com moradores da comunidade de Felipe Schmidt, inclusive com pessoas que afirmam ter conhecido o sobrevivente da chacina.

23 Telegrama enviado pelo então Ministro da Guerra José Caetano de Faria a Fernando Setembrino de Carvalho, General líder das tropas do Exército no Contestado em 19 de maio de 1915. *In:* MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 589.

Esse episódio, diferente de tantos outros, chegou a ser discutido e apresentado, mesmo que de forma breve, por historiadores clássicos do Contestado.[24] Não por se tratar da morte de pessoas importantes, militares, políticos ou coronéis, que, diante do contexto da Guerra, "merecessem" que seus nomes fossem lembrados pela história, mas sim por se tratar de um crime que envolveu imigrantes estrangeiros e despertou a curiosidade da imprensa, principalmente a paranaense, e acabou ultrapassando as fronteiras nacionais, chegando a repercutir em outros países, ocasionando alarde nos meios diplomáticos e tocando de forma delicada as relações internacionais e a política imigratória brasileira. Uma chacina de imigrantes e nacionais, colonos e comerciantes, prováveis vítimas inocentes que serviram de bode expiatório aos mandos e desmandos das políticas coronelistas da região, caracterizadas por vinganças pessoais, que marcaram com sangue e crueldade essa Guerra.

Por existirem fontes a seu respeito, principalmente as consulares e as da imprensa, já que se tratava de imigrantes, o seu estudo, por meio de uma intensa investigação, tornou-se possível, algo que praticamente não seria viável se todas as vítimas fossem nacionais. Bem provavelmente seriam apenas mais alguns João, Joaquim, José etc., como foram tantos outros homens, mulheres e crianças mortas pelas forças civis em meio à Guerra. Além de fontes diplomáticas e periódicos do período, diversos documentos de natureza militar presentes no Arquivo do Exército contribuíram com indícios que possibilitaram seguir os rastros deixados pelos sujeitos envolvidos, rumo a construção de uma trilha, ou melhor, de uma trama tecida por militares, coronéis da região, forças civis, homens pobres nacionais ou imigrantes, sobretudo, sujeitos históricos.

Em nota publicada pela Gazeta de Notícias, tem-se que, nas proximidades dos Bugios, à margem direita do rio Iguaçu, residia Rufino Teixeira, sendo que, em sua casa, encontravam-se na noite do dia 21 para 22 de novembro José Lyro Santi[25] e um camarada[26] conversando, quando bateu à sua porta um homem chamado Isaias Daniel[27], tenente da guarda nacional e que pertencia ao bando do

---

24 Entre os historiadores do Contestado que abordaram esse episódio, temos: PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Raízes da Rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v. e QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

25 Encontrei o nome de José Lyro Santi grafado de diferentes formas, bem como diferentes apelidos atribuídos a sua pessoa: em sua certidão de casamento encontra–se José Santi, já nas certidões de nascimento de seus filhos encontra-se Constantino Lyro. Em outros documentos e jornais foram encontrados José Lille, Justino Lyrio Santi, Giuseppe Lyrio Santi, Pepe Lirio e Bepe Liro.

26 Por meio de informações encontradas nas notas publicadas pelo Diário da Tarde, suponho que esse terceiro homem seja Evaristo Felippe. Ao que tudo indica, esse, juntamente com mais outros três homens, havia levado uma vara de porcos de Porto União a Porto Marcolino, onde aconteceu o sequestro.

27 A notícia publicada pelo jornal Gazeta de Notícias no dia 29 de jan. de 1915 traz a informação de que faziam parte da referida escolta o sargento do Exército Saturnino e certo "Domingos de tal", não mencionando o nome de Isaias Daniel, sendo essa informação proveniente das edições do Diário da Tarde de 12 e 14 de dezembro de 1914, respectivamente.

afamado Dente de Ouro. Aquele, com uma escolta de outros 30 homens, fez prisioneiros os dois visitantes e com eles desceram em direção a um rancho próximo à casa de Rufino, onde se encontravam outros 16 homens descansando após o dia de trabalho. De acordo com as diversas notas publicadas pelos periódicos, os dois homens capturados seriam José Lyro Santi e Evaristo Felippe. A maioria dos homens que se encontravam no referido rancho, trabalhavam para José Lyro Santi na lavoura e na coleta de nó de pinho, sendo que somente dois ou três desses eram empregados de Evaristo Felippe.

Ao chegar ao dito rancho, os homens de Isaias Daniel disseram que prenderiam a todos por ordem do coronel Fabrício, que precisava ouvi-los a prestar explicações. Todos se surpreenderam, alguns quiseram reagir, mas foram aconselhados a não temerem, pois não tinham motivos para isso, até porque o coronel Fabrício e sua gente[28] estavam "protegendo" a todos dos jagunços que porventura pudessem atravessar o rio e atacar os ranchos e lavouras; assim, seguiram os homens a escolta e foram embarcar na lancha[29] que os aguardava.

Por meio de outra nota publicada no Diário da Tarde,[30] tem-se que um outro homem também fora vítima dessa chacina, chamado Joaquim Vicente.[31] Comerciante bastante conhecido na região, logo aos primeiros movimentos dos "fanáticos", viu-se obrigado a fugir de Poço Preto onde vivia e tinha seus negócios, indo morar na margem direita do Iguaçu; ele não fora preso juntamente com José Lyro Santi, na casa de Rufino, mas capturado por um dos homens de confiança do coronel Fabrício Vieira, chamado Dente de Ouro.

Esse afamado fabriciano seguiu para a casa do comerciante acompanhado de uma escolta de 10 homens, violentaram barbaramente Geraldina, mulher de Joaquim, fazendo com que esse assistisse toda a cena animalesca. Após isso conduziram o mesmo ao porto dos Bugios, para aguardar a passagem da lancha que os deveria levar à margem esquerda, no ponto onde se dariam os assassinatos.

---

28 Manoel Fabrício Vieira, coronel da extinta Guarda Nacional era proprietário de uma grande fazenda às margens do rio Iguaçu, chamada Chapéu de Sol. Afamado coronel da região, era suspeito de envolvimento com diversos crimes, como o repasse de moeda falsa e a morte do Capitão Matos Costa, ocorrida em fases iniciais da Guerra do Contestado. Possuía diversos homens que trabalhavam para ele, conhecidos como vaqueanos e que contribuíram com as forças militares durante a campanha liderada pelo general do Exército Setembrino de Carvalho, nesse caso mais especificamente, compondo uma tropa com o objetivo de patrulhar as margens do rio Iguaçu. Conhecidos como fabricianos ou ainda como "patriotas", praticavam toda forma de crime, como saque, roubos, espoliação, estupro, mortes e incêndios, para se apossarem de terras, animais e bens de qualquer natureza de comerciantes, imigrantes ou nacionais, pobres ou remediados.

29 Essa lancha, segundo notícias publicadas no Diário da Tarde em 11 de dezembro de 1914, era utilizada pelo coronel Fabrício e sua gente. A mesma havia sido apreendida pelo próprio coronel quando transportava erva mate pelo rio Putinga para o seu proprietário Arthur Cezar, residente em Rio Negro, e era pilotada por Bonifácio Vitakosky, ou Witekowsky, conforme encontra-se grafado na publicação da Gazeta de Notícias a 29 jan. 1915.

30 Diário da Tarde, Curitiba, 14 dez. 1914.

31 Os jornais pesquisados afirmam que Joaquim Vicente era um comerciante bastante conhecido na região, porém, por se tratar de um nome muito comum, por não se ter acesso ao seu sobrenome e por certamente se tratar de um cidadão brasileiro, foi difícil encontrar maiores informações sobre essa vítima da chacina.

Os homens aprisionados por Isaias Daniel foram amarrados de dois em dois com uma corda pelo pescoço, tendo a escolta saqueado o rancho e revistado o bolso de todos, roubaram tudo que podiam, mantimentos, dinheiro e roupas. Levaram os mesmos até a beira do rio, no Porto Marcolino, onde foram obrigados a embarcar na lancha que já os aguardava a fim de subir por cerca de 3 km até o Porto dos Bugios, onde encontrariam Dente de Ouro e o outro grupo com o prisioneiro Joaquim Vicente. E assim se fez, todos embarcados na lancha seguiram pouco mais de 5 km rio acima, pararam atracando a embarcação em frente a um descampado na margem esquerda, ao que tudo indica, previamente preparado, onde se deu a chacina.

As vítimas foram capturadas do lado direito do rio, atualmente estado do Paraná, bem próximo à fazenda Chapéu de Sol, de propriedade do próprio Fabricio Vieira. Todos embarcados na lancha foram levados à margem esquerda do rio Iguaçu, onde foram degolados um por um.

Os jornais que cobriram o acontecimento publicaram que todos os homens clamavam por suas vidas e por suas famílias, pedindo para serem levados à presença do coronel Fabrício para se explicarem, e até mesmo invocando a justiça divina, mas de nada adiantaram os seus clamores. Dizem que alguns morreram ao ver a cena macabra, antes mesmo de chegar a sua vez, que ia se repetindo um a um com seus camaradas que foram degolados com arma branca. Finalizada a terrível empreitada, a escolta composta pelos fabricianos voltou à Barra Feia, atual distrito de Fluviópolis-PR, cerca de 20 km rio acima[32], onde haviam deixado na noite anterior o referido coronel. Ao chegar ao porto dessa localidade,

> [...] ao mesmo tempo que o vapor 'Paraná'[33], que vinha de rumo opposto e cujos passageiros viram os sanguinarios desembarcar, com as vestes cobertas do sangue das victimas, sacrificadas com a frieza com que se abate o gado nos matadouros, excepto o tal que se aprumava com o terno de Lille.[34]

Afirma o periódico ainda que os homens que assistiram toda a cena, o sargento Saturnino e o piloto da lancha, nada fizeram, apenas ficaram imóveis, sendo que aquele primeiro "[...] abatido e envergonhado, cobriu o rosto com o chapéo e o capote e, tristemente murmurava para o machinista da lancha, que

32 Entre os anos de 1935 e 1941, foi realizada pela Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Iguaçu uma demarcação quilométrica entre o Porto Amazonas e São Matheus do Sul, no estado do Paraná. Bach, em seu livro intitulado "Vapores", apresenta uma relação de todos os portos e localidades situadas ao longo do rio, partindo do Porto Amazonas – Km 00 –, chegando até o Km 320, nas cidades de Porto União e União da Vitória. BACH, Arnoldo Monteiro. *Vapores*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

33 Esse vapor pertenceu à empresa *C. Büher & Cia*. Foi construído no ano de 1910, e seu porto de origem era o Porto Amazonas. BACH, Arnoldo Monteiro. *Vapores*. Ponta Grossa: UEPG, 2006. p. 52.

34 *Gazeta de Notícias*, 29 jan. 1915.

aquillo era uma infamia e uma covardia"[35], sendo que o segundo, tomado de pavor, "entorpecera a língua". Diante do inquérito ansiosamente cobrado pela imprensa, esse último poderia ser chamado a testemunhar depois que retomasse os sentidos e conseguisse falar novamente.

Segundo o Diário da Tarde, no dia 10 de dezembro, o jornal Commercio do Paraná publicou uma nota em que os "patriotas" do coronel Fabrício, para justificar o seu hediondo crime, arquitetaram uma má contada história, dizendo que os trabalhadores assassinados eram fornecedores de gêneros aos "fanáticos". O Diário da Tarde diz ainda que, por meio de uma carta recebida de União da Vitória e publicada no referido periódico, obtiveram informações de que "[...] os trabalhadores eram victimas de perseguições commerciaes e tiveram a infelicidade de possuir algum dinheiro."[36]

Tão logo confirmadas as mortes, Setembrino de Carvalho tomou formais providências, enviando dois oficiais à localidade para dar início às investigações. "Foram para o local dois oficiais incumbidos de proceder a rigorosa devassa sobre o fato que tinha já chegado ao conhecimento do Comando, como a tentativa de fuga e consequente tiroteio entre escolta e prisioneiros reacionários."[37] Essa última afirmação, que diz ter havido tiroteio entre os homens aprisionados e os fabricianos, é bastante contraditória em relação ao que foi apurado pelos jornais da época e a partir dos depoimentos dos familiares e de testemunhas.

Os oficiais militares apenas tomaram conhecimento dos exames feitos nos corpos, uma vez que o laudo cadavérico[38] fora realizado por uma equipe enviada da Delegacia de São Matheus. O auto, além de falar sobre o estado dos corpos encontrados, dá com precisão a localização do crime, conforme trecho transcrito do próprio documento.[39]

> Em no logar "Bugres" a margem esquerda do "Rio Iguassú", entre "Moças" e o deposito de Salvador Leal, na embocadura de uma pequena barra a quinze metros mais ou menos do barranco do rio em um logar que foi uma lagôa e que agora se acha secca, num perimetro de dez metros, pouco mais ou menos encontraram em primeiro lugar dois cranêos e treis esqueletos humanos e pouco mais abaixo,

---

35 *Gazeta de Notícias*, 29 jan. 1915

36 *Gazeta de Notícias*, 10 dez. 1914.

37 PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Raízes da Rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 13.

38 O laudo cadavérico fora realizado em 14 de dezembro de 1914 e encontra-se uma cópia nos autos de exames cadavéricos e ofícios enviados ao consulado da Itália em Curitiba pelo governo do Estado do Paraná em 07 janeiro de 1915. *In:* Telegramas Expedidos pelo Governo do Estado PR – 1885-1930- 309/2/14, Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

39 No local onde ocorreu a chacina, existe um túmulo que foi edificado pela família proprietária do terreno. Após o desenvolvimento da presente pesquisa, foi fixada uma placa junto a lápide com o nome, origem e profissão dos 17 homens, cujos restos mortais encontram-se ali enterrados.

> mais quinze craneos e ossos espalhados sendo que dos treis esqueletos que viram em o primeiro golpe de vista, duas pernas ainda conservavam um pouco de carne e os demais completamente despido d'ellas. Que apoz o exame ordenado foram os ossos enterrados em uma cova commum aberta para esse fim. Em o local referido estava em certos logares encharcados de sangue. Que encontraram tambem paletoes, camizas, calsas, chapéus e calçados, que juntamente com os ossos foram enterrados.[40]

E foi assim que se concluiu o laudo cadavérico que constaria dos processos abertos para investigar a morte dos 17 homens à beira do rio Iguaçu. Segundo discursos proferidos na Câmara dos Deputados na Capital Federal do Brasil (RJ) pelo deputado federal Mauricio de Lacerda, entre os meses de abril e junho de 1916, os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos, mas os culpados nunca foram condenados.

Os motivos que os levaram à morte seguem como incógnitas, mas há fortes evidências de que foram mortos por portarem bens em espécie, ferramentas, alimentos e animais, e, sobretudo, por terem valores a receber de dívidas contraídas pelos subordinados imediatos do coronel Fabrício Vieira e que estiveram à frente da chacina – Dente de Ouro, Isaías Daniel e João Ruas. Cabe lembrar que, independente do que esses 17 homens faziam às margens do Iguaçu, a forma como se deu a sua captura e a "pena" imposta pela horda dos fabricianos trataram-se de uma ação criminosa que o Exército tentou de diversas formas encobrir e não condenar os responsáveis.

A não condenação pelos diversos atos criminosos cometidos principalmente pelos homens liderados por Fabrício Vieira sinaliza uma espécie de blindagem política que esse coronel e seu braço direito – Salvador Pinheiro Machado (Dente de Ouro) – possuíam e apontam para uma postura de conivência e, até certo ponto, de cumplicidade do general Setembrino de Carvalho. Atos criminosos como essa chacina provam, sobretudo, a dependência bélica e contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região.

O estudo acerca do massacre do Iguaçu pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado e profissionalizado como tentavam impingir. Ao contrário do que pregavam, a partir de uma maior profissionalização militar, buscando se distanciar de intrigas políticas locais, Setembrino de Carvalho parecia retroalimentar o poderio local de Fabricio Vieira, ao fazer vistas grossas aos atos de banditismo praticados por seus homens.

---

40 Cópia de autos de exames cadavéricos e ofícios enviados ao consulado da Itália em Curitiba pelo governo do Estado do Paraná em 07 janeiro de 1915. *In:* Telegramas Expedidos pelo Governo do Estado PR – 1885-1930-309/2/14, Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Dos homens assassinados, seis eram italianos, dois alemães, um polaco, um português, dois espanhóis e seis brasileiros. Tão logo a informação começou a ser veiculada na imprensa, os receios acerca de prováveis rusgas diplomáticas entre o Brasil e os países de origem dos trabalhadores já começaram a se manifestar.

> O mais grave é que entre os degolados contam-se varios estrangeiros, italianos e hespanhoes, tendo sido já enviada, segundo consta, uma aclamação contra o barbaro assassinato ao consul da Italia nesta capital. Os bandidos compromettem, pois com os seus crueis e criminosos expressos, não só o bom nome como ainda o credito da nação.[41]

Como a maior parte dos homens era de imigrantes europeus, afirmavam ainda os periódicos que atos de selvageria e banditismo daquela natureza poderiam depor contra a nação inteira e poderiam ter "reflexo no estrangeiro", uma vez que as vítimas eram quase todas "naturais de além-mar" e que provavelmente essa questão traria problemas diplomáticos, além de grandes aborrecimentos. Pois bem, de fato não tardou para os consulados começarem a se manifestar e as colônias italiana e espanhola em Curitiba reunirem-se para organizar diferentes formas de protestos.

Tudo indica que o primeiro consulado a se manifestar em relação à morte desses homens, fora o da Itália,[42] contudo, outros três consulados também se manifestaram: o espanhol, o português e o austríaco. Por meio da documentação trocada e diretamente emitida pelos próprios consulados ao Ministério das Relações Exteriores, aqueles pediam satisfações ao governo brasileiro e cobravam que se apurassem os fatos, descobrissem e punissem os culpados, bem como se pagassem indenizações aos familiares dos mortos na chacina.

Após quase dois anos e meio do massacre do Iguaçu, o governo espanhol, por meio de insistentes correspondências e longa negociação, conseguiu a 01 de julho de 1917, que o governo brasileiro pagasse a quantia de 10.000[43] pesetas a serem repassadas aos pais dos dois irmãos espanhóis mortos na chacina.

---

41 *Diário da Tarde*, Curitiba, 10 dez. 1914.

42 Na pesquisa empreendida no Arquivo do Itamaraty, curiosamente não encontrei nenhum documento diretamente enviado por aquele consulado. Segundo informação de Luigi Biondi, "[...] infelizmente não há documentos digitalizados desse tipo, pior ainda, não há documentos consulares disponíveis das sedes no Brasil, nem no arquivo do ministério das relações exteriores em Roma. Ao que parece, o que aconteceu, muito provavelmente, é que os italianos destruíram toda a documentação consular no período da Segunda Guerra Mundial, inclusive a referente a períodos anteriores à chegada do fascismo no poder. Provavelmente, como essa documentação estava nas mesmas pastas de documentos referentes a Segunda Guerra, pode ter ocorrido a destruição também de material documental pré-1922." E-mail trocado entre o Professor Paulo Pinheiro Machado e o historiador Luigi Biondi, sendo o mesmo encaminhado para mim pelo prof. Paulo P. Machado.

43 O valor de 10.000 pesetas pagos aos familiares dos irmãos espanhóis representaria algo próximo de 2:000$000 (dois contos de réis), convertidos atualmente em cerca de R$246.000,00.

Outro consulado que se manifestou foi o da Áustria-Hungria, contudo, os familiares de Antonio Preti[44] não tiveram a mesma "sorte" que os familiares dos irmãos espanhóis. Digo sorte porque me parece que o governo brasileiro ou utilizou "regras" diferentes ao tratar desse caso, ou a indenização foi paga devido ao trabalho intensivo e insistente desenvolvido pelo consulado espanhol. Ao que consta, os familiares de Antonio Preti foram avisados do triste acontecimento num relativo curto espaço de tempo. Contudo, parece que a manifestação do consulado austríaco só se deu quase cinco meses mais tarde, quando se manifestou junto ao governo do Estado do Paraná em abril de 1915, e esse, por sua vez, enviou a referida reclamação ao Ministério das Relações Exteriores para que tomasse conhecimento.

As ações do consulado português em relação ao episódio do Iguaçu não foram muito diferentes dos demais envolvidos com a questão. Em 26 de janeiro de 1915, a Embaixada de Portugal no Brasil enviou uma primeira nota, procurando se manifestar diretamente ao Ministério das Relações Exteriores. Por meio de memorando, afirmava que o cônsul de Portugal em Curitiba havia constatado que, entre as vítimas da chacina ocorrida às margens do rio Iguaçu, estavam dois portugueses, sendo eles: Evaristo Felipe, que sobreviveu ao crime, e João Antonio como vítima fatal.

Esse extenso anexo traz importantes informações, como a revelação de que o consulado agiu diretamente sobre o assunto, tendo senão inquirido testemunhas, mas, pelo menos, entrevistado as mesmas e acompanhado as ações do governo italiano por meio do seu cônsul no Brasil, quando da "sindicância" instaurada por aquele corpo diplomático. Nesse memorando é trazido que o governo português tinha conhecimento de que o crime havia sido cometido "[...] pela gente armada do Coronel da Guarda Nacional Fabricio Vieira que age na zona do Contestado (margens do Iguassú) sob as ordens do comando militar federal."[45]

Apesar da insistência, o Consulado português também não conseguiu ir muito adiante na tentativa de ressarcir financeiramente a vítima sobrevivente e familiares da vítima fatal, a partir de uma indenização solicitada aos poderes públicos brasileiros.

---

44 A única informação encontrada acerca de Antonio Preti é que ele havia chegado ao Brasil cerca de três anos antes da sua morte, aspecto informado por seu tio.

45 Memorando anexado à Nota nº 762 enviada ao Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller por Duarte Leite, representante português no Brasil, em 26 jan. 1915. *In:* Arquivo Histórico do Itamaraty, Notas e Telegramas Recebidos 1914-1916. 288/3/7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar e estabelecer uma espécie de paralelo entre o Caso Kullak e a Chacina do Iguaçu, apesar de aquele ter sido um caso individual e se diferenciar desse em algumas questões, foi possível encontrar aspectos em comum, que remetem às ações dos imigrantes em terras brasileiras, como dar publicidade ao caso na imprensa nacional e estrangeira e levar os casos ao conhecimento dos governantes e parlamentares de seus países de origem.

A absolvição de Kullak e o pagamento da indenização aos familiares dos dois irmãos espanhóis vítimas da Chacina do Iguaçu apontam também para aspectos de proporções maiores, entre eles – a fragilidade do Brasil e de suas relações com diferentes países europeus, num contexto em que novos agentes começavam a demonstrar para o mundo poder econômico e estratégico militar.

Mesmo que os responsáveis pela morte dos 17 homens à beira do rio nunca tenham sido condenados, acredito que a chacina do Iguaçu possa ser tomada também como um caso emblemático, pois se sabe que muitas mortes de inocentes foram praticadas pelas forças civis, e poucos processos investigativos ou inquéritos foram instaurados para se apurar os responsáveis. O estudo desse caso também possibilitou tomar conhecimento acerca das ações dos diferentes consulados em relação aos pedidos de indenização aos familiares das vítimas. Ao que tudo indica, porém, com exceção da família dos irmãos Miron Vasquez, nenhum outro familiar recebeu dos Governos Federal ou Estaduais indenização pelas mortes de seus entes ou pelas perdas materiais ocasionadas por empresas estrangeiras, pelo Exército brasileiro, por coronéis ou chefes políticos da região.

Foi possível perceber, pelo menos até onde as fontes pesquisadas permitiram chegar, que, apesar da ação dos familiares e das diferentes representações diplomáticas, o governo brasileiro procurava, sempre que possível, utilizar o discurso da igualdade de tratamento entre colonos nacionais e estrangeiros e, assim, eximir-se dos referidos pagamentos. Se, para os pagamentos das indenizações, o governo seguia uma regra procurando ser equânime, o mesmo não ocorria no que diz respeito à aplicação da justiça, uma vez que dificilmente se apuravam os fatos e raramente se puniam os responsáveis pelas propriedades tomadas, pelas propriedades incendiadas ou pelas vidas apagadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Arnoldo Monteiro. *Vapores*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *A identidade da França*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

ESPIG, Marcia Janete. *Personagens do Contestado*: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: UFPel, 2011.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço*: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do Vale do Rio do Peixe-SC. São Paulo: Perse, 2014.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Raízes da Rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v. (Coleção Farol do Saber).

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra:* imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão*: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Guerra Santa revisitada*: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 249-282.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos*: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as trasnformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste*: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Chapecó: UNC, 2000.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil*: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. Listas de Imigrantes. *Coleção Memória da Cidade Carlos Ficker.* Prefeitura Municipal de Joinville, Fundação Cultural , 1999.

ARQUIVO DO FÓRUM DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE. *Processo n. 459 – 1907*. Comarca de Joinville. Réus: Jorge Enesto Kullak, Max Stein e outros.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Florianópolis. *Kolonie-Zeitung*. Joinville, 12 mar. 1908. Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69. Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Florianópolis. Ofício do Juízo de Direito da Comarca de Joinville – Sr. Bento Emilio Portella –, em resposta ao ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do Secretário Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. Joinville, 23 mar. 1908. In: Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Florianópolis. Ofício do Ministério das Relações Exteriores de 14 de fevereiro de 1908. *In*: Ofícios do Ministério das Relações Exteriores para o Governo do Estado. 9 V. 1908/1915. Estante 69.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Decreto nº 847*, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ) SC. *Kolonie-Zeitung* [Jornal / Gazeta da Colônia], Joinville, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1908. Joinville, Colônia Dona Francisca, Estado de Santa Catarina, Brasil. Ano 46, nº 14, p. 2. Tradução Helena R. Richlin.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE, Curitiba-PR. Edições de 10 dez. 1914, 11 dez. 1914, 12 dez. 1914 e 14 dez. 1914.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro-RJ, 29 de janeiro de 1915.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI), Rio de Janeiro. Laudo cadavérico, realizado em 14 de dezembro de 1914 e encontra-se uma cópia nos autos de exames cadavéricos e ofícios enviados ao consulado da Itália em Curitiba pelo governo do Estado do Paraná em 07 janeiro de 1915. In: Telegrama Expedidos pelo Governo do Estado PR – 1885-1930- 309/2/14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI), Rio de Janeiro. Memorando anexado à Nota nº 762 enviada ao Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller por Duarte Leite, representante português no Brasil, em 26 jan. 1915. In: Notas e Telegramas Recebidos 1914-1916. 288/3/7.

RELATÓRIOS ministeriais. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/ministerial.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

ADRIANO COMISSOLI

Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Leciona História Moderna e História do Rio Grande do Sul. É Mestre em História pela UFF e Doutor em História Social pela UFRJ. Pesquisa impérios ultramarinos da Era Moderna, com ênfase na América portuguesa e na construção do Estado-nação brasileiro, na organização de poderes, de elites políticas e de redes de comunicação. Atualmente desenvolve pesquisa sobre espionagem ibérica no rio da Prata no final do século XVIII e início do XIX em perspectiva Atlântica.

ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS

Graduado em licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM e doutorando pela mesma Universidade. Tem experiência em geografia agrária, mobilidade humana, geopolítica e geografia política.

ALMIR ANTONIO DE SOUZA

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou seu Pós-Doutorado em História Social na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Dedica sua vida acadêmica a investigar nos arquivos a história dos povos originários do século XIX no Planalto Meridional.

ÂNDERSON MARCELO SCHMITT

Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsa CNPq, e com período de estudos na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, com bolsa PDSE/Capes. Autor do livro 'Não admitindo escusa alguma': confiscos e recrutamentos na Guerra dos Farrapos (1835-845), Oikos, 2016. Tem dado ênfase na pesquisa sobre a História Militar do Império brasileiro, em especial sua relação com a questão fronteiriça no Sul do Brasil.

ANTONIO MARCOS MYSKIW

Doutor em História Social pela UFF-RJ. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza-PR. Membro efetivo do corpo docente do Programa de Pós-Graduacão em História (Fronteiras, Migrações e Sociedades), do Campus Chapecó-SC. Dedica-se à pesquisa histórica sobre os processos de povoamento da região de fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai, com ênfase nos conflitos agrários e movimentos sociais.

CARLA MENEGAT

Professora EBTT no Instituto Federal Sul-Rio Grandense (IFSul), em Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre e Doutora em História pela mesma universidade, tendo realizado Estágio de Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realiza pesquisas de história social das elites, a região do Rio da Prata e seus estados no século XIX e mercado pecuário.

DAVID DA SILVA CARVALHO

Formado em História pela Universidade de Brasília (2017), atualmente cursa Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018-2020), ligado à Linha de Pesquisa “Relações sociais de dominação e resistência”. Suas pesquisas se concentram em História da América Colonial (América Ibérica), com destaque para a história ibero-americana, fronteiras, lugares indígenas, geoprocessamento em história, história indígena, viajantes e demarcadores de limites.

FRANCIMAR ILHA DA SILVA PETROLI

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó-SC. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor efetivo da Rede Estadual de Ensino/SED-SC.

FREDERICO FREITAS

Professor assistente de história na Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América. Possui Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Stanford e Bacharelado em História pela Universidade de São Paulo. Freitas é coeditor de Big Water: The Making of the Borderlands Between Brazil, Argentina, and Paraguay (University of Arizona Press, 2018) e autor de Nationalizing Nature: Iguazu Falls and National Parks at the Brazil-Argentina Border (Cambridge University Press, no prelo, 2021).

HENRIQUE MANOEL DA SILVA

Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em História pela UNESP e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tem experiência nas áreas de Antropologia ecológica e etno-história, com ênfase em Antropologia Rural, movimento de populações e expansão das regiões de fronteira, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteira, migrações, adaptabilidade, memória e história.

JOÃO CARLOS TEDESCO

Doutor em Ciências Sociais, pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade de Verona (2005) e Universidade de Milão (2015). Professor da UPF e do PPGH/UPF. Pesquisador CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Nehmur (Núcleo de Estudos de História do Mundo Rural), do NEMEC (Núcleo de Estudos sobre Memória e Cultura). Pesquisa temas relacionados à memória, aos movimentos sociais, à imigração e colonização.

JONAS MOREIRA VARGAS

Graduado em História pela UFRGS (2004), Mestre em História pela UFRGS (2007) e Doutor em História Social pela UFRJ (2013). Realizou Estágio de Doutorado na Universidade de Lisboa (2012) e Pós-Doutorado na UFRGS (2014-2015). Desde 2015, é Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel. Pesquisa a história das elites econômicas

e políticas latino-americanas no longo século XIX, da escravidão africana e dos processos de construção dos estados nacionais no mesmo contexto.

JOSÉ CARLOS RADIN

Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó-SC, e docente do Programa de Pós-Graduação em História. Realizou Mestrado e Doutorado em História do Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pós-Doutorado na Universidade de Padova, Itália. Pesquisa temas ligados aos processos migratórios, sobretudo, na fronteira Sul.

JOSÉ IRAN RIBEIRO

Licenciado em História na Universidade Federal de Santa Maria (1999), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Professor do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de Santa Maria. Foi vencedor do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, em 2011, com a tese O Estado imperial brasileiro e as revoltas da regência: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial brasileiro.

LETICIA MARIA VENSON

Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Graduada em Licenciatura em História pela mesma instituição. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional, atuando nos seguintes temas: sudoeste paranaense e oeste catarinense, colônias militares, povoamento e colonização.

MARCELO SANTOS MATHEUS

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa História do Brasil Império, com ênfase nos temas Escravidão, Liberdade, Hierarquia e Desigualdade Social. É autor do livro Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos/ Unisinos, 2012. Coordena o Grupo de Pesquisa História social do Brasil e participa do Grupo de Pesquisa Ciência Humanas e Educação Profissional, ambos ligados ao IFRS.

MARCOS GERHARDT

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professor no Curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Integra o Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR) e o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC. Tem experiência de pesquisa e publicações em História Ambiental, conservação de florestas e imigração. É autor de História ambiental da Colônia Ijuhy (Unijuí, 2009) e colaborou na organização de História ambiental e migrações: diálogos, com Eunice S. Nodari e Samira P. Moretto (Oikos; UFFS, 2017).

MURILLO DIAS WINTER

Doutor em História social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período sanduíche, bolsa PDSE, na Universidade do País Basco, Espanha. Pesquisa linguagens políticas, história da imprensa, comunicação e informação na Era das revoluções e a formação dos Estados Nacionais no mundo ibero-americano. É integrante do grupo de pesquisa Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul (SARAS) e do Proyecto Iberoamericano de Historia Conceptual (IBERCONCEPTOS).

PAULO A. ZARTH

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Foi professor da Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Foi Professor Visitante Sênior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Integra o Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR UPF). É autor de diversas publicações, entre elas Do arcaico ao moderno (Unijuí, 2002). Colaborou na organização dos livros História da Fronteira Sul, com José C. Radin e Delmir J. Valentini (UFFS, 2016) e Fronteiras Fluídas: florestas com araucárias na América Meridional, com Eunice S. Nodari e Miguel M. X. Carvalho (Oikos, 2018).

RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER

Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Mestre em História Cultural pela mesma universidade e Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realiza pesquisas em História Social da Escravidão, com produção a respeito dos negociantes e do comércio interno de escravos.

SAMIRA PERUCHI MORETTO

Formada em História pela UFSC, fez Mestrado e Doutorado em História na mesma universidade, com período sanduíche, bolsa PDSE, na California State University, Long Beach. Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul. Faz parte dos seguintes Grupos de Pesquisa do CNPq: LABIMHA/UFSC (membro) e Fronteiras: Lab. de História Ambiental da UFFS (líder). Pesquisadora dos temas: História Ambiental, Domesticação e Introdução de espécies vegetais, Brasil República, entre outros.

TIAGO LUÍS GIL

Formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Associado da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História do Brasil Colônia, com ênfase em economia colonial, história digital, contrabando, fronteira e história espacial.

VIVIANI POYER

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF), membro pesquisadora da Rede Proprietas, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), Projeto Internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso, e do Grupo de Pesquisa sobre o Contestado.